

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU  
INSTITUTO DE HISTÓRIA - INHIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGHIS

AURICHARME CARDOSO DE MOURA

**POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA E MUNDO DOS  
TRABALHADORES: HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA ÀS  
MARGENS DO RIO GORUTUBA-MG (1950-2016)**

UBERLÂNDIA

Fevereiro/2019

AURICHARME CARDOSO DE MOURA

**POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA E MUNDO DOS  
TRABALHADORES: HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA ÀS  
MARGENS DO RIO GORUTUBA-MG (1950-2016)**

Tese apresentada ao Programa de Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História.

Área de Concentração: História Social

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Dilma Andrade de Paula

UBERLÂNDIA

Fevereiro/2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

M929p  
2019      Moura, Auricharme Cardoso de, 1989-  
            Política desenvolvimentista e mundo dos trabalhadores [recurso eletrônico] : hegemonia e contra-hegemonia às margens do Rio Gortuba-MG (1950-2016) / Auricharme Cardoso de Moura. - 2019.

Orientadora: Dilma Andrade de Paula.  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2019.617>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. História. 2. Trabalhadores rurais. 3. Janaúba (MG) - História. 4. Nova Porteirinha (MG) - História. I. Paula, Dilma Andrade de (Orient.) II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

AURICHARME CARDOSO DE MOURA

**POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA E MUNDO DOS  
TRABALHADORES: HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA ÀS  
MARGENS DO RIO GORUTUBA-MG (1950-2016)**

Uberlândia, fevereiro de 2019

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dilma Andrade de Paula (UFU)

---

Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais (UFU)

---

Prof. Dr. João Cleps Júnior (UFU)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luciene Rodrigues (UNIMONTES)

---

Prof. Dr. Vagner José Moreira (UNIOESTE)

## AGRADECIMENTOS

A escrita do historiador, diferente do literato, não é baseada na livre imaginação, mas está condicionada aos documentos encontrados ao longo da pesquisa. Neste sentido, a tessitura de uma tese é um processo que requer ajuda de diversas pessoas e instituições no levantamento de registros que se fazem imprescindíveis para a excelência de um trabalho científico.

Neste espaço dedicado aos agradecimentos, um termo que expressa gratidão e apreço, destaco aqueles e aquelas que, de múltiplas formas, contribuíram para que o filho de uma empregada doméstica e de um trabalhador rural alcançasse o título de Doutor em História.

É com grande satisfação que tenho em meu currículo a orientação de Dilma Andrade de Paula. Para além de uma exímia intelectual, Dilma mostrou-se uma pessoa solidária e amiga. Agradeço-lhe pela liberdade concedida durante o processo de escrita, sempre fazendo considerações sem nunca se colocar de maneira autoritária ou impositiva. Esta postura contribuiu para o meu crescimento intelectual e criou laços afetivos que extrapolam a orientação como um dever acadêmico.

A Regina Ilka Vieira Vasconcelos, que iniciou os trabalhos de orientação; suas arguições foram de suma relevância para se pensar a estrutura da tese. Agradeço-lhe, ainda, pela atenção e dicas durante o Estágio de Docência na Graduação que contribuíram para a minha formação enquanto professor/pesquisador.

Aos professores Deivy Ferreira Carneiro e Sérgio Paulo Morais, pelas considerações tecidas durante a banca de qualificação. Em especial, agradeço ao Sérgio Paulo pela amizade, pela leitura dos meus escritos desde o mestrado e por ser o primeiro professor a ter oportunizado a minha participação, como membro avaliador, de uma banca de monografia.

A todos os professores da linha de pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais”, do PPGH-UFU. Os debates durante as aulas foram enriquecedores e contribuíram enormemente para o encaminhamento da tese.

Aos secretários do PPGH-UFU, Josiane e Stênio, pela paciência e orientação quanto às questões acadêmicas.

Aos professores João Cleps Júnior e Túlio Barbosa, do PPGGEO-UFU, pela indicação de bibliografias na área de geografia agrária. Obrigado Túlio por estimular meu ingresso no doutorado, pelos momentos de descontração e pelos cafezinhos em sua casa.

A Laurindo Mekie Pereira e Luciene Rodrigues, pela indicação de fontes sobre a história e memória do Norte de Minas.

A Roberto Mendes Pereira, por acreditar no potencial de seus alunos e pela disposição em contribuir para o crescimento pessoal e profissional das pessoas.

Aos companheiros e companheiras do doutorado, pela reciprocidade intelectual, cordialidade e momentos de entretenimento. Dentre os colegas, meu carinho especial à Cátia Sanfelice, Walter Alves, Matheus Germano e Denise De Sordi pelas confraternizações, hospitalidade e companheirismo.

A rotina de estudos em Uberlândia tornou-se mais leve e divertida na convivência com Tadeu Pereira, Artur Costa e Rosana Kunyia. Em particular, agradeço ao amigo/irmão Tadeu, por dividir comigo não apenas uma república, mas sobretudo angústias, apreensões, alegrias e expectativas. Que Deus continue a abençoar a sua vida e que nossa amizade seja eterna.

A Valéria Leite e Andrey Lopes, amigos e pesquisadores que também estão trabalhando na constituição de outras memórias e histórias sobre o Norte de Minas. Conservemos a fraternidade, a ajuda mútua e o desejo de bem comum.

A Américo Martins, por disponibilizar seu arquivo pessoal para consulta e fotografia.

Aos funcionários da Biblioteca Pública de Janaúba, por auxiliarem na pesquisa de jornais e outros documentos sobre o Vale do Gortuba.

A Alvimar Ribeiro dos Santos (In memoriam), pelas informações e cessão de registros sobre a atuação da CPT no Norte de Minas. Seu trabalho na defesa dos direitos do homem do campo foi de grande valia e jamais cairá no esquecimento.

A Rogério Rodrigues da Silva (In memoriam) que, enquanto chefe do IBGE em Janaúba, se mostrou bastante entusiasmado com a minha pesquisa e não mediu esforços para que eu tivesse acesso ao arquivo daquela instituição.

A Eduardo Soares Leal, que me ajudou a ter acesso aos relatórios e documentos localizados no setor de informações e arquivos da ALMG.

Aos funcionários da Biblioteca Central da Codevasf, em Brasília, que disponibilizaram um rico material para pesquisa.

Aos funcionários da Biblioteca da Sudene, em Pernambuco, que me enviaram diversos livros e relatórios referentes a atuação da autarquia no Norte de Minas.

Aos entrevistados, não apenas agradeço, mas também dedico-lhes esta tese. São homens e mulheres que lutam, neste país dos latifúndios, pelo direito de ter uma terra e nela viver com dignidade. Obrigado por abrir suas portas e ceder um tempo para compartilhar suas trajetórias e experiências. Vocês são os protagonistas deste trabalho!

Aos meus tios Rita, Ulisses e Paulo, pelo sorriso fácil, conversas triviais e disposição para os jogos de dominó. Sempre recorria a eles nos momentos de aflição e ansiedade decorrentes dos prazos e exigências de uma pesquisa de doutoramento.

A minha mãe Enezia Benedita e minha irmã Adelaine Cardoso, por serem minha fortaleza e auxílio nos momentos difíceis. Agradeço pelas orações, pela torcida e pelo carinho cotidiano.

A Wanderleia Martins Rodrigues, pelo companheirismo, carinho e paciência. Amo-te por tudo o que você representa em minha vida e por contribuir para a minha felicidade.

A Capes, por ter permitido que eu me dedicasse integralmente aos estudos, sonho tão distante da maioria dos brasileiros.

Finalmente, agradeço a Deus por ter me concedido saúde e paz. À Ele toda honra, títulos e glórias.

## Levantados do Chão

Como então? Desgarrados da terra?

Como assim? Levantados do chão?

Como embaixo dos pés uma terra

Como água escorrendo da mão?

Como em sonho correr numa estrada?

Deslizando no mesmo lugar?

Como em sonho perder a passada

E no oco da Terra tombar?

Como então? Desgarrados da terra?

Como assim? Levantados do chão?

Ou na planta dos pés uma terra

Como água na palma da mão?

Habitar uma lama sem fundo?

Como em cama de pó se deitar?

Num balanço de rede sem rede

Ver o mundo de pernas pro ar?

Como assim? Levitante colono?

Pasto aéreo? Celeste curral?

Um rebanho nas nuvens? Mas como?

Boi alado? Alazão sideral?

Que esquisita lavoura! Mas como?

Um arado no espaço? Será?

Choverá que laranja? Que pomo?

Gomo? Sumo? Granizo? Maná?

Milton Nascimento-Chico Buarque

## RESUMO

Este estudo versa sobre o processo de construção da barragem Bico da Pedra, em Janaúba, e do projeto de irrigação do Gorutuba, no atual município de Nova Porteirinha, ambos localizados no Norte de Minas Gerais, no objetivo de compreender como os produtores rurais vivenciaram e interpretaram a constituição de uma nova hegemonia na região por intermédio da modernização e capitalização do campo. A partir destas obras, construídas na década de 1970, milhares de pessoas foram desapropriadas de suas terras, o que veio a causar o rompimento de formas históricas de reprodução social, econômica e cultural. As análises centralizaram-se nas lutas por espaços e direitos, tensões e disputas, elementos de dominação e resistência, redes de sociabilidades e reciprocidades, composição e reordenação de valores, costumes e memórias forjados dialeticamente dentro do movimento histórico de embates e tensões envolvendo trabalhadores, agentes governamentais e empresários rurais. Para tanto, utilizamos diversos documentos (narrativas orais, jornais, revistas, relatórios produzidos por órgãos governamentais, processos e decretos judiciais, mapas e fotografias) que foram compreendidos como linguagens constitutivas de significados e sentidos que fazem parte da dinâmica do mundo ao estabelecerem memórias e buscarem a articulação de experiências sociais em torno de determinado projeto de sociedade.

**Palavras chaves:** Mundo dos trabalhadores; Política agrícola; Vale do Gorutuba; Hegemonia; Memória.

## ABSTRACT

This study deals with the construction process of the Bico da Pedra dam in Janaúba and the Gorutuba irrigation project in the current municipality of Nova Porteirinha, both located in northern Minas Gerais, in order to understand how rural producers lived and interpreted the establishment of a new hegemony in the region through countryside modernization and capitalization. Thousands of people were expropriated from their lands due to these developments, built in the 1970s, resulting in the disruption of social, economic and cultural reproduction historical forms. The analyses centered on the struggles for spaces and rights, tensions and disputes, domination and resistance elements, sociability and reciprocity networks, value composition and reordering, and customs and memories forged within the historical movement of conflicts and tensions involving workers, government agents and rural entrepreneurs. To do so, we scrutinized several documents (oral narratives, newspapers, magazines, reports produced by government agencies, judicial processes and decrees, maps and photographs) understood as languages that constitute meanings which are part of world dynamics in establishing memories and seeking the articulation of social experiences around a particular society project.

**Keywords:** World of workers; Agricultural Policy; Gorutuba Valley, Hegemony; Memory.

## **Lista de Mapas, Figuras e Tabelas**

### **Mapas**

Mapa 01: Localização da Área de Estudo.....	41
---	----

### **Figura:**

Figura 01: Bico da Pedra, um sonho realizado.....	192
Figura 02: Reivindicações do MAB.....	319
Figura 03: Reivindicações do MAB.....	319

### **Tabelas:**

Tabela I: Estrutura Fundiária das Propriedades da Bacia Hidráulica do Rio Gorutuba (MG).....	196
Tabela II: Estrutura Fundiária das Propriedades da Bacia de Irrigação do Rio Gorutuba (MG).....	196
Tabela III: Faixa etária dos desapropriados.....	199
Tabela IV: Desapropriação da Bacia de Irrigação do Vale do Gorutuba.....	211
Tabela V: Desapropriação da Bacia Hidráulica do açude Bico da Pedra.....	212
Tabela VI: Preços para indenizações de bens encravados na Bacia de Irrigação.....	213
Tabela VII: Relação de Ocupantes do Perímetro irrigado do Gorutuba por Numero de Irrigantes. Ano de Implantação. Área Irrigável (ha).....	286

## **SIGLAS**

ABAG- Associação Brasileira de Agribusiness  
ACAR-Associação de Crédito Assistência Rural  
ABCAR-Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural  
ADPG- Associação dos Desapropriados do Projeto Gorutuba  
ALMG-Assembleia Legislativa de Minas Gerais  
AIA-Associação Internacional Americana  
AMS- Área Mineira da Sudene  
ANC-Assembleia Nacional Constituinte  
ARENA- Aliança Nacional Renovadora  
ASSIEG-Associação dos Proprietários Irrigantes da Margem Esquerda do Rio Gorutuba  
BANAVIT- Brasil Tropical Alimentícia  
BNB-Banco do Nordeste do Brasil  
BM-Banco Mundial  
CADIN- Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de órgãos e Entidades Federais  
CEBs-Comunidades Eclesiais de Base  
CEMIG- Companhia Energética de Minas Gerais  
CHESF- Companhia Hidrelétrica do São Francisco  
CLT-Consolidação das Leis Trabalhistas  
CNA- Confederação Nacional da Agricultura  
CNBB-Confederação Nacional dos Bispos do Brasil  
COBAL-Companhia brasileira de Alimentos  
CODEVASF- Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
CONTAG- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
COVAG- Cooperativa Agrícola de Irrigação do Vale do Gorutuba  
CPC-Centros Populares de Cultura  
CPI-Comissão Parlamentar de Inquérito  
CPT-Comissão Pastoral da Terra  
CUT-Central única dos Trabalhadores  
CVSF-Comissão do Vale do São Francisco  
DAE- Departamento de Água e Esgoto  
DER- Departamento de Estradas e Rodagens  
DIG- Distrito de Irrigação do Perímetro do Gorutuba

DNOCS- Departamento Nacional de Obras Contra as Secas  
DOPS- Departamento de Ordem Política e Social  
EFCB-Estrada de Ferro Central do Brasil  
EMATER-Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
ETA- Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano  
FAAB- Frente Agrícola para a Agropecuária Brasileira  
FAEMG-Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais  
FETAEMG-Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais  
FIEMG- Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais  
GEIDA- Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento Agrícola  
IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IBDF- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal  
IEF- Instituto Estadual de Florestas  
INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
MAB- Movimento dos Atingidos por Barragens  
MCP-Movimentos de Cultura Popular  
MEB-Movimento de Educação de Base  
MINTER- Ministério do Interior  
MST- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra  
OCB- Organização das Cooperativas do Brasil  
PDRI- Programa de Desenvolvimento Rural Integrado  
PIG- Perímetro Agrícola do Gorutuba  
PILG- Projeto de Irrigação Lagoa Grande  
PND-Programa Nacional de Desenvolvimento  
PNRA- Plano Nacional de Reforma Agrária  
PO- Pastoral Operária  
POLONORDESTE-Programa de Desenvolvimento Integrado do Nordeste  
PPP- Parcerias Público-Privada  
PSD-Partido Social Democrático  
RMNe- Região Mineira do Nordeste  
SNCR-Sistema Nacional de Crédito Rural  
SRB- Sociedade Rural Brasileira  
STRs-Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
SUDENE-Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUVALE- Superintendência de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

UDN-União Democrática Nacional

UDR- União Democrática Ruralista

ULTAB- União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

UNE- União Nacional dos Estudantes

UNIMONTES-Universidade Estadual de Montes Claros

USAID- United States Agency for International Development

UVALE- Uvas do Vale do Gortuba

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1	
VALE DO GORUTUBA: A LUTA PELA TERRA E O MUNDO DOS TRABALHADORES.....	38
1.1- A produção social do espaço e de memórias: sujeitos, fronteiras e tempos.....	39
1.2- Memórias e histórias: a casa, a roça e os laços de reciprocidade.....	51
CAPÍTULO 2	
O CAMPESINATO GORUTUBANO E SEUS MODOS DE VIDA: A CASA, O MERCADO, A IGREJA E O RIO.....	80
2.1- Vale do Gorutuba: A terra e seus homens.....	80
2.2- A igreja e o rio Gorutuba: espaços de sociabilidade e sobrevivência.....	108
CAPÍTULO 3	
AÇÕES E ORGANIZAÇÕES ESTATAIS E DE SETORES DOMINANTES: “REFORMA INTELECTUAL E MORAL” COMO DIMENSÕES DA LUTA DE CLASSES.....	121
3.1- “Racionalizar é preciso”: aparelhos privados de hegemonia e modernização agrícola no Vale do Gorutuba.....	122
3.2- “O Gorutuba”: um jornal a serviço da ordem e do desenvolvimento.....	133
3.3- A ACAR e o extensionismo.....	142
3.4- Sindicato dos Produtores Rurais de Janaúba: a construção hegemônica no Vale do Gorutuba.....	158
CAPÍTULO 4	
DISPUTANDO ESPAÇOS, CONSTRUINDO MEMÓRIAS: DESAPROPRIAÇÕES, SENTIDOS DA TERRA E TENSÕES SOCIAIS.....	169
4.1- De polígono das secas à polígono irrigado: mediações e processos na história.....	169
4.2- “Além de ser pobre, fui desapropriado”: leituras e significados dos trabalhadores despossuídos da terra.....	192

4.3- Negociações, resistências e reivindicação de direitos.....	214
---	-----

## CAPÍTULO 5

DO OUTRO LADO DO RIO: INTELECTUAIS, RELAÇÕES DE FORÇA E RESISTÊNCIAS SOCIAIS.....	228
---	-----

5.1- A irrigação na margem esquerda: “o progresso não pode parar” .....	228
---	-----

5.2- Conflitos, consorciação popular e organização dos produtores rurais.....	235
---	-----

## CAPÍTULO 6

UMA LUTA SEM FIM: DILEMAS, EXPECTATIVAS E DESAFIOS PARA VIVER NO CAMPO.....	269
---	-----

6.1- De produtores rurais à sem terras: a luta pela sobrevivência após as desapropriações.....	270
--	-----

6.2- De sem terras a colonos: usos do espaço e mercantilização da natureza.....	282
---	-----

6.3- Fissuras, alternativas e limites do processo hegemônico.....	302
---	-----

CONCLUSÃO .....	323
-----------------	-----

FONTES.....	328
-------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	338
---------------------------------	-----

ANEXOS.....	352
-------------	-----

## INTRODUÇÃO

A chegada de grandes indústrias (do ramo têxtil, siderúrgico, metalúrgico, mineral, alimentos, biotecnologia, construção civil), crescimento do setor de comércio, logística e serviços e a criação de grandes projetos de irrigação certamente contribuíram para desfazer a imagem de “fim de mundo” que o Norte de Minas possuía até a segunda metade do século XX.<sup>1</sup> Contudo, grande parte da população não compartilhava deste dinamismo econômico, sendo que a região apresentava um dos maiores índices de pobreza e miséria do país. Esta contradição expressa o modelo de desenvolvimento que vem sendo adotado nos últimos anos que, ao mesmo tempo que gera pujança econômica, mantém a concentração fundiária e de renda.

Esta contradição torna-se mais latente quando se observa sua paisagem física. Por ser uma área de transição entre o cerrado e a caatinga, portanto, com predomínio do clima tropical semiúmido, existe a incidência da aridez em determinados trechos. Esta situação de seca é atenuada pelos projetos de irrigação onde a água, que corre abundantemente nos canais e bicas por entre diversas áreas, garante alguns municípios destaque no cenário estadual e nacional devido a elevada produtividade de alimentos que são comercializados no mercado interno e externo. Desta forma, os perímetros irrigados aparecem nos discursos políticos e da imprensa como verdadeiros “oásis” no sertão norte-mineiro.<sup>2</sup>

Na década de 1970 foram construídos, no Norte de Minas, os projetos Gorutuba (em Nova Porteirinha<sup>3</sup>), Pirapora (no município homônimo) e iniciado o projeto Jaíba (que abrange Jaíba e Matias Cardoso). Esses projetos, com exceção do Pirapora, estão inseridos na região do Médio São Francisco, sendo que o primeiro tem como fonte hídrica o rio Gorutuba e os demais o rio São Francisco. Entre 1971 a 1989, a superfície irrigada norte-

---

<sup>1</sup> Escrevendo em 1975, ano de transformações econômicas intensas no Norte de Minas, o geógrafo francês Yves Gervaise destacou que “para quem vem de Belo Horizonte, o norte de Minas constitui (será necessário já dizer constituía) um espécie de fim de mundo. (...) A imagem de um outro Brasil se impõe, hoje, nessa terra de tradição sertaneja.” GERVAISE, Yves. **A transformação agrária no Nordeste Meridional**: Norte de Minas. Belo Horizonte: UFMG/Instituto de Geociências. (Publicação especial nº 1). 1975, p. 07.

<sup>2</sup>BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Frutas cultivadas no Vale do São Francisco ganham mercado fora do país**. Disponível em: <[www.mi.gov.br/area-de-imprensa/todas-as-noticias/-/asset\\_publisher/YEkzzDUSRvZi/content/frutas-cultivadas-no-vale-do-sao-francisco-ganham-mercado-fora-do-pais](http://www.mi.gov.br/area-de-imprensa/todas-as-noticias/-/asset_publisher/YEkzzDUSRvZi/content/frutas-cultivadas-no-vale-do-sao-francisco-ganham-mercado-fora-do-pais)> Acesso em: 8 junho 2018.

<sup>3</sup> Na época da construção do perímetro irrigado do Gorutuba, Nova Porteirinha era um distrito pertencente ao município de Porteirinha. Através da Lei nº 12.030, de 21/12/1995, Nova Porteirinha foi emancipada politicamente.

mineira saltou de 486 para 52.761 hectares<sup>4</sup>, o que foi visto como indicativo de que o progresso estava triunfando diante de estruturas sociais e econômicas consideradas arcaicas.

Durante parte da minha adolescência trabalhei, junto com minha mãe, como diarista em áreas irrigadas do projeto Jaíba, uma prática que se fazia necessária para complementar a renda familiar. Durante este período, convivi com diversos trabalhadores e produtores rurais, vivenciei a chegada de novas técnicas de trabalho e produção e ouvia as reclamações, desafios e expectativas dos diversos sujeitos que estavam inseridos naquele espaço. Pelas condições sociais vividas por mim, pela minha família e por outras pessoas percebia, ainda que de forma elementar e principiante, que nem todos os moradores das áreas irrigadas viviam em um “oásis”.

A minha trajetória e experiência no referido espaço foi importante para a escolha de temas que venho pesquisando desde a graduação, a exemplo da cultura dos trabalhadores, política agrícola e agrária e educação do campo. Na escrita da monografia, procurei responder a pergunta “Projeto Jaíba: a serviço de quem?” a partir da hipótese que os investimentos públicos beneficiaram frações da classe dominante e não foram capazes de alterar relações históricas de dominação, desigualdade e subordinação existentes na região.<sup>5</sup> Na dissertação, optei por uma abordagem social e cultural do processo histórico dentro do Jaíba, o que permitiu observar como os trabalhadores participam da construção de memórias e do espaço, afastando-me de uma visão economicista, muito presente no estudo monográfico, onde os sujeitos eram apresentados como vítimas ou simples elementos da produção.<sup>6</sup>

Em conversas triviais de final de semana, Ulisses José Pereira, um tio que mora em Janaúba, revelou ter sido desapropriado para a construção da represa do Bico da Pedra e que meus avós maternos tinham residido em comunidades rurais do município, tendo se mudado pouco antes das expropriações. Desta forma, parte da minha família está envolvida no enredo narrado e, portanto, tenho uma ligação acadêmica, profissional e pessoal com a temática em estudo.

---

<sup>4</sup> CODEVASF. **1ª Diretoria Regional (DR). 13 anos: 1977-1990.** Integração ao desenvolvimento do Vale do São Francisco. Gestão Roberto Mauro Amaral. Montes Claros, MG: Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. 1990, p.07.

<sup>5</sup> MOURA, Auricharme Cardoso de. **Projeto Jaíba: a serviço de quem?** 61 Fls. (Monografia). São Francisco: Universidade Estadual de Montes Claros, 2010.

<sup>6</sup> MOURA, Auricharme Cardoso de. **Trajetórias, memórias e experiências dos trabalhadores rurais do projeto Jaíba, MG.** Dissertação (Mestrado em História Social). 164 Fls. Universidade Federal de Uberlândia-UFU. Uberlândia, 2014.

Ulisses convidou-me a navegar pelas águas do rio Gorutuba que tinham sido represadas para a construção da barragem. Mesmo tendo se passado mais de 40 anos das desapropriações, ele ainda se lembrava o lugar em que sua família morava, quem eram seus vizinhos, onde casas e estradas estavam localizadas e as curvas que o rio fazia. Como o nível do açude estava baixo devido às longas estiagens, foram aparecendo engenhos, cercas, materiais de construção, casas de fabricação de farinha, cruzeiros do cemitério, entre outros objetos que faziam parte do cotidiano de diversas comunidades rurais. Foi uma rica experiência que me permitiu imaginar como os produtores rurais viviam antes da perda da terra e visualizar as transformações do lugar que atualmente é marcado pelas construções de hotéis-fazenda, resorts, pousadas, clubes e mansões.

No decurso da pesquisa realizada para a escrita da dissertação, fui encontrando jornais, revistas e narrativas que destacavam a construção da barragem do Bico da Pedra, em Janaúba, e do Projeto de Irrigação do Gorutuba (PIG). Diferentemente do processo dialético e contraditório existente nestes documentos, parte da historiografia regional tem sublinhado a narrativa hegemônica que aborda a agricultura irrigada apenas pelo viés do progresso e modernização.

A memória dominante interpreta a história do Vale do Gorutuba<sup>7</sup> tendo a barragem do Bico da Pedra e o projeto Gorutuba como marcos e recortes. Cria-se uma narrativa que procura se configurar como senso comum, verdade e discurso único a ser propalado nas escolas, na imprensa, narrativas políticas e empresariais.

Tendo como referência o modelo norte-americano de irrigação, o governo brasileiro, a partir de 1970, insere esta tecnologia nos planos, projetos e metas de desenvolvimento da agricultura nacional. Segundo o planejamento estatal, a irrigação poderia reduzir as desigualdades regionais, aumentar a produção e a produtividade agrícola, dinamizar a agropecuária no semiárido e incentivar a geração de emprego e renda.

O planejamento e a incorporação da ciência e tecnologia deveriam direcionar os investimentos nacionais para uma noção de desenvolvimento que estivesse vinculada a uma dependência consentida em relação aos interesses de dominação dos Estados Unidos.

---

<sup>7</sup>Vale do Gorutuba recebe este nome devido ao rio que corta a região homônima. O Vale abrange os municípios de Janaúba, Porteirinha, Nova Porteirinha e Riacho dos Machados. O historiador Simeão Ribeiro Pires identificou duas versões quanto a etimologia do termo “gurutuba”: a do professor Álvaro da Silveira, que atribui a raiz a CURUTUBA: “cururu”, sapo, e “tuba”, rio, Rio dos Sapos, e a versão de Teodoro Sampaio em “O Tupi na Geografia Nacional”, onde gurutuba seria uma corruptela de “curú-tyba”, seixal, pedregal ou rio dos seixos e calhaus. Segundo o autor, a etimologia correta parece estar com Teodoro Sampaio, dada a quantidade de pedregulhos e calhaus no seu curso superior, sobretudo na região de Santo Antônio do Gorutuba, hoje distrito de Catuni, município de Francisco Sá. Cf. PIRES, Simeão Ribeiro. **Gorutuba**: o padre e a bala de ouro. Belo Horizonte: Barvalle Editora Ltda, 1982, p. 26.

O “alívio da pobreza” ou “superação da pobreza”, termos usados por instituições financeiras norte-americanas para justificar empréstimos para a construção de perímetros irrigados em regiões semiáridas do Brasil, faziam parte de uma hegemonia internacional onde a política e ideologia do desenvolvimento criavam novas formas de expansão e acumulação capitalista.

Toma-se, desse modo, o Brasil como um território de uso vinculado às funcionalidades dos objetivos e interesses de grupos dominantes nacionais e internacionais. Atribuem ao Estado, à mídia e às empresas a tarefa de promover e divulgar uma modernização nacional, na qual as regiões estranguladas economicamente precisariam adentrar na lógica e na rede de produção capitalista global.<sup>8</sup>

A irrigação representava uma agricultura moderna e comercial que seria capaz de alavancar o progresso e desenvolvimento de regiões consideradas subdesenvolvidas e atrasadas onde, segundo os órgãos governamentais, seus moradores/trabalhadores estavam presos à modos de vida, trabalho e produção primitivos e tradicionais. Segundo levantamento feito pelo Banco Mundial, entre as décadas de 1970 a 1990, foram investidos mais de R\$ 2 bilhões em obras de irrigação, abrangendo uma área de aproximadamente 600 mil hectares, divididos entre a iniciativa privada (400.000 ha.) e o setor público (200.000 ha.).<sup>9</sup>

A defesa da irrigação fortalecia o ideal de “vocação agrícola” do Norte de Minas, contudo, a partir da segunda metade do século XX, teria pressupostos e definições voltadas para a expansão das relações capitalistas no campo. A vocação agrícola regional estaria baseada na prática e incorporação de novos termos e palavras, a exemplo de mercado, negócios, modernização\modernidade, eficiência produtiva, empresa\empresário rural e cadeia produtiva em substituição a ideias relacionadas à agricultura de sequeiro, pequena lavoura, produção para autoconsumo\subsistência\familiar, camponês, enxada, tradições e costumes.

No ano 2000, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) apresentou os resultados de uma pesquisa que apontava o Norte de Minas como uma aglomeração promissora de empresas concentradas em torno da cadeia produtiva do agronegócio, chegando à conclusão que “o Norte de Minas, a partir dos projetos Jaíba e

---

<sup>8</sup> ARROYO, Mônica. Fluidez e porosidade do território brasileiro no contexto da integração continental. In: SILVEIRA, Maria Laura (org.). **Continente em chamas: globalização e território na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.209-242.

<sup>9</sup> BANCO MUNDIAL. **Impactos e externalidades sociais da irrigação no semiárido brasileiro**. Brasília, 2004, p. 20-21.

Gorutuba, tem condições de se tornar um dos principais centros brasileiros de produção de frutas tropicais, em função de suas excepcionais condições climáticas, da ampla disponibilidade de terras agricultáveis e da relativa proximidade de portos e dos grandes centros consumidores, bem como da infra-estrutura de irrigação já implantada”.<sup>10</sup>

O relatório da FIEMG propalava que a irrigação iria contribuir para que o Norte de Minas fosse conhecido nacionalmente como um grande produtor agropecuário, acabando com sua imagem de região marcada historicamente pela pobreza e longas estiagens. Um discurso que reproduzia uma ideia formulada quarenta anos antes por entidades patronais, engenheiros e técnicos ligados à aparelhos estatais que defendiam a construção de perímetros irrigados como a redenção\salvação de áreas defasadas demograficamente e economicamente.

Ao longo das décadas, a construção destes projetos solidificou-se na interpretação da história de acordo com tempo universal e ininterrupto do progresso. A história é convertida em uma grande narrativa onde as leis da evolução imperam e o futuro, baseado na ideia de ciência e tecnologia, transforma-se em um fetiche.

Procura-se negligenciar que a modernização agrícola foi um processo que colocou em evidência modelos diferentes de desenvolvimento rural. Se, por um lado, os perímetros irrigados foram vistos pelos agentes governamentais e pelos empresários como forma de progresso social e econômico, por outro, os produtores rurais viram nestes empreendimentos uma ameaça à posse de suas terras.

Para garantir a construção da chamada bacia hidráulica (a barragem do Bico da Pedra) e a bacia de irrigação (o perímetro irrigado do Gorutuba), o Governo Federal determinou a saída de centenas de pessoas das terras que viviam. As expropriações efetivaram-se em duas etapas: de 1974 a 1976 a responsabilidade era do Dnocs (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas)<sup>11</sup> e, posterior àquela data, a função seria da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Alto

---

<sup>10</sup> FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Cresce Minas**: um projeto brasileiro. 1. ed. 105p. Belo Horizonte: Fiemg, 2000, p. 76.

<sup>11</sup> Segundo seu endereço eletrônico oficial, o Dnocs foi criado sob o nome de Inspeção de Obras Contra as Secas – IOCS- através do Decreto 7.619, de 21 de outubro de 1909, editado pelo então Presidente Nilo Peçanha. Foi o primeiro órgão a estudar a problemática do semiárido. O Dnocs recebeu, ainda em 1919 (Decreto 13.687), o nome de Inspeção Federal de Obras Contra as Secas – Ifocs-, antes de assumir sua denominação atual, que lhe foi conferida em 1945 (Decreto-Lei 8.486, de 28/12/1945), vindo a ser transformado em autarquia federal, através da Lei nº 4.229, de 01/06/1963. Até a criação da Sudene, em 1959, este foi o principal órgão governamental a “socorrer” às populações acometidas pelos efeitos das secas, construindo açudes, estradas, pontes, portos, ferrovias, hospitais, campos de pouso, implantando redes de energia e construindo hidrelétricas. Cf.: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-**História**. Disponível em: <<http://www2.dnocs.gov.br/historia>>. Acesso em: 10 de abril 2017.

Parnaíba).<sup>12</sup> A maioria dos desapropriados eram pequenos produtores rurais que sobreviviam da agricultura de subsistência, criação de animais, da pesca e prestação de serviços nas fazendas da região.

Os trabalhadores apareciam apenas como “questão social” que deveria ser resolvida rapidamente para que as expectativas de frações da classe dominante para a região não fosse frustrada. Do ponto de vista ambiental, o domínio da natureza pelo “homem”, leia-se empresas privadas e públicas, era visto como essencial para que o trabalho e produção pudessem ser racionalizados. Enquanto para os empresários, imprensa regional e agentes governamentais a irrigação representou o triunfo da técnica e da ciência no campo, para os produtores rurais representou a destruição de referências materiais e culturais.

A terra era tida como um lugar de reconhecimento e pertencimento, um espaço no qual os proprietários desenvolviam práticas de sociabilidades, trabalho, lazer e diversão. Não se trata apenas pensarmos a terra como elemento monetário, pois é preciso compreendê-la, nesse caso, como ponto fulcral das relações sociais e culturais, isto é, a espacialização do homem do campo se justifica pelas suas relações cotidianas. Analisando a partir desse prisma, entende-se que o espaço vivido pelos sujeitos não se restringe apenas às questões econômicas, as quais também não podem ser negligenciadas.

Destarte, esta tese tem como objetivo principal compreender como os produtores rurais vivenciaram e interpretaram o processo de constituição de uma nova hegemonia no Vale do Grotuba a partir da segunda metade do século XX. Para isso, fez-se necessário evidenciar as lutas por espaços e direitos, tensões e disputas, formas de dominação e resistência, redes de sociabilidades e reciprocidades, constituição e reordenação de valores, costumes e memórias forjados dentro do movimento histórico de embates e tensões entre trabalhadores, agentes governamentais e empresários rurais.

Levantamos as seguintes hipóteses: a) os agentes e agências governamentais responsáveis pelas desapropriações significaram a terra apenas pelo seu valor econômico, menosprezando laços sociais, afetivos e culturais que historicamente estavam presentes na vida das comunidades rurais, b) o assentamento de alguns expropriados em colonizações constituiu uma medida paliativa da Codevasf que não resolveu o problema agrário no Vale do Grotuba, c) o discurso de utilidade pública e progresso econômico através da

---

<sup>12</sup> Criada pela Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, criou a Codevasf com o objetivo de “aproveitar para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, os recursos de água e solo do vale do São Francisco, diretamente ou por intermédio de entidades públicas e privadas, promovendo o desenvolvimento integrado e implantando distritos agroindustriais e agropecuários.” Em 2000, a Lei Nº 9.954, ampliou a área da autarquia para a bacia do rio Parnaíba e, pela Lei Nº 12.196, para os vales dos rios Itapecuru e Mearim.

construção de perímetros de irrigação usado por órgãos burocrático-estatais encontraram um terreno fértil em uma região assolada pelas longas estiagens, desemprego, pobreza e miséria, d) frações da classe dominante regional se articularam a órgãos governamentais em torno de um discurso progressista e desenvolvimentistas que pregava ganhos universais, e) com a criação dos perímetros irrigados, houve uma incessante busca pelo crescimento econômico sem a devida preocupação com a capacidade de suporte e renovação dos recursos naturais.

Rompendo com uma história considerada “tradicional”, novas pesquisas, realizadas sobretudo a partir de 1980, têm proposto abordagens e perspectivas baseadas em temáticas ligadas à história social e cultural que possibilitem uma visão mais abrangente da história. Estes novos pressupostos têm como característica trazer à tona sujeitos simples, suas vidas, crenças e valores, suas estratégias de sobrevivência material, maneiras de eles se relacionarem com redes de poder, conflitos e tensões vivenciados, enfim, seus modos de viver, agir e lutar ao longo do tempo. Trata-se de mostrar como pessoas, até então anônimas pela historiografia tradicional, estão envolvidas e participam dos projetos que definem os caminhos da história.

Se a historiografia dominante esquece, negligencia, sufoca e\ou minimiza as vivências dos produtores rurais, talvez porque venha a problematizar uma história considerada oficial, a ser difundida socialmente, é necessário, senão urgente, compreender outras vivências e memórias que são constituintes da realidade e dinâmica social.

Ao compreender memórias como um campo de conflitos e de disputas, intencionamos trazer para o debate historiográfico os múltiplos sentidos e significados do passado e do presente. Por conseguinte, mister se faz diluir e questionar estruturas pré-moldadas e autorreguladoras, apresentadas sob a forma de modernização, desenvolvimento e capitalismo, que interpretam o processo histórico como um tempo único, homogêneo e universal.

A abordagem social nos leva a compreender como sujeitos simples e comuns se movimentam, interpretam, pressionam e são pressionados ao longo do movimento histórico-social que é constitutivo de suas memórias, valores e experiências. O trabalho, relações de trabalho e aspectos culturais estão interligados neste processo e são inerentes à formação de memórias\hegemonias, reordenadas e transformadas constantemente.

A história dos municípios do vale gorutubano e os impactos sociais, ambientais e econômicos do PIG e da barragem do Bico da Pedra foram estudados por diversos pesquisadores(as) das áreas de história, geografia, economia, sociologia, agronomia e

antropologia. Ainda que apontemos alguns méritos e lacunas destas produções, o objetivo maior é evidenciar com quem estamos dialogando bem como evidenciar qual contribuição desta tese para a historiografia.

Em um estudo financiado pela Codevasf, José Cavalcanti e Francisco Costa<sup>13</sup> ressaltaram as transformações espaciais e socioeconômicas na região após a criação do projeto Gortuba. Os autores descreveram os impactos positivos do perímetro irrigado através de índices que revelam aumento dos níveis demográficos, de trabalho, produtividade e arrecadação tributária. Segundo Cavalcanti e Costa, a modernização do campo via agricultura irrigada acabou influenciando no desenvolvimento de Janaúba e de Nova Porteirinha, promovendo a dinamização de vários setores da economia. Por serem funcionários da autarquia, os autores destacam apenas aspectos que vangloriam e legitimam a atuação deste órgão na região, negligenciando outras possíveis leituras\impactos dos projetos desenvolvimentistas.

A pesquisa da geógrafa Vivian Mendes Hermano<sup>14</sup> toma o perímetro irrigado como ponto de partida para verificar a urbanização a partir da agricultura, e não da indústria, como comumente é pensado e escrito. Segundo essa autora, “Janaúba e Nova Porteirinha são confirmações dessa hipótese, já que as cidades ganharam grande impulso urbano a partir da implantação de um projeto de irrigação”.<sup>15</sup> Acerca da questão social, Hermano salienta que as referidas cidades, ao serem incluídas na dinâmica do capital, continuaram a perpetuar as desigualdades sociais, já que a população local ficou de fora do processo desenvolvimentista modernizador.

Priscilla Caires Afonso<sup>16</sup> buscou, em sua tese, compreender a gestão comunitária da água no território norte-mineiro, tendo como referência as comunidades rurais que vivem às margens do rio Gortuba e que convivem, a cada dia, com o fato de que a água está sendo privatizada e usada como mercadoria. O domínio da água por grupos com interesses capitalistas impôs às populações ribeirinhas mudanças nos seus modos de vida. Isso ocorreu, primeiramente, devido à construção da barragem Bico da Pedra, que impediu

---

<sup>13</sup> CAVALCANTI, José Euclides Alhadás; COSTA, Francisco Armando da. **Impactos socioeconômicos do perímetro irrigado do Gortuba nos municípios de Janaúba e Porteirinha**. Montes Claros: CODEVASF, 1998.

<sup>14</sup> HERMANO, Vivian Mendes. **Desenvolvimento urbano-rural da rede de Janaúba e Nova Porteirinha**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social). 103 Fls. Universidade Estadual de Montes Claros, UNIMONTES. Montes Claros. 2006.

<sup>15</sup> Idem. p. 09.

<sup>16</sup> AFONSO, Priscilla Caires Santana. **Usos e Gestão das águas nas territorialidades das comunidades rurais do Norte de Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Geografia). 300 Fls. Universidade Federal de Uberlândia-UFU. Uberlândia. 2013.

a migração dos peixes e a reprodução de algumas espécies, prejudicando a pesca e o regime de vazão do rio que, na época das cheias, alimentava lagoas marginais importantes para a irrigação de pequenas hortas. Em segundo lugar, verificou-se a contaminação dos solos, água e lençóis freáticos, devido ao uso em larga escala de agrotóxicos e fertilizantes pelo agronegócio no perímetro irrigado.

Ainda tendo como foco a questão do meio ambiente, Maria das Graças Vieira<sup>17</sup> discutiu como o impulso socioeconômico do Vale do Gorutuba realizou-se através da degradação ambiental. A autora salienta que as agressões que o rio Gorutuba vem sofrendo podem significar a sua morte e, por fim, o fracasso de toda a política desenvolvimentista baseada na irrigação que se estabeleceu a partir dele.

Virgínia de Lima Palhares<sup>18</sup> abordou a viabilidade econômica do perímetro irrigado, destacando limites, desafios e perspectivas da agricultura regada, tanto na modalidade empresarial, quanto familiar. Ao se referir aos trabalhadores que perderam suas terras, Palhares observa que “a desapropriação causou um problema social, sobretudo para aqueles que trabalhavam nas terras dos proprietários e foram colocados na rua, causando inchamento na cidade”.<sup>19</sup> Entre outros aspectos que podem ser problematizados nesta citação, salientamos cinco: a) havia uma heterogeneidade de formas de trabalho, sendo que nem todos os sujeitos praticavam a agricultura de subsistência; b) até que ponto esses fazendeiros (donos das “terras dos proprietários”) exerciam domínio e influência na vida da comunidade? c) que tipo de relações os trabalhadores rurais do Vale do Gorutuba mantinham com esses fazendeiros? d) como viveram e vivem estes homens e mulheres que “incharam” a cidade? e) antes de naturalizar as desapropriações, não seria interessante compreender como as pessoas vivenciaram e interpretaram este processo?

O estudo da agrônoma Bruna Marcatti<sup>20</sup> buscou comparar a produção agrícola antes e depois das desapropriações. A autora mostra que a diversidade agrícola verificada antes da expropriação das terras foi substituída pela fruticultura, principalmente a banana, em um contexto no qual se sobressaem produtores com perfil empresarial ou os próprios

---

<sup>17</sup> VIEIRA, Maria das Graças. **Avaliação socioeconômica e ambiental do perímetro irrigado do Gorutuba- MG e o desenvolvimento regional**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 86 Fls. Universidade Federal de Uberlândia-UFU. Uberlândia. 2003.

<sup>18</sup> PALHARES, Virgínia de Lima. **A irrigação pública no processo de transformação do espaço agrário**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 234 Fls. Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG. Belo Horizonte. 1995.

<sup>19</sup> Idem. p. 102.

<sup>20</sup>MARCATTI, Bruna. **Vidas Alagadas: Histórico social e produtivo das famílias atingidas pela barragem Bico da Pedra**. Monografia (Graduação em Agronomia). 78 Fls. Universidade Federal de Minas Gerais, Campus Montes Claros: Montes Claros. 2009.

empresários. Assim, existe uma tendência para a monocultura da banana na região, sendo que o projeto irrigado “artificializou não somente a paisagem natural, mas a dinâmica de trabalho do núcleo familiar e a vida dos camponeses do sertão”.<sup>21</sup>

O trabalho da historiadora Sâmily Jordanny Mendes Pereira procurou compreender experiências de pessoas que tiveram suas “vidas inundadas” pela construção da represa do Bico da Pedra. Ao interpretar as vivências dos trabalhadores antes das desapropriações, a autora descreve que os “moradores viviam de forma natural, produzindo seus próprios alimentos e raramente mantendo relações com a cidade”<sup>22</sup>. Esta interpretação cria um certo juízo de valor a partir de sentimentos saudosistas e nostálgicos que acabam propalando uma imagem, recorrente ao longo do texto, de “paraíso perdido”.

Parte da historiografia existente e divulgada acerca dos municípios de Janaúba e Porteirinha foi escrita principalmente por memorialistas<sup>23</sup> que destacaram os “desbravadores” que ali chegaram ainda no Brasil colônia à procura de ouro. Não encontrando pedras preciosas, se fixaram como “coronéis” que mandavam e desmandavam no sertão. Em uma escrita baseada em concepções lineares e evolutivas, são destacadas as grandes fazendas de gado dos séculos XVII ao XX, a construção da linha férrea da década de 1940 e, por fim, a construção da barragem do Bico da Pedra e do projeto de irrigação do Gorutuba, ambos na década de 1970.

Estes “desbravadores” e “arautos do progresso” de Janaúba e Porteirinha são homenageados em nomes de logradouros, nas páginas de livros, bustos e fotografias expostos em espaços públicos como escolas, ruas e hospitais. Em determinadas ocasiões, como no “aniversário da cidade”, são estes sujeitos que são lembrados e fazem parte de uma “história oficial” a ser propalada e disseminada pelas novas gerações.

O livro “Janaúba, uma cidade a ser conhecida”,<sup>24</sup> produzido por alunos, professores e equipe diretora de uma escola pública daquela cidade, foi distribuído para vários

---

<sup>21</sup> MARCATTI, Bruna. **Vidas Alagadas**: Histórico social e produtivo das famílias atingidas pela barragem Bico da Pedra. Monografia (Graduação em Agronomia). 78 Fls. Universidade Federal de Minas Gerais, Campus Montes Claros: Montes Claros. 2009, p.16.

<sup>22</sup> PEREIRA, Sâmily Jordanny Mendes. **Vidas inundadas**: histórias e memórias de famílias desapropriadas com as construções da barragem Bico da Pedra e do Projeto de Irrigação Gorutuba em Janaúba-MG. Monografia (Graduação em História). 71 Fls. São Francisco: Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES, 2013, p. 47.

<sup>23</sup> OLIVEIRA, Palmyra Soares. **Porteirinha**: memória histórica e genealogia. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2008.

-SANTA RITA, Carlos. **Pequena História de Janaúba**- (Mímeo), 1977.

-SANTOS NETO, José dos. **Causos e coisas**: o sertão e sua gente. Montes Claros: Editora Millennium Ltda, 2010.

<sup>24</sup> SILVA, Maria de Jesus Lopes (org.). **Janaúba, uma cidade a ser conhecida**. Montes Claros, MG: Unimontes, 2008.

estabelecimentos de ensino no objetivo de descrever “a” história daquele município. Tendo como fontes as obras de memorialistas e entrevistas realizadas com moradores antigos, a obra procura elucidar aspectos econômicos, políticos, históricos, culturais e religiosos de Janaúba.

Após citar elementos da ocupação regional, tendo como referência índios e negros que fugiram do cativeiro, os autores abordam a transformação do Vale do Gortuba devido à pecuária extensiva, seu abastecimento por tropeiros e a chegada de comerciantes e fazendeiros que foram construindo moradias e formando as primeiras vilas e povoados. Chama a atenção o capítulo “Do Vale Virgem à escala do progresso” onde se inicia com a afirmação “da gameleira (antigo nome de Janaúba) que falamos, nada mais resta” mostrando que a ferrovia, a urbanização e a modernização agrícola do século XX iniciaram uma “nova fase histórica”. Se esta memória cumpre uma função de exaltação e celebração de certos fatos e eventos históricos, a ser reproduzida e difundida em espaços públicos e privados, ela oculta a participação de sujeitos comuns no processo histórico.

Duas observações podem ser feitas na análise das produções historiográficas citadas. A primeira diz respeito à forma como os(as) autores(as) lidam com a questão do Estado. Este, ora é visto como entidade que paira sobre a sociedade e a domina, estando blindado contra qualquer interferência social, ora é visto como servo dos interesses de classes ou frações de classe. Tem-se, pois, um estado *sujeito*, onde a construção de perímetros irrigados seria resultado da vontade de técnicos e burocratas independentemente de pressões e embates de diferentes grupos sociais, ou um Estado *objeto*, em que o investimento em irrigação estava voltado tão somente para a satisfação das demandas do empresariado rural e à garantia do avanço do capitalismo no campo.

Esta interpretação tem uma força e dimensão que ultrapassa os muros da universidade e muitas vezes são compartilhadas pela mídia, por movimentos sociais e entidades de classe. O Estado é visto como algo distante, fechado, imutável e imune às lutas e embates travados na sociedade.

Compartilhamos a noção de Estado enquanto “relação social”<sup>25</sup> permeado e constituído por meio de negociações, interações, disputas, embates, pressões e contrapressões de diferentes setores e grupos ao longo do processo histórico. Na correlação

---

<sup>25</sup> Cf. MENDONÇA, Sonia Regina de. **Economia e política no Brasil: uma reflexão**. In: II Jornadas de Historia Economica, Montevideo. Anais... Montevideo: Asociación Uruguaya de Historia Economica, 1999, 19. P. (CD ROM).

-COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p.121-143.

de forças sociais, o Estado media o conflito e procura impor o consenso entre diferentes classes e frações de classe, o que não significa o fim das disputas e tensões. De acordo com Gramsci, o Estado “integral” ou “ampliado” é o resultado da soma da sociedade civil com a sociedade política, conceito esse que apreende a estrutura e a superestrutura, a política e a economia.<sup>26</sup>

No exercício de buscar compreender a cultura, aqui entendida como “modos de luta e de vida”<sup>27</sup>, fez-se necessário refletir sobre diferentes subjetividades e temporalidades dentro de um mesmo processo histórico-social. As vivências dos produtores rurais não são descoladas de um processo maior que envolve outros agentes e agências que compõem as relações de força e poder. Desta forma, procuramos compreender como os projetos de desenvolvimento e sociedade forjados por entidades patronais, imprensa e órgãos governamentais se chocaram com visões de mundo e expectativas de integrantes de grupos sociais subalternos.<sup>28</sup> As memórias e experiências de pessoas pobres que residiam no campo foram se fazendo, desfazendo e refazendo a partir de relações mantidas não apenas com seus pares, mas também por meio da interação, ora harmoniosa ora conflitiva, com outras instituições.

Os relatórios e documentos produzidos por aparelhos do Estado destacam-se pela escrita formal, objetiva, jurídica e/ou técnica onde se intenciona transmitir uma noção de neutralidade e imparcialidade. Na análise destes documentos, as considerações de Sônia

---

<sup>26</sup> A teoria do “Estado ampliado” ou “Estado integral” de Antonio Gramsci concebe o Estado como o conjunto da “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) com a “sociedade política”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. A sociedade política (que Gramsci também chama de “Estado em sentido estrito” ou de “Estado-coerção”) é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva, jurídica, legislativa e policial-militar. A sociedade civil é formada precisamente pelos aparelhos privados de hegemonia. Estes disseminam entidades associativas que formulam, educam e preparam seus integrantes para a defesa de determinadas posições sociais e para uma certa sociabilidade. Enquanto na sociedade política o exercício do poder ocorre sempre através de uma ditadura, ou seja, de uma dominação mediante coerção, na sociedade civil esse exercício do poder ocorre através da direção política e do consenso. Cf.

-GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 2. Ed. E Trad. Carlos Nelson Coutinho; coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 20-21.

- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Volume 3. Trad. de Carlos Nelson Coutinho (et. All.); coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

-FONTES, Virgínia. Sociedade Civil. In: LIMA, Júlio César França; PEREIRA, Isabel Brasil. **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2ª ed.rev.ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008, p. 370-370.

<sup>27</sup> HALL, Sturt. **Notas sobre a desconstrução do “popular”**. In: SOVICK, Liv (Org.). Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009, p. 243.

<sup>28</sup> A expressão grupos ou classes subalternas será usada na tese a partir da interpretação de Guido Liguori na qual compreende mulheres, minorias étnicas, gente inferiorizada ou expropriada, refugiados, exilados, etc. Nessas palavras, “subalternos” são todos aqueles que sofrem uma relação qualquer de opressão e de exclusão. LIGUORI, Guido. **Partido e subalternos em Gramsci e hoje**. s.n.t. 18 p.

Regina de Mendonça<sup>29</sup> foram essenciais na criação de algumas problematizações e chaves de leitura a partir da necessidade de: a) relativizar a fala oficial tentando verificar o reverso, ou seja, os projetos perdedores; b) tomar certas modalidades de fontes oficiais enquanto um gênero, que tem destinatários específicos e, portanto, todo um léxico adequados a mobilizá-los e envolvê-los no(s) projeto(s) que o(s) grupo(s) aparelhado(s) quer(em) perpetrar; c) ter condições de perceber, através de um tom aparentemente monocórdio e repetitivo do discurso vinculado pela(s) agência(s) de Estado, as nuances dos conflitos que as atravessam, uma vez que tais conflitos “intra-burocráticos” não estão deslocados das tensões existentes no seio mesmo da sociedade civil.

Estes relatórios e decretos se colocam como versões autorizadas do passado, ao mesmo tempo em que buscam conferir legitimidade para as ações dos órgãos estatais. No diálogo com este tipo de evidência foi possível perceber qual tipo de sociedade\desenvolvimento estava sendo articulado de acordo com os pressupostos de modernidade\modernização em curso bem como os conflitos e contradições que procuravam apagar.

Os documentos tidos como “oficiais”, por serem produzidos por agentes governamentais, eram traduzidos para uma forma didática a partir das redes e relações mantidas por seus criadores com aparelhos privados de hegemonia<sup>30</sup> que atuavam junto à sociedade civil no objetivo de transformar um projeto de classe em “concepção de mundo” e ideologia a ser compartilhada por toda população.

Entre outros aparelhos de hegemonia, a imprensa foi usada para articular, defender e propalar o projeto dominante de desenvolvimento junto à opinião pública, criando uma nova concepção da realidade. Transformar a imprensa em fonte histórica significou verificar consensos que estavam sendo fabricados, modo de atuação de distintos órgãos

---

<sup>29</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. **Economia e política no Brasil: uma reflexão**. In: II Jornadas de Historia Economica, Montevideo. Anais... Montevideo: Asociación Uruguaya de Historia Economica, 1999, p. 16-17. (CD ROM).

<sup>30</sup> Gramsci descreve que os aparelhos privados de hegemonia, como sindicatos, escolas, imprensa, partidos políticos, organizações profissionais, etc. constituem um conjunto de organismos de participação política que correspondem à função de hegemonia e de contra-hegemonia tecidas na sociedade civil. De acordo com Virgínia Fontes, sociedade civil aparece, nos escritos gramscianos, como “duplo espaço de luta de classes: expressa contradições e ajustes entre frações da classe dominante e, ao mesmo tempo, nela se organizam também as lutas entre as classes. Os aparelhos privados de hegemonia (ou de contra-hegemonia) são organizações nas quais se elaboram e moldam vontades, e com base nas quais as formas de dominação (ou de luta contra ela) se irradiam para dentro e para fora do Estado. Aí subjaz o convencimento não apenas de maneira estática, mas como processo.” Cf. FONTES, Virgínia. *Sociedade Civil*. In: LIMA, Júlio César França; PEREIRA, Isabel Brasil. **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2ª ed.rev.ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008, p. 370-370.-GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, v.2. Ed. e Trad. Carlos Nelson Coutinho; co-ed., Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

governamentais e aparelhos privados de hegemonia, a produção de memórias, a adesão e articulação de jornalistas para que determinados projetos “saíssem do papel”.

Em suas análises sobre a Itália nas primeiras décadas do século XX, Gramsci considerou a imprensa a parte mais dinâmica da estrutura ideológica da classe dominante, embora não seja a única (o autor sardo inclui ainda escolas, bibliotecas, clubes, círculos sociais, até a arquitetura e o nome das ruas). O jornalismo foi considerado por Gramsci como um instrumento político-formativo, e não apenas informativo, que, em última instância, introduzia “novos lugares comuns”.<sup>31</sup> Suas considerações foram importantes para se pensar a imprensa como força ativa na sociedade que atua na fabricação de consensos e produtora social de memórias.

Desde muito tempo a imprensa não é vista entre os historiadores como simples ilustração ou representação neutra da realidade. Contudo, para além da simples referência de sua parcialidade, procuramos entendê-la como força constitutiva do social, verificando os espaços que os jornalistas frequentavam, as pessoas que eles acompanhavam, as relações mantidas com os poderes políticos e econômicos, as notícias que eram manchetes, seus principais patrocinadores, os temas mais corriqueiros, o que era considerado como “verdade” a ser propalada, como os trabalhadores eram representados, quais sujeitos e aparelhos tinham abertura para divulgar suas ideias e ideais, os municípios e dias que circulavam, entre tantos outros questionamentos que demonstram como esta fonte não se encontra acima dos fatos narrados.

Além de analisar como os periódicos se articulavam e participavam da constituição de determinados projetos desenvolvimentistas, a exemplo do jornal Diário de Montes Claros e do Jornal do Norte, ambos localizados no acervo particular de Américo Martins Filho, em Montes Claros, e do jornal *O Gorutuba*, localizado na biblioteca pública de Janaúba, pesquisamos alguns noticiários produzidos por para trabalhadores, a exemplo do jornal Pelejando. Este, encontrado na Comissão Pastoral da Terra, em Montes Claros, evidenciou como os projetos de modernização e progresso econômico atingiram negativamente várias comunidades rurais no Norte de Minas, assim como as lutas dos sujeitos frente às ameaças que estavam postas.

Foram analisadas e digitalizadas todas as edições do jornal *O Gorutuba* entre os anos de 1965 a 1987, um exercício que se mostrou de suma relevância para se ter uma visão

---

<sup>31</sup> Idem, p. 78 e 208.

mais total do processo histórico a partir das ações e relações forjadas por diversos sujeitos e instituições ligadas tanto à sociedade civil quanto à sociedade política.

O acesso a muitos registros foi moroso e difícil, principalmente aqueles localizados em órgãos públicos. Deparamos com a falta de organização e preservação, resistência de funcionários de liberá-los para consulta ou até mesmo desconhecimento de sua existência. Acreditamos que estes fatores não são naturais, mas fazem parte de um interesse em manter determinada memória esquecida ou inacessível permitindo, desta forma, perpetuar apenas uma memória única e de acordo com interesses dominantes.

Os locais onde foram localizados os relatórios e jornais expressam qual memória se deseja evidenciar e qual esquecer. O jornal *O Gorutuba*, que circulou em Janaúba durante todo o regime militar e foi porta-voz de frações da classe dominante que defendiam projetos tidos como desenvolvimentistas, está disponível para consulta pública na biblioteca de Janaúba. Neste espaço também se encontram documentos cedidos pela Codevasf sobre a construção do projeto Gorutuba e da barragem do Bico da Pedra. Um grande público, principalmente estudantes, visitam a biblioteca e tem contato com o este material que se transforma em único meio de informação e pesquisa.

Os documentos da Comissão Parlamentar de Inquérito(CPI) referente às desapropriações encontram-se nos arquivos da ALMG (Assembleia Legislativa de Minas Gerais), em Belo Horizonte, e os relatórios contendo nomes dos produtores rurais e quantidade de hectares expropriados, valor e critérios das indenizações, estudos sociológicos e pesquisa sobre demarcação da terra a ser alagada pela construção da barragem foram encontrados na Biblioteca Central da Codevasf, em Brasília. Todos estes documentos possuem restrições quanto ao acesso do grande público.

A classe dominante procurou estabelecer quais versões do passado deveriam ser reproduzidas e celebradas, o que lembrar e o que esquecer e qual história deveria ser divulgada nos espaços públicos. A quebra ou manutenção de silêncio quanto a determinadas memórias passam, pois, pela localização, formas de preservação e critérios para consulta de registros históricos.

Outra questão verificada na historiografia regional refere-se à abordagem em relação aos trabalhadores. Estes são retratados a partir de uma visão de lamento, entendidos como coitados, vítimas e inertes, de tal forma que o recorte temporal muitas vezes ficou restrito ao momento de perda da terra como se os sujeitos fossem incapazes de reconstruir suas vidas e culturas em outros espaços. A destruição de um passado visto como “reino

encantado” acabou por tirar a potência histórica dos sujeitos, o que não significa que eles vivenciaram a realidade da forma como gostariam.

Edward Palmer Thompson<sup>32</sup> adverte para o fato de que as transformações materiais não significam o fim da luta de classes, mas apenas um estágio dessa luta e parte do seu caráter. Embora tratando de outro espaço e temporalidade, a análise de Thompson é também indicação de um caminho teórico-metodológico para a presente pesquisa, ao considerar que devemos compreender como essas transformações materiais são sentidas na vida social e econômica, como repercutem nas ideias e valores dos indivíduos e como são questionadas nas ações, escolhas e crenças humanas.

A superação de uma visão de lamento nos permite verificar que as privações e carências materiais exigiam dos produtores rurais constantes mudanças na busca pela sobrevivência, não fazendo sentido dicotomias como fartura e penúria ou a vida antes e depois da modernização agrícola. Esta interpretação histórica não nos permite visualizar que a luta dos sujeitos por direitos e dignidade atravessam estes marcos temporais.

Ao procurar evidenciar as experiências dos trabalhadores, procuramos disputar, histórica e politicamente, os sentidos do passado. Nos distanciamos do tempo único e linear do progresso para abarcar diferentes temporalidades, sentidos e significados da história, vista essencialmente como processo e relação e, portanto, contrariando concepções que a abordam a partir da evolução do capitalismo que entendem o “progresso” como direção da humanidade. Déa Fenelon salientou que precisamos

tirar a história dos esquemas em que se aprisionou para conseguir compreender como se formaram os mecanismos de dominação e de exploração e como se organizaram os homens para combatê-los. E isto significa se distanciar de explicações que se estabeleceram apenas em função dos avanços da tecnologia industrial, para compreender os avanços alcançados na satisfação das necessidades coletivas, na libertação de toda forma de opressão, recuperando caminhadas, programas fracassados, derrotas e utopias, porque nada nos garante que o que triunfou foi sempre o melhor e que os projetos alternativos ou as lutas cotidianas ainda que perdedoras, não devem merecer também nossa atenção de historiadores.<sup>33</sup>

---

<sup>32</sup> THOMPSON, E.P. Folclore, Antropologia e História Social. In: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: UNICAMP, 2001, p. 262-263.

<sup>33</sup> FENELON, Déa Ribeiro. **Trabalho, Cultura e História Social**: perspectivas de investigação. In: Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, n° 4. São Paulo: PUC-SP, 1985, 24-25.

Tratar a construção de grandes empreendimentos como marcos explicativos da história coloca em destaque apenas autoridades políticas e empresariais, vistos como os “pais” do progresso e do desenvolvimento, enquanto homens e mulheres comuns são tidos simplesmente como forças de trabalho ou estatísticas demográficas. Esta interpretação da história remete ao tempo do progresso que propala a harmonia, a conciliação e o conformismo negando, e até mesmo ridicularizando, a existência de uma sociedade de classes e de conflitos sociais.

A função social da história e do historiador deve abranger um compromisso com uma escrita mais democrática que leve em consideração experiências e valores de sujeitos simples que comumente não aparecem nas páginas da narrativa dominante. A recuperação de caminhadas, programas fracassados, derrotas e utopias evidenciam as fissuras e disputas existentes no interior na constituição da hegemonia, destacando como certos valores, tradições e costumes dos trabalhadores são reordenados e transformados, mas ainda permanecem latentes na sociedade.

A história oral foi uma metodologia importante para perceber a dinâmica social e histórica pelo viés de sujeitos que não tiveram seus rostos e falas estampados nos jornais, onde o acesso à palavra escrita é restrito e, por estes motivos, sempre foram vistos e representados a partir da fala de outras pessoas e entidades que se colocaram como autorizados a falarem em seus nomes.

Os trabalhadores constroem suas relações com o tempo e com os fatos históricos de modo a interpretá-los de forma pessoal, ou seja, não apenas narram o evento de modo imparcial e distante, mas evidenciam como participam da história e como percebem, sentem e vivem suas transformações, permanências, continuidades e rupturas. Alistair Thomson pondera que a história oral “permite entender como as matrizes em movimento das forças sociais impactam e moldam os indivíduos, e como os indivíduos, por sua vez, respondem, agem e produzem mudanças na arena social mais ampla.”<sup>34</sup> Deste modo, é na relação presente-passado-presente que são forjadas as interpretações e significados das experiências, assim como a constituição de memórias, aqui entendidas como fato histórico e materializadas em projeto social.

Foram realizadas 31 entrevistas com produtores(as) rurais, agentes governamentais e membros de movimentos sociais e sindicais residentes nos municípios de Montes Claros, Janaúba, Porteirinha e Nova Porteirinha. Em alguns casos foram realizadas duas ou três

---

<sup>34</sup> THOMSON, Alistair. **Histórias (co)movedoras**: História Oral e Estudos de Migração. In: Revista Brasileira de História. Vol. 22, Nº 44, São Paulo, 2002, p. 345.

conversas para dirimir dúvidas que surgiram ao longo da transcrição e análise das narrativas. Não foram utilizadas todas as entrevistas tendo em vista que algumas pessoas responderam de forma bastante objetiva, seja pela timidez, acanhamento ou porque não desejavam rememorar a questão das desapropriações. Desta forma, foram utilizadas as entrevistas mais representativas, aquelas que abriram e delinearão maiores possibilidades para compreensão do movimento histórico-social a partir de subjetividades socialmente compartilhadas.<sup>35</sup>

A baliza temporal compreende a década de 1950, período em que a conjuntura desenvolvimentista nacional teve reflexos no Vale do Gortuba, e se estende até 2016, ano em que as entrevistas foram realizadas<sup>36</sup>. Este recorte cronológico não manteve-se rígido ou fechado, o que possibilitou observar continuidades e rupturas em relação à períodos anteriores.

O acesso a muitos produtores rurais ocorreu a partir da indicação de Ulisses e dos próprios entrevistados, sendo que em alguns casos foram descritos apenas a possibilidade de um ou outro sujeito estarem vivos e residirem em determinadas comunidades uma vez que a desapropriação acabou\restringiu com o vínculo social que mantinham. São pessoas que possuem uma casa na cidade, outros que conseguiram retornar para o campo e terem uma terra própria e, ainda, sujeitos que após alguns anos desapropriados foram selecionados pela Codevasf para morar e trabalhar em pequenos lotes irrigados através de um “direito de ocupação”.

As entrevistas foram realizadas nas salas das casas, quando residiam nos perímetros urbanos, ou nos quintais, no caso daqueles que residiam no campo. Neste último caso, foi interessante notar como o quintal representa para eles um espaço de liberdade e sociabilidades. Mesmo nos recebendo na casa, a conversa deveria ocorrer no quintal, a exemplo do que acontecia nas épocas passadas quando reuniam amigos e vizinhos para “prosear” e contar os “causos”.

Ao narrarem suas próprias vidas, trabalhadores abriram um leque para se compreender a formação da propriedade agrária no Norte de Minas, a composição social, qual tipo de situação cria estes projetos de modernização, pessoas e direitos atingidos. A modernização e o desenvolvimento não aparecem como conceitos dados e abstratos, mas como constituídos social e dialeticamente.

---

<sup>35</sup> Sobre narrativas representativas Cf. PORTELLI, Alessandro. **A filosofia e os fatos**: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Niterói, RJ: Revista Tempo, Vol. 1, n.2, p.59-72, 1996.

<sup>36</sup> As idades dos sujeitos citadas ao longo do tempo correspondem a data de realização das entrevistas.

As narrativas trouxeram uma pluralidade de visões e sentidos do passado e do presente que estão relacionadas às diferentes sociabilidades, formas de trabalho e produção e expectativas dos sujeitos. Ao não transformarmos a realidade em serva de arranjos e teorias prévias foi possível fugir de classificações e definições onde os sujeitos aparecem tão somente dentro de movimentos sociais ou manifestações coletivas onde particularidades e especificidades desaparecem.

Os diversos documentos analisados (narrativas orais, jornais, revistas, relatórios produzidos por órgãos governamentais, processos e decretos judiciais, atas de associações, mapas, fotografias e imagens) são compreendidas como linguagens constituídas de significados e sentidos. Eles foram encontrados em bibliotecas, acervos particulares, endereços eletrônicos e arquivos nos municípios de Janaúba, Porteirinha, Nova Porteirinha, Montes Claros, Belo Horizonte e Brasília.

Entendemos que as diversas evidências elencadas na tese são “linguagens” que estão inseridas e fazem parte do circuito de construção de hegemonias. De acordo com Yara Khoury

[...] o uso do termo “linguagens” como um sinônimo de fontes expressa uma reação a uma concepção positivista de fonte, que a vê de maneira estática, como algo dado, e a explora em sua dimensão mais informativa. Entendendo as fontes como práticas e expressão das práticas sociais, imbrincadas no fazer-se da experiência social, articuladas ao movimento da história, por meio das quais buscamos explorar e compreender o trabalho da consciência e da memória dos sujeitos históricos, dando significados e sentidos à transformação histórica que se forja nas lutas cotidianas.<sup>37</sup>

As linguagens fazem parte da dinâmica e constituição do mundo ao construírem memórias e buscarem a articulação de experiências sociais em torno de determinado projeto de sociedade. Sendo locais privilegiados onde projetos políticos e sociais são constituídos, algumas questões se fizeram primordiais, tais como: quais instituições as produziram? Quando e com quais interesses? Qual memória foi evidenciada? Qual foi ocultada? Quais os sentidos atribuídos ao passado?

Os vários documentos utilizados expressam como relações sociais, políticas e ideológicas foram construídas dentro de uma dinâmica e processo que frequentemente impõem novos desafios à sobrevivência dos trabalhadores. A análise das fontes, em sua totalidade e de modo relacional, indicam como o espaço gorutubano foi pensado,

---

<sup>37</sup> KHOURY, Yara Aun. “O historiador, as fontes orais e a história.” In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Org.) In: **Outras histórias: memórias e linguagens**. SP: Olho d’água, 2006, p.28.

construído, habitado, subjetivado e transformado a partir de demandas e interesses de diferentes grupos sociais. Tomando a noção de espaço a partir da tríade, indissociável e dialética, “percebido-vivido-concebido”, desenvolvida pelo filósofo francês Henri Lefebvre<sup>38</sup>, analisamos que ele está sempre inacabado e incompleto, o que significa dizer que está continuamente sendo produzido e transformado por diversos sujeitos e instituições.

A disputa por/pelo espaço não está fora da disputa pela memória. Ao longo da escrita da tese tornou-se visível como ambos são constituídos de forma dinâmica e conflituosa por diversos grupos que procuram se apropriar e transformar o espaço, imprimindo suas marcas na realidade social, alguns por sobrevivência e outros objetivando acumulação e lucro.

Para realizar as discussões propostas, a tese foi dividida em seis capítulos. O primeiro, intitulado “Vale do Gorutuba: a luta pela terra e o mundo dos trabalhadores”, procurou compreender aspectos da vida cultural e material dos moradores\trabalhadores que habitavam as comunidades rurais desapropriadas nos municípios de Janaúba e Porteirinha. Fez-se necessário destacar como a terra historicamente foi se transformando em elemento de disputas e conflitos entre diferentes classes e frações de classe que utilizavam múltiplos meios e justificativas para legitimar sua posse. As diversas fontes elencadas permitiram visualizar como o espaço foi construído a partir de chegadas e partidas, distintas formas de sobrevivência e relações familiares e comunitárias que nos ajudaram a problematizar certas imagens e interpretações idílicas do Vale do Gorutuba no período anterior às obras de irrigação.

O segundo capítulo intitulado “O campesinato Gorutubano e seus modos de vida: costumes, família, natureza e sociabilidades” analisa as reciprocidades e normas comunitárias dos trabalhadores. As trajetórias e vivências dos produtores rurais foram importantes no objetivo de evidenciar como, no processo de trabalho e transformação do espaço, eles criaram sentimentos de pertencimento e de identidade que são essenciais para perceber a terra para além do seu aspecto material-econômico.

“Ações e organizações estatais e de setores dominantes: ‘reforma intelectual e moral’ como dimensões da luta de classes” é o título do terceiro capítulo que procurou compreender como diversos agentes e instituições, públicas e privadas, procuraram, de modo conjunto, transformar os modos de viver, trabalhar e produzir de homens e mulheres

---

<sup>38</sup> LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

que viviam no\do campo em Janaúba e Porteirinha entre as décadas de 1960 a 1980. O capítulo aborda a ação do Sindicato dos Produtores Rurais de Janaúba, da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) e do jornal “O Gorutuba” no processo de constituição de uma nova hegemonia na região.

No quarto capítulo intitulado “Disputando espaços, construindo memórias: desapropriações, sentidos da terra e tensões sociais” foram abordados os significados, resistências, negociações e fissuras existentes no processo de construção da barragem Bico da Pedra e do projeto irrigado do Gorutuba. Buscamos, em um primeiro momento, demonstrar como o discurso de alguns aparelhos privados de hegemonia destacavam que os perímetros irrigados transformariam o Norte de Minas em uma “Califórnia Brasileira” e no “Celeiro do Mundo”. Em um segundo momento, procuramos evidenciar como os trabalhadores vivenciaram e interpretaram o processo de desapropriações e a imposição de um deslocamento compulsório.

O quinto capítulo tem como título “Do outro lado do rio: intelectuais, relações de força e resistências sociais”. Foram evidenciadas as tensões, conflitos e negociações dos trabalhadores da margem esquerda do rio Gorutuba em meio às ameaças de desapropriações para a continuidade das obras de irrigação. A realidade vivida pelos moradores\trabalhadores expropriados para construção das bacias hidráulica e de irrigação fez com que os sujeitos das comunidades rurais de Janaúba não aceitassem as propostas dos órgãos governamentais baseadas na justificativa de benefício e progresso econômico. No contexto de conflitos, o apoio de movimentos sociais e sindicais se mostrou essencial para a organização dos produtores rurais na luta pela permanência na terra

O sexto capítulo intitulado “Uma luta sem fim: dilemas, expectativas e desafios para viver no campo” procurou compreender a vida e as lutas dos trabalhadores após as desapropriações. Para além de observar o que eles ganharam ou perderam economicamente no processo de deslocamento compulsório, verificamos como os valores, experiências e saberes herdados ou construídos historicamente foram usados no processo social vivido. O capítulo também analisa movimentos de resistência e reivindicação por direitos que surgiram na região após a redemocratização do país, como a Associação dos Desapropriados do Projeto Gorutuba e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), práticas sociais indicativas de como a questão agrária no Vale do Gorutuba mantém-se viva e dinâmica dentro de um processo de ganhos e perdas que são inerentes às lutas e embates realizados pelos sujeitos ao longo da história.

# CAPÍTULO 1

## VALE DO GORUTUBA: A LUTA PELA TERRA E O MUNDO DOS TRABALHADORES

Este capítulo tem como objetivo compreender aspectos constitutivos da vida cultural e material dos moradores\trabalhadores dos municípios de Janaúba e Porteirinha, ambos localizados no Vale do rio Gorutuba, entre as décadas de 1950 a 1970. Para isso, duas questões norteiam o texto: que terra é essa? Quais sujeitos e relações sociais foram forjadas neste espaço ao longo do tempo?

Analisar o processo histórico de ocupação e disputa envolvendo diferentes grupos sociais pela apropriação de terras faz-se importante para desmistificar a noção de que a construção da barragem do Bico da Pedra e do PIG “inauguraram” tensões e conflitos territoriais no Vale do Gorutuba. Desde o Brasil Colônia diferentes grupos sociais, sob justificativas diversas, procuraram legitimar a posse de terras na região, sendo que ao longo do século XX os conflitos ganharam novos contornos e dimensões devido à ação de órgãos governamentais.

Os conflitos pela terra entre pequenos produtores rurais e classe dominante no Vale do Gorutuba deve ser entendido, necessariamente, como um conflito de valores e diferentes noções acerca do direito à propriedade. Em muitos momentos, a disputa entre ideias e visões de mundo foi substituída pelo uso da força e truculência contra os trabalhadores que, sem ter um aparato jurídico-policial a seu favor, foram expulsos de suas terras.

Realizamos entrevistas com pequenos e médios produtores rurais<sup>39</sup> objetivando compreender os modos de vida e trabalho antes da perda da terra. São homens e mulheres descendentes de posseiros, agregados, parceiros e arrendatários que foram se fixando na região desde o século XVI e, de modo mais concentrado, a partir da primeira metade do século XX com as oportunidades de trabalho e conquista de terras que foram surgindo.

Os entrevistados exerciam diversas atividades laborais, como a fabricação de farinha, rapadura, produção de alimentos para subsistência ou de algodão e mamona para venda sendo que, após a política do Estado ditatorial que criou a barragem e implantou o projeto de irrigação, tiveram transformados os aspectos e as formas da produção agrícola devido a produção de frutas em larga escala para abastecimento do mercado interno e

---

<sup>39</sup> De acordo com o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), é considerada pequena propriedade o imóvel de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais. Em Janaúba, um módulo fiscal corresponde a 50 hectares; em Porteirinha, um módulo fiscal corresponde a 65 hectares.

externo. Eles se auto identificaram como produtores rurais, lavradores, trabalhadores, pequenos proprietários e/ou como “fracos”, entendido como sinônimo de pobres, uma vez que constantemente se comparavam aos fazendeiros que são tidos como “grandes” ou “fortes”. Contudo, o termo “fraco” indica, mesmo de forma limitada, uma consciência da desigualdade existente e pertencimento a determinado grupo social.<sup>40</sup>

Na interação dialética entre sujeitos e estruturas procuramos apreender como culturas e experiências foram se constituindo e transformando ao longo do movimento histórico.

### 1.1-A produção social do espaço e de memórias: sujeitos, fronteiras e tempos

Aos longo dos séculos as terras do Vale do Gorutuba sempre foram alvo de disputas, cobiças e apropriações indevidas que geraram brigas, mortes e discórdias envolvendo trabalhadores e latifundiários. Remeter, através de um breve resumo, a estas disputas se faz relevante no sentido de evidenciar a história enquanto processo no qual os conflitos, expectativas e lutas dos sujeitos entrevistados por sobreviverem no\do campo fazem parte e dão continuidade, de alguma maneira, a herança de seus antepassados.

Ao longo do processo de ocupação, exploração e desenvolvimento da região do Vale do Gorutuba, com destaque para os municípios de Janaúba e Porteirinha, fronteiras<sup>41</sup> e territórios<sup>42</sup> foram se formando e transformando a partir de múltiplos interesses e demandas.

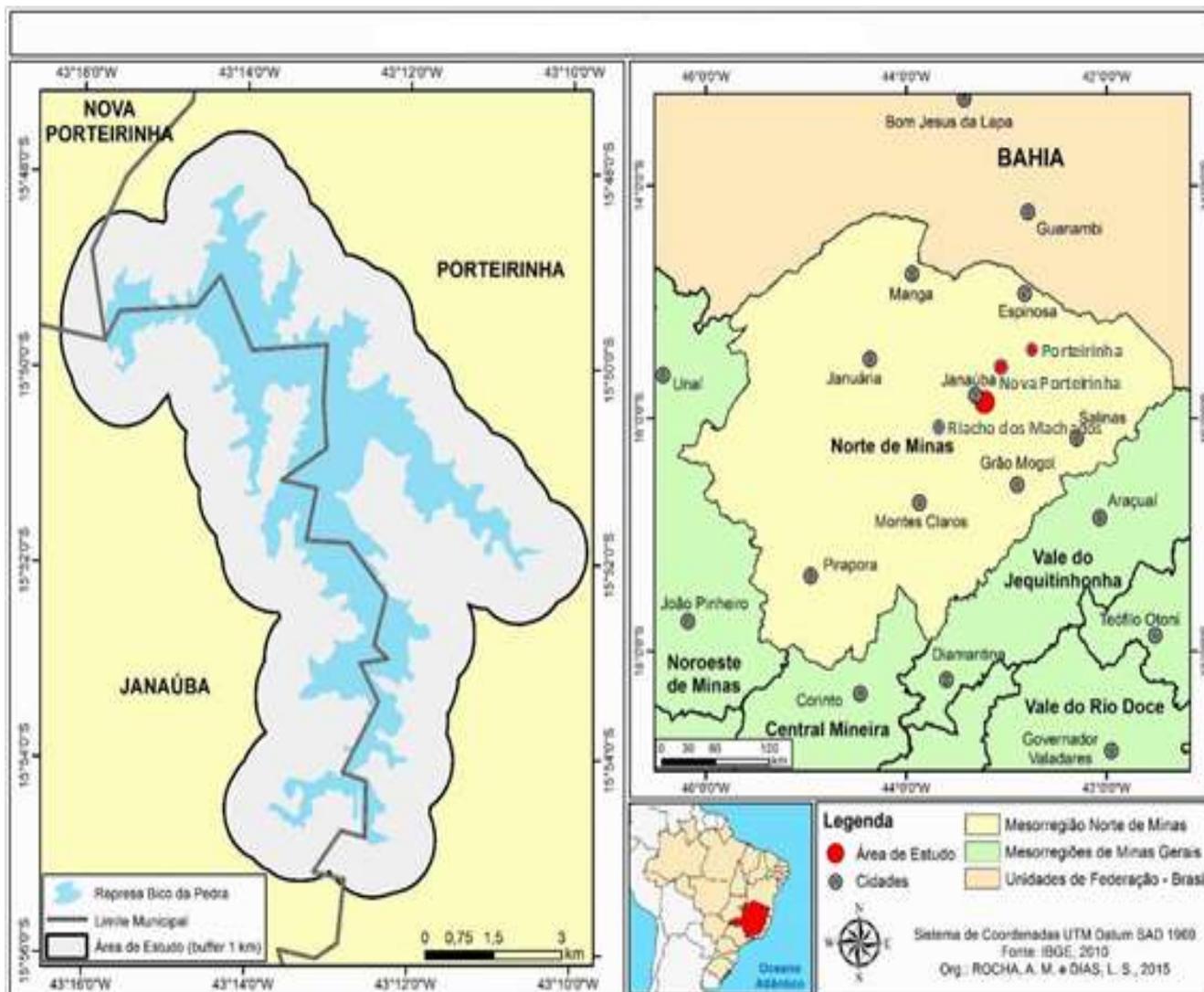
---

<sup>40</sup> A palavra “fracos” é usada por diversos sujeitos que vivem no campo brasileiro e foi analisada por diversos teóricos. Elide Rugai Bastos, ao pesquisar sobre populações camponesas pernambucanas entre as décadas de 1950 e 1960, escreveu a respeito deste tema que “a expressão ‘fracos’ aparece constantemente no decorrer das entrevistas. Num primeiro momento tivemos a tentação de conferir a ela um caráter político ou interpretá-la como um elemento que permitisse deduzir uma ‘clara consciência da desigualdade’, o que poderia sugerir a possibilidade de elaboração de projeto político alternativo. Todavia, os dados não permitem inferir que o alcance da expressão seja tão amplo, isto é, ela não parece expressar um *questionamento* da desigualdade. Aparece mais como sinônimo de pobre. Mas, mesmo que consideremos seu alcance limitado, a expressão sugere a compreensão frágil porque não reconhece os contornos da mesma. A expressão é importante, porque indica que o camponês dá conta de suas condições de existência, não individualmente, mas como membro de um grupo.” BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984. Ver especialmente o capítulo “Os Galileus”, p. 24.

<sup>41</sup> O conceito de fronteira aqui adotado remete a noção de José de Souza Martins onde fronteira é um lugar de encontros, esperanças e conflitos onde é possível observar como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem. Segundo Martins, fronteira não se resume à questão geográfica pois existe “fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta, fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano.”. Ver: MARTINS, José de Souza. **Fronteiras: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 11.

<sup>42</sup> Na concepção de Milton Santos, “o território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas

## Mapa 01: Localização da Área de Estudo



Fonte: DIAS; LEITE; ROCHA, 2015.<sup>43</sup>

Aderval Costa Filho<sup>44</sup> destaca dois momentos de crescimento demográfico na região do Vale do Gorutuba: a) no período de exploração e decadência da mineração, quando o Vale se constituiu em atrativo para escravos fugidos, forros, brancos pobres e de

materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população”. SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 97.

<sup>43</sup> DIAS, Lucimar Sales; LEITE, Marcos Esdras; ROCHA, André Medeiros. **Análise da ocupação no entorno da Barragem Bico da Pedra, no município de Janaúba/MG**. Revista Cadernos de Geografia. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Vol. 25, núm.44, p.221-236, 2015. (com adaptações).

<sup>44</sup> COSTA FILHO, Aderval. **Os Gurutubanos**: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro. Tese (Doutorado em Antropologia). Brasília: Universidade Nacional de Brasília\UnB, 2008, p. 31.

toda sorte de excluídos, e b) no século XIX, quando da abolição da escravatura, nova leva de negros libertos ganha os vales dos rios São Francisco, Verde Grande e Gorutuba.

No século XVII ocorreram várias expedições, autorizadas e estimuladas pela coroa portuguesa, em direção ao Vale do Gorutuba à procura de metais preciosos. Não encontrando ouro ou prata, muitos aventureiros e bandeirantes passaram a transformar os antigos territórios de índios e negros em campos de pastagem, sendo que muitos dos antigos moradores foram perseguidos, escravizados ou mortos. Chefes de expedições formaram grandes fazendas de gado, muitas delas próximas ao rio São Francisco, Verde Grande e Gorutuba, onde aproveitavam o ritmo hidrológico anual dos rios para a plantação em suas margens férteis.

Com o início da criação de gado nas proximidades do rio São Francisco, e depois em toda a região norte-mineira, foram abertas estradas por onde passavam diversas pessoas, fortalecendo as trocas comerciais e sociais. A população fixa e viajante, composta por fazendeiros, agregados, vaqueiros, tropeiros, negociantes, boiadeiros e pequenos produtores rurais, deu origem a povoados e comércios, muitos deles com o tempo se transformaram em vilas e/ou cidades.

Os fazendeiros foram se apropriando das terras mais férteis e próximas ao rio Gorutuba, o que lhes garantia melhores condições de trabalho e produção. Esta localização privilegiada, reproduzida historicamente, impôs aos pequenos produtores rurais dificuldades de sobrevivência e tem funcionado como um importante condicionante do processo de desigualdades sociais existentes na região.

Durante mais de três séculos a estrutura social e econômica do Vale do Gorutuba era composta majoritariamente por dois grupos sociais: os fazendeiros, praticantes da pecuária extensiva, e os trabalhadores, que tinham a agricultura de subsistência como base econômica. A criação bovina servia para abastecer o nordeste açucareiro, sendo que os fazendeiros reservavam uma parte da sua terra para a produção do algodão, uma vez que sua semente contribuía para alimentar e engordar o gado, principalmente nos períodos de seca. De acordo com Manoel Correia de Andrade, o poder político e econômico dos latifundiários era reforçado pelas alianças que mantinham com líderes da província de Minas Gerais, tendo sido, muitos deles, agraciados com títulos de nobreza-Barões de Gorutuba, de Grão Mogol, de Jequitaiá- e com postos de comando na Guarda Nacional.<sup>45</sup>

---

<sup>45</sup> ANDRADE, Manoel Correia de. **Áreas de domínio da pecuária extensiva e semi-intensiva na Bahia e Norte de Minas Gerais**. Recife (PE): SUDENE, 1982, p. 79.

Em 1901, o Vale do Gorutuba era descrito por Antônio Augusto Velloso, então Desembargador de Ouro Preto<sup>46</sup>, como um grande vazio demográfico e econômico. Em uma carta intitulada “Colonização Nacional da Jahyba”, região que abrangia o Vale do Gorutuba, foi salientado que

Ali, as terras de cultura para cereais, cana de açúcar, mandiocas, trigo, algodão, não podem deixar de ser pelo menos tão férteis como todas as do feracíssimo Valle do rio Verde(...). Finalmente, conquanto não tenham sido ainda exploradas aqueles sítios, apenas raramente percorridos pelos mais destemidos caçadores e vaqueiros extraviados, devem provavelmente deparar-se cômodas e apasiveis[sic] situações para estabelecimentos rurais naquelas paragens, onde a agricultura e a indústria pastoril, poderão juntar-se outras acessórias, como as extrativas, o cortume, o fabrico de fumo, a pesca e a caça (...). As terras do Jahyba oferecem os elementos para a fundação de UMA OU DE DIVERSAS PROMISSORAS COLONIAS, cuja idéia, se ocorrer aos poderes públicos e for promovida à realidade, há de trazer um importante melhoramento para o Estado, pelo maior desenvolvimento da lavoura, pelo invento das novas indústrias, pelo incremento do comércio fluvial do São Francisco e pelo conseqüente aumento das rendas(...). É porque a Jahyba é, quase em toda a extensão da área que a compreende, inabitada, pois somente os contornos que avizinham com as povoações adjacentes, são ocupadas por uma gente que se descreve como semi-selvagem, vivendo num estado pouco menos do primitivo, de natureza, em meia nudez, sustentando-se principalmente de caças, pesca, palmitos e frutas silvestres.<sup>47</sup>

O autor da carta destaca que a região era abundante em água devido à existência de diversos rios, entre eles o São Francisco, Verde Grande e o Gorutuba. A região é retratada como desconhecida, virgem e inexplorada, porém, se assim o governo desejasse, poderia ser explorada economicamente devido à imensidão de recursos naturais e minerais, ao incremento do comércio fluvial no rio São Francisco e o desenvolvimento da indústria, agricultura e pecuária.

Como na Constituição de 1891 dizia pertencer aos Estados as terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, o então criado Departamento de Terras, Matas e

---

<sup>46</sup> Antônio Augusto Velloso (1856-1924), de tradicional família montes-clarense, exerceu diversas atividades como magistrado, político, professor, advogado, escritor e jornalista. Nesta última atividade destacou-se por ser fundador, em 1884, o “Correio do Norte”, primeiro jornal a circular no Norte de Minas. De acordo com Andrey Lopes de Souza, Velloso foi deputado à Assembleia Provincial (1882-1883, 1886-1889), senador constituinte estadual e senador estadual (1891-1892), juiz de direito em Diamantina e Belo Horizonte, depois promovido a desembargador. No Império, pertenceu ao Partido Conservador e, na República, ao Partido Republicano Mineiro. Cf. SOUZA, Andrey Lopes de. **Memórias e experiências de trabalhadores no processo de luta pela terra em Cachoeirinha: violência, mobilização e conquistas.** Vale do Jaíba, MG, 1960\1980. Tese (Doutorado em História) 202 Fls. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2017, p. 21.

<sup>47</sup> VELLOSO, Antônio Augusto. **Colonização da Jaiba.** In: Instituto Histórico de Geográfico de Montes Claros. Volume II. Montes Claros: IHG-Montes Claros, 2008. Disponível em: <[http://www.ihgmc.art.br/revista\\_volume2.htm](http://www.ihgmc.art.br/revista_volume2.htm)> Acesso:11 agosto 2016.

Colonização de Minas Gerais deveria garantir o domínio estatal daquela região. Segundo Velloso, com o aval da legislação republicana, o governo mineiro deveria criar mecanismos para desenvolver uma política territorial, leia-se exploração e repovoamento, do referido espaço.

A integração da “distante, isolada e esquecida” Mata da Jahyba ao processo de crescimento econômico verificado em outras regiões de Minas mostra como agentes do Estado formulavam um projeto de criação de “uma ou mais colônias” a partir de critérios que estereotipavam, marginalizavam e depreciavam os sujeitos que ali residiam. Analisando a carta do desembargador, Andrey Lopes de Souza destaca que suas palavras representavam a visão de frações da classe dominante da época que, com um discurso civilizatório, buscava justificar a “ocupação” das terras pelo Estado, retirando-as das mãos de povos vistos como “semisselvagens”.<sup>48</sup>

Ao longo da carta, a região da Jahyba é descrita como terras “ocultas”, “quase desertas”, “desconhecidas”, “pouco explorada” e habitada por “índios, pretos e mestiços”. Neste sentido, existe um conflito em torno da apropriação, uso e finalidade do espaço, bem como em torno dos conceitos de povoamento, exploração e ocupação. Em síntese, para Velloso, visto enquanto agente governamental, a noção de ocupar, povoar e explorar tinha como pressuposto a obtenção de riquezas e lucros através de planejamento e racionalidade econômica, mesmo que culturas e valores das populações nativas desaparecessem ou fossem ocultadas sob o prisma do progresso.

A ocupação dos Vales da Jaíba e do Gorutuba envolve distintas e conflituosas memórias. Se, por um lado, quilombolas e indígenas se constituíram como seus primeiros habitantes que para lá se dirigiram fugido da escravidão, por outro, a memória transmitida por Velloso nega a presença destes sujeitos em nome de um projeto de crescimento econômico. Como descrito na apresentação deste capítulo, esta última versão tem sido a oficial e triunfante.

A tentativa de colonização empreendida por Velloso marca o início de um movimento de divulgação e valorização das terras gorutubanas que evolui e ganha notoriedade ao longo do século XX. Em alguns momentos, o discurso de “terras livres e devolutas” foi questionado por pessoas que viram a possibilidade de obterem vantagens com as transformações que estavam ocorrendo em todo o Norte de Minas.

---

<sup>48</sup> SOUZA, Andrey Lopes de. **Memórias e experiências de trabalhadores no processo de luta pela terra em Cachoeirinha**: violência, mobilização e conquistas. Vale do Jaíba, MG, 1960\1980. Tese (Doutorado em História) 202 Fls. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2017, p. 21.

No ano de 1928, um colunista do jornal “Gazeta do Norte”, identificado como S. Tupinambá, a exemplo do Velloso, fala da fertilidade das terras da Jahyba (principalmente da margem direita do rio Verde até o distrito de São José do Gorutuba, em Porteirinha), das potencialidades existentes para a agricultura e pecuária extensiva, da possibilidade da comercialização de gado com o Rio de Janeiro e Sul da Bahia e finaliza dizendo que “quando os invernistas das pastagens pobres e mirradas conhecerem a exuberancia das terras da Jahyba, a facilidade de sua aquisição e o futuro que lhes aguarda a Central do Brasil, a zona hoje esquecida será um dos pedaços mais ricos do Estado de Minas.”<sup>49</sup>

Logo abaixo da reportagem, citando as palavras e argumentos referentes à necessidade de ocupação da Jahyba, uma pessoa identificada como Quintiliano Teixeira dos Santos, da cidade de Curvelo, requer parte das terras da Jahyba como sendo de sua propriedade. Segundo ele “o illustre sr. Tupynambá tem muita razão em parte; apenas discordo d'elle quando affirma que as terras da Jahyba são todas devolutas. Do Catingão e Angico, a melhor parte da Jahyba, é a que me pertence. Tenho documentos de 115 anos! E como tenho aquelas terras para negócio, posso dar maiores esclarecimentos a quem pedir”.<sup>50</sup>

Sabendo que os trilhos da Estradas de Ferro da Central do Brasil (E.F.C.B) estavam atravessando municípios, vilas e distritos do Norte de Minas e logo atingiriam a “Mata da Jahyba”, o que levaria a uma valorização e especulação imobiliária daquelas terras, o Sr. Quintiliano, de uma cidade localizada na região central de Minas, dizia possuir documentos, anterior à Lei de Terras, que comprovariam ser dele parte do terreno anunciado no jornal e que estaria disposto a vendê-los.

Ao questionar o caráter público e salientar que “tenho aquelas terras para negócio” existe um entendimento, por parte do Quintiliano, que os homens e mulheres que ali residiam seriam considerados invasores por não terem escrituras que legalmente comprovassem a posse da terra.

Estes embates e disputas em torno da referida região na década de 1920 são representativos da indefinição de sua condição de devoluta ou particular. Como as propriedades na Mata da Jahyba não eram regularizadas, muitas vezes devido à falta de cartórios ou dos elevados custos para medir e demarcar as terras, diversos “donos” foram aparecendo ao longo do tempo.

---

<sup>49</sup> A Jahyba. **Gazeta do Norte**. Montes Claros, 19 nov. 1928, p. 06.

<sup>50</sup> Idem.

Um incipiente mercado de terras começava a ser gestado no Vale do Gortuba a partir dos boatos da chegada do transporte ferroviário, o que passou a evidenciar distintas justificativas e compreensões de direito à propriedade. Na década de 1940, com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil, os municípios de Janaúba e Porteirinha passaram por um processo de transformações econômicas, sociais e demográficas. Para a construção da ferrovia no “sertão de Minas”, o Governo Federal determinou que as terras do Vale do Gortuba eram devolutas devido à falta de documentos que comprovassem a existência de proprietários particulares.

As ferrovias no Norte de Minas, iniciadas na primeira metade do século XX, faziam parte de projetos governamentais de integração nacional, sendo consideradas como símbolos de tecnologia, progresso e modernidade. Ademais, o apoio de Getúlio Vargas a Tríplice Aliança durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) fez com que a União investisse no transporte ferroviário para facilitar a circulação interna das tropas brasileiras por vias terrestres em caso de ataque de países do Eixo.

Para expandir o trecho entre Montes Claros-Monte Azul<sup>51</sup> (os municípios de Janaúba e Porteirinha estão localizados neste espaço) os engenheiros da E.F.C.B., conforme Simone Narciso Lessa<sup>52</sup>, salientavam que a pobreza, as terríveis condições de vida, facilidade para o deslocamento dos sertanejos e a necessidade de controle daquela população eram justificativas suficientes para que o Governo Federal financiasse o avanço dos trilhos. A linha férrea cumpriria um papel não apenas econômico, mas também político e simbólico: levar a “brasilidade” e “sentimento patriótico” aos sertanejos “sem identidade” que viviam em regiões distantes dos centros urbanos.

Concomitantemente aos trabalhos de construção das vias férreas, os engenheiros propuseram uma parceria entre o Ministério da Viação com o Ministério da Agricultura no objetivo de criar um plano de colonização e constituição de núcleos populacionais no Vale do rio Gortuba devido à perenidade de suas águas e terras dotadas de grande fertilidade.<sup>53</sup>

---

<sup>51</sup> Inicialmente os trilhos da E.F.C.B passaram por localidades ribeirinhas, como Várzea da Palma e Pirapora (1910), e posteriormente por municípios distantes do rio São Francisco, como Joaquim Felício (1921), Engenheiro Dolabela (1922), Bocaiúva (1925) e Montes Claros (1926). Em 1945, foram inauguradas as estações no trecho da Estação Engenheiro Zander (em Capitão Enéas) a Janaúba. O trecho de Janaúba-Monte Azul, onde se encontra a estação de Tocandira (Porteirinha) foi inaugurado em 1947. Com a liberação de recursos do “Plano SALTE”, do governo Eurico Gaspar Dutra, foram liberados recursos para o término das obras entre Monte Azul a Brumado-Bahia.

<sup>52</sup> LESSA, Simone Narciso. **Trem de Ferro: do cosmopolitismo ao sertão**. Dissertação (Mestrado em História). 252 Fls. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, 1993, p. 200.

<sup>53</sup> LESSA, Simone Narciso. **Trem de Ferro: do cosmopolitismo ao sertão**. Dissertação (Mestrado em História). 252 Fls. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, 1993, p.202.

Na década de 1940, os governos de Getúlio Vargas e Eurico Gaspar Dutra viam na ocupação das fronteiras uma estratégia para garantir a segurança nacional e uma forma de expandir o projeto civilizatório capitalista para todas as regiões do país, principalmente aquelas habitadas por pessoas consideradas como atrasadas e ignorantes, a exemplo dos quilombolas e outros produtores rurais que viviam no Vale do Gortuba, região essa que muitas vezes apareciam nos relatórios de agentes governamentais como “espaços vazios”. Assim, os engenheiros da E.F.C.B reproduziam os interesses do governo varguista, seja na preservação das ingerências do Estado em projetos de colonização agrícola ou na busca de civilizar espaços e populações considerados primitivos.

Embora a implantação de uma colonização agrícola gerada e administrada pelo Estado não tenha sido levada adiante, diferentemente do que aconteceu na região onde hoje corresponde ao município de Jaíba, a 74km de Janaúba,<sup>54</sup> muitos trabalhadores se deslocaram para o Vale do Gortuba devido às notícias que iam se espalhando de que as terras na região eram “sem dono”.

Esta tentativa de colonização a partir da racionalidade e planejamento estatal tinha um cunho nacionalista ao tentar promover a “integração nacional”, ou seja, inserir regiões defasadas social e economicamente ao progresso e desenvolvimento nacional. Mesmo que a colonização não fosse, naquele momento, levada adiante, percebe-se uma preocupação de agentes estatais quanto ao “controle” e organização da população do Vale do Gortuba.

O termo “integração”, usado em diversos momentos do século XX para justificar a intervenção estatal no Norte de Minas, não compreende ou problematiza as contradições ocorridas no campo das relações sociais pois é um conceito ideológico usado de acordo com os interesses dominantes. A integração pretendida não era apenas geográfica ou econômica, mas também procurava padronizar formas de trabalho e vida, o que acabava por apagar e subjugar as experiências dos sujeitos a valores e hábitos considerados civilizados.

Além da construção da ferrovia propriamente dita, foram levantadas obras de infraestrutura visando atender às demandas dos trabalhadores e demais residentes. Ainda

---

<sup>54</sup> A criação de colônias agrícolas assentadas na pequena produção em Jaíba decorreu da criação, em 1948, da Colônia Nacional Agrícola da “Mata da Jaíba”. De acordo com Andrey Lopes de Souza, o Estado primeiramente incentivou a criação de uma “massa de trabalhadores”, contudo não ofereceu condições para que os mesmos continuassem na terra, o que veio a causar uma expulsão dos mesmos ou o surgimento de uma mão de obra para as grandes empresas agroindustriais que foram fixando naquele lugar. Cf. SOUZA, Andrey Lopes de. **Memórias e experiências de trabalhadores no processo de luta pela terra em Cachoeirinha: violência, mobilização e conquistas.** Vale do Jaíba, MG, 1960\1980. Tese (Doutorado em História) 202 Fls. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2017, 21-24.

de acordo com Simone Lessa<sup>55</sup>, também foi construída uma linha telefônica de Montes Claros à Monte Azul, contando com postes de 8 em 8 quilômetros, assim como foram instaladas 4 estações de radiotelegrafia e abertos 30 quilômetros de estradas de rodagem para transporte de víveres, materiais e água para todas as serventias.

A chegada da ferrovia, a inauguração das estações e povoados, formações de núcleos urbanos, aberturas de estradas, construções de linhas telefônicas, de estações de rádio e o tráfego de locomotivas atraíram várias pessoas. Muitos homens e mulheres passaram a viver próximos às estações formando núcleos urbanos que posteriormente foram se transformando em povoados e cidades como, por exemplo, Capitão Enéas (antiga Burarama), Pai Pedro, Catuti e Janaúba (até então conhecida como Gameleira)<sup>56</sup> e destacados distritos, como Orion (em Capitão Enéas), Quem-Quem (Janaúba) e Tocandira (Porteirinha). Em uma paisagem até então marcada pelas grandes fazendas, o surgimento de pequenos povoados promoveu uma nova dinâmica econômica, social e cultural na região.

Após a década de 1940 houve um considerável crescimento demográfico no Vale do Gortuba, em grande parte motivado pela implantação da ferrovia, sendo que “no período de maior intensidade dos trabalhos, de outubro a agosto de 1943, havia um serviço de 15 mil homens que, com suas famílias, perfaziam cerca de 50 mil pessoas”<sup>57</sup>. Lessa destaca que vários serviços eram disponibilizados a estes trabalhadores, como hospitais, postos de enfermagem e de odontologia, farmácias e escolas.

Trabalhadores do Norte de Minas e de outros estados, principalmente do Nordeste, chegaram ao Vale do Gortuba para a construção da linha férrea. A eles se juntaram comerciantes e assalariados dos empreiteiros que exerciam principalmente a atividade de fornecedores de dormentes<sup>58</sup>. Após a finalização dos serviços, muitos tiradores de dormentes permaneceram na região como “posseiros”, construindo ali suas cabanas e cultivando pequenas roças para subsistência.<sup>59</sup> Eles acreditavam que as terras pertenciam

---

<sup>55</sup> LESSA, Simone Narciso. **Trem de Ferro: do cosmopolitismo ao sertão**. Dissertação (Mestrado em História). 252 Fls. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, 1993, p.204.

<sup>56</sup> O antigo povoado de Gameleiras foi elevado à categoria de Vila em 1943 e em 27 de dezembro de 1948 tornou-se cidade com o nome de Janaúba, desmembrando-se do município de Francisco Sá. Janaúba é o nome de um arbusto, abundante na região, também conhecido como algodão de seda.

<sup>57</sup> LESSA, op. cit., p.206.

<sup>58</sup> Dormentes são peças colocadas transversalmente à via, e onde se assentam e fixam os trilhos.

<sup>59</sup> Não apenas os trabalhadores da linha férrea eram considerados “posseiros”, os “nativos” da região, principalmente quilombolas, detentores de vastas extensões territoriais, também foram enquadrados naquela definição por não possuírem o título das terras. Cf. COSTA FILHO, Aderval. **Os Gurutubanos: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro**. Tese (Doutorado em Antropologia). Brasília: Universidade Nacional de Brasília\UnB, 2008, p. 49.

ao Estado e nela trabalhavam para torná-la produtiva, o que incluía longos meses de desmatamento e limpeza, e, desta forma, procuravam justificar o direito de propriedade.<sup>60</sup>

A partir dos censos demográficos realizados pelo IBGE, Manuel Correia de Andrade destaca um forte crescimento populacional no município de Janaúba<sup>61</sup> e Porteirinha<sup>62</sup> a partir de 1950, sendo que a maioria se fixou na região como posseiros, denominados “ocupantes” pelo IBGE.”<sup>63</sup> Não conseguindo terras, muitos nordestinos tornaram-se agregados dos grandes fazendeiros, uma relação de trabalho existente na região desde os primeiros séculos de seu povoamento e exploração<sup>64</sup>.

Verifica-se, pois, que a política de expansão das ferrovias do governo Vargas permitiu, de um lado, a mercantilização da terra e expansão das relações capitalistas no Vale do Gortuba e, por outro, o aumento demográfico nos municípios de Janaúba e Porteirinha não apenas de trabalhadores ferroviários ou de posseiros, mas também de pessoas que chegaram de outras regiões na esperança de conseguirem terras que não tinham uma clara definição se eram públicas (devolutas) ou privadas.

Yves Gervaise<sup>65</sup> relata que a partir de 1940 três lugares do Norte de Minas registram aumento do número de compras registradas de terras, usadas principalmente para a pecuária extensiva: os municípios de Montes Claros, Juramento e Janaúba. As compras eram realizadas por pessoas de Montes Claros, Bocaiúva e Belo Horizonte. Quanto as

---

<sup>60</sup> Entre 1950 e 1960, o número de posseiros em Janaúba saltou de 02 para 340. Em Porteirinha, o crescimento foi de 43 para 128. Cf. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. **Censo Agrícola de 1950: Minas Gerais**. Série Regional. Volume XXI. Tomo 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1955.

**Censo Agrícola de 1960: Minas Gerais**. Série Regional. Volume II. Tomo IX- 1ª parte. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

<sup>61</sup> Em 1950 existiam, em Janaúba, 13.219 habitantes (3.033 residindo na cidade e 10.186 no campo). Em 1960 eram 23.004 pessoas (5.055 da zona urbana e 17.949 da zona rural) e, finalmente, em 1970 o município possuía uma população absoluta de 31.587 habitantes (10.018 localizados no perímetro urbano e 21.569 no perímetro rural). Cf. ANDRADE, Manoel Correia de. **Áreas de domínio da pecuária extensiva e semi-intensiva na Bahia e Norte de Minas Gerais**. Recife (PE): SUDENE, 1982, p. 392.

<sup>62</sup> Em 1950 a população total de Porteirinha era de 18.843 habitantes (1.785 na zona urbana e 17.058 na zona rural). Em 1960 a população saltou para 31.921 (3.029 no perímetro urbano e 28.892 no perímetro rural) e em 1970 os números indicavam a existência de 41.751 habitantes (4.990 na cidade e 36.751 no campo). Cf.: ANDRADE, op. cit., p. 393.

<sup>63</sup> O IBGE utiliza o termo “ocupante” para designar pessoas que ocupam terras sem possuir o título da mesma, ou quando exploram terras alheias com ou sem o consentimento do proprietário.

<sup>64</sup> Manuel Correia de Andrade destaca que no século XVII existia na sociedade norte-mineira uma rede de trocas e favores que envolvia latifundiários e os trabalhadores. Se, por um lado, o fazendeiro ostentava poder político e econômico, por outro, os vaqueiros, agregados e demais moradores da fazenda requeriam a continuidade de certos costumes, lembrando ao patrão algumas de suas obrigações, como entregar um bezerro nascido a cada quatro para o vaqueiro, além de permitir a eles a criação de pequenos animais, tirar leite para a família e cultivo de pequenos roçados para consumo doméstico. Aos agregados era permitido plantar roçados cercados nas várzeas do leito maior dos rios durante as enchentes. Cf.: ANDRADE, op. cit., p. 69-70.

<sup>65</sup> GERVAISE, Yves. **A transformação agrária no Nordeste Meridional: Norte de Minas**. Belo Horizonte: UFMG/Instituto de Geociências. (Publicação especial nº 1). 1975, p. 127-128.

profissões dos compradores, Gervaise destaca que eram, essencialmente, comerciantes, fazendeiros e profissionais liberais (médicos, advogados) e, mais tarde, é notada a chegada de industriais.

De acordo com a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros,<sup>66</sup> Janaúba e Porteirinha, na década de 1950, possuíam prédios residenciais, logradouros públicos, alguns poucos grupos escolares, pequenas indústrias de beneficiamento de produtos agrícolas, comércios e correspondentes bancários, fatores esses que lhes conferiam certo destaque no Norte de Minas.

Os investimentos públicos foram primordiais para a capitalização e valorização do espaço rural gorutubano através da oferta de uma infraestrutura de transporte e comunicação. As estradas precárias por onde circulavam pessoas a pé, a cavalo ou nos carros de bois foram melhoradas e as ferrovias se transformaram em um importante meio de locomoção de pessoas e mercadorias.

Naquele momento, década de 1940 e 1950, iniciou-se uma verdadeira “corrida aos cartórios”, principalmente aqueles localizados em Riacho dos Machados e Grão Mogol (ambos serviam aos municípios de Janaúba e Porteirinha), no sentido de legitimar a demarcação de terras por parte de grileiros e fazendeiros. Em alguns casos, as demarcações geraram brigas e mortes, sendo que o mais destacado conflito envolveu a disputa em torno das terras da fazenda Ramalhudo-Mártires que cobriam a região do Gorutuba chegando até a Jaíba.<sup>67</sup>

A vasta extensão territorial dos municípios de Janaúba e Porteirinha, até então consideradas devolutas, foi sendo apropriada por pessoas do Norte de Minas e de outras regiões do Brasil que viram ali a possibilidade de acumulação e lucro. Muitos produtores rurais que habitavam aquelas terras foram considerados invasores e obrigados a sair, seja por ordem judicial ou pela ação de jagunços a serviço dos novos proprietários.

Como a burocracia cartorial e o domínio jurídico-político da terra, via documento escrito, era estranho às práticas de muitas pessoas que habitavam o Vale do Gorutuba, ocorreu uma privatização das terras dos lavradores que procuravam legitimar sua posse por intermédio da tradição oral e do trabalho desenvolvido ao longo de gerações. Houve um festival de irregularidades por parte dos fazendeiros e grileiros que comumente tinham o

---

<sup>66</sup> IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. XXV Volume. Rio de Janeiro: IBGE, 1959a.

**Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. XXVI Volume. Rio de Janeiro: IBGE, 1959b.

<sup>67</sup> Sobre esta disputa Cf.: CASTRO, Wanda Caldeira Brant Monteiro de. **Jaíba: expropriação e colonização**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). São Paulo. Universidade de São Paulo\USP, 1982.

apoio dos cartórios, políticos, polícia e jagunços para levar adiante os “cercamentos” e a concentração fundiária nos municípios de Janaúba<sup>68</sup> e Porteirinha<sup>69</sup>.

Foi comum fazendeiros circundarem uma quantidade de terras maior do que a registrada em cartório e grileiros seduzirem os lavradores para que entregassem os documentos da terra ou assinassem uma procuração de plenos poderes dizendo que iriam regularizar a propriedade quando na verdade visavam transferir as terras para seus nomes ou vendê-las a terceiros. Os latifundiários foram se “adaptando” à realidade jurídica do país e procuraram oferecer uma certa legitimidade às suas posses territoriais que muitas vezes emergiam da grilagem ou expulsão da população camponesa através da violência.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira salienta que as elites norte-mineiras se anteciparam à ação do Estado e, com o apoio do judiciário, dividiram a terra entre si.<sup>70</sup> Como a regularização fundiária por agentes estatais não era comum nas décadas de 1940 e 1950, muitos fazendeiros criaram estratégias de apropriação sem base legal, sobretudo transformando simples recibos de compra e venda em portadores de direitos. Com aval e aparato jurídico-político, a grilagem foi o meio usado pelos latifundiários para privatizarem terras devolutas, o que veio a gerar conflitos agrários e concentração fundiária no Norte de Minas.<sup>71</sup>

Percebemos, pois, que a ocupação e exploração do Vale do Gorutuba, ao longo da história, foi motivo de tensões e disputas envolvendo trabalhadores, o Estado e especuladores financeiros. Muitas foram as pessoas\instituições que requereram\requerem, sob argumentos e justificativas diversas, a apropriação daquele território. Poder público, empresários rurais, fazendeiros, indígenas, quilombolas, posseiros, agregados e pequenos

---

<sup>68</sup> Em 1950 existiam 149 propriedades rurais em Janaúba entre 01 a 100 hectares. Tais propriedades ocupavam uma área de 6.942 hectares, o que correspondia a 8,4% do total das hectares existentes (82.363 ha). O Censo Agropecuário de 1950 indicou ainda que existiam 12 estabelecimentos com mais de 1.000 hectares (que totalizavam 48.068 hectares), o que representava 58,3% do total existente. Cf.: IBGE. **Censo Agrícola de 1950**: Minas Gerais. Série Regional. Volume XXI. Tomo 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1955, p. 72, 73, 88 e 89.

<sup>69</sup> O Censo Agrícola de 1950 mostrou que existiam 1.255 estabelecimentos rurais entre 01 a 100 hectares em Porteirinha. Porém, a área que ocupava 44.329 hectares correspondia a apenas 30,3% do total das propriedades existentes (145.885 hectares). Este mesmo censo revelou que apenas 14 proprietários possuíam áreas acima de 1000 hectares (que totalizavam 34.622 hectares), o que correspondia a 23,7% da área total existente no município de Janaúba. Cf.: IBGE. **Censo Agrícola de 1950**: Minas Gerais. Série Regional. Volume XXI. Tomo 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1955, p. 70, 71, 86 e 87.

<sup>70</sup> OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Estrutura fundiária e grilagem de terras no norte de Minas Gerais**. 2013. Pesquisa Inédita. OLIVEIRA, A, U; FARIA, S. C de. Processo de Construção da Propriedade Privada da Terra no Brasil. EGAL 2009.

<sup>71</sup> As pesquisas de Yves Gervaise indicam que, entre 1950 a 1970, as propriedades com mais de 1.000 hectares representavam entre 30 a 50% das terras no Norte de Minas, já os minifúndios, terras com menos de 10 hectares, perfaziam um total de 1% da área apropriada. Cf. GERVAISE, Yves. **A transformação agrária no Nordeste Meridional**: Norte de Minas. Belo Horizonte: UFMG\Instituto de Geociências. (Publicação especial nº 1). 1975, p. 92.

produtores rurais estão imbricados em um feixe de relações sociais e econômicas que evidenciam as contradições da produção social do espaço e a luta de classes existente na região a partir de sentidos e significados antagônicos do uso e finalidade da terra.

## **1.2- Memórias e histórias: a casa, a roça e os laços de reciprocidade**

No processo social vivido e narrado pelos produtores rurais em questão, as sociabilidades, reciprocidades e normas comunitárias constituem elementos culturais e simbólicos que fortalecem sentimentos de identidade e pertencimento ao lugar. São estas relações amalgamadas, complexas e contraditórias que objetivamos compreender neste subcapítulo como formas de construção e reconstrução do espaço e dos sujeitos ao longo das décadas de 1950 a 1970.

O trabalho e vivência no campo desde a infância constituiu fato comum na vida de todos os entrevistados. Ao iniciar sua fala dizendo que “minha vida toda foi na roça” (mesmo que muitos atualmente não residam neste espaço), como foi corriqueiro, o(a) entrevistado(a) procura estabelecer, no diálogo com o entrevistador, o espaço rural como local referência e reconhecimento, ao mesmo tempo em que busca criar uma “representação de si”, uma identidade constituída ao longo dos anos.

Em sua fala, Odilon retrata parte de sua trajetória e dificuldades de sobrevivência no campo

Auricharme: Como era a vida do senhor lá no Taquaril?

Odilon: lá não tinha energia elétrica, era querosene, outra hora era aladim. O que mais o pessoal usava era querosene, não tinha energia lá não. Lá na roça era sofrido moço, falo assim: lá não tinha uma energia, não tinha um fogão à gás, não tinha uma geladeira. Geladeira e televisão lá não tinha porque não tinha energia. Ninguém lá tinha casa de tijolo não. Era casa de adobe (tijolo cru secado ao sol). Hoje tá tudo dentro d'água. Era casa de adobe, não tinha tijolo e cimento nessa época lá não. Mas a casa de adobe era bom, não caiu não.

Auricharme: Lá as crianças trabalhavam?

Odilon: Trabalhavam, pegavam de sete anos pra cima já era todo mundo na roça, não tinha esse negócio de passeio, não tinha campo de bola, era mesmo roça. Era sofrido demais também moço, tá doido, vivia que não tinha outro recurso né, era obrigado a viver assim mesmo. A gente trabalhava muito e colhia pouca coisa, criava um gadinho, não tem as coisas que tem hoje aqui não

Auricharme: então lá os meninos não estudavam?

Odilon: era escolinha de roça né, esses menino meu formou tudo depois que eu saí de lá, lá não tinha escola pra eles não, lá era muito atrasado.

Se adoecesse tinha que vim pra Janaúba, lá era mais sofrido por causa disso.<sup>72</sup>

Esta narrativa é decorrente de um segundo diálogo com Odilon José da Silveira, nascido no ano de 1939 em Taquaril (comunidade rural de Janaúba), viúvo e pai de sete filhos. Após o casamento e a compra de uma terra própria, em 1973, Odilon trabalhou em sua pequena roça e realizou serviços como diarista nas fazendas da região, atividades que eram conciliadas com a ajuda aos pais e os sete irmãos na propriedade familiar. Em seus sete alqueires de terras,<sup>73</sup> ele plantava alimentos para subsistência (principalmente milho, mandioca, arroz e feijão), criava animais (porcos, galinhas e umas poucas “cabeças” de gado) e produzia algodão para a venda. Quatro anos após adquirir a sua propriedade, o entrevistado foi desapropriado, assim como toda a sua família que vivia na comunidade mencionada.

Na data da entrevista, Odilon estava com 77 anos e sobrevivia da aposentadoria e da comercialização de bananas que produzia em parceria com um filho, sendo que outros viviam em Janaúba e Uberlândia. Reside, desde 1986, como assentado em um lote de cinco hectares em uma das colonizações criadas pela Codevasf.

O primeiro contato com Odilon ocorreu quando participei de uma reunião promovida pelo Distrito de Irrigação do Perímetro do Gorutuba(DIG)<sup>74</sup> onde estavam sendo discutidas as novas regras de pagamento pelo uso da água por parte dos produtores rurais. Após uma conversa, me apresentei e combinamos uma entrevista para a semana seguinte. Na data marcada, o encontrei consertando uma bicicleta para o filho de um amigo e, quando cheguei, imediatamente deixou o seu serviço e mostrou-se bastante interessado em relatar fatos e experiências de sua vida. A conversa se apresentava como um encontro importante não apenas para o entrevistador, mas também para o entrevistado que demonstrou grande satisfação e alegria em narrar sua trajetória e percepções do processo histórico vivido.

Ao retornar à sua residência duas semanas após a primeira entrevista, Odilon narrou experiências que em alguns momentos mostraram-se complementares e em outros antagônicos ao nosso primeiro diálogo. Não atribuo este fato a um desvio de personalidade do narrador, mas sim ao estabelecimento de uma comunicação com mais confiança,

---

<sup>72</sup> Odilon José da Silveira. Entrevista realizada no dia 23\02\2016.

<sup>73</sup> Em Minas Gerais, um alqueire corresponde a 4,84 hectares.

<sup>74</sup> O DIG exerce funções de administração, operação e conservação de toda a infraestrutura de uso comum do projeto Gorutuba. Uma análise mais específica deste órgão será realizada no sexto capítulo.

realizada a partir da diminuição de estranhamentos que são comuns em um primeiro encontro.

Em muitas entrevistas, as primeiras respostas foram objetivas e se limitaram a descrever vivências a partir de dicotomias como bom ou ruim, fácil ou difícil, fartura ou pobreza. Estas falas se dividiam em um antes e depois tendo como marco temporal a construção da barragem Bico da Pedra e do Projeto de Irrigação Gorutuba, obras que transformaram a vida de todos os entrevistados, em muitos casos separando-os definitivamente da terra.

Os sujeitos, reiteradamente, destacaram a dureza do trabalho e o aumento das necessidades e dificuldades de sobrevivência após a modernização agrícola regional. Como me apresentei como pesquisador interessado em escrever um livro sobre suas histórias, muitos viram na minha pessoa a oportunidade de denunciarem agentes e agências do Estado responsáveis pelas desapropriações.

A primeira imagem de “paraíso perdido” é corriqueira nos casos em que os sujeitos perdem terras ou têm suas referências culturais transformadas, o que nos leva a concordar com Portelli quando salienta que “mudanças que tenham subsequentemente tomado lugar na consciência subjetiva pessoal do narrador, ou em sua situação sócio-econômica, podem afetar, se não o relato de eventos anteriores, pelo menos a avaliação e o ‘colorido’ da história.”<sup>75</sup> Após procurar transpor a fronteira entre pesquisador e pesquisado, foi possível estabelecer um maior vínculo de confiança com Odilon e, com isso, realizar perguntas que privilegiavam abordagens relacionadas a outras memórias e experiências construídas ao longo de sua trajetória.

Assim, o entrevistado trouxe para sua fala diversas temporalidades, destacando a falta de infraestrutura física existente na sua comunidade de origem, como postos de saúde, escolas e energia elétrica.<sup>76</sup> Sua narrativa não é tomada como representativa de um mundo arcaico versus um mundo moderno, mas sim evidencia como os sujeitos vivenciaram e lutaram pela sobrevivência em distintas realidades.

A falta de escolaridade foi narrada como um problema por muitos produtores rurais, devido às dificuldades que foram encontrando ao longo de suas vidas por não saberem ler

---

<sup>75</sup> PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. In: Revista Projeto História. São Paulo, n. 14, fev. 1997, p. 34.

<sup>76</sup> Segundo matéria do jornal “O Gorutuba” foi assinado, em 1978, um convênio com a Eletrobrás para a eletrificação rural dos municípios de Janaúba e Porteirinha. De acordo com a matéria, seriam eletrificados 100 km às margens do rio Gorutuba, beneficiando todas as propriedades rurais ali existentes. Cf. Prefeito vai assinar convênio com a CNP para eletrificação rural. **O Gorutuba**. Janaúba, 29 out. 1978, p. 01.

e escrever. A educação se apresentava como um privilégio de alguns e foi usada como um importante instrumento para manutenção, ou até mesmo aprofundamento, das desigualdades sociais. Algumas estatísticas educacionais das décadas de 1950 e 1960, época de infância e juventude dos entrevistados, revelam que o acesso ao processo de ensino-aprendizagem escolar estava longe de ser democrático e universal.

Os dados apresentados pela Enciclopédia dos Municípios Brasileiros indicam que, em 1950, a maior parte da população de Janaúba (82%) não sabia ler ou escrever, sendo que na zona rural a percentagem era de 90,8%. A pesquisa revelou que o número de escolas e professores diminuiu, embora existissem 17 estabelecimentos de ensino e 29 docentes em todo município no ano de 1954 e, dois anos depois, esta cifra caiu para 13 escolas e 13 professores.<sup>77</sup> Um estudo realizado pela Secretaria de Agricultura de Minas Gerais<sup>78</sup> revelou que existiam em Janaúba, no ano de 1969, um total de 16 escolas no município (10 rurais e 6 urbanas), sendo que, para atender à população rural naquele período (17.949 pessoas), seria preciso construir mais 50 escolas no campo.

Em Porteirinha, os números presentes na referida Enciclopédia indicam que, em 1950, 85% da população era constituída de analfabetos, estatística que aumentava quando se referia somente à população rural (87,8%). A percentagem de alunos matriculados, relativa à população infantil em idade escolar, era de aproximadamente 35, 17%. Entre os anos de 1954 e 1956, a quantidade de professores e estabelecimentos de ensino aumentou, respectivamente, de 29 para 30 e de 43 para 50.<sup>79</sup> O referido estudo da Secretaria de Agricultura de Minas Gerais constatou a existência de 80 escolas em Porteirinha no ano de 1969, sendo 78 rurais e duas urbanas.<sup>80</sup>

O crescimento do número de escolas e professores não resultou em uma diminuição considerável da quantidade de analfabetos na região, pois não existiam políticas públicas capazes de garantir o acesso e permanência dos alunos nos estabelecimentos de ensino. O Censo Demográfico de 1960 divulgou que apenas 7.365 pessoas sabiam ler e escrever em Porteirinha, o que correspondia apenas a (23%) do total de habitantes do município 31.921

---

<sup>77</sup> IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. XXV Volume. Rio de Janeiro: IBGE, 1959a, p.340.

<sup>78</sup> MINAS GERAIS. **Estudo sócio-econômico e programação preliminar para a região do baixo gorutuba-MG**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Agricultura de Minas Gerais/Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS. 1969, p. 98-100.

<sup>79</sup> IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. XXVI Volume. Rio de Janeiro: IBGE, 1959b, p. 409.

<sup>80</sup> MINAS GERAIS, op. cit, p. 98-100.

pessoas. Em Janaúba, sabiam ler e escrever 5.246 pessoas dentro de um total de 23.004 habitantes, ou seja, (22,8%) do total.<sup>81</sup>

A pobreza fazia com que muitos sujeitos se afastassem das salas de aula devido à necessidade de trabalhar desde a infância para garantir a sobrevivência material. Aqueles que tinham condições de aprender as primeiras letras e operações matemáticas tinham que se submeter ao exame de admissão<sup>82</sup> para continuarem na escola, fato esse que impediu muitas pessoas de concluírem seus estudos.

A maioria dos entrevistados possui um nível de alfabetização muito baixo, sabendo apenas assinar o nome e realizar operações aritméticas básicas que se faziam imprescindíveis na compra e venda de mercadorias. Ressalta-se que o alto índice de analfabetismo no campo entre as décadas de 1950 e 1960 era comum não apenas no Vale do Gortuba, mas também em todo o país, o que convergia com o interesse de frações da classe dominante que achava desnecessária a educação de pessoas que viviam no campo, já que estas não utilizariam a leitura e a escrita no trabalho agrícola.<sup>83</sup>

Esta concepção de que a população rural não necessitava de estudos estava fortemente atrelada à ideia de “vocação agrícola” do Brasil, ainda muito presente em meados do século XX. Seus defensores pregavam que não era preciso educar pessoas em um país com inclinação e aptidão para a agropecuária.

No relato de Josias é possível perceber como a educação estava ligada a uma condição de classe, privilegiando alguns e excluindo outros

Auricharme: o senhor trabalhou com o seu pai?

Josias: era assim: enquanto o menino era pequeno tudo bem, mas depois que ele crescia... eu mesmo comecei a trabalhar com meu pai já com dez anos, com dez anos ele me levava pra roça, nem que eu não fazia nada, mas ele já me levava. Os pai incentivava os filho mais com serviço pra não virar malandro né. Até estudo na minha época era difícil, aqueles que podia pagava algum professor pro filho estudar, aqueles que não podia... ficou muita gente analfabeta nesta época, quando eu nasci não tinha esse avanço que tem hoje, eu mesmo quase que não estudei, meu pai me ensinou mais trabalhar na roça, eu mal sei assinar meu nome, mas trabalhar na roça, isso aí ele me ensinou. E eles tinha um dizer aqui que os filho estudava e no fim não arrumava serviço e virava pior né. Eles

---

<sup>81</sup> IBGE. **Censo Demográfico de 1960**. Minas Gerais. VII Recenseamento Geral. Série Regional. Volume I, Tomo IX. Rio de Janeiro. s/d, p. 108 e 114.

<sup>82</sup> Até 1971, para ter acesso ao primeiro grau (atual ensino fundamental) nas escolas públicas era necessária a realização do chamado exame de admissão, fato esse que marca uma restrição e barreira ao acesso à democratização da educação no Brasil.

<sup>83</sup> ANTONIO, Clésio Acilino, LUCINI, Marizete. **Ensinar e aprender na educação do campo**: processos históricos e pedagógicos em formação. In: Cadernos Cedes, Vol. 27, Nº 72, pp.177-195, São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2007.

falava assim: cê sabe, gente já é pequeno e não aguenta pôr filho pra estudar e se eu largar de ensinar cês a trabalhar e no fim cês não achar um emprego que compensa seus estudo, o que é que vai virar? aí eles colocava na escola um dia e quando fosse amanhã já levava pra roça.<sup>84</sup>

Josias Fernandes de Souza, nascido em 1943, casado, pai de dez filhos, reside na comunidade rural de Jacarezinho (Janaúba). No início da entrevista, ele procurou deixar claro o lugar de onde falava: “minha vida foi trabalhar na roça”. Durante mais de catorze anos sua família morou em terras de um fazendeiro de Janaúba, uma prática costumeira que foi diminuindo com o surgimento de legislações trabalhistas nas décadas de 1960 e 1970 que garantiam direitos aos agregados, o que não foi bem visto pelos patrões, que a interpretaram como novas despesas e possibilidade do trabalhador “tomar” suas terras.

Em sua entrevista, Josias salienta como a falta de oportunidades foi responsável pelo seu analfabetismo e de tantos outros parentes e conhecidos. A prática de “levar o filho para a roça” era corriqueira, isso até a época em que eles adquirissem a emancipação social-produtiva-econômica em relação aos pais.

Dois trechos da narrativa de Josias evidenciam o caráter seletivo e classista da educação: “aqueles que podia pagava algum professor pro filho estudar” e “a gente já é pequeno e não aguenta pôr filho pra estudar”. Não saber ler e escrever advém de um tempo em que o lápis e a caneta foram substituídos pela enxada e pela foice, em que o aprendizado adquirido, de acordo com o jargão do homem do campo, era realizado a partir da “escola da vida”. Ao salientar que “foi criado tudo junto com o pai”, o entrevistado expressa, como por meio do trabalho familiar, havia a transmissão de experiências, formas de viver e sabedoria que era comum entre os moradores da região.

Além de constituir uma importante mão de obra para a lida no campo e complementação da renda, os pais julgavam natural que os filhos trabalhassem desde a infância e por longas horas para evitar que eles não se tornassem preguiçosos ou “malandros” (para citar o vocabulário usado por Josias) já que o trabalho era associado a valores como honestidade e honra.

Paulo cita como a educação estava entrelaçada a rixas e brigas envolvendo diferentes grupos políticos da região

Auricharme: o senhor disse que enquanto morava com Marcolino estudou. Como foi a educação do senhor?

---

<sup>84</sup> Josias Fernandes de Souza. Entrevista realizada no dia 26\04\2016.

Paulo: eu sabia ler e escrever, toda vida eu procurei viver bem. Sabe o que faz ficar bem? É aproximar das pessoas boa, pessoas de bom comportamento que aquelas pessoas te ajuda. Quem me ajudou nos meus estudos foi meus colega, eu fui expulso da escola porque não tinha dinheiro pra pagar, falar verdade pro'cê. Dentro da minha terra aqui eu fui expulso, mas através do meu punho eu soube escrever e eu fiz uma carta pro governador, o governador Israel Pinheiro (1965-1971), falando que eles botou eu pra fora porque não tinha dinheiro pra pagar o colégio. O governador imediatamente mandou uma comissão aqui, porque quem era de política contrária não estudava lá, então eu fui de política contrária, sempre fui. Aí eu peguei e formei aqui. Estudei em Porteirinha, estudei em Francisco Sá uns tempo, aí depois eu voltei. O governo falou que era pra mim estudar até o colégio não ter mais curso pra mim. Pro'cê vê que eu estudei contador, fiz o magistério e larguei, mas eu formei lá dentro com ordem do governo, a interferência do governo, o governo mandou uma sindicância aqui.<sup>85</sup>

Paulo José de Souza nasceu em 1948 na comunidade rural de Jacaré Grande (Janaúba), sendo conhecido como Paulo de Marcolino por ter sido criado por uma rica família de Janaúba onde o patriarca chamava-se Marcolino. Ele salienta que sua mãe não tinha condições de criar os quatro filhos e saiu “oferecendo” as crianças para amigos e conhecidos. Com cinco anos Paulo foi adotado, vivendo com a nova família até os dezesseis anos.

O entrevistado foi servente de pedreiro, vendedor, agricultor, auxiliar de saúde, funcionário público, professor e vereador pelo município de Janaúba de 1992 a 1996 e de 2000 a 2004. No ano em que a entrevista foi realizada (2016), ele sobrevivia da aposentadoria e de um salário que recebia como funcionário contratado pela prefeitura de Janaúba.

Lutas e conquistas de direitos dos entrevistados não são apreendidas a partir da idealização e naturalização de suas trajetórias. A movimentação de Paulo pelo direito à educação problematiza versões bucólicas do campo e pureza do passado que apagam processos de disputas, embates e mudanças sociais.

Paulo explicou, ao longo da conversa, que a “política contrária” está ligada ao âmbito municipal. Marcolino, seu pai adotivo, era de um grupo político oriundo do PSD (Partido Social Democrático), conhecido pela população local como “timbó”. Em Janaúba, o pleito sempre dava a vitória, comumente por meios corruptos e escusos (utilizado por ambos os partidos), ao grupo oriundo da UDN (União Democrática Nacional), conhecidos como “fariseus”.<sup>86</sup> Por intermédio da influência política dos prefeitos da UDN, o acesso à

---

<sup>85</sup> Paulo José de Souza. Entrevista realizada no dia 28\12\2016.

<sup>86</sup> Sobre maiores detalhes dos “timbós” e “fariseus” Cf. SANTOS NETO, José dos. **Causos e coisas**: o sertão e sua gente. Montes Claros: Editora Millennium Ltda, 2010.

escolarização para Paulo, que herdou a “política contrária” de Marcolino, sempre esteve comprometida.

A carta endereçada ao governador Israel Pinheiro solicitando uma vaga na escola mostra que o entrevistado não era inerte ou passivo diante da realidade adversa. Suas memórias indicam como ele se fez social e culturalmente na luta pela sobrevivência e por aquilo que considerava como um direito.

O entrevistado cita que encontrou agentes governamentais favoráveis à sua causa, garantindo-lhe a realização de diversos cursos em cidades de Minas e São Paulo. Sua interpretação sobre o passado é alicerçada em experiências que abrem precedentes para uma análise histórica que apreende a maneira como os sujeitos lidavam com as relações de dominação e desigualdade que estavam postas na sociedade, a exemplo de a educação ser considerada um privilégio e não um direito.

Entre os entrevistados, apenas Delci tem curso superior, sendo graduado em Letras pela Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES. Segue sua narração na qual descreve as “intempéries” para conseguir os diplomas escolares

Auricharme: o senhor nasceu onde?

Delci: eu nasci na zona rural, era município de Porteirinha.

Auricharme: Qual o nome da comunidade que o senhor nasceu?

Delci: a comunidade chamava Lagoa dos Bois por ter muitos bois ali e lagoas também né.

Auricharme: como era a vida lá na roça?

Delci: a gente tinha uma iluminação com uma lamparina, outros chamavam de candeia, ela era iluminada com querosene, era um objeto feito com...tinha um estopim grosso de algodão e ele saía no bico e era puxado sempre quando ele tivesse sido queimado, e a iluminação era essa. Eu estudava com a luz dessa lamparina, uma luz muito precária e de poucas horas, no máximo duas horas por noite.

Auricharme: o senhor disse que estudava à luz de lamparina. Como foi a educação do senhor?

Delci: nós começamos a estudar inicialmente na área rural, mas ali era só para alfabetizar, depois a gente tinha que ir a cidade, enfrentava uma longa distância, uns sete quilômetros ou mais para chegar a escola mais próxima. A quantidade de alunos era grande, mas quando chegava ali onze anos, doze, eram raros os que continuavam, era coisa muito rara ver um menino de quinze anos estudando, depois que alfabetizasse tava ótimo para a realidade da gente. Mas com os esforços, principalmente da minha mãe, eu vim para a cidade e aí enfrentando as intempéries, uma hora chuva, frio, calor, vento e, felizmente, quando eu concluí o meu primário, eu tive a honra de ser contemplado como o aluno melhor de todos os primários que existiam na cidade até então. O povo desacreditava que alguém da área rural, com aquelas condições, aprendesse alguma coisa, porque como os pais e os avós não liam, eles não acreditavam que os filhos pudessem aprender, muito pelo contrário,

tinham uns que faziam questão que os filhos sofressem como eles sofreram, eu nunca concordei, eu combatia meu pai nesse sentido.

Auricharme: O senhor terminou a antiga quarta série e não tinha o ensino fundamental em Janaúba?

Delci: Tinha, mas cadê as condições da gente estudar? Tinha poucas vagas para a quinta série e era uma multidão de meninos e meninas, quem tinha uma condição melhor ia pra outra cidade e quem não tinha ficaria para quando passasse no exame de admissão. Eu lembro como se fosse hoje: eu tava aguardando o resultado, capinando em uma roça de algodão, imaginando “meu Deus, que condição terei pra enfrentar? tudo caro, uniforme, cobra tudo da gente”. Porque eu morava em um outro município (Porteirinha) e dívida que não precisava cobrar eles cobravam de mim. Eu olhava um porquinho engordar e a gente pensava: “esse porco a gente vai comer ou vai vender?” Aí foi uma menina em casa lá na roça e disse: saiu o resultado, você passou em primeiro lugar. Quando eu fui pro ensino médio em BH também teve outra seleção, sempre seleção né.<sup>87</sup>

Delci da Silva Duarte, solteiro e natural da comunidade de Lagoa dos Bois (Porteirinha) morou com os pais e oito irmãos em uma propriedade de dezesseis alqueires até a década de 1970, época em que ocorreram as desapropriações. Com o anúncio da perda da terra, foi para Belo Horizonte, onde permaneceu oito anos, e ali concluiu o ensino médio e iniciou o seminário, não finalizado, e trabalhou como vigilante e policial militar. Na década de 1980, retornou para Janaúba onde passou a morar e trabalhar com dois irmãos que foram assentados em uma das colonizações da Codevasf e, após passar no concurso da prefeitura, passou a exercer o cargo de bibliotecário.

Ao salientar que “cobra tudo da gente”, “tinha poucas vagas para a quinta série” e “esse porco a gente vai comer ou vai vender?”, Delci indica as dificuldades vivenciadas por ele e sua família que, assim como muitos outros sujeitos, enfrentavam diversas barreiras para estudar. O narrador relata as diferentes concepções existentes no interior de sua família uma vez que seu pai era mais voltado para o trabalho no campo, enquanto sua mãe se preocupava em criar condições para o desenvolvimento educacional dos filhos.

O entrevistado procurou centralizar sua fala algumas conquistas, principalmente o fato de ser o único da família a ter um curso superior, concluído no ano 2000, aos 42 anos de idade. As dificuldades para estudar, muitas vezes sob a luz fraca de lamparinas, de acesso à escola, o que frequentemente foi realizado a pé, e o descrédito de muitas pessoas, inclusive de familiares próximos, são elementos que transformam a obtenção de um diploma acadêmico em uma grande vitória e satisfação por parte do entrevistado.

Delci, que nasceu em 1958, vivenciou uma realidade histórica distinta daquela apresentada por Josias, nascido em 1943, que reclamava da falta de oportunidades de

---

<sup>87</sup> Delci da Silva Duarte. Entrevista realizada no dia 10/05/2016.

ensino. Mesmo que os pais de ambos compartilhassem uma valorização do trabalho e um ceticismo quanto ao retorno do investimento em educação, a conjuntura se altera ao longo de gerações, permitindo a Delci, o mais novo entre os entrevistados, experimentar novas visões de mundo, horizontes e expectativas.<sup>88</sup>

A ação de movimentos sociais diversos e da igreja católica tiveram um papel importante na melhoria dos índices de alfabetização do país, ainda que muitas vezes apareçam com resultados de políticas criadas em gabinetes sem conexão com pressões, tensões e influências sociais. A partir da década de 1950-1960 diversas organizações lutaram por uma educação popular, a exemplo dos Movimentos de Cultura Popular (MCP), do qual participou Paulo Freire, o Movimento de Educação de Base (MEB), criado pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e os Centros Populares de Cultura (CPC), criados pela União Nacional dos Estudantes (UNE). Neste sentido, as ideias de mérito e esforço pessoal propagadas pela classe dominante para justificar o sucesso ou o fracasso das pessoas passaram a ser questionadas por negligenciarem como as desigualdades sociais historicamente comprometeram a universalização do ensino no Brasil.

As várias experiências de Delci como assalariado, estudante, produtor rural, bibliotecário e professor não devem ser separadas a partir de critérios como formal\informal ou urbano\rural, mas sim vistas a partir de sua condição social de trabalhador que o induzia a adquirir várias habilidades e conhecimentos que se faziam necessários para sua sobrevivência.

A luta por uma educação formal não é dissociada da luta pelo alimento e pela moradia, sendo que a dúvida do entrevistado em relação ao destino final do suíno, se a venda ou o consumo familiar, revela que os horizontes de expectativas eram bastante limitados. As possibilidades de mudanças na vida dos trabalhadores não são anunciadas de modo claro e objetivo para o pesquisador, pelo contrário, as narrativas expressam que, devido às restrições e pressões existentes, as transformações são graduais e racionalmente elaboradas de modo a não comprometer a reprodução econômica e social da família.

---

<sup>88</sup> Williams descreve como alguns membros de sua família saíram do trabalho agrícola e tiveram acesso a um curso superior. Os filhos de seu avô, inclusive seu pai, foram ser “roceiros” nas fazendas e as filhas empregadas domésticas. Williams descreve que estudou na escola secundária da vila até os 11 anos e, mais tarde, foi, como bolsista, para a Universidade de Cambridge. A realidade da sua geração foi distinta da realidade da geração de seu pai e de seu avô, o que o levou a se distanciar da vila que morava. Essa leitura de parte da biografia do crítico literário inglês foi importante para compreender as transformações de modos de pensar, habilidades, relacionamentos, linguagens e ideias em diferentes temporalidades. Ver: WILLIAMS, Raymond. Cultura é algo comum. In: **Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2015, p. 03-28.

As narrativas indicam uma restrição do campo de possibilidades, onde o trabalho, iniciado ainda na infância, se apresentava como única forma de sobrevivência. A realidade, contudo, não era fechada ou imóvel, sendo que os produtores rurais se movimentavam na procura de caminhos e alternativas que pudessem lhes garantir a permanência no campo e uma melhoria das condições de vida.

Em muitas narrativas, marcadas pela interiorização e subjetivação das falas, abrem-se horizontes para abordar as múltiplas dimensões vividas e compartilhadas pelos trabalhadores, como é o caso das experiências descritas por Jovença

Auricharme: a família da senhora é de Porteirinha?

Jovença: eu nasci perto do São José do Gorutuba, em um lugar que chama Rio da Serra (comunidade rural de Porteirinha).

Auricharme: como foi sua vida lá?

Jovença: lá a gente tinha condição de criar um gadinho, um animal, tinha a tenda de engenho, tinha a de farinha. Os engenhos eram tocados a boi né, tocava os boi e os boi rodava. Era pra moer a cana e fazer rapadura. Essa rapadura era pra nós e pra vender, vendia também. O engenho era pra fazer rapadura, e a farinha era tocada à mão. Vendia rapadura na feira de Janaúba porque lá na roça todo mundo tinha seu engenho. Depois que eu casei eu vim morar pertinho do São José do Gorutuba, e a terra nossa lá era de dezesseis alqueires. O meu sogro morava lá perto e nós ia moer a cana pra ele, fazer farinha. Quando o galo cantava a primeira vez nós saia lá de casa pra ir no Gorutuba moer a cana e quando o dia amanhecia a gente já tinha feito duas tachada de rapadura. Mas era bom assim mesmo, era lamparina mas era bom, o povo fazia festa. Eu fui criada na pobreza, mas a gente era feliz, a gente trabalhava com aquele prazer. Era duro o trabalho, às vez não sobrava dinheiro pra comprar uma roupa que a gente queria, lá a gente comprava roupa de ano em ano, era sofrido, mas a gente era feliz. O povo era unido, tinha amizade.<sup>89</sup>

Foram realizadas duas entrevistas com Jovença Mendes Borges, 77 anos, viúva, natural da comunidade rural de Rio da Serra (Porteirinha) e mãe de quatro filhos. Ela conta que, após o casamento, foi morar em uma propriedade de dezessete alqueires onde “plantava de tudo” e produzia rapadura para comercialização. Após ser desapropriada, foi morar em Janaúba, sendo que, em 1985, foi assentada com a família em um lote de cinco hectares na Colonização III, em Nova Porteirinha, onde reside até hoje. Depois da aposentadoria, conquistada em 1993, gradativamente foi se afastando do trabalho rural e passando a dedicar-se aos serviços domésticos.

Em meados do século XX não existiam, nas comunidades rurais de Janaúba e Porteirinha, infraestrutura física e de serviços que garantissem uma maior comodidade, higiene e segurança aos trabalhadores. As narrativas evidenciam diversas formas de

---

<sup>89</sup> Jovença Mendes Borges. Entrevista realizada no dia 05/05/2016.

privação: a maioria das casas eram de abobe ou pau-a-pique, sendo que muitas possuíam pisos de chão, a iluminação era realizada principalmente por lamparinas, as roupas e cobertores eram confeccionados com algodão e os animais e bicicletas eram os principais meios de locomoção. Além disso, as longas estiagens constantemente limitavam a produção agrícola, o que comprometia ainda mais a sobrevivência familiar.

Jovença destaca como a solidariedade e sociabilidades, seja com a família ou com a comunidade local, constituíram importantes meios para lidar com a pobreza e a dureza do trabalho cotidiano. Ao dizer que “o povo era unido, tinha amizade” ela não apenas procura valorizar as experiências comunitárias vividas no passado, mas também intenciona contradizer com a realidade contemporânea cada vez mais marcada pelo esfriamento das relações sociais, insegurança e violência, tanto na zona urbana quanto rural.

Diante da pobreza, que impedia os produtores rurais de terem acesso a determinados bens, produtos e serviços, as teias de reciprocidade, mantidas com pessoas na mesma situação de classe, constituíram estratégias que ajudavam a lidar com as incertezas da vida, ao mesmo tempo em que laços de interdependência eram criados.<sup>90</sup>

A projeção de uma imagem positiva dos anos anteriores à desapropriação, por parte de Jovença, se justifica devido à “recordação” de vivências marcadas pela proximidade da família, pela produção da maior parte dos alimentos consumidos, pelas sociabilidades construídas e pela posse da terra; situações transformadas com as expropriações que levaram a migração dos filhos para cidades, distanciamento dos parentes e amigos e assentamento em um pequeno lote agrícola, possuindo apenas um “direito de ocupação”. Em suma, as narrativas referentes às experiências são norteadas pela situação vivida pelos trabalhadores no tempo presente.<sup>91</sup>

---

<sup>90</sup> A fala de dona Jovença salientando que “eu fui criada na pobreza, mas a gente era feliz”, situação essa narrada por todos os entrevistados, indica que a noção de pobreza para ela não se resume à privação de bens materiais, concepção essa semelhante à do povo dos Apalaches estudados por Alessandro Portelli. Na região dos Apalaches os trabalhadores viviam da agricultura de subsistência e venda dos alimentos em vilas próximas. Naquela conjuntura, Portelli destaca que “na medida em que os valores culturais tradicionais de autonomia pessoal e apoio resistem, eles ajudam as pessoas a sobreviverem- mas não a modificar as causas dos riscos e sofrimentos.” Em 1960, a região é “descoberta” como um “bolsão de pobreza” e torna-se um dos alvos da guerra contra a “pobreza do presidente Lyndon Jhonson. PORTELLI, Alessandro. Éramos pobres, mas... Narrar a pobreza na cultura apalachiana. In: **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010, 91-109.

<sup>91</sup> A historiadora Gisélia Maria Campos Ribeiro pesquisou modos de vida dos trabalhadores de um distrito rural submerso, na Zona da Mata Mineira, durante o processo de construção da hidrelétrica Candonga. Na sua interpretação dos sentimentos de perdas, novas condições de trabalho e sociabilidades dos sujeitos, Ribeiro destaca a construção, por parte dos trabalhadores, de uma visão idealizada do antigo povoado rural em meio as esperanças e expectativas de reativação econômica, por meio da implantação de uma fábrica, no lugar em que as pessoas foram assentadas. A leitura da tese de Gisélia foi importante no sentido de adotar certos procedimentos de análise e abordagem de narrativas carregadas de sentimentalismo. Segue um trecho que remete a esta questão “penso que essa memória idealizadora, ao nos oferecer uma leitura do passado

A situação atual dos entrevistados contribui para a construção de sentidos e organização da narrativa. A partir da leitura de textos de Portelli, consideramos que não devemos remover estas falas, mas incorporá-las na escrita para evidenciar as maneiras como os sujeitos constroem percepções sobre a realidade vivida.<sup>92</sup>

Pensar o campo como espaço construído e reconstruído pelas relações sociais abre espaço para não apresentá-lo como dado e acabado, como se os sujeitos estivessem em um “palco” já montado e com papéis pré-definidos. O diálogo mantido com Ulisses ajuda a desconstruir e explicar alguns destes “mitos”

Auricharme: o senhor nasceu onde?

Ulisses: Baixa Grande.

Auricharme: como era a vida naquela comunidade rural?

Ulisses: a vida lá era assim: eu criava gado, plantava roça. Quando eu comprei lá era mato puro, aí eu fui derrubando, descortinando, até que eu derrubei tudo.

Auricharme: como era o trabalho do senhor?

Ulisses: pra ganhar dinheiro pra comprar uma terra eu trabalhava de ameia com os outros, plantando roça de ameia, plantava milho, feijão, arroz, o que plantava então era só isso. Quando eu fiz dezesseis anos eu fui pro Estado de São Paulo, trabalhei lá e depois eu fui pro Paraná e voltei. Quando eu voltei eu casei, quando eu casei eu tava com a idade de vinte anos. Eu morava na terra da família da minha mulher, mas trabalhava na terra dos outros de ameia.

Auricharme: como que era a plantação de ameia?

Ulisses: era assim: a pessoa dá a terra e cê planta a roça, cuida da roça, colhe e divide no meio... era pra comer e pra vender. Era pra comer e o que sobrava a gente vendia. Eu também trabalhava na terra dos outros pra ganhar um dinheirinho né.

Auricharme: o senhor trabalhou muito tempo de ameia?

Ulisses: foi dez anos.

Auricharme: como era a moradia do senhor?

Ulisses: era ruim moço, não era boa não. Depois é que foi melhorando. A gente não tinha nada, cê não podia vestir uma roupa boa, cê não tinha um conforto, cê não podia comprar um sapato bom, a dificuldade era essa. Às vez até faltava as coisa, não dava, a roça não produzia, aí faltava as coisa e a gente passava até fome. Na época o povo vestia, mas era roupa feita do algodão que colhia, fazia camisa, calça, coberta pra dormir.

Auricharme: como era essa roupa de algodão?

---

como a idade do ouro, não pode ser vista como produto de uma falsa consciência da realidade, nem muito menos mera falácia. Ao questionar o seu sentido, não queremos desautorizar os trabalhadores, mas propor o entendimento dessa visão do passado como argumento fundamental de reivindicação no tempo presente, uma vez que as pessoas se aproximam do passado na tentativa de superar o desemprego e exigir a concretização de um projeto de reativação econômica.” RIBEIRO, Gisélia Maria Campos. **A construção da hidrelétrica Candonga e a desconstrução dos modos de vida:** memórias e histórias dos trabalhadores em Nova Soberbo/MG. Tese (Doutorado em História Social). 273 Fls. Universidade Federal de Uberlândia: UFU. Uberlândia, 2013, p. 65.

<sup>92</sup> Cf. PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. São Paulo: Olho d’água, 2005, p. 297-313.

Ulisses: fazia era fiar na roda. Minha mulher que fiava e mandava as mulher tecer, tinha as tecelona que fazia roupa, coberta, esses trem. Ela fiava e mandava tecer. Fiava um fio fino, chamava linha e pavio. A linha era acochada e o pavio era frouxo, e punhava no tear a linha, pegava a linha e depois passava no tear o pavio dentro de uma lançadeira, colocava o pavio enrolado em um cainho de taboca dentro da lançadeira. Passava linha por linha.

Auricharme: mas não era todo mundo que tinha não né?

Ulisses: as roda pra fiar tinha, mas pra tecer tinha que mandar tecer, chamava tear. Eu trabalhava de dia e a noite. De dia na roça e a noite eu ia descarçar o algodão e minha mulher ia fiar. Era sofrido. E a gente tinha que pagar pra tecer. Minha mulher fiava a noite com a luz da candeia de azeite.

Auricharme: quando que a energia elétrica foi chegar?

Ulisses: antes, era lampião. E quando chegou a energia a gente não queria saber de lampião mais. Agora eu não lembro quando chegou a energia não.<sup>93</sup>

Ulisses José Pereira, casado, pai de 12 filhos, nasceu na comunidade rural de Baixa Grande (Porteirinha) em 1937. Devido às dificuldades de trabalho e produção no Vale do Gorutuba, acompanhou um grupo de amigos que foi para São Paulo em 1949 à procura de melhores oportunidades, ficando naquele Estado um ano, posteriormente migrando para o Paraná.

A expectativa do entrevistado era ganhar dinheiro com o trabalho nos cafezais de São Paulo e Paraná para, posteriormente, voltar para o Norte de Minas com condições de adquirir sua própria terra. Contudo, o valor adquirido não foi suficiente para realizar tal desejo. A meação, realizada durante dez anos, foi a alternativa encontrada para comprar uma propriedade, uma aspiração que tornou-se realidade no ano de 1967 com a aquisição de uma terra de onze hectares. Embora todos os entrevistados citassem o desejo de serem “proprietários” de uma terra, mesmo que pequena, esta realização ocorreu em tempos distintos, evidenciando as particularidades das trajetórias de cada sujeito.

O tempo da parceria, do assalariamento, do mercado, da subsistência, das sociabilidades, da família e do lazer são constitutivos dos modos de vida e de luta de Ulisses e de tantos outros trabalhadores. São experiências forjadas no cotidiano vivido e que não seguem um roteiro previamente definido, ou são resultados de determinantes econômicos, embora não se possa negligenciar as barreiras, limites e pressões exercidas pela conjuntura e estruturas materiais existentes.

Sobre os primeiros anos na terra própria, Ulisses destacou que “a vida lá era assim: eu criava gado e plantava roça. Quando eu comprei lá era mato puro, aí eu fui derrubando,

---

<sup>93</sup> Ulisses José Pereira. Entrevista realizada no dia 14/07/2016.

descortinando, até que derrubei tudo.” A produção e transformação da terra até então improdutiva indica como o espaço foi sendo construído, vivido, desfeito e refeito segundo demandas imediatas e possibilidades que apareciam ao longo do tempo. Neste processo, sentimentos de pertencimento são constituídos e ajudam a criar uma memória que apreende a terra não apenas como valor de troca, mas também como valor de uso, lugar de trabalho, moradia, lazer e sociabilidades.

O narrador foi construindo suas experiências e valores segundo uma leitura de mundo que estava muito influenciada pela pobreza e pela situação de classe vivida. Desta forma, ser “dono do próprio chão” tinha um significado de posse, conquista, status, direito e autonomia que era negado quando o sujeito trabalhava de acordo com as regras dos padrões.

Os trechos da fala de Ulisses dizendo que “era sofrido” e “a gente passava até fome” indica que uma visão nostálgica de cultura e um desprezo pelas técnicas e invenções da sociedade industrial não encontram nele um defensor. Quando ele salienta que “depois é que foi melhorando”, interpretamos que o surgimento de novas possibilidades de vida e trabalho foram significadas de forma otimista pelo alívio que representam no seu cotidiano, seja na casa ou na roça.

São várias as incorporações e transformações vivenciadas pelos trabalhadores ao longo do tempo: a energia elétrica substituiu as candeias e lamparinas; a geladeira permitiu conservar alimentos que outrora se deterioravam rapidamente; a água encanada evitou que mulheres tivessem que percorrer longas distâncias com uma lata na cabeça ou os homens em carros de boi; a tração mecânica significou muito para homens que trabalhavam com foices, enxadas e facões dia após dia em movimentos cansativos e repetitivos. Estas novidades revelam o caráter dinâmico e paradoxal do desenvolvimento e do progresso: ao mesmo tempo que garantem uma melhoria da qualidade de vida criam novas exigências para a população.<sup>94</sup>

Os entrevistados narram suas experiências em distintas historicidades de modo a não julgar o passado como opressor ou vangloriar um presente perfeito. Mais do que

---

<sup>94</sup> Ao citar parte de sua trajetória pessoal e acadêmica, Williams remete as transformações em sua vida no campo criticando teóricos que possuem um desprezo pelas novidades tecnológicas que foram aparecendo: “os trabalhadores do campo e da cidade não vão dar ouvidos (e têm todo o meu apoio), a qualquer versão de nossa sociedade que parta do pressuposto de que essas coisas não representam um progresso, e não apenas um progresso mecânico, extrínseco, mas um avanço real da própria vida. (...) Qualquer versão da nossa cultura que de forma implícita ou explícita negue o valor de uma sociedade industrial é totalmente irrelevante: nem em um milhão de anos conseguiriam nos fazer desistir dessa força”. WILLIAMS, Raymond. *Cultura é algo comum*. In: **Recursos da esperança**: cultura, democracia, socialismo. São Paulo: Editora Unesp, 2015, p. 15.

compreender os sujeitos como heróis ou vilões, derrotados ou vencedores, mister se faz, à luz das fontes históricas, verificar como as pessoas lidam com as mudanças que alteram seus modos de viver, trabalhar e se relacionar.

Dicotomias como atraso versus modernidade ou tradição versus progresso não servem para a interpretação social uma vez que impedem uma observação das mudanças dentro de uma conjuntura de disputas e conflitos. Da mesma forma, uma visão cristalizada do passado congela homens e mulheres como figurantes e apresenta-os de forma abstrata e não como agentes da trama histórica e das transformações do mundo real.

A visão conservadora da cultura se faz muito presente em alguns “lugares de memória”, como a “loja do artesanato de Janaúba” e a “Casa da Memória”, em Porteirinha.” Na primeira, são expostos e vendidos peças domésticas, roupas “típicas” dos primeiros gorutubanos e diversos objetos, em sua maioria de barro ou argila. Na “Casa da Memória” são divulgados utensílios antigos usados pelos moradores, fotos de máquinas de tear, festividades religiosas e carros de boi.

Estas imagens, que procuram cumprir uma função de elo entre moradores antigos e jovens, para que estes valorizem suas “origens”, muitas vezes apresentam a vida dos sujeitos de forma natural, folclórica e romântica, negligenciando que o espaço está em constante transformação e sendo construído a partir do trabalho cotidiano.

O fogão a lenha, o ferro a brasa, a chaleira, o pilão de socar arroz, a máquina de costurar, o tear manual, os carros de boi e o engenho para fabricação de rapadura são elementos que compunham a materialidade da sobrevivência dos trabalhadores, ainda que muitos o veem como “reliquias”.<sup>95</sup>

A fiação constituía uma estratégia de organização da vida e do trabalho dentro de uma dinâmica em que “passar linha por linha”, à luz de lamparinas, são experiências que dão contornos e significados às trajetórias dos entrevistados. Ao explicar detalhadamente o processo de fiação, Ulisses relata as relações monetárias e de desigualdade existentes entre os próprios produtores rurais já que tinham que pagar para tecer, o que provavelmente

---

<sup>95</sup> Esta crítica a uma visão conservadora da cultura esteve muito presente na tese de Paulo César Inácio que estudou as memórias de homens e mulheres em meio a redefinições de trabalho no Sudeste Goiano na segunda metade do século XX. Ao se referir a uma visão romântica e bucólica do campo, Inácio salienta que “imagens perfeitas e idílicas de um passado, como as do campo que são perpetuadas de diversas formas, podem formar uma blindagem que inibe qualquer possibilidade de diálogo com os acontecimentos sociais (...). Precisamos nos precaver de como essas imagens, a serem postas em circulação como uma memória, podem alijar os moradores como protagonistas e suas lutas, quando reconhecidas, podem acabar sendo apropriadas por alguns grupos.” INÁCIO, Paulo César. **Sudoeste Goiano: seus trabalhadores, seus construtores, suas memórias-nossas histórias.** Tese (Doutorado em História). 228 Fls. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia. 2009, p. 30.

não era uma condição de todos. Os procedimentos para se fabricar roupas e cobertores a partir do algodão colhido se tornavam mais exaustivos devido ao fato de os entrevistados realizarem tais atividades no período noturno, à luz de lamparinas, após um dia de trabalho no campo.

Sobre sua experiência de migração, Ulisses destaca que ocorreu antes do casamento, que foi realizado em 1957, aos vinte anos, logo após o retorno do Paraná. A migração pré-matrimonial era comum entre os trabalhadores do Vale do Gorutuba e tinha o objetivo de acumular recursos financeiros que possibilitariam iniciar a vida de casado. Neste sentido, o deslocamento tinha um sentido prático-simbólico uma vez que o sujeito saía da região de origem como um rapaz e retornava com o status de homem pronto para adquirir novas responsabilidades.

Além da questão matrimonial, as narrativas salientam que foram múltiplos os fatores que influenciaram nas migrações, como a pobreza, o desemprego, os longos períodos de estiagem, a falta de terras para plantação, as dificuldades de crédito rural para a compra ou manutenção de terras, o tamanho da propriedade familiar que, por ser pequena, não garantia a sobrevivência de todos os herdeiros, principalmente após constituírem novas famílias,<sup>96</sup> e o convite de amigos que divulgavam as vantagens existentes nas novas fronteiras agrícolas, notadamente o Norte do Paraná.

As migrações também devem ser interpretadas como imersas dentro de uma dinâmica classista onde os pobres enfrentavam diversos obstáculos para ter e viver no campo devido à concentração fundiária e de renda. Destarte, a migração era uma realidade vivida pelos trabalhadores e não pelos latifundiários que extraíam a renda de terras, muitas vezes adquiridas, como já destacado, por meio da grilagem.

Diante das adversidades econômicas, climáticas e sociais, muitas pessoas eram atraídas para lugares onde era prometido emprego fácil e dinheiro rápido. Os deslocamentos geralmente eram realizados apenas pelo homem devido às condições árduas de trabalho e também para diminuir os custos da viagem, moradia e alimentação já que a intenção era gastar o mínimo e poupar o máximo possível.

---

<sup>96</sup> Em um estudo realizado, em 1969, pela Secretaria de Agricultura de Minas Gerais sobre a situação socioeconômica dos produtores rurais, sejam eles grandes, médios ou pequenos, dos municípios de Janaúba e Porteirinha, foi constatado que, das 115 famílias analisadas, 91,5% constituíam-se de pai, esposa e filhos, e o tamanho médio destas famílias giravam em torno de 10 pessoas. Registra-se ainda que, pelo estudo, 26,5% das famílias mantinham pessoas com algum vínculo de parentesco em seu estabelecimento rural. Cf. MINAS GERAIS. **Estudo sócio-econômico e programação preliminar para a região do baixo gorutuba-MG**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Agricultura de Minas Gerais\Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS. 1969, p. 83.

Entre os entrevistados, Ulisses e Zacarias migraram para outros estados, durante as décadas de 1940 a 1950, contudo, muitos disseram que parentes e amigos também passaram por esta experiência no mesmo período. A saída de uma pessoa ou vários membros da família acontecia de forma temporária ou permanente, sendo comum que alguns trabalhadores não retornassem para seus municípios de origem.

Ulisses destaca que sua vivência em outros estados foi marcada pelo trabalho árduo realizado em diversas frentes:

Auricharme: o senhor saiu daqui e foi para São Paulo por qual motivo?

Ulisses: era a ilusão do povo pra ganhar dinheiro, dizia que lá era bom pra ganhar dinheiro. Eu fui pra São Paulo em 49. Eu fui pro Paraná em 51 ou 52, mais ou menos nessa época. Um conhecido daqui foi e eu fui junto.

Auricharme: o senhor foi pra São Paulo no trem?

Ulisses: foi. Foi no trem da Central de Ferro. Foi daqui até chegar lá em Cafelândia. Era Maria Fumaça ainda. Ê sofrimento pra ir moço. O trem era lotado, tinha muitos “baiano”<sup>97</sup>, andava lotado. Era uma tristeza. E nós andava na plataforma, não era nem dentro do vagão não. Era uma fumaça, um carvão que quando chegou lá cabelo não prestava nem pra pentear.

Auricharme: Era quanto tempo de viagem?

Ulisses: Cinco dias pra chegar em São Paulo. Nós foi até São Paulo e de lá nos pegou a migração.

Auricharme: o que era a migração?

Ulisses: era assim: chegando em São Paulo eles leva todo mundo que tá no trem pra um hotel, lá tinha comida, tinha cama, tinha tudo e o povo ficava lá. E aí tinha um que ia entrevistar pra ver qual era o destino, aí a pessoa falava e ele já marcava a passagem, que era pro trem levar a gente no dia seguinte. Ficava lá nessa hospedagem só de um dia pra outro. Lá em São Paulo eu trabalhei na Cafelândia, Bauru, Marília e Osvaldo Cruz. Aí de Osvaldo Cruz nós já foi de caminhão de mudança pro Paraná. Era só mala com as roupas, sapato, esses trem e levou pro Paraná.

Auricharme: como era a vida lá?

Ulisses: lá fui carpir roça, plantar, colhia café, fazia de tudo. No Paraná nós dormia lá no mato mesmo, na roça. Armava a barraca de lona e dormia lá mesmo. A gente esforçava pra ganhar dinheiro, se esforçava pra abrir bastante cova.

Auricharme: quando o senhor foi pra lá o senhor era solteiro?

Ulisses: era. Eu tinha dezesseis anos. Nós foi derrubar mata moço, e eu não tinha costume de trabalhar de machado, aí eu fui trabalhar de machado derrubando mata. No primeiro dia eu trabalhei mais ou menos, no outro dia a mão queria? Tudo doendo, frio era demais.

Auricharme: o senhor ficou lá quanto tempo?

Ulisses: dois anos e seis meses entre São Paulo e Paraná.

Auricharme: por qual motivo o senhor voltou para Janaúba?

Ulisses: eu tava trabalhando abrindo cova na rua que eu peguei, que cada um pegava uma rua né, a minha rua que eu peguei topou num toco de peroba que era dessa grossura (gestos com os braços indicando grandeza) e a cova deu bem em cima desse toco e o dono queria que eu rancasse o

---

<sup>97</sup> Como muitos nordestinos pegavam o trem na Bahia em direção ao Centro-Sul do país, Ulisses define o grupo apenas como “baianos”, apesar dos sujeitos serem oriundos de vários estados.

toco e eu queria desviar a cova de café pra não precisar rancar o toco. Ele disse que não aceitava de jeito nenhum, que tinha que rancar o toco, eu falei: quantos dias eu gasto pra rancar esse toco? Eu vou embora, eu não sou daqui mesmo.

Auricharme: lá o senhor abria cova de café?

Ulisses: era. Eu ganhava por cova que eu abria, rapidinho eu abria uma cova, dava muito dinheiro. Por isso que eu saí, quantos dias eu ia levar pra rancar o toco? Quanto dinheiro que eu não perdia?<sup>98</sup>

A busca por trabalho em São Paulo e Paraná foi uma alternativa encontrada para que o narrador conseguisse recursos financeiros visando a compra de uma terra própria. Neste sentido, ao estudar as migrações de pequenos produtores rurais, Klass Woortmann salienta que a “migração de camponeses não é apenas consequência da inviabilidade de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução.”<sup>99</sup>

Os grandes contingentes populacionais para as fronteiras agrícolas foram estimulados pela implementação de projetos públicos e privados que promoveram a exploração econômica, com bases capitalistas, de novas áreas. A migração de trabalhadores brasileiros em meados do século XX vinha sendo estimulada desde 1930 quando Vargas assina diversas leis<sup>100</sup> impedindo ou dificultado a entrada de estrangeiros no país na tentativa de que os trabalhadores de regiões marcadas por conflitos agrários, como o Nordeste, e por longas estiagens, como o Norte de Minas, se deslocassem para lugares considerados como “vazios demográficos”, a exemplo da Amazônia, interior de São Paulo e Norte do Paraná.

O redirecionamento populacional defendido por Vargas estava atrelado a uma política de expansão da fronteira agrícola, apoiada por agentes governamentais de diversos estados, que buscava garantir mão de obra farta, barata e sem encargos trabalhistas, uma vez que a CLT garantia direitos apenas aos trabalhadores urbanos. Desta forma, o governo

---

<sup>98</sup> Ulisses José Pereira. Entrevista realizada no dia 14/07/2016.

<sup>99</sup> WOORTMANN, Klaas. **Migração, família e campesinato**. Revista Brasileira de Estudos de População. Jan/jun. 1990, vol.7, n° 1. São Paulo, p. 35-51, 1990, p. 35.

<sup>100</sup> De acordo com Adriana de Carvalho Medeiros, o Decreto N° 19.482, de 12 de dezembro de 1930, e Decreto N° 24.215, de 1934, de Getúlio Vargas, tentaram redirecionar a Política de Migração para trabalhadores estrangeiros. A lei pretendia desestimular a migração externa, limitando a 1/3 do número total de trabalhadores por empresa. Assim, Vargas intencionava mobilizar o maior número de trabalhadores nacionais, aproveitando a mão-de-obra interna que passou a ser direcionada para os centros urbanos e zonas de produção cafeeira. O último decreto ainda proibida a entrada de migrantes estrangeiros menores de 18 anos e maiores de 60, portadores de doenças mentais, crônicas ou de qualquer tipo de deficiência física ou mutilação, analfabetos, envolvidos em manifestações políticas, prostituição. Essa medida visivelmente aplicava controle não apenas do número de migrantes estrangeiros, mas ainda, controle ideológico sobre população que afluía para Brasil. Cf. MEDEIROS, Adriana de Carvalho. **Histórias de trabalhadores nortistas no Norte/Nordeste do Paraná (1940-1970)**. Tese (Doutorado em História). 312 Fls. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2017, p. 155-156.

constituiu agente fundamental para que o exército agrícola de reserva existente no país pudesse ser deslocado para áreas de interesse do capital.

Entre os anos de 1948 a 1960, cerca de um milhão e seiscentos mil trabalhadores passaram pela Hospedaria do Imigrante, descrita por Ulisses como “migração”, antes de serem direcionados para fazendas, principalmente localizadas no interior de São Paulo ou Norte do Paraná.<sup>101</sup> A grande maioria era originária do Norte de Minas ou do Nordeste, conhecidos como “nortistas”,<sup>102</sup> e chegavam de trens, alguns com esposa e filhos. Poucos dias após o desembarque já estavam trabalhando em diversas atividades, sendo as principais a derrubada de matas, plantação e/ou colheita do café.

Com as terras paranaenses sendo incorporadas ao cultivo do café devido à demanda do mercado externo, atrelou-se aos estados de São Paulo e Paraná imagens de riqueza, desenvolvimento e oportunidades. São Paulo obrigatoriamente era um lugar de passagem dos trabalhadores mineiros e nordestinos, sendo que alguns, a exemplo de Zacarias, apenas passavam pela Hospedaria do Imigrante e se deslocavam para o Norte do Paraná, enquanto outros, como Ulisses, permaneceram no interior paulista por algum tempo, mas logo eram atraídos pelas notícias de maior possibilidade de ganho nos cafezais paranaenses.

Ulisses foi para o interior de São Paulo com a mala de roupas e com a “ilusão” de ganhar dinheiro. Sua narrativa destacando o local de moradia, as condições de trabalho e o motivo de sua saída do Paraná evidenciam as relações de exploração e autoritarismo as quais estava submetido, o que contrastava com os discursos de “terra prometida” feito por empresas, governadores e até mesmo por trabalhadores. O campo de escolhas mostrava-se bastante limitado: ou permanecer no Paraná com a possibilidade de adquirir renda necessária para a compra da terra própria, ou retornar para o Vale do Gortuba sem emprego e dinheiro.

O trabalho braçal de milhares de “nortistas” transformou uma região de mata fechada em grande produtora e exportadora de café, grão que ficou conhecido como “ouro verde”. Ainda que em parte da historiografia nacional e paranaense a terra e o café apareçam como atores principais, as narrativas indicam como os sujeitos foram

---

<sup>101</sup> A partir da referida tese de Adriana Medeiros que foi possível vincular a “migração”, citada por Ulisses, com a Hospedaria do Imigrante. Esta instituição, situada em São Paulo, foi fundada em 1888 e teve suas atividades encerradas em 1978. Até a década de 1930, recebeu apenas imigrantes estrangeiros que chegavam ao Brasil pelo porto de Santos. A partir do decreto de 1930, passou a receber também trabalhadores migrantes do Norte e Nordeste Brasileiro. Atualmente no local funciona o Museu do Imigrante. Cf. MEDEIROS, op. cit.

<sup>102</sup> Nortista era um termo usado pela SUDENE para se referir aos trabalhadores dos estados do Nordeste e Minas Gerais.

incorporando referências culturais e de trabalho a partir de movimentações diversas, como vivenciam limites e pressões e deixam marcas no espaço e na sociedade a partir de experiências forjadas dialeticamente.

O protagonismo dado ao capital ou ao Estado, em seu sentido restrito, como promotores da ocupação e desenvolvimento de fronteiras agrícolas perde de vista não apenas a existência de povos nestas regiões, principalmente indígenas, mas também tornam invisíveis as relações sociais que foram se constituindo com a chegada de milhares de trabalhadores com valores, experiências e expectativas variadas. As migrações não se resumem ao viés geográfico (que privilegia o deslocamento espacial) ou demográfico (que apreende apenas os números dos que chegam e dos que partem). O conceito de migração, visto a partir das movimentações e modos de vida dos sujeitos, permite compreender o processo histórico de maneira mais dinâmica e total, abarcando aspectos que muitas vezes não aparecem na memória oficial.

Tensões e embates sociais permearam as experiências de migrações, o que vem a problematizar o discurso de harmonia e paz social presente no discurso hegemônico. A divergência entre Ulisses e o dono dos cafezais quanto ao local onde a cova iria ser aberta, que foi o estopim de sua saída do Paraná, indica como resistências também faziam parte do cotidiano dos trabalhadores.

Zacarias destaca como vivenciou e participou do desenvolvimento das relações capitalistas, primeiro em Janaúba e posteriormente no Paraná

Auricharme: O senhor nasceu onde?

Zacarias: eu nasci em um lugar que chama Córrego do Feijão (antigo povoado rural de Janaúba).

Auricharme: Como foi a vida do senhor lá?

Zacarias: Eu vivia por essa Central de Ferro, burro é que fez ela; ela foi tocada com burro, eu trabalhei tirando dormente, tirando lenha. A estrada de ferro ajudou a desenvolver Janaúba. Foi indo, foi indo e a Central de Ferro formou desse jeito e eu sustentei onze boca dentro da casa de meu pai. Nessa mexida eu tinha dezesseis anos. Essa estrada de ferro vinha de Montes Claros pra cá e eu trabalhei nela demais e com dezenove anos eu já comecei a namorar e dei de casar e aí eu deixei meu pai aqui ainda vivo, ele escondeu pra não ver eu saí, e fui trabalhar no Paraná. Trabalhei cinco anos lá pra comprar terra aqui.

Auricharme: Porque o senhor fala que com a Estrada de Ferro ajudou a desenvolver Janaúba?

Zacarias: Porque a ferrovia dava valor nas coisa que a gente tinha. Eu panhava milho e botava num cavalo aqui e levava pra Central de Ferro, lá eles comprava o milho pra poder dá cavalo, antes não tinha preço e o povo não comprava.

Auricharme: Lá no Paraná o senhor trabalhava com roça?

Zacarias: Era, lá era cafezal, a lavoura que mais tinha lá era arroz e café. Era por empreita. Eu pegava empreita pra fazer. Eu não trabalhava por dia não, porque eu trabalhava muito. Na empreita que eu ganhava dinheiro, enquanto os outros ganhava 40 cruzeiros, eu ganhava 60, 70 ou 80 por dia. Trabalhei lá cinco anos, eles me chamava de baiano doido. Quando era de madrugada os paranaense assustava e falava: “ó o baiano lá na roça já, ah baiano desgraçado.” Lá eu ganhava era por pé de café, cê limpava sua rua, às vez sua rua tinha cem pé de café e cê já sabia quanto cê ia ganhar. Agora colher era todo ano. As mão inchava de gelo, era uma geada que não era brincadeira. Mas graças a Deus encontrei gente boa lá e fui feliz.

Auricharme: Por qual motivo o senhor foi para o Paraná?

Zacarias: É porque aqui tava ruim demais, não dava pra ganhar dinheiro pra sustentar não. Porque aqui era diferente, hoje o povo tá rico e não sabe, não tem fome no lugar.

Auricharme: O senhor foi pro Paraná sozinho?

Zacarias: Não, eu fui com um cunhado meu com sua família e eu também levei a minha família. Aí depois do café a vida minha foi tocar arroz. Eu gostava de mexer com arroz, plantei 316 quilo de arroz no ano e deu 160 saco de arroz, nessa época eu vendi arroz. Acabou o arroz eu ia mexer com café, mas era bom. Eu gostei do Paraná, mas eu adoeci muito lá por causa do frio. Eu fiquei cinco anos lá no Paraná mexendo com café e arroz e depois vim embora.

Auricharme: Aí o senhor voltou pra Janaúba?

Zacarias: Foi, voltei pra Janaúba e aí nessa época eu comprei uma pareia de boi, uma porcada, e fui comprar milho pra engordar porco e depois eu comprei terra. A terra era barata, mas era cara porque ninguém tinha dinheiro pra poder comprar. Se hoje eu tô sem poder trabalhar é porque eu antigamente forcei muito, mas não tinha jeito, a gente tinha que trabalhar, a gente tinha que dá conta da nossa obrigação.<sup>103</sup>

Zacarias Bispo de Oliveira, nascido em 1931, casado e pai de oito filhos, destaca que o trabalho na roça desde a infância foi indispensável para garantir seu sustento. Em 1947, com dezesseis anos, foi contratado pela E.F.C.B para retirar madeiras das matas que eram usadas como dormentes. Na companhia da esposa<sup>104</sup> e do cunhado migrou, no início da década de 1950, para o Paraná onde trabalhou durante cinco anos em arrozais e cafezais, conseguindo juntar dinheiro suficiente para retornar à Janaúba com condições de adquirir uma terra própria.

Sua juventude, marcada pela migração e vigor físico para enfrentar atividades árduas e penosas contrasta com as rugas, cicatrizes e enfermidades da velhice sendo que, na última entrevista, encontrava-se acamado devido à doenças reumatológicas causadas, segundo ele, pelo esforço desproporcional realizado em épocas anteriores. As longas jornadas de trabalho foram encaradas por Zacarias como algo necessário para garantir a

---

<sup>103</sup> Zacarias Bispo de Oliveira. Entrevista realizada no dia 15\04\2016.

<sup>104</sup> O entrevistado foi casado duas vezes. Neste momento, refiro-me à sua primeira esposa, falecida após um trágico acidente na época das desapropriações. Este fato será tratado nos capítulos seguintes.

sobrevivência da família, repetindo diversas vezes que realizava uma jornada exausta porque “tinha que trabalhar duro, não tinha jeito”. Apesar da perda da vitalidade, ele sente um orgulho de ter conseguido criar os oito filhos e de todos atualmente possuírem emprego e moradia.

Zacarias relata os significados políticos e culturais do trabalho realizado em meio às pressões, conflitos, chegadas e partidas. Seja exercendo funções laborais na ferrovia, na propriedade familiar, nas lavouras paranaenses, na criação de porcos ou fabricação e venda da rapadura, estas últimas atividades exercidas após a compra da terra própria, é possível observar como o sujeito constrói suas visões de mundo a partir de experiências e expectativas múltiplas.

O assalariamento temporário e novas relações mercadológicas alteraram costumes e hábitos dos moradores\trabalhadores dos municípios de Janaúba e Porteirinha. Se até então a produção era voltada basicamente para o autoconsumo familiar, com a chegada da ferrovia na região muitas pessoas mudaram esta dinâmica uma vez que se empregaram e\ou vendiam produtos agropecuários para famílias que foram ali residindo e, posteriormente, para passageiros que aguardavam o embarque e desembarque do trem nas estações. O trabalho de subsistência passou a ser associado à produção de mercadorias e ao assalariamento na ferrovia compondo, desta forma, “diferentes estratégias de sobrevivência”<sup>105</sup> do entrevistado.

As diferentes estratégias de sobrevivência se apresentam como uma importante chave de leitura para compreender os modos de vida e de luta dos produtores rurais de Janaúba e Porteirinha. Os entrevistados usavam vários meios para permanecerem no campo como, por exemplo, o trabalho na própria terra e em outras propriedades, a produção para subsistência e para comercialização, reciprocidades, entre tantas outras práticas que evidenciam a impossibilidade de classificá-los em uma única categoria de análise econômica ou social.

Feijão, arroz, carnes, farinha de mandioca, verduras e rapadura constituíam a base alimentar dos sujeitos. Os demais produtos consumidos (como o café, óleo, sal), alguns tecidos e calçados eram comprados em comércios localizados nas cidades.

---

<sup>105</sup> Em um texto com o título “trabalho de subsistência enredado”, Marcel Van Der Linder destaca a contribuição da Escola de Bielefeld, da França, para a sociologia do desenvolvimento. Esta leitura foi importante no sentido evidenciar o vínculo sistemático entre produção de subsistência e capitalismo como “diferentes estratégias de sobrevivência” dos trabalhadores pobres. Cf. LINDER, Marcel Van Der. Trabalho de subsistência enredado. In: **Trabalhadores do Mundo: ensaios para uma história global do trabalho**. Campinas, SP: Unicamp, 2013, p. 353-372.

O uso da banha de porco como gordura usada no preparo de alimentos foi narrada como uma forma de economia doméstica. Ademais, a criação suína e de outros pequenos animais servia para comercialização e, principalmente, eram ingredientes do consumo familiar evitando, desta forma, a compra de carnes.

Quando salienta que “a terra era barata, mas era cara porque ninguém tinha dinheiro pra poder comprar”, é possível perceber como, a partir de meados do século XX, o trabalho humano e a intervenção governamental foram conferindo valor às terras gorutubanas devido às transformações na sua infraestrutura física e produtiva. A percepção de Zacarias, norteada pelo tempo presente, indica o quanto bens, produtos e serviços foram sendo valorizados, do ponto de vista monetário-comercial, ao longo do tempo.

As relações capitalistas foram incorporadas ao cotidiano dos sujeitos que viram no assalariamento ou na venda de mercadorias uma alternativa para escapar da pauperização e garantir o sustento da família. A construção da ferrovia, redes de comunicação, postos de comércio e armazenamento, entre outras benfeitorias criadas por órgãos governamentais em fins da década de 1940, elevou diretamente a renda da terra e conferiu nova dinâmica a uma sociedade fracamente monetarizada onde a troca de alimentos, a produção para autoconsumo e um comércio restrito se faziam predominantes.

Com o dinheiro acumulado após cinco anos de trabalho no Paraná, Zacarias volta para Janaúba na condição de proprietário de terras

Auricharme: então seu Zacarias, o senhor disse que depois que voltou do Paraná comprou terra, isso foi onde?

Zacarias: no Córrego do Feijão. Depois vendi e comprei terra no Amargoso (comunidade rural de Janaúba) que foi onde eu fui desapropriado. Lá na terra do Amargoso eu fui mexer com cana. Eu fazia com a família cem carga de rapadura pra vender nas água, fora o que vendia na seca, eu saía lá do Amargoso vinha na cidade e voltava e quando chegava lá já era de noite e ia botar boi no engenho e quando o dia amanhecia já tinha rapadura feita. Não tem ninguém que faz esse serviço hoje, o povo não aguenta não.<sup>106</sup>

O retorno de Zacarias ao Vale do Gorutuba na condição de proprietário de terras significou uma transformação nos modos de trabalho e produção, mas não uma diminuição do esforço físico para garantir a sobrevivência familiar, sendo que ele salienta que “fazia com a família cem carga de rapadura”.

---

<sup>106</sup> Zacarias Bispo de Oliveira. Entrevista realizada no dia 15/04/2016.

Em muitas entrevistas o tempo foi dividido entre “tempo das águas” e “tempo das secas”. Na primeira situação as condições de vida eram melhores uma vez que o trabalho era realizado na própria terra, existia uma disponibilidade de água para consumo humano e animal e esperança de se obter uma boa produtividade agrícola que, em casos específicos como o feijão e o milho, eram armazenados. No “tempo das secas”, os trabalhadores tinham que reinventar formas de sobrevivência abrindo cisternas, se deslocando à procura de água em rios, lagoas e córregos da região, além de trabalharem em terras de fazendeiros e fabricarem rapaduras e farinha em casa.

Sobre o “tempo das secas”, os entrevistados destacam a criação de diversas estratégias para conviver com as longas estiagens e minimizar os prejuízos

Auricharme: na época das secas, como o senhor fazia para sobreviver, como que era o trabalho?

Ulisses: seca aqui toda vida teve né, mas nunca assim pra dá crise ou falta das coisas pra comer. Às vez plantava lavoura e perdia tudo, mas não faltava o que comer nem nada não, a gente sempre tinha recurso. Porque as vez as roça perdia, eu pelo menos, e muitos outros, criava gado, tinha gado e vendia na época da precisão e dava pra comprar muita coisa pra comer. Tinha leite, fazia requeijão e vendia, tinha muitos recursos né. Dava seca assim: dava pra perder lavoura, o mês que não chovia perdia a lavoura tudo, mas capim pra criar gado tinha ué, de uns anos pra cá que foi encurtando, encurtando e vai do jeito que tá agora. Às vez a gente perdia uma lavoura, mas chuva pra criar tinha, o povo criava gado e plantava algodão. E sempre era assim: quando colhia bastante mantimento não vendia não, guardava uma parte. Nós matava o gado e tirava o couro, costurava ele tudo e punhava num canto lá. Naquele tempo não tinha transporte, não vendia essas coisas não. Rapadura guardava era muita. A gente deixava os alimento dentro do couro de boi e dava pra passar o ano todo. Tinha muitas pessoas que não tinha e arranjava com aqueles que tinha, comprava ou pegava a troco de serviço, sempre era mais pagar em serviço.<sup>107</sup>

A prática da caça e pesca, a confecção de móveis e instrumentos de trabalho a partir da madeira retirada nas matas da região, a construção da própria moradia, a utilização de plantas e ervas como remédios, entre tantas outras práticas indicam as estratégias dos sujeitos para contornar as privações cotidianas. Eles foram aprendendo a conviver com distintos ciclos da natureza, alterando formas de viver e trabalhar ao mesmo tempo em que interviam e transformavam o espaço segundo suas necessidades e possibilidades.

Ulisses salienta a importância da criação de gado para a família nos períodos de “crise” como forma de obtenção de leite e derivados, carne e couro, este último era usado

---

<sup>107</sup> Ulisses José Pereira. Entrevista realizada no dia 14\07\2016.

no armazenamento de diversos alimentos, como feijão, arroz e milho. Outros entrevistados citaram ainda que a bovinocultura, ainda que restrita a poucas “cabeças”, constituía um meio de obtenção de renda em ocasiões de urgência como, por exemplo, doença de algum membro da família, já que o gado era um animal de venda relativamente fácil.

Os produtores rurais eram conscientes das imprevisibilidades que estavam sujeitos e, a partir delas, procuravam organizar suas atividades econômicas. Desta maneira, procuravam minimizar os riscos, principalmente quanto às colheitas, por meio da criação de diversos animais, armazenamento de alimentos, manutenção das relações de parentesco e laços de reciprocidade, venda da produção excedente ou cultivo de produtos destinados diretamente ao mercado, com destaque para o algodão e a mamona.

A múltiplas formas de sobrevivência descritos por Ulisses diante de uma realidade social e econômica marcada pela insegurança e incerteza revelam que os produtores rurais não seguiam uma organização pré-constituída ou um esquema fixo de trabalho e produção. Esta racionalidade, indeterminada e elástica, historicamente vem sendo utilizada por comunidades camponesas como forma de autoproteção e prevenção em relação ao futuro.<sup>108</sup>

Os entrevistados retratam uma trajetória marcada por vitórias e derrotas, avanços e recuos, lutas e dificuldades. Entretanto, também focaram a persistência e trabalho no objetivo de permanecer na terra e superar as privações materiais e de alimentos. Por mais que os sujeitos criem uma narrativa que nos permite concluir que nas épocas de estiagem a situação social e econômica piorasse consideravelmente, eles também relatam as estratégias de sobrevivência usadas nestes momentos para garantir o sustento da família e a vida no campo.

A alimentação durante as secas era mais restrita uma vez que a produção armazenada deveria ser suficiente para atravessar todo aquele período. Visando minimizar o uso da carne de gado da propriedade ou a compra em comércios da cidade, os entrevistados dissertam que era comum a prática das caças nas matas deles próprios ou dos

---

<sup>108</sup> Em seu livro “A Herança Imaterial”, Geovanni Levi destaca como os moradores do povoado de Santena, na região de Piemonte (Itália), lidavam, no século XVII, com diversas ameaças que pairavam sobre eles e suas famílias, a exemplo da incerteza das colheitas, a fragilidade da vida e a relação com o mundo exterior. Sobre os modos de vida da população de Santena, Levi descreve que “esta sociedade, como qualquer outra, é composta por indivíduos conscientes da margem de imprevisibilidade que organiza cada comportamento. Esta incerteza não deriva apenas da dificuldade em prever o futuro mas, também, da consciência de que dispõe de informações limitadas quanto às forças que operam no ambiente social no qual se deve agir. Tal sociedade não era, todavia, paralisada pela insegurança, hostil a qualquer risco, passiva ou enraizada sobre fatores imóveis de autoproteção. O aprimoramento da previsibilidade para aumentar a segurança foi um motor potente de inovação técnica, psicológica e social.” LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.104.

vizinhos, sendo que frequentemente conseguiam capturar tatus, preás, codornas, perdizes, inhambu-chororó, entre outros animais.

Embora os entrevistados relatem tempos difíceis, eles trazem também o orgulho de viver no campo diante das adversidades econômicas e climáticas. A permanência na terra é vista como uma conquista individual e coletiva resultante da criação de múltiplas estratégias de sobrevivência em um período que inexistiam programas sociais de apoio ao produtor rural.

As narrativas também descrevem como, diante das dificuldades comuns, os trabalhadores encontravam na ajuda mútua um caminho para a garantia da sobrevivência coletiva ao mesmo tempo em que os laços sociais eram fortalecidos. As reciprocidades aconteciam em momentos diversos, como no plantio, colheitas, construção de cercas, fabricação de rapadura ou farinha. Maria Aparecida detalha estes momentos

Auricharme: Onde a senhora nasceu?

Maria Aparecida: Eu nasci em um lugar chamado Bico da Pedra.

Auricharme: Como que era o trabalho?

Maria Aparecida: Era mais na roça da gente, porque era muita coisa pra fazer, tinha muita terra e a gente ia ajudar os pais. Que nem meu pai mesmo, ele trocava dia de serviço né, trabalhava um dia pros outros em uma semana e quando fosse na outra semana a pessoa trabalhava pra ele né. A gente era até mais fraco do que hoje, mas a gente tinha condição de colocar outros na roça pra trabalhar porque era dia de serviço trocado.

Auricharme: A senhora disse que tinha um engenho. Como era o trabalho lá?

Maria Aparecida: Tinha dos meus avô. Meu avô tinha, era pertinho de casa. Nós também fazia farinha lá, nós ficava semana e semana fazendo farinha, tinha vez que dava duas horas da manhã e a gente tava na beira do forno pra torrar a farinha. A gente tinha que rancar, aí juntava aqueles homens, às vez tinha mais de dez homens, rapava e ralava e colocava na prensa pra prensar a massa né e quando era no outro dia tirava daquela prensa pra poder fazer a farinha, é muito trabalhoso. Tinha os forno, às vez tinha três fornão de torrar farinha. Os vizinho ia ajudar e às vez ficava até tarde da noite. Os vizinho ia ajudar a gente, às vez eles ganhava farinha outras vez ia só pra ajudar mesmo, ia trocando o dia né porque as vez quando ele ia mexer na casa dele também a gente ia e ajudava ele.<sup>109</sup>

Maria Aparecida Neves Souza, casada e mãe de cinco filhos, nasceu em 1953 na comunidade rural de Bico da Pedra (Janaúba). Ela relata que a família possuía uma propriedade de quinze alqueires onde os pais e irmãos desenvolviam diversas atividades agropecuárias. Atualmente mora em um lote agrícola de cinco hectares na colonização III,

---

<sup>109</sup> Maria Aparecida Neves Souza. Entrevista realizada no dia 14/03/2016.

em Nova Porteirinha, adquirido por meio da compra uma vez que suas sucessivas tentativas de ser assentada pela Codevasf foram frustradas.

A entrevistada descreve como, ao compartilharem situações sociais e econômicas semelhantes, os pequenos agricultores conseguiam sobreviver e permanecer no campo. O trabalho coletivo, algumas vezes realizado no período noturno à luz das lamparinas, resultava na produção de dezenas ou até mesmo centenas de rapaduras e sacos de farinha onde uma parte era comercializada e outra dividida entre as famílias para servir como alimentos no “tempo das secas”.

A troca de dias de serviço, em tese, constituía uma relação simétrica onde tanto o favorecido como o favorecedor saíam ganhando uma vez que, moralmente, a recíproca deveria acontecer. Quando Maria Aparecida destaca que “os vizinho ia ajudar e às vez ficava até tarde da noite” abre-se duas possibilidades de análise: a dureza do trabalho e o valor da ajuda mútua. Estas duas situações não são consideradas antagônicas, mas sim complementadas pois a reciprocidade era usada para aliviar as dificuldades vividas.

Neste sentido, passar do “mundo do trabalho” para o “mundo dos trabalhadores”, tal como sugerido por Yara Khoury, significa, entre outras dimensões, “apreender modos culturais cotidianos vividos e construídos, nas expressões diversas que as lutas dos sujeitos assumem, sem perder de vista a dimensão política da vida cotidiana.”<sup>110</sup> Nas relações de reciprocidade, afirmações de identidade eram forjadas em meio ao fortalecimento de vínculos sociais que garantiam aos entrevistados a permanência e sobrevivência no campo.

No plano da constituição das subjetividades, experiências, valores, visões de mundo, relações de parentesco e sociabilidades, não existe uma oposição entre casa-roça, trabalho-vida ou relações de mercado-subsistência. Pensando dialeticamente o conceito de experiência como unificadora das ações dos sujeitos é possível compreender que a formação da consciência e identidade do trabalhador está condicionada a diversos aspectos históricos e culturais que integram determinados modos de produção.<sup>111</sup>

Se na ocasião da troca de dias de serviço estavam envolvidas poucas pessoas, a prática do mutirão congregava um número maior de famílias. De acordo com Josias

---

<sup>110</sup> KHOURY, Yara Aun. Do mundo do trabalho ao mundo dos trabalhadores. In: VARUSSA, Rinaldo J. (Org.). **Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea**. Cascavel, Paraná: Edunioeste, 2009, p. 125.

<sup>111</sup> “As pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos (...). Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esse sentimento na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas.” THOMPSON, E.P. O termo ausente: experiência. In: **Miséria da Teoria ou um planetário de erros; uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 189.

antigamente o negócio era assim: quando chegava no tempo da colheita cê achava camarada. Tinha o mutirão, tinha o mutirão pra capinar. Às vezes uma pessoa precisava de fazer um trabalho rápido e ele solicitava ali quem estava disposto a fazer um mutirão e quando outro necessitava solicitava a mesma turma para pagar aquela ajuda. Se falar de mutirão hoje o povo fala que a gente tá doido.<sup>112</sup>

Segundo Beurepaire, citado por Eric Sabourin<sup>113</sup>, a palavra “mutirão”, utilizada em todo o Brasil, é oriunda do guarani *potirom*, que significa “mãos à obra” e designa uma forma de cooperação camponesa de origem autóctone. O mutirão, uma espécie de economia solidária informal entre os entrevistados, atravessava gerações, embora gradativamente fosse perdendo força com a penetração das relações capitalistas no campo.

O mutirão e a troca de dias de serviços eram princípios normativos que organizavam a vida da comunidade a partir de relações de amizade e sociabilidades compartilhadas por pessoas da mesma classe social. Estas redes de interdependência indicam como as pessoas foram se adaptando aos riscos existentes constituindo uma alternativa de autoproteção social que, de alguma maneira, questionavam os sistema de dominação e exploração vigente.

As formas dos sujeitos se apropriarem do espaço social passavam pelas trocas comerciais, mas também por reciprocidades forjadas a partir dos laços familiares, trocas e favores, das redes parentais, clientelares e de amizades. Em meio a imprevisibilidades e inseguranças que comprometiam o sustento familiar, os produtores rurais, em igual situação de carência e marginalidade, foram criando uma ética e padrão de comportamento necessários para lidarem com as adversidades e incertezas inerentes ao espaço que viviam.

Este capítulo evidenciou que o Vale do Gorutuba é marcado por um histórico de “cercamentos” de terras e desigualdades sociais decorrentes de várias formas de violência e perpetuação de privilégios que acabaram por impor múltiplos desafios e dificuldades à sobrevivência dos pequenos produtores rurais. Os entrevistados herdaram terras de seus ascendentes, muitos deles posseiros, que posteriormente seriam ameaçadas pelo interesse de fazendeiros da região ou requeridas por agências governamentais, o que acabou por gerar vários conflitos e tensões sociais.

---

<sup>112</sup> Josias Fernandes de Souza. Entrevista realizada no dia 26\04\2016.

<sup>113</sup> SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p. 66.

## CAPÍTULO 2

### O CAMPESINATO GORUTUBANO E SEUS MODOS DE VIDA: A CASA, O MERCADO, A IGREJA E O RIO

A historiografia regional procura conferir uma vivência positiva ao “antes” das desapropriações e uma negativa ao “depois”. Certamente a situação dos trabalhadores piorou e as condições materiais se deterioraram com a perda dos meios de produção, contudo, este fato não se configura como justificativa ou permissão à interpretações que visualizem o processo histórico a partir de dicotomias ou concepções unilaterais.

Este caráter laudatório e contemplativo das experiências tende a privilegiar uma visão idealista ligada a um “passado puro” que nos impede de visualizar transformações culturais e movimentações dos sujeitos na luta pela sobrevivência diária. Ao contrário desta vertente, privilegiamos uma análise na qual a vida material, cultural e social dos trabalhadores não era estática, mas sim dinâmica e complexa, realizada a partir de um movimento dialético onde eles transformavam a realidade ao mesmo tempo que eram por ela transformados.<sup>114</sup>

Destarte, ainda tendo como recorte temporal os anos de 1950 a 1970, este capítulo compreende as estratégias usadas pelos produtores rurais para viver e permanecer no campo, vínculos com a natureza e laços de sociabilidades que, ao serem contextualizados, ajudam a desconstruir visões idílicas, românticas e encantadas presentes em escritos de memorialistas e pesquisadores regionais.

#### 2.1-Vale do Gorutuba: A terra e seus homens

No que diz respeito ao título acima, esclareço que a segunda parte foi emprestada de um livro de Marc Bloch<sup>115</sup> que retrata a história rural francesa nos séculos XVII e XVIII.

---

<sup>114</sup> No capítulo “Idade de ouro”, do livro “O campo e a Cidade”, de Raymond Williams, é salientado pelo autor que a literatura inglesa associou agricultura de subsistência a uma imagem de abundância, natureza pródiga e economia natural no objetivo de tratá-la como não afetada pela economia de mercado. A advertência do crítico literário salientando que um simples olhar retrospectivo (a produção para subsistência) ou a simples investidora progressista (a produção mercadológica) gera mais idealizações que esclarecimentos foi de suma importância para se compreender as transformações no mundo dos trabalhadores sem a perspectiva de “inocência perdida”. Cf. WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.65-80.

<sup>115</sup> BLOCH, Marc. **A terra e seus homens**: Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII. Tradução de Ikla Stern Cohen. Bauru (SP): EDUSC, 2001.

Bloch estudou os modos de vida do campesinato francês destacando suas relações comunitárias, a família, os conflitos entre suas tradições e o sistema jurídico do Antigo Regime, entre outros aspectos, tendo como perspectiva a história como um encontro de diversas experiências humanas.

A citada obra do autor francês aborda culturas e símbolos, mas também destaca a transformação destes elementos na vida social dos sujeitos por intermédio do desenvolvimento das relações capitalistas nas comunidades rurais através das trocas e comércios variados. Não deixando de destacar a luta de classes envolvendo fazendeiros e trabalhadores rurais, Bloch confere uma atenção especial ao fato de que industriais e comerciantes foram se constituindo uma grande ameaça à reprodução social e econômica do campesinato. Ao salientar que “o capitalismo é comerciante antes de ser produtor”<sup>116</sup>, o autor indica como negociantes, ao dominarem o mercado sobre os quais os agricultores deveriam escoar seus produtos, comprometiam a autonomia e independência dos pequenos produtores rurais.

A reorganização produtiva e econômica, que representava uma transformação na cultura e vivência dos sujeitos, elencada por Bloch ao analisar a situação do campesinato francês, constitui um ponto de reflexão importante no sentido do pesquisador não simplesmente descrever ou contemplar os modos de vida dos trabalhadores, mas abordá-los dentro do processo histórico-social.

Feita esta consideração, saliento que este subcapítulo tem como objetivo compreender o processo histórico e dialético de constituição do espaço social tendo como referência experiências de vida e trabalho de homens e mulheres que viviam nos municípios de Janaúba e Porteirinha.

A aquisição de propriedades se deu por meio da compra, matrimônio ou herança. Contudo, por não conhecerem as leis e os processos de cartorização, muitos permaneciam na condição de posseiros. A maioria dos entrevistados comprou a terra e recebeu apenas um documento de compra e venda que não tinha valor jurídico e outros que herdaram a propriedade familiar comumente não realizavam sua transferência para o nome dos filhos detentores daquele direito.

Os entrevistados salientam a posse da propriedade enquanto conquista, não apenas pelo trabalho nela realizado, mas também por sua defesa contra assédio de fazendeiros locais. Em sua narrativa, Jerônimo relatou sobre este assunto

---

<sup>116</sup> BLOCH, Marc. **A terra e seus homens**: Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII. Tradução de Ikla Stern Cohen. Bauru (SP): EDUSC, 2001, p. 430.

Auricharme: o senhor é de onde?

Jerônimo: daqui mesmo de Monte Alto (comunidade rural de Janaúba). Na época que eu casei eu vivi no terreno da minha mãe, depois meu pai faleceu e meus irmãos deu de vender os direito de todo mundo e aí eu já era casado com a irmã dele (Geraldo, que estava presente na entrevista) e mudei de lá pra cá e tô aqui no terreno da minha sogra até hoje. Os herdeiro da terra foi vendendo, vendendo e de resto ficou eu sozinho mais outro irmão. Aí a pressão foi muita porque tinham fazendeiros. O Zica Mendes mesmo era um que tava comprando os direito dos herdeiros, aí ficou eu e outro cunhado, casado com a irmã caçula minha, e nós não queria vender o direito nosso porque não tinha pra onde ir né, e aí ele foi dando muita pressão que nós tinha que vender. E aí quando minha mãe morreu, bem depois do meu pai, os menino foi vendendo os direito, porque nós era muito perseguido por esse Zica Mendes lá, porque os terreno dele não tinha documento e o documento que tinha era o terreno de minha mãe, e aí ele tinha vontade de pegar o terreno de minha mãe com os documentos pra compor com os dele. O terreno que ele tinha era grilado, era terreno de ausente<sup>117</sup> e aí ele juntou esse trem tudo e fez uma fazenda muito grande e o terreno de minha mãe era dentro desse terreno de ausente, mas era bem documentado, e aí ele tinha aquela vontade de pegar, só que com a vida de meu pai ele não pôde, que o véi não vendia né, aí o véi morreu e ele (Zica Mendes) pôs muita pressão nos menino e aí os menino foi vendendo. Esse Zica foi comprando terra em outro canto e trocando mais os menino e foi indo, foi indo e de resto ficou só dois: eu e um cunhado meu. Aí com o tempo não teve jeito, porque nós era uns dez e aí só tinha dois direito que tava ali dentro, os outros oito já tinha vendido tudo, aí não teve jeito, nós teve que vender e mudei pra cá (terra de herança da esposa no povoado de Monte Alto, Janaúba). Isso já deve ter uns cinquenta anos que aconteceu e que eu moro aqui no terreno da minha sogra. Aí minha sogra também morreu e só ficou os filhos. Desses filhos, muitos casou e foi embora e só ficou na terra a minha mulher e Geraldo, seu irmão.

Auricharme: era só o terreno de sua mãe que o Zica tinha interesse?

Jerônimo: era só o terreno de minha mãe, os outros terrenos ele já tinha grilado há muito tempo e aí ficou minha mãe cercada dentro dessa terra de ausente. Muitos tinham documento, mas ele já tinha pegado, porque naquele tempo, daquele povo véi, era uns povo simples e eles pegava os documento da terra e dava pros fazendeiro que dizia que ia pagar o imposto da terra em Grão Mogol e por lá eles não entregava mais os documento. Eles (os fazendeiros) induzia o povo, falava: eu fico com os documentos seus porque quando for na época de pagar imposto livra de eu tá em suas casa pegando esses documento, e com isso o povo, que era um povo simples, um povo analfabeto que não tinha conhecimento de nada, entregava o documento e os fazendeiro daquele dia em diante ficava com os terreno do povo e muito tempo depois o povo saia sem

---

<sup>117</sup> Emília Pietrafesa de Godói destaca que, no plano jurídico, não se sabe a procedência da regulamentação da separação de glebas de terras para ausentes e desconhecidos, mas o fato é que no plano das representações camponesas do uso da terra denominada “terra de ausente” é um espaço que não houve trabalho, usado por gerações anteriores em tempos imemoriais de forma comum e indivisa. Significa, em certas comunidades camponesas, demarcar uma gleba de terra para herdeiros ausentes ou desconhecidos em áreas onde houve regularização ou demarcação fundiária. Cf. GODÓI, Emília Pietrafesa de. **O trabalho da memória: um estudo antropológico de ocupação camponesa no sertão do Piauí**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). 205 Fls. Campinas: Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, 1993, p. 109-110.

direito a nada. Mas isso faz muito tempo, é de uns cinquenta anos pra trás, hoje eu tô com 72 anos.<sup>118</sup>

Jerônimo Batista da Silva, nascido em 1944, na comunidade rural de Monte Alto (Janaúba), relata que “de primeiro”, um termo corriqueiro em sua fala que retrata os anos de infância e juventude, trabalhava com a criação de gado, plantação de roças e prestação de serviços diversos para fazendeiros da região. Devido ao assédio e as estratégias de um grande latifundiário para inviabilizar sua permanência na propriedade familiar, foi obrigado a desfazer-se do “direito” que possuía.

Sendo, atualmente, a aposentadoria sua principal fonte de renda, Jerônimo mostrou-se desiludido com a vida no campo devido à falta de chuvas e investimentos públicos na agricultura familiar, salientando que os filhos “tiveram sorte” ao migrarem para a capital mineira. Sua permanência na terra sempre esteve ameaçada, seja pela grilagem ou interesse dos fazendeiros, pelas dificuldades de trabalho e produção ou pelo descaso do poder público com o pequeno produtor rural.

O narrador salienta que Zica Mendes (José Custódio Mendes, fazendeiro local e prefeito substituto de Janaúba entre 1970 a 1971) usou como estratégia a incorporação de terras, por meio da grilagem, dos trabalhadores para criar um status de proprietário legal. Tendo em vista que a entrevista foi realizada no ano de 2016 e, corriqueiramente, o entrevistado cita que a “saída” da sua terra data de cinquenta anos atrás, concluímos que tal fato ocorreu em meados de 1960 onde, como já descrito, estava em curso, desde a década anterior, um processo de tomada de terras camponesas e concentração fundiária nos municípios de Janaúba<sup>119</sup> e Porteirinha<sup>120</sup>.

A partir da fala do entrevistado é possível analisar como o processo de sucessão e herança envolve questões como terra, trabalho, família e recursos naturais. Terra e família se misturam e historicamente se imbricam e se confundem, sendo ambas expressadas de modo relacional em expressões como “aquela terra é de tal família.”

---

<sup>118</sup> Jerônimo Batista da Silva. Entrevista realizada no dia 25/04/2016.

<sup>119</sup> O Censo Agrícola de 1960 mostrou que existiam 1.371 estabelecimentos rurais entre 01 a 100 hectares em Janaúba. Porém, a área que ocupavam (32.480 hectares) correspondia a apenas 16,6% das propriedades existentes (195.393 hectares). Este mesmo censo revelou que apenas 31 proprietários possuíam áreas acima de 1000 hectares (que totalizavam 89.656 hectares), o que correspondia a 45,8% da área total existente no município de Janaúba. Cf. IBGE. **Censo Agrícola de 1960**: Minas Gerais. Série Regional. Volume II. Tomo IX- 1ª parte. Rio de Janeiro: IBGE, 1967, p.91, 92 e 97.

<sup>120</sup> Em 1960 existiam 2.899 propriedades rurais em Porteirinha entre 01 a 100 hectares. Tais propriedades ocupavam uma área de 91.077 hectares, o que correspondia a 38,8% do total das hectares existentes (234.437). O Censo Agropecuário de 1960 indica ainda que existiam 16 estabelecimentos com mais de 1.000 hectares (que totalizavam 51.211 hectares), o que representava 21,8% do total existente. Cf. **Censo Agrícola de 1960**: Minas Gerais. Série Regional. Volume II. Tomo IX- 1ª parte. Rio de Janeiro: IBGE, 1967, p. 78, 79 e 97.

A herança funciona como um código moral e histórico entre o campesinato com a finalidade de preservar e reproduzir o patrimônio familiar. A terra a ser recebida constitui um “direito”, muitas vezes transmitido pela palavra oral, que tem essencialmente um valor de uso, trabalho e moradia e não um sentido de troca ou negócio.

O campo representa um patrimônio material, cultural e simbólico da família que deveria, de alguma forma, ser transmitido para os filhos e não para terceiros. Nesta linha de raciocínio, concordamos com Margarida Moura quando, ao analisar a função da herança em uma comunidade rural no Sul de Minas, salienta que “repor o patrimônio territorial é mais do que colocá-lo em mãos dos descendentes diretos de um indivíduo, é assegurar a reprodução da área como camponesa, porque a herança enfeixa um papel estratégico neste sentido.”<sup>121</sup>

A recusa do entrevistado em sair da propriedade familiar, o que já tinha ocorrido com todos os outros irmãos, era devido ao fato de que, se assim o fizesse, estaria condenando-se a sofrer várias perdas, desde o acesso aos recursos naturais, a autonomia produtiva e organizativa e até o direito de ir e vir por aquele solo. Ademais, sendo o último dos irmãos, a venda da propriedade significava, definitivamente, o fim do patrimônio familiar.

O isolamento e a “pressão” do fazendeiro fizeram com que Jerônimo vendesse sua terra, porém, manteve-se no campo uma vez que passou a morar na propriedade herdada pela esposa. Sua narrativa indica como lutas e os embates pela posse territorial demarcavam horizontes e expectativas vividas por ele e por muitos outros trabalhadores. Compreender esse processo nos levou a não relativizar ou harmonizar a relação entre trabalhadores e fazendeiros, mas apreendê-la dentro do processo de dominação e luta de classes.

Muitos entrevistados narram que não mantinham uma relação de distância e animosidade com os fazendeiros pois, diante das carências materiais e inexistência de serviços públicos, marcas da sociedade gorutubana em meados do século XX, muitos recorriam aos favores dos poderosos do lugar. Este foi o caso da família de Paulo

Auricharme: como era a vida lá onde a mãe do senhor morava?

Paulo: lá não tinha nada não. Filho órfão é sofrido, não tinha pai pra dá comida. Mamãe trabalhava lá pros Virgílio Medeiros. Ela trabalhava na roça, a comida dela ela botava num lenço, ela não comia tudo, ela pegava e comia uma parte e marrava o outro no lenço pra levar pra nós comer de noite, é difícil. E nós ficava com vovó. Nós era pobre e não tinha nada e minha mãe trabalhava e ela viu que ela não aguentava aí ela saiu

---

<sup>121</sup> MOURA, Margarida Maria. **Os herdeiros da terra**: parentesco e herança em uma área rural. São Paulo: Hucitec, 1978, p. 04.

oferecendo os menino igual cachorro e gato! Eu fui um... “quer esse? Esse aqui é mais bonito, vou ficar com esse”.

Auricharme: como sua mãe conseguiu a terra onde vocês moravam?

Paulo: era herança da mãe e do pai, dos dois.

Auricharme: então o senhor foi morar com outra família?

Paulo: eu fui viver com a família de Marcolino. Eles me criou assim: quando era menor eu fazia o serviço panhando água, panhando lenha, varrendo terreiro, fazendo os serviço doméstico. Naquele tempo aqui em Janaúba não tinha creche, não tinha abrigo, não tinha assistência social, então cê tinha que se sujeitar a muita coisa. Janaúba era triste, Janaúba não tinha água nem luz. E aí quando eu já sabia ler, escrever e fazer conta eles me colocou na loja, aí já fui trabalhar na loja, já fui estudar e aí já não voltei a trabalhar em casa doméstica mais. Eu fui trabalhar na loja, no armazém, a família era muito rica.

Auricharme: e o senhor ficou com a família de Marcolino até qual idade?

Paulo: eu fiquei até os dezesseis anos. Depois dos dezesseis anos eu fui embora, eu saí, fui morar sozinho, aí eu peguei e arrumei uma namorada e casei, casei com dezesseis anos.<sup>122</sup>

As memórias narradas indicam como cultura e vida material foram se constituindo dentro de uma sociedade desigual e classista. Os “Medeiros”, “Marcolinos” e “Mendes”, o último citado por Jerônimo, são expressões e representações dos fazendeiros que detinham força e riqueza em meio à pobreza de muitos trabalhadores, o que nos afasta de uma análise histórica baseada em consensos e visões idílicas do passado.

A adoção e a agregação eram práticas corriqueiras no Vale do Gortuba até fins da década de 1970. Os fazendeiros “abrigavam” pessoas para o trabalho em suas propriedades que, em contrapartida, recebiam moradia, alimentação e, em alguns casos, a doação de um pequeno terreno para plantarem. Com os recursos adquiridos, que poderia ser na forma de dinheiro ou outros bens, o agregado poderia comprar a sua terra própria.

A agregação, relação social existente no Norte de Minas desde o período colonial, era mediada por um acordo verbal que, a qualquer momento, poderia ser rompido por ambas as partes. Não sendo uma relação fechada, esta forma de trabalho era mantida por uma rede de favores, deferências e dependências em que os trabalhadores garantiriam sua sobrevivência diante da falta de terras próprias. A historiografia tradicional muitas vezes compreende os agregados como inertes e passivos ao centrar a análise na figura do fazendeiro, visto como sinônimo de paternalista. Este conceito, paternalismo, que muitas vezes foi usado para explicar o vínculo entre trabalhador e fazendeiro no Brasil rural, acaba por negligenciar muitas experiências e lutas sociais.

---

<sup>122</sup> Paulo José de Souza. Entrevista realizada no dia 28/12/2016.

A percepção negativa do município descrita na frase “Janaúba era triste” é referente à falta de serviços, como creches ou orfanatos, que poderiam abrigar o entrevistado, eximindo-o de se “sujeitar” as normas e obrigações daqueles que o adotaram. Assim, o casamento precoce significava novos desafios, mas também um sentimento de independência e liberdade.

Paulo relata que se deslocava até a estação da E.F.C.B, em Janaúba, para carregar malas dos passageiros e conseguir algum dinheiro. Segundo ele

O trem era igual o rio Gorutuba pro povo: era o principal da cidade. A riqueza do povo era a Central do Brasil, hoje acabou. A Central ajudava a gente né, os viajantes... eu mesmo ia lá pegar mala dos viajantes pra ganhar um dinheirinho, quando eu tinha uma folguinha eu ia lá na estação. E o dia de passar o povão da Bahia, que eles tinha que ficar nas pensão, ficava gente na porta do trem pedindo o povo pra hospedar e o povo ganhava dinheiro. A hora que o trem chegava aqui só vinha o povo lá pegando mala e ganhando dinheiro. A Central do Brasil ajudou muito.<sup>123</sup>

Ao mesmo tempo em que a construção da ferrovia representou uma ameaça às terras de várias populações rurais, principalmente quilombolas<sup>124</sup>, devido à valorização das terras, houve também a abertura de oportunidades de emprego e renda para trabalhadores da região. Os momentos da parada do trem eram oportunidades de “ganhar dinheiro” e trocar informações com os viajantes sobre a realidade em outros municípios. Quando salienta que “hoje acabou”, Paulo refere-se à privatização das ferrovias federais e o fim do transporte de passageiros que significou o fenecimento de vários postos de trabalho e relações sociais.<sup>125</sup>

---

<sup>123</sup> Paulo José de Souza. Entrevista realizada no dia 28\12\2016.

<sup>124</sup> Segundo Aderval Costa Filho, as roças e sítios dos negros “foram sendo afazendadas por membros das principais famílias das cidades da região. Trilhos e ocupação de terras avançam no mesmo ritmo sertão adentro, expulsando e expropriando famílias negras que ali se encontravam.” Cf. COSTA FILHO, Aderval. **Os Gurutubanos: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro.** Tese (Doutorado em Antropologia). Brasília: Universidade Nacional de Brasília\UnB, 2008, p.49.

<sup>125</sup> De acordo com Maria Natividade Almeida, a Rede Ferroviária Federal S/A foi incluída no processo de reestruturação do Estado, na década de 1990, segundo as exigências do modelo neoliberal que defendia uma mínima intervenção do Estado na economia. Assim, em 1996, ocorreu a privatização do transporte ferroviário de cargas no Brasil e a continuidade do processo de extinção de ferrovias e ramais iniciado na década de 1960. Como efeito imediato da privatização do transporte de cargas e da extinção da oferta do transporte de passageiros, nos dias 03 e 04 de setembro de 1996 ocorreram as últimas viagens do trem de passageiros no Norte de Minas Gerais, no percurso entre Montes Claros e Monte Azul e de volta a Montes Claros. Como consequência da privatização, muitos trabalhadores deixaram de produzir por não ter como escoar a sua produção e outros mudaram por não terem como se sustentar. Cf. ALMEIDA, Maria Natividade Maia e. **Nos trilhos do trem baiano: da instalação e extinção do transporte ferroviário de passageiros e seus impactos no modo de vida no Norte de Minas.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). 228 Fls. Cachoeira, BA: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2013.

Alfredo salienta que era comum a procura, por parte dos trabalhadores, de empregos temporários em fazendas da região como uma estratégia para obter uma renda

Auricharme: o senhor nasceu onde?

Alfredo: eu fui nascido e criado lá no São José do Gorutuba, toda vida eu fui trabalhador rural. Nós morava perto do São José e trabalhava lá.

Auricharme: como era sua vida lá?

Alfredo: nós nunca precisou trabalhar pra fazendeiro, quer dizer, trabalhava pra alguma gente ajudando fazer alguma roça, ajudar plantar, ajudar a limpar, mas que nem meu finado pai nunca precisou trabalhar pros outros pra manter a vida não, inclusive nós tinha umas vaquinha, tinha uns gadinho e dava pra nós viver mais ou menos bem. O trabalho nosso era mexer com lavoura, mexia com moagem de cana, todo mundo tinha um engenho, todo mundo moía cana pra fazer rapadura e levar pra feira pra vender, o jeito que tinha de fazer um dinheirinho era essas coisa, engordava um porco e vendia quando achava quem comprasse, porque naquele tempo era difícil né, naquele tempo era muito difícil. Teve a crise de 1939<sup>126</sup>, foi uma crise braba que o povo passou fome, não achava nada pra comprar, e naquele tempo não tinha transporte. O finado meu pai com o finado meus sogro foi com carro de boi buscar milho lá em Juramento, depois de Montes Claros, gastava três dias de viagem pra ir e três dias de viagem pra voltar. A seca foi 1937 e 1938, começou chover no dia 14 de dezembro de 1939. Nessa época tinha muitas pessoas que vivia do braço, do dia de serviço, e trabalhava a semana inteirinha e trabalhava pra um, trabalhava pra outro, tinha gente que a vida era só essa: era só trabalhar no macaco, chamava trabalhador do macaco, era triste viu.

Auricharme: e esse pessoal tinha terra?

Alfredo: tinha terra, mas era tão pobre que não dava conta de plantar pra colher que precisava ganhar o dinheiro pra comprar as coisas, pra comprar o café, pra comprar o sal. Aí agora ficava trabalhando no macaco e não cuidava das roça, tinha muita gente que vivia desse jeito: trabalhando pros outros e comprava as coisinhas pra comer.

Auricharme: qual era o serviço que as pessoas faziam nas terras dos fazendeiros?

Alfredo: era roçar manga, fazer cerca, pra fazer essas coisas né. Trabalhava de sol a sol, chegava na casa seis horas e enquanto o sol não entrava não parava de trabalhar, só parava na hora de almoçar, uma hora pro almoço, e uma hora pra tomar o café, que era três horas, e o resto era dobrado no serviço, era na enxada mesmo. Hoje a gente não trabalha mais assim, naquela época era assim, foi desse jeito que nós viveu né.<sup>127</sup>

Alfredo Mendes de Souza, casado, pai de oito filhos, nasceu em 1929 no povoado rural de São José do Gorutuba. No final da conversa, fez agradecimentos por ser ouvido

---

<sup>126</sup> Alfredo refere-se a um longo período de secas ocorrido no Vale do Gorutuba nos anos finais da década de 1930. O memorialista gorutubano José dos Santos Neto, referindo-se a este momento, destacou que “a produção agrícola ficou quase no zero. Os rebanhos foram dizimados pela falta de água. Pessoas famintas perambulavam pelas estradas, suplicando um prato de comida ou um pouco de água (...). Conta-se que, em alguns lugares, chegou a morrer gente por inanição ou desidratação”. Cf. SANTOS NETO, José dos. **Causos e coisas**: o sertão e sua gente. Montes Claros: Editora Millenniun Ltda, 2010, p. 49.

<sup>127</sup> Alfredo Mendes de Souza. Entrevista realizada no dia 20/03/2016.

durante algumas horas, o que tornou-se raro nos últimos anos devido ao esquecimento e isolamento dos idosos na sociedade contemporânea.

O narrador morou muitos anos próximo ao rio Gorutuba, primeiro na propriedade dos pais e, depois do casamento, na própria terra, adquirida por meio de compra. Após ser desapropriado na década de 1970, residiu em Belo Horizonte onde trabalhou na construção do aeroporto de Confins. Em 1988, retornou para o Norte de Minas após ser selecionado pela Codevasf para receber um lote irrigado na Colonização II, no atual município de Nova Porteirinha.

Durante sua fala, Alfredo lembra as dificuldades do pai para criar os 11 filhos na pequena propriedade, salientando que “as coisas eram difíceis demais naquela época”. O trabalho no campo, predominantemente realizado por mão de obra familiar e com o uso de baixa tecnologia, muitas vezes não garantia uma produção capaz de satisfazer as necessidades básicas da família. A situação tornava-se mais crítica nos momentos de estiagens prolongadas, como o relatado pelo entrevistado, onde os produtores rurais migravam para outras regiões ou viviam na roça sem condições de plantar e colher.

Chama atenção, na narrativa em destaque, o fato de o entrevistado recordar, 75 anos depois, a data exata em que choveu em Janaúba após um longo período de secas. A chuva representava não apenas previsão de um ano agrícola melhor, mas também a possibilidade de manter-se no campo, evitando migrações a procura de trabalho ou de alimentos, como ocorreu com o seu pai que precisou ir até o município de Juramento, distante cerca de 180 Km de São José do Gorutuba, na intenção de encontrar meios para o sustento familiar.

A entrevista de Alfredo permite concluir que entre os pequenos produtores existiam aqueles que viviam em uma condição de pobreza, tinham a terra e nela conseguiam minimamente produzir, e outros que viviam na miséria, tinham a terra, contudo, não possuíam condições de plantar e colher. Embora o trabalho árduo, cansativo e exaustivo fosse comum a todos os sujeitos, existia uma heterogeneidade social e econômica entre eles.

Como muitas vezes o trabalho realizado na própria terra não garantia a sobrevivência dos sujeitos, era comum o trabalho nas propriedades dos fazendeiros. Suas referências culturais e valores eram formados nestes tempos-espacos múltiplos, dentro de uma dinâmica onde o trabalho de “sol a sol” expressava relações de subordinação e exploração, contudo eram suportados de acordo com um conjunto de obrigações,

expectativas e convicções que regem a consciência e experiência dos sujeitos que ultrapassam o “lugar de produção.”<sup>128</sup>

Carpir, roçar, construir cercas, lidar com o gado, plantar e colher eram as principais atividades prestadas pelos trabalhadores aos fazendeiros. Apesar da dureza do serviço e do baixo valor monetário recebido, o pagamento pelo “trabalho de macaco” (possivelmente porque viviam de fazenda em fazenda) era importante para a permanência de muitos sujeitos no campo.

Nos momentos em que o trabalho era realizado nas terras dos fazendeiros, o pequeno proprietário rural transformava-se em funcionário subordinado às regras e normas do empregador. Mesmo com o Estatuto do Trabalhador Rural, promulgado em 1963, prevendo uma jornada de oito horas de trabalho e a assinatura da carteira de trabalho por parte do patrão, muitos latifundiários burlavam essas e outras leis já que a fiscalização era falha, sendo que as Juntas de Conciliação e Julgamento existiam apenas nos grandes centros urbanos, a maioria das pessoas desconhecia seus direitos trabalhistas ou tinha medo de require-los e os movimentos sindicais sofreram repressão com o golpe militar no ano seguinte ao Estatuto.

Apesar de haver um contato com os fazendeiros, as entrevistas destacam que não lhes era conferida uma imagem de mito, figura carismática, homem “dotado de virtudes especiais”, pessoa certa para resolver os problemas da comunidade ou que encarnavam as esperanças da população tal como ocorria na década de 1950 com a população rural de Montes Claros, principalmente nos momentos eleitorais, como demonstrado nas pesquisas do historiador Laurindo Mekie Pereira.<sup>129</sup>

Na abordagem de Jerônimo é possível perceber sentidos e significados diferentes do trabalho quando realizado nas terras dos fazendeiros

Auricharme: o senhor poderia falar um pouco de sua vida e de seu trabalho?

---

<sup>128</sup> Thompson salienta que os sujeitos vivenciam suas próprias experiências não apenas como instinto proletário ou com uma visão puramente materialista uma vez que a experiência também se faz norteada por valores afetivos e morais “a caminho de se transformarem num dever”. Segundo o historiador britânico “os valores não são ‘pensados’, nem ‘chamados’; são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas ideias. São normas, regras, expectativas, etc. necessárias e aprendidas (e ‘aprendidas’ no sentimento) nos ‘*habitus*’ de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda produção cessaria.” THOMPSON, E.P. O termo ausente: experiência. In: **Miséria da Teoria ou um planetário de erros**; uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 194.

<sup>129</sup> PEREIRA, Laurindo Mekie. **A cidade do favor**: Montes Claros em meados do século XX. Montes Claros: Unimontes, 2002.

Jerônimo: eu sempre trabalhei muito. Serviço não faltava não porque antigamente o povo plantava de tudo: plantava mandioca, mamona, plantava algodão, feijão, milho. Quando a gente tava limpando uma roça de mamona... quando não era na mamona era na roça de algodão. Na roça de algodão tinha a raleação, vinha a colheita para pegar o algodão. Então o serviço não acabava, naquele tempo a gente vivia folgado sobre serviço. No tempo quando eu era novo eu trabalhava em minha roça e quando achava uma brecha eu ia trabalhar pros outros pra ganhar dinheiro. Nesse tempo eu não era aposentado, então a gente vivia mais era da roça e dos braço mesmo e ganhava o dinheirinho por fora. E aí continuou nessa vida. Auricharme: como era o trabalho do senhor nas terras dos fazendeiros? Era por tarefa ou por dia?

Jerônimo: era por dia. Naquele tempo não tinha horário não, às vez a gente trabalhava do sol nascer até o pôr do sol, e aí tinha o horário do almoço, tinha hora de meio dia pra tomar um café e merendar, aí tornava a pegar no serviço até o sol entrar, era de sol a sol. Tinha o almoço, aí quando dava uma hora da tarde parava e ia tomar um cafezinho, comer uma rapadura com farinha ou uma paçoca e aí descansava uma hora e pegava no serviço de novo e só parava quando o sol entrava. Agora quando o serviço era pra gente mesmo era diferente, a gente ia lá e trabalhava até dez hora e vinha pra casa, almoçava, dormia um pouco e quando era duas horas pegava e ia até quatro horas, o serviço pra gente era a gente que levava, agora o dia que ia trabalhar pros outros era sol a sol. De uns tempos pra cá que inventou esse negócio de oito horas por dia que o governo liberou pra gente descansar mais.

Auricharme: vinha gente de fora trabalhar nessas plantações?

Jerônimo: não, era só o povo da região mesmo. Não tinha turma de fora não porque tinha muita gente e era tudo trabalhador. Menino pequeno e mulher ia trabalhar no algodão e na mamona. O homem ficava mais era na limpa, na enxada ou então roçar porque naquele tempo a gente fazia roça era de foice e machado, não tinha trator para tá derrubando as mata não, só tinha trator pra gradear a terra.

Auricharme: então mulheres e crianças também trabalhavam no algodão?

Jerônimo: era pra colher o algodão, ralear algodão. Eles ficava também quebrando a mamona, fazendo terreiro, pondo pra secar, batendo, soprando e ensacando, era essas coisas assim que era o serviço da mulher e dos menino.<sup>130</sup>

Sendo a memória mediada pelo tempo presente, Jerônimo compreende que antes da modernização agrícola no Vale do Gortuba, onde era predominante a plantação de alimentos tradicionais, como feijão, mandioca e milho, existia uma maior oferta de emprego quando se compara com a realidade atual onde a região é conhecida pela fruticultura irrigada, com predominância da bananicultura.

A ação de agentes governamentais e de empresários, sobretudo a partir da década de 1970, permitiu o avanço das relações capitalistas no campo tendo como uma característica o predomínio do assalariamento rural em detrimento das formas de trabalho

---

<sup>130</sup> Jerônimo Batista da Silva. Entrevista realizada no dia 25\04\2016.

e produção tradicionais, como o mutirão, a troca de dias de serviços, a parceria, arrendamento, a meação, entre outras.

Ao salientar que “o serviço pra gente era a gente que levava, agora o dia que ia trabalhar pros outros era sol a sol” percebe-se que o trabalho realizado na própria terra garantia a Jerônimo maior controle do tempo e a produção era orientada pela realização de tarefas.<sup>131</sup> As vivências enquanto proprietário e como empregado significavam mudanças nas visões de mundo, concepções de sociedade, de hierarquia e de tempo, seja do entrevistado ou de outros sujeitos que vivam a mesma situação.

A concentração fundiária e as diferentes formas de lidar com o tempo e com hierarquias quando o sujeito trabalhava na sua própria terra e quando prestava serviços em propriedades de fazendeiros são retratos das relações assimétricas na região, o que nos afasta de noções que poderiam levar a uma legitimação ou naturalização da exploração vivida. Contudo, os entrevistados enfrentavam aquela situação devido ao fato de ser passageira (já que a maior parte do tempo e do trabalho era dedicado à agricultura de subsistência na propriedade familiar), de conseguir alguma renda, de não perder a condição de proprietários rurais e de logo retornarem a uma situação que acreditavam ser de maior autonomia produtiva.

O sustento da família se apresenta como finalidade do trabalho dos entrevistados e, para se chegar a este objetivo, eles lançavam mão de diferentes meios, como enfatizado por Joana

Auricharme: como era o trabalho da senhora lá na Matinha?

Joana: a gente plantava pra nós mesmo, era pra nós mesmo que nós trabalhava. Plantava algodão, milho, feijão, arroz, era de tudo que tinha. Nós plantava horta, plantava verdura, não faltava, batata doce, mandioca, lá era muito bom.

Auricharme: a senhora plantava só pra vocês ou vendia também?

Joana: vendia, vendia no mercado de Janaúba. Levava as coisas na carroça, tinha carroça e vendia. Feijão nós vendia, vendia algodão. Era Zé Costa e aquele Dô lá de Porteirinha né, era eles que comprava o

---

<sup>131</sup> Thompson, ao analisar a Inglaterra do século XVIII, salienta que o tempo de trabalho era orientado por tarefas que garantissem a satisfação das necessidades das sociedades camponesas. Segundo o autor, “a notação do tempo que surge nestes contextos tem sido descrita como orientação pelas tarefas. Talvez seja a orientação mais eficaz nas sociedades camponesas, e continua a ser importante nas atividades domésticas e dos vilarejos. Não perdeu de modo algum a sua importância nas regiões da Grã-Bretanha de hoje. É possível propor três questões sobre a orientação pelas tarefas. Primeiro, há a interpretação de que é mais humanamente compreensível do que o trabalho de horário marcado. O camponês ou o trabalhador parece cuidar do que é uma necessidade. Segundo, na comunidade em que a orientação pelas tarefas é comum parece haver pouca separação entre “o trabalho” e a “vida”. As relações sociais e o trabalho são misturados- o dia de trabalho se prolonga ou se contrai segundo a tarefa- e não há grande senso de conflito entre o trabalho e o ‘passar do dia’. Terceiro, aos homens acostumados com o trabalho marcado pelo relógio, essa atitude para com o trabalho parece perdulária e carente de urgência.” THOMPSON, Edward P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 271-272.

algodão. Era caminhão de algodão que nós colhia lá e vendia. Tinha alguns fazendeiros que comprava algodão, comprava mamona. A vida nossa de primeiro era terminar de trabalhar e depois ia pros pé de mamona quebrar mamona, catar mamona pra vender pros fazendeiros pra ganhar uma mixariazinha né.<sup>132</sup>

Joana Francisca da Silva, 56 anos, casada e natural da comunidade rural da Matinha (Janaúba), cita como o trabalho realizado dentro e fora de sua terra se apresentava como diferentes estratégias de sobrevivência. A plantação de gêneros de primeira necessidade era prioridade, o que requeria um maior esforço e tempo de trabalho dos entrevistados na própria terra já que, como salientado por Joana, o pagamento feito pelos fazendeiros era uma “mixaria” que não garantia o sustento familiar. Contudo, não perdemos de vista o fato de que a integração dos produtores rurais a um mercado capitalista de produção constituía uma importante alternativa para viverem e permanecerem no campo.

A plantação nas vazantes do rio Gortuba para subsistência familiar, o cultivo do algodão para comercialização e a “quebra” de mamona para venda aos fazendeiros era realizada por Joana, juntamente com os pais e com os dez irmãos. Nas relações mediadas pelo mercado, os fazendeiros e comerciantes lucravam a partir do trabalho árduo dos pequenos produtores rurais uma vez que estes vendiam suas mercadorias a um baixo preço que, muitas vezes, deveriam ser entregues na cidade pois os compradores, para diminuir os custos, não se deslocavam até o campo.

Nas práticas sociais e individuais dos entrevistados não há uma oposição entre trabalho familiar e trabalho assalariado ou produção para subsistência e produção para venda. Para além desta divergência teórica-conceitual, que muitas vezes impede de compreender os sujeitos em sua integralidade, o que existem são relações reais visando a “produção da vida”.

Em sua fala, Almerindo destacou que a maior parte dos alimentos necessário para a manutenção familiar eram produzidos na própria terra, uma situação que contrasta com os dias atuais em que compram praticamente tudo o que consomem e muitos não possuem uma propriedade

Auricharme: como era o trabalho do senhor?

Almerindo: o que eu fazia era trabalhar na roça, tinha muita cana, nós tinha muita cana e fazia muita rapadura. A lavoura de tudo que você pensar nós tinha, tinha um lugar por nome brejo de engenho, e lá a terra era boa viu. Nós plantava milho, arroz, feijão, cana nós tinha demais, criava um gado também, tinha engenho...nós trabalhava pra nós mesmo.

---

<sup>132</sup> Joana Francisca da Silva. Entrevista realizada no dia 13/04/2016.

A gente levantava umas meia noite pra ir moer cana, era assim que era a vida nossa.<sup>133</sup>

Almerindo Celestino dos Santos, divorciado, pai de seis filhos, nasceu em 1944, na comunidade rural de Taquaril. Sua propriedade, de trinta hectares, era próxima ao rio Gorutuba, onde, segundo ele, “tocava lavoura na vazante” e usava água para o consumo humano e animal. Atualmente vive sozinho em uma terra de dezenove hectares, de sequeiro, na comunidade de Porção Santa Cruz (Janaúba), onde cria reses. Durante sua narrativa, ele reclamou bastante da situação em que se encontrava devido à dívidas bancárias, oriundas de empréstimos voltados para o custeio e investimento agrícola, o que lhe causava constante preocupação devido a ameaça de perder a terra.

A plantação de canaviais, comum entre os entrevistados, tinha como principal finalidade a fabricação de rapadura que era comercializada em “armazéns” ou feiras locais e também servia como adoçante em substituição ao açúcar refinado.<sup>134</sup> Na divisão entre produção para o mercado e produção para casa, Almerindo enfrentava uma rotina penosa ao levantar meia noite para “moer cana”. Ainda que na consciência do entrevistado o trabalho fosse realizado para garantir as necessidades da própria família, como expresso na frase “nós trabalhava pra nós mesmo”, ele e tantos outros produtores rurais estavam integrados a uma dinâmica de transformações sociais e econômicas onde as relações capitalistas exerciam forte influência nas suas experiências sociais e produtivas.

Na produção para consumo e produção para o mercado é que os entrevistados garantiam a sua sobrevivência econômica e social, não existindo uma racionalidade ou comportamento único a determinar suas vidas

Auricharme: alguns entrevistados falaram que os fazendeiros compravam mamona. O senhor chegou a vender mamona pra alguém?

Ulisses: vendi muita. A gente plantava lá na roça, colhia mamona e vendia na cidade no quilo.

Auricharme: ela servia pra quê?

Ulisses: servia pra tirar óleo né. O óleo de mamona serve pra muita coisa: serve pra óleo de motor, lubrificação de tudo, serve para muita coisa.

Auricharme: mas aqui tinha indústria?

Ulisses: aqui não. Os comprador comprava aqui na nossa mão, armazenava ela e depois vendia pra fora.

Auricharme: quem tirava mamona?

---

<sup>133</sup> Almerindo Celestino dos Santos. Entrevista realizada no dia 14/02/2016.

<sup>134</sup> Os dados do Censo Agropecuário indicam que, em Porteirinha, no ano de 1959, existiam 351 estabelecimentos que declararam plantar cana-de-açúcar obtendo uma produção total de 6.100 toneladas em 650 hectares. No mesmo período, 74 propriedades em Janaúba declararam o mesmo cultivo com uma produção de 2.534 toneladas em 122 hectares. Cf. IBGE. **Censo Agrícola de 1960**: Minas Gerais. Série Regional. Volume II. Tomo IX- 2ª parte. Rio de Janeiro: IBGE, 1967, p.318 e 324.

Ulisses: era eu que colhia a mamona com os menino, outra hora pagava gente pra ajudar quebrar, tinha muita mamona plantada lá na minha terra.  
Auricharme: O senhor trazia na cidade ou os compradores iam buscar na roça?

Ulisses: trazia na cidade. Tinha vez que eles ia buscar no caminhão né, mas a maior parte eu trouxe aqui, trazia no carro de boi.

Auricharme: o senhor vendia a mamona pra quem?

Ulisses: Vivi<sup>135</sup> mesmo comprou muito, tinha um tal de Vigílio, Deusdete que comprou muito também. Era um tanto de fazendeiro e comerciantes que comprava.<sup>136</sup>

Diversos agentes especulativos espalhavam-se pelas zonas produtoras de mamona e algodão com o propósito de comprar estes produtos para revender a outros intermediários até chegar às indústrias. A valorização do óleo de mamona pela indústria nacional e internacional na segunda metade do século XX fez com que pequenos e médios produtores rurais de Janaúba e Porteirinha, bem como de outros municípios do Norte de Minas, se dedicassem à plantação da mamoneira, como pode ser verificado através de diversos Censos Agropecuários.<sup>137</sup>

A demanda pela mamona não representava, todavia, um aumento nos preços pagos aos produtores rurais pelos intermediários que, para aumentarem seus lucros, pagavam valores irrisórios aqueles que estavam na base do processo produtivo e não tinham uma logística capaz de entregar o produto diretamente à indústria.

A produção para o mercado e para o próprio uso constituíam diferentes *formas* de produção dentro do mesmo modo de produção, ou seja, o modo capitalista.<sup>138</sup> A permanência no campo não passava apenas pela criação de laços de sociabilidades e

---

<sup>135</sup> Wildemar Maximiano da Cruz. Empresário e prefeito de Janaúba em três ocasiões (1971 a 1973, 1977 a 1983 e 1997 a 2000).

<sup>136</sup> Ulisses José Pereira. Entrevista realizada no dia 14\07\2016.

<sup>137</sup> De acordo com os Censos Agropecuários do IBGE, a produção de mamona de Janaúba foi de 218 toneladas, em 1959, 551 toneladas, em 1970, e 410 toneladas, em 1980. Nestas duas últimas décadas, o número de ricinocultores em Janaúba diminui de 375 para 279. No censo de 1959 não se registrou o cultivo de mamona em Porteirinha, já em 1970 a produção era de 89 toneladas e, em 1980, foi de 510 toneladas. Neste município, a quantidade de ricinocultores saltou de 105 pessoas, em 1970, para 441 produtores em 1980. Salienta-se que, a partir de 1990, houve um acentuado declínio na produção de mamona no Norte de Minas e no Brasil, devido, principalmente, aos baixos preços praticados no mercado internacional. Cf.: **IBGE-Censo Agrícola de 1960**: Minas Gerais. Série Regional. Volume II. Tomo IX- 2ª parte. Rio de Janeiro: IBGE, 1967, pág. 373 e 379.

**Censo Agropecuário de 1970**: Minas Gerais. Série Regional. Volume III. Tomo XIX- 2ª parte. Rio de Janeiro: IBGE, 1975, p. 1005 e 1007.

**Censo Agropecuário de 1980**: Minas Gerais: Série Regional. Volume II. Tomo III, 4ª Parte. Rio de Janeiro: IBGE, 1984, p. 1908.

<sup>138</sup> Esta noção de que a produção de subsistência não é um modo de produção à parte, mas tende a se organizar dentro de diferentes tipos de relações de produção está presente nas produções de intelectuais da Escola de Bielefeld. Cf. LINDER, Marcel Van Der. Trabalho de subsistência enredado. In: **Trabalhadores do Mundo**: ensaios para uma história global do trabalho. Campinas, SP: Unicamp, 2013, p.353-372.

reciprocidades, mas também pela inserção no mercado e nas relações capitalistas que transformava produtos agropecuários e força de trabalho em mercadorias, a exemplo da contratação de diaristas para realizarem a colheita da mamona.

A inserção dos produtores rurais no processo de compra e venda de mercadorias e de força de trabalho era permeado por regras mercadológicas, a exemplo da variação do preço dos produtos, o pagamento de terceiros ou da exigência de adequação a certas normas de higiene e qualidade. O que plantar, quando plantar, como trabalhar e as formas de pagamento constituíam fatores que integravam os produtores a uma dinâmica comercial e, conseqüentemente, tinham uma autonomia produtiva limitada.<sup>139</sup>

Além da mamona, o algodão também foi largamente plantado e comercializado em todo o Norte de Minas entre as décadas de 1960 e 1990, principalmente por pequenos produtores rurais e produtores sem-terra (parceiros, arrendatários e ocupantes). Odilon destaca os sentidos e significados do trabalho com a cotonicultura

Auricharme: como era o trabalho do senhor lá na roça?

Odilon: eu criava um gadinho e quando nós não tinha serviço trabalhava pros outros. Pra fazer um dinheirinho a gente plantava mais era algodão. Com o dinheiro do algodão ou do serviço que prestava pros outros eu comprava alguma coisinha que faltava. Na minha família todo mundo plantava roça de algodão, todo mundo plantava duas, três ou quatro hectare de algodão O povo lá colhia algodão direto, o povo ia panhar por arroba, era bom mexer com algodão.

Auricharme: esse algodão o senhor vendia pra quem?

Odilon: tinha os comprador que ia lá na roça buscar, outra hora nós trazia na cidade, entregava lá. Vendia pros comprador da cidade e eles vendia pra usina descarçar. Tinha muitos que comprava o algodão, às vezes eles mandava panhar de carro de boi ou de caminhão quando era de muitos produtor ou de vez em quando a gente colocava nos carros de boi e levava tudo pros armazém de Janaúba.<sup>140</sup>

Odilon, ao relatar suas vivências, abre espaço para reflexão sobre trabalho, sociabilidades e laços de parentesco, permitindo-nos compreender como experiências e culturas são transformadas dentro do processo de desenvolvimento econômico. A

---

<sup>139</sup> Em seu estudo sobre as Ligas Camponesas, Elide Rugai Bastos procurou, em um primeiro momento, “reconstituir” os modos de vida dos produtores rurais do Engenho Galiléia, localizado em Pernambuco, no município de Vitória de Santo Antão. A autora descreve como os “galileus” combinavam a produção de subsistência com a mercantil (produzindo legumes, frutas, mandioca e algodão) para garantirem a sobrevivência familiar e o pagamento pelo uso da terra (o chamado foro). O trabalho excessivo, realizado nos três turnos do dia por todos os membros da família, o controle do preço pelos comerciantes, as normas de qualidade do produto e as poucas alternativas de negociação foram exemplos usados para evidenciar como a produção camponesa estava subordinada às formas capitalistas de produção e, conseqüentemente, como havia uma limitação da autonomia produtiva por parte daqueles trabalhadores. Cf. BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984, p. 17-41.

<sup>140</sup> Odilon José da Silveira. Entrevista realizada no dia 03/02/2016.

existência da divisão social e sexual do trabalho, disputa por lugares no mercado e a racionalização do tempo para fins de aumento da renda e da produtividade agrícola constituíram pressões que tiveram como consequência uma reordenação dos costumes e organização da própria vida dos trabalhadores.

Ao mesmo tempo em que Odilon narra que a plantação de algodão era uma prática comum entre os produtores rurais gorutubanos, ele destaca que na época da colheita trabalhava em outras roças para ganhar dinheiro, sendo o pagamento realizado por arroba colhida.<sup>141</sup> De acordo com os entrevistados, na cotonicultura não existia a troca de dias de serviços ou de mutirão, sendo o pagamento realizado somente na forma monetária. Assim, a força de trabalho da população camponesa era apropriada pelo capital através da renda da terra ou vendida a terceiros, seja fazendeiros ou pequenos agricultores.

Após 1960, houve uma expansão da cotonicultura no Brasil favorecida pela demanda interna e externa e por uma política agrícola que se apresentou favorável ao agricultor ao diminuir os preços de equipamentos e defensivos agrícolas e criar linhas de crédito para fomentar a agricultura nacional.

Mesmo com estas vantagens, os custos da produção ainda eram considerados elevados, sendo que o cultivo se restringia a uma pequena parcela da propriedade camponesa, geralmente entre 5 e 10 hectares. Os solos férteis e o clima semiárido norte-mineiro eram favoráveis à cotonicultura sendo que, segundo dados do IBGE, apresentados por Syonara Santos, no período de 1965\1975, a produção algodoeira da região correspondia a aproximadamente 70% do total estadual, com destaque para os municípios de Porteirinha, Janaúba, Mato Verde, Espinosa e Monte Azul.<sup>142</sup>

Devido à sua alta produtividade<sup>143</sup> e importância econômica, várias usinas se instalaram nos municípios de Janaúba e Porteirinha para o beneficiamento do algodão e muitos municípios norte-mineiros passaram a realizar a “festa do algodão” ou “encontro do algodão”. A cotonicultura constituiu, até meados da década de 1990, uma importante fonte de recursos financeiros e matéria-prima para fabricação de roupas e cobertores para

---

<sup>141</sup> Uma arroba corresponde a 15 quilos.

<sup>142</sup> SANTOS, Syonara da Silveira Miranda. **Efeito sócio-econômico decorrentes da cotonicultura no Norte de Minas**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 1996.

<sup>143</sup> Segundo a Secretaria de Estado de Agricultura de Minas Gerais, os produtores de algodão de Janaúba e Porteirinha, em fins de 1960, obtinham uma média de 880kg\ha, o dobro da média do Estado (400 kg\ha aproximadamente) e próximo da média de São Paulo (935 kg\ha) e Paraná (950 kg\ha), maiores expoentes da cotonicultura no país naquela época. Cf. MINAS GERAIS. **Estudo sócio-econômico e programação preliminar para a região do baixo gorutuba-MG**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Agricultura de Minas Gerais\Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS. 1969, p. 50-51.

os habitantes do Vale do Gorutuba. Neste contexto, Porteirinha destacou-se como a “capital mineira do algodão”.

Todos os entrevistados relataram que vendiam a produção para comerciantes e estes a negociavam com industriais locais, de Montes Claros e\ou de Belo Horizonte. As narrativas permitem concluir que o lucro maior estava na esfera da circulação e não da produção, ou seja, o ganho financeiro concentrou-se nas mãos de comerciantes e atravessadores que inseriam a produção no circuito do capital e não dos produtores de algodão.<sup>144</sup>

Embora na condição subalterna e desigual, os pequenos produtores rurais participavam da reprodução ampliada do capital por intermédio de financiamentos e empréstimos (capital financeiro), da venda do algodão (uma produção para a indústria), e pelo trabalho nas terras dos fazendeiros. Ou seja, antes da atuação, a partir de 1960, de diversos aparelhos governamentais no Vale do Gorutuba visando a propagação do “desenvolvimento” e modernização agrícola, assunto dos próximos capítulos, já existia uma conversão de relações capitalistas “periféricas” em instrumentos da reprodução capitalista propriamente dita.<sup>145</sup>

Contudo, o mercado capitalista não pode ser visto como agente imparcial, natural ou supra histórico a determinar as dimensões da vida dos trabalhadores, negando-lhes quaisquer possibilidades de negociações e movimentações. Apesar de se manterem em uma posição marginal, os sujeitos estão envolvidos e participam, de alguma forma, da construção do meio social em que estão inseridos, o que nos afasta de interpretações que definem os rumos de uma cidade, de um país ou do planeta tão somente a partir do poder e ação de um “capitalismo global”.

---

<sup>144</sup> Segundo Petrônio Santos, o algodão de Porteirinha, na década de 1970 e 1980, passava por até sete compradores até chegar ao destino final que eram os grandes centros urbanos. Santos destaca os produtores não tinham estruturas de transporte e comunicação e tinham que se sujeitar ao comércio com “atravessadores” o que contribuía para o controle da produção agrícola pelas empresas industriais e de comercialização. SANTOS, Petrônio Moraes. **A importância da cotonicultura no processo de desenvolvimento de Porteirinha**. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). 57Fls. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 1995, p. 37-39.

<sup>145</sup> Ao dissertar sobre o processo de modernização agrícola e expropriação de terras camponesas (os cercamentos) ocorrido na Inglaterra, especialmente no século XVIII, Thompson ajudou-me a refletir sobre o fato de que o desenvolvimento do capitalismo agrário não ocorre *depois* da destruição dos costumes e tradições dos trabalhadores. Durante muito tempo, as novas necessidades e imposições do mercado *coexistiam* com os modos de vida tradicionais dos trabalhadores. O historiador inglês ressalta que “a violência social dos cercamentos consistiu precisamente na imposição total e drástica das definições de propriedade capitalista sobre as vilas. Naturalmente, estas definições foram se infiltrando nas vilas antes dos cercamentos, durante séculos, mas coexistiam com os costumes e com os elementos de autonomia presentes na estrutura da comunidade pré-capitalista da vila, que-embora estivessem indubitavelmente se desintegrando sob a pressão do aumento populacional-persistiram com um vigor notável em diversos locais.” THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Vol. II. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987, p. 46.

Em muitas pesquisas, marxistas ou não, que se propõem verificar a inserção do pequeno proprietário nas relações de mercado existem algumas notas autoexplicativas que limitam o entendimento destes sujeitos enquanto agentes históricos e acabam transformando-se em jargões, a exemplo de “trabalhadores a serviço do capital”, “pequena produção necessária para a reprodução ampliada do capital”, “sujeição da terra ao capital” ou “a renda territorial gerada no processo de trabalho camponês tende a ser expropriada, ou pelo capital financeiro (...) ou pelo industrial”<sup>146</sup>. Se tomarmos como referência apenas a análise econômica, aceitamos e compartilhamos as teorias acima como denunciadoras da realidade desigual e expropriadora presente no campo sob a égide do capital. Porém, homens e mulheres não devem ser vistos apenas como força de trabalho, estatísticas ou elementos da produção capitalista sem evidenciar como culturas, valores e experiências permeiam a construção/transformação do espaço e da sociedade.

Muitas interpretações históricas tendem a condicionar os trabalhadores rurais a uma missão histórica (destruir o latifúndio). Algumas versões acadêmicas sobre o campesinato, comumente aquelas encontradas na sociologia rural e geografia agrária, se apegam a versões de lideranças ou modelos teóricos clássicos que, se não operacionalizados, acabam colocando os sujeitos em uma prisão conceitual ou, finalmente, em uma imagem idealista de “como deveria ser”, negligenciando especificidades locais e subjetividades.

Quando é dito que o produtor rural participa das “relações de mercado” afirma-se primeiramente que ele integra uma relação que envolve seres humanos com seus valores, normas, desejos e esperanças e não apenas um processo mecânico de compra e venda, que geralmente ocorre de forma desigual. O sentido material da produção não refere-se somente à questão econômica-produtiva, mas sim a todo um sistema de práticas que envolve política, costumes e símbolos, entre outros sentidos. É neste aspecto que Williams explica a noção de “forças produtivas” ao levar em consideração todos os meios de produção e reprodução da vida real de modo a questionar a dicotomia base (economia) e superestrutura (política, arte, costumes, cultura, etc.) como campos separados da análise social.<sup>147</sup>

---

<sup>146</sup> OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: contexto, 1991, p.62.

<sup>147</sup> Raymond Williams: “O que é então, uma ‘força produtiva’? é qualquer um dos, e todos os meios de produção e reprodução da vida real (...). Em todas as nossas atividades, no mundo, produzimos não só a satisfação de nossas necessidades, mas também novas necessidades e novas definições de necessidades. Fundamentalmente, neste processo histórico humano, produzimos a nós mesmos e nossas sociedades, sendo dentro dessas formas em desenvolvimento e variáveis que a ‘produção material’, em si mesma variável tanto em modo como em âmbito, é realizada.” Cf. WILLIAMS, Raymond. Forças Produtivas. In: **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1979, p. 94.

Se apreendermos os trabalhadores como meros instrumentos ou mercadorias disponíveis para a satisfação do capitalismo agrário corremos o risco de negligenciar a sua condição de sujeito histórico que pensa, analisa, compreende e apenas depois age, de forma racional, diante das circunstâncias encontradas. Verificar como eles se inserem neste movimento das “forças produtivas” significa averiguar como a produção de uma dada ordem político-econômica é vivenciada nas formas de aceitação, contestação, resistências, incorporações e/ou transformações.

Alguns entrevistados salientaram que recorriam aos bancos para o financiamento da produção algodoeira, sendo que o rádio era um importante veículo para se fazer chegar aos agricultores as novidades do campo

Auricharme: o senhor falou que plantava algodão na sua antiga propriedade. como que era o trabalho lá?

Ulisses: a gente não tinha condições de tocar a roça, aí ia no banco e pegava dinheiro, o banco emprestava dinheiro pra plantar e aí plantava, cuidava e quando colhesse vendia e pagava o banco. Às vez sobrava uma coisinha pra gente né, sempre sobrava, mas era dessa maneira.

Auricharme: como era o empréstimo no banco?

Ulisses: eu comecei fazer empréstimo em Montes Claros, pegava em Montes Claros. Depois de Montes Claros passou pra Porteirinha, porque aqui não tinha banco, e só depois que abriu o banco em Janaúba que passou minha ficha pra cá, aí eu passei a pegar aqui.

Auricharme: quem falava com o senhor que tinha esses projetos no banco?

Ulisses: o banco mesmo falava né, falava que tinha dinheiro pra isso e pra aquilo. Pelo rádio eles falava e a gente ia pegando.

Auricharme: todo ano o senhor pegava um empréstimo?

Ulisses: não era assim todo ano não, mas a maioria era.

Auricharme: a plantação de algodão era grande, eram muitas hectares?

Ulisses: não, era pouco. Era só umas duas ou três hectares no máximo que eu plantava.

Auricharme: o pessoal usava muito veneno e adubo na plantação de algodão?

Ulisses: adubo não, mas veneno todo mundo passava, não tinha jeito. Dava lagarta e precisava matar, não tinha jeito.

Auricharme: o senhor plantava lá e quem ajudava o senhor?

Ulisses: era os meus filho, minha mulher e eu pagava gente pra ajudar também. Nós trabalhava como um condenado. Era na enxada, era colhendo algodão, era em tudo. Eu tinha uma mula e um arado e eu mandei fazer um facão grande e passava numa rua de algodão e limpava tudo de uma vez, só ficava o pezinho do algodão que não podia passar né. Mas antes era sofrido, a gente passava até fome, a verdade é a verdade. Não tinha um médico, não tinha nada, o povo vivia era do remédio do mato, uma durava e uns morria cedo. As vez não acertava um remédio certo e a pessoa morria, fazer o quê? Não tinha um médico pra cuidar, não tinha esse negócio pra passar exame pra descobrir o que a pessoa tinha.

Auricharme: quem comprava o algodão que o senhor plantava?

Ulisses: naquele tempo tinha vários comprador. Quando era bastante algodão eles pegava lá na roça e quando era pouco a gente levava no carro de boi. Mandava um caminhão e eles ia buscar lá né, não faltava comprador, mas as o preço era baixo, o algodão nunca alcançou grandes preços.<sup>148</sup>

O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), lançado pelo governo militar em dezembro de 1964, constituiu um importante elemento para reorganização técnica, produtiva e social do mundo rural ao liberar financiamentos na modalidade de custeio, investimento e comercialização. Contudo, os financiamentos não eram práticas corriqueiras entre os pequenos produtores rurais já que a maioria não se encaixava nos critérios estabelecidos pelos agentes financiadores e a obrigação de possuir avalista e de hipotecar o imóvel rural ou a produção agropecuária fazia com que muitos temessem por “perder o pouco que tinham.”

Referindo-se ao SNCR, Guilherme Delgado avalia que

O novo sistema é montado na agropecuária em seu conjunto. Seu sentido modernizador é claramente estipulado. Seus mecanismos indutores de organização da produção são refletidos nas condições favorecidas de financiamento, em termos de taxas de juros, prazos e carências de pagamento. Sua clientela preferencial é o produtor modernizado ou modernizável.<sup>149</sup>

A política agrícola dos militares autorizou diversas instituições financeiras a concederem subsídios monetários e facilidades creditícias para o produtor rural, ainda que os critérios para concessão de empréstimos fizessem com que as vantagens comerciais e produtivas fossem concentradas nas mãos dos grandes proprietários.<sup>150</sup>

Após 1960, muitos bancos foram instalados nos municípios de Janaúba e Porteirinha e propalavam o fortalecimento da agropecuária e a melhoria das condições de vida dos produtores rurais.<sup>151</sup> Requerida por diversos fazendeiros, políticos e jornalistas, a presença de agências financeiras no Vale do Gortuba era compreendida como sinônimo de desenvolvimento uma vez que, até a década de 1950, elas concentravam-se principalmente nos grandes centros urbanos.

---

<sup>148</sup> Ulisses José Pereira. Entrevista realizada no dia 14\07\2016.

<sup>149</sup> DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil:1965-1985**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1985, p. 45.

<sup>150</sup> O SNCR, criado para beneficiar pequenos e médios proprietários rurais, acabou tendo invertido seu propósito de tal maneira que entre 75% a 90% do volume total de créditos foram concedidos aos grandes proprietários. Cf.: GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 308.

<sup>151</sup> Em pesquisa realizada no jornal “O Gortuba” observa-se que em Janaúba foram inaugurados o Banco da Lavoura (1965), O Banco Real (1965), o Banco do Brasil (1976) e o Banco do Estado de Minas Gerais-BEMG- (1975). Em Porteirinha foram criados o Banco do Brasil (1967) e o Banco do Nordeste (1959).

Procurando ser porta-voz dos grandes produtores rurais, o jornal *o Gorutuba* constantemente cobrava a inauguração de bancos públicos na região e, quando isso acontecia, direcionava seus esforços no sentido de solicitar o financiamento das safras agrícolas e da agropecuária, a garantia dos preços mínimos por parte do governo, o perdão, carência ou parcelamento de dívidas rurais, a criação de subsídios, entre outros serviços. Neste contexto, a imprensa sempre justificava seus pedidos a partir das condições climáticas da região que “castigava” a terra e o homem do campo.

O Banco da Lavoura foi o primeiro banco de Janaúba a oferecer diversas linhas de financiamento para o homem do campo, como expresso na propaganda abaixo

Justificando plenamente a sua instalação em nossa cidade e atendendo os mais justos anseios do meio rural, o Banco da Lavoura, desde sua inauguração-16 de agosto-vem proporcionando não só ao comércio e indústria, como aos ruralistas desta região, financiamento para aquisição de gado leiteiro, lavoura de algodão, milho, feijão, melhoramentos, etc. Atualmente, segundo palavras do incansável gerente, Sr. Geraldo Lopes, a Agência Local continuará financiando, a juros baixos, lavouras de subsistência, tais como milho, feijão, arroz, soja, hortaliças, além da aquisição de bens para uso na agricultura, como implementos e ferramentas, fertilizantes, inseticidas, fungicidas, herbicidas, corretivos do solo, desinfetantes, sementes, arames farpados e complementos minerais. Adiantou, outrossim, que somente poderão ser beneficiados, no momento, os agricultores cuja propriedade esteja localizada no município de Janaúba.<sup>152</sup>

As palavras do gerente do Banco da Lavoura destacando as várias possibilidades de “melhoramento” na terra eram constantemente reproduzidas pelos colunistas da ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural)<sup>153</sup> no sentido de que os pequenos agricultores acompanhassem as transformações e o ritmo de progresso existente nas terras dos empresários rurais do Centro-Sul brasileiro, uma interpretação que caracterizava a vida rural a partir dos “mais” e “menos” capacitados não levando em consideração as diferentes realidades e oportunidades existente no campo.

Os colunistas da ACAR defendiam que o crédito rural deveria ser usado em propriedades de tamanho reduzido segundo a lógica de planejamento e racionalidade, o que necessitaria da presença de técnicos e extensionistas. Os financiamentos e empréstimos rurais, subsidiados pelo governo até o final da década de 1970, procuraram alterar a base

---

<sup>152</sup> Banco da Lavoura, em Janaúba, amplia financiamento ao pequeno e médio agricultor. **O Gorutuba**. Janaúba, 05 dez. 1965, p. 01.

<sup>153</sup> A história e atuação da ACAR no Vale do Gorutuba serão detalhadas no próximo capítulo.

técnica de meios de produção nas referidas terras por serem consideradas de “baixo rendimento”.

A racionalização e modernização da agricultura eram palavras direcionadas a todos os proprietários rurais, todavia a ACAR focava nos pequenos e médios devido a quantidade de estabelecimentos rurais existentes nesta modalidade e por serem considerados mais difíceis de aceitarem as novas técnicas devido à falta de escolaridade, muitas vezes descrita como sinônimo de baixo nível cultural nos estudos e discursos de órgãos governamentais.<sup>154</sup>

A política creditícia oficial possuía limitações que excluía diversos sujeitos, como é possível observar na reportagem da ACAR

A caixa econômica do Estado de Minas Gerais em convênio com a ACAR, concedeu empréstimos, a juros módicos e prazo longo, para que pequenos e médios agricultores possam aplicarem a orientação dada pela extensão.

O crédito é fornecido depois de um estudo elaborado pelos supervisores junto com as famílias rurais, visando o desenvolvimento da família nos aspectos econômico e social. A ACAR utiliza-se do crédito rural nas modalidades: supervisionado, orientado, habitacional e juvenil, uma feliz combinação de crédito e extensão.

Crédito Rural supervisionado: financiamento integral da propriedade e do lar, excluindo compras de terras, reforma e construção de casas. Este tipo de empréstimo é concedido depois de um plano de administração que revelará as possibilidades financeiras do candidato e sua viabilidade.

O Crédito Supervisionado tem época determinada para execução do planejamento que em geral vai de 1º de julho a 30 de outubro. Este tipo de crédito concede até 1.600.000 em empréstimo que só poderá ser empregado no que foi combinado no plano administrativo da propriedade, do lar, que logicamente será em melhoramento que trará maior soma de benefícios para o mutuário. O pagamento é dividido em prestações anuais de acordo com a capacidade de pagamento do agricultor, levará em média 4 anos para ser liquidado.

Crédito Rural Orientado: financiamento para uma exploração que figure no programa de trabalho da área, quer seja uma cultura ou uma criação. Visa elevar o nível de produtividade e renda da empresa rural através da introdução de técnica e racionalização das explorações agropecuárias. Este empréstimo é concedido em qualquer época do ano, possui um teto de 1.800.000, ao emprego, as divisões de prestações obedecem o mesmo critério usado pelo Crédito Supervisionado.

O Crédito Rural Habitacional é concedido a agricultores que já recebiam financiamento de um dos tipos acima. É para construção, reforma ou melhoramentos de casas. As casas deverão ser construídas de

---

<sup>154</sup> No estudo realizado pelo Dnocs em parceria com a Secretaria de Agricultura de Minas Gerais, considerou-se que os baixos níveis de aspiração e de escolaridade dos produtores rurais, tradições culturais e apego aos hábitos e costumes regionais constituíam obstáculos para a introdução de tecnologias que elevariam os índices de produtividade rural. Cf. MINAS GERAIS. **Estudo sócio-econômico e programação preliminar para a região do baixo gorutuba-MG**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Agricultura de Minas Gerais\Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS. 1969, p. 151.

acordo com a planta fornecida pela ACAR e os melhoramentos de acordo com as recomendações dos Extensionistas. Para este crédito concede-se um tempo maior, conforme a necessidade de até 8 anos.

Crédito Rural juvenil: empréstimo para jovens sócios de clube, com mais de um ano de clube (Clube 4S), para que eles possam executar seus projetos individuais.

Todos os planos de empréstimo estão sujeitos a uma aprovação do Escritório Regional e Central no que se refere a aspectos legais e se estão cumprindo sua finalidade. Para qualquer tipo de empréstimo, o agricultor pagará atualmente um juro de 13% ao ano.

Condições que os agricultores devem apresentar para que enquadrem no quadro fornecido pela ACAR:

Possuir uma gleba de terra cuja área esteja compreendida entre 2 e meio a 4 alqueires. Seu patrimônio líquido não poderá ultrapassar a 8.000.000.

Os herdeiros podem receber empréstimos mediante uma carta de anuência dos pais. A ACAR não faz financiamento para arrendatários. Possuir escrituras dos terrenos devidamente registrados. As solicitações dos empréstimos deverão receber a aprovação de 3 membros de um Conselho Consultivo, pessoas residentes na cidade escolhida para tal fim, de acordo com o gerente da Caixa.

Como é necessário uma orientação frequente por parte dos extensionistas aos mutuários, só poderemos atender agricultores cuja propriedade não fique muito distante até um raio de 50 km da sede, sendo também necessário ter estradas até a propriedade. Isso para que não aja muita perda de tempo, com viagens longas ou grandes caminhadas a pé, por parte dos extensionistas, para que possamos atingir maior número de agricultores.

Os agricultores deveram dar em garantia animais, máquinas ou colheitas pendentes que não poderão ser vendidos antes de liquidarem o empréstimo, permitindo, no entanto, trocas quando justificáveis.<sup>155</sup>

A localização, tamanho, renda anual da propriedade, a contrapartida do mutuário, carta de anuência dos pais (no caso dos herdeiros), participação nos Clubes 4-S (se tratando de jovens)<sup>156</sup>, aceitação das recomendações dos extensionistas e não ser arrendatário eram condições impostas para que a ACAR liberasse o crédito rural “educativo” para pequenos e médios produtores rurais. Com o passar dos anos os critérios foram aumentando, a exemplo de o interessado ter vontade de progredir e capacidade de liderar, ser receptivo e ter compreensão, ser honesto e comunicativo, idade abaixo dos 60 anos, ter saúde, boa localização e fácil acesso, ser integrado em programas de extensão rural e não ser sobrecarregado de dívidas.<sup>157</sup>

Os agricultores não proprietários, os que não tinham a escritura da terra (considerados posseiros) e os donos de terras inferiores a 2 alqueires (8,96 hectares), por

---

<sup>155</sup> Crédito Rural Educativo. **O Gorutuba**. Janaúba, 21 nov. 1965. Coluna da ACAR, p.03.

<sup>156</sup> O Clube 4-S (Saber, Sentir, Saúde e Servir) foi criado pela ACAR. Este tema será tratado no próximo capítulo.

<sup>157</sup> AURÉLIO, Marco; VILMICE, Maria. **O Gorutuba**. Janaúba, 13 ago. 1967. Coluna da ACAR, p.06.

não possuírem bens ou imóveis a serem hipotecados ou que servissem de garantia as instituições creditícias, também eram excluídos dos financiamentos rurais.

Longe de ser universal ou meio de transformar a estrutura fundiária do país, o crédito rural era concedido àqueles sujeitos que possuíam uma pré-disposição para modernizar e capitalizar sua propriedade, pois os financiadores não queriam correr o risco de o investimento ser em vão. A lógica de inclusão e exclusão estabelecida pela ACAR, segundo critérios de “modernizáveis” e “não modernizáveis”, coloca em dúvida se o objetivo da entidade seria a superação da pobreza rural ou a criação de mecanismos para a expansão das relações capitalistas no campo.

A exclusão não era apenas de proprietários que não se “encaixavam” nas normas e requisitos dos bancos ou da ACAR, era também da autonomia e independência daqueles sujeitos que tinham acesso ao crédito, porém não poderiam usá-lo de acordo com seu bel-prazer. A planta da casa já estabelecida, o plano administrativo da propriedade e as recomendações dos funcionários da ACAR são indícios de que as demandas e interesses dos trabalhadores não eram consultadas ou levadas em consideração, uma vez que a aplicação do crédito rural seguia normas prontas e unilaterais.

O crédito “supervisionado” e “orientado” indica que as experiências herdadas e compartilhadas pelo homem do campo seriam minimizadas diante do conhecimento acadêmico e tecnicista dos funcionários da ACAR. As expressões “supervisionar” e “orientar” indicam que era preciso uma fiscalização e acompanhamento constante para que as metas e projetos fossem cumpridos seguindo as regras estipuladas.

Como os financiamentos eram “fechados” e tinham visão homogênea do território nacional, não foram levadas em consideração as peculiaridades climáticas, culturais e sociais de distintas regiões, uma vez que os bancos e a ACAR tinham a convicção de que a tecnologia e a ciência levariam progresso a todos os produtores rurais, independentemente do município e dos modos de vida das pessoas.

Ao longo da matéria jornalística, podemos aferir que os objetivos do crédito rural estariam ligados às palavras-chave que aparecem no texto como produtividade, renda, racionalização, melhoramentos e técnicas. Neste sentido, havia uma busca por mudanças ontológicas na condição social, cultural e produtiva dos sujeitos no sentido de que assimilassem novos conhecimentos e comportamentos, o que os levaria a romper com antigos modos de vida.

Como o Norte de Minas está localizado na região do Polígono das Secas, o crédito agrícola era subsidiado, situação essa que vigorou até a década de 1980, quando a política

creditícia foi alterada pelo Governo Federal e mostrou-se pouco atrativa para o agricultor. Contudo, as obrigações impostas pelos bancos para a concessão de créditos rurais e o medo de perder a terra fizeram com que uma minoria de produtores rurais de Janaúba fosse atraída pelas linhas de financiamento oferecidas pelo governo.<sup>158</sup>

Entre os entrevistados, apenas Ulisses e Zacarias tiveram acesso ao crédito rural, onde o dinheiro era usado principalmente na compra de sementes, de defensivos agrícolas ou no pagamento das pessoas contratadas para a colheita. A aquisição de financiamentos por parte de Ulisses se fazia de acordo com suas limitações e possibilidades, o que significa que, para não comprometer a posse da terra ou sua vida financeira, eram solicitadas pequenas quantias necessárias para a plantação de algodão em poucos hectares. Durante as diversas etapas da produção, os agricultores combinavam técnicas de trabalho tradicionais, como o arado e a enxada, com técnicas modernas, principalmente no cultivo do algodão onde era comum o uso de sementes selecionadas e agrotóxicos.

Zacarias destaca como a produção de algodão e outras mercadorias foram abrindo novas perspectivas e vínculos com a indústria e com o capital financeiro

Auricharme: O senhor plantava algodão?

Zacarias: plantava. Fiz muito empréstimo em Montes Claros pra mexer com algodão. Foi quarenta e oito anos fazendo empréstimos, mas hoje não faço mais não e também não devo nada em banco. Tomava prejuízo, mais acertava as conta, hoje tô livre graças à Deus. Comecei fazendo empréstimos no Banco Real de Montes Claros, passei pro Banco do Brasil em Porteirinha até que chegou o Banco do Brasil em Janaúba e minha ficha veio pra cá.

Auricharme: O senhor pegava empréstimos pra quê?

Zacarias: Tocar lavoura, já tomei pra gado, já tomei pra roça, pra plantar capim, parecia de boi e ia mexendo, mas graças a Deus saí fora.

Auricharme: Quando o senhor começou a mexer com algodão?

Zacarias: Com algodão foi pouco, eu plantei seis sacos de algodão e tinha comprado dez novilha a nove cruzeiro, esses seis saco de algodão deu pra pagar as novilha e ainda sobrou um pouquinho de dinheiro pra mim. O algodão meu era financiado pelo banco, se o algodão não desse renda tinha cassar jeito de vender outra coisa e inteirar e pagar o banco. Eu tive uma época que eu comprei um trator, mas eu vi que não dava renda e vendi.<sup>159</sup>

---

<sup>158</sup> Em uma reportagem do “O Gortuba”, datada de 25 de dezembro de 1966, os supervisores locais da ACAR descreveram que naquele ano foram realizados 40 pedidos de empréstimos (crédito rural) que totalizariam um valor de Cr\$ 11.500.000. Não podemos fazer uma estimativa do total do número de produtores rurais, nas três modalidades de tamanho da propriedade, que realizaram empréstimos e financiamentos por falta de fontes já que empréstimo eram realizadas no Banco da Lavoura de Janaúba, hoje extinto, e em outros bancos da região, principalmente em Montes Claros. A análise das entrevistas e dos documentos necessários para a concessão dos créditos nos faz reafirmar que apenas uma pequena parte dos produtores rurais, em sua maioria fazendeiros, tiveram acesso a esta política agrícola.

<sup>159</sup> Zacarias Bispo de Oliveira. Entrevista realizada no dia 15/04/2016.

A fala de Zacarias revela como os sujeitos refazem experiências e valores com novas relações comerciais e disputas por lugares no mercado. Ao destacar que “o algodão meu era financiado pelo banco, se o algodão não desse renda tinha que cassar jeito de vender outra coisa e inteirar pra pagar o banco”, é evidenciado como sua atuação no mercado financeiro trouxe melhorias, mas também dependências, perda da autonomia e de sono.

Ao obterem financiamentos, os agricultores ficavam atrelados às exigências e formas de pagamentos das instituições bancárias, sendo comum a ida de gerentes às lavouras para verificar se o dinheiro estava sendo empregado na roça como era determinado. A liberação de crédito rural cumpria, neste sentido, não apenas uma função de modernização das formas de trabalho e produção, mas também de transformação de modos de vida dos produtores rurais que comumente eram vistos pelos agentes governamentais como rudes, ignorantes e atrasados.

Ter que se submeter a várias preocupações e situações de trabalho para honrar os financiamentos adquiridos, não apenas porque o “nome limpo” é algo caro ao narrador, mas também era uma obrigação que garantia a posse da terra, fazia com que Zacarias desenvolvesse novos padrões de vida e de trabalho onde a produção de excedentes e vínculos capitalistas se tornavam cada vez mais corriqueiros.

A maior interação agricultura com a indústria, através da compra de máquinas, defensivos químicos e outros “produtos modernos”, e com o capital financeiro, por intermédio da aquisição de empréstimos e financiamentos, constituía uma nova realidade transmitida como elemento essencial para o aumento da produção e da produtividade agrícola e, primordialmente, como a melhoria da qualidade de vida do homem do campo.

O crescimento da produção agrícola verificado no Brasil após 1960 encontra raízes no Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) que, entre outras medidas, possibilitou a criação de complexos agroindustriais, que levaria a uma baixa no preço do trator, fertilizantes e demais técnicas agrícolas modernas, e a construção de uma infraestrutura de transporte e armazenagem. De acordo com Pedro Vilela Caminha, com o Plano de Metas criou-se um discurso de que a reforma agrária tornar-se-ia desnecessária ou obsoleta, já que “a própria industrialização da economia nacional seria responsável por

elevar o salário rural, ampliar o mercado consumidor e melhorar os termos de troca entre agricultura e indústria, além de incrementar a produtividade do capital agrícola.”<sup>160</sup>

A industrialização da agricultura, que nos anos 1960 viria a ser acompanhada da criação de legislações trabalhistas para o homem do campo, como o Estatuto da Terra e o Estatuto do Trabalhador rural, evidenciam como as inovações políticas e institucionais foram de suma importância para a modernização agrícola brasileira que, entre outras consequências, representou o avanço do assalariamento rural em detrimento das formas tradicionais de trabalho.

A compra de tratores, grades, pulverizadores, arados, cultivadores, caminhões, entre outras tecnologias agrícolas, passaria a compor as expectativas de alguns produtores rurais, ainda que o acesso fosse difícil e muitas vezes, devido aos custos de manutenção, tivessem que vendê-los, como no caso do trator citado por Zacarias. No plano social, a introdução de novos métodos de produção fortalecia o trabalho individual-familiar e conflitavam com experiências coletivas de reciprocidade, a exemplo da troca de dias de serviço e do mutirão.

A produção agropecuária já não tinha apenas um “valor de uso”, mas também possuía um “valor de troca” dentro de uma dinâmica e proposta onde a renda adquirida não era investida tão somente no sustento da família, mas também criava uma expectativa de poupança no objetivo de aquisição de bens e equipamentos da indústria. Neste sentido, a crescente circulação de mercadorias contribuiu para que o dinheiro ganhasse cada vez mais importância nas comunidades gorutubanas, o que significava, entre outras consequências, a reorganização de costumes e tradições.

As negociações, seja com os bancos, com fazendeiros ou com os compradores de “mercadorias” produzidas na propriedade familiar, começaram a fazer parte do cotidiano de muitos sujeitos, indicando transformações sociais e econômicas diante do processo de monetarização e capitalização do campo. Apesar de se manterem no mesmo lugar e tendo os mesmos vizinhos, cada vez mais os produtores rurais se inseriam nas relações mercadológicas fazendo surgir novas demandas, necessidades e disciplinas, o que viria a causar um sentimento de “aceleração” do tempo e mudanças nos modos de viver, trabalhar e produzir.<sup>161</sup>

---

<sup>160</sup> CAMINHA, Pedro Vilela. **A agricultura no período nacional desenvolvimentista brasileiro**: o Plano de Metas, a modernização agrícola e seus impactos sobre a reforma agrária. 273 Fls (Doutorado em Economia). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016, p.228.

<sup>161</sup> Ao buscar compreender o processo de modernização da América Latina, Julio Pinto Vallejos tece considerações importantes que me ajudaram a pensar a realidade histórica-social do Norte de Minas e, em

O desafio de lidar com “o mundo dos trabalhadores” nos permite compreender uma dinâmica social permeada por mudanças constantes na luta pela sobrevivência. Neste processo, emerge um espaço que, longe de ser apreendido tão somente pelos seus aspectos físico-climáticos, é uma construção e resultado da cultura e experiência de homens e mulheres no seu “fazer-se” social e político.

## 2.2- A igreja e o rio Gortuba: espaços de sociabilidade e sobrevivência

Além do espaço de trabalho e produção, do ambiente doméstico-familiar e do mercado, tal como descritos até aqui, a igreja e o rio Gortuba também foram narrados pelos entrevistados como importantes elementos na constituição dos laços de sociabilidades e reciprocidades. Reconstruir a variedade de experiências dos sujeitos possibilitou, ainda, abrir horizontes para se pensar como espaços que, a priori, poderiam ser vistos como simples lugares de lazer, religiosidade e entretenimento, também expressavam relações de poder e dominação.

As experiências dos sujeitos não são constituídas apenas a partir das pressões sócio-profissionais, mas também são forjadas nas redes de interdependência social que, por sua vez, criam alianças e sentimentos de pertencimento a determinados grupos sociais.<sup>162</sup> Neste sentido, as relações mantidas pelos produtores rurais ajudam a compreender como

---

particular, do Vale do Gortuba. Vallejos salienta que a ideia de “progresso”, baseado no incremento da produtividade e na riqueza material, e a “experiência de mercado” que, apesar de existir desde muito tempo, foi consolidada e penetrada no corpo social com o modo capitalista de produção, alteraram não apenas a forma como as pessoas trabalhavam e produziam, mas também a maneira delas se comportarem, se auto reconhecerem e agirem coletivamente. Segundo as palavras do historiador chileno “así, vidas que se habían regido milenariamente por el rito, la costumbre, la creencia o el ciclo natural, pasaron a estructurarse cada vez más exclusivamente en torno al trabajo intensivo, a la racionalidad instrumental, a la especialización de las funciones, a la disciplina personal, al horario estructurado y al éxito medido en términos de recompensa material. En el plano de las relaciones que ligaban a las personas o a los grupos entre sí, este desplazamiento se tradujo en un creciente sentimiento de aislamiento y despersonalización, simbolizado por la difusión del nexo monetario como forma cada vez más universal de interactuar o de establecer el lugar que se ocupaba dentro de la sociedad, así como por la presencia cada vez más ubicua de la máquina en los espacios laborales y vitales. VALLEJOS, Julio Pinto. **De proyectos y desarraigos:** la sociedad latinoamericana frente a la experiencia de la modernidad (1780-1914). 19th. International Congress of Historical Sciences, University of Oslo, 6-13 August, 2000, p. 04.

<sup>162</sup> Ao estudar a vida urbana de Turim no Antigo Regime, Simona Cerutti aborda, entre outros assuntos, como as redes de interdependência dos indivíduos tornar-se-iam um contexto no qual se inscrevem suas experiências, se afastando, deste modo, de teorias que inseriam os sujeitos em determinado grupo ou categoria social levando em consideração apenas sua classificação profissional. De acordo com a pesquisadora italiana “a análise das redes de relações pode se tornar um caminho para desenhar-finalmente de maneira contextual-o horizonte social dos atores, para definir seus interesses para além de sua profissão ou estatuto social.” CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas:** a experiência da microanálise. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 173-201.

referências culturais e identitárias são construídas, assim como escolhas e comportamentos são resultados das experiências produzidas e negociadas nas relações sociais estabelecidas que são, por sua vez, mutáveis e instáveis.

Nas celebrações religiosas não estavam envolvidas apenas ritos e símbolos, sendo que faziam parte das práticas sociais de homens e mulheres, como narrado por Jovença

A gente ia muito à igreja. Lá era só a igreja de São José do Gorutuba. Lá tinha a missa, tinha as novena, tinha a missa do Divino, tinha de São José, Nossa Senhora da Saúde, era bom demais lá. Às vez a gente dormia lá na igreja ou a gente saía de lá na madrugada. Lá na igreja de São José ia gente de longe a cavalo, carro de boi, o povo fazia as farofa (risos), outros ficava lá semanas e levava as coisa pra fazer comida lá.<sup>163</sup>

Antes de serem desapropriados, todos os narradores disseram que eram católicos, situação que veio a se modificar nos últimos anos com a adesão de alguns ao protestantismo. Muitas igrejas foram construídas por eles próprios ou por seus antepassados, sendo que eram os principais locais de encontros dos moradores das comunidades rurais. As missas e festividades religiosas atraíam muitas pessoas que se deslocavam a pé ou a cavalo, um caminho que poderia levar horas dependendo do local onde moravam.

A igreja de São José do Gorutuba, referência para vários dos entrevistados<sup>164</sup>, era o espaço onde se reuniam pessoas de diversas comunidades. As “tradicionais” festas, principalmente a do Divino, era uma oportunidade das famílias rezarem juntas, como disseram algumas mulheres entrevistadas. A convivência nos templos religiosos para a celebração dos santos patronos da comunidade, missas, festas, batismos ou casamentos significava momentos de fortalecimento do vínculo social.

Almerindo também destacou como comemorações religiosas eram aguardadas e vivenciadas por ele e sua família

---

<sup>163</sup> Jovença Mendes Borges. Entrevista realizada no dia 05/05/2016.

<sup>164</sup> Calcula-se que a igreja de São José do Gorutuba foi construída em fins do século XVIII e início do século XIX. São José do Gorutuba foi elevado a arraial/distrito/paróquia por um decreto imperial de 14/07/1832, fazendo parte do município de Grão Mogol. Em 07/01/1875, pela Lei 2107, foi dividido em três distritos (Santo Antônio do Riacho, Serra Branca e São José do Gorutuba). Em 1938, pelo Decreto-Lei 148, Porteirinha tornou-se município emancipado e desmembrou-se de Grão Mogol, incorporando São José do Gorutuba. Atualmente a Igreja São José do Gorutuba é tombada como patrimônio histórico do município de Porteirinha. As missas acontecem uma vez ao mês e em agosto ainda se realizam as festas em homenagem ao Divino Espírito Santo. Cf. PORTEIRINHA. Secretaria Municipal de Cultura. **Dossiê de tombamento da igreja de São José do Gorutuba**. 2002. Disponível em: < <http://docplayer.com.br/19270638-Dossie-de-tombamento-da-igreja-de-sao-jose-do-gorutuba.html> > Acesso em: 10 abril 2016.

Quando dava assim o dia da fogueira cê via todas as casas, eram onze casa que tinha perto, e cada um fazia fogueira, levantava bandeira e nós ia de uma casa pra outra cantando né, forrozão a noite toda, no outro dia de manhã levantava a bandeira e nós ia embora, era bonito.<sup>165</sup>

Os próprios moradores organizavam as festividades e acendiam as fogueiras em suas casas à espera das visitas, que eram parentes ou vizinhos conhecidos. Doces, biscoitos, bebidas, canjicas, milho cozido e bolos faziam parte do cardápio que atraíam diversas pessoas em práticas sociais que existiam na comunidade ao longo de gerações. Almerindo salientou que as festas, a celebração das missas, participação no levantamento de bandeiras e os “forros” não contavam com a presença dos fazendeiros, indicando as clivagens de classe existentes na região.

A produção agrícola e a religiosidade se entrelaçavam e se confundiam dentro do ordenamento do mundo camponês. Muitos rezavam pedindo chuva ou uma boa colheita, fatores que eram entendidos como bênçãos divinas que garantiam a sobrevivência familiar e também a própria vida social. Desta forma, a esfera do sagrado estava dentro do cálculo econômico e da busca de uma certa previsibilidade e segurança alimentar por parte dos sujeitos.

Antes do represamento de suas águas, em fins da década de 1970, o rio Gorutuba fazia parte das estratégias de sobrevivência e dos laços sociais dos moradores dos municípios de Janaúba e Porteirinha. Odilon, em sua narrativa, descreveu o rio como “servidor público” que fornecia bens essenciais aos moradores de diversas comunidades rurais.

Todavia, em uma sociedade de classes, os recursos naturais são apropriados por alguns de forma privada, impedindo que muitas pessoas tenham acesso àquilo que consideram como de valor moral e não econômico, como é o caso da água. Zacarias destaca como lidava diante da negação, por parte de alguns fazendeiros, em permitir a entrada de trabalhadores com animais em suas propriedades

Auricharme: O senhor morava próximo ao rio Gorutuba?

Zacarias: No tempo de papai eu buscava o gado lá em Jataí (comunidade rural de Janaúba) onde ele morava e levava longe pra beber água no rio Gorutuba. De madrugada vinha gente para levar gado pra beber água e quando o dia tava amanhecendo o gado já tava saciado. Ali o gado bebia, nós descansava, comia uma farinha com rapadura ali, socava pipoca com rapadura e fazia paçoca, tinha farinha de mandioca e a gente ia comendo aquilo.

Auricharme: Neste período as lagoas tinham muita água?

---

<sup>165</sup> Almerindo Celestino dos Santos. Entrevista realizada no dia 14/02/2016.

Zacarias: Tinha água, mas secava e não tinha como o gado viver. A gente não podia deixar o gado em qualquer lugar não. Tinha fazendeiro aqui que tinha 2.000 alqueires de terra e a gente não podia deixar o gado beber água na lagoa deles não.

Auricharme: Então o senhor ia no rio Gorutuba?

Zacarias: Ia. A gente pescava lá também. O Gorutuba enchia e fazia os poção que juntava muito peixe. Naquele tempo tinha peixe demais, pegar peixe era o trem mais fácil, muita gente ia pescar e naquele tempo não tinha polícia pra atrapalhar, tinha peixe à vontade, depois a polícia entrou e falou que não podia entrar no rio.<sup>166</sup>

A negação, por parte do fazendeiro, em permitir aos sujeitos pobres entrarem na sua propriedade revela uma separação entre o que era considerado público e privado. Como visto, desde os primórdios da exploração e ocupação do Vale do Gorutuba os latifundiários foram se constituindo próximo aos rios e terras férteis da região, o que obrigava muitas pessoas a se deslocarem por longas distâncias para conseguirem água para o consumo humano e animal.

Os modos de viver, trabalhar e divertir dos entrevistados estavam estritamente ligados ao movimento da natureza e a situação do rio Gorutuba, obviamente considerando as limitações acima expostas. Seja residindo próximo ou distantes das suas margens, as pessoas usavam suas águas para garantir o sustento físico (consumo humano), material (atividade pesqueira, plantação em suas vazantes, água para o gado, etc.) e momentos de entretenimento (brincadeiras e encontros). Estes são elementos da vida dos trabalhadores que não apenas retratam um tempo de dependência em relação ao rio, mas também era uma forma de se afirmarem naquele espaço e criarem um sentimento de pertencimento.

O rio Gorutuba, como um espaço de sociabilidade, era frequentado por homens e mulheres dos municípios de Janaúba e Porteirinha, do campo e da cidade. Jovença destaca que “o rio antes tinha água, a gente ia pescar, banhar, tinha água à vontade no rio. Tinha muita gente. Ia as mulher lavar roupa, os homens iam a noite banhar, pescar a noite e era gostoso, a lua lumiando, mas hoje acabou.”<sup>167</sup> Como nas vivências dos trabalhadores entrevistados não existe uma separação nítida e planejada entre “trabalho” e “lazer”, o rio é uma expressão de como as relações sociais eram desenvolvidas a partir de experiências comuns que ajudavam a amenizar a dureza da vida.

O impacto da intervenção de diversas empresas, públicas e privadas, no rio Gorutuba nas últimas décadas, assunto que será detalhado nos próximos capítulos, vem

---

<sup>166</sup> Zacarias Bispo de Oliveira. Entrevista realizada no dia 15\04\2016.

<sup>167</sup> Jovença Mendes Borges. Entrevista realizada no dia 05\05\2016.

causando poluição, destruição da mata ciliar, impedimento da migração de peixes e a reprodução de algumas espécies devido ao represamento de águas. Estes fatores são determinantes para a visão de que o “rio acabou” de Jovença no sentido de evidenciar as transformações no ambiente que alteraram, por conseguinte, suas vivências e costumes.

O rio era a principal fonte de água dos entrevistados, sendo que nos períodos de longas estiagens eles tinham que buscar outras formas de adquirir tal recurso. Ao ser perguntado sobre o acesso à água no seu povoado, Manoel respondeu que

Tinha o rio aqui perto, outros tinha cisternas, outros tinha tanque. Nesse tempo chovia e tinha água. Nesse tempo o rio Gorutuba, que não é muito longe daqui, enchia muito, enchia e secava, mas nunca morreu gente por falta d'água não. Era assim direto: panhava água do rio, quem tinha carro de boi levava uns tambor e enchia, outros tinha um tanque, eu mesmo tinha um tanque aqui, depois abri uma cisterna e foi abrindo cisterna aqui e acolá. Antes faltava água quando o rio secava, mas a gente abria as cisternas e cacimbas e dava águas pras criação, mas logo a chuva chegava e então as coisa melhorava.<sup>168</sup>

Manuel Marques da Silva, casado, nascido em 1935, natural de Salinas e morador do povoado de Jacarezinho (Janaúba) descreve as várias alternativas cunhadas por ele e por outros moradores para sobreviverem diante das estiagens prolongadas. A trajetória do entrevistado foi definida por ele próprio como uma “batalha pesada” na luta pela sobrevivência e criação dos nove filhos.

Como a principal fonte de trabalho e renda de Manuel provinha do campo, as longas estiagens comprometiam uma boa colheita e a criação de animais. Contudo, se entendermos os problemas sociais e econômicos dos produtores rurais ligados somente às longas estiagens, estaríamos reproduzindo o discurso da classe dominante regional que se vale das secas, um fator externo e natural, para se eximir de quaisquer responsabilidades pela pobreza na região, ao mesmo tempo que procura negligenciar relações de exploração e dominação. Compreendemos que as irregularidades climáticas apenas agravam o problema social, sendo seu produto e caráter determinante encontrados em outros elementos, tais como a concentração de terras, a falta de apoio governamental e a própria dinâmica capitalista que, ao se apropriar dos recursos naturais, como terra e água, com vistas à acumulação e lucro, acaba por marginalizar populações camponesas inteiras que viviam no espaço rural segundo uma lógica e racionalidade diferente.<sup>169</sup>

---

<sup>168</sup> Manoel Marques da Silva. Entrevista realizada no dia 05\04\2016.

<sup>169</sup> Celso Furtado salientou que a pobreza nas regiões semiáridas era resultado muito mais da forma de exploração da terra e das relações de produção, do que das consequências da seca. O problema seria mais

Diante das dificuldades de trabalho e produção na própria terra, Manoel realizava serviços nas propriedades de fazendeiros para ter um ganho que, mesmo irrisório, se fazia necessário e importante para o sustento familiar. Nestas ocasiões, ele cita que “pegava cinco horas no serviço e ia até seis horas da tarde”, uma dura realidade que era vivenciada principalmente no tempo das secas onde a plantação e colheita na propriedade familiar eram mais difíceis.

Enquanto residia no município de Salinas, o narrador salientou que, devido a distância dos rios e lagoas, eram maiores as dificuldades de se obter água para consumo humano e animal. Após o casamento, Manoel foi morar em uma terra herdada pela esposa, que era próximo ao rio Gorutuba, o que lhe permitiu diminuir os esforços e dedicar seu tempo a outras atividades.

Como as formas de trabalho e de vida dos entrevistados estavam intimamente ligadas ao rio Gorutuba, a falta de água comprometia não apenas a pesca ou a plantação nas vazantes, mas também modos de relacionar, divertir, comunicar e festejar. Em algumas narrativas, as pessoas iniciaram descrevendo o significado que o rio Gorutuba possuía em suas vidas no intuito de projetar para o ouvinte um passado de “abundância” que lhe é negado na atualidade

Auricharme: como era a vida da senhora lá no Bico da Pedra (antiga comunidade rural de Janaúba)?

Maria Aparecida: vixi, a gente ia muito no rio, o rio era pra tudo. Era pra lavar roupa, pra tomar banho, porque era uma água muito boa. Quando ele enchia ficava de barranco a barranco e ninguém atravessava. Na beira do rio a gente fazia hortaria, sempre a gente tinha verdura pra comer e vender. Papai levava era muita verdura pra vender na feira de Janaúba, verdura que colhia na beira do rio. A gente bebia a água, pescava, porque antes tinha peixe né, agora que não tem peixe mais. Hoje o Gorutuba acabou.

Auricharme: então tinha muita água?

Maria Aparecida: tinha. O povo ia pro mato caçar e ninguém falava nada. Não é igual hoje que tem esse negócio de florestal que proíbe o povo pescar e caçar não. O povo pescava no rio Verde, no rio Mosquito, rio Gorutuba. Meu pai pescava com os colega dele, juntava o povo tudo e ia pescar, ninguém falava nada não. Hoje que não pode fazer nada que o povo já tá em cima, não pode fazer nada mais, antigamente a gente tinha mais liberdade.<sup>170</sup>

---

social e político do que natural. Cf. TAVARES, Maria da Conceição et al. **Seca e poder**: entrevista com Celso Furtado. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998.

<sup>170</sup> Maria Aparecida Neves Souza. Entrevista realizada no dia 14/03/2016.

Residindo atualmente em uma das colonizações criadas pela Codevasf, a entrevistada tem acesso à água por intermédio de canais e bicas construídos pela autarquia. O uso da água é pago mensalmente e caso o pagamento não seja realizado por três meses consecutivos o fornecimento é interrompido.

Esta situação contribuiu para que Maria Aparecida atribuísse ao passado uma visão de fartura e de liberdade de usos dos recursos e do rio, o que contrasta com a escassez hídrica e as restrições de uso e consumo de água no tempo presente. A interpretação da realidade histórica e à constituição das memórias dos sujeitos são elementos que estão relacionados diretamente com suas situações materiais e sociais, cabendo ao historiador observar que o “colorido da história” está diretamente relacionado às suas condições de sobrevivência.

A produção de alimentos para consumo ou para venda, bem como a possibilidade de encontros e lazer, faziam do rio Gorutuba um espaço importante na constituição das experiências sociais e estratégias de sobrevivência dos produtores rurais. Estas diversas atribuições dadas ao rio refletem os modos como os entrevistados organizavam o trabalho e a vida.

Como diversas pessoas usavam o rio para pesca, banho, fornecimento de água, navegação e sociabilidades lhe é atribuída uma visão de “fartura” e “abundância”. Contudo, nos períodos de estiagens prolongadas a vida tornava-se mais difícil: os rios secavam, as pessoas tinham que abrir cisternas para terem acesso a água, os pomares não davam frutos, era comum as perdas na lavoura e mortes de animais.

Entre “fartura” e “secas”, o rio Gorutuba é significado nas trajetórias e experiências dos sujeitos pelo seu valor econômico, simbólico e cultural. A abundância do pescado é lembrada de forma especial nas narrativas devido à situação contemporânea onde eles têm que comprar, em feiras ou mercados, peixes que são vendidos como uma “mercadoria”, algo diferente dos momentos em que muitas pessoas se juntavam para pescar um alimento visto como abundante e “dádiva divina”.<sup>171</sup>

---

<sup>171</sup> Ao interpretar as narrativas de pessoas que conviviam com o rio Araguari antes da construção da usina hidrelétrica de Nova Ponte, o que causou desapropriações e construção de uma nova cidade para assentamento de antigos moradores/trabalhadores daquele município, Juliana Lemes Inácio destaca que a noção de “fartura” devido a quantidade de peixes pescados não é uma noção idílica, mas enuncia aquilo que os sujeitos produziam em termos de vida. A pesca era um meio encontrado de se garantir a alimentação quando não se dispunha de outros recursos. INÁCIO, Juliana Lemes. **Culturas, memórias, outras histórias: processos e disputas na e pela cidade de Nova Ponte/MG (1960-2013)**. Tese (Doutorado em História). 205 Fls. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2014, p. 45.

O rio era um espaço onde as pessoas manifestavam sua cultura e suas condições de vida e trabalho de acordo com a lógica da natureza. “O rio acabou”, “juntava o povo tudo e ia pescar”, “o rio era tudo” e “antigamente a gente tinha mais liberdade” são expressões de como os trabalhadores vão elaborando, tendo em vista o movimento presente-passado-presente, sentidos e significados do rio a partir da transformação de seus modos de viver e trabalhar.

Ao longo do regime militar diversas normas e leis foram criadas por aparelhos do Estado no objetivo de garantir a “preservação” ambiental. Contudo, ao mesmo tempo em que a legislação criou proibições e privações aos costumes dos trabalhadores, como retirar da natureza elementos essenciais para a sobrevivência familiar, existia um caos ambiental em outras regiões do país, como na Amazônia e Centro-Oeste, com a crescente exploração de recursos naturais por grandes empresas nacionais e internacionais com o aval dos militares.<sup>172</sup>

Em algumas reportagens foram destacadas a atuação de instituições estatais no objetivo de limitar, definir, controlar, moralizar, estabelecer e\ou padronizar costumes e posturas dos produtores rurais, interferindo, desta maneira, nas formas de relação homem-natureza até então existentes. O Instituto Estadual de Florestas (IEF), criado em 1962, e a Delegacia de Vigilância Rural<sup>173</sup>, criada em 1966, estão entre estas instituições. Atendendo a um pedido realizado pelo responsável pela Delegacia de Vigilância Rural de Janaúba, o jornal *O Gorutuba* publicou a seguinte mensagem

Só compete a esta Delegacia fiscalizar onde se realizam o desmate para roças e a catação de madeiras de lei.

Sendo, para isso, os necessários documentos: escritura pública, registro do imóvel, planta ou croquis da propriedade. Não será permitido transportar produto ou subproduto florestal sem a prévia licença expedida por aquela delegacia.

Esta delegacia faz ciente aos que praticam o esporte da caça, que deverão registrar suas armas e porte das mesmas na Delegacia de Polícia; pagar dez por cento do salário mínimo ao Banco do Brasil ou em qualquer de suas agências correspondente a taxa de recurso de Fauna, duas fotografias três por quatro, documentos exigidos para que seja concedida licença de caçador.

---

<sup>172</sup> Sobre a criação de leis e projetos que promoveram a subordinação da agricultura aos interesses do capital nacional e estrangeiro durante o período militar Cf. IANNI, Octávio. **Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978**. 2. ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1986.

<sup>173</sup> Com sede em Janaúba, a Delegacia de Vigilância Rural atuava nos seguintes municípios da região :Capitão Enéas, Francisco Sá, Riacho dos Machados, Porteirinha, Monte Azul, Mato Verde, Janaúba, Espinosa, Rio Pardo de Minas, Taiobeiras, Salinas, Rubelita, Águas Vermelha, São João da Ponte, São João do Paraíso, Varzelândia, Manga, Itacarambi e Grão Mogol.

É permitido a pesca-amador com anzóis, não podendo usar tarrafas, rêde de arrastões e bombas.

Permitindo o uso da rêde de malha sete para pescadores profissionais.<sup>174</sup>

A legislação ambiental criada no período militar, sob os argumentos da técnica e da razão, intencionava disciplinar e “moralizar” o uso dos recursos naturais, afetando a vida de fazendeiros e pequenos agricultores. Contudo, os últimos eram mais impactados devido a maior dependência em relação à fauna e à flora.

Nas décadas de 1960 e 1970, o governo militar criou diversos marcos legais que procuravam defender o “uso racional” dos recursos naturais.<sup>175</sup> A liberdade da caça, pesca e tantas outras práticas camponesas nas matas, florestas e rios brasileiros foram consideradas irracionais e predatórias de tal modo que foram limitadas ou cerceadas pelos órgão de controle e fiscalização ambiental recém-criados.

Os critérios estabelecidos para a extração de madeiras e para a caça estavam fora da realidade dos trabalhadores uma vez que a maioria não possuía a documentação exigida e não poderia comprometer a renda com o pagamento pela prática da caça que, para a delegacia era um “esporte” e não elemento inerente às formas de sobrevivência daqueles sujeitos.

A relação camponês-natureza estava diante da “racionalidade” da lei que, com o tempo, tornou-se mais dura e rígida no sentido de proibir e\ou limitar determinadas práticas sociais costumeiras. Uma reportagem do jornal “O Gorutuba” noticiava a portaria 57\76

A temporada amadorista está liberada no Estado de Minas Gerais, de acordo com o artigo 11 da Portaria 57\76-P e nº 3.481-BN do IBDF.

O tempo de caça vai de 15 de maio corrente a 1º de agosto próximo.  
Espécies e Limites

Na temporada, cada caçador poderá abater, no máximo, 3 juritis, 4 capivaras, 8 codornas, cordonizes e perdizes. De preás, inhambu chororó e gambás, 5 peças; Irerê, irerê piadeira, paturi, marreca de pé encarnado, pomba trocal, rôla, rolinha e rola sangue de boi, tapeti e lebre brasileira, 10 peças; Para jacus e saracuras, o limite máximo é de duas peças.

Fora dessas espécies, é expressamente proibida a caça.

Exigências

As portarias que regulam a liberação da caça amadorista na temporada estabelecem que é indispensável que o caçador possua previamente a licença Anual expedida pelo IBDF, fornecida pelas Delegacias de Policiamento Florestal da PM.

<sup>174</sup> Delegacia de Vigilância Rural. **O Gorutuba**. Janaúba, 01 de mar. 1970, p. 06.

<sup>175</sup> A exemplo do Estado da Terra (1964), o Código Florestal (1965), a Lei da Pesca (1967), o Estatuto de Proteção à Fauna (1967), a Lei Complementar criando as Regiões Metropolitanas (1973), o Decreto-Lei de Controle da Poluição em Zonas Críticas (1975), o Acordo para a Conservação da Flora e da Fauna dos Territórios Amazônicos do Brasil e da Colômbia (1976), a Lei de Responsabilidade por Danos Nucleares (1977), as Normas Regulamentadoras de Prevenção, Saúde e Segurança do Trabalho e a Lei de Parcelamento do Solo Urbano (1979).

O Tenente Aguiar adverte ainda que “quaisquer atos de caça, bem como o transporte, guarda ou armazenamento de exemplares em número superior aos permitidos, acarretará a imediata cassação da licença, bem como a suspensão da nova licença por 5 anos, além das sanções penais cabíveis.”<sup>176</sup>

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), criado pelo Decreto-Lei Nº 289, de 28 de fevereiro de 1967, era uma autarquia que integrava o Ministério da Agricultura e destinava-se a “formular a política florestal bem como a orientar, coordenar e executar ou fazer executar as medidas necessárias à utilização racional, à proteção e à conservação dos recursos naturais renováveis e ao desenvolvimento florestal do País”.<sup>177</sup>

A portaria acima comprometia as necessidades de sobrevivência dos pequenos agricultores pois limitava a quantidade de animais a serem caçados de tal forma que o número permitido não era suficiente para alimentar toda a família. Os entrevistados salientaram que a retirada de madeiras em “terras de ausentes” (que ainda não tinham sido cercadas e vistas como terras livres), a caça ou a pesca não eram atividades voltadas para a comercialização ou busca do lucro, práticas que a legislação procurava “racionalizar”, mas constituíam formas de sobrevivência historicamente vivenciadas no Vale do Gorutuba.

Com a maior atuação dos agentes de fiscalização, os entrevistados salientam que as práticas costumeiras foram abandonadas ou realizadas de forma clandestina

Auricharme: o senhor pescava e caçava na sua terra?

Ulisses: era na terra minha e dos outros. Naquela época a gente ia muito no mato. Antes ninguém falava nada, depois que proibiu a gente caçar. A proibição começou bem cedo, mas não era rígida não. Falava que tava proibido, tava proibido, mas o povo pescava e caçava, fazia tudo mesmo sendo proibido. Depois é que eles deu pra castigar, pegar a pessoa que tava pescando ou caçando e pegava, prendia, tomava arma, aí não teve jeito, tinha que parar. Parar não, porque até hoje ainda tem muitos que caça né.<sup>178</sup>

Como características e formações culturais não são desfeitas por leis e decretos governamentais, os hábitos e comportamentos dos produtores rurais não foram transformados no momento de suas criações. A legislação, cada vez mais rígida, causava estranhamento ao narrador quanto aos costumes, uso da própria terra e hábitos alimentares uma vez que animais da caça e da pesca faziam parte da alimentação de muitos dos entrevistados e aliviava a pressão sobre os itens a comprar no mercado.

<sup>176</sup> IBDF libera caça e limita abades. Temporada até 1º de agosto. **O Gorutuba**. Janaúba, 29 mai. 1976, p.01.

<sup>177</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del0289.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0289.htm)

<sup>178</sup> Ulisses José Pereira. Entrevista realizada no dia 14\07\2016.

Os trabalhadores das várias comunidades rurais de Janaúba e Porteirinha possuíam uma economia e um modo de vida que até a década de 1960 não estavam subordinadas ou reguladas por leis promulgadas por órgãos governamentais, fato esse que veio a causar um conflito com as culturas e experiências forjadas naquele espaço. A atuação da polícia no sentido de suspender ou proibir temporariamente a caça e a pesca foi compreendida como uma intervenção em um direito costumeiro, todavia muitos sujeitos seguiram as novas regras devido a ameaça de punições.

As normas jurídicas, aqui não entendidas como elementos superestruturais ou meros instrumentos a serviço da classe dominante, mas sim como componentes intrínsecos à luta de classes,<sup>179</sup> em um primeiro momento visavam normatizar e moralizar as práticas sociais e costumeiras e posteriormente foram avançando no sentido de expropriar antigos moradores de seus territórios. Ademais, as novas regras atuavam no sentido de punir aqueles que estivessem, sem autorização, em terras que não fossem as suas, ou seja, o poder público atuou no sentido de fortalecer o direito de propriedade privada contra a “invasão” ou interferência de “estranhos”.

A ação do Estado, em seu sentido estrito, e a constituição do direito baseado em pressupostos do liberalismo econômico buscavam produzir um novo modo de vida onde costumes e tradições fossem substituídos por concepções capitalistas de propriedade.<sup>180</sup> As experiências sociais e de trabalho dos moradores do campo deveriam ser baseados em uma “racionalidade”, e o Estado procurou agir como “educador” no sentido de estabelecer um novo e mais desenvolvido tipo de sociedade.

As finalidades da propriedade rural estavam se transformando e as leis acompanharam, ou melhor, eram parte, destas mudanças. A legislação conflitava com os costumes e tradições do homem do campo ao mesmo tempo que abria caminhos para a noção de racionalidade econômica e acumulação capitalista no campo a partir de novas

---

<sup>179</sup> Thompson. E.P. **Senhores e caçadores**: a origem da lei negra. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 348-361.

<sup>180</sup> De acordo com Gramsci “se todo Estado tende a criar e a manter um certo tipo de civilização e cidadão (...), tende a fazer desaparecer certos costumes e atitudes e a difundir outros, o direito será o instrumento para esta finalidade (ao lado da escola e de outras instituições e atividades) e deve ser elaborado para ficar conforme tal finalidade, se maximamente eficaz e produtor de resultados positivos. (...) O Estado (...) é um instrumento de ‘racionalização’, de aceleração e de taylorização; atua segundo um plano, pressiona, incita, solicita e ‘pune’, já que, criadas as condições nas quais um determinado modo de vida é ‘possível’, a ‘ação ou omissão’ devem receber uma sanção punitiva, de alcance moral, e não apenas um juízo de periculosidade genérica. O direito é o aspecto repressivo e negativo de toda a atividade positiva de educação cívica desenvolvida pelo Estado.” GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Volume 3. Trad. de Carlos Nelson Coutinho (et. All.); coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 28.

definições de direito agrário e uso da terra. Ao longo da segunda metade do século XX diversas instituições, públicas ou privadas, atuaram visando o controle social da cultura dos trabalhadores por intermédio da “moralização”, “higienização” e “melhoramento” dos modos de trabalhar e viver dos sujeitos.

Estas instituições, baseadas na ideologia do desenvolvimento, defendiam a tese de que os modos de vida das comunidades rurais, citados ao longo destes primeiros capítulos, contribuíam para o atraso e retrocesso da agricultura brasileira e, em contraposição, diziam que a expansão do capitalismo, disfarçado sob a forma de planejamento, modernização e racionalização econômica, seria o único caminho para se chegar ao progresso e evolução da sociedade.

Esta política, calcada no discurso da modernização e do progresso, vinha sendo propagada e construída desde o início do século XX para a agricultura brasileira com forte atrelamento e influência de programas norte-americanos que objetivavam “contribuir para o avanço econômico dos países subdesenvolvidos”.

De acordo com Sonia Regina de Mendonça, foi inaugurado no Rio de Janeiro, em 1953, o Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano (ETA) que criou diversos projetos que abrangiam iniciativas junto a todas as unidades da federação brasileira, envolvendo desde o fomento à produção agropecuária e a conservação de recursos naturais até- e, sobretudo- o auxílio técnico- “educativo” - a comunidades rurais.<sup>181</sup>

Técnicos agrícolas e outros profissionais vinculados à agências estatais prestavam assistência técnica e produtiva aos produtores rurais, ensinava novos hábitos e costumes, destacavam a importância do uso de tecnologia no campo (oriunda dos Estados Unidos) e pregavam que a mentalidade dos produtores rurais tinha que estar aberta para o mercado e novas formas de trabalho, produção e vida no campo.

Após a Segunda Guerra Mundial “a realidade histórica seria colonizada pelo discurso de desenvolvimento”<sup>182</sup> onde países do Terceiro Mundo, noção surgida neste período, deveriam incorporar a estrutura econômica e produtiva de países considerados evoluídos para que a pobreza e miséria fosse superada. As terras nas quais os produtores rurais viviam e subsistiam passaram a integrar, no Brasil e em todos os países terceiro-mundistas, os projetos de expansão capitalista sob o domínio econômico e ideológico dos E.U.A.

---

<sup>181</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e educação rural no Brasil**: alguns escritos. Niterói, RJ: Vício de Leitura/FAPERJ, 2007, p.79.

<sup>182</sup> Idem, p.82.

A noção de desenvolvimento da classe dominante passaria, irresistivelmente, pela fé na ciência e tecnologia, superação do analfabetismo no campo, depreciação da agricultura de subsistência, valorização da terra enquanto negócio e não apenas como meio de sustento, representação do homem do campo como inferior e arcaico, difusão de termos e noções ligadas à eficiência produtiva, presença de profissionais considerados como “especialistas” em agricultura, representação da região como carente e esquecida, entre tantas outras estratégias que faziam parte da construção da hegemonia burguesa.

Este capítulo evidenciou as diversas estratégias de sobrevivência dos produtores rurais dentro de um contexto de desenvolvimento do capitalismo no campo por intermédio da aproximação da agricultura com a indústria e com bancos aliado a um conjunto de leis que impactaram práticas costumeiras. Todavia, a transformação do campo por intermédio de novas tecnologias e crescimento econômico constitua apenas uma das bases da hegemonia burguesa, sendo que seria insustentável se não fosse seguida da produção de ideologias e mudanças culturais.

### CAPÍTULO 3

#### ações e organizações estatais e de setores dominantes: “REFORMA INTELECTUAL E MORAL” COMO DIMENSÕES DA LUTA DE CLASSES

Este capítulo procura evidenciar como diversos agentes e instituições, públicas e privadas, procuraram conjuntamente transformar os modos de viver, trabalhar e produzir de homens e mulheres que viviam no campo em Janaúba e Porteirinha entre as décadas de 1960 a 1980.

Na análise das fontes elencadas para a escrita deste capítulo procuramos compreender como experiências, valores e culturas dos trabalhadores estiveram na mira de um discurso de modernização que buscava se legitimar enquanto gerador de melhoria dos padrões de vida do homem do campo.

Nas matérias jornalísticas, relatórios, documentos audiovisuais e demais evidências históricas analisadas procuramos seguir as palavras de Marc Bloch em obra clássica

O objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que o singular, favorável a abstração, o plural, que é o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade. Por trás dos grandes vestígios sensíveis das paisagens, [os artefatos ou as máquinas] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça.<sup>183</sup>

Como salienta Bloch, por trás de escritos e ações de entidades e órgãos aparentemente neutros e imparciais devemos “capturar os homens” no sentido de compreender sujeitos e suas vidas diante de uma sociedade em constante mudança. A linguagem técnica e burocrática presente nas palavras de empresários, políticos e técnicos “especializados” na agricultura ao longo da segunda metade do século XX escondia um projeto de poder e de sociedade que envolvia transformações nos modos de viver e lidar com a terra.

---

<sup>183</sup> BLOCH, Marc. **Apologia da história ou ofício do historiador**. Rio de Janeiro:zahar,2001, p. 54.

Acreditamos ser importante a análise do sistema capitalista não apenas através de seu aspecto produtivo-econômico, mas também do seu funcionamento e desenvolvimento a partir de termos socioculturais. Neste sentido, foram vários os meios e estratégias usadas pela classe dominante na busca pela modificação do “panorama ideológico”, para usar um termo gramsciano, da região do Vale do Gortuba que devem ser compreendidas dentro do processo de criação de saberes e práticas, novas visões de mundo, conquista de alianças e consentimento social.

### 3.1- “Racionalizar é preciso”: aparelhos privados de hegemonia e modernização agrícola no Vale do Gortuba

Os homens e mulheres elencados neste capítulo são herdeiros de uma visão histórica que compreende o sertão e seus moradores como fora do “tempo do progresso” e da “civilização”. Desde a chegada dos portugueses ao Brasil, o sertão é evidenciado como diferente, longínquo e lugar de fronteira que separa atraso e progresso, este último tendo a cidade como símbolo.

No Brasil Colônia, os portugueses atribuíam ao “sertão” um lugar distante do “litoral” carregado de sentidos negativos- espaços vastos, desconhecidos e pouco habitados.<sup>184</sup> Sua imagem foi construída historicamente por literatos, pensadores e viajantes, sendo reproduzida ao longo do tempo por sujeitos e instituições diversos de formar a cristalizar e preservar seu aspecto original: o atraso e a inferioridade.

Viajantes do século XIX<sup>185</sup> e escritores da literatura regionalista<sup>186</sup> forjaram múltiplas imagens acerca do sertão e dos sertanejos. Analisando essas construções históricas e literárias, Marco Paulo Fróes Schettino disserta que

O espaço físico do sertão é imaginado como terras do interior, longínquas, ermas, isoladas, amplas, vazias, desérticas, pouco povoadas, áridas, selvagens, cheias de mato, terras sem fim. O seu povo é imaginado como pobre, miserável, forte, bravo, macho, subdesenvolvido, ignorante, violento, inquieto, resoluto, sem-lei, livre, sábio, criativo, supersticioso, religioso, devoto, resignado, respeitador, austero e móvel. A sociedade que esse povo compõe é tradicional, anacrônica, rural, latifundiária,

---

<sup>184</sup> AMADO, Janaina. **Região, nação, sertão**. In: Revista Estudos históricos, v.8, nº 15, Rio de Janeiro, 1995, p. 148.

<sup>185</sup> Entre outros, Auguste de Saint-Hilaire, George Gardner, Richard Burton, Johann Baptis Von Spix e Von Martius.

<sup>186</sup> João Guimarães Rosa, Euclides da Cunha, Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos, entre tantos outros.

autoritária e mística. Imagina-se a cultura desse povo como rústica, simples, popular, regional, rural, tradicional, folclórica e rica.<sup>187</sup>

Sendo narrado pelo viés dos pensadores e escritores do litoral, as teorias acerca do sertão são baseadas em valores e no imaginário urbano, espaço considerado como sinônimo de civilização. A imagem depreciativa do sertão estaria impregnada na representação dos seus moradores, contribuindo para que sujeito e paisagem se confundissem e ambos fossem vistos como incompatíveis a ideia de civilização.

Os viajantes e literatos, ao escreverem sobre o Norte de Minas, reproduziram a visão comum acerca do sertão. O olhar externo sobre os “gerais” tratou de separá-lo das regiões consideradas como centros econômicos e industriais dinâmicos, criando fronteiras e limites não apenas geográficos, mas também simbólicos e culturais.

Ao dissertar sobre os relatos de viagem de naturalistas europeus que passaram pelo Norte de Minas no século XIX, Osmar Oliva denuncia o “fascismo da linguagem” destes escritores ao considerarem-se “cientistas, superiores, racionais e civilizados, enquanto o sertanejo é o inculto, o preguiçoso, o bárbaro.”<sup>188</sup> A diferença entre “nós” e “eles”, constituiu um ponto de entrave e distanciamento que marcou as posições e ideias destes escritores. Não houve a busca por alteridade ou por uma convivência em longo prazo para entender os modos de vida dos sertanejos, ao contrário, foram levantadas barreiras e representações negativas que estereotipavam e rebaixavam tais sujeitos.

Em seu livro “Grande Sertão: Veredas”, publicado em 1956, João Guimarães Rosa constrói uma imagem ambivalente do sertão: ao mesmo tempo em que é retratado como árido e despovoado, é habitado por homens fortes e valentes, em meio a uma fauna e flora tidas como exuberantes. Tendo como recorte espacial os “gerais” das Minas, o autor apresenta o sertão como terra sem lei, “sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias”,<sup>189</sup> lugar de privações, “sempre, no gerais, é à pobreza, à tristeza”<sup>190</sup>, inabitado, “terras muito deserdadas, desdoadas de donos”<sup>191</sup> e de contradições, “sertão: quem sabe

---

<sup>187</sup> SCHETTINO, Marco Paulo Fróes. **Espaços do sertão**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade de Brasília: Brasília, 1995, p.05.

<sup>188</sup> OLIVA, Osmar Pereira (Org.). Esse povo do deserto: os sertões de Minas Gerais nos relatos de viagem de Auguste de Saint-Hilaire, George Gardner, Richard Burton e Maurice Gaspar. In: **Os nortes e os sertões literários do Brasil**. Montes Claros: Unimontes, 2009, p.187.

<sup>189</sup> ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, p.19.

<sup>190</sup> Idem, p.26.

<sup>191</sup> Idem, p.502.

dele é o urubu, gavião, gaivota, esses pássaros: eles estão sempre no alto, apalpando ares com pendurado pé, com o olhar remedindo a alegria e misérias todas...<sup>192</sup>

Com o passar dos anos, a ideia de sertão foi dando lugar a de interior. Aquele termo ficou restrito a regiões brasileiras marcadas por longas estiagens, como o Nordeste e o Norte de Minas. O sertão e o sertanejo, contudo, permaneceram presos a juízos e ideias originárias do século XVI que foram acrescentadas com a representação de “vítimas” das secas.

Nos anos do regime militar (1964-1985), a dicotomia existente entre atraso e modernidade voltaria a compor os debates políticos e acadêmicos diante das metas e projetos de desenvolvimento que estavam postos naquele período. Criou-se, pois, a ideia dos “dois brasis”: um considerado aberto, moderno e civilizado, representados pela cidade, e outro tido como fechado, arcaico e atrasado, sendo representado pelo campo. No país, existiria, pois, o “velho, representado pelo imobilismo do interior (o sertão da pecuária, do latifúndio, do coronelismo, do agrarismo tradicional), e o novo, representado pelo litoral, que se vincula à indústria, ao grande comércio, às formas avançadas de civilização, ao dinamismo.”<sup>193</sup>

Esta visão dualista, criticada em fins da década de 1970 por vários pesquisadores<sup>194</sup>, colocou a agricultura como um entrave para o desenvolvimento socioeconômico nacional por não acompanhar as mudanças e evolução tecnológica de países desenvolvidos, tendo como referência os Estados Unidos. Os tecnólogos e burocratas do governo militar passaram a defender a tese de que a transformação do campo era condição essencial para aumentar a produtividade com objetivo de abastecer a crescente população urbana e melhorar as condições de vida dos trabalhadores rurais.

Neste sentido, fazia-se necessário corrigir as disparidades regionais com o objetivo de integrar regiões consideradas pobres e atrasadas ao desenvolvimento nacional. Partindo deste pressuposto, o Norte de Minas e o Nordeste brasileiro, regiões pertencentes ao chamado Polígono das Secas,<sup>195</sup> receberam atenção do Governo Federal segundo a ideia corrente de desenvolvimento como sinônimo de um futuro melhor.

---

<sup>192</sup> ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, p.574.

<sup>193</sup> CASTRO, Ana Célia et al. **Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira**: síntese das transformações. Brasília: BINAGRI, 1979, p. 35.

<sup>194</sup> Cf. OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica a razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

<sup>195</sup> De acordo com Marcos Fábio Martins de Oliveira, a região do “Polígono das Secas” foi definida em 1936, não incluindo o Norte de Minas. Isso só seria feito em 1946 pelo Decreto-Lei nº 9.857 devido à interferência do Deputado Federal Vasconcelos Costa, junto ao Presidente Dutra, para que a região norte-mineira fosse incluída no Polígono das Secas e recebesse um escritório do Dnocs. Conforme Marcos Fábio, o referido Deputado estava atendendo a uma solicitação enviada pelos prefeitos da região, liderados pelo então prefeito

Tornando-se lugar comum após a Segunda Guerra Mundial, a noção de desenvolvimento, no seu sentido econômico, foi difundida para marcar diferenças entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos onde os primeiros seriam espelho e ideal a ser alcançado pelos segundos. Entre as próprias nações consideradas pobres houve uma divisão entre regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas, como descrito no caso dos “dois brasis”. Analisando os vínculos teóricos, significado e inserção ideológicas da noção de desenvolvimento, Flávio Diniz Ribeiro salienta que

Apresentado sob formato científico e acadêmico, o par tradicional/moderno ou subdesenvolvido/desenvolvido logo passa a permear intensamente o debate político a ser amplamente amplificado pela mídia, de tal modo que o desenvolvimento-enquanto processo de transição para o moderno ou desenvolvido e enquanto estado ou estágio correspondente à “maturidade” produzida por esse processo- se torna ideia corrente na academia, na política, no jornalismo e se converte em senso comum. Como consequência de ser tão insistentemente naturalizado e tão veementemente assegurado como solução, passa a ser absorvido quase que generalizadamente sem crítica e a compor o imaginário social como uma realidade tangível, que é reiteradamente proclamada como sendo possível e necessário alcançar.<sup>196</sup>

Ribeiro pondera ainda que a noção de desenvolvimento carrega sentidos de crescimento, progresso, evolução, maturidade/maturação e modernidade/modernização. Contudo, não deve ser considerado vazio, neutro ou ahistórico uma vez que, submetido a crítica, se apresenta como ligado a transformação e expansão do sistema capitalista, ou seja, tal noção está voltada para o desenvolvimento do capitalismo nos moldes e influência americana.

O desenvolvimento como meta a ser alcançada esteve muito presente na segunda metade do século XX no Brasil e, em particular, no Norte de Minas. Nas teses das “duas Minas”, o Norte do Estado, apresentado como o sertão pobre, deveria mudar sua base técnica e produtiva para acompanhar a riqueza e opulência de outras regiões, como o Triângulo Mineiro, Sul e Centro.

Os discursos políticos, empresariais e da imprensa acerca do Norte de Minas serviam a interesses de uma classe industrial e agrícola baseada na ideia de modernização

---

de Francisco Sá, Feliciano Oliveira. Cf.. OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da Área Mineira da SUDENE. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de, RODRIGUES, Luciene (Orgs). **Formação social e econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: UNIMONTES, 2000, p.44-45.

<sup>196</sup> RIBEIRO, Flávio Diniz. **Desenvolvimento como evolução**. In. Revista de História. Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. Núm. 148, Vol. 01. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003, p.160.

econômica. Nestas manifestações, o atraso, a seca e a pobreza foram ressaltados e difundidos como relevantes justificativas para a solicitação\liberação de recursos financeiros e profissionais por parte do governo federal e estadual.

A representação ora arcaica\atrasada, ora desenvolvida\moderna do Norte de Minas é notada ao longo do século XX por diversos pesquisadores. Em sua tese de doutorado, Rejane Meireles aborda a imprensa de Montes Claros entre 1910 e 1920 como campo de disputas onde a classe dominante usava os jornais para forjar um modelo de sociedade baseada nos pressupostos de civilidade e modernidade, tendo a cidade como referência, em detrimento do atraso e conservadorismo que eram associados ao campo.<sup>197</sup>

No seu estudo sobre o regionalismo político norte-mineiro, Laurindo Mekie Pereira salienta, entre outras questões, a participação de fazendeiros, industriais e comerciantes na construção de uma ideologia de cunho regionalista que, ao retratar o Norte de Minas como assolado pelos fatores climáticos, procurou encobrir as clivagens sociais e reclamar junto ao poder público um tratamento diferenciado, o que incluía incentivos fiscais, créditos e financiamentos para a região.<sup>198</sup>

Rejane Meireles e Laurindo Mekie centralizam suas análises na realidade histórica de Montes Claros, sendo que a maior parte das fontes elencadas retrata este espaço que, apesar de sua importância política e econômica, não pode ser considerado como um espelho do Norte de Minas, desconsiderando as especificidades e particularidades do processo histórico-social de outros municípios regionais.

Destarte, o Vale do Gortuba, especificamente nos municípios de Janaúba e Porteirinha, não ficou imune ao debate entre o “moderno” e o “atrasado”, o que levou diversas pessoas e instituições a se posicionarem a favor de transformações consideradas adequadas aos “novos tempos”. Os “ideólogos do desenvolvimento” defendiam a necessidade de racionalizar não apenas os produtos agrícolas, mas também os modos de vida dos trabalhadores, vistos como incompatíveis com os conceitos de civilidade, moralidade e modernidade.

Na década de 1960, aqueles municípios passaram por profundas alterações decorrentes da atuação de instituições públicas como o Dnocs, bancos, delegacias, além de

---

<sup>197</sup> RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral. **Memórias em disputa: transformando modos de vida no sertão e na cidade.** Tese (Doutorado em História). 245 Fls. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2011.

<sup>198</sup> PEREIRA, Laurindo Mekie. **Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro.** 242 Fls. Tese (Doutorado em história econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.

pequenas indústrias, clubes de recreação, abertura e pavimentação de estradas, serviços telefônicos, comércios, etc.

Além das instituições acima citadas, foram criadas\instaladas em Janaúba três importantes instituições que buscaram catalisar o desenvolvimento da região gorutubana: o Sindicato dos Produtores Rurais (em 17 de maio de 1967), o jornal “O Gorutuba” (em 14 de fevereiro de 1965) e um escritório da ACAR, em 14 de novembro de 1965. Estas entidades procuraram imprimir e divulgar “práticas modernas” para o “sertão”, buscando alterar a organização social e produtiva, visões de mundo, comportamentos e experiências do homem do campo.

Neste sentido, a “classe dominante” e o “capital” não são citados de forma banal ou corriqueira sem evidenciar quem os integravam, formas de atuação e como seus interesses e modelos de desenvolvimento afetam as experiências e valores dos trabalhadores. Ao valorizarmos a noção do “todo”, evidenciamos a constituição de normas, projetos e modelos de sociedade a partir de disputas, consensos e contradições que compõem os fenômenos históricos compreendendo que “a história de qualquer classe não pode ser escrita se a isolarmos de outras classes”.<sup>199</sup>

Objetiva-se evidenciar as relações políticas e culturais que estas instituições mantinham ou procuravam manter junto aos trabalhadores. O “olhar historiográfico” concentrou-se em entender como estas entidades agiram no sentido de alterar as relações sociais e de trabalho na região.

Importante salientar que a atuação da ACAR, do sindicato patronal e da imprensa, quando analisadas em conjunto, permite compreender a origem, finalidades, formas de execução e pensamentos que nortearam as políticas públicas no Vale do Gorutuba. A articulação e defesa de instituições estatais e organizações patronais na década de 1960 propunha não apenas a expansão das relações capitalistas na região, divulgadas sob a forma de “modernização do campo”, mas também buscava “frear” a disseminação de ações e pensamentos que contestavam a concentração de terras que estavam causando grandes mobilizações sociais em todo o país.

A articulação de diversas agências do Estado com o capital privado visando modernizar o campo não podem ser vistos apenas pelo prisma do aumento da produção e da produtividade agropecuária nacional desconsiderando ou minimizando os aspectos sociais deste processo. Desde a Primeira República, a “modernização” e “racionalização”

---

<sup>199</sup> HOBBSAWM, Eric. J. **Mundos do Trabalho**. 6ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2015, p.11.

produtiva já eram retóricas utilizadas no sentido de negar e\ou obstaculizar a diferenciação social latente no campo brasileiro buscando substituir o debate referente aos problemas sociais no campo por uma abordagem que privilegiasse números e estatísticas.<sup>200</sup>

A modernização da agricultura se apresenta como uma forma de se manter a concentração fundiária historicamente existente no país e sufocar tentativas de movimentos sociais do campo que pregavam a reforma agrária. Durante as décadas de 1950 a 1970, os conflitos sociais envolvendo latifundiários e populações camponesas se alastraram por todo o país<sup>201</sup> e chegaram ao Norte de Minas Gerais<sup>202</sup>, causando pavor e medo nas classes dominantes pois sentiam que uma ordem social construída em meio favores, negociações, cooptações e violência poderia ser abalada.

A repressão, prisões e assassinatos de trabalhadores rurais configura um lado da tentativa do governo ditatorial de silenciar as reivindicações por uma distribuição de terras mais equânime. O outro lado diz respeito a intenção dos militares de acabar com o que chamavam de propostas radicais de comunistas e elementos “subversivos” por intermédio da transferência de tecnologia para a agricultura e ocupação de “espaços vazios”, como a Amazônia, através dos projetos de colonização.

Dentro do exercício de contextualização da criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)<sup>203</sup>, importante autarquia usada pelos militares no

---

<sup>200</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. **Grande propriedade, grandes proprietários**: velhas questões, novas abordagens (1890-1930). In: Revista História e Perspectivas. Núm. 10, jan/jun. Uberlândia, MG. Universidade Federal de Uberlândia, 1994, p. 38-39.

<sup>201</sup> Sobre este tema Cf. MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

<sup>202</sup> As lutas de “posseiros” contra fazendeiros estiveram presentes em várias pesquisas, tais como:

- CAMISASCA, Marina Mesquita. **Camponeses mineiros em cena (1961-1964)**. Dissertação (Mestrado em História). 201 Fls. Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

- CASTRO, Wanda Caldeira Brant Monteiro de. **Jaíba: expropriação e colonização**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). São Paulo. Universidade de São Paulo\USP, 1982.

-GOMES, Nilceia Moraleida. **Estado, capital e colonização na fronteira agrícola mineira**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas\UNICAMP, 1983.

- MOREIRA, Hugo Fonseca. **“Se for pra morrer de fome, eu prefiro morrer de tiro”**: o Norte de Minas e a formação de lideranças rurais. Dissertação (Mestrado em Sociologia) 139 Fls. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

-SOUZA, Andrey Lopes de. **Memórias e experiências de trabalhadores no processo de luta pela terra em Cachoeirinha**: violência, mobilização e conquistas. Vale do Jaíba, MG, 1960\1980. Tese (Doutorado em História) 202 Fls. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2017.

<sup>203</sup> Na data de criação da Sudene(1959) não constava que o Norte de Minas estaria incluída em sua área de atuação. Laurindo Mekie Pereira salienta que as relações entre as lideranças regionais e a cúpula da política mineira foram fundamentais para a inclusão da região na área de atuação da Superintendência. Na lei de criação da autarquia havia uma diferença entre “Nordeste” e “Área Mineira da SUDENE”, o que gerava confusão quando era usado um ou outro termo na liberação de recursos e incentivos fiscais. Ainda segundo Mekie, houve um esforço de políticos da região, principalmente do prefeito de Montes Claros, Simeão Ribeiro, para que a ambiguidade fosse desfeita, o que ocorreu por intermédio da Lei nº 4.239, de 1963, dizendo que “para fins desta lei, considera-se como Nordeste a região abrangida pelos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Zona do Estado de Minas

incentivo e verbas destinadas à modernização agrícola, verifica-se intensas mobilizações sociais e políticas no Nordeste devido a ação das Ligas Camponesas e da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). As pesquisas realizadas por Andrey Lopes de Souza revelaram que a atuação da Sudene no Norte de Minas estava estritamente articulada e subsidiada por um dos braços armados da ditadura militar, o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)

Com as transformações ocorridas no norte de Minas, advindas principalmente da inserção da região na Área Mineira da SUDENE, em 1965, e o constante deslocamento populacional para a Mata do Jaíba, aos poucos esse espaço tornou-se chamariz para trabalhadores em busca de terras, empresários, fazendeiros e também estudantes e representantes de movimentos esquerdistas, como da Ação Popular. Essas situações chamaram a atenção do DOPS e da polícia militar que se fizeram presentes e produziram vasta documentação investigando a possibilidade de um movimento comunista na região, bem como o fato de fazendeiros locais se aproveitarem da pequena presença do poder público para adquirir ilegalmente terras pertencentes ao Estado.<sup>204</sup>

Para evitar que sujeitos ou ideias tidas como comunistas provocassem conflitos e lutas por terra no Norte de Minas, atrapalhando ou impedindo o projeto desenvolvimentista proposto por órgãos do Estado, a investigação e uso da forma policial se fez presente na região demonstrando que “o projeto econômico estava atrelado ao projeto político e militar, até mesmo porque espaços são eleitos como polos de investimento, tanto do desenvolvimento econômico ou político-estatal.”<sup>205</sup>

Os empresários rurais não queriam investir em regiões onde pairava o “perigo vermelho” e, neste sentido, o DOPS atuou como força coercitiva a serviço do ideal de desenvolvimento econômico propalado pelo governo militar. O projeto modernizador capitaneado pela Sudene e levado a frente por vários sujeitos, associações e aparelhos do Estado objetivavam que o proprietário rural incorporasse novas técnicas de trabalho e produção ao mesmo tempo que procurava fortalecer a noção de propriedade privada e rejeição de pensamentos considerados subversivos.

---

Gerai, situado no denominado Polígono das Secas, e o Território de Fernando de Noronha. Cf. PEREIRA, Laurindo Mekie. **Em nome da região, a serviço do capital**: o regionalismo político norte-mineiro. 242 Fls. Tese (Doutorado em história econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007, p.49-52.

<sup>204</sup> SOUZA, Andrey Lopes de. **Memórias e experiências de trabalhadores no processo de luta pela terra em Cachoeirinha**: violência, mobilização e conquistas. Vale do Jaiba, MG, 1960\1980. Tese (Doutorado em História) 202 Fls. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2017, p.105.

<sup>205</sup> Idem, p.102.

A atuação da ACAR, do Sindicato Rural e da imprensa em Janaúba e outros municípios do Vale do Gortuba a partir da década de 1960 não é uma coincidência histórica, mas sim uma resposta aos movimentos sociais do campo que estavam se alastrando pelo país. Após o golpe de 31 de março de 1964 as lutas no campo diminuíram, o que não significa que acabaram, devido às repressões que os trabalhadores enfrentaram, o que abriu horizontes para que noções de desenvolvimento e modernização se fortalecessem sem grandes resistências sociais.

Enquanto no contexto de lutas sociais a preocupação da classe dominante era eliminar ou impedir a propagação de pensamentos considerados contrários à ordem e à paz, no contexto da modernização agrícola a proposta e desafios era preparar os produtores rurais, em todas as suas modalidades, para uma nova forma de viver, relacionar e trabalhar no campo.

A ACAR, o Sindicato Rural e o Jornal “O Gortuba” intencionaram transformar a vida dos produtores rurais através de atividades que envolviam desde a mudança na alimentação até a quantidade “correta” de sementes de milho a serem jogadas em cada cova. Estas instituições procuraram aparecer para os moradores\trabalhadores do campo como sendo úteis e necessárias para o progresso social e produtivo de acordo com a “missão” que lhes fora outorgada pelo Estado, no caso da ACAR, ou atribuídas a si próprias, no caso do jornal e do sindicato.

A atuação conjunta dos funcionários da ACAR, diretoria e membros do Sindicato Rural e dos jornalistas do “O Gortuba” no objetivo de criarem novas formas de pensar e agir podem ser melhor entendidos a partir das contribuições do intelectual marxista italiano Antonio Gramsci. Diferentemente das concepções mecanicistas e fatalistas do economicismo, o materialismo histórico de matriz gramsciana não sobrepõe a estrutura em detrimento da superestrutura, mas observa-as de tal maneira que a política, a cultura, a ideologia e a economia são diversas faces da luta de classes.

A ACAR, o Sindicato dos Produtores Rurais (também chamado pela imprensa de Sindicato Rural) e o jornal “O Gortuba” constituíram diferentes aparelhos privados de hegemonia que atuaram na sociedade civil na busca pelo consenso e reprodução da ideologia e interesses da classe dominante em todo o corpo social. “Privados” não diz respeito a uma contradição à ideia de público ou publicidade, mas sim porque pressupõem, por parte de seus membros, uma adesão voluntária.

A renovação do conceito de sociedade civil realizado por Gramsci permite compreender a realidade histórica não apenas através das instâncias políticas ou

econômicas, mas também pela esfera cultural de modo que abre um campo de análise que engloba projetos e práticas sociais, a disputa e a luta de classes, a vida, os saberes e os valores dos trabalhadores.

Gramsci salienta que o processo de constituição da hegemonia por determinada classe envolve construir um projeto global de sociedade a ser incorporado e aceito pelos seus membros, o que requer uma “reforma intelectual e moral” dos trabalhadores

(...) é por isso que se deve chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa, para além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro dos limites ainda restritos.<sup>206</sup>

Novos valores culturais deveriam ser difundidos e integrados pela classe trabalhadora, entendida por Gramsci como parte das classes subalternas, de modo que os absorvesse como úteis e necessários para a melhoria de suas condições sociais e produtivas. Ou seja, um projeto particular de sociedade deveria ser simplificado e pedagogicamente trabalhado no sentido de tornar-se aceito pela população. O processo hegemônico ocorreria, pois, quando a concepção de mundo, valores e comportamentos de um determinado grupo fosse acolhida, penetrada e propalada por outros grupos como sendo um horizonte e expectativa a ser alcançada e, no limite, entendidos como uma conquista.

A modernização do campo como um processo que forjaria uma nova hegemonia no espaço rural brasileiro a partir da segunda metade do século XX estava dentro de um movimento que não se tratava simplesmente da substituição de um modo de produção (agricultura de subsistência) por outro (agricultura comercial), mas envolveria a criação de uma nova visão da realidade por parte dos trabalhadores. Neste sentido, Luciano Gruppi, interpretando Gramsci, salienta que “a hegemonia é isso: capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições de classe.”<sup>207</sup>

Desta forma, o conceito gramsciano de hegemonia pode ser lido como a busca por unificar as diferenças, contradições e conflitos das classes, embora as resistências e contra-hegemonias por parte dos trabalhadores constituem marcas inerentes a este processo.

---

<sup>206</sup> GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol.1, 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p.104.

<sup>207</sup> GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p.70.

Contra a heterogeneidade de ideias, posições, comportamentos e práticas, a situação hegemônica “tende a construir um bloco histórico, ou seja, a realizar uma unidade de forças sociais e políticas diferentes; e tende a conservá-las juntas através da concepção de mundo que ela traçou e difundiu.”<sup>208</sup>

Neste processo de construção hegemônica, os intelectuais têm uma função importante na propagação de novas concepções de mundo e na busca pela obtenção do consenso visando exaurir conflitos sociais e transformar interesses e demandas particulares em universais. Os intelectuais, segundo Gramsci, têm a função de fabricarem o “cimento ideológico” capaz de sustentar e unificar a sociedade. Eles mantêm uma estreita relação com a classe dominante, muitos são dela oriundos, e, apesar de forjarem uma aparência de neutralidade e imparcialidade, são responsáveis pela generalização de valores e culturas particulares para o conjunto da população na busca por um consenso social. De acordo com o filósofo italiano

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político.<sup>209</sup>

O intelectual para Gramsci não é sinônimo de um grande pensador que elabora teorias sofisticadas e se apresenta em uma “torre de marfim” distante dos trabalhadores. O novo intelectual, chamado de orgânico, é visto como organizador e “persuasor permanente” que se insere no cotidiano das classes subalternas, transformando suas visões de mundo.

A ACAR, o Sindicato Rural e o Jornal “O Gorutuba” procuraram imprimir no Vale do Gorutuba e especialmente em Janaúba (município sede destes aparelhos) um novo projeto de desenvolvimento regional baseado em um domínio ideológico construído a partir de conceitos como modernização e progresso técnico-científico. Para tanto, procuraram criar instrumentos e métodos que pudessem difundir visões de mundo ligadas à técnica e à razão em detrimento dos saberes, práticas e representações que até então eram compartilhadas socialmente.

Houve um esforço coletivo das referidas entidades no sentido de construção\desconstrução de valores dos trabalhadores rurais objetivando “socializar” uma

---

<sup>208</sup> GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 78.

<sup>209</sup> GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p.03.

nova cultura transformando-a em “elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral”.<sup>210</sup> Nesta luta política-ideológica, as noções de racionalidade e técnica foram largamente exploradas e difundidas como novo projeto hegemônico forjado pelos aparelhos de hegemonia atuantes no Vale do Gortuba.

Os funcionários da ACAR e o jornal “O Gortuba” exerceram o papel de intelectuais, difundindo, em nível local-regional, concepções e ideias baseadas na racionalização econômica, palavra muito repetida pelo regime militar, ao mesmo tempo que buscavam apagar antigas ideologias, conceito este que, na interpretação de Gramsci, é sinônimo de valores culturais.

A análise destas instituições abre perspectivas para se compreender os “limites e pressões” que os trabalhadores estavam inseridos. Levantam-se, portanto, questões que muitas vezes não são apreendidas com a simples referência a termos como “classe dominante”, “modernização” ou “capital” que aparecem de forma natural, espontânea ou abstrata a agir na vida dos trabalhadores.

O trabalho com as fontes orais de modo relacional com documentos produzidos por aparelhos do Estado ou com a imprensa se fez relevante para evidenciar múltiplos projetos e dinâmicas presentes na constituição do movimento histórico-social. Estas linguagens, vistas de modo relacional, evidenciam a complexidade e dinâmica existente na sociedade a partir de diversos projetos e interesses.

### **3.2- “O Gortuba”: um jornal a serviço da ordem e do desenvolvimento**

Sendo uma linguagem presente, atuante e promotora de determinados projetos de sociedade, a imprensa antes de tudo deve ser considerada uma empresa a serviço dos seus mantenedores, sejam eles públicos ou privados. As matérias escritas, que supostamente têm o objetivo de meramente “informar” o leitor acerca de alguma notícia, devem satisfazer aos interesses e expectativas de seus patrocinadores sob pena deles retirarem seus recursos financeiros, o que representaria o fim da empresa.

Seja opinando, silenciando, comparando, mesclando conceitos, contextualizando, investigando e/ou lapidando informações, a imprensa gortubana, entre as décadas de 1960

---

<sup>210</sup> GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 13.

e 1980, buscou participar dos acontecimentos da região através da defesa e divulgação de práticas consideradas modernas e progressistas.<sup>211</sup>

O jornal “O Gorutuba” foi criado em 14 de fevereiro de 1965 por José Everaldo de Menezes, Orlando Antunes e José Maria Bicalho Brandão (conhecido apenas por Bicalho Brandão) que exerceriam, respectivamente, a função de secretário, gerente e diretor. Após a morte de Bicalho Brandão, em 1974, a direção do jornal foi assumida por seu filho Raimundo Brandão e circulou até 1987, ano em que a gráfica foi vendida para um advogado e empresário de Janaúba.

A “família Brandão” teve uma formação acadêmica em centros urbanos e experiências jornalísticas fora do Norte de Minas. Bicalho Brandão (1896-1974) graduou-se em Farmácia, em 1920, pela Faculdade de Odontologia e Farmácia da Universidade de Minas Gerais e, na cidade de Matheus Leme, conciliou a atividade farmacêutica com a jornalística fundando o periódico O Ideal e o Ideal Sport Club. Raimundo Brandão (1924-2010) graduou-se em Administração e Gerência pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e naquele estado trabalhou em diversos jornais e revistas, como o Shopping News Rio, Genus Zero, Boletim Cambial e Correio da Manhã.<sup>212</sup>

Este perfil acadêmico e urbano dos diretores do “O Gorutuba” terá forte impacto nas edições do jornal ao procurarem defender o progresso da cidade sem menosprezar a “vocação agropecuária” do Norte de Minas, o que os levaria a se articular com entidades que propalavam a moderniza o do campo na década de cria o do semanário. Não sendo oriundos do Vale do Gorutuba, estes jornalistas trouxeram uma concep o de

---

<sup>211</sup> Devido a falta de exemplares de Porteirinha, a análise da imprensa se restringir  apenas ao jornal “O Gorutuba”, de Janaúba. Após diversas pesquisas em espaços públicos e privados de Porteirinha, conseguimos apenas três edi o es do jornal “O Talhado” e duas do jornal “A Voz de Porteirinha” onde visualizamos que mantinha traços semelhantes a imprensa norte-mineira na época da ditadura militar, ou seja, a valoriza o dos projetos de modernidade urbana e rural sem críticas ao regime estabelecido. As pesquisas realizadas por Palmyra Soares de Oliveira destacam que Porteirinha teve jornais diversos, porém todos de vida ef mera. A autora destaca alguns periódicos que circularam naquele município entre as décadas de 1960 a 1980.

1- “O Jornal de Porteirinha”- fundado e dirigido por José Geraldo Bicalho e Djalma Luiz Miranda, funcionários da Agência Local do Banco do Nordeste do Brasil. Circulou no ano de 1966 e, após o décimo número, foi extinto.

2- “A Voz de Porteirinha”- fundado e dirigido por Hermildo Rodrigues. Teve como secretários Carlos Diamantino e Jaime Soyer. Circulou nos anos de 1967 e 1968.

3- “Tribuna de Porteirinha”- Circulou em 1968.

4- “Jornal de Porteirinha”- Circulou em 1985, como encarte do Diário de Montes Claros.

5- “O Mandacaru”- fundado por Aldinei Pinheiro e Euj cio Antônio Silva. Circulou nos anos de 1972 e 1973.

6- “O Talhado”, circulou em 1985 e 1986. Fundado e dirigido pelo jornalista Jason Mendes Filho (Don), circulou novamente em 1988. Cf. OLIVEIRA, Palmyra Soares. **Porteirinha: memória histórica e genealogia**. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2008, p.141-142.

<sup>212</sup> Informa o es retiradas de um livro publicado por Raimundo Brandão que reúne poesias, cr nicas e matérias jornalísticas do autor. BRANDÃO, Raimundo Gleditseh. **Sonho e Realidade**. Janaúba, MG: Grafitex, 2002.

desenvolvimento existente nas grandes cidades e, com alterações e incorporações, procuraram implementá-la em Janaúba e região.

A imprensa local procurou divulgar os valores, práticas e comportamentos da população segundo critérios de novo\velho e atrasado\civilizado no objetivo de criar memórias, participar de um projeto de modernização e influenciar a atuação do poder público municipal, já que este era considerado o responsável pela fiscalização e transformação dos hábitos culturais. “O Gorutuba” não foi fruto de causalidade, mas surgiu em “condições históricas” onde o desenvolvimento e a modernização deveriam ser defendidos e propalados.

A maioria das matérias não eram assinadas buscando evidenciar que as críticas, solicitações, ideias e ideais eram compartilhadas por todo o corpo editorial. Suas edições normalmente continham entre seis e oito páginas onde eram abordados assuntos políticos, econômicos e sociais de Janaúba e municípios adjacentes.

Com o lema “Um semanário a serviço de Janaúba e região”, este periódico se autointitulava o porta-voz da população gorutubana, ainda que a maioria dos moradores da região fosse analfabeta e não residisse no perímetro urbano onde o jornal circulava. Procurando ser o mediador das demandas populares e os recursos governamentais, comumente era divulgado, principalmente nas datas de seu aniversário, que “este jornal não tem ligações partidárias. Estaremos ao lado do povo, trabalhando pelo progresso do bem estar de Janaúba e de toda região norte-mineira.”<sup>213</sup>

Em muitas ocasiões, Bicalho e Raimundo Brandão estavam na linha de frente para a requisição de benefícios e obras para o município de Janaúba e adjacências. Ambos eram convidados para realização de palestras, participação em encontros com lideranças políticas e integravam diversas comissões, conselhos e associações. Bicalho Brandão foi agraciado com o título de “Cidadão Benemérito de Porteirinha” e Raimundo Brandão com o título de “Cidadão Honorário de Janaúba”, reconhecimentos que se transformam em memórias para saldar personagens tidos como propagadores do desenvolvimento regional.

No ano de sua criação, “O Gorutuba” teve uma tiragem de 200 exemplares, porém em seu primeiro número foram vendidos apenas quatro cópias.<sup>214</sup> Era preciso angariar adeptos a uma causa, que não era tão somente a constituição de um público leitor, mas envolvia a criação de apoiadores e financiadores. Para tanto, o jornal procurou se articular

---

<sup>213</sup> Quatro anos de publicidade. **O Gorutuba**. Janaúba, 15 fev. 1969, p.01.

<sup>214</sup> BRANDÃO, Raimundo Gleditseh. **Sonho e Realidade**. Janaúba, MG: Grafitex, 2002, p. 65.

às “esferas de influência positiva que podiam ajudar Janaúba”<sup>215</sup>, como prefeitos, deputados, Arcebispo, governador, secretários de pastas diversas e o que denominava de “classes progressistas”, como o Sindicato dos Produtores Rurais e comerciantes.

A imprensa local procurou selecionar, editar e pautar suas notícias a partir dos interesses de seus patrocinadores, o que significa tratá-la como elemento importante no desenvolvimento do capitalismo na região. Os anunciantes do semanário eram constituídos por profissionais liberais (médicos, advogados e dentistas), comerciantes de ramos diversos (hotelaria, “armazéns”, “mobiliadoras do lar”, cerâmicas, confecções, mecânicas, lojas de máquinas agrícolas, farmácias, bares, postos de gasolina, entre outros) e empresas compradoras e/ou beneficiadoras de algodão. Reportagens evidenciando os “avanços” e “conquistas” das prefeituras da região, inclusive com cartas assinadas por prefeitos, nos faz levantar a hipótese que as o poder público municipal também ajudava financeiramente o periódico.

Em 1972, Raimundo Brandão, ao chegar em Janaúba, passou a colaborar com o pai na edição do noticiário “O Gorutuba”. Um ano depois, conciliou suas atividades jornalísticas com a de Secretário de Administração da Prefeitura de Janaúba durante a gestão de Adelino Pereira Dias (1973-1977). Ou seja, essa ligação de Raimundo Brandão com o poder público era uma forma de garantir investimentos ao semanário ao mesmo tempo em que a propagação de imagens positivas acerca do município afetariam diretamente a sua função de secretário.

Inicialmente, a circulação do referido jornal era restrita apenas ao município de Janaúba, porém, com o passar do tempo passou a ser vendido também em localidades próximas, como Espinosa, Monte Azul, Mato Verde e Capitão Enéias. Estes municípios chegaram a possuir colunas, geralmente sob responsabilidade das assessorias de comunicação, que retratavam “demandas e realizações da população”.

A circulação do “O Gorutuba” foi abrangendo outros municípios até chegar às bancas de Montes Claros, no início da década de 1970. Se considerarmos que Montes Claros, no início da década de 1960, possuía dois grandes jornais, o “Jornal de Montes Claros” e o “Diário do Norte”, além da “Revista Montes Claros em Foco”, possivelmente a expansão da imprensa janaúbaense para este município não foi realizada com fins comerciais, mas para fazer chegar os “clamores” e “necessidades” de seus editores e patrocinadores, cunhada sob a forma universalista de “população”, a diversas empresas

---

<sup>215</sup> BRANDÃO, Raimundo Gleditseh. **Sonho e Realidade**. Janaúba, MG: Grafítex, 2002, p. 65.

públicas que atuavam no Vale do Gortuba que tinham a sede em Montes Claros, principalmente o Dnocs e a ACAR.

Conclui-se, portanto, que para manter-se vivo era necessário o patrocínio e apoio de instituições públicas e privadas da região e, em uma época de ditadura militar, manter convergência com os propósitos e normas impostas pelo Governo no sentido de não prejudicar sua imagem perante a população.

A articulação do “O Gortuba” com os interesses comerciais, empresariais e políticos da classe dominante de Janaúba e região constitui fator explicativo de ele ser o único jornal a circular no Vale do Gortuba durante o período da ditadura militar. Durante sua existência não foram divulgadas brigas, conflitos ou disputas de ideias e ideais referentes ao modelo de desenvolvimento a ser criado e a memória a ser instituída.

Na análise do jornal foi possível perceber que o dia 31 de março era uma data comemorada pelos editores por lembrar a “Revolução de 64”, considerada um importante marco para o desenvolvimento e ordem nacional. Ao realizar entrevistas com jornalistas dos maiores noticiários do Norte de Minas durante o governo militar, o “Diário de Montes Claros” e o “Jornal de Montes Claros”, Camila Gonçalves Silva ressalta uma análise que pode ser estendida ao *O Gortuba*. Segundo tal autora, a utilização de matérias e artigos para reivindicar melhores condições de infraestrutura e melhorias na área social foram maneiras encontradas pelos jornalistas para fugirem da censura do governo para não serem taxados de subversivos.<sup>216</sup>

A “missão” declarada da imprensa em ajudar a promover o desenvolvimento do município passava pela criação de uma leitura pacífica e harmônica do Vale do Gortuba no objetivo de angariar recursos públicos. Para tanto, a família Brandão procurou não se indispor com os militares e com seus representantes diretos, a polícia, e tratou de criar uma linha editorial marcada pela divulgação das carências da população e potencialidades regionais.

Para cumprir a sua “missão”, as manchetes do periódico sempre evidenciavam o “progresso” e “desenvolvimento” do Vale do Gortuba, destacando a inauguração de obras e serviços, reuniões de autoridades e empresários da região, chegada de inovações tecnológicas, novos “empreendimentos” abertos, visita de lideranças políticas, instalação

---

<sup>216</sup> SILVA, Camila Gonçalves. **A censura veste farda**: elites conservadoras, policiais militares e o consentimento da imprensa escrita à censura, durante o Governo militar em Montes Claros de 1964-1985. 215 Fls. Dissertação (Mestrado em História). Juiz de Fora, MG: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011, p.151.

de órgãos públicos ou empresas privadas, homenagens e agradecimentos a “personalidades”, atividades de autarquias federais, como a Sudene e o Dnocs, conagração e associações das classes, verbas e incentivos públicos para os municípios do “Polígono das Secas”.

Geralmente em letras garrafais, acompanhadas de imagens de obras ou de autoridades que requeriam sua paternidade, a primeira página sempre “informava” ao leitor a realidade, desafios e expectativas para os municípios. Títulos como “Janaúba e seu desenvolvimento”<sup>217</sup>, “Parabéns DNOCS”<sup>218</sup>, “Deputado Edgar Martins Pereira”<sup>219</sup>, “A espetacular ação do DNOCS na nossa região”<sup>220</sup>, “Sudene e Janaúba”<sup>221</sup>, “Banco do Brasil inaugura agência em Porteirinha”<sup>222</sup> e “Janaúba 1975, Nova Era”<sup>223</sup> são alguns exemplos das manchetes que oferecem um panorama geral da estética e estrutura do jornal.

Ao mesmo tempo em que elogiava órgãos públicos, “O Gorutuba” cobrava recursos nas áreas financeiras, educacionais, de assistência técnica, extensão rural e de infraestrutura física. Contudo, alguns serviços como, por exemplo, a abertura de poços artesianos para “combater a seca”, construção de estradas, crédito rural e assistência técnica, incentivos para a indústria e para projetos agropecuários tinham como principais beneficiários, de forma direta ou indireta, os fazendeiros da região.

O Governo Federal, em convênio com o Estado de Minas e prefeituras, criou diversas frentes de trabalho, em 1976, para oferecer alternativa de emprego e renda para a população rural da região devido às longas estiagens e perdas na produção agropecuária. Entretanto, as obras realizadas pelos trabalhadores, a exemplo da abertura e melhoria de estradas entre povoados, distritos e municípios, asfaltamento da BR-122, que liga Janaúba a Montes Claros, construção de açudes e sistemas de irrigação e “melhoramento” dos campos de pouso, beneficiaram principalmente os grandes fazendeiros já que a maioria era realizada em suas propriedades. O clamor da imprensa e das autoridades do Norte de Minas pelas frentes de trabalho era justificado pela liberação de recursos federais para a região e para manter a ordem no campo uma vez que o grande número de desempregados poderia ocasionar roubos e saques, além de, supostamente, gerar uma convulsão social.

---

<sup>217</sup> Janaúba e seu desenvolvimento. **O Gorutuba**. Janaúba, 11 abr. 1965, p.01.

<sup>218</sup> Parabéns DNOCS. **O Gorutuba**. Janaúba, 05 jun. 1966, p.01.

<sup>219</sup> Deputado Edgar Martins Pereira. **O Gorutuba**. Janaúba, 10 mar. 1968, p.01.

<sup>220</sup> A espetacular ação do DNOCS na nossa região. **O Gorutuba**. Janaúba, 12 mar. 1967, p.01.

<sup>221</sup> Sudene e Janaúba. **O Gorutuba**. Janaúba, 01 out. 1967, p.01.

<sup>222</sup> Banco do Brasil inaugura agência em Porteirinha. **O Gorutuba**. Janaúba, 08 jun. 1969, p.01.

<sup>223</sup> Janaúba 1975, Nova Era. **O Gorutuba**. Janaúba, 28 fev. 1975, p.01.

Para justificar as “cobranças” ao Estado, a imprensa local procurou criar um discurso no qual os produtores rurais eram retratados como “vítimas da seca”, reforçando a imagem de abandono, caos e esquecimento do Vale do Gortuba<sup>224</sup>. Em sua edição de 27 de março de 1976, *O Gortuba* noticiou o que considerava uma calamidade social provocada pelas longas estiagens

- “As lavouras de milho, feijão, arroz, mandioca e outros produtos de subsistência, mais as plantações de algodão e as pastagens, estão sendo totalmente destruídas no Norte e Nordeste mineiro pela seca, pelo sol inclemente, pelo calor que atinge 36 graus à sombra desde há dois meses, principalmente nos municípios de Janaúba, Porteirinha, Riacho dos Machados, Mato Verde, Monte Azul e Espinosa.”

- “A pecuária de corte também está sofrendo com a longa estiagem justamente na hora em que os rebanhos deveriam estar gordos para o abate.”

O desemprego que então se processa é absolutamente desumano.

São pessoas de renda muitas vezes inferiores ao salário mínimo, já de si irrisório, que trabalham no trato da terra, que não têm o que fazer, à beira da mendicância.

A fome ronda os lares como um espectro. Fora dos limites das cidades servidas pela COPASA, a sede e a necessidade de água para as mais comzezinhas práticas higiênicas, já tem que ser procurada em algum manancial milagrosamente existente a quilômetros de distância, onde haja alguma mata, nesse território devastado.

Os fazendeiros e lavradores, os trabalhadores do campo, os habitantes das cidades, todos estão tensos e preocupados, desolados ante a perda total de suas lavouras e plantações, a visão dos rios secando, dos reservatórios completamente secos.

É necessário que os governos estadual e federal tomem imediato conhecimento dessa gravíssima situação, amparando os habitantes dessas regiões como merecem, evitando que cheguem ao desespero de que estão bem perto, procurando diminuir seus sofrimentos pelo menos no campo moral, com favores creditícios, prorrogação de vencimentos de títulos das carreiras rurais, e, em alguns casos, até concedendo o perdão da dívida.

A SUDENE, por sua vez, tem obrigação de se interessar por essa região que está em sua área de ação, tomando algumas providências junto ao Ministério do Interior e da Agricultura, conseguindo, talvez, que se estendam até aqui as tentativas de provocação de chuvas artificiais, a exemplo do que está sendo feito na região do Irecê, na Bahia, igualmente assolada pela seca.<sup>225</sup>

A divulgação da pobreza, miséria, desemprego e migrações de populações rurais por parte do noticiário local e das prefeituras muitas vezes era seguido de decretos de

---

<sup>224</sup> Esquecido Norte-mineiro. **O Gortuba**. Janaúba, 03 mar. 1968, p.01.

Sêca leva pânico ao norte-mineiro. **O Gortuba**. Janaúba, 28 fev. 1971, p.01.

Minas pede a SUDENE para combater sêca. **O Gortuba**. Janaúba, 07 mar. 1971, p.01.

<sup>225</sup> Sêca arrasa agricultura e pecuária da região. **O Gortuba**. Janaúba, 17 jan. 1976, p.01.

calamidade pública no objetivo de liberação de recursos para a região por parte do governo estadual e federal.

É salientado que o Governo Federal e a Sudene deveriam “amparar” os moradores do Vale do Gortuba. Contudo, as medidas propostas pelo jornal (favores creditícios, perdão da dívida e prorrogação de vencimentos de títulos) mostram-se compatíveis com as demandas dos latifundiários, maiores devedores dos bancos, e não dos trabalhadores. Desta forma, haveria uma canalização dos recursos públicos para satisfazer interesses da classe dominante, garantindo a sobrevivência e permanência dos grandes proprietários na terra.

O quadro traçado de desolação e flagelo generalizado transforma o jornal em um produtor de memórias e de sentidos político-sociais que, se aceitos acriticamente, fortalece a imagem do Norte de Minas como condenado ao atraso e a miséria devido aos fenômenos climáticos. A projeção de palavras na reportagem como desemprego, fome, mendicância, desolados, sofrimento e seca era incompatível com o projeto de modernização que a classe dominante defendia, entretanto se fazia necessário uma “indústria da seca” como forma de angariar recursos públicos e manter alianças com deputados e ministros que, em tese, beneficiaram a ambas as partes pois estes últimos teriam apoio político-eleitoral de fazendeiros e prefeitos no interior de Minas.

A vitimização dos trabalhadores devido às secas acaba por tirar-lhes a potencialidade histórica e reduzi-los a sujeitos passivos à espera das ações do “Estado salvador”. Nota-se que o jornal local não procurava criar alternativas democráticas e participativas para a superação dos problemas sociais e econômicos da região que levasse em consideração os anseios, culturas e experiências de homens e mulheres do campo.

Desta forma, os problemas são condicionados às secas, o que acaba por eximir políticos e fazendeiros como produtores de relações de exploração e dominação. A imprensa cria sentidos e interpretações sobre a terras e seus homens que ao longo do tempo exhibe o horror da seca, todavia não é possível dissociar o sertanejo de uma imagem de flagelo, o que acaba por naturalizar a pobreza no Norte de Minas.<sup>226</sup>

---

<sup>226</sup> Um discurso acerca da “naturalização do horror” está presente no artigo “Os famintos do Ceará”, de Marta Emísia Jacinto Barbosa, onde são analisadas fotografias sobre a seca no Ceará, de 1877 a 1878, produzidas por J.A. Corrêa. Procurando analisar como o jornal constituía formas de olhar e ler o Ceará através das secas, por intermédio das fotografias de Corrêa, a autora destaca que “sobre as imagens de famintos produzidas e divulgadas na imprensa, é preciso perguntar porque continuam sendo retomadas, mas também como esse campo de lembrança se faz, e a partir de quais pontos. Interrogar a ação contínua e paradoxal que, mesmo exibindo o horror, parece acostuada a ele, como uma quase naturalização do social”. BARBOSA, Marta Emísia Jacinto. Os famintos do Ceará. In: Déa Ribeiro Fenelon; Laura Antunes Maciel; Paulo Roberto de Almeida; Yara Aun Khoury. (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D’Água, 2004, 94-115, p.114

Seja na “coluna da ACAR” ou em reportagens do “O Gorutuba”, os pequenos produtores rurais não tinham falas, rostos, nomes ou personalidades que permitisse ao leitor criar uma imagem a seu respeito diferente daquela depreciativa, estigmatizada e essencializada. Suas vontades, experiências e tradições desapareciam perante a representações, constantemente repetidas, de atraso e miséria.

Tomando como base este discurso forjado pela classe dominante e reproduzido historicamente na imprensa de Janaúba e de toda a região, cabe ao pesquisador procurar “determinar *quem fala, como fala, para quem fala* (destinatário) direta ou indiretamente, *de quem fala* (direta ou indiretamente) e *por que fala*”<sup>227</sup> no objetivo de verificar os interesses que estão negligenciados ou escondidos nestas suas entrelinhas.

Diante das citações e análise do “O Gorutuba”, podemos aferir que o noticiário tomava para si a responsabilidade de propalar novas práticas para a população rural e urbana. Muitos costumes e experiências dos moradores da cidade eram considerados incompatíveis com formas modernas de viver e conviver. Em diversas matérias foram “denunciadas” a existência de chiqueiros e currais no perímetro urbano<sup>228</sup>, presença de cavalos, cachorros, bodes e cabritos circulando livremente pelas ruas, avenidas e praças.<sup>229</sup>

Buscou-se transmitir comportamentos e hábitos que eram considerados corretos e socialmente aceitos segundo os padrões de civilidade importados de grandes centros urbanos. Como muitos habitantes da cidade eram trabalhadores migrantes que “teimavam” em não abandonar certos costumes típicos do campo, o jornal procurou transmitir ensinamentos ao mesmo tempo em que cobrava do poder público municipal a repreensão aos moradores que não respeitassem normas de saúde, higiene e convívio social urbano.

Ressalta-se, todavia, que em muitos casos a imprensa era porta-voz de reclamações e denúncias realizadas pela própria população que se sentia incomodada pelo mal cheiro, perigo de acidentes e possibilidade de doenças devido à falta de controle do poder público quanto aos locais e condições de criação de porcos e outros quadrúpedes na cidade. Em uma coluna do Gorutuba intitulada “O povo reclama”, que circulou alguns meses de 1967, era divulgada como a presença de animais no espaço urbano causava desordem e perturbação. Neste sentido, os valores e práticas sociais tidas como civilizadas eram aceitos

---

<sup>227</sup> VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. **A pesquisa em história**. São Paulo: Editora Ática, 2007, p. 56. (Grifos das autoras).

<sup>228</sup> Chiqueiros e currais na cidade. **O Gorutuba**. Janaúba, 26 jun. 1966, p. 04.

<sup>229</sup> Meus senhores! **O Gorutuba**. Janaúba, 09 abr. 1967, p.03.

\_\_\_\_\_ O povo reclama. **O Gorutuba**. Janaúba, 12 mar. 1967, p. 05.

e compartilhados por muitas pessoas, não podendo ser consideradas como uma imposição da imprensa ou do sistema capitalista dominante.

A “nova mentalidade” não era restrita apenas à cidade uma vez que o campo também foi alvo de discursos, metas e projetos de transformação social e produtiva. Para este propósito foi criada a “Coluna da ACAR” onde “especialistas” e profissionais diversos, como agrônomos e técnicos rurais, escreviam acerca do trabalho da entidade na busca pela prática de uma agricultura considerada racional e moderna. Ademais, como visto no início deste capítulo, a política de modernização agrícola apresentava-se como uma resposta à situação de conflitos agrários que marcaram o Brasil nos anos que precederam o golpe de 1964.

No subcapítulo seguinte, abordaremos, por meio da “Coluna da ACAR”, como este aparelho privado de hegemonia atuou junto à opinião pública procurando difundir seus valores e ideais no sentido de criar novas racionalidades e composições ideológicas na região. Esta coluna foi a única que atravessou toda existência do jornal *O Gorutuba*, evidenciando que o noticiário tinha um interesse nas transformações do campo. Após a substituição da ACAR pela EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), em 1975, foi criada a “Coluna agropecuária” seguindo os seus mesmos ideais e propósitos de sua antecessora.

### **3.3- A ACAR e o extensionismo**

A ACAR fazia parte de um projeto de “desenvolvimento agrícola” através da criação de serviços de extensão rural que foi iniciado em Minas Gerais e logo expandido para outros estados do país. Seu surgimento data de 06 de dezembro de 1948 através de um convênio firmado entre a Associação Internacional Americana, AIA, de Nelson Rockefeller, e o governo mineiro.

De acordo com Leonardo Ribeiro Gomes, a criação da ACAR estava em sintonia com o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção Industrial do Estado de Minas, formulado em 1947 na gestão do governador Milton Soares Campos. Mesmo não fazendo parte do referido Plano, a ACAR-MG encaixava-se nas propostas de modernização do campo uma vez que “planejamento, racionalização da produção e educação do homem

rural foram, pelo menos em termos de discursos, bastante recorrentes nas falas das principais autoridades governamentais mineiras da época.”<sup>230</sup>

Sônia Regina de Mendonça destaca que a AIA inicialmente foi responsável pelos empréstimos a serem fornecidos a pequenos agricultores selecionados via banco estatal. Desta forma, a autora considera que “foi uma agência norte-americana a responsável pela moldagem da nova mentalidade de intervenção educativa junto ao trabalhador rural, transformada em política pública, via ministério da Agricultura.”<sup>231</sup>

A extensão rural, prática socioeducativa surgida nos Estados Unidos, chegou ao Brasil durante a Primeira República. Contudo, foi com a política agrícola elaborada e colocada em prática pelo governo militar, em parte financiada e baseada nos ideais de modernização das relações produtivas existentes nos E.U.A, que houve um crescimento vertiginoso dos extensionistas rurais no país como intelectuais responsáveis pela educação rural, assistência técnica e ligação entre instituições financeiras de crédito rural e o homem do campo.

“Modernizar, produzir muito e exportar” foram, de acordo com Luciana Lilian de Miranda, as palavras de ordem dos governos militares. A autora salienta que embora as dificuldades vivenciadas pela população rural fossem complexas, o governo militar procurou realizar uma intervenção produtivo-econômica sem alterar a estrutura fundiária criando “uma grande separação entre política agrícola e agrária, como se uma pudesse ser elaborada de forma completamente independente da outra”.<sup>232</sup>

A ACAR, instituição filiada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), recebeu contribuições financeiras da AIA até 1961, sendo que, a partir daquela data os recursos seriam estaduais e federais, estes últimos canalizados através da ABCAR.<sup>233</sup>

Em Janaúba, a instalação oficial da ACAR ocorreu no dia 14 de novembro de 1965. Dias antes, em sua primeira página, o jornal “O Gorutuba” assim se expressava

---

<sup>230</sup> GOMES, Leonardo Ribeiro. “**Progredir sempre**”. **Os jovens rurais mineiros nos clubes 4-S: Saber, Sentir, Saúde, Servir.** (1952-1974). Dissertação (Mestrado em Educação). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013, p.44.

<sup>231</sup> MENDONÇA, Sônia Regina de. **Extensão Rural e hegemonia norte-americana no Brasil.** Revista História Unisinos, pp.188-196, núm. 14, vol.2. São Leopoldo, RS: Unisinos. Maio\Agosto de 2010, p. 193.

<sup>232</sup> MIRANDA, Luciana Lilian de. **Adeus ao “Jeca Tatu”:** proprietários rurais de Uberlândia, MG, vivenciando a política agrícola de modernização, 1960-1980. Dissertação (Mestrado em História). 147 Fls. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2003, p. 59.

<sup>233</sup> Informações retiradas da “Coluna da ACAR” assinada por Aluísio Carlos e Maria Vilmice, supervisores da entidade em Janaúba. Cf. CARLOS, Aluísio; VILMICE, Maria. ACAR, o que é e como trabalha. **O Gorutuba.** Janaúba, 27 out. 1968. Coluna da ACAR, p.02.

Realidade a ACAR neste município. O Gorutuba, assim, vê concretizada sua iniciativa, com o apoio do prefeito Rômulo Azevedo e Dr. Jaime Câmara, dinâmico superintendente da Cemig nesta região. Para supervisionar o escritório da ACAR, neste município, foi designado o técnico agrícola Marco Aurélio, conhecedor perfeito das funções do cargo, pois trata-se de um técnico com vasta experiência dos assuntos de agricultura.

Abaixo vai os aspectos da ACAR, suas vantagens para a agricultura.

#### ASPECTOS DE TRABALHO DA ACAR

A Associação de Crédito e Assistência Rural foi criada em dezembro de 1948, e vem exercendo suas funções de Serviço de Extensão Rural do Estado de Minas Gerais. É seu objetivo, através de um processo educativo apropriado, elevar o nível de vida das famílias rurais.

#### Objetivos da ACAR:

- 1- Aumento do índice de produtividade da exploração agro-pecuária;
- 2- Elevação da rentabilidade da empresa agrícola;
- 3- Melhoramento das condições de vida da família;
- 4- Desenvolvimento das comunidades rurais;
- 5- Organização e desenvolvimento da juventude rural;
- 6- Organização dos adultos em Grupo e Clubes;
- 7- Desenvolvimento da liderança no meio rural;
- 8- Produção de alimentos.

Atualmente com 17 anos de atuação no meio rural mineiro, a ACAR conta com 134 Escritórios Locais, 15 Escritórios Regionais e um Escritório Central, localizado em Belo Horizonte.

Através de suas equipes locais, constituídas em Supervisor Agrícola, uma Supervisora Doméstica, uma Auxiliar de Escritório, a ACAR atua diretamente no meio rural, em contato permanente com os agricultores e suas famílias, no afã de melhorar a produtividade de nossa agricultura, um dos pontos de estrangulamento de nossa economia.

A agricultura tem seu desenvolvimento impedido por uma série de graves problemas. Para que ela possa destacar ainda mais na Economia do Município exige um esforço conjunto e coordenados de todas as organizações que atuam, direta ou indiretamente, no meio rural.<sup>234</sup>

Logo no início da matéria é informado ao leitor que a chegada desta instituição em Janaúba foi resultado da iniciativa do “O Gorutuba” com o apoio do prefeito da cidade e o Superintendente da CEMIG. De fato, diversas matérias entre fevereiro de 1965, mês de criação do jornal, e outubro daquele ano, quando a ACAR foi instalada na cidade, falam das encontros de Bicalho Brandão com autoridades políticas e representantes do órgão extensionista, em Montes Claros, onde existia um escritório regional, solicitando a ida da instituição para o município gorutubano.

De forma a ser reiterada em várias matérias escritas pelos funcionários da ACAR, a agricultura foi vista como ponto de estrangulamento da economia nacional. Quando se referia ao Vale do Gorutuba, as críticas eram mais ácidas ao retratarem os seus produtores

---

<sup>234</sup> ACAR em Janaúba. **O Gorutuba**. Janaúba, 31 out. 1965, p.01.

como estagnados, sujeitos que “pararam no tempo” e não acompanharam as novidades científicas e tecnológicas.

Os propósitos da ACAR estavam ligados a uma política agrícola que visava à capitalização do campo por intermédio da transformação dos modos de vida da população sem alterar a estrutura fundiária. Noções de evolução e progresso faziam parte dos planos e metas dos extensionistas rurais que somente poderiam ser colocados em prática em conjunto com a defesa da propriedade privada.

O objetivo da ACAR de “elevar o nível de vida das populações rurais” congregava aspectos técnicos, produtivos e culturais que abrangiam a casa, a roça e a comunidade. Acusada de ser característica dos países subdesenvolvidos, a agricultura de subsistência deveria ser racionalizada e evoluir segundo moldes competitivos, comerciais e tecnológicos, o que requeria a transformação dos modos de pensar e agir de homens, mulheres e dos jovens, ou seja, a mudança deveria abarcar toda a família e não acontecer de forma individual.

A busca por um “processo educativo apropriado” teria como pressuposto a noção de que as práticas de trabalho e produção até então adotadas pelos moradores do campo eram inadequadas e irracionais. O extensionista teria a responsabilidade e missão de transmitir ao homem do campo novas concepções e visões de mundo que o “libertarian” de um modo de vida considerado isolado, tradicional e arcaico.

As metas da ACAR de promover “o desenvolvimento de comunidades rurais”, o “aumento da produtividade”, a “organização e desenvolvimento da juventude”, o “desenvolvimento da liderança no meio rural” e a “organização dos adultos em grupos e clubes” revela que o moderno agricultor deveria se articular com seus pares, com técnicos e com entidades diversas para elevar seus rendimentos e o padrão de vida da família. Não era possível que o agricultor produzisse apenas para o autoconsumo familiar e se mantivesse “fechado” na sua propriedade reproduzindo costumes de vida e trabalho herdados das gerações anteriores.

Dentre os objetivos da ACAR, três estão ligados diretamente à questão da produção: “aumento do índice de produtividade da exploração agropecuária” (1), “elevação da rentabilidade da empresa agrícola” (2) e “produção de alimentos (8). Neste sentido, o crescimento produtivo seria alcançado por intermédio de uma gestão científica e racional

do processo de trabalho, o que seria indissociável da construção de um determinado modo de pensar, sentir e viver; um campo encontrava-se dependente do outro.<sup>235</sup>

O aumento da produtividade estava ligada à racionalização do trabalho que, por sua vez, estaria condicionada à uma racionalização da estrutura social. Neste processo, a luta deveria ser contra o elemento “animalidade” do homem<sup>236</sup>, ou seja, seus aspectos naturais e primitivos. A produção de um “novo homem”, dentro da lógica citada, estaria dentro de metas e propostas visando o capitalismo no campo sob a égide da razão e da ciência. Sobre estes dois conceitos, Gramsci salienta que

Na realidade, “científico” significa “racional” e, mais precisamente, “racionalidade conforme ao fim” a ser alcançado, isto é, produzir o máximo com o mínimo de esforço, obter o máximo de eficiência econômica, etc., escolhendo e determinando racionalmente todas as operações e os atos que conduzem ao fim.<sup>237</sup>

A “eficiência econômica” deveria sujeitar ou eliminar entraves oriundos dos institutos e costumes primitivos do homem. Desta forma, modernizar a agricultura se expressava e se constituía tanto na luta pela destruição de aspectos culturais e econômicos considerados pré-capitalistas ou “animalescos” quanto na criação de um novo quadro político e ideológico da classe trabalhadora.

Os funcionários da ACAR, entendidos enquanto intelectuais a serviço da classe dominante, teriam um papel importante na criação desta nova organização social através da busca pela persuasão e consenso. Os “supervisores” agrícolas e a “supervisora” doméstica atuaram em Janaúba e em outros municípios norte-mineiros no sentido de selecionar o que era considerado “novo” e “velho” nas formas de trabalho, produção e vida dos produtores rurais.

---

<sup>235</sup> Esta nova forma de trabalho e vida transmitida pela ACAR no campo se aproxima do pensamento de Henry Ford ao procurar transformar radicalmente os padrões sociais e de produção da indústria norte-americana. No ensaio “Americanismo e Fordismo”, Gramsci se propõe a compreender estas mudanças estruturais decorrentes da abertura de um novo modelo de relações industriais e de acumulação. Observando que a concepção do “estilo de vida americano” era um processo de constituição de uma nova hegemonia onde a classe dominante, aliada ao Estado, procurava modernizar e racionalizar a economia e organizar a cultura dos trabalhadores, o que incluía, entre outros aspectos, o controle do “ócio” e de seus instintos sexuais e alcóolicos, Gramsci salienta que “na América, a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo. (...) A americanização exige um determinado ambiente, uma determinada estrutura social (ou a decidida vontade de criá-la) e um determinado tipo de Estado”. GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 4. Ed. E Trad. Carlos Nelson Coutinho; coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 248, 258 e 259.

<sup>236</sup> Idem, p. 262.

<sup>237</sup> Idem, p. 306.

Estes profissionais, que passaram a atuar como “especialistas” responsáveis pela transmissão de novos comportamentos, técnicas e métodos produtivos, eram formados por escolas agrícolas de conceituadas universidades mineiras, principalmente a de Lavras e a de Viçosa.<sup>238</sup> Dotados de um ideal de modernização agrícola dos países desenvolvidos, principalmente dos Estados Unidos, os “supervisores” deveriam reproduzir os conhecimentos adquiridos nos bancos das universidades no objetivo de “disciplinar” e “educar” o homem do campo de acordo com bases tipicamente modernas e empresariais.

A representação de empresa\empresário deveria abranger a vida e trabalho do produtor rural para que a agricultura acompanhasse o progresso da indústria que, na visão dos colonistas da ACAR, estaria evoluindo em ritmo acelerado

A agricultura tradicional, feita sem nenhum critério, é uma marca registrada do subdesenvolvimento. O contraste marcante que existe entre o meio urbano, desenvolvido e moderno, e o meio rural, rotineiro e arcaico, colocam o Brasil, e muito particularmente Minas Gerais, nessa vexatória classificação de região subdesenvolvida.

E não será com boa vontade e desejo de melhorar que nós vamos conseguir mudar a situação, é necessário muito trabalho e principalmente Planejamento.

É muito importante que se guarde muito bem na lembrança esta palavra-Planejamento-, pois o planejamento é a chave para o progresso.

Entre os fatores que devem ser analisados num planejamento racional, os tipos de exploração, seu volume, possibilidades de mercado, comercialização, e muito especialmente a tecnologia a ser empregada; a agricultura hoje não pode ser entendida como a pura e simples exploração da terra, tem que ser reconhecida como uma empresa e como tal administrada, pois só assim será possível ter-se lado a lado a indústria e a agricultura dentro dos padrões de desenvolvimento do século XX e não o panorama que se verifica, a existência de uma indústria moderna, dentro da mais elevada técnica, e uma agricultura do século XVIII, rotineira, antieconômica e caudatária.<sup>239</sup>

O artigo ataca a forma de viver e trabalhar no campo, comportamentos que eram vistos como responsáveis pelo subdesenvolvimento do país. Estas práticas, comumente

---

<sup>238</sup> Otávio Soares Dulci destaca que desde 1930 praticava-se em Viçosa a extensão rural sistemática segundo os moldes norte-americanos. Na década de 1940, a Escola de Agricultura de Viçosa teve uma participação ativa na viabilização da modernização rural, tal como concebido pelo governo de Minas e a AIA ao fundarem a ACAR, criando cursos nas áreas de agrárias (veterinária, ciências domésticas, serviços de extensão) e procurando aumentar a produtividade agrícola por meio da disseminação de novas técnicas e insumos, conjugado à promoção de mudanças socioeconômicas no campo, como alternativa a políticas mais radicais de reforma agrária. Cf. DULCI, Otávio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p.88.

<sup>239</sup> Planejamento. **O Gorutuba**. Janaúba, 10 nov. 1968. Coluna da ACAR. p.05.

chamadas de “naturais”, seriam características de produtores sem critério na lida rural e marcados pela falta de planejamento para promover o desenvolvimento da terra.

A criação da Sudene se insere no planejamento do governo militar de promover o desenvolvimento industrial e agrícola de regiões consideradas subdesenvolvidas, a exemplo do Norte de Minas e Nordeste. A partir da análise desta autarquia, Francisco de Oliveira recusa o enfoque neutro ou espontâneo no qual o planejamento serviria para corrigir os “desequilíbrios regionais”, e salienta que, dentro do sistema capitalista, o planejamento é uma forma de racionalização da reprodução ampliada do capital.<sup>240</sup>

A diferença entre os dois setores econômicos, a indústria e a agricultura, um representado como progressista e o outro como atrasado, indicava a necessidade de uma articulação entre eles visando o consumo de bens industrializados a serem usados no campo com a finalidade de aumentar a produtividade agrícola a ser comercializada nas grandes cidades.

A educação rural seria concebida de forma vertical uma vez que os técnicos e extensionistas seriam detentores dos conhecimentos técnico-científicos e iram transmiti-los de forma acabada e conclusiva aos produtores rurais uma vez que o “pacote tecnológico” já estaria fechado. Neste sentido, a ACAR promovia um “treinamento” aos produtores e não um processo de ensino\aprendizagem baseada no diálogo e compartilhamento de posições, experiências e conhecimentos.

Sem o pressuposto de igualdade entre técnicos e trabalhadores, já que o primeiro era visto como superior/moderno e o segundo como inferior/atrasado, o resultado de sucesso ou fracasso estaria condicionado à “capacidade” dos sujeitos de apreenderem o conhecimento transmitido pelos extensionistas. Desta forma, a educação rural proposta pela ACAR baseou-se em um modelo de submissão de homens e mulheres a um discurso tido como autorizado e capacitado. A extensão aparece, então, como sinônimo de “invasão cultural” onde o conhecimento não é construído de forma conjunta e democrática, mas sim transmitido de forma hierarquizada e unilateral.<sup>241</sup>

---

<sup>240</sup> OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflito de classes. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 22-27.

<sup>241</sup> No seu livro “Extensão ou Comunicação?”, escrito em 1968 durante o exílio do autor no Chile, Paulo Freire aborda a importância do agrônomo como educador e não como “invasor cultural” que simplesmente estende\transmite seus conhecimentos e técnicas aos trabalhadores, considerados como vazios culturalmente e passivos politicamente. Segundo Freire “parece-nos, entretanto, que a ação extensionista envolve, qualquer que seja o setor em que se realize, a necessidade que sentem aqueles que a fazem, de ir até à ‘outra parte do mundo’, considerada inferior, para, a sua maneira, ‘normatizá-la’. Para fazê-la mais ou menos semelhante a seu mundo.”. FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 8ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p.25.

Na “Coluna da ACAR”, assinada geralmente por supervisores locais, eram abordadas diversas dicas e ensinamentos visando “capacitar” os produtores no âmbito social e produtivo. Assuntos ligados aos defensivos agrícolas, adubos, minerais, rações e concentrados, formas de obter silagem de qualidade, manejo de animais e de pastagens, cursos voltados para formas “corretas” de plantação, colheita e armazenamento de alimentos, aplicação de inseticidas e vacinas, cooperativismo, planejamento rural, melhoramento genético, crédito rural, encontros de produtores e realização do “Dia de Campo” eram alguns temas corriqueiros da coluna.

As ações acima demonstram a busca da entidade em inserir a agricultura em uma lógica capitalista e empresarial onde a ciência e a tecnologia são produtoras de valor e formas de controle do capital sobre o trabalho. Contudo, para ganhar aceitação e consenso, tais elementos não aparecem para a classe trabalhadora na forma de dominação e submissão, mas sim enquanto meios de bem-estar e qualidade de vida que, nas reportagens da ACAR ou matérias do “O Gorutuba” eram propaladas enquanto “melhoramentos”.

Este termo transformou-se em ideal, sonho e expectativa dos financiadores e sócios do projeto de modernização no Vale do Gorutuba e esteve constantemente nas páginas da imprensa para se referir à chegada de tecnologias, obras e serviços na região. Se a noção de melhoramento remete à agricultura inglesa do século XVIII onde proprietários e arrendatários estavam preocupados com o melhoramento de suas terras, o que significava o aumento da produtividade visando lucro<sup>242</sup>, seu uso pelo semanário janaubense não se restringia ao campo, envolvendo qualquer novidade e avanços ocorridos na cidade como, por exemplo, o reparo e abertura de estradas<sup>243</sup>, construção de pontes, rodovias e serviços de instalação de água<sup>244</sup>, inauguração de serviço telefônico urbano<sup>245</sup> e inauguração de escolas e calçamentos de ruas.<sup>246</sup>

Nas matérias da ACAR, o conceito de melhoramento significava a adoção de quaisquer técnicas e métodos que pudessem elevar o padrão de vida, trabalho e produção do homem do campo, como a reforma ou construção de uma casa, incorporação de novos hábitos de higiene, saúde e alimentação, importação de novidades da genética, a aproximação com a indústria, os uso do dinheiro de forma considerada racional,

---

<sup>242</sup> WOOD, Ellen Meiksins. **As Origens Agrárias do Capitalismo**. In: Revista Crítica marxista. N.10, São Paulo, 2000, p. 19.

<sup>243</sup> Janaúba e seu desenvolvimento. **O Gorutuba**. Janaúba, 11 abr. 1965, p.01.

<sup>244</sup> D.N.O.C.S. **O Gorutuba**. Janaúba, 31 jan. 1967, p.04.

<sup>245</sup> Porteirinha em festa inaugura telefones. **O Gorutuba**. Janaúba, 12 jun. 1966, p.01

<sup>246</sup> Prefeito Eduardo Madureira consegue grandes melhoramentos. **O Gorutuba**. Janaúba, 12 mar. 1967, p.01.

participação em reuniões ou cooperativas e incorporação dos ensinamentos e conselhos dos extesionistas.

O melhoramento implicava a eliminação de costumes antigos, mudanças na visão de mundo e nas concepções de conhecimento e sociedade. As matérias jornalísticas de responsabilidade da ACAR procuravam criar meios e estratégias para que o homem do campo adotasse o conhecimento científico e tecnológico em suas propriedades, a transformação de alguns hábitos e costumes domésticos e tivessem maior ambição, o que significava adotar uma noção de propriedade voltada para o lucro e aquisição do capital.<sup>247</sup>

A atuação da ACAR em Janaúba passou a diferenciar as terras “com” e “sem” melhoramento, sendo o primeiro caso associado ao desenvolvimento e evolução e o segundo ao atraso. Sucesso\fracasso e tradição\modernidade estavam entre as palavras corriqueiramente reproduzidas na coluna dos extensionistas e procuravam introduzi-las nas relações que mantinham com produtores rurais nas visitas em suas residências ou nos encontros e palestras realizadas.

Dentro do propósito da ACAR de criar alternativas de “melhoramento” no campo, suas ações congregavam toda a família, porém, existiam atividades e metas específicas para cada membro. Homens, mulheres e jovens recebiam tratamentos diferenciados segundo noções e valores que, compreendidos em conjunto, convergiam para o mesmo objetivo de transformar modos de vida e de trabalho.

Aos homens adultos, por serem considerados aqueles que conviviam maior tempo com a lida no campo e tido como os “chefes da família”, as atividades envolviam palestras, visitas, encontros e reuniões informando sobre a assistência técnica, linhas de crédito rural e papel dos extensionistas rurais para auxiliá-los a obterem melhores resultados de produtividade agrícola. O foco das ações estava no caráter produtivo-econômico da terra com a possibilidade dos trabalhadores obterem maiores rendas<sup>248</sup> segundo a missão e lema

---

<sup>247</sup> Ellen Wood salienta que a Inglaterra do século XIX alguns pensadores radicais adotaram a palavra *improvement* (melhoramento) no sentido de agricultura científica, sem conotação de lucro comercial. Mas no início do período moderno, produtividade e lucro estavam indissolivelmente ligados no conceito de melhoramento, o que resumia bem a ideologia da classe agrária capitalista emergente. Cf. WOOD, Ellen Meiksins. **As Origens Agrárias do Capitalismo**. In: Revista Crítica marxista. N.10, São Paulo, 2000. p.20.

<sup>248</sup> Em várias reportagens da “Coluna da ACAR” foi salientado o papel e importância da extensão rural. Em uma delas foi posto que “O extensionista deve ser um técnico preparado para o convívio com o homem do campo. É ele quem vai ao agricultor que vem a ele, até que se crie o ambiente mútuo de confiança. Seu objetivo máximo é conseguir que o homem aumente sua capacidade produtiva pelo emprego de melhores técnicas de trabalho e produção de forma a aumentar as suas rendas e a rentabilidade da empresa agrícola, visando a correta aplicação dos recursos e a elevação do nível de vida da família rural. EXTENSÃO RURAL É PORTANTO EDUCAR NA MAIS AMPLA ACEPÇÃO DA PALAVRA. Por esta razão, os resultados, em geral são alcançados a longo prazo, porque objetivamos mudanças de hábitos, habilidades e atitudes da família rural.” O Serviço de Extensão Rural. **O Gorutuba**. Janaúba, 18 jun. 1967. Coluna da ACAR. p. 06.

da ACAR que era “valorizar o homem do campo ajudando-lhe a ajudar a si próprio para o seu progresso.”<sup>249</sup>

Mesmo as mulheres trabalhando no lar e na roça, como salientado nos capítulos anteriores, a função feminina, na “Coluna da ACAR”, estava restrita ao ambiente doméstico. Elas seriam assistidas por uma Supervisora Doméstica que teria a função de lhes transmitir instruções referentes à administração e melhoramento do lar, alimentação e vestuário segundo normas de higiene, educação e saúde consideradas corretas. Em uma matéria foi salientado que

Na formulação de um programa que objetiva a elevação do nível de vida de um povo, não se pode omitir a função e a presença da mulher. A mulher assume real importância na execução de serviços que influem mais diretamente na elevação do nível de vida da família e no próprio bem estar. Assim é que se considerarmos a ALIMENTAÇÃO, VESTUÁRIO e ABRIGO como três necessidades fundamentais do homem, vamos concluir facilmente que VESTIR MELHOR, MORAR MELHOR e COMER, depende em alta dose da ação da dona de casa. Acrescenta-se ainda o fato de que a saúde da família está intimamente ligada a esses fatores e deles dependem. Ela, a mulher, portanto, não pode ser esquecida e nem relegada a segundo plano na formação e na execução dos programas de trabalho. É preciso que tenhamos na mente o princípio de que um lar aprazível é o melhor fator de bem estar e de fixação do homem à propriedade, e a mulher é a maior responsável por esta condição.<sup>250</sup>

A conduta moral, na vida e no trabalho, deveria guiar as mulheres, vistas apenas como “donas de casa”. Na matéria acima, os colunistas creditam à mulher uma função de apoio aos maridos na condução da propriedade oferecendo-lhes um lar limpo e higiênico, uma vestimenta e uma refeição de qualidade para que ele pudesse desenvolver com êxito suas atividades.

Mesmo com o esforço da ACAR de “elevar o nível de vida” dos produtores rurais, considerava-se que os adultos eram resistentes, teimosos, apegados à tradição e difíceis de incorporar as novidades e conhecimentos repassados. Neste sentido, os jovens eram vistos como mais abertos e receptivos aos métodos e técnicas ensinadas. Partindo deste pressuposto, a ACAR criou o denominado Clube 4-S (Saber, Sentir, Saúde e Servir) que era formado por moças e rapazes, contudo as orientações técnicas eram separadas por sexo, sendo o homem atendido pelo Supervisor Agrícola e a mulher pela Supervisora

---

<sup>249</sup> Inicia o escritório da ACAR seus serviços de assistência rural nesta cidade. **O Gorutuba**. Janaúba, 14 nov. 1965, p.02.

<sup>250</sup> O Serviço de Extensão Rural. **O Gorutuba**. Janaúba, 18 jun. 1967. Coluna da ACAR. p.06.

doméstica.<sup>251</sup> De acordo com Leonardo Ribeiro Gomes, baseado em documentos da ACAR localizados em Belo Horizonte, os objetivos dos Clubes 4-S eram:

- Ajudar o jovem rural a desenvolver o ideal de vencer na vida.
- Ensinar-lhe técnicas modernas de Agricultura e Economia Doméstica.
- Dar-lhe oportunidade de ‘aprender fazendo’.
- Formar cidadãos responsáveis, capacitado para organizarem comunidades melhores.
- Despertar no jovem a apreciação inteligente da natureza e seus fenômenos.
- Desenvolver o espírito de cooperação.
- Proporcionar ao jovem com característica de líder, oportunidades de desenvolver suas qualidades em ambiente democrático.
- Oferecer aos jovens informação e orientação para o uso inteligente das horas de lazer.
- Desenvolver hábitos saudáveis de vida.
- Despertar nos jovens o espírito científico diante dos problemas da fazenda e do lar.
- Desenvolver no jovem rural uma mentalidade progressista capaz de aceitar a orientação de técnicos.<sup>252</sup>

Com o lema “progredir sempre”, os clubes 4-S procuravam formar jovens líderes, ambiciosos e dotados de espírito científico e cooperativo, características essas vistas como essenciais para aqueles considerados como o futuro da agricultura nacional. Sendo vistos como capazes de melhor responder aos novos desafios impostos pela modernização agrícola em curso no país, moças e rapazes “quatroessistas” eram a esperança e perspectiva de superação de práticas rudimentares consideradas como marcas históricas do espaço rural brasileiro.

Os jovens dos clubes 4-S compartilhavam o nacionalismo, civismo e progresso, noções e valores caros ao governo militar, no intuito de “fazerem a diferença” e serem catalizadores de transformações visando o desenvolvimento da pátria. A propagação destes sentimentos fazia com que os clubes, apesar de atuarem em âmbito local, sentissem parte de um projeto maior que envolvia a transformação nacional.

---

<sup>251</sup> As pesquisas de Leonardo Gomes indicam que “Em 15 de julho de 1952 foi organizado no município mineiro de Rio Pomba, na Comunidade de Igrejinha, no distrito de Tabuleiro, o primeiro dos Clubes 4-S do Brasil. Tal fato é creditado ao engenheiro agrônomo Geraldo Luiz Ribeiro, que naquele ano havia sido designado para Supervisor Local do município. Juntamente com a funcionária da ACAR-MG Iracema Alves Garcia, e com a professora Rural, Nila Silva de Paula, iniciaram o desenvolvimento do movimento quatroessista no Brasil”. Cf. GOMES, Leonardo Ribeiro. “**Progredir sempre**”. **Os jovens rurais mineiros nos clubes 4-S: Saber, Sentir, Saúde, Servir.** (1952-1974). Dissertação (Mestrado em Educação). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013, p. 54.

<sup>252</sup> Idem, p. 70-71.

A “Coluna da ACAR”, ao abordar a juventude rural de Janaúba e região, fazia críticas à escola dita tradicional, acusada de omitir-se quanto ao ensino prático e considerada incapaz de preparar o aluno para a vida; a herança cultural da família, entendida como composta por conhecimentos limitados e técnicas primárias; a escassez de formas de recreação no campo e a falta de leitura no meio rural. Segundo os colonistas, os clubes 4-S teriam alta relevância uma vez que as futuras gerações teriam a oportunidade de transformar a própria mentalidade\comportamento, bem como dos seus pais, vizinhos e demais moradores da zona rural buscando, desta maneira, um progresso de ordem familiar, social e econômico.<sup>253</sup>

Nas pesquisas realizadas no “O Gorutuba” foi identificada a criação de 3 Clubes 4-S em Janaúba: um na comunidade rural de “Santo Antônio”, outro em “Barroquinha” e um terceiro em local não mencionado. Os(as) integrantes dessa organização atuavam em suas próprias casas ou nas comunidades do município fazendo um trabalho de ligação entre os produtores rurais e as modernas técnicas agropecuárias e de administração do lar.

Houve uma busca pela socialização de valores e práticas sociais, culturais e econômicas tendo como finalidade a constituição de um “novo produtor” para morar e gerenciar uma “nova terra” que, difundida como ganhos universais, ocultaria intenções específicas que estavam ligadas à perpetuação de uma sociedade de classes e acumulação capitalista no campo.<sup>254</sup>

A repetição de palavras como melhoramento, planejamento, empresário rural, desenvolvimento e modernização pelos funcionários da ACAR foi acompanhada, entre outros aspectos, pela busca de líderes no meio rural, sejam jovens ou adultos.<sup>255</sup> Seguindo

---

<sup>253</sup> AURÉLIO, Marco; VILMICE, Maria. Importância do trabalho com a juventude rural. **O Gorutuba**. Janaúba, 23 jun. 1967. Coluna da ACAR. p.06.

<sup>254</sup> Raymond Williams pondera que “o que é abstraído na Sociologia ortodoxa como “socialização” é, na prática e em qualquer sociedade real, um tipo específico de incorporação. Sua descrição como “socialização”, o processo universal abstrato de que todos os seres humanos dependem, é uma maneira de evitar, ou ocultar, esse conteúdo e intenções específicos. Qualquer processo de socialização inclui, é claro, coisas que todos os seres humanos têm de aprender, mas qualquer processo específico une esse aprendizado necessário a uma variação selecionada de significados, valores e práticas, que, na intensidade mesma de sua associação com o aprendizado necessário, constitui a base real do hegemônico. Cf. WILLIAMS, Raymond. *Tradições, Instituições e Formações*. In: **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1979, p.120.

<sup>255</sup> Ao buscar interpretar a busca pela hegemonia a partir da “reforma intelectual e moral” da classe trabalhadora, Gramsci salienta que “(...) Disto se deduzem determinadas necessidades para todo movimento cultural que pretenda substituir o senso comum e as velhas concepções do mundo em geral, a saber: 1) não se cansa jamais de repetir os próprios argumentos (variando literalmente a sua forma): a repetição é o meio didático mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular 2) trabalhar de modo incessante para elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas, isto é, para dar personalidade ao amorfo elemento de massa, o que significa trabalhar na criação de elites de intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para se tornarem seus “espartilhos”. Esta segunda necessidade, quando satisfeita, é a que realmente modifica o ‘panorama ideológico’ de uma época.” GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, V.1, p.110.

o sétimo objetivo da entidade (desenvolvimento de liderança no meio rural), em diversas ocasiões foi citada a necessidade das comunidades rurais terem líderes para fins diversos, como a busca por concessão de empréstimos, a organização dos clubes 4-S, a requisição da eletrificação rural, a representação de seus pares em excursões a outros estados visando a aquisição de novas habilidades e aprimoramentos agropecuários a serem compartilhados, a reunião de pessoas em associações ou cooperativas, como representantes da comunidade rural nas reuniões com a ACAR, prefeitura ou instituições profissionalizantes, em cursos de educação doméstica, entre outras ocasiões.

Os líderes rurais seriam importantes para transformar o “panorama ideológico” das comunidades que estavam inseridos. Precisando ser comunicativo e ter capacidade de iniciativa, o líder deveria imprimir diálogo e consenso entre os seus pares no sentido de garantir aceitação aos ensinamentos ou propostas dos funcionários da ACAR. Neste sentido, a noção de empresário rural se fazia importante pois significava a substituição da enxada pelo trator, do camponês por homem de negócios e da agricultura de subsistência por uma agricultura comercial.

Sônia Regina de Mendonça, ao se referir ao processo de modernização agrícola brasileira durante o regime militar, destaca que

Para tanto, seria necessário consolidar-se, igualmente, uma categorização social de novo tipo: o empresário rural. Mais do que ultrapassar o latifúndio, a empresa rural geraria necessariamente a transformação do latifundiário em empresário, dotado de atributos tais como a racionalidade, a criatividade e o espírito de iniciativa capaz, por tudo isso, de fazer frente aos negócios e às necessidades da modernização da agricultura e ao desenvolvimento da nação. Nessa nova identidade, não deveriam limitar-se ao papel de meros proprietários de terra, porém contar com uma mentalidade “evoluída” e aberta às inovações tecnológicas de que estaria carente a agricultura brasileira.

Assim, o processo de modernização da agricultura-isto é, a construção da empresa agropecuária-, para além de seu caráter conservador, produtivista e concentracionista, contaria, em sua própria tessitura, com esse novo protagonista, igualmente em construção no decorrer das décadas de 1960 e 1970: o moderno empresário rural.<sup>256</sup>

As palavras “empresa rural”, “empresário rural” e “empresário do campo” tornaram-se comuns no vocabulário do jornal e, em específico, da Coluna da ACAR. O empresário era visto como homem de negócios, culto, antenado com as mudanças e transformações da agricultura, e a noção de empresa rural congregava uma visão de terra a

---

<sup>256</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária-natureza e comportamento, 1964-1990.** 2 Ed. Vol. 5. São Paulo: Expressão popular, 2010, p. 52-53.

partir da renda, da técnica e racionalidade. Ambas as ideias buscavam contradizer e diminuir o homem sertanejo e a agricultura de subsistência diante de palavras e categorias que buscavam expressar uma realidade marcada pela evolução.

Na busca pela criação de um modelo de produtor rural, os extensionistas procuravam inculcar nas lideranças e na população rural que a vida isolada e sem recursos financeiros constituíam entraves ao desenvolvimento da comunidade. O cooperativismo e o crédito rural seriam, pois, de suma importância na aquisição de bens, produtos e serviços considerados essenciais para a transformação e melhoramento dos trabalhadores.

As associações e cooperativas foram divulgadas como tendo como pressuposto o ditado popular de que “a união faz a força” no sentido de que a soma de esforços conjuntos dos produtores rurais trariam benefícios comuns. O Supervisor da ACAR em Janaúba no ano de 1965, Marco Aurélio, descrevia o cooperativismo como uma necessidade

Os agricultores, de um modo geral, procuram até hoje viver um sistema de vida familiar independente, esforçando-se prejudicialmente por se tornarem auto-suficiente, produzindo somente o que se enquadra em suas necessidades para consumo e sobrevivência.

Isto os prejudica de duas maneiras: primeiro pelo fato de se dedicarem à culturas anti-econômicas para determinadas regiões só pelo motivo destas se enquadrarem em sua alimentação, sendo que sairia muito mais barato comprar êstes alimentos e utilizar seus terrenos com uma exploração compatível com as condições locais.

Em segundo lugar os torna indiferentes, alheios aos problemas de suas comunidades, não dão valor às Associações Rurais ou cooperativas onde se verifica a união de esforços e o trabalho em comum.

Outros fatores que influem neste comportamento é a falta de reuniões para discutirem seus problemas, pois o único ponto de reunião certo é a Igreja, é o local onde se conjugam os esforços e realizam trabalhos em comum em assuntos religiosos, atitude muito louvável que também seria proveitosa para os assuntos sócio-econômicos.

Para conseguir êstes objetivos, a Extensão lança meios especiais que lhe é característico procurando melhoria das condições de vida da família rural e incentivo da produção pela racionalização da agricultura e aumento da produtividade (grifo nosso).<sup>257</sup>

A agricultura de subsistência, pequena produção, agricultura autossuficiente e produção camponesa foram expressões bastante usadas no período militar por agrônomos, técnicos, ministros e secretários de agricultura para definir um tipo de trabalho e produção eminentemente familiar, marcada pela baixa produtividade, utilização de equipamentos e tecnologias pouco desenvolvidas e produtoras de alimentos tradicionais chamadas de

---

<sup>257</sup> AURÉLIO, Marco. Importância da extensão no desenvolvimento das famílias rurais. **O Gorutuba**. Janaúba, 14 nov. 1965, p.03.

“culturas de pobre”, como feijão, milho e mandioca. Por todas estas características, este tipo de produção carregava um pré-conceito como sendo antieconômico e ineficiente.

Produzir apenas para o autoconsumo familiar era visto, pelo supervisor da ACAR, como uma prática irracional que prejudicava o desenvolvimento da agricultura na região. Para “produzir mais e melhor”, atendendo, dessa forma, as metas e projetos do regime militar, seria inviável o agricultor continuar plantando e colhendo visando apenas a subsistência familiar e não aproveitar a expansão do mercado interno e externo. A independência do produtor, que significava descapitalização, consistia em um atraso para ele e para a comunidade uma vez que não estaria respondendo adequadamente as vantagens e benefícios oferecidos pelo poder público através do crédito rural, assistência de profissionais “capacitados”, abertura de comércios e subsídios para a compra de defensivos químicos, máquinas e equipamentos agrícolas.

O supervisor da ACAR entende que a plantação de alimentos de alto valor comercial agregado em detrimento dos tradicionais e a integração do produtor em cooperativas seriam importantes passos para a racionalização da agricultura. Entretanto, a produção racional e eficiente defendida pela ACAR comprometeria a autonomia dos agricultores em três aspectos: a) os trabalhadores deveriam se submeter às regras e normas das agências financeiras para a liberação de crédito rural, b) os “pacotes tecnológicos” e métodos de ensino já estavam previamente estabelecidos pelos extensionistas, o que abortava a participação dos produtores rurais, c) o “mercado” que ditaria o que, quando, como e para quem produzir segundo as regras da oferta e da procura.

Durante os dez anos da existência da organização em estudo em Janaúba apenas no ano de 1966 ocorreu um levantamento quantitativo referente ao seu trabalho. Segundo Marco Aurélio

Ao findar o ano de 1966, não seria justo deixarmos de fazer uma prestação de contas, para que o povo de Janaúba, possa em sã consciência avaliar o esforço empregado na valorização do homem do campo e no estímulo a produção.

Como todos sabem, o trabalho rural não é feito de um dia para o outro, mas paulatinamente.

Os resultados crescem com o passar dos tempos e beneficiam permanentemente o povo. Isto porque a extensão trata de ajudar o povo a ajudar a si mesmo.

Abaixo damos os dados das atividades desenvolvidas pelo Escritório Local da ACAR no ano de 1966:  
MOVIMENTO DE EMPRÉSTIMO (Crédito).

- a- Pedido de empréstimos recebidos no escritório:40
- b- Empréstimos em vigor no município: valor Cr\$ 9.000.000
- c- Planos de empréstimos enviados para aprovação: Valor 11.500.000

GRUPOS DE AUTORIDADES, AGRICULTORES, DONAS DE CASA E JOVENS

- a) Agricultores e rapazes informais: 3
- b) Senhoras e moças: 2

MÉTODOS DE ENSINO OFERECIDOS AO POVO

Informações verbais dadas: 321

Demonstrações práticas feitas: 47

Reuniões e palestras efetuadas: 266

Excursões realizadas: 5

Filmes exibidos e artigos de jornal: 30

Material impresso educativo distribuído: 2.282

ATIVIDADES E ASSUNTOS TÉCNICOS

Gado de corte: Capineira, Sais Minerais, Cuidado com bezerros.

Algodão: espaçamento correto, introdução de máquinas agrícolas, tratamentos culturais, controle de pragas.

Alimentação: hortas e pomares domésticos, uso do leite.

Saúde: filtros, vacinações.

Número de pessoas orientadas por Funcionários: 3.814

Número de pessoas orientadas por Líderes Rurais: 359

Número de pessoas orientadas por Colaboradores: 236

Quilômetros percorridos: 13.666<sup>258</sup>

Palestras, exibição de filmes, artigos em jornal, financiamentos, excursões e visitas estavam entre as ações corriqueiras da ACAR em Janaúba. A divulgação pormenorizada das atividades da instituição visava legitimá-la junto ao Estado e a AIA, principais financiadores naquele momento, e criar uma aceitação e reconhecimento perante a sociedade.

A ACAR procurou construir uma memória de consenso e harmonia, negando ou negligenciando possíveis recusas ou conflitos entre os produtores rurais e o seu método de ensino/aprendizagem. A divulgação de suas “realizações” se fazia no objetivo de evidenciar e difundir a importância daquela instituição para o município, forjando uma representação acerca de si própria como sendo útil e necessária para a população rural por trabalhar pela “valorização do homem do campo e no estímulo a produção”.

As colunas da ACAR na imprensa local, bem como o balanço realizado no final de 1966 são atividades políticas da instituição no sentido de transformar “memória” em “história”, já que este processo não ocorre de forma natural ou espontânea. Na busca por transformar-se em “história”, o que significaria deixar registros e marcas para as gerações posteriores, a ACAR procurou ser conhecida, repetida, divulgada, preservada e celebrada para não cair no ostracismo e esquecimento.

---

<sup>258</sup> AURÉLIO, Marco. Coluna da ACAR. **O Gorutuba**. Janaúba, 25 dez. 1966, p. 06.

### 3.4- Sindicato dos Produtores Rurais de Janaúba: a construção hegemônica no Vale do Gorutuba

Finalmente, evidenciaremos um breve histórico das ações do Sindicato dos Produtores Rurais de Janaúba e sua participação no processo de constituição de uma nova hegemonia no Vale do Gorutuba. Segundo reportagem do “O Gorutuba”,<sup>259</sup> no final dos anos 1950 foi criada a Associação Rural de Janaúba que, em sua maioria, era composta por pecuaristas do município. Em 1967, a referida entidade recebeu a “carta de sindicalização”, sob o número 10.4391, de Brasília, transformando-se no primeiro sindicato do Norte de Minas, tendo como presidente Waldir Nunes da Silva.<sup>260</sup>

Se tomarmos como referência que os ruralistas de Janaúba formaram a Associação Rural no final da década de 1950 é plausível concluir que a organização desse grupo enquanto classe precedeu a atuação de órgãos estaduais e federais na região (como o Dnocs, ACAR, Codevasf). Desta forma, a organização social, econômica e política dos ruralistas fez-se importante para capturar e centralizar as obras e serviços “públicos” executados pelo poder público.

A “classe ruralista”, assim definida pela imprensa local, exerceu um papel político e econômico importante no processo de modernização de Janaúba. Organizando exposições agropecuárias, encontros ou semanas com os fazendeiros, apoiando políticos da região “comprometidos com o homem do campo”, participando de comissões e reuniões com diversas entidades sociais, econômicas e políticas, cobrando assistência técnica e rural para o município, adotando novas técnicas para a agropecuária e\ou ocupando diversos cargos públicos<sup>261</sup>, os membros e diretores do Sindicato Rural procuravam se adaptar à

---

<sup>259</sup> A classe rural sindicalizada. **O Gorutuba**. Janaúba, 13 ag. 1967, p.01.

<sup>260</sup> Waldir Nunes da Silva (1932-2007) nasceu em Juramento/MG. Foi o primeiro presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Janaúba, cargo que ocupou em seis ocasiões. Nunes foi um intelectual que trabalhou na construção de consensos e disseminação de ideologias ligadas à racionalidade produtiva. Participou da fundação e presidência de várias entidades, como o Lions Clube de Janaúba, Caiçara Praia Clube, Clube do Cavalo de Janaúba e de Montes Claros, Automóvel Clube, Rádio Sociedade Gorutubana, Indagro (usina de beneficiamento de algodão), Covag (Cooperativa Agrícola de Irrigação do Vale do Gorutuba), Hospital Fundajan e da Loja Maçônica Deus, Paz e Liberdade. Ocupou, entre os anos de 1958 a 1961, a função de vereador em Janaúba. Cf. JÚNIOR, Oliveira. **Morre Waldir Nunes, o hexa presidente ruralista**. Disponível em: <<http://www.uniblog.com.br/oliveirajunior/292408/falecimento.html>> Acesso: Abril\2017.

<sup>261</sup> Ao longo da história, a relação entre o Sindicato dos Produtores Rurais de Janaúba com a política, em especial a política local e regional, sempre foi muito próxima. Muitos dos prefeitos eleitos eram latifundiários associados ao Sindicato Rural e, em alguns casos, chegaram a fazer parte da diretoria e da presidência da entidade. Entre as décadas 1960 a 1980, todos os prefeitos de Janaúba eram filiados ao Sindicato Rural, a saber: Rômulo Sales de Azevedo (1963-1967), Eduardo Pereira Nogueira (1967-1970), José Custódio Mendes (substituto entre abril de 1970 a 31 de dezembro de 1971), Wildemar Maximino da Cruz (1971-1973, 1977-1983), Adelino Pereira Dias (1973-1977) e Joaquim Maurício de Azevedo Bahia (1983-1988). Esta afinidade entre as duas entidades permanece até os dias atuais.

nova realidade do campo após a abertura de crédito e execução de obras e serviços por parte de órgãos governamentais na região.

Os grandes latifundiários, para manterem a estrutura fundiária regional concentrada, passaram a investir na incorporação da ciência e tecnologia em suas propriedades. Desta feita, a integração da agricultura ao capitalismo industrial e financeiro significava a continuidade de privilégios e riquezas outrora conquistada por intermédio da grilagem de terras e da violência.

A classe ruralista de Janaúba procurou criar\fortalecer a imagem de caos, fome e miséria da região no objetivo de que o governo “combatesse a seca” procurando, desta forma, concentrar os investimentos e incentivos realizados pela Sudene. Os fazendeiros de Janaúba, Porteirinha e Montes Claros buscaram exercer pressões e *lobbies* junto a políticos diversos no objetivo de que os investimentos e recursos “públicos” se concentrassem nestes municípios e não em todo o “atrasado” Norte de Minas.

No ano de 1969, o Sindicato Rural realizou a “I Exposição Agro-Pecuária e Industrial de Janaúba”.<sup>262</sup> As exposições agropecuárias constituíam momentos áureos do Sindicato Rural devido à importância econômica para a classe ruralista e para a região. Leilões, rodeios, cavalgadas, missas, concurso para eleição da “rainha da exposição”, apresentações de animais, shows, comidas típicas e palestras faziam e fazem parte das atividades deste evento que procura divulgar as potencialidades das terras gorutubanas ou chamar a atenção para a situação de “caos” vivido pela região devido às longas estiagens.<sup>263</sup>

Desde a inserção do Norte de Minas na Sudene, houve uma campanha e cobrança, por parte dos políticos, da imprensa, dos industriais e dos fazendeiros, para que aquela autarquia investisse na chamada Região Mineira do Nordeste (RMNe), considerada vítima da seca. Em uma matéria publicada pelo jornal *O Gorutuba* em 1º de junho de 1969 (a exposição seria realizada entre os dias 18 a 21 daquele mês), o noticiário já divulgava e congregava os “homens de negócios” a criarem projetos de investimento na região

Agora sim parece que o Govêrno de Minas Gerais resolveu trabalhar positiva e objetivamente em relação à SUDENE. Assim é que o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais está realizando uma intensa campanha de motivação junto ao empresariado nacional, chamando à

---

<sup>262</sup> A primeira Exposição Agroindustrial de Porteirinha aconteceu em 1976. Segundo reportagem do “O Gorutuba, no ano anterior, o então prefeito da cidade, Dr. Adir Pinheiro, “em nome da municipalidade”, doou um terreno de 2,5 alqueires, no valor de 125 mil cruzeiros, situado a 500 metros do centro da cidade, para a construção do parque do Sindicato Rural de Porteirinha. Cf. Notícias de Porteirinha. **O Gorutuba**. Janaúba, 14 jun. 1975, p.06.

<sup>263</sup> Atualmente (2017) a Exposição Agropecuária de Janaúba está na sua 36ª edição.

atenção para as vantagens de instalação de indústrias na área mineira do Polígono das Sêcas. Esta era a política que o Governo de Minas deveria ter seguido há muito tempo, e nunca pensou em investir contra o 34\18<sup>264</sup> de nossa agência desenvolvimentista. Sabemos, por exemplo, que empresas de planejamento de todo o país estão recebendo correspondência do Banco de Desenvolvimento de Minas, onde o Banco expõe os incentivos que o Governo de Minas dá aqueles que levarem suas indústrias para a área mineira do Polígono das Sêcas. A posição do Governo de Minas Gerais, desta vez é correta. Corretíssima. Afinal de contas, antes tarde do que nunca. OBS.: Notícia extraída do Jornal do Comércio do Est. De Pernambuco, na seção de Economia e Finanças (21\05\1969).<sup>265</sup>

A presença de órgãos governamentais, em suas esferas estadual e federal, passou a ser cobrada pela classe dominante de Janaúba como a única “salvação” para a região. Sempre usando um discurso generalista onde os investimentos beneficiariam o “povo”, os ruralistas realizaram viagens, promoveram encontros e convidavam as autoridades para conhecerem *in loco* a realidade do Vale do Gorutuba.

Exemplo da importância do Estado na satisfação dos interesses dos latifundiários pode ser notado no episódio em que foi noticiada a saída do Dnocs de Montes Claros, em 1967, onde a classe dominante norte-mineira passou a fazer campanha pela permanência daquela autarquia a partir da justificativa que seria importante para a “população” e, para isso, recorreram a deputados para “apoiarem a região”.<sup>266</sup> Muitos ruralistas se articulavam a políticos, quando eles próprios não o eram, no objetivo de reproduzirem as relações de dominação e exploração historicamente existentes.

A segunda Exposição Agropecuária e Industrial de Janaúba, realizada em junho de 1971, contou com a presença de diversas autoridades, como o Governador de Minas, Rondon Pacheco, representantes da Sudene, Deputados, o presidente da FAEMG<sup>267</sup>, entre outros convidados. A referida exposição foi filmada e teve a locução do conhecido jornalista Cid Moreira que tratou de narrar os avanços urbanos e rurais de Janaúba.

---

<sup>264</sup> O sistema 34\18 permitia que todas as pessoas jurídicas nacionais abatessem, de seu imposto de renda, um valor não superior a 50% do total desde que investissem em projetos aprovados pela Sudene no Nordeste, incluindo o Norte de Minas. Este mecanismo permitia a concessão de estímulos fiscais e financeiros a projetos industriais, agropecuários e de telecomunicações localizados na área de jurisdição da Sudene.

<sup>265</sup> Sudene. **O Gorutuba**. Janaúba, 01 jun. 1969, p.01.

<sup>266</sup> Juntamente com prefeitos, industriais e outros ruralistas do Norte de Minas, o Sindicato Rural de Janaúba foi contra a possibilidade de reforma administrativa do Dnocs que extinguiu o 7º Distrito, localizado em Montes Claros, para integrá-lo a 4ª Residência, em Salvador. Segundo “O Gorutuba”, aquela notícia causou revolta na classe ruralista. Com a intervenção dos Deputados Edgar Martins Pereira e Luiz de Paula, que possuíam ligações políticas e econômicas no Norte de Minas, foi determinado que o Dnocs permanecesse em Montes Claros “prestando a imensa e abandonada região que abrange o Polígono das Secas os seus incalculáveis benefícios”. Cf. O norte mineiro reclama contra saída do DNOCS. **O Gorutuba**. Janaúba, 30 abr. 1967, p. 01.

<sup>267</sup>Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais

Por ocasião da II Exposição Agropecuária e Industrial, a edição de 22 de junho de 1971 do jornal *O Gorutuba* circulou com 34 páginas objetivando participar daquele “acontecimento magno” e manifestando “seu irrestrito apoio à laboriosa classe ruralista de Janaúba.”<sup>268</sup>

Na referida edição, o periódico retratou partes da história do município, através de uma perspectiva evolutiva, e prestou uma homenagem a entidades que chegaram a Janaúba entre as décadas de 1950 a 1960 e estariam contribuindo para o seu progresso, a exemplo do Banco Real de Minas Gerais, ACAR, Agência Postal, companhias telefônicas, DER (Departamento de Estradas e Rodagens), COBAL (Companhia Brasileira de Alimentos), Dnocs, Lions Club e Automóvel Club.<sup>269</sup>

Foi narrado por Moreira que “o presidente do Sindicato Rural, Waldir Nunes da Silva, fez um relato sobre a pecuária destacando, graças aos incentivos da Sudene, o trabalho pioneiro dos criadores da região.”<sup>270</sup> Após citar os “belos espécimes da raça bovina em exposição”, o locutor finalizou salientando que “(...) com essa mostra agropecuária, Janaúba nos dá um exemplo de trabalho e progresso, construindo com uma nova mentalidade um grande município no Norte de Minas.”<sup>271</sup>

Os incentivos da Sudene foram vistos como meios de catalisar o desenvolvimento da região, o que não se restringia apenas ao plano material\produtivo, mas também cultural\simbólico. As exposições, palestras e encontros propalavam uma agricultura marcada pela dicotomia antes\depois no sentido que os produtores rurais estavam se abrindo para lógicas, racionalidades e metas voltadas para a modernização do campo.

---

<sup>268</sup> **O Gorutuba**. Janaúba, 22 jun. 1971. Número Especial p.01.

<sup>269</sup> O Automóvel Clube e Lions Clube constituem aparelhos privados de hegemonia que surgiram em Janaúba, respectivamente, em 1966 e 1968, e tinham como associados comerciantes, políticos, fazendeiros e profissionais liberais. Estes órgãos se apresentavam enquanto entidades comprometidas com os direitos sociais e com a promoção das artes, esportes, “cultura”, recreação e da filantropia. A análise elaborada por Gramsci a respeito do Rotary Clube como um instrumento do americanismo cujo programa essencial é a difusão de um novo espírito capitalista, ou seja, a ideia de que a indústria e o comércio, antes de serem um negócio, são um serviço social, foram importantes para se refletir sobre a ação e essência do Lions e do Automóvel Clube. Segundo Gramsci, nos Estados Unidos, o Rotary ajudou a organizar campanhas pela “racionalização” da produção, o que significava, entre outras questões, o controle dos sindicatos, a proibição de certos costumes por parte dos trabalhadores e solução dos problemas econômicos e industriais comuns. O Lions e o Automóvel Clube buscavam o consenso ao se apresentarem primeiramente enquanto “clubes sociais e de serviços” e não enquanto promotores de uma nova mentalidade e racionalidade voltada para o capitalismo. O Lions expressa uma concepção de mundo internacionalmente difundida já que é um órgão que possui ramificações em vários países. Sobre a relação Rotary Clube e americanismo. Cf. GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 4. Ed. E Trad. Carlos Nelson Coutinho; coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p.295-302.

<sup>270</sup> **Vídeo Histórico de Janaúba e 2ª Exposição Agropecuária**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wkSfWGmUvBA>> Acesso: 21 Janeiro 2016.

<sup>271</sup> Idem.

Entre os procedimentos de análise metodológica de documentos audiovisuais, Regina Ilka Vieira Vasconcelos salienta a necessidade de manter uma conduta interrogativa em relação a progressão das narrativas, estratégias de repetição, estrutura de personagens e assuntos, relação espaço-temporal, movimento entre o caráter individual de cada narrativa e sua integração em convenções, possibilidade de determinação de uma única perspectiva ou indeterminação formal que remete a construção abertas de sentido.<sup>272</sup>

Na relação história social e documentos audiovisuais procuramos compreender, entre outras abordagens, as imagens, falas e representações acerca dos trabalhadores. Existe uma seleção, cuidadosamente elaborada, das memórias que devem ser projetadas e divulgadas.

Como toda linguagem, o documento audiovisual procura criar sentidos e significados que servem a determinados interesses que não se limitam ao período de sua criação. A escolha das palavras, imagens, sons, sujeitos, movimentos, gestos, cenários, cores, legendas e do tempo histórico são alguns indícios e pistas para que o pesquisador possa compreender as finalidades e objetivos do documento cinematográfico. Sendo uma produtora de memória, as lentes das câmeras não são neutras ou imparciais uma vez que procuram transmitir mensagens segundo objetivos e conveniências de seus idealizadores ou patrocinadores.

No intitulado “Vídeo histórico de Janaúba\MG e 2ª Exposição Agro-Pecuária”, são descritas informações acerca dos diretores e produtores, da empresa audiovisual (Argus Filmes, de São Paulo), mas não são divulgados os financiadores ou proponentes. Contudo, por destacar realizações da prefeitura, resumida na figura do prefeito da época, e do Sindicato Rural, levantamos a hipótese de que estas instituições idealizaram e custearam a produção.

Mesmo com as limitações tecnológicas do início da década de 1970, se faz notória a mensagem de progresso e desenvolvimento transmitida pelo vídeo. Percebe-se a existência de um discurso linear e homogêneo na busca por evidenciar marcos e novas perspectivas para a região por intermédio da noção de progresso (palavra citada 4 vezes) e desenvolvimento(2). Neste esforço de criar uma memória única e tida como “verdadeira”, os financiadores do documento audiovisual procuravam registrar, para a geração daquele

---

<sup>272</sup> VASCONCELOS, Regina Ilka Vieira. Cultura e memória: notas sobre a construção da lógica histórica na pesquisa audiovisual de história oral. In: FENELON, Déa Ribeiro; KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de. (Org.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho D'Água, 2006, p. 218-238, p. 234.

período e as posteriores, os esforços e trabalho de líderes considerados como protagonistas de uma nova história para a região.

Este pressuposto ganha relevância quando abordamos o roteiro e a ordem que os sujeitos aparecem em distintas cenas e espaços. Quando o locutor cita as obras de infraestrutura e avanços da agropecuária regional são projetadas imagens de autoridades políticas e econômicas. Os trabalhadores aparecem uma única vez fabricando bloquetes<sup>273</sup> para calçamento da cidade, contudo em primeiro plano aparece o prefeito como benfeitor do município.

As transformações ocorridas na região, seja no campo (introdução de máquinas, abertura de estradas, assistência técnica, extensão rural, adubos, inseticidas e crédito rural) ou na cidade (pavimentação de ruas e avenidas, construção de postos de saúde, escolas, indústrias, hospitais e centros telefônicos) eram considerados como grandes avanços que beneficiariam a todas as pessoas possibilitando, no Alto\Médio São Francisco e Vale do Gorutuba, um “novo ritmo de vida à região, abrindo amplas perspectivas de progresso e bem estar para mais de 300 mil mineiros”.<sup>274</sup>

Os diversos registros históricos produzidos pela ACAR, pelo “O Gorutuba” e pelo Sindicato dos Produtores Rurais de Janaúba compõem estratégias de criação de memórias, visões de mundo e projetos de sociedade na intenção de associar tais instituições às noções de progresso, modernidade e desenvolvimento. A busca incessante por um modo de vida e trabalho considerado racional e planejado fez parte do processo de modernização agropecuária da região que gradativamente foi transformando terra, trabalho e dinheiro em mercadoria.<sup>275</sup>

Mas, afinal, qual a abrangência e influência do “aparato” modernizador na vida do produtor rural? Relatórios de órgãos estatais e algumas entrevistados salientam que a

---

<sup>273</sup> Bloquetes são blocos pré-moldados de concreto, cuja utilização é feita na pavimentação. Consiste na junção da tecnologia do concreto como matéria-prima e o conceito dos antigos calçamentos de paralelepípedos.

<sup>274</sup> **Vídeo Histórico de Janaúba e 2ª Exposição Agropecuária.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wkSfWGmUvBA>> Acesso: 21 Janeiro 2016.

<sup>275</sup> De acordo com Karl Polanyi, a economia de mercado é produto da sociedade industrial sendo que “como o desenvolvimento do sistema fabril se organizara como parte de um processo de compra e venda, o trabalho, a terra e o dinheiro também tiveram que se transformar em mercadorias para manter a produção em andamento”. De acordo com a teoria polanyiana, para que os meios de produção tornem-se capital, é imprescindível a formação de instituições (responsáveis pelas normas legais, regras, organização política e econômica) que permitam a acumulação privada de riqueza. Assim, a economia de mercado não se desenvolve de forma espontânea e natural, mas é decorrente de um processo político que permite a mercantilização da terra, do trabalho e do dinheiro. Cf. POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000, p. 89-98.

extensão rural, o financiamento agrícola ou com as novidades da ciência e da tecnologia se restringiam a poucas propriedades da região.

No documento elaborado pelo Dnocs em convênio com a Secretaria de Agricultura de Minas Gerais, no ano de 1969, foi constatado o baixo nível tecnológico dos proprietários rurais dos municípios de Janaúba e Porteirinha, realidade que foi retratada como arcaica e, por isso, deveria ser transformada. De acordo com a pesquisa

A frequência percentual das empresas agrícolas que usam alguns fatores de produção considerados básicos para se conseguir elevada produtividade, é das mais baixas. Apesar das condições de topografia serem favoráveis à total mecanização, tanto o uso do trator, quanto da grade, são inexistentes. O alto preço destes implementos e a inadequação dos proprietários constituem os principais fatores limitantes do seu uso. O uso de cultivador plantadeira e adubadeira, quando observado, é considerado baixo, atestando, de modo geral, o emprêgo da enxada já quase abolido nas agriculturas modernas. Estas primeiras observações mostram, de modo geral, que o uso tanto dos fatores quanto dos serviços de produção colocam a tecnologia da agricultura local em nível muito baixos (grifo nosso).<sup>276</sup>

Este estudo teve como objetivo mostrar a realidade social, tecnológica e mercadológica dos municípios citados no objetivo de destacar as potencialidades e vantagens da agricultura irrigada para a região como forma de alavancar seu progresso e desenvolvimento. A produção agrícola regional, que tinha nos pequenos proprietários rurais seus principais representantes, já que os latifundiários se dedicavam predominantemente à pecuária leiteira e de corte, foi vista como tradicional e por isso incapaz de atender aos objetivos do governo militar de “produzir muito e exportar”.

O estudo de um órgão federal, o Dnocs, em convênio com um estadual, a Secretaria de Agricultura, são indícios de que a região do Vale do Gortuba estava na “mira” do progresso. A agricultura não deveria ficar de fora do “desenvolvimento nacional”, sendo preciso passar por transformações profundas, o que viria a ser feito sem considerar as experiências e interesses dos produtores rurais.

Mesmo com todas as campanhas e ações de diversos aparelhos junto à sociedade civil, o relatório citado traz evidências de que a modernização agrícola estava, no final da década de 1960, longe de ser uma realidade. Para os autores da pesquisa, os aspectos econômicos, como o preço das máquinas, e os culturais, como a “inadequação dos

---

<sup>276</sup> MINAS GERAIS. **Estudo sócio-econômico e programação preliminar para a região do baixo gorutuba-MG**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Agricultura de Minas Gerais\Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS. 1969, p. 35 e 38.

proprietários”, constituíam fatores explicativos do baixo nível tecnológico e produtivo verificado.

Ainda que o solo fértil e a topografia da região fossem considerados favoráveis à introdução de máquinas, a pesquisa constatou que a enxada e a tração animal eram os meios de produção predominantes. Embora o relatório cite a falta de planejamento e os valores tradicionais como barreiras para as mudanças, muitos entrevistados salientam que a incorporação de novas tecnologias não constituía uma simples escolha a ser realizada sem fatores impeditivos.

As narrativas salientam que os critérios e exigências estabelecidas limitavam ou dificultavam a “racionalização” da produção, o que corrobora com pesquisas que indicam como, em âmbito nacional, a modernização agrícola privilegiou os grandes proprietários, a região Centro-Sul e uma produção voltada para exportação, como a soja, café e carne bovina.<sup>277</sup> Ao ser questionado sobre as atividades realizadas na antiga propriedade da família, Manoel Marques salientou que

A gente plantava mais era pra despesa; arroz, feijão, milho e farinha era pra despesa. Às vez vendia um saco ou dois de farinha, milho a gente não vendia porque todo mundo tinha né, e no comércio também não tinha saída. O que vendia sempre aqui era o algodão, o algodão tinha comprador, de vez em quando também vendia uma mamona, já tinha os comprador também pra mamona, mas naquele tempo tudo era barato.

Auricharme: Todos então plantavam?

Manoel: Todo mundo. E era com as forças da gente mesmo, não tinha ajuda de ninguém. O povo tinha muito medo do banco, todo mundo tinha um medo de banco, falava: ah seu eu tomar esse dinheiro emprestado e não pagar o banco toma a minha terra.<sup>278</sup>

O arado “puxado” por cavalos ou bois, o uso de enxadas e a força humana eram os meios de trabalho e produção utilizados pela maioria dos entrevistados por não se encaixarem nos programas de crédito rural, onde poderiam comprar máquinas e defensivos agrícolas, e devido à preocupação e medo generalizado do banco “tomar” suas terras. Sem recursos próprios, o acesso às tecnologias que pudessem contribuir para o aumento da produtividade rural tornava-se impossível diante de seu elevado valor.

Embora o governo militar divulgasse uma expansão dos investimentos em crédito agrícola, procurando conferir-lhe um sentido de universalidade, a sua maior fatia

---

<sup>277</sup> SILVA, Jose Graziliano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**: Zahar Editores, 1982.

<sup>278</sup> Manoel Marques da Silva. Entrevista realizada no dia 05\04\2016.

concentrou-se nas mãos dos grandes produtores. A resistência de Manoel em solicitar recursos financeiros também diz respeito a uma concepção comum entre os entrevistados de que a política de créditos beneficiava somente os fazendeiros e não os pequenos agricultores que tinham dificuldades em quitar os financiamentos já que os alimentos por eles cultivados (arroz, feijão, farinha, milho e mandioca) não eram valorizados pela “modernização agrícola”, sendo que seus preços sempre se mantinham baixos no mercado interno.<sup>279</sup>

Diferentemente de Manoel, vimos no capítulo anterior que alguns produtores se “aventuraram” na procura de financiamentos. Mesmo com as incertezas quanto a possibilidade de quitarem as dívidas e a possibilidade de se encaixarem nos critérios estabelecidos pelos bancos, eles viam no crédito agrícola uma alternativa para a aquisição de equipamentos e insumos agrícolas promovidos e subsidiados pelo governo militar.

Sem acesso ao crédito rural, muitos entrevistados mantinham as formas tradicionais de produção, como salientado por Maria Aparecida

Auricharme: como era a plantação nas terras onde sua família morava?

Maria Aparecida: era mais na enxada, era com a luta da gente mesmo. Pai, mãe, filho, tudo ia pra roça. A gente usava arado pra plantar arroz e às vez algodão, mas que nem mesmo milho e feijão era mais na enxada. E veneno usava só no algodão, não usava veneno em outra coisa não, era só em algodão quando começava a dar aquele bicudo que usava, mas mesmo assim era difícil, mas nas outras coisa não usava veneno não.

Auricharme: naquela época não tinha muita praga não?

Maria Aparecida: tinha não, hoje que é tudo no veneno, até pra plantar semente é no veneno.<sup>280</sup>

A maior parte dos narradores indicou que não foram visitados pelos “arautos da modernidade”, seja devido à distância de suas propriedades em relação à cidade ou, principalmente, pela crença compartilhada entre os técnicos e instituições bancárias de que eles não respondiam de forma satisfatória aos objetivos da modernização.

O progresso técnico não era uma simples escolha a ser feita pelos entrevistados, contudo, a classe dominante divulgava que todos tinham acesso aquela realidade com o

---

<sup>279</sup> Luciana Lilian Miranda salienta que produtos voltados para o abastecimento interno foram marginalizados pela política modernizadora do regime militar. Segundo a autora, “o governo impunha a fixação de preços máximos para esses produtos, visando o controle de tendências a elevação dos custos desses alimentos básicos. Ao lado disso, em casos de insuficiência na oferta dos mesmos, problema que atravessaria todo o período, o governo importava esses produtos para manter os baixos preços no abastecimento do mercado”. Cf. MIRANDA, Luciana Lilian de. *Adeus ao “Jeca Tatu”*: proprietários rurais de Uberlândia, MG, vivenciando a política agrícola de modernização, 1960-1980. Dissertação (Mestrado em História). 147 Fls. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia, 200, p. 77.

<sup>280</sup> Maria Aparecida Neves Souza. Entrevista realizada no dia 14/03/2016.

objetivo de mascarar as desigualdades sociais e econômicas sob o prisma da meritocracia que tem como base uma suposta universalização das oportunidades que serve para justificar\naturalizar a pobreza e propalar junto à população que os indivíduos não melhoram de vida devido à preguiça, indolência ou falta de esforços.

Maria Aparecida diz que apenas na cotonicultura usava defensivos químicos, por ela denominados “veneno”, indo contra toda a propaganda midiática e de parte da academia que na atualidade difundem os termos fertilizantes, agroquímicos, agrotóxicos, etc. Na produção de alimentos para a subsistência não era utilizado estes produtos, sendo que o trabalho “era mais na enxada”, já no algodão o “veneno” deveria ser aplicado para garantir uma produtividade que pudesse garantir um certo lucro ao produtor e que atendesse aos padrões de qualidade exigidos pelo comprador.

Podemos interpretar como a modernização da agricultura significou uma aproximação com a indústria a tal ponto da entrevistada salientar que “hoje tudo é no veneno”, uma realidade verificada principalmente na agricultura empresarial. Com o mantra de crescimento econômico e “necessidade” de atender ao mercado externo, fortalecendo a condição do Brasil de exportador de bens primários, sucessivos governos tem apregoado que a agricultura deve-se manter em constante evolução cumprindo a missão do Brasil enquanto celeiro do mundo, mesmo que impactos sociais e ambientais sejam inerentes a este processo.

A análise do conjunto de entrevistas nos permite interpretar diferenças quanto a solicitação de financiamentos para o “melhoramento” da terra. Se Ulisses e Zacarias solicitaram o crédito rural, o mesmo não pode ser dito em relação a Odilon e Maria Aparecida que, temerosos em perder a terra, ficaram distantes dos bancos. Não se pode dizer que os primeiros eram abertos à modernização e os últimos resistentes sem levar em consideração suas experiências e trajetórias, as formas como a modernização foi divulgada e por eles apreendida, a condição econômica de cada família e a possibilidade de se “encaixarem” nos critérios exigidos pelas entidades financeiras.

A melhoria da qualidade de vida por meio da aquisição de bens e produtos que pudessem garantir uma maior renda e diminuição do esforço físico, o que representava maior tempo para o lazer e sociabilidades, obviamente era um desejo de todos os entrevistados. No entanto, o processo de transformação agrícola no Vale do Gortuba, por estar inserido dentro da lógica capitalista, mostrou-se desigual, conservador e contraditório com claras vantagens para os latifundiários e reprodução da estrutura fundiária e de classes historicamente existentes na região.

A atuação dos aparelhos privados de hegemonia na transformação política e ideológica dos proprietários rurais em um primeiro momento baseou-se na busca pelo consenso, difundindo novas formas de viver, trabalhar e produzir no campo entre as décadas de 1960 até meados de 1970. Posterior a este momento, órgãos governamentais, com o apoio de frações da classe dominante, empreendeu ações coercitivas no sentido de separar os trabalhadores dos meios de produção, substituindo-os por sujeitos considerados mais “capazes” de responderem aos desafios da modernização.

Observa-se, portanto, que o propósito do projeto de “desenvolvimento e modernização” não era que a totalidade dos produtores rurais tivessem acesso aos bens, produtos e serviços criados pela indústria ou que saíssem da condição histórica de pobreza, mas sim que novas concepções de vida, trabalho e produção no campo se universalizassem no seio da classe trabalhadora e fossem vistas como necessidades.

O uso de insumos químicos, a comercialização de parte da produção agrícola, o anseio pela chegada da eletricidade, água encanada, abertura de estradas ou aquisição de alguma máquina certamente constituíam “melhoramentos” na vida dos trabalhadores diante da exaustão física cotidiana, das condições de moradia e de transporte existentes. Porém, a exclusão ou inclusão destes sujeitos no desenvolvimento constituem apenas uma visão panorâmica de um processo maior que envolve sentimentos e expectativas que fazem parte do plano simbólico-cultural.

A instituições citadas neste capítulo estavam preocupadas em difundir a crença no progresso e de convencer a população de quanto suas ações eram importantes para se alcançar um patamar maior de desenvolvimento. Os critérios de “modernizáveis” e “não modernizáveis” fazem parte do processo de convencimento social que propalava o desenvolvimento como ideologia a ser compartilhada.

A busca pela introdução de novas concepções de mundo pela população rural e urbana do Vale do Gortuba era importante no sentido de conceber a realidade como efêmera e marcada por uma evolução constante, o que abriria caminhos para a concretização de um projeto tecido pela classe dominante ao longo da segunda metade do século XX: a “irrigação do sertão”.

Neste sentido, o objetivo do capítulo seguinte será evidenciar as várias relações mantidas e articuladas por diversos agentes públicos e privados para a construção da barragem do Bico da Pedra, obra necessária para a construção do PIG, e compreender as experiências, conflitos e interpretações dos trabalhadores diante da iminência de serem desapropriados de suas terras em nome do progresso e da modernização do campo.

## CAPÍTULO 4

### DISPUTANDO ESPAÇOS, CONSTRUINDO MEMÓRIAS: DESAPROPRIAÇÕES, SENTIDOS DA TERRA E TENSÕES SOCIAIS

Este capítulo versa, entre outras questões, sobre a dialética desenvolvimento e conflitos sociais como elementos intrínsecos e simultâneos ao processo histórico. A construção do PIG e do Bico da Pedra colocaram, em um mesmo tempo e espaço, diferentes valores, interesses e expectativas sobre o mundo rural, o que acabou por transformar a política agrícola pensada por agentes governamentais para o Vale do Gortuba em uma questão agrária. O que era tido como desenvolvimento passou a gerar e coexistir com conflitos sociais, uma vez que as promessas generalizantes e universais da melhoria das condições de vida e trabalho das pessoas não foram cumpridas.

Na produção social de memórias existe a construção de sentidos do passado e projetos de futuro dentro de um contexto em que os grupos sociais dominantes procuram exaltar marcos temporais, enquanto as narrativas dos trabalhadores reorganizam e reinterpretam o tempo linear e ordenado do progresso colocando suas lutas, resistências, dissonâncias e fissuras como elementos inerentes à disputa em torno do espaço.

A memória dominante e a memória dos trabalhadores são constituídas em uma mesma realidade histórica, o que nos remete ao pensamento de Alessandro Portelli quando salienta que é necessário ao pesquisador se afastar de uma tendência a descrever como a memória dos trabalhadores se opõem àquela que é tida como oficial procurando, em contrapartida, “apreender a dinâmica social em sua complexidade, estudando experiências e memórias compartilhadas, divididas e contraditórias, em convívio e em confronto.”<sup>281</sup>

#### 4.1- De polígono das secas ao polígono irrigado: mediações e processos na história

Quando, em 16 de maio de 1978, o então Diretor Geral do Dnocs, o engenheiro José Osvaldo Pontes<sup>282</sup>, em palestra proferida na Comissão de Agricultura do Senado Federal, salientou que “a partir desta década, a finalidade da Autarquia passou a ser a

---

<sup>281</sup> ALMEIDA, Paulo Roberto de, KHOURY, Yara Aun. **História Oral e Memória**: Entrevista com Alessandro Portelli. In: Revista História e Perspectivas, nº 25/26. Uberlândia\MG. Universidade Federal de Uberlândia, 2002, p. 31.

<sup>282</sup> José Osvaldo Pontes é engenheiro civil e eletrotécnico. Foi Diretor Geral do Dnocs entre os anos de 1974 a abril de 1985.

valorização hidroagrícola das terras agricultáveis do Nordeste, através de uma agropecuária racional e moderna, visando à competitividade da economia de mercado”,<sup>283</sup> ele expressava anseios, desejos e expectativas de certos grupos sociais.

A criação de perímetros irrigados não constitui uma política econômica isolada dos interesses dominantes que atuavam no Nordeste e Norte de Minas. A análise da localização dos polos de agricultura irrigada, sobre a época histórica em que surgiram e sobre as classes beneficiadas ou excluídas são alguns fatores que contribuem para a desnaturalização das políticas econômicas, que aqui são consideradas como “produtos e resultados do embate entre forças\grupos sociais diversos, em disputa pela inscrição de suas demandas específicas junto aos aparelhos do Estado em sentido estrito.”<sup>284</sup>

A política econômica é política antes de ser economia, embora muitas vezes esta questão desapareça diante das análises que naturalizam ou neutralizam a relação complexa e dialética que envolve a sociedade política e a sociedade civil. A noção de Estado ampliado apreende as relações entre as classes sociais e o Estado de tal forma que nos permite observar a história enquanto processo que envolve conflitos e embates por determinados modelos de sociedade e desenvolvimento.

A irrigação em regiões assoladas por longas estiagens, como o Norte de Minas e o Nordeste, foi divulgada pela imprensa, por políticos, empresários, engenheiros e técnicos agrícolas como solução para “combater a seca”. As promessas de geração de emprego e renda, aumento da produção e da produtividade agrícola e criação de uma agropecuária moderna encontravam terreno fértil e aceitação social devido às condições climáticas e sociais existentes.

A construção de perímetros irrigados no Brasil esteve alinhada à noção de desenvolvimento propalado pelos Estados Unidos aos países terceiro-mundistas após a Segunda Guerra Mundial, ou seja, a superação da pobreza aconteceria por intermédio do avanço das relações capitalistas. A intervenção na bacia hidrográfica do Vale do Tennessee foi, de modo corriqueiro, citado nas reuniões que deram origem, na década de 1940, a Comissão do Vale do São Francisco-CVSF-, responsável pela exploração e aproveitamento “racional” do rio homônimo.

---

<sup>283</sup> PONTES, Osvaldo José. **O trabalho do DNOCS e o Programa de Irrigação do Nordeste Semi-árido**. Brasília: Ministério do Interior, 1978, p.09.

<sup>284</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. **Economia e política no Brasil: uma reflexão**. In: II Jornadas de Historia Economica, Montevideo. Anais... Montevideo: Asociación Uruguaya de Historia Economica, 1999, p.15. (CD ROM).

De acordo com Luciene Rodrigues<sup>285</sup>, os estudos de entidades norte-americanas sobre o potencial irrigável brasileiro levou o governo daquele país não apenas a financiar, a elevados juros, a construção de polos hidroagrícolas, mas também a interferir na criação e extinção de instituições diretamente ligadas a este setor. Rodrigues salienta que, de 1964 a 1967, o Bureau of Reclamation, órgão do governo dos Estados Unidos responsável pela administração de águas e irrigação, prestou assistência técnica à CVSF, em convênio que envolvia também a Sudene, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), criada em 1945, e a United States Agency for International Development (USAID), para realizar um reconhecimento geral dos recursos hídricos e de solos do Vale do São Francisco. O objetivo era o desenvolvimento da irrigação. O Bureau apontou duas conclusões: (a) a existência de três milhões de hectares de terras potencialmente irrigáveis e, (b) a necessidade de reestruturar a CVSF. Após a extinção da CVSF, foi criada, em 1967, a Superintendência de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (SUVALE). Posteriormente, por recomendação da empresa americana Development and Resources Corporation, dirigida pelo fundador do Tennessee Valley Authority, a SUVALE foi extinta e em seu lugar foi instituída a Codevasf.

Embora a irrigação no Vale do Rio São Francisco fosse defendida por diversos intelectuais durante as décadas de 1940 e 1950, esta prática viria a tornar-se realidade apenas na segunda metade do século XX.<sup>286</sup> A irrigação aparecia prioritariamente como “redenção”, denotando um caráter social necessário para legitimar-se perante a população. O progresso e a modernidade não deveriam ser vistos como distantes e estranhos aos trabalhadores, mas sim como conquistas a serem usufruídas coletivamente, ou seja, um bem comum.

---

<sup>285</sup>RODRIGUES, Luciene. **Investimento agrícola e o grande Projeto Jaíba**. Uma interpretação: 1970-1996. 337 Fls. Tese (Doutorado em história econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998, p.26-27.

<sup>286</sup> Em seus estudos sobre lideranças mineiras e baianas na criação da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), entre 1946 e 1948, Laurindo Mekie Pereira salienta a participação do engenheiro Geraldo Rocha e dos deputados Manuel Novais (BA) e José Maria Alkmin (MG) na defesa de interesses, projetos e investimentos em navegação, irrigação e geração de energia ao longo do “Velho Chico”. Para justificar a integração do Vale do São Francisco no orçamento nacional, os sujeitos citados defendiam que aquela região era estratégica para o país e indispensável à unidade nacional. A partir da atuação daqueles intelectuais na CVSF, Pereira concluiu que “o território-nacional, são franciscano ou estadual- é o elemento mais presente nos discursos. No entanto, é a classe social e os projetos políticos individuais de cada interveniente as variáveis que mais determinam suas ações concretas”. PEREIRA, Laurindo Mekie. Em nome do Vale e da nação: A intervenção de Geraldo Rocha, Manoel Novais e José Maria Alkmin nos debates sobre o desenvolvimento do Vale do São Francisco. In: PAULA, Dilma Andrade; PEREIRA, Laurindo Mekie (orgs). **Desenvolvimento em Minas Gerais: projetos, agentes, viveres**. Jundiaí, SP: Paco Editorial: 2017, p.140.

No contexto das décadas de 1960 e 1970, a irrigação passou a ser a “menina dos olhos” da classe dominante e de seus aparelhos privados de hegemonia que atuavam no Vale do Gortuba, com destaque para o jornal “O Gortuba” e o Sindicato dos Produtores Rurais de Janaúba que divulgavam e repetiam exaustivamente que a construção dos perímetros irrigados era a solução para os problemas sociais e econômicos que, segundo eles, eram criados pela seca.

Raimundo Brandão, escrevendo logo após as eleições para o legislativo federal e estadual, mantinha um otimismo quanto a promessa dos militares de criarem políticas desenvolvimentistas e conclamava a população para apoiar os novos deputados eleitos. Segundo ele “ não está longe o tempo em que do Bico da Pedra advirá a força dinâmica para acelerar o progresso desta cidade, aquela barragem que, há tantos anos acaricia nossos sonhos, breve será uma doce realidade.”<sup>287</sup>

Ao divulgar publicamente seu apoio à criação da represa, obra vista como essencial para viabilizar a irrigação no Vale do Gortuba, o jornalista Raimundo Brandão reafirmava o compromisso da imprensa local com os projetos de cunho desenvolvimentista. A defesa do noticiário semanal na construção da referida obra procurava transmitir ao seu público leitor uma imagem de harmonia e consenso entre vários setores sociais, o que acabava por contribuir para a criação de uma narrativa única e homogênea acerca da realidade histórica.

Ao longo da década de 1970, o jornal *O Gortuba* noticiava os males e as consequências da seca no objetivo de sensibilizar e chamar a atenção dos políticos e das lideranças para que pudessem “socorrer” a região. A cronologia das reportagens indica como a imprensa primeiramente criava um cenário sensacionalista onde destacava-se a calamidade, miséria e catástrofe socioeconômica para posteriormente cobrar de entidades governamentais a construção do lago artificial. Em 28 de fevereiro de 1971, a manchete do jornal era “sêca leva pânico ao norte-mineiro”<sup>288</sup>, na semana seguinte, em caixa alta, era noticiado que “Minas pede a SUDENE para combater a sêca”<sup>289</sup> e, em 14 de março daquele ano, a primeira página tinha como título “Bico da Pedra”<sup>290</sup>, salientando que a barragem seria a salvação para o Vale do Gortuba.

Durante aquelas três semanas foi criada uma estratégia jornalística que fazia da imprensa não um simples meio de comunicação, mas um aparelho que procurava alcançar

---

<sup>287</sup> Creio no futuro de Janaúba. **O Gortuba**. Janaúba, 02 abr. 1967, p.01.

<sup>288</sup> Sêca leva pânico ao norte-mineiro. **O Gortuba**. Janaúba, 28 fev. 1971, p.01.

<sup>289</sup> MINAS PEDE A SUDENE PARA COMBATER A SÊCA. **O Gortuba**. Janaúba, 07 mar. 1971, p.01.

<sup>290</sup> Bico da Pedra. **O Gortuba**. Janaúba, 14 mar. 1971, p.01.

os corações e as mentes da população. No contexto da seca, o noticiário procurava, diante do imaginário coletivo, transformar a irrigação em um objetivo a ser atingido, uma meta a ser alcançada, uma promessa a ser cumprida e a ideia de que o futuro seria melhor do que o passado. O “combate à seca” transforma-se em discurso que se assentava na perspectiva de que políticas consideradas como desenvolvimentistas solucionariam os problemas sociais e econômicos das regiões semiáridas, negligenciando o fato de que tais intervenções, historicamente, têm servido e aberto novas possibilidades de avanço do capital.<sup>291</sup>

Sob o mantra e a ideologia do desenvolvimento, que se realizaria com a superação do atraso e do “combate à seca”, diversos intelectuais e entidades que atuavam junto à sociedade civil somaram esforços objetivando “melhorar” o Vale do Gortuba por intermédio da irrigação, como pode ser expresso na reportagem abaixo

Integrando a comissão municipal de Janaúba, chefiada pelo dinâmico prefeito Eduardo Nogueira, Edgar Barbosa, assessor de assuntos municipais, Valdir Nunes, presidente do sindicato ruralista, Wildemar Cruz, presidente da Cotejan industrial, Drausio Coelho, representando as classes conservadoras, e Bicalho Brandão, diretor de “O Gortuba”, compareceu ao chamamento do governador Israel Pinheiro para participar da reunião da SUDENE que se realizou dia 22 do mês findo, em Montes Claros.

A comissão participou de todas as solenidades, reservando porém, o momento para que pudesse, junto aos dirigentes da SUDENE, levar suas reivindicações. Assim, a comissão chefiada pelo prefeito Eduardo Nogueira foi com a comissão apresentado ao diretor da SUDENE, pelo incansável defensor desta região, Deputado Teófilo Pires, General Euler Bentes, oportunidade em que o prefeito lhe entregou um memorial contendo as reivindicações para Janaúba assim descritas: CEMIG, quando poderia esta cidade contar com a força da luz? segunda reivindicação: “água e esgoto”; de momento, disse aos presentes que, em parte o problema da água estava resolvido pela CAENE, e que já estava autorizada a concluir o resto da extensão da rede, mas quanto ao esgoto era um problema mais complicado; passou a responder o terceiro item: “Bico da Pedra”. S.S manda procurar o diretor do DNOCS, Cel. Pinho, e

---

<sup>291</sup> Escrevendo sobre algumas ideias desenvolvimentistas defendidas por parlamentares durante os anos que antecederam a criação da Comissão do Vale do São Francisco, Dilma Andrade de Paula tece considerações que nos ajudam compreender a lógica da política econômica que ao longo dos anos vem sendo implantada no Norte de Minas e Nordeste brasileiro. Segundo ela “as conjunturas mudam e, em cada novo projeto desenvolvimentista parece estar a ‘solução definitiva’ para os problemas da população do Vale: seca, enchente, falta de saneamento, miséria etc. Em cada novo projeto, omite-se a vasta história do que se fez ou se tentou fazer antes. Talvez a omissão de informações e a dispersão de memórias sejam também estratégias de poder, em renovadas hegemonias. O discurso de desenvolvimento em torno da ‘seca’ ou das potencialidades dos rios e de suas águas traz, em sua prática correlata, a recriação ou invenção de novas fronteiras de expansão de capital.” PAULA, Dilma Andrade de. **Estado brasileiro e desenvolvimento regional**: o debate parlamentar na constituição da Comissão do Vale do São Francisco (1946-1948). In: Revista de História Regional. Vol. 17, núm. 01. Ponta Grossa, PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2012, p. 234.

este relatou o que há sobre esta barragem: por enquanto o Bico da Pedra só tem o acampamento constando do orçamento para 1968 uma verba de quase dois bilhões de cruzeiros e que seria logo atacado. Com sua personalidade marcante e entusiasmo para resolver os problemas afetos a SUDENE, o General Euler terminou sua entrevista, ficando para a comissão janaubense ótima impressão do homem público que é o General Bentes.<sup>292</sup>

A comissão era formada por representantes da política local, imprensa, indústria, latifúndio e “classes conservadoras”,<sup>293</sup> possuindo como objetivo requerer maiores investimentos para Janaúba, usando como justificativa o fato daquele município integrar a Área Mineira da Sudene (AMS). O pertencimento à AMS foi constantemente usado pela classe dominante regional no sentido de fazer um jogo duplo, se identificando ora como “Minas”, ora como “Gerais”, segundo as conveniências e interesses de cada momento histórico.

Títulos como “SUDENE e Janaúba”, “SUDENE e Estado”, “Até então esquecidos” e “Reunião da SUDENE”, entre outros similares, eram corriqueiros no jornal *O Gorutuba* e serviam tanto para afirmar o Norte de Minas como parte do Nordeste semiárido como um convite aos grades empresários, da indústria e da agropecuária, para participarem das reuniões no objetivo de que aproveitassem as vantagens e benefícios conferidos aos interessados em a investir no desenvolvimento da região.

A comissão que participou de reuniões em Montes Claros solicitou vários “melhoramentos”, entretanto, uma atenção maior era dada a construção da barragem para viabilização da agricultura irrigada que, por sua vez, era compreendido como setor capaz de dinamizar outros ramos da economia, principalmente o comércio e a indústria, fato esse que explica a presença de representantes destas atividades no encontro. A localização geográfica e as deficiências sociais e econômicas da população constituíam justificativas para cobrar da Sudene ações e investimentos.

O desenvolvimento envolve, pois, relações de poder, de transformar antigas configurações sociais, produtivas e econômicas em novas e evoluídas estruturas sob a égide da racionalidade e do planejamento. Este processo não acontece a partir do esforço de um

---

<sup>292</sup> SUDENE e Janaúba. *O Gorutuba*. Janaúba, 01 out. 1967, p.01.

<sup>293</sup> Ao que parece, a ideia de “classes conservadoras” estaria associada ao pensamento de Rui Barbosa que afirmava que tais classes representam a propriedade e o trabalho, a produção e a riqueza, a inteligência e a fecundidade, a paciência e a força. As classes conservadoras estariam mais ligadas à princípios de honra e moralidade do que ao lugar de produção ocupado pelos sujeitos. Na Comissão de Janaúba citada, o representante das classes conservadoras, Drauzio Coelho, era comerciante. Cf. BARBOSA, Rui. *As classes conservadoras*. Conferência Pronunciada na Associação Comercial do Rio de Janeiro, a 8 de março de 1919. Rio de Janeiro/São Paulo: Fundação Casa de Rui Barbosa/LTr, 1986.

único agente ou de ações isoladas de determinados aparelhos privados de hegemonia. É da articulação de diferentes redes e instituições, denominada por alguns pesquisadores de “consorciação”,<sup>294</sup> que apreende-se como se constitui o *modus operandi* do desenvolvimento.

Os relacionamentos pessoais, políticos e econômicos eram importantes para transformar demandas e interesses de frações da classe dominante do Vale do Gortuba em um projeto defendido em âmbito estadual e federal, o que contribuiria substancialmente para que a construção da barragem tivesse prioridade nos planos e metas de órgãos públicos.

Lideranças regionais, usando de seu prestígio e influência, também buscavam remeter à agentes e agências governamentais petições e questionamentos quanto ao andamento das obras do açude do Bico da Pedra, como pode ser verificado abaixo

Em resposta a um memorial enviado ao presidente Médici, em nome dos gortubanos, o dr. Edilson Brandão Guimarães, fazendeiro neste município, onde vem prestando relevantes serviços não só a Janaúba, mas a toda região, ressaltou a necessidade de ser dado andamento às Obras da Barragem do Bico da Pedra em Janaúba.

Acaba de receber em resposta do Governo, que lhe dirigiu, por intermédio do engenheiro José Lins de Albuquerque, diretor-geral do DNOCS, o seguinte radiograma: “Referencia seu material 20 de janeiro do corrente ano, dirigido ao Sr. Exmo. Presidente da República, informo Projeto Vale do Gortuba com 37.687 hectares terras aproveitáveis, incluindo projeto GEIDA, que o DNOCS fará este ano projeto Barragem Bico da Pedra, havendo recursos orçamentais do corrente ano para este projeto.”<sup>295</sup>

Edilson Brandão Guimarães<sup>296</sup> transitava no meio político e social norte-mineiro procurando adeptos para uma “causa” ao mesmo tempo em que se projetava enquanto defensor do progresso regional. Suas concepções e visões de mundo eram coerentes com os interesses de frações da classe dominante que viam na barragem Bico da Pedra o principal empreendimento do Estado para o Vale do Gortuba.

---

<sup>294</sup> RIBEIRO, Gustavo Lins. **Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento**. Novos estudos. - CEBRAP, São Paulo, n. 80, mar. 2008, p. 110. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002008000100008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000100008)>. Acesso em: 12 Julho 2017.

<sup>295</sup> Presidente Médici determina: Bico da Pedra ainda este ano. **O Gortuba**. Janaúba, 26 abr. 1970, p.01.

<sup>296</sup> Edilson Brandão Guimarães nasceu em Abreçamo-MG, em 1933. Graduado em Engenharia de Agrimensura, foi fazendeiro, político e uma importante liderança rural do Norte de Minas. Foi presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Janaúba entre os anos de 1986 a 1988. Na década de 1980, também ocupou a presidência Covag. Brandão foi eleito prefeito de Janaúba, em 1992, contudo, faleceu no dia 17 de fevereiro de 1994, não concluindo seu mandato.

Ao transformar uma demanda específica em um projeto universal, que pode ser observada no memorial enviado “em nome do povo gorutubano”, Brandão se apresenta enquanto intelectual que ajudava a difundir a ideia de que a seca deveria ser “combatida” por meio da construção de barragens, ou seja, o trabalho de convencimento somente seria eficaz se encontrasse ressonância na vida cotidiana da população.

A criação de relações e laços por parte de agentes e agências que atuavam junto à sociedade civil com políticos oriundos do Norte de Minas, especificamente de Janaúba e Porteirinha, constituía um importante caminho para que a construção da barragem estivesse na pauta de discussões e investimentos do Ministério do Interior<sup>297</sup> e de autarquias a ele subordinadas, como o Dnocs e a Sudene. Apesar das demandas, louvores e agradecimentos direcionados pela imprensa à diversos políticos considerados como os responsáveis por algumas obras naquele município, como escolas, postos de saúde, bancos e instalação de comarcas, destacamos os nomes de Edgar Martins Pereira<sup>298</sup> e Simeão Ribeiro Pires. Ambos apareciam constantemente na imprensa local e regional como os mais “intrépidos defensores” da construção da barragem do Bico da Pedra.

Desde a eleição de Edgar Pereira para Deputado Federal no pleito ocorrido em novembro de 1966, o jornal “O Gorutuba” mantinha uma posição elogiosa e amigável ao seu respeito. Em outubro de 1968, Pereira convidou o editor-chefe do periódico, o jornalista Bicalho Brandão, para visitar o seu escritório em Montes Claros, visando manter um diálogo permanente e à divulgação das ideias e ações do parlamentar em prol da “esquecida região norte-mineira”.<sup>299</sup>

Foi principalmente em torno dos Deputados Federais Edgar Pereira e Luiz de Paula Ferreira<sup>300</sup> que a burguesia agrária e urbana do Norte de Minas concentrou os esforços e

---

<sup>297</sup> O Ministério do Interior (MINTER) foi criado em 1967, no governo de Castelo Branco, e extinto em 1990 no mandato do presidente Fernando Collor. Entre suas principais competências estavam o saneamento básico, proteção contra as secas, assistência às populações atingidas por calamidades públicas, criação de obras de irrigação, assistência ao índio e o Programa Nacional de Habitação (PNH).

<sup>298</sup> Edgar Martins Pereira nasceu em Brasília de Minas (MG) no dia 31 de outubro de 1912. Foi, comerciante, industrial, agricultor e Deputado Federal (1967-1973) pela Aliança Renovadora Nacional (Arena). Foi membro efetivo das comissões de Orçamento e de Política Salarial e suplente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados. Faleceu no dia 11 de abril de 1973, no exercício do mandato. PEREIRA, Edgar Martins. Cf. **Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br> Acesso em: 10 maio 2017

<sup>299</sup> Deputado Edgar Martins Pereira. **O Gorutuba**. Janaúba, 06 out. 1968, p.01.

<sup>300</sup> Luís de Paula Ferreira nasceu em Várzea de Palma (MG), em 1917. Fez o curso de contador no Instituto Norte Mineiro de Educação, em Montes Claros e, em 1952, bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade Fluminense de Direito, em Niterói. Fazendeiro e industrial, foi diretor de implantação da Frigonorte de Minas S.A. e diretor da Companhia Regional de Veículos e Acessórios (Crevac). Em 1962, foi eleito vice-prefeito de Montes Claros na chapa do Partido Social Democrático (PSD) encabeçada por Pedro Santos, sendo empossado no cargo em janeiro do ano seguinte. Com o bipartidarismo aliou-se à ARENA, sendo eleito Deputado Federal, cargo exercido entre os anos 1967 a 1971. Em 1975, fundou a Companhia de

esperanças no objetivo de revogar a reforma administrativa pela qual passaria o Dnocs na década de 1960, o que viria a eliminar o 7º Distrito localizado em Montes Claros. Como esta autarquia tinha sido “capturada pelas elites regionais”<sup>301</sup>, o que significa dizer que suas obras beneficiavam diretamente ou indiretamente a classe dominante, houve diversas reivindicações de prefeitos, vereadores e sindicatos patronais, sempre em nome do povo, para que deputados eleitos pelo Norte de Minas se mobilizassem e cobrassem de ministros e lideranças políticas a permanência do Dnocs na região, o que viria, de fato, a acontecer.

Edgar Pereira atuava em diversas frentes para promover a construção da barragem do Bico da Pedra: fazia discursos na tribuna do Congresso Nacional, reunia-se com políticos e entidades classistas e enviava mensagens para órgãos governamentais questionando sobre o andamento das obras. A edição de 31 de março de 1968 do periódico *O Gorutuba* destacou uma destas estratégias do parlamentar

O deputado Edgar Pereira, incansável defensor desta região junto aos poderes Federal e Estadual, enviou, através da mesa da Câmara dos Deputados, requerimento solicitando ao Sr. Ministro do Interior informações sobre em que situações se encontram as obras do açude do Bico da Pedra, conforme abaixo publicamos.

Senhor Presidente,

O Deputado que este subscreve requer à Mesa que nos termos e prazos regimentais, sejam formuladas ao Poder Executivo, através do Ministério do Interior, as seguintes perguntas:

- 1) Quais as providências atuais do Ministério do Interior com referência à continuidade das obras do Açude Público do Bico da Pedra, município de Janaúba, MG?
- 2) Quais os estudos e levantamentos que ainda faltam e fazem necessários para o início da construção da barragem?
- 3) Quais os prazos para a conclusão desses estudos e levantamentos e a que firmas ou outras entidades governamentais foram confiadas?
- 4) No caso de já se terem concluídos esses estudos e levantamentos, quais as causas que impedem o pronto início das obras de construção da referida barragem?

Edgar Martins Pereira<sup>302</sup>

A construção da barragem e do perímetro irrigado no Vale do Gorutuba foram tecidos ao longo de décadas, em meio a avanços e recuos. A transformação geográfica e

---

Tecidos Norte de Minas (Coteminas), da qual se tornou diretor-presidente. Fundador e diretor da Associação Comercial e Industrial de Montes Claros, foi também vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais. FERREIRA, Luís de Paula. Cf. **Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br> Acesso em: 10 maio 2017.

<sup>301</sup> OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflito de classes. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 51.

<sup>302</sup>Barragem Bico da Pedra. **O Gorutuba**. Janaúba, 31 mar. 1968, p.01.

econômica não foi algo espontâneo, mas envolveu a atuação conjunta e simultânea de fatores sociais, econômicos, políticos e ideológicos no objetivo de criar uma nova hegemonia cunhada sob a aparência do desenvolvimento e do progresso.

A classe dominante, usando da influência que mantinha sobre a população, contribuiu substancialmente para que representantes do Norte de Minas fossem eleitos para o Congresso Nacional, o que permitia criar um caminho para que interesses locais e regionais fossem concretizados através da força que o novo parlamentar viria a exercer na esfera da União.

Nas questões elaboradas pelo Deputado Edgar Pereira ao MINTER, percebe-se que o emprego de termos como “providências” e “prazos” revela uma cobrança no sentido de que o responsável por aquela pasta elaborasse um cronograma das obras de irrigação e que o mesmo tivesse prioridade devido os problemas hídricos e econômicos do vale gorutubano. O discurso regionalista que retratava o Norte de Minas como abandonado e esquecido, bem como a representação do produtor rural como coitado e eterna vítima das estiagens climáticas, foi largamente usado por políticos e intelectuais que tomaram para si a “missão” de superar aquela realidade.

A divulgação do requerimento de Edgar Pereira no dia 31 de março de 1968, quatro anos após o golpe militar, não foi por acaso. A imprensa janaubense procurava associar a “revolução de 64” a grandes projetos de desenvolvimento nacional, como assinalado no capítulo anterior. O noticiário reproduzia o discurso de ordem e progresso do governo militar para evitar a censura e continuar circulando com o lema de “servir à nação”.

Em junho de 1968, *O Gorutuba*, baluarte e porta-voz dos políticos e de seus projetos de desenvolvimento, noticiava que o então Ministro do Interior, Rangel Reis, tinha respondido ao requerimento enviado por Edgar Pereira

Sr. Deputado

Ouvido o Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, órgão do qual está afeta a obra em apreço, apresso-me a apresentar a v. Excia, de um empreendimento gigantesco, de elevado custo e grande alcance econômico e social, razão por que, a decisão do início das obras exige fundamentação sólida.

Assim, o DNOCS, com apóio nos pareceres de seus órgãos técnicos, optou pela execução de estudos complementares, já em curso, visando a definição, a médio prazo de:

a) Um plano diretor do aproveitamento, em irrigação, através dos estudos de viabilidade, envolvendo toda a potencialidade do vale em recursos de água e solo.

b) Outros aproveitamentos potenciais, possibilitando estimar a relação benefício-custo, compatíveis com os interesses atuais dos investimentos

governamentais. Ao ensejo, sr. Deputado, renovo a V. Excia. os meus protestos de elevada estima e distinguido apreço.<sup>303</sup>

Apesar das políticas de irrigação terem surgido no Brasil no século XIX, foram poucas as ações do Estado na criação de perímetros irrigados até a década de 1970. Nos primeiros anos da Sudene, o polos hidroagrícolas não faziam parte dos planos da autarquia; foi após o golpe militar de 1964 que houve uma política sistemática e coordenada que passou a traçar metas e diretrizes relacionadas a esta questão.

As chamadas obras faraônicas integravam o “Brasil grande” defendido pelo governo militar com o argumento de que o tamanho da obra seria proporcional aos seus benefícios sociais e econômicos, o que criava uma expectativa na população de “quanto maior, melhor”. Mesmo não sendo, em âmbito nacional, considerada uma obra faraônica, a construção da barragem do Bico da Pedra foi descrita pelo Ministro Rangel Reis como um “empreendimento gigantesco” que integraria os vários projetos de desenvolvimento executados pelo Dnocs nas regiões semiáridas do país.

Até aquela data, 1968, haviam sido realizados apenas estudos iniciais de geologia e hidrologia no Vale do Gortuba que, segundo o MINTER, não garantiam uma “fundamentação sólida” acerca da possibilidade de irrigação. Estas pesquisas estavam relacionadas à questão da água e do solo, não sendo capazes de atestar que os custos seriam “compatíveis com os interesses atuais dos investimentos governamentais”.

Para que o investimento do governo correspondesse à expectativa de modernização e capitalização do campo, foram realizadas, em 1969, pesquisas que buscavam observar a realidade social, cultural e econômica dos produtores rurais de Janaúba e Porteirinha, assim como suas potencialidades mercadológicas e produtivas. A partir deste propósito, foi firmado um convênio entre o Dnocs e a Secretaria de Agricultura de Minas Gerais que resultou no “Estudo sócio-econômico e programação preliminar para a região do baixo Gortuba”, um extenso trabalho contendo 267 páginas e que foi dividido em quatro partes: estudo técnico-econômico, estudo sociológico, estudo de comercialização e estudo de mercado.<sup>304</sup>

---

<sup>303</sup> Açude do Bico da Pedra. **O Gortuba**. Janaúba, 26 jun. 1968, p.01.

<sup>304</sup> Segundo o documento, estes estudos tiveram a autoria, respectivamente, do engenheiro agrônomo Antônio Felício Filho, da socióloga Maria Isabel Esteves Marzana, do engenheiro agrônomo Paulo Brasil Páez e do engenheiro agrônomo José Rafael Soares Camargo. A coordenação geral era de responsabilidade dos engenheiros agrônomos Márcio Luiz Pellizzaro Lima e Paulo Brasil Páez.

Como fonte de trabalho, os pesquisadores usaram a oralidade<sup>305</sup> e documentos fornecidos pelas prefeituras de Janaúba e Porteirinha. O resultado foi um relatório com uma linguagem simples e didática que procurou evidenciar como uma terra onde a agricultura, considerada primitiva e ineficiente, poderia, com os investimentos estatais, transformar-se em referência produtiva e comercial. Se o diagnóstico acerca da realidade dos modos de vida, trabalho e produção dos produtores rurais foi negativo, sendo caracterizados como inadequados, ineficientes, atrasados e\ou conservadores, houve um otimismo quanto ao futuro da região diante da possibilidade de ser criado um perímetro irrigado.

No relatório são apresentados vários gráficos, tabelas e estatísticas intencionando demonstrar que a irrigação seria a solução\redenção para os problemas sociais e econômicos do Vale do Gortuba. A “solução hídrica”, denominação usada pelo Dnocs para se referir aos perímetros irrigados, era vista como prática ideal para a transformação de áreas consideradas improdutivas e atrasadas economicamente.

No final do relatório foi aberto um espaço para a “Programação Preliminar para o Vale do Gortuba” e também para as considerações finais, ambos escritos pelos coordenadores do estudo. Neles foram abordados temas como o consumo de água necessário para a produção agrícola, os benefícios esperados e o potencial de mercado. Os engenheiros indicaram que nas terras regadas deveriam ser cultivados alguns produtos tradicionais da região (feijão, algodão e mamona) e outros que eram vistos como de fácil comercialização e de alto valor agregado (laranja, banana e abacaxi) sendo que, em tese, estes últimos poderiam ressarcir o valor do investimento e gerar lucro.

Os autores procuraram demonstrar a realidade da agricultura nos municípios de Janaúba e Porteirinha, na década de 1960, e indicar as vantagens da implantação de um perímetro irrigado. Considerou-se que

A implantação de um projeto como o que se propõe para o Vale do Gortuba requer uma série de preparativos iniciais, ainda mais quando se sabe que a irrigação é prática agrônômica praticamente desconhecida na região. Dêste modo, um programa de assentamento gradativo dos agricultores é recomendável ao mesmo tempo que os princípios básicos da prática de irrigação forem transmitidos aos mesmos.

---

<sup>305</sup> A metodologia usada foi denominada de “entrevista direta por meio de questionários”. Foram aplicados questionários a 131 famílias sendo que, deste total, foram eliminadas 16 por residirem em propriedades inferiores a 3,75 hectares que eram consideradas, pelos responsáveis pelo estudo, como minifúndios improdutivos. Os produtores rurais entrevistados foram distribuídos em 7 classes segundo a quantidade de hectares que possuíam: 1ª: de 3,75 a 10, 2ª: de 10 a 20, 3ª: de 20 a 30, 4ª: de 30 a 50, 5ª: de 50 a 150, 6ª: de 150 a 300, 7ª: acima de 300.

A prática de irrigação deverá ser acompanhada das demais práticas comuns na agricultura de elevado nível de tecnologia, uma vez que o valor total da água de irrigação não deverá ser conseguido, na produção, se não houver uma combinação ótima de irrigação com as demais técnicas observadas numa agricultura desenvolvida.

Torna-se recomendável a instalação de experimentos agronômicos, principalmente na fase inicial, que deverão responder questões como as melhores épocas de plantio, melhores variedades, fórmulas mais adequadas de fertilizantes. Assim, o calendário agrícola e o sistema de rotação poderão ser ajustados as reais condições do Vale.

O projeto de irrigação do Vale apresenta pontos positivos quanto aos aspectos que pode proporcionar, não só pelas suas características, como também pela área em que será localizado. Entre êstes pontos, destacam-se:

- curto período de maturação dos investimentos, uma vez que grande parte da produção agrícola é proveniente de culturas anuais;
- a depreciação do capital que deverá ser aplicado é de lento desgaste (50-100 anos);
- utilização de grande quantidade de recursos atualmente inexplorados, principalmente terras férteis e mão de obra;
- descentralização de aplicação de capital, beneficiando uma região relativamente menos desenvolvida no Estado e
- oportunidades de trabalho para grande contingente populacional.<sup>306</sup>

O uso de dados quantificáveis em detrimento de outros aspectos procura criar uma relação de causa e efeito onde o progresso era visto como resultado direto do avanço tecnológico. A soma da irrigação com defensivos químicos, qualidade do solo gorutubano e mercado favorável resultariam em um avanço da renda per capita, do PIB e da balança comercial, características que os ideólogos do crescimento econômico traduziram como desenvolvimento.

Na análise integrada e conjunta das partes que compõem o relatório percebe-se uma unanimidade por parte dos autores em salientar que os modos de viver e trabalhar dos proprietários rurais entrevistados constituíam entraves e impeditivos à nova tecnologia agrícola, de maneira que o estudo sociológico ponderou que “a importação de técnicas modernizadas e de elementos culturais urbanos e sua difusão no campo é incompatível com a manutenção de uma sociedade rural comprometida com valores tradicionais.”<sup>307</sup> Foi a partir desta constatação que a “programação preliminar” indicou um assentamento gradativo de agricultores considerados “mais evoluídos” e não o aproveitamento dos produtores rurais da região.

---

<sup>306</sup> MINAS GERAIS. **Estudo sócio-econômico e programação preliminar para a região do baixo gorutuba-MG.** Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Agricultura de Minas Gerais\Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS. 1969, p. 258-259.

<sup>307</sup> Idem, p. 104.

O caráter e impacto social do projeto de irrigação para os moradores e trabalhadores do Vale do Gortuba estaria na promessa de geração de emprego, dado que a mão de obra local era vista como um “recurso inexplorado”. Neste sentido, a criação de perímetros irrigados contribuiria para o desaparecimento das relações tradicionais de trabalho e crescente proletarização do homem do campo.

Com o discurso acerca da possibilidade da irrigação no Vale do Gortuba houve, por parte da burguesia regional (principalmente a localizada em Montes Claros), a intenção de transformar aquela demanda em um projeto maior que envolvesse toda a classe ruralista do Norte de Minas. Embora na década de 1970 a imprensa e os relatórios de autarquias federais noticiassem obras e estudos realizados para a criação do projeto Jaíba e do projeto Pirapora, as atenções e investimentos se concentraram, naquele momento, no projeto Gortuba pelo fato de suas obras estarem bastante avançadas em relação às demais.

A participação de frações da classe dominante montesclarenses na política de irrigação foi construída a partir dos laços e redes que seus membros mantinham com diversos atores sociais, econômicos e políticos. Entidades classistas passaram a trabalhar no objetivo de que a irrigação deixasse de ser um sonho e meta de grupos isolados que atuavam em determinados municípios para se transformar em expectativa que envolvesse todo o Norte de Minas.

Simeão Ribeiro Pires<sup>308</sup> foi um grande defensor da construção da barragem do Bico da Pedra e elo entre lideranças do Vale do Gortuba e de Montes Claros. Ao analisar a mobilização de frações da classe dominante para a obtenção de um tratamento privilegiado\ diferenciado para o Norte de Minas por integrar a Área Mineira da Sudene, Laurindo Mekie Pereira destaca que Simeão Ribeiro foi “um dos principais formuladores da ideologia regionalista, desempenhando o papel de *intelectual* das classes dirigentes, organizando-as, contribuindo para lhes dar homogeneidade e exprimirem-se política e economicamente.”<sup>309</sup>

---

<sup>308</sup> Simeão Ribeiro Pires foi fazendeiro, possuído terras inclusive em Janaúba, industrial, engenheiro civil, escritor, professor de química e de história, membro da Academia montesclarenses de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, prefeito de Montes Claros (1959-1963) e vereador (1965-1966\1967-1970) pelo mesmo município. Publicou os seguintes livros: “Raízes de Minas” (1979), “O padre e a bala de ouro” (1982) e “Serra Geral: diamantes, garimpeiros e escravos” (2001, obra póstuma), estes dois últimos tem o espaço gortubano como cenário principal. PIREs, Simeão Ribeiro. Cf. **Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros**. Disponível em: <[http://www.ihgmg.art.br/revista\\_volume1.htm](http://www.ihgmg.art.br/revista_volume1.htm)> Acesso em: 10 julho 2017.

<sup>309</sup> PEREIRA, Laurindo Mekie. **Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político nortemineiro**. 242 Fls. Tese (Doutorado em história econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007, p.106.

Em mensagem encaminhada ao jornal *O Gorutuba*, em setembro de 1968, Simeão se comporta como intelectual no sentido de procurar uma harmonia de interesses da classe dominante e conferir-lhe uma direção

Vamos olhar para o futuro! Descortinar dias de progresso para os nossos filhos.

Vamos lutar pela barragem do BICO DA PEDRA, que quando construída será a 5ª (quinta) barragem do Brasil.

Só de imaginarmos um lago a ser de mais de 45 quilômetros de extensão, nós teremos em plena zona das sêcas –exatamente onde se situa Janaúba–, fato positivo a modificar o nosso clima hostil, a permitir uma grande obra de irrigação, e por outro lado, ser um manancial robusto a fornecer água e energia elétrica e força para as várias de nossas cidades, inclusive o meio rural.

Acreditamos que abrirá um novo capítulo para a nossa abandonada região.

Antes e depois da barragem do Bico da Pedra.

Através de “O Gorutuba”, manifesto a todos os seus numerosos leitores do interesse da Sudene aqui em Janaúba, organizar uma Cooperativa Agro-Pecuária, com assistência técnica, fornecimento de investimentos, maquinários; ao nosso ver capaz de trazer incentivos do governo federal as mãos calorosas daqueles, até aqui esquecidos na zona rural.<sup>310</sup>

Ao fortalecer a imagem do Norte de Minas como região esquecida e abandonada, Simeão Ribeiro Pires intencionava aumentar as chances de liberação de recursos financeiros pela Sudene. Seu discurso mostra que a miséria e a seca, para além de uma realidade histórica, em determinadas circunstâncias, eram justificativas para aquisição de incentivos e investimentos para a referida “região”, leia-se grupos de interesse.

Os fatores naturais, “clima hostil”, abandono e esquecimento por parte do Governo Federal são destacados por Pires como responsáveis pelo atraso da região. O “novo capítulo” seria construído por intermédio da ciência e tecnologia de modo que a história do vale gorutubano teria como marco divisor a barragem do Bico da Pedra.

Simeão Ribeiro a partir do argumento do progresso, investimentos, cooperativização de produtores, técnica, etc. procurou transformar a questão da política de irrigação em uma meta da elite norte-mineira. Se sua fala em 1968, publicada pelo “O Gorutuba”, era direcionada à população janaubense, em outro discurso publicado pelo jornal “Diário de Montes Claros”<sup>311</sup>, desta vez datado de 1970, a mensagem do então vereador tinha como alvo outras pessoas e organizações

---

<sup>310</sup> Barragem do Bico da Pedra. **O Gorutuba**. Janaúba, 29 set. 1968, p. 01.

<sup>311</sup> O jornal “Diário de Montes Claros” foi fundado em 20 de maio de 1962 por Décio Gonçalves de Queiroz e Júlio de Melo Franco. De acordo com Camila Gonçalves Silva, o “Diário” marcou a imprensa escrita de

Em eloquente pronunciamento proferido da Tribuna da Câmara ontem, o vereador Simeão Ribeiro Pires afirmou que a barragem do Bico da Pedra será a redenção da região do Baixo Gorutuba, conclamando seus pares e tôdas as entidades de classe a lutarem pela urgente concretização daquela medida(...).<sup>312</sup>

O discurso de Pires buscava evidenciar que a construção da barragem era uma questão que transcenderia grupos sociais ou espaço geográfico devido seus impactos para a região e até mesmo para o país. Assim, as entidades de classe deveriam somar forças para transformarem a irrigação em um objetivo da “região” Norte de Minas. Neste sentido, a Sociedade Rural de Montes Claros<sup>313</sup> passou a realizar cursos, palestras e seminários sobre irrigação, além de encontros com ministros e deputados para tratarem da liberação de recursos para as obras. Muitos pecuaristas da maior entidade patronal do campo norte-mineiro estavam articulando para tornarem-se irrigantes de modo a manterem seus privilégios e benefícios diante da nova conjuntura econômica e produtiva que estava surgindo.

Enquanto Janaúba e Porteirinha eram beneficiadas com “obras públicas” e liberação de vultosos recursos para a irrigação, a maioria dos municípios norte-mineiros sofria com a falta de políticas sociais e serviços essenciais para a população. Este desenvolvimento desigual e combinado, em âmbito regional, não estava condicionado a fatores sociais, como a pobreza e o desemprego, que eram comuns a todos os municípios, mas sim às influências

---

Montes Claros por ter sido estruturado nos moldes de uma empresa que contava com a participação de 70 acionistas. Ainda de acordo com Silva, os responsáveis pelo periódico defendiam e difundiam o discurso de desenvolvimento atrelado a vocação agropecuária regional. Durante os primeiros anos após o golpe militar, passou a ser constante a presença de policiais militares nas redações dos jornais de Montes Claros no intuito de impedir a proliferação de ideologias de esquerda, como o comunismo e o socialismo. Diante daquelas circunstâncias, o “Diário” passou a ter “liberdade, mas com responsabilidade”, o que significava não publicar reportagens que arranhassem ou afrontassem a imagem dos militares, o que foi feito com o compromisso do jornal em manter-se atrelado tão somente ao desenvolvimento e progresso da região norte-mineira. Sobre o Diário de Montes Claros Cf. SILVA, Camila Gonçalves. **A censura veste farda: elites conservadoras, policiais militares e o consentimento da imprensa escrita à censura, durante o Governo militar em Montes Claros de 1964-1985.** 215 Fls. Dissertação (Mestrado em História). Juiz de Fora, MG: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011, p. 132-136.

<sup>312</sup> Bico da Pedra: redenção do Gorutuba, diz Simeão. **Diário de Montes Claros.** Montes Claros, 26 fev. 1970, p.01.

<sup>313</sup> De acordo com Laurindo Mekie Pereira, em 1944 os principais fazendeiros criaram a Sociedade Agropecuária de Montes Claros que posteriormente viria a se transformar em Sociedade Rural de Montes Claros sendo integrada por proprietários rurais, médicos, advogados, farmacêuticos e comerciantes. A entidade surgiu para que “prestasse” serviços e defendesse os direitos de seus associados. Entre as década de 1940 a 1950, a Sociedade Rural extrapolou seus objetivos corporativos iniciais e participou das articulações para a instalação de instituições e organizações de serviços diversos em Montes Claros como, por exemplo, a construção dos prédios do Seminário Diocesano e do Fórum de Justiça, criação da agência do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), do Corpo de Bombeiros, do 10º Batalhão da Polícia Militar e do escritório regional da Sudene. Cf. PEREIRA, Laurindo Mekie. **Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro.** 242 Fls. Tese (Doutorado em história econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007, p. 206.

e pressões exercidas por sujeitos e aparelhos privados de hegemonia a entidades e organizações estaduais e federais.

Nota-se, pois, como Edgar Pereira e Simeão Ribeiro procuraram se articular para convencer a população de que a agricultura irrigada seria um projeto universal e não de uma classe específica. Ambos eram intelectuais que reproduziam, de uma forma simplificada e buscando aproximar-se da realidade norte-mineira, as concepções de mundo e ideologias presentes no movimento capitalista nacional e internacional. Ao levarem as demandas e expectativas de grupos pertencentes à sociedade civil para serem apreciadas e confrontadas na sociedade política com projetos formulados por outros agentes e entidades, torna-se visível que a distinção entre as duas esferas de Estado existe apenas no aspecto teórico e para fins didáticos\analíticos, posto que na prática “para que a hegemonia se estabeleça solidamente é preciso que as sociedades civil e política sejam igualmente desenvolvidas e organicamente vinculadas.”<sup>314</sup>

A modernização agrícola no Norte de Minas, tendo a irrigação como símbolo e fator propulsor, se constituiu enquanto projeto político, econômico, territorial e ideológico na medida em que frações da classe dominante institucionalizadas e atuantes no âmbito da sociedade civil passaram a exercer pressão e influência em aparelhos e agências do poder político ligadas à agricultura, notadamente ministérios, secretarias e autarquias.

A ação conjunta dos agentes e agências até aqui citados faziam com que a região Norte de Minas fosse vista de um lado como esquecida\abandonada e de outro como dotada de grandes potencialidades até então inexploradas. No contexto do “milagre brasileiro” (1969-1973) e da criação do Programa Nacional de Desenvolvimento- PND- (1972-1985) diversos planos, projetos e diretrizes colocaram a “solução hídrica” como alternativa para “integrar” regiões consideradas atrasadas ao desenvolvimento nacional.

O Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento Agrícola (GEIDA)<sup>315</sup> elaborou, em 1971, o Plano Plurianual de irrigação que viria a tornar-se uma base para a política de irrigação no Brasil. De acordo com José Dourado<sup>316</sup>, os estudos realizados pelo GEIDA indicaram que 1\3 da área do país era considerada favorável para implantação dos projetos de irrigação, a maior parte localizada no Nordeste. O Grupo dividiu esta região

---

<sup>314</sup> PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Tradução de Angelina Peralva. 6º Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 42.

<sup>315</sup> O GEIDA, criado em 1968, foi responsável por um pioneiro estudo sobre a viabilidade da irrigação em regiões semiáridas.

<sup>316</sup> DOURADO, José Aparecido Lima. **Das terras do sem-fim aos territórios do agrohídronegócio: conflitos por terra e água no Vale do São Francisco (BA)**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2015.

em duas partes: A e B, na qual a parte B referia-se ao Vale do São Francisco, sob a jurisdição da Codevasf, enquanto a parte A seria de responsabilidade do Dnocs.

Especificamente no caso da agricultura, o I PND (1972-1974) tinha como um dos seus objetivos introduzir novas tecnologias na região Nordeste e o II PND (1975-1979) procurava efetivar a “vocação” do Brasil como supridor mundial de alimentos, responder às demandas do mercado interno e fornecer estímulos   agroindústria.<sup>317</sup>

Dentro desta lógica e racionalidade que via a irriga o no Brasil como uma condi o indispensável ao progresso da agroindústria e da agropecuária, a Codevasf produziu um relatório procurando destacar sua participa o dentro do II PND,

O Governo tem consciência de que a irriga o não   um objetivo final dentro de um plano de desenvolvimento sócio-econômico, e sim um instrumento capaz de criar condi es adequadas para garantir a produ o agrícola normal nas áreas semi-áridas, como   o Vale do São Francisco. Daí o processo integrado que adota na execu o do plano, que considera, além da irriga o, outros fatores indispensáveis ao desenvolvimento dos recursos de água e solo- o maior potencial de riqueza do Vale do São Francisco, onde há três milhões de hectares cultiváveis, dos quais, mais de 500 mil são potencialmente irrigáveis.

A CODEVASF prevê que, no quinqu nio 1975\1979 será implantado, por ela e pelas empresas privadas, o total de 165 mil hectares irrigados, que representa um terço das áreas potencialmente irrigáveis do Vale e investimentos na ordem de Cr\$ 2 bilhões.

  inten o da CODEVASF, em estreita coordena o com a SUDENE, integrar-se na programa o regional, quer como órgão responsável pelos projetos de irriga o, quer através de uma a o identificadora de necessidades e indutora de investimentos para o desenvolvimento integrado da região.

A irriga o, em grande escala, lastreada por uma sólida infra-estrutura, física e social, possibilitará aos projetos implantados na região e obten o de preços altamente competitivos pelas economias externas e elevada produtividade agropecuária regional.<sup>318</sup>

O relatório expressa como o progresso da agricultura significava o avanço do capitalismo no campo. O planejamento da Codevasf levou em considera o a concorrência, produtividade agrícola, abastecimento do mercado interno e externo e outras considera es econômicas que procuravam naturalizar perdas e ganhos tendo como base as “leis do

---

<sup>317</sup> Sobre o PND, Cf. NETO, Wenceslau Gonçalves. **Estado e Agricultura no Brasil: política agrícola e moderniza o econômica brasileira (1960-1980)**. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 132-140. (Cole o Estudos Históricos).

<sup>318</sup> CODEVASF. **II Plano Nacional de Desenvolvimento. 1975-1979**. Brasília: Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, 1974 (Estudo preliminar), p. 05 e 23.

mercado”, como se estas estivessem acima da sociedade e não fossem resultados das ações humanas.

A importância da irrigação diluía-se, segundo seus defensores, em dois argumentos, um social e outro produtivo-econômico. Como o objetivo do PND para a agricultura era transformar as relações de trabalho e produção até então existentes no campo, visando sua modernização e dinamização para se adequar às demandas do mercado interno e externo, a Codevasf procurou, naquele relatório específico, privilegiar o segundo aspecto, objetivando a liberação de recursos por parte da União para alavancar a irrigação das regiões semiáridas.

A 1ª Diretoria Regional da Codevasf foi instalada em Montes Claros no ano de 1976, atendendo prioritariamente a cinco segmentos: implantação de projetos públicos de irrigação, construção de pequenas barragens, perfuração de poços tubulares, instalação de pisciculturas e melhoria na agropecuária.<sup>319</sup> Por estar localizada no Médio São Francisco, a responsabilidade pela criação do projeto de irrigação do Gorutuba viria a ser, a partir de 31 de dezembro de 1976, transferida do Dnocs para a Codevasf.

Cumpram ressaltar que além dos estudos realizados pelo Dnocs que procuraram atestar a viabilidade da irrigação no Vale Do Gorutuba, este órgão também foi responsável pela seleção, em 1976, dos primeiros produtores para explorarem a agricultura irrigada em 740 hectares, em nível de experimentação,<sup>320</sup> e da empresa responsável pelas obras da barragem.<sup>321</sup>

Diante das estiagens que marcaram o Norte de Minas Gerais na década de 1970, o MINTER passou a priorizar, na Área Mineira da Sudene, a construção da barragem do Bico da Pedra devido à importância social e econômica a ela conferida.<sup>322</sup> O andamento das

---

<sup>319</sup> CODEVASF. **1ª DR. 13 anos:1977-1990.** Integração ao desenvolvimento do Vale do São Francisco. Gestão Roberto Mauro Amaral. Montes Claros, MG: CODEVASF, 1990, p.07.

<sup>320</sup> A seleção dos chamados “cessionários irrigantes” ocorreu a partir da apresentação, por parte dos interessados, do “Curriculum Vitae”, declaração de capacidade econômica e financeira, relação de máquinas e equipamentos e atestado de tradição em exploração agrícola. Estes critérios eliminaram os pequenos agricultores e privilegiaram os fazendeiros. Ao final foram selecionados 15 produtores, entre eles Edilson Brandão Guimarães, membro do Sindicato dos Produtores Rurais de Janaúba e ferrenho defensor da irrigação no Vale do Gorutuba.

<sup>321</sup> A Construtora Andrade Gutierrez foi a vencedora da concorrência pública para a construção da represa do Bico da Pedra, fato ocorrido no dia 03 de agosto de 1976, na Administração Central do Dnocs em Fortaleza (CE).

<sup>322</sup> O jornal “Diário de Montes Claros” destacou que 30% do orçamento global da Codevasf, no ano de 1977, para todo o Vale do São Francisco, o que correspondia a 300 milhões de cruzeiros, seria destinado aos projetos de irrigação que estavam sendo construídos no Norte de Minas (Janaúba, Jaíba e Pirapora), sendo que a maior parte, 150 milhões, seria investido na construção da barragem do Bico da Pedra e no Projeto de Irrigação do Gorutuba. Codevasf vai aplicar 300 milhões na região em 77. **Diário de Montes Claros.** Montes Claros, 02 mar. 1977, p.01.

obras fez com que a burguesia rural do Norte de Minas se mobilizasse para que os lotes agrícolas irrigados não fossem apropriados por pessoas “estranhas” à região uma vez que a concorrência poderia vir a prejudicar as relações de dominação e poder historicamente estabelecidas. Conforme o jornal Diário de Montes Claros,

Na próxima terça-feira, dia 31, o Diretor Regional da CODEVASF, Roberto Mauro Amaral, vai falar para os agropecuaristas da região sobre a concorrência de áreas irrigadas no projeto Gorutuba, atendendo convite da Sociedade Rural de Montes Claros. A palestra vai ser realizada no salão de conferência da Sociedade Rural, às 20 horas.

#### ÁREAS IRRIGADAS

O sr. Lucas Elmo Pinheiro, presidente da Rural, informou que esta palestra estava prevista há muito tempo, pois existe uma preocupação muito grande da entidade no sentido de que os agropecuaristas do Norte de Minas se conscientizem das vantagens que poderão usufruir na exploração das áreas irrigadas do Projeto Gorutuba, que a CODEVASF deverá colocar em concorrência até o final deste ano.

Para Lucas Pinheiro, a irrigação é uma tecnologia capaz de dar a região condições de competição com os grandes centros produtores, mas é necessário conscientizar a classe rural, para que os fazendeiros do Norte de Minas não deixem passar a oportunidade de concorrerem às áreas irrigadas do Projeto Gorutuba, que já vem despertando o interesse de grupos empresariais de outros estados.<sup>323</sup>

A infraestrutura física e social que estava sendo construída pelo poder público, a exemplo da abertura de estradas, construção de canais, drenos e acéguas, casas de comércio, galpão para máquinas, armazéns para defensivos agrícolas, eletrificação, projetos de assistência técnica e extensão rural, escolas e ambulatórios, aliado ao crédito rural disponibilizado pelo Governo Federal, atraiu os olhares de empresários de várias regiões do país, fato esse que a burguesia do Norte de Minas interpretava como ameaça aos seus privilégios.

Assim como a elite nordestina pretendeu, segundo as palavras de Francisco de Oliveira, “capturar” a Sudene, a oligarquia agrária do Norte de Minas foi no mesmo caminho como forma de manter seus interesses corporativos e classistas. No caso dos perímetros irrigados, de um lado, a classe dominante procurou impedir que pessoas “de fora” usufríssem das vantagens de sua exploração e, de outro, que os pequenos produtores rurais pudessem explorá-los por serem considerados incapazes de lidar com a nova tecnologia.

---

<sup>323</sup> Sociedade Rural promove palestra sobre irrigação. **Diário de Montes Claros**. Montes Claros, 24 out. 1978, p.01.

O Diretor Regional da Codevasf, Roberto Mauro Amaral,<sup>324</sup> e o presidente da Sociedade Rural de Montes Claros, Lucas Elmo Pinheiro<sup>325</sup>, procuraram “despertar” os ruralistas norte-mineiros, que até então tinham na pecuária extensiva sua principal atividade econômica, para a nova realidade que estava sendo aberta. As concepções tradicionais de uso e finalidade da propriedade deveriam ser substituídas por outras onde a produtividade e a modernização constituiriam ideias-força para que os tradicionais latifundiários não sucumbissem diante de grupos empresariais considerados mais evoluídos.

Verifica-se, nas palavras de Lucas Pinheiro, como o aspecto econômico-produtivo da irrigação sobressai a sua função social, uma vez que o discurso era direcionado a seus pares da Sociedade Rural e não à população. Quando a fala era direcionada aos ruralistas as palavras-chave eram tecnologia, concorrência e competição, já quando tinha como receptores os moradores\trabalhadores da região, o destaque era a seca, a pobreza e o abandono.

Devido a todo o interesse, divulgação e impacto social e econômico creditados à construção da represa, sua inauguração esteve cercada de grande expectativa, sendo esperada a presença de “grandes autoridades” em Janaúba, inclusive do “presidente Geisel”, como foi noticiado pela imprensa local<sup>326</sup>, regional<sup>327</sup> e nacional<sup>328</sup>. A barragem do Bico da Pedra era divulgada como a maior de toda a área mineira da Sudene e uma das dez maiores do Nordeste, sendo que o represamento das águas do rio Gorutuba e o início das obras de irrigação prometiam transformar o Vale do Gorutuba no “celeiro agrícola mais importante de todo o Estado.”<sup>329</sup>

Após vários adiamentos, Ernesto Geisel não compareceu à inauguração da barragem em 1979, embora as obras tivessem sido concluídas no ano anterior. Contudo, foi organizada uma festa com a presença de deputados, prefeitos da região, do Diretor Geral da Codevasf, Nilo Peçanha, e do Dnocs, José Oswaldo Pontes, entre outras autoridades e

---

<sup>324</sup> Roberto Mauro Amaral é engenheiro agrônomo formado pela Universidade Federal de Viçosa. Iniciou seu trabalho no Norte de Minas como funcionário do DNOCS e posteriormente ocupou, por 13 anos (1977-1990) o cargo de Diretor Regional da Codevasf em Montes Claros. Foi Deputado Estadual por dois mandatos (1990-1994 e 1995-1998) e Secretário de Agricultura de Montes Claros entre os anos de 2009 e 2011.

<sup>325</sup> Fazendeiro de tradicional família montesclarenses. Foi presidente da Sociedade Rural de Montes Claros entre 1976 e 1979.

<sup>326</sup> Geisel virá inaugurar a barragem no dia 02 de maio. **O Gorutuba**. Janaúba, 02 abr. 1978, p.01.

<sup>327</sup> Geisel inaugura Bico da Pedra no dia 02 de maio. **Diário de Montes Claros**. Montes Claros, 02 mar. 1978, p.01.

<sup>328</sup> Presidente Geisel adia inauguração em Minas Gerais. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 25 abr.1978, p.25.

<sup>329</sup> Bico da Pedra, um sonho realizado. **Revista Montes Claros em foco**. Montes Claros, abr. 1979, p.39.

entidades para celebrar “a maior obra da Área Mineira da Sudene”, “um sonho que estava sendo realizado”.

**Figura 01: Bico da Pedra, um sonho realizado**



Fonte: Revista Montes Claros em Foco<sup>330</sup>

<sup>330</sup> Bico da Pedra, um sonho realizado. Revista Montes Claros em foco. Montes Claros, abr. 1979, p.39.

No dia da inauguração da barragem, 09 de março de 1979, *O Gorutuba* circulou com 12 páginas, procurando expressar sua satisfação e participação naquele “histórico acontecimento”. Foi aberto um espaço para que várias entidades pudessem celebrar aquela data, entre elas a prefeitura de Janaúba, o DAE (Departamento de Água e Esgoto), Secretaria de Agricultura de Minas Gerais e o Sindicato dos Produtores Rurais de Janaúba. Em um texto em caixa alta que ocupava metade da página, esta última entidade se manifestou da seguinte maneira

A data é festiva. Sua importância é histórica. Hoje, 9 de março de 1979, é inaugurada a barragem do Bico da Pedra.

Agora o nosso desenvolvimento tem um marco divisório: antes e depois da barragem do Bico da Pedra. Antes, um processo agrícola caracteristicamente sertanejo, rudimentar, artesanal mesmo. Depois, a técnica sofisticada de aproveitamento da terra, o processo mecânico de irrigação. É mais um ponto a favor da inteligência humana, aproveitando o potencial natural do rio Gorutuba.

Os ruralistas deste município também estão em festa, têm uma visão otimista do futuro. O processo é irreversível, o desenvolvimento é certo. Não há sombras.<sup>331</sup>

Novamente, a técnica/tecnologia são exaltadas diante do processo agrícola “sertanejo, rudimentar”. Há uma datação, por ordem de importância: antes e depois da barragem.

Os relatórios, reportagens da imprensa e discursos até aqui analisados expressam o tempo do capital, o tempo único do progresso e da evolução que arrasta a tudo e a todos de modo atemporal e universal. O progresso transforma-se em ideologia, crença e filosofia que serve, entre outras causas, para elucidar a história a partir de um ponto de vista factual e evolutivo onde somente aqueles considerados mais aptos e capazes sobrevivem.

A marcha da história rumo ao progresso inesgotável, ilimitado e ininterrupto confere a determinados sujeitos e instituições uma “missão” a ser cumprida. A memória histórica contempla, propala, valoriza e celebra estes agentes e agências homenageando-os com nomes de avenidas, escolas e títulos de cidadãos honorários como aconteceu, respectivamente, com Edilson Brandão Guimarães, Edgar Pereira e Roberto Mauro Amaral no município de Janaúba.

Estes “missionários do progresso” se colocam como superiores e autorizados a falarem em nome dos trabalhadores. Contudo, a história enquanto processo se interessa por

---

<sup>331</sup> Sindicato Rural de Janaúba. **O Gorutuba**. Janaúba 9\11 mar. 1979, p.11.

compreender as contradições, diversidades, mudanças e permanências, heterogeneidade de projetos e modos de vida com o objetivo de construir um conhecimento amplo, aberto e múltiplo.

#### 4.2- “Além de ser pobre, fui desapropriado”: leituras e significados dos trabalhadores despossuídos da terra

Concomitantemente a busca pelo domínio ideológico e consenso em torno da irrigação no Vale do Gorutuba, um trabalho realizado por diversas agências e sujeitos, o ordenamento legal-jurídico criado pelo governo militar, ao impor novos usos e finalidades da propriedade segundo a noção de desenvolvimento em curso, garantiu a classe dominante norte-mineira as condições de expansão de suas atividades e ideais. Neste sentido, os moradores\trabalhadores das áreas em que seriam construídas as chamadas bacia de irrigação (o projeto Gorutuba) e a bacia hidráulica (a barragem do Bico da Pedra) deveriam ser desapropriados uma vez que suas terras foram consideradas de interesse e segurança nacional.

De acordo com o art. 1º do decreto nº 71.179, de 29 de setembro de 1972, assinado por Emílio Garrastazu Médici

Fica declarada de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a área de terreno com 39.700 ha. (trinta e nove mil e setecentos hectares), dos quais 10.700 ha. (dez mil e setecentos hectares) compreendendo a bacia hidráulica do açude público Bico da Pedra e 29.000 ha. (vinte e nove mil hectares) abrangente do perímetro de Irrigação do Vale do Rio Gorutuba, necessária à implantação do Projeto de Irrigação do Vale do Rio Gorutuba, nos Municípios de Janaúba e Porteirinha, Estado de Minas Gerais, descritas nas plantas constantes do processo número 11.601/MI/S.COM/BSB-72, devidamente rubricadas pelo Secretário-Geral do Ministério do Interior.<sup>332</sup>

Segundo o planejamento e cronograma elaborado pelo Dnocs, as desapropriações aconteceriam em uma área a 6 km de distância de Janaúba para a construção da barragem

---

<sup>332</sup>BRASIL. Decreto nº 71.179, de 29 de setembro de 1972. **Declara de utilidade pública e interesse social áreas de Janaúba e Porteirinha.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-71179-29-setembro-1972-419849-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 13 agosto 2017.

do Bico da Pedra e ainda nas duas margens do rio Gorutuba, a direita, no município de Porteirinha, a ser enfatizada neste capítulo, e esquerda, em Janaúba.<sup>333</sup>

Algumas leis da década de 1960, citadas nos capítulos anteriores, procuravam educar e racionalizar os modos de vida dos produtores rurais, inclusive criminalizando certas práticas costumeiras, todavia não afetavam diretamente sua permanência e posse territorial. Contudo, a história demonstra que ao longo do avanço do capitalismo no campo houve a separação do trabalhador dos meios de produção negando-lhes, nas palavras de Marx, a condição de “senhor de sua realidade” e uma existência objetiva independentemente de seu trabalho.<sup>334</sup>

O direito integra o constructo ideológico e político criado e difundido pela classe dominante no sentido de manter as estruturas de poder.<sup>335</sup> Uma concepção “ampliada” do direito não deve entendê-lo como algo natural ou fora do processo de luta de classes, mas como um ordenamento usado pelo Estado, em seu sentido restrito, na busca pelo consentimento social e ligado a interesses de determinados grupos sociais. Desta forma, o sistema jurídico faz parte do processo de destruição e criação de determinados modelos de civilização e sociedade.

Dentro do processo de expansão do capitalismo no campo, o direito historicamente procurou ser usado na promoção do ideal de desenvolvimento e modernização/modernidade cunhado pela classe dominante em detrimento dos trabalhadores e seus costumes.<sup>336</sup> O sistema legal-jurídico aparece como mediador dos conflitos humanos, todavia seu papel no exercício de dominação do capital despe sua capa de imparcialidade e o coloca como instrumento essencial para a manutenção do status quo.

---

<sup>333</sup> Como a margem esquerda não chegou a ser expropriada devido a organização social e política dos trabalhadores, sua dinâmica histórica-social será abordada no próximo capítulo.

<sup>334</sup> MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Tradução de João Maia. 7ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 65.

<sup>335</sup> “O direito não exprime toda a sociedade (pelo que os violadores do direito seriam seres antissociais por natureza, ou deficientes mentais), mas a classe dirigente, que ‘impõe’ a toda sociedade aquelas normas de conduta que estão mais ligadas à sua razão de ser e ao seu desenvolvimento”. GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Volume 3. Trad. de Carlos Nelson Coutinho (et. All.); coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 252.

<sup>336</sup> No texto intitulado “Costume, lei e direito comum”, Thompson procurou observar o conflito entre o direito consuetudinário e a política de cercamentos na Inglaterra do século XVII. Segundo ele “a lei se adaptava a uma era de ‘desenvolvimento’ agrícola e considerava mazelas as reivindicações de direitos de uso coincidentes. Esse movimento era igualmente imitado pela mentalidade administrativa modernizadora. (...) Ao se promover a questão do ‘desenvolvimento’ a uma razão legal, tornou-se possível efetuar o casamento entre ‘os termos da linguagem jurídica’ e os imperativos da economia de mercado capitalista”. O historiador inglês questiona se a noção de “desenvolvimento” não tem sido um instrumento de expropriação de classe. Cf. THOMPSON, Edward P. *Costume, lei e direito comum*. In: **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 93-115.

O direito, como elemento indispensável ao projeto hegemônico, deveria ser apresentado à opinião pública como universal, neutro e garantidor de benefícios coletivos, justamente estes pressupostos que estavam explícitos nos fundamentos do decreto expropriatório de 1972. A declaração de utilidade pública e interesse social procurava impor a determinados proprietários a perda de um bem tendo como finalidade o interesse superior da sociedade. Destarte, a desapropriação, supostamente visando o bem comum em contrário ao interesse individual, constitui uma situação na qual o Estado pode confrontar-se com o direito à propriedade particular que, desde a concepção liberal, é vista como algo inviolável e sagrado.

Alguns documentos oferecem uma noção, e ao mesmo tempo uma versão, da quantidade de famílias e áreas desapropriadas, como pode-se observar nas tabelas abaixo

Tabela I: Estrutura Fundiária das Propriedades da Bacia Hidráulica do Rio Gorutuba (MG)

Classe (ha)	Propriedades	(%)	Área(ha)	(%)
0-2	16	5	20	0,2
2-5	33	10	114	1,4
5-10	57	17	405	4,9
10-25	111	34	1.862	23,0
25-50	72	22	2.476	30,4
50-100	29	9	1.1817	22,3
100-500	09	3	1.448	17,8
Total	327	100	8.142	100

Fonte: Codevasf, apud Maria das Graças Silva Vieira, 2003.<sup>337</sup>

Na bacia hidráulica existia uma estrutura fundiária fracionada, com o predomínio de pequenas e médias propriedades. A área selecionada para inundação localizava-se muito próxima ao rio Gorutuba, chegando, na maioria das vezes, a 200 metros deste<sup>338</sup>. É possível aferir pela análise da tabela acima que 88% dos estabelecimentos rurais possuíam até 50 hectares, sendo que ocupavam 59,0% do espaço territorial a ser desapropriado.

Em comparação com a área da bacia hidráulica, a bacia de irrigação possuía uma estrutura agrária mais concentrada

Tabela II: Estrutura Fundiária das Propriedades da Bacia de Irrigação do Rio Gorutuba (MG)

Classe (ha)	Propriedades	(%)	Área(ha)	(%)
0-2	22	10,0	14	0,2
2-5	21	10,0	62	0,8

<sup>337</sup> VIEIRA, Maria das Graças. **Avaliação socioeconômica e ambiental do perímetro irrigado do Gorutuba- MG e o desenvolvimento regional**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 86 Fls. Universidade Federal de Uberlândia-UFU. Uberlândia, 2003, p. 29.

<sup>338</sup> PALHARES, Virgínia de Lima. **A irrigação pública no processo de transformação do espaço agrário**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 234 Fls. Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG. Belo Horizonte, 1995, p.102.

5-10	44	21,0	303	4,0
10-25	52	24,0	826	10,0
25-50	38	18,0	1.337	16,0
50-100	22	10,0	1.534	19,0
100-500	10	5,0	1.783	22,0
500-1000	4	2,0	2.271	28,0
Total	213	100	8.130	100

Fonte: LASA Engenharia e Prospecções S.A, 1977.<sup>339</sup>

A Codevasf contratou a empresa LASA Engenharia e Prospecções S.A, que possui sede no Rio de Janeiro, para realizar o levantamento cadastral das propriedades e proprietários existentes no perímetro irrigável da margem direita do rio Gorutuba. Na introdução do relatório final, a LASA ponderou que a economia da área “caracterizava-se pelo cultivo do algodão herbáceo e roças rudimentares na época das águas (cultura de subsistência), além de ser encontrada em quase todas as propriedades uma pequena pecuária de corte (em torno de meia dúzia de cabeças), sendo que apenas 3 proprietários apresentavam a pecuária de leite (com baixa produtividade)”.<sup>340</sup>

O relatório baseava-se em uma narrativa e interpretação compartilhada pela Codevasf e pela imprensa local evidenciando, inicialmente, o atraso das propriedades, sejam elas pequenas, médias ou grandes, para depois colocar a irrigação como meio redentor do vale gorutubano. Desqualificar os modos de viver e trabalhar dos produtores rurais para depois apresentarem-se como “arautos da modernidade” foi uma estratégia largamente usada pelos órgãos desapropriadores no objetivo de desviar o foco da questão: em vez de elucidar a política agrícola seletiva e excludente do governo militar, a questão da baixa produtividade seria vista como opção dos próprios trabalhadores que mantinham-se arraigados em formas arcaicas e atrasadas de vida no campo.

Estes estudos da LASA, ao mesmo tempo em que buscavam evidenciar que os benefícios seriam superiores às perdas, também serviam como base para determinar o valor das indenizações a serem pagas aos produtores rurais. Atrelada ao discurso de baixa produtividade, ineficiência e de agricultura de subsistência estava a representação de que a terra e suas benfeitorias não tinham um grande valor monetário, o que serviu como justificativa para que os gastos com a “questão social” por parte do governo fossem mínimos diante do investimento global realizado para as obras de irrigação.

<sup>339</sup> LASA. Projeto Gorutuba. **Levantamento Cadastral Complementar do Perímetro Irrigável.** (Relatório Final). Brasília: CODEVASF, 1977, p.12.

<sup>340</sup> Idem, p.09.

De acordo com a tabela II, 50% do total da área da bacia de irrigação compreendia entre 100 a 1000 hectares. Eram 14 propriedades que, a despeito do seu tamanho, possuíam, segundo a LASA, uma baixa produtividade, o que legitimaria as desapropriações como forma de uso mais racional da terra. Se, para o pequeno produtor rural, a desapropriação viria a representar a perda de seu único “pedaço de chão”, como muitos definiam suas terras, para o fazendeiro, que geralmente possuía mais de um estabelecimento rural, ficava o alerta para a necessidade de transformar maneiras de trabalhar e concepções de mundo de acordo com os pressupostos considerados modernos sob pena de desaparecerem diante do avanço do capitalismo no campo.

Na bacia de irrigação, 83% das propriedades possuíam até 50 hectares, contudo abrangiam apenas 31% da área que foi desapropriada. De forma geral, estas propriedades não se encontravam tão próximas do rio Gortuba, o que levava os entrevistados, antes das desapropriações, a percorrerem certas distâncias para ter acesso à água

Foram desapropriadas, segundo a Codevasf<sup>341</sup>, 464 famílias em cada bacia. Contudo, este dado é questionado por alguns pesquisadores e entidades representativas dos pequenos agricultores. De acordo com Carlos Dayrell, “até 1980 foram desapropriados cerca de 2000 famílias da margem direita e da bacia de inundação para a execução do projeto Gortuba.”<sup>342</sup> Levantamentos realizados no início da década de 1980 pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg) em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Janaúba<sup>343</sup>, entidades a serem estudadas no próximo capítulo, convergem para os números apresentados por Dayrell.

O sindicato e outras entidades representativas dos trabalhadores atentaram para o fato de que o cadastro das entidades governamentais expropriadoras registrou apenas o inventariante, não levando em consideração que em uma única propriedade poderia haver várias famílias, a exemplo dos filhos casados que viviam com os pais, os parceiros, arrendatários, posseiros e agregados. Estes sujeitos também foram atingidos pela construção da barragem e pelo PIG contudo, não receberam nenhum tipo de indenização por não terem seus nomes nos inventários ou registros dos imóveis. Compreendemos, pois, que a definição de “atingido” não pode se restringir e limitar apenas àquelas pessoas

---

<sup>341</sup> CODEVASF. **Informações gerais sobre o perímetro de irrigação do Vale do Gortuba**. Pessoal, desapropriações, estágio das obras da barragem e setor de irrigação. Montes Claros, MG: Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. 1977, p.06.

<sup>342</sup> DAYRELL, Carlos Alberto. **Meio Ambiente e Desenvolvimento no Norte de Minas**. (Mimeografado). Montes Claros: Grupo de Estudos Ambientais. 33 Fls. 1989, p. 16.

<sup>343</sup> Desapropriação na margem esquerda do Gortuba. **O Gortuba**. Janaúba, 26 abr. 1981, p.01.

consideradas proprietárias da terra uma vez que, direta ou indiretamente, centenas de outros sujeitos também tiveram seus direitos negados e formas de vida e trabalho alteradas.

Mais do que um mero conflito de caráter quantitativo, existem memórias diferentes acerca de um mesmo acontecimento histórico. O órgão expropriador tende a rebaixar o número de famílias desapropriadas objetivando evidenciar um baixo impacto social, enquanto entidades ligadas aos trabalhadores narram o caos, a pobreza e o desemprego gerado pela perda das terras.

O uso político da memória é um fator importante nos embates sociais e ideológicos que buscam conferir sentidos ao passado e ao presente. A memória como campo de luta de classes não é uma simples metáfora, mas um campo importante de contestação da ideologia dominante, a qual inviabiliza e negligencia os sujeitos quando, o que está em jogo, são projetos de cunho desenvolvimentista.

No mesmo relatório apresentado pela LASA foram detalhadas o sexo e a idade dos desapropriados da margem direita do rio Gorutuba, conforme se vê, abaixo,

Tabela III: Faixa etária dos desapropriados

Classe de área (ha)	HOMENS			MULHERES		
	Menor 14 anos	14-18 anos	Maior 18 anos	Menor 14 anos	14-18 anos	Maior 18 anos
0-2	35	7	27	26	5	31
2-5	7	-	14	8	5	17
5-10	66	16	48	49	17	54
10-25	99	26	87	85	27	46
25-50	90	17	70	89	11	61
50-100	54	22	62	61	26	67
100-500	16	6	16	16	7	15
500-1000	11	8	17	25	3	18
Total	378	102	341	359	101	309

Fonte: LASA Engenharia e Prospecções S.A, 1977.<sup>344</sup>

Como a Codevasf terceirizou o levantamento cadastral apenas da bacia de irrigação, não encontramos documentos que pormenorizassem as características dos expropriados pela bacia hidráulica. Contudo, é possível defender a hipótese de que o número de pessoas desapropriadas pela última, que possuía 327 propriedades, foi maior do que a primeira, que possuía 213 imóveis rurais.

<sup>344</sup> LASA. Projeto Gorutuba. **Levantamento Cadastral Complementar do Perímetro Irrigável.** (Relatório Final). Brasília: CODEVASF, 1977, p.12.

A tabela III indica que foram 821 homens e 765 mulheres desapropriadas, ou seja, 1.586 pessoas. Em ambos os sexos as crianças e adolescentes são maioria, sendo que a perda da terra provocou uma ruptura na lógica de herança territorial compartilhada pelos produtores rurais da região gorutubana. Sem terra e trabalho, os entrevistados indicaram várias dificuldades para garantir a sobrevivência de todos os membros da família, sendo que, inicialmente, as alternativas buscadas foram variadas e individuais.

Concordamos com Alessandro Portelli quando salienta que diante de eventos traumáticos, e a perda da terra se constitui como um acontecimento desta natureza, faz-se importante evidenciar como a vida cotidiana das pessoas foi afetada, destacando interpretações e formas como os sujeitos organizam o tempo, onde localizam o antes e o depois.<sup>345</sup>

As narrativas indicam que os produtores rurais não foram preparados para as desapropriações. Não se tinha uma explicação plausível quanto a presença e movimentações de técnicos e engenheiros na região. Posteriormente, as pessoas souberam que se tratava de estudos para verificar a altura da barragem, qualidade do solo, área a ser atingida, etc.

Desde a década de 1960, quando se iniciaram os estudos para atestar a possibilidade de irrigação no Vale do Gorutuba, os moradores da região ouviam boatos e notícias, em sua maioria desencontradas, referentes à construção da barragem. Delci, que morava com a família em uma propriedade de 17 hectares, quando questionado se lembrava da chegada do Dnocs na região, respondeu que

o DNOCS veio bem antes da desapropriação. Tinha um setor na região chamado Bico da Pedra onde eles tinham residências e ali eles já faziam estudos na região, tanto é que ao longo das terras a serem desapropriadas para irrigação eles abriam buracos para examinar o terreno já anunciando que viria uma barragem. E aí alguns diziam que não viria porque havia muitos anos que a conversa era aquela, eles até chamavam aquilo de buraco da barragem. Mas finalmente chegou o dia em que veio a barragem e então esse Dnocs entregou o trabalho de mapeamento e construção da represa para a Codevasf.

Auricharme: como era o trabalho dos funcionários do Dnocs?

Delci: antes de chegar a barragem eles cavavam buracos em várias partes dos terrenos, em várias regiões e tiravam terras e diziam que era pra examinar a terra. A gente via esses buracos e eles nem tampavam, animais caíam dentro, gados que andavam pelo mato, e até era possível ver reptéis caindo e eles foram soterrando aos poucos. A gente pensava

---

<sup>345</sup> ALMEIDA, Paulo Roberto de, KHOURY, Yara Aun. **História Oral e Memória**: Entrevista com Alessandro Portelli. In: Revista História e Perspectivas, nº 25/26. Uberlândia\MG. Universidade Federal de Uberlândia, 2002, p. 31, p. 34-35.

que eles estavam fazendo aquilo pra ver se a terra era boa pra produzir, mas não era. Era pra ver qual a terra era argilosa pra compactar a barragem, de onde eles tirariam a terra pra fazer um aterro sobre o rio.

Auricharme: as pessoas sabiam qual era a finalidade daqueles estudos realizados pelos técnicos?

Delci: Eles diziam que estavam fazendo um experimento para a barragem, não diziam realmente qual finalidade dos piquetes. Volta e meia eles passavam, olhavam e saiam no mesmo lugar de novo, demarcando. Sumiam com essa terra e alguns nem acreditavam que iria sair aquela barragem, porque diziam que já fazia muitos anos que eles faziam aquelas pesquisas, mas eis que um dia eles chegaram. A gente não queria acreditar porque a conversa era antiga de construção de uma represa, mas a cada dia as coisas eram mais evidentes e até o tempo em que a barragem saiu.<sup>346</sup>

A sonenação de informações durante os estudos e a demarcação de terras a serem desapropriadas constituía uma maneira de evitar que os produtores rurais se organizassem e resistissem. O longo período de pesquisa e a presença inconstante dos funcionários de autarquias na região ajudaram a fomentar uma falsa ideia na população rural de que a barragem, e conseqüentemente as desapropriações, ficariam apenas nas intenções e nos relatórios.

Todas as dificuldades enfrentadas para tornar a terra produtiva e socialmente habitável ajudou a criar um sentimento de pertencimento que contribuía para a descrença dos produtores rurais diante da ameaça de expropriação. Quando Delci diz que “a gente não queria acreditar”, ele expressa uma percepção compartilhada por todos os entrevistados de que a posse da terra, herdada ou comprada pela família com dificuldades, não seria abalada.

Na bacia hidráulica corria a notícia de que as águas inundariam as propriedades rurais, o que causava pânico nos moradores, já na bacia de irrigação alguns sujeitos acreditavam que iriam permanecer no campo e até mesmo poderiam ser beneficiados com a agricultura irrigada. Porém, o decreto expropriatório autorizava o Dnocs a realizar as desapropriações em ambos os espaços, de forma simultânea, no objetivo de que a irrigação em larga escala iniciasse logo após o término da construção da barragem.

A presença de técnicos agrícolas e engenheiros em diversas propriedades gerava insegurança, apreensão e dúvida em seus proprietários. Contraditoriamente, a imprensa conclamava os moradores de Janaúba e Porteirinha a cooperarem com os funcionários do Dnocs tendo em vista que “o benefício será de toda a sociedade gorutubana.”<sup>347</sup> As

---

<sup>346</sup> Delci da Silva Duarte. Entrevista realizada no dia 10/05/2016.

<sup>347</sup> Bico da Pedra em estudos. **O Gorutuba**. Janaúba, 26 jan. 1969, p. 01.

informações sobre como, quando e quais as áreas seriam desapropriadas eram incógnitas que permaneciam apenas nas mentes dos trabalhadores já que os sujeitos vinculados aos aparelhos privados de hegemonia buscavam colocar tal problema como irrelevante para o debate público.

O medo e o acanhamento foram posturas notadas durante a realização de algumas entrevistas, evidenciando que a memória sobre a desapropriação está latente na vida das pessoas. De acordo com Paulo José de Souza “os técnico deu o aviso que ia desapropriar todo mundo e teve alguém que, *eu nem posso tá falando essas coisa*, teve gente que beneficiou disso. Então amedrontou o povo pra sair sem direito a nada e aí desapropriou, foi desarranjo.”<sup>348</sup>

O sentimento de injustiça e indignação de Paulo não são motivados apenas pela “saída do campo”, um eufemismo criado pela classe dominante para justificar as desapropriações, mas principalmente devido à forma como este processo ocorreu. Ademais, o entrevistado acusa os responsáveis pelo empreendimento de privilegiarem determinadas pessoas e grupos sociais deixando o povo “sem direito a nada”.

Como muitas pessoas beneficiadas pela modernização agrícola estão vivas e compõem a elite política e\ou econômica regional, o entrevistado, sabendo das relações de poder e dominação vigentes na sociedade, prefere manter no inconsciente e no silêncio eventos históricos que de algum modo possam confrontar a memória considerada como correta e oficial.

A opção de Paulo por respostas objetivas e sem detalhes não deve ser entendida como passividade ou distanciamento das lutas sociais<sup>349</sup>, mas necessita ser contextualizada segundo alguns condicionantes. Na data da entrevista, ele era funcionário contratado da prefeitura, sendo que determinadas palavras e posturas, se tornadas públicas por uma pessoa até então desconhecida, poderiam manchar sua imagem perante seus superiores, levando até mesmo à sua demissão. Sabemos que o estranhamento inicial em relação ao entrevistador constitui fronteira que não é transposta em um primeiro encontro. Portelli pondera que o momento vivido influencia a visão do narrador acerca da realidade e que a

---

<sup>348</sup> Paulo José de Souza. Entrevista realizada no dia 28/12/2016.

<sup>349</sup> Quando era vereador na década de 1990, Paulo foi o responsável pela criação da Associação dos Desapropriados do Grotuba que lutou pelo reassentamento dos sujeitos que perderam suas terras. Este assunto será tratado no último capítulo.

condição de igualdade entre entrevistador e entrevistado não depende da boa vontade do pesquisador, mas de condições sociais.<sup>350</sup>

Diferentemente de Paulo, outros entrevistados descreveram de forma detalhada como ocorreu o processo de desapropriação com o objetivo de que suas memórias fossem, através da escrita, divulgadas e compartilhadas socialmente. Muitos viram em um pesquisador interessado e estudar suas vivências uma oportunidade de relatarem experiências que até então se restringiam ao ambiente familiar ou aos círculos de amigos. De acordo com Maria Aparecida

os técnico do Dnocs vivia só nos mato fazendo as picada, mas só que ninguém falava nada pra quê servia aquilo e já era o projeto da barragem. Depois os técnico assustava o povo dizendo que a barragem poderia quebrar e tudo virar água e o povo acabou ficando com medo de morrer afogado e foi embora. Meu pai foi pra São Paulo em 77, porque a barragem já tava ameaçando sair nesse tempo. A gente foi desapropriado de muita terra e a gente de tudo lá plantava. Ainda tinha as beira do ri que a gente fazia hortaria, sempre a gente tinha verdura pra comer e vender.<sup>351</sup>

Por ser a primeira grande barragem do Norte de Minas, a maioria dos moradores de Janaúba nunca tinha visto uma obra daquela magnitude e desconhecia seus níveis de segurança. Através da fala de Maria Aparecida é possível observar como a falta de informações confiáveis e os boatos sobre a fragilidade da estrutura física da barragem, difundida pelos próprios responsáveis pela obra, intimidavam e pressionavam os moradores a abandonarem suas terras.

O represamento das águas do rio Gortuba fez com que o temor se espalhasse entre muitos produtores rurais de Janaúba ocorrendo, até mesmo, segundo alguns entrevistados, a saída de donos de terras que não seriam atingidas pelo lago artificial que estava se formando. Maria Aparecida relatou que a população não foi “preparada” para as desapropriações

Auricharme: como sua família vivenciou a perda da terra?

Maria Aparecida: meu pai mesmo, coitado, saiu correndo. Teve muita gente que ficou doente e até morreu, lembrava da água chegando né. Porque era um lugar que todo mundo nasceu e criou ali, plantava, fazia suas coisa, criava porco. Na casa do meu pai mesmo criava muito porco, porque ele vendia né, tinha muito animal, tinha um arado pra trabalhar e então cê vê aquela destruição, a água chegou e foi destruindo tudo. Acabou com os sonhos da pessoa, porque o povo tinha suas casa, papai

---

<sup>350</sup> PORTELLI, Alessandro. **Forma e Significado na História Oral**: A pesquisa como um experimento em igualdade. In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, n° 14, p. 1-279, Fevereiro\97.

<sup>351</sup> Maria Aparecida Neves Souza. Entrevista realizada no dia 14\03\2016.

mesmo tinha sua casa, eu mesma tinha uma casa e a água veio e destruiu tudo e não teve como aproveitar nada.<sup>352</sup>

As narrativas são carregadas de sentimentos e emoções pois os entrevistados não vivem o presente da forma como gostariam e remetem a certos aspectos do passado, principalmente o fato de terem uma terra própria, uma imagem de tranquilidade e abundância. Apesar de todos os problemas vividos, a exemplo das longas estiagens e dificuldades de produção, os trabalhadores tinham planos de viverem em suas antigas propriedades e ali criarem seus filhos.

Maria Aparecida, ao dizer que as expropriações “acabou com os sonhos das pessoas”, salienta que a perda da terra destruiu expectativas e projetos de vida que estavam sendo construídos. A igreja, o engenho de cana, a fábrica de farinha, o rio, as plantações, a criação de animais, a casa e as relações sociais eram patrimônios materiais e culturais que foram destruídos e não podiam ser ressarcidos pelo valor monetário oferecido por meio das indenizações. Como reconstruir tais patrimônios em lugares incertos? Os trabalhadores iriam usufruir das benesses e promessas de progresso usadas para justificar as expropriações? Eram perguntas que permaneciam na mente dos sujeitos e não poderiam ficar muito tempo sem respostas.

Muitos não suportaram as desapropriações, dizendo que foram “arrancados” de suas terras, e acabaram contraindo doenças, como a depressão e a síndrome do pânico, e até faleceram, como salientado por Paulo,

o meu avô ficou tão apaixonado que ele morreu. Depois que ele saiu da terra ele ficou perturbado. Muita gente morreu apaixonado, uns tomou veneno, outros enforcou ou atirou neles mesmo, desgostoso porque perdeu a terra. A minha família morreu quase toda apaixonada, os véi era acostumado na terra né e depois da desapropriação houve muito problema. Além de ser pobre, fui desapropriado. Eles [o Dnocs] pegaram o povo de supetão e cabaram com tudo: carro de boi, engenho, riquezas, que as pessoas vivia na miséria, mas era riqueza.<sup>353</sup>

Ser “apaixonado” pela terra significa que aquele espaço fazia parte da constituição histórica, social e cultural dos sujeitos. A memória dos entrevistados está referenciada não apenas em um fazer, mas em um sentir-saber-fazer que transforma a vida no campo em algo maior do que o trabalho e a produção de alimentos.

---

<sup>352</sup> Maria Aparecida Neves Souza. Entrevista realizada no dia 14/03/2016.

<sup>353</sup> Paulo José de Souza. Entrevista realizada no dia 28/12/2016.

Muitas narrativas evidenciam que foi grande o número de idosos desapropriados, inclusive muitos pais e avós dos entrevistados. Eram pessoas que tinham planejado experimentar esta fase da vida na terra em que foram criadas até aquela data e não estavam, do ponto de vista psicológico e físico, preparadas para uma transformação radical. A notícia de que o espaço, compreendido como “percebido-vivido-concebido”, seria destruído pelas águas e que a migração seria inevitável foi um duro golpe que ocasionou traumas em muitos sujeitos e, como dito por Paulo, ficaram “desgostosos” em continuar a viver.

O suicídio, descrito por Paulo como “morrer apaixonado”, significa uma resposta dos sujeitos dentro do contexto social de desigualdade e dominação. O narrador não naturaliza a morte voluntária, mas compreende que o indivíduo, ao tirar a sua própria vida, buscava escapar da humilhação, miséria e sofrimento causados pela perda da terra.

Paulo procura trazer para o diálogo a seguinte questão: se as condições eram difíceis possuindo uma terra para trabalhar, o que fazer diante de sua perda? “Além de ser pobre, fui desapropriado” indica uma percepção de como o deslocamento compulsório representou um aumento das dificuldades em garantir a sobrevivência familiar.

A história oral é mediada por subjetividades que colocam o sujeito no centro do processo histórico, privilegiando não o fato em si, mas como experimentaram e quais significados oferecem aos acontecimentos, explorando os sentidos que o passado assume no presente.<sup>354</sup> A memória narrada por Paulo aparece como resistência em aceitar e conformar-se com a “riqueza” que foi perdida, parte dela atualmente submersa.

O que explica a pressa e a rapidez com que os órgãos governamentais estavam realizando as desapropriações sem ouvir as demandas dos produtores rurais? Além da intenção de que o “sonho se tornasse realidade”, as obras de irrigação estavam condicionadas a dois prazos. De acordo com o decreto nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispunha das desapropriações por utilidade pública, a expropriação deveria ser concretizada em cinco anos, contados a partir da edição do ato declaratório.<sup>355</sup> O governo militar não alterou aquela norma, fazendo com que os responsáveis pela irrigação agilizassem a “limpeza” da área para evitar a caducidade do decreto expropriatório que fora promulgado em 1972. Ademais, o contrato de construção da barragem previa que a construtora realizasse as obras no tempo limite de 15 meses. Como a Andrade Gutierrez

---

<sup>354</sup> KHOURY, Yara Aun. Do mundo do trabalho ao mundo dos trabalhadores. In: **Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos**: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea. Cascavel, Paraná: Edunioeste, 2009, p. 125.

<sup>355</sup> BRASIL. **Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3365compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3365compilado.htm)> Acesso em: 13 agosto 2017.

iniciou os trabalhos em novembro de 1976, a conclusão deveria acontecer até fevereiro de 1978.

Diante da negativa de muitos produtores rurais da margem direita do rio Gorutuba em deixar suas terras para a construção do PIG, os aparelhos estatais procuraram intimidá-los lançando mão de violências diversas, como por ser observado no diálogo com Sabino

Auricharme: antes da terra ser do senhor, a quem ela pertencia?

Sabino: a terra era do meu pai, eu tinha comprado dele há pouco tempo. Eu tinha acabado de comprar, cercado tudo, comprado madeira e arame e cercado tudo e eles foi e derrubaram tudo, eles chegou e tomou tudo.

Auricharme: como é que eles fizeram isso?

Sabino: nós tava todo mundo lá tranquilo e quando foi um dia, assim mais ou menos duas horas da tarde, eu ouvi zuar, uns carro zuando e quando eu fui ver a estrada encheu de carro, carro com trator em cima e foi chegando e tinha uns lugar lá que tinha umas árvore bonita, lá perto do Mosquito [rio Mosquito] já deixou o trator e foi limpando aquilo tudo lá e foi fazendo o acampamento. Aí foi fazendo o acampamento e na hora que fez o acampamento já foi entrando no meio das roça, os copo de algodão nosso eles foi revirando tudo assim (gestos), gradeando tudo com os trator, eles foi revirando tudo ao redor da casa nossa e subiu aquele poeirão e foi revirando, revirando. Quando acabou de derrubar as manga tudo é que eles foi entrar na mata. Derrubou primeiro foi as manga nossa, pôs fogo, as manga que eu falo é de pôr gado, eles chegou e tacou fogo, pôs os gado pra fora e tacou fogo no capim e queimou meu capim tudo. Naquele tempo o capim tava seco e o fogo pegou logo e queimou tudo, aí meu gado ficou morrendo tudo de fome. Peguei esse gado e vendi tudo baratinho e saí.

Auricharme: qual foi a justificativa que o Dnocs usava pra mandar o senhor sair da terra?

Sabino: eles mandava a gente sair, porque falava que precisava da terra. Mandava que nós desocupasse, que desocupasse. Eu falei com eles que não fizesse isso. Falei que eu ia arrumar outro lugar do mesmo tanto do meu terreno pra eles comprar e me dá que eu ia morar lá, mas eles falou pra mim que não, que não ia comprar terra pra ninguém e também que nós não tinha que comprar terra perto também não porque se comprasse eles ia tomar também. Mesmo que nós não desse conta da terra toda irrigada, eles podia falar assim: cês fica com a metade, se nós ficasse com a metade nós tava bem. Mas eles fez foi nós vender o que tinha tudo e sair, vendi tudo baratinho.<sup>356</sup>

Sabino Mendes Pereira, nascido em 1929, possuía 36 hectares na comunidade rural dos Algodões, no município de Porteirinha. Ao longo da conversa foi possível verificar que sua análise acerca da desapropriação estava fortemente marcada pelo custo econômico, social, cultural e psicológico, este último principalmente pelo fato de sua esposa ter

---

<sup>356</sup> Sabino Mendes Pereira. Entrevista realizada no dia 11/05/2016.

desenvolvido síndrome do pânico após a perda da terra e migração para outro estado (Rio de Janeiro).

Antes de ser expropriado, fato ocorrido no ano de 1974, Sabino criava animais, plantava alimentos para o consumo familiar e algodão para a venda. Sua terra tinha sido comprada junto ao pai, o que ele revela ser um orgulho por “não ter ganhado nada de graça na vida”. Desde o início da década de 1980 mora, com a esposa, em um lote irrigado de sete hectares na colonização Banavit, contudo não possui a escritura da propriedade, apenas um “direito de ocupação.”

Mesmo passados, na data da entrevista, 42 anos da expropriação, Sabino lembra que os carros do Dnocs chegaram em sua propriedade por volta das duas horas da tarde. A estratégia usada pela autarquia para forçar a saída do entrevistado foi inviabilizar sua produção agropecuária através da destruição de lavouras e queimada dos pastos procurando transformá-lo em estranho em sua própria terra.

O narrador procura iniciar sua narrativa elencando os sentidos, valores e horizontes que estavam sendo traçados e que foram abortados com a desapropriação. A compra de madeira e do arame para cercar a propriedade não constitui uma informação fora do contexto da perda territorial, mas é uma forma de ele indicar que estava firmando a propriedade enquanto um bem particular no intuito de evitar a presença de pessoas desconhecidas ou indesejáveis. Sabino contrasta o mundo que estava sendo criado e por ele desejável, inclusive a proximidade com os pais, com a realidade estabelecida, um movimento proposital de recusa em se identificar e se conformar com a ordem existente.<sup>357</sup>

As propostas levantadas pelo entrevistado, tanto a troca de terras quanto a possibilidade de trabalhar em parte de sua propriedade, foram rejeitadas pelo Dnocs uma vez que o objetivo era transformar a terra de trabalho em terra de negócio.<sup>358</sup> Assim como

---

<sup>357</sup> A percepção de Sabino muito se aproxima da definição de ucrônia usada por Portelli. Segundo este autor italiano, ucrônia é “aquele perturbador tema, no qual o autor imagina o que poderia ter sucedido se um determinado evento histórico não tivesse acontecido.” Ucrônia está relacionada à imaginação, subjetividade e desejo do narrador em sua relação com a história, o que possibilita aos sujeitos vislumbrarem mundos possíveis e alternativos. PORTELLI, Alessandro. **Sonhos ucrônicos**: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. In: Revista Projeto História. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Núm. 10, 1993, p. 41-58.

<sup>358</sup> “Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um contra o outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem. Por isso, nem sempre a apropriação da terra pelo capital se deve à vontade do capitalista de se dedicar à agricultura.” Martins, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Editora Hucitec, 1991, p.55.

na construção da barragem do Bico da Pedra a técnica procurava submeter a natureza aos interesses do homem, a construção do projeto de irrigação intencionava submeter a terra aos desígnios do capital. São duas faces de uma mesma moeda que estão diretamente relacionadas à criação de uma nova hegemonia no Vale do Gorutuba.

Ao mesmo tempo em que havia uma pressão de agentes governamentais para que os produtores rurais desocupassem a área de inundação, a empresa construtora da represa realizava serviços para que a obra fosse inaugurada no prazo determinado. A movimentação frenética de homens e máquinas pesadas alterou drasticamente a vida pacata de várias comunidades rurais, o que viria causar não apenas perdas materiais e culturais, como citado por Delci

Um fato que me marcou muito na época foi que um caminhão da Andrade Gutierrez matou um menino morador de uma área que já estava sendo desapropriada, usada para estradas vicinais de transporte dos caminhões que trabalhavam na obra. Naquela época, era um caminhão passando após o outro e levantando poeira e o menino saiu com a irmã, e a irmã de um lado esperando a poeira baixar e o menino entrou na poeira e o caminhão acabou matando ele em fase já triste para a família que estava sendo desapropriada e ocorrendo essa fatalidade ficou uma marca mais triste.<sup>359</sup>

Nos relatórios da Codevasf não constam acidentes ou mortes de funcionários ou de quaisquer outras pessoas durante a construção da barragem, apenas sua capacidade de armazenamento (705 milhões de metros cúbicos de água), a área inundada, a descrição e a quantidade de materiais utilizados e o número de funcionários contratados (mil homens). Os métodos e os níveis de segurança adotados pela autarquia ou por empresas por ela contratadas estariam, segundo os documentos consultados, dentro dos padrões exigidos.

Além da angústia e tristeza causadas pela perda da terra, a família citada por Delci passou pelo trauma da morte de um filho que desconhecia as novas regras que estavam sendo estipuladas, inclusive aquelas que afetariam o direito de ir e vir das pessoas em espaços que outrora circulavam livremente. Os custos psicológicos e emocionais das desapropriações, registrados na memória dos atingidos e não nos relatórios das empresas, provocaram nas pessoas um sentimento de desgosto e impotência diante da dignidade que estava sendo solapada e negada.

---

<sup>359</sup> Delci da Silva Duarte. Entrevista realizada no dia 10/05/2016.

Ao rememorarem suas experiências, os entrevistados misturam tempos, espaços e sentimentos onde utopia e mundo real se fazem presentes. Essas questões podem ser observadas no diálogo com Juvência

Auricharme: o que a senhora se recorda das desapropriações?

Juvência: eles [o Dnocs] já chegou mandando a gente sair e aí nós foi e falou assim: como é que sai? Pra onde? Eles achou nós localizado, nós pagou pra abrir uma cisterna, abriu uma cisterna com maior dificuldade, deu água bastante e aí nós nem lucrou com esta cisterna. Nós tinha gado, tinha vaca de leite, tinha o carro de boi, tinha arado, tinha o quintal cheio de planta, laranja, até cana tinha. Não precisava eles ter tirado nós da terra, bastava eles dá nós a terra pra trabalhar, não precisava ter acabado com as criação tudo.

Auricharme: eles davam um tempo pra vocês saírem da terra?

Juvência: eles deu um prazo, nós ficou um tempo que deu pra catar uma safra e depois eles falou pra nós sair e que se não saísse eles ia pegar o trator e derrubar. As mata que tinha eles vinha derrubando, porque aqui era só mata, só tinha uma estradinha que o pessoal usava pra ir pra beira do rio lavar roupa, trazer gado pra beber água. Quando eles começou a trabalhar, eles falou que se não saísse eles ia derrubar com trator. Eles tinha umas máquina que metia nas árvore grande, puxava e virava elas pra riba. Pra mim eles fez foi invadir e roubou, nós foi grilado, eles roubou.<sup>360</sup>

Juvência Fernandes de Souza nasceu em 1934, na comunidade rural de Ceará (Porteirinha). Durante a juventude e parte da vida adulta morou em uma propriedade onde uma parte era herança paterna e outra foi adquirida por intermédio da compra do “direito” de um dos irmãos. Repetidas vezes destacou que “toda minha vida foi na roça”, descrevendo que conhecia diversos trabalhos rurais. Após perder os 25 hectares de terras devido às desapropriações, migrou para Goiás, permanecendo naquele estado por pouco tempo pois, segundo ela, “não deu certo eu trabalhar de empregado, porque eu nunca tinha trabalhado de empregado.”

Ao retornar para o Norte de Minas no início da década de 1980, especificamente para o município de Verdelândia (distante 34 Km de Janaúba), a entrevistada morou com os pais e trabalhou em terras arrendadas. Diante das dificuldades vividas, sete filhos, de um total de dez, foram para São Paulo à procura de melhores oportunidades de emprego. Atualmente, a aposentadoria é a única fonte de renda de Juvência e do marido, sendo que parte do dinheiro é usado na compra de remédios para tratamento de doenças, algumas adquiridas após submeter-se a condições penosas de trabalho após as expropriações.

---

<sup>360</sup> Juvência Fernandes de Souza. Entrevista realizada no dia 04/05/2016

No ano de 1984 foi selecionada para morar em uma propriedade de 10 hectares em uma das colonizações criadas pela Codevasf nas terras que outrora pertenciam aos expropriados. Atualmente um de seus filhos planta banana no pequeno lote e a família luta pela obtenção de sua escritura.<sup>361</sup> A percepção de Juvência de que eles [o Dnocs] fez foi “invadir e roubar” decorre do fato de que além de ser expropriada, o valor das indenizações não foi suficiente para refazer a vida em outro lugar.

As indenizações foram definidas pelos entrevistados como “mixaria” ou “miséria” uma vez que não corresponderam às suas expectativas. Mesmo que a legislação considerasse que as desapropriações não poderiam afetar o patrimônio do expropriado, trazendo-lhe qualquer diminuição, os sujeitos narram que houve uma subavaliação e espoliação de suas propriedades.

O projeto de “Brasil grande” do regime militar fez com que diversas propriedades fossem consideradas de interesse nacional. Contudo, a lei não dizia respeito às formas e critérios que deveriam nortear as ações dos órgãos expropriadores, o que acabou gerando margem para que os documentos exigidos para pagamento aos expropriados de uma região fossem diferentes de outras. No Vale do Gorutuba, uma reportagem do jornal *O Gorutuba* dizia que

Com a finalidade de dar condições aos expropriados residentes no local onde está sendo construída a Barragem do “Bico da Pedra” de desocuparem a área desapropriada, o Perímetro de Irrigação do Vale do Gorutuba, através do Dr. Roberto Mauro Amaral, promoveu gestões junto a 4ª Diretoria Regional do DNOCS, no sentido de que as benfeitorias existentes nas áreas a serem desocupadas fossem pagas separadamente da terra nua, uma vez que a maioria dos expropriados não têm a documentação necessária para a transferência de domínio, legalizada.

Esclarecemos, entretanto, que encontram-se devidamente emprenhadas as importâncias relativas à terra nua de cada expropriado e para o recebimento, torna-se necessário a apresentação dos seguintes documentos:

- 01- Escritura pública ou particular do imóvel ou formal de partilha, etc.;
- 02- Certidão atualizada do Registro do Imóvel;
- 03- Certidão negativa de dívidas para com o Imposto de Renda;
- 04- Certidão de casamento quando for o caso;
- 05- Título de Eleitor;
- 06- Certificado de quitação junto ao INCRA;
- 07- Certidão negativa de ônus sobre o imóvel;
- 08- Certidão de quitação com o Funrural.

---

<sup>361</sup> As experiências dos trabalhadores assentados em colonizações serão abordadas no último capítulo.

No caso de espólios<sup>362</sup>, torna-se imprescindível que seja requerido o competente arrolamento.<sup>363</sup>

Todas as exigências acima constituíam obstáculos para que os produtores rurais recebessem uma indenização considera “justa”. Como o Ato Institucional nº 9, de 25 de abril de 1969, suprimia, nos casos de desapropriação por interesse social, a exigência de prévia indenização, os expropriados saíam da terra sem a garantia, por parte do órgão expropriador, de quando e quanto receberiam. Na maioria dos casos os pagamentos foram realizados alguns meses após a saída da terra.

Sendo o direito cartorial alheio à realidade dos pequenos agricultores, a maioria recebeu apenas pelas benfeitorias e não pela “terra nua”, um valor considerado irrisório que não foi suficiente para eles adquirirem outras terras na região diante da especulação imobiliária em curso ocasionada pelos investimentos e infraestrutura que estava sendo construída.

Os atingidos tinham que assinar o chamado Laudo de Avaliação e o Termo de Ajuste se comprometendo, entre outras determinações, a transferir o domínio e a posse da terra para o órgão expropriador e a sair da propriedade no tempo máximo de um mês. Durante este período era emitida uma ordem de pagamento ao expropriado, no Banco do Brasil, Agência de Janaúba, onde eles poderiam receber o valor das indenizações.

As tabelas abaixo registram a diferença entre a indenização pela terra e pelas benfeitorias nas duas bacias

Tabela IV: Desapropriação da Bacia de Irrigação do Vale do Gorutuba

Nº Desapropriados	Área (ha)	Terra Nua Valor	Benfeitorias Valor	Total-Indenização Valor	Etapas
208	528, 8145	316.583,06	1.595.444,38	1.912.027,44	1ª Etapa
140	2.691,1885	1.568.384,00	1.951.699,78	3.520.083,78	2ª Etapa
85	2.692.6351	1.624.241,59	2.729.797,27	4.354.038,86	3ª Etapa
Total 433	Total 5.912.6381	Total 3.509.208,65	Total 6.276.941,43	Total 9.786.150,08	

Fonte: CODEVASF, 1977.<sup>364</sup>

<sup>362</sup> Bens que alguém, ao morrer, deixou.

<sup>363</sup> Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS faz esclarecimentos a respeito da desapropriação da área da bacia hidráulica do açude público Bico da Pedra. **O Gorutuba**. Janaúba, 16 jan. 1977, p.02.

<sup>364</sup> CODEVASF. **Informações gerais sobre o perímetro de irrigação do Vale do Gorutuba**. Pessoal, desapropriações, estágio das obras da barragem e setor de irrigação. Montes Claros, MG: Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. 1977, p.07.

Tabela V: Desapropriação da Bacia Hidráulica do açude Bico da Pedra

Nº Desapropriados	Área (ha)	Terra Nua Valor	Benfeitorias Valor	Total-Indenização Valor	Etapas
30	793.3675	525.877,31	1.047.100,42	1.572.977,73	1ª Etapa
67	1.663.1315	1.145.982,67	2.058.379,79	3.204.362,46	2ª Etapa
243	3.711.0385	2.507.806,86	4.434.914,03	6.942.720,89	3ª Etapa
100	1.133.0685	734.742,52	524.950,96	1.259.693,48	4ª Etapa
11	217.0852	118.691,35	19.271,42	137.962,77	5ª Etapa
Total 451	Total 7.517,6865	Total 5.033.100,71	Total 8.084.616,62	Total 13.117.117,33	

Fonte: CODEVASF, 1977.<sup>365</sup>

No relatório da Codevasf consta que na bacia de irrigação 31 proprietários não foram localizados e na bacia hidráulica outros 13 também tinham “paradeiro incerto”. Em ambas as áreas o valor das indenizações das benfeitorias foi superior ao valor da terra, o que acabou gerando uma indignação e revolta entre os desapropriados.

Um preço justo passava, segundo os entrevistados, pela realização de reuniões onde eles fossem ouvidos e que o dinheiro pago lhes permitissem comprar terras ou residências em outros lugares. Os valores de cada benfeitoria já estavam previamente estabelecidos em planilhas elaboradas no escritório das empresas, procurando impedir e/ou dificultar qualquer questionamento ou tentativa de negociação por parte dos produtores rurais.

O custo econômico das desapropriação não foi alto devido ao fato de que a maioria dos produtores rurais não tinha todos os documentos exigidos e suas benfeitorias eram consideradas baratas por serem, em sua maioria, simples e/ou precárias. De acordo com relatórios da Codevasf<sup>366</sup>, na construção da Barragem do Bico da Pedra, o Governo Federal investiu cerca de 130 milhões de cruzeiros e na implantação do projeto de irrigação do gorutuba, margem direita, mais 200 milhões. Como os gastos com as desapropriações foram de quase Cr\$ 28 milhões, conclui-se que a “questão social” correspondeu apenas a 8,84% do orçamento total para a viabilizar a agricultura irrigada na região.

Nos autos do processo movido por Zacarias contra a Codevasf, que será tratado logo adiante, foi possível verificar os critérios e valores pagos a cada benfeitoria. As variações eram segundo o tipo de solo (com ou sem condições para irrigação), casa (de adobe, tijolo ou taipa), piso (de tijolo, terra batida, ladrilho ou cimento), cerca (de arame

<sup>365</sup> CODEVASF. **Informações gerais sobre o perímetro de irrigação do Vale do Gorutuba**. Pessoal, desapropriações, estágio das obras da barragem e setor de irrigação. Montes Claros, MG: Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. 1977, p.09.

<sup>366</sup>CODEVASF. **Projeto de Irrigação do Vale do Gorutuba**. Montes Claros: Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, 1978, P.04.

ou pedra), e das demais benfeitorias existentes como plantações, currais, pocilgas, cancelas, etc., ou seja, a finalidade posterior determinou o valor a ser pago à propriedade, um critério completamente alheio à lógica vivida na região. Para exemplificar, citamos as regras para avaliação dos solos da bacia de irrigação

Tabela VI: Preços para indenizações de bens encravados na Bacia de Irrigação

Nº de Ordem	Discriminação	Classe	Unidade	Valor em Cr\$
01	Solo sem problemas para irrigação	1ª	Ha	400,00
02	Solo com problemas simples para irrigação	2ª	Ha	300,00
03	Solo com problemas complexos para irrigação	3ª	Ha	200,00
04	Solo com problemas complexos para irrigação, necessitando de estudos detalhados	4ª	Ha	150,00
05	Solo sem condições para irrigação	5ª	Ha	100,00

Fonte: CODEVASF apud Tribunal Regional Federal, 1999.<sup>367</sup>

Segundo os pressupostos de avaliação de solo, os proprietários rurais poderiam ter a mesma quantidade de terra, contudo, a compatibilidade ou não em receber a irrigação fazia com que as indenizações fossem diferentes. Ao que parece, tomando como base as memórias dos entrevistados, estas informações não foram divulgadas aos desapropriados que acreditavam ser o valor das terras condicionado apenas ao seu tamanho.

Em várias tabelas foram detalhados os valores de diferentes alimentos, variando de acordo com três critérios: recém-plantados, em formação e plena produção ou maturados. Avaliava-se as plantações tão somente pelo fator econômico e não como inerentes aos modos de vida e essenciais à subsistência dos trabalhadores. Com a perda da terra, os trabalhadores seriam transformados em compradores de alimentos que até então eles produziam.

A forma unilateral como foram definidos os valores das indenizações geraram, entre os produtores rurais, o sentimento de que foram duplamente espoliados. Além de perderem a terra, o pagamento irrisório pelas suas benfeitorias fez com que eles entendessem que houve um total descaso dos órgãos governamentais por suas vidas, experiências e valores. Sem nenhuma lei que os amparassem após as expropriações, os trabalhadores de Janaúba e Porteirinha se viram diante de um aparelho jurídico-político-

<sup>367</sup> BRASIL. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL (1ª. Região). 13ª Vara Cível Federal. Processo núm. 199.38.00.033166-8. Desapropriação Indireta. Réu: Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco; Autor: Zacarias Bispo de Oliveira. Belo Horizonte, 1999.

militar que se mostrava insensível aos seus apelos sentimentais e morais na busca pela legitimação e posse territorial.

Diferentemente do tratamento hostil e do valor pago aos pequenos e médios produtores rurais, os fazendeiros usaram sua influência social e política para a valorização de suas propriedades sendo que, de acordo com as pesquisas realizadas por Virgínia de Lima Palhares, “pagou-se melhor àqueles proprietários conhecidos e que tinham um certo poder na região.”<sup>368</sup>

O engenheiro responsável pelas obras de irrigação, Roberto Mauro Amaral, procurou transmitir aos produtores rurais e leitores do jornal *O Gorutuba* que havia um esforço pela conciliação de interesses que se mostravam divergentes. De acordo com reportagem do periódico

O engenheiro Roberto Mauro Amaral, chefe do P.I. do Vale do Gorutuba e a advogada Maria Zoé S. Teixeira, do DNOCS, estiveram em visita à nossa redação para solicitar que transmitíssemos um lembrete aos proprietários e posseiros expropriados das terras na área onde está sendo construída a barragem do Bico da Pedra, que foi fixado o dia 25 de janeiro como prazo fatal para desocupação total da área. – “Dessa decisão” - disse Roberto Amaral- “já foi dado conhecimento a cada um dos habitantes daquela área, porém nunca é demais lembrar, para que os retardatários ainda tenham tempo de providenciar sua retirada e se evite a necessidade de serem adotadas medidas pouco agradáveis para todos, desde que a determinação partiu do Governo Federal e terá de ser cumprida para que o andamento das obras de construção da barragem não seja interrompido.”

Dra. Maria Zoé afirmou ainda que “o dr. Roberto Amaral, para ajudar os posseiros e proprietários, conseguiu abrir um precedente junto à procuradoria da 4a. DR do DNOCS, obtendo que as benfeitorias fossem indenizadas antecipadamente, fornecendo-se, deste modo, numerário para que eles pudessem regularizar os documentos de desapropriação mais folgadoamente, além de lhes dar capital para aluguéis ou aquisição de outro imóvel para sua moradia e trabalho.”

“Além dessa vantagem, que, diga-se de passagem não ocorreu em outros lugares onde o DNOCS construiu açudes e barragens, também foi concedido ao gerente do PI do Gorutuba autorização para beneficiar ainda mais os expropriados, permitindo-lhes levarem os materiais das benfeitorias mesmo as que foram pagas na indenização. Registra-se ainda, que as tabelas foram alteradas com reajuste de 84% em favor dos expropriados, como estamos lembrados” - concluiu dra. Maria Zoé.<sup>369</sup>

A posição de Roberto Mauro Amaral em relação aos trabalhadores da bacia hidráulica, em sua maioria posseiros, era no sentido de que eles aceitassem pacificamente

---

<sup>368</sup> PALHARES, Virgínia de Lima. **A irrigação pública no processo de transformação do espaço agrário.** Dissertação (Mestrado em Geografia). 234 Fls. Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG. Belo Horizonte, 1995, p.104.

<sup>369</sup> Área da Barragem será desocupada fatalmente a 25 de janeiro. **O Gorutuba.** Janaúba, 23 jan. 1977, p. 01.

suas determinações, caso contrário, “medidas pouco agradáveis” poderiam ser tomadas. A antecipação e aumento do valor das benfeitorias, assim como a permissão para que o produtor rural as retirasse, eram concessões realizadas no objetivo de que a desocupação da área fosse realizada de forma mais rápida, ainda que transmitida como uma benevolência por parte do Dnocs.

Muitos trabalhadores foram impedidos de levar suas benfeitorias por motivos diversos: falta de transporte, lugar para armazenamento ou porque deixaram para retirá-las após se estabelecerem em outros lugares e, neste intervalo de tempo, foram roubadas. Narrativas salientam, ainda, que muitos animais foram vendidos abaixo do preço de mercado, ficaram submersos nas águas ou desapareceram no tumulto em que ocorreram as desapropriações.<sup>370</sup>

Nas entrevistas com os atingidos foi possível compreender que eles interpretam as benfeitorias como elementos que possuíam um valor monetário, diferentemente do direito à terra. O direito, por solidificar-se em aspectos subjetivos, imateriais e simbólicos, ultrapassa o valor da benfeitoria, que é objetivo, visível e abrange prioritariamente a economia.

Esta distinção entre direito e benfeitoria é de fundamental importância para se entender o conflito entre agricultores e agentes de Estado no Vale do Grotuba. Apesar de muitas vezes as benfeitorias aparecerem em primeiro plano, a luta é por um direito que não é negociável. Se a noção de pertencimento do produtor rural estivesse solidificada nas benfeitorias e não no direito à terra, o conflito seria resolvido simplesmente com o aumento das indenizações.

Ao conceder uma indenização prévia pelas benfeitorias, Roberto Amaral resumia uma questão social, cultural e material a um problema meramente econômico, como se o pagamento antecipado o eximisse de qualquer responsabilidade pela insatisfação e inconformismo dos desapropriados. A terra, ao ser convertida e avaliada apenas como mercadoria\valor de troca, é colocada somente como elemento de acumulação e reprodução do capital, negligenciando os interesses e demandas dos trabalhadores.

---

<sup>370</sup> Cf. MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais-ALMG. Comissão Parlamentar de Inquérito da Codevasf. **Transcrição literal das notas taquigráficas da oitava dos trabalhadores desapropriados**. 1995. Disponível em: <<<<http://mediaserver.almg.gov.br/upload/www/?a=d&i=8780000921>>>>. Acesso em Set/2017.

### 4.3- Negociações, resistências e reivindicação de direitos

Apesar da desapropriação constituir um problema coletivo, as ações contrárias ou questionamentos em relação à perda da terra aconteceram de forma individual-familiar e sem a mediação de entidades de classe ou movimentos sociais. Estas questões nos levam a concordar com Raphael Samuel quando questiona interpretações do termo “comunidade” como algo homogêneo ou formada por pessoas com trajetórias comuns

A noção de “comunidade”, apesar de usada livremente, é, ou deveria ser, problemática. Na história urbana, é pouco mais do que uma ficção conveniente, que só pode ser preservada ao concentrar-se nos eventos cívicos e municipais. Na zona rural, ela frequentemente leva uma suposição não justificada de equilíbrio que talvez o historiador deva questionar, ao invés de afirmar: é possível morar no mesmo lugar enquanto se habita mundos diferentes, seja como marido e mulher, pai e filho, empregado e empresário (...). Ao invés de pressupor a existência de equilíbrio, seria melhor se os historiadores explorassem alguns de seus determinantes e distinguissem interesses que eram conflitantes daqueles que, de alguma forma, foram compartilhados.<sup>371</sup>

Conceitos que podem oferecer uma visão harmoniosa e de consenso tendem a silenciar diferentes interesses, expectativas e vivências dos trabalhadores. Apesar de os sujeitos da pesquisa compartilharem valores, costumes e práticas, eles não fazem parte de uma comunidade como sinônimo de um conjunto de pessoas coesas ou possuidoras de uma “identidade comum”.

O pressuposto acima é importante para indicar que as negociações e resistências não se deram de forma homogênea. Apesar de estarem envolvidos em um mesmo ambiente de conflitos e embates sociais, são múltiplas as experiências dos produtores rurais desapropriados, evidenciando subjetividades e diferenças existentes no seio de uma mesma comunidade.

As ações contrárias às desapropriações, mesmo não sendo intermediadas por associações, sindicatos ou movimentos sociais, constituem experiências e valores dos sujeitos dentro da correlação de forças sociais. Diante da iminência de perderem a terra, o aumento do valor das indenizações representou, para os poucos que a conseguiram, uma conquista, ainda que a classe dominante procurasse divulgar como uma benevolência.

---

<sup>371</sup> SAMUEL, Raphael. **História local e História oral**. Revista Brasileira de História. São Paulo. Vol. 9, N.º19, pp. 219-234, set.89/fev.90, p. 228.

Mesmo que a maioria das reivindicações dos expropriados não fosse atendida, elas representavam indignação e insatisfação que de alguma forma preocupavam a classe dominante que tinha que se mobilizar para sufocá-las ou atendê-las parcialmente. Os trabalhadores sabiam que a luta era desigual para o seu lado, contudo isso não os impediu de procurar negociar ou retirar concessões dos grupos dominantes.

A falta de apoio jurídico e político, intimidações e repressão aos movimentos sociais na região constituem fatores explicativos da aceitação, por parte das populações rurais, do pagamento estipulado pelos órgãos desapropriadores, como foi descrito por Alfredo

Auricharme: na época em que o senhor foi desapropriado, como foram as negociações para o pagamento das terras?

Alfredo: eles [a Codevasf] não aceitava negociar não. Eles fez o orçamento tudo e se cê quer receber bem se não quer...teve gente aí que ficou brigando com eles, brigando até que ficou sem receber ou recebeu uma mixaria. A Codevasf é o pior órgão do mundo, porque eles já fez os trem pra não desmanchar, é federal né, pior que é um órgão federal.

Auricharme: não teve uma organização do pessoal não?

Alfredo: não, não adiantava não. O que faltou naquela época foi os prefeito ajudar nós, os prefeito fez foi ajudar a Codevasf. Naquele tempo não tinha sindicato, as autoridade mais certa era o juiz de paz, escrivão de paz, polícia, delegado e prefeito. A lei era essa. O prefeito era do lado do governo do Estado e do Governo Federal. Se fosse hoje não acontecia isso não, mas naquela época o povo parecia que era besta e não lutou não.<sup>372</sup>

O compartilhamento de certos costumes, valores e tradições conduzia os pequenos produtores rurais a uma consciência de classe baseada nos aspectos socioculturais, sendo que a formação de uma consciência de classe política necessitava de vínculos organizacionais e mobilização política.<sup>373</sup> Os momentos de encontro dos entrevistados estavam ligados ao lazer e religiosidade, não possuindo características de associativismo ou sindicalismo rural, formas de organização que eram bastante vigiadas pelos militares, principalmente nos chamados “anos de chumbo” (1969-1974).

Cumprir destacar que em 03 de junho de 1973 foi criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha. Assim como outros sindicatos que surgiram na época, sua diretoria era composta por políticos e grandes produtores rurais sendo que sua principal função foi prestar assistência social via Funrural.<sup>374</sup> A censura, a coerção e autoritarismo

---

<sup>372</sup> Alfredo Mendes de Souza. Entrevista realizada no dia 20/03/2016.

<sup>373</sup> SAVAGE, Mike. **Espaço, redes e formação de classe**. In: Revista Mundos do Trabalho. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina. Vol. 3, Núm. 5, Jan/Jun de 2011, p. 06-33.

<sup>374</sup> De acordo com Rosely Carlos Augusto, as bases da Previdência Social no campo foram instituídas em 1963 pelo Estatuto do Trabalhador Rural, mas só começaram a ser implementadas, como assistência médico-social em 1971, com a criação do “Programa de Assistência ao Trabalhador Rural” ou “Funrural”. Dadas as

do governo militar cerceou a criação de sindicatos livres e combativos, fazendo com que o surgimento destas entidades fossem permitidas apenas se estivessem atreladas aos interesses dominantes.

Alfredo salienta que não sabia a quem recorrer diante de uma força que ele considerava superior por ser “federal”. De forma direta ou indireta, os representantes da lei por ele citados estavam subordinados aos militares, cabendo-lhes cumprir as normas e posições determinadas pelo governo central.

Uma estratégia usada pelos órgãos expropriadores para impedir a mobilização social dos proprietários rurais foi, além da já referida sonegação de informações, a busca por negociações individuais.<sup>375</sup> Estes sujeitos eram convocados para reuniões com o setor jurídico do Dnocs ou da Codevasf na cidade de Janaúba, um local distante de suas residências e onde eles sentiam-se estranhos, isolados e impotentes.

A responsável pelos pagamentos era a advogada Maria Zoé Soares Teixeira, que atuou nas duas autarquias citadas. Os entrevistados definem “Zoé”, como era conhecida, como uma mulher insensível e arbitrária que atuava de todos os meios, legais ou não, para garantir que as desapropriações ocorressem. De acordo com Juvência

A advogada da Codevasf ameaçava o povo, porque muitos ficava escorando para não assinar, pra não receber aquilo que ela queria pagar, aí ela falava assim: ó, se cês não assinar eu cancelo seus pagamento, aí muitos assinaram pra receber uma mixaria. Era a doutora Zoé que ajeitava os papel tudo pro povo assinar, mas orientada pelos grandes da Codevasf. Quando Zoé morrer ela vai pro inferno, Deus me perdoe, porque ela chegou aqui na miséria e saiu daqui batendo de carro novo, comprou casa boa. O povo tudo xinga ela, falou que quando ela morrer ela vai pro inferno porque ela roubou o povo.<sup>376</sup>

Juvência salientou que a “doutora Zoé” ameaçava cancelar os pagamentos dos agricultores caso eles se recusassem a assinar o laudo e o termo de ajuste, fazendo com

---

condições de empobrecimento das populações do campo, sempre teve peso, nas suas reivindicações, a demanda pela inclusão da categoria no sistema de previdência social. O que, dialeticamente, tornou-se um sério obstáculo à organização dos sindicatos como um instrumento de encaminhamento das lutas. Cf. AUGUSTO, Rosely Carlos. **Aprender na prática: narrativas e histórias de lideranças camponesas, no sertão do Norte de Minas Gerais, nas últimas três décadas.** Tese (Doutorado em Educação). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais\UFMG, 2011, p. 155.

<sup>375</sup> Esta estratégia de negociação individual foi usado por diversos aparelhos de Estado responsáveis por desapropriações durante o governo militar com o objetivo de impedir, ou dificultar, discursões e debates que pudessem levar a organizações coletivas. Cf. VAINER, C. B., ARAÚJO, F. G. B. **Implantação de grandes hidrelétricas: estratégias do setor elétrico, estratégias das populações atingidas.** In: Revista Travessia, n. 6, jan.-abr., 1990.

<sup>376</sup> Juvência Fernandes de Souza. Entrevista realizada no dia 04\05\2016.

que, diante do medo, pressões e intimidações, eles aceitassem o valor das indenizações pois, caso contrário, corriam o risco de “ficar sem nada”.

Com a “redemocratização”, surgiram diversas entidades e movimentos sociais que questionaram os procedimentos adotados pelos órgãos governamentais nas desapropriações de Janaúba e Porteirinha.<sup>377</sup> Um dos resultados destas ações foi a instauração de uma CPI junto à ALMG no ano de 1995. Os deputados membros da CPI ouviram mais de três dezenas de trabalhadores desapropriados, sendo que alguns deles relataram perseguições e prisões por não aceitarem o deslocamento compulsório, como foi o caso de Miguel de Brito que, ao ser questionado por parlamentares sobre o uso da força policial nas desapropriações, respondeu que

Eles me pegaram lá numa zona, num lugar que não tinha ninguém, que ninguém viu. Só viu uma senhora. Eles me levaram para a delegacia. Quem me atendeu foi um delegado, ele estava perseguindo a gente.

Entrevistador: o senhor falou que foi preso na ocasião porque não queria sair da terra. O senhor ficou quantos dias preso?

Miguel: só fiquei uma noite por causa dos meus menino que pediram ao advogado, que me tirou. Então eles me soltaram.

Entrevistador: na ocasião, além do senhor, mais alguém foi preso?

Miguel: teve mais. Nascimento Martins da Silva, Jaime Ferreira Batista. Foram todos presos.

Entrevistador: o motivo foi o mesmo? Eles não quiseram entregar as terras?

Miguel: o Nascimento Martins da Silva porque não quis entregar a terra. O Jaime veio para trabalhar lá na terra, aí eles prenderam o Jaime.<sup>378</sup>

A repressão e as prisões foram meios usados contra trabalhadores que resistiram de forma mais acentuada às desapropriações. Verifica-se que quando se extinguem as formas de construção da hegemonia por intermédio do consenso e da persuasão, a classe dominante usa da coerção para garantir o seu projeto de sociedade, embora procure, pelo uso da mídia e de outros aparelhos, demonstrar que estas situações são esporádicas e usadas apenas quando se esgotam as tentativas de negociações.

Policiais, delegados e membros do judiciário são elementos essenciais na construção política e ideológica da hegemonia. Buscando garantir as funções do direito,

---

<sup>377</sup> Assunto a ser tratado nos próximos capítulos.

<sup>378</sup> MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais-ALMG. Comissão Parlamentar de Inquérito da Codevasf. **Transcrição literal das notas taquigráficas da oitiva de Miguel de Brito**. 1995. Disponível em: <<http://mediaserver.almg.gov.br/upload/www/?a=d&i=8780000921>>. Acesso em: 22 agosto 2017.

sendo a principal que todos os cidadãos devam aceitar livremente o conformismo<sup>379</sup>, o encarceramento e a violência foram práticas usadas no Vale do Gortuba para assegurar que os sujeitos que resistissem às normas e leis estabelecidas pudessem ser retirados do convívio social para que suas ideias e comportamentos não fossem copiadas por seus pares.

A punição a Miguel de Brito e outros trabalhadores transmitia uma mensagem de que a prisão temporária poderia se prolongar caso eles insistissem em não sair da terra. A circulação da notícia das prisões também cumpria o papel de disseminar o medo no imaginário coletivo fazendo com que outras pessoas evitassem questionar o decreto expropriatório.

Passados mais de vinte anos após as desapropriações, Miguel de Brito recordou como o aparato jurídico e o uso de agentes privados de segurança constituíram elementos importantes na execução das desapropriações

Então, eles vieram com jagunços, entraram dentro da minha propriedade, mexeram nas máquinas. O local tinha 72 ha e 5 ha eram de plantação de cana, feijão, abóbora e banana. Eles arrancaram tudo e, como eu não tinha jagunço, sou fraco, não fiz nada. Depois, deram para arrancar a minha cerca. Tornei ir lá e falei que eles não iam fazer aquilo, que eu ia “caçar” meus direitos. Mesmo assim, eles voltaram com a jagunçada e arrancaram a cerca. Eram 4.350 metros de cerca. Só de poste de aroeira eram 3.164. As outras madeiras também eram forte e eram 1.200 postes. Além disso tudo, arranjaram mais três pistoleiros-um tal de “Bigode”, um tal de “Miro” e um tal de “Zé de Freita” -para matar o gado. Primeiro, mataram a vaca de um rapaz, que está presente, à bala. Usaram a carabina, a vaca caiu e mandaram falar pra ele que a vaca dele estava morta. Pra mim, falaram que tinham matado um garrote meu com machado. Corri lá, tinha vestígio de que tinham matado uma rês, mas não vi nada não. Depois, fui tirar o gado, mas ele não saía. Um menino me disse que o gado tinha saído. Cheguei lá e estava tudo com veneno: a terra, a palha, a palha de milho.

Entrevistador: Pergunto ao Sr. Miguel, naquela época a polícia esteve lá, pedindo para que o senhor desocupasse?

Miguel: A polícia não sei, Deputado. Eu não posso contar que é a polícia, porque é intruso. Era jagunço misturado. Mas aqui ninguém quietou. Daqui a Porteirinha, eles fizeram isso e ninguém tentou falar nada. Só ganharíamos qualquer coisa se saíssemos de Montes Claros pra cima, de Montes Claros pra cá estava tudo travado, porque a advogada deles travava.<sup>380</sup>

---

<sup>379</sup> GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Volume 3. Trad. de Carlos Nelson Coutinho (et. All.); coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 252.

<sup>380</sup> MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais-ALMG. Comissão Parlamentar de Inquérito da Codevasf. **Transcrição literal das notas taquigráficas da oitava de Miguel de Brito**. 1995. Disponível em: <<http://mediaserver.almg.gov.br/upload/www/?a=d&i=8780000921>>. Acesso em: 10 setembro 2017.

Diante de autoridades políticas, como deputados estaduais e vereadores, e lideranças populares e sindicais, Miguel procurou detalhar as ameaças sofridas e os direitos que foram violados na esperança de minimizar o sofrimento vivido com a doação de terras ou de uma indenização por ele considerada justa, o que se mostrava como uma expectativa comum de todos os sujeitos que participavam daquela audiência pública.

As ameaças de sequestro, mortes de animais, destruição do patrimônio familiar, prisões, o uso de força paramilitar, financiadas por agentes públicos ou privados, entre outras estratégias de intimidações e coações aos produtores rurais, indicam como as desapropriações estiveram distantes da legalidade e de um ambiente de consenso social. A prática da repressão e coerção fazia com que a procura de direitos e justiça, por parte dos sujeitos, se mostrasse bastante limitada com a articulação de múltiplos poderes na criação de bases estritamente capitalistas nas formas de trabalho e produção no campo.

A ida aos tribunais foi citada por muitas pessoas como uma utopia ou frustração já que a estrutura judicial se mostrava atrelada às novas definições de propriedade em curso, não apenas no Vale do Gortuba, mas em todo o país. Como já abordado, quando o Estado legisla em uma sociedade de classes, a sua pretensão universal e imparcial torna-se uma grande quimera.

Segundo Miguel de Brito, os advogados da Codevasf travavam os processos judiciais que eram movidos contra a autarquia no âmbito regional e, sem condições de acesso à instâncias superiores, a luta pela terra ficou mais difícil. Neste processo, ao ratificar as perdas sociais e materiais, o poder judiciário era desacreditado pelos produtores rurais por ser associado à construção de interesses particulares em detrimento dos coletivos.

Sem poder de recorrer à justiça, Miguel de Brito cita que, por ser “fraco”, não tinha condições de contratar jagunços para proteger sua propriedade contra ataques externos. Sem poder apelar para o direito legal ou costumeiro, o narrador expressa a máxima marxiana de que “entre direitos iguais, o que prevalece é a força.”<sup>381</sup>

A falta de credibilidade no judiciário desmotivava os produtores rurais ao mesmo tempo que impedia que suas demandas fossem levadas aos tribunais fora do Vale do Gortuba. Ao ser questionado por Deputados se houve tentativa de procurar advogados ou órgãos do governo para receber o que considerava justo, Manoel Mendes Pereira respondeu que

---

<sup>381</sup> MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: BoiTempo, 2013, p. 309.

Não, não procurei nenhum advogado porque achei que era impossível. Fiquei apavorado na época. Às vezes, até precisava de advogado, mas outras pessoas de mais categoria que eu não tomaram providência nenhuma. Então, achei que era desvantagem, pois eu era menor. Achei que poderia “caçar” confusão ao procurar advogado para aquilo que é meu.<sup>382</sup>

Existe um sentimento comum entre os entrevistados, seja para esta tese ou para a CPI da ALMG, de que advogados e políticos eram aliados da Codevasf devido a maior parte destes profissionais se posicionarem a favor das desapropriações. Alguns poucos sujeitos salientam que o único “apoio” dado por autoridades políticas, leia-se prefeitos, foi a cessão de caminhões para que pudessem retirar as benfeitorias, ou seja, para que agilizassem o processo de saída da terra.

Manoel cita que poderia necessitar de assessoria jurídica, contudo, sua condição de “menor” na escala social o impediu já que os “maiores” não solicitaram tais serviços. Ademais, permeia a mentalidade do homem do campo, seja no passado ou no presente, um ceticismo quanto à contribuição de pessoas letradas na resolução dos problemas agrários já que historicamente a falta de conhecimento as levaram a assinar documentos que teriam como consequência a perda da propriedade.

Muitos aceitaram sair da terra após negociações e promessas de reassentamento, a maioria não cumpridas. De acordo com Virgílio Mendes dos Santos

Então, naquela época que fui desapropriado, fiquei “amociado”, porque era pai de 12 filhos e meus filhos comiam bem e tinha muita coisa dentro de casa. Minha família era como rica, graças a Deus, porque toda a vida fui uma pessoa que trabalhei nas terras que tinha(...). Naquela desapropriação, eu não era atingido por água e tinha 96 pés de planta de soja, que tinha comprado na mão de Ernani. Eles foram lá e fizeram uma avaliação daquelas plantas que comprei por 2,50 na época de 5. E elas já estavam produzindo. Então, aceitei porque todo mundo estava aceitando aquela desapropriação. Quando eles acabaram de fazer o teste, deu 18 a minha avaliação. Só 18, onde tinha dois alqueires de terra. Então fiquei pensando: mas não vai valer nada. Aí botei na mão de uma advogada, que ficou 6 anos com esse trabalho. Era 18 e foi pra 125 mil. Aí peguei e dei ela 25 mil, ficando com 100. Com esse dinheiro vim aqui na rua para comprar um barraquinho. Na hora de receber as áreas, eles arrendaram as terras todas, depois de beneficiadas, para os fazendeiros. Aí, ficamos na contramão. Então, naquela época, chamaram de novo. Fui lá receber um lote. Quando cheguei lá, a minha terra, que era uma mãe de primeira, que dava de tudo (ilegível) (...) ia receber um carrascão daqueles. Fiquei agoniado e disse: olha, cancela isso aí. E eles disseram: “o dia em que

---

<sup>382</sup> MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais-ALMG. Comissão Parlamentar de Inquérito da Codevasf. **Transcrição literal das notas taquigráficas da oitiva de Manoel Mendes Pereira.** 1995. Disponível em:<<http://mediaserver.almg.gov.br/upload/www/?a=d&i=8780000921>>. Acesso em: 10 setembro 2017.

tivermos uma terra boa nessa área lá, vamos escolher e te dá.” Meu amigo, até hoje nada de resposta.<sup>383</sup>

Com as desapropriações, ocorre a passagem de produtores rurais pobres a miseráveis: pessoas que viviam em um situação material precária, contudo tinham uma terra para plantar e colher, são expulsas do campo recebendo apenas um valor irrisório pela propriedade que não era suficiente para recomeçar a vida em outro lugar. Sair do espaço rural para morar em um “barraquinho” na cidade, situação experimentada não apenas por Virgílio, mas por vários outros desapropriados, criava um sentimento de revolta diante dos anos de trabalho investidos na terra e pelas relações sociais que estavam sendo abruptamente rompidas.

Mesmo com o valor da indenização aumentando, o dinheiro recebido não foi suficiente para Virgílio adquirir uma propriedade no campo ou comprar uma boa casa na cidade. O processo movido contra a Codevasf demorou, segundo o entrevistado, seis anos para ser concluído, um período que não poderia ser aguardado por muitos produtores rurais desapropriados que, sem condições de se manterem no Vale do Gortuba, migraram para outras regiões à procura de emprego e renda.

Diante da morosidade da justiça, muitos sujeitos não moveram ações contra os órgãos governamentais responsáveis pelas desapropriações, resolvendo aceitar suas propostas de indenização. Mesmo não sendo possível adquirir uma nova propriedade, um valor monetário maior foi destacado e narrado por Virgílio por representar uma conquista diante da forma unilateral como as entidades estatais conduziram o processo.

Virgílio reclama que a promessa de reassentamento em terras irrigadas não foi cumprida, o que causou-lhe revolta e indignação. Após construída a infraestrutura física por parte do poder público, as melhores terras foram arrendadas a empresários rurais, alguns deles de outros estados e países, para a exploração agrícola segundo a racionalidade capitalista, ficando Virgílio com um “carrascão”.

Entre os entrevistados, apenas Almerindo conseguiu negociar com Maria Zoé um valor indenizatório maior, uma exceção que deve ser registrada para não homogeneizar as vivências dos sujeitos e ao mesmo tempo destacar como a solução para um problema comum foi tratada de forma individual, o que deve-se muito às pressões, estratégias e ameaças dos órgãos expropriadores

---

<sup>383</sup> MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais-ALMG. Comissão Parlamentar de Inquérito da Codevasf. **Transcrição literal das notas taquigráficas da oitava de Virgílio Mendes dos Santos**. 1995. Disponível em: <<http://mediaserver.almg.gov.br/upload/www/?a=d&i=8780000921>>. Acesso em: 25 setembro 2017.

Auricharme: o senhor pode falar um pouco sobre o pagamento das indenizações. Como ele aconteceu?

Almerindo: eu acho que fui bem pago. Eu não era fazendeiro, não sou até hoje que meu terreno é pequeno, mas eu recebi bem como os fazendeiro.

Auricharme: e quem pagou o senhor?

Almerindo: o caso foi esse: eu cheguei lá (no Dnocs), eu fui mais um vizinho meu, o compadre Geraldo, então eu falei:

-compadre Geraldo cê podia chegar lá e não aceitar essa conta que eles marcou pro'cê, se marcar uma conta pequena eu não aceito não.

Ele disse:

-Ah, se a gente falar isso é pior.

Então eu falei:

-Pior não, porque a gente tem o direito de falar e eu falo.

Aí eu cheguei lá no Dnocs e falei:

-Quanto é o valor meu?

-O valor seu é vinte e três mil.

Quando a mulher (Zoé) falou que o valor era vinte e três mil eu falei:

-Pois é, então eu não vou nem assinar, eu vou embora, lá não foi roubado, foi eu que comprei.

Ela falou:

-É aquele lá que é o chefe.

Aí eu fui, cheguei lá e ele falou:

-É você que tá aí brigando por causa do direito seu né?

Eu falei:

-Não tô é brigando, eu tô é falando, então eu não aceito esse pagamento de vinte e três mil

-Vamos aumentar umas hectares de capim, e nós paga os seus vinte e três e aí cê ganha mais um pouco.

-Não.

E aí eu fui embora, não assinei não. No outro dia cedo chegou seis homens na cancela lá de casa e falou:

-Onde é que mora Almerindo aqui?

eu falei:

-Sou eu mesmo, vamos chegar.

-Por que que cê foi lá e não recebeu o dinheiro?

-Não recebi porque tava pouco. Cês cassa aí nos papel aí pro cês vê. Esse curral tá nos papel?

-Tá não

-Esse piso de minha casa tá nos papel?

-Tá não

-Esses tanque que eu tenho aqui tá?

-Não tá não

-pois é, cês é formado mas pra outra coisa, pra isso cês não é formado não.

Porque se eles fosse formado, na hora que eu falei com eles, eles atendia e eles não atendeu não. Aí eles mediu tudo de novo, aí pediu pra fazer o almoço, fiz o almoço, dei eles e mediu tudo de novo. Aí eles falou

-cê não custa em ir no escritório não

Logo eu cheguei no escritório, cheguei e conversei com o chefe lá e ele falou assim:

-Ó, seu valor aumentou.

-Quanto?

-Aumentou um pouquinho.



transparência constituíam obstáculos para que os expropriados verificassem a relação e veracidade dos bens levantados que, ao final, poderia aumentar o valor do pagamento.

Alguns proprietários que se recusaram a sair de suas terras enfrentaram processos movidos pelas autarquias por considerar que eles não cumpriam as ordens que transformava suas propriedades em área de interesse nacional. De acordo com Maria das Graças Silva Vieira, foram promovidos, pelo Dnocs, processos relativos a 20 desapropriados e 18 litisconsortes.<sup>386</sup> Neste último, os trabalhadores decidiram aceitar o valor das indenizações e encerrar as ações devido a morosidade e burocracia.<sup>387</sup>

Entre os entrevistados, Zacarias moveu um processo contra a Codevasf, no ano de 1999, solicitando uma reavaliação do valor da indenização paga em 1976. Passados quatro anos da abertura do processo, a juíza responsável pelo caso acolheu as alegações dos advogados da autarquia de que o art. 177 do Código Civil estabelece que as ações pessoais prescrevem, ordinariamente, em vinte anos. De forma reiterada, o advogado de Zacarias solicitou o desarquivamento do processo, sendo todas as petições negadas pela magistrada.

Durante a desapropriação, Zacarias vivenciou o trauma da perda da sua esposa. Este fato, constantemente lembrado em sua fala, influencia fortemente na sua interpretação do processo histórico bem como de suas atitudes políticas. Segundo ele

na época da desapropriação eu perdi minha família. Naquela época eu saí daqui com o caminhão pra panhar minhas coisa e quando chegou ali pra ir pro Balneário, o caminhão fez a volta e minha mulher caiu pela porta do carro, a porta do caminhão abriu e ela caiu. Ela foi pra Santa Casa de Montes Claros, ela quebrou a cabeça e a bacia, e com cinco dias ela morreu. E eu perdi a cabeça, porque numa hora dessa é duro né.

Auricharme: o senhor tem quantos filhos?

Zacarias: Cinco. Depois que a mãe deles morreu ficou eu com esses cinco menino sofrendo. Fui mexendo, fui mexendo, vendi um pedaço de terra que eu tinha e não foi desapropriada e fui lutando. Porque eu fui desapropriado de vinte e dois hectares de terra, uma casa, um engenho de pau com duas hectares de cana, seis mil metros de cerca de arame farpado, engenho, cancela, rapadura. Esses trem foi tudo perdido. Essas coisa tá tudo dentro do processo pra eles pagar, mas com essa história não pagou não.<sup>388</sup>

---

<sup>386</sup>O litisconsórcio caracteriza-se pela reunião de duas ou mais pessoas assumindo simultaneamente a posição de autor ou de réu.

<sup>387</sup> VIEIRA, Maria das Graças. **Avaliação socioeconômica e ambiental do perímetro irrigado do Gorutuba- MG e o desenvolvimento regional**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 86 Fls. Universidade Federal de Uberlândia-UFU. Uberlândia, 2003, p. 30-31.

<sup>388</sup> Zacarias Bispo de Oliveira. Entrevista realizada no dia 15/04/2016.

A narrativa de Zacarias é marcada por tristezas e decepções, mas também por lutas e recomeços. A morte da esposa durante a retirada das benfeitorias da propriedade é um importante marco em sua vida e memória, o que transforma a desapropriação e suas consequências em uma questão não resolvida, permeando o tempo presente.

As expropriações representaram para os produtores rurais a destruição de formas de sobrevivência construídas ao longo de anos que não puderam ser refeitas em outros lugares. Sem terras para plantar, uma moradia, um quintal para organizar um novo engenho para fabricação de rapadura ou existência de pastos para a criação de gado, restaram aos expropriados a venda das benfeitorias por baixos preços e a oferta da força de trabalho nas cidades e fazendas da região.

As pessoas narram as desapropriações a partir das condições que vivem, não separando a perda da terra do restante de suas vidas. A forma como as desapropriações foram conduzidas criou uma memória, por parte dos trabalhadores, que resiste em se identificar ou promover a ideologia desenvolvimentista forjada pela classe dominante. Uma memória muitas vezes esquecida/negligenciada pelos responsáveis ou beneficiários da irrigação e desconhecida pela maioria dos jovens da região.

A memória dos entrevistados remete a um contexto sócio histórico de embates e lutas que não se localiza no campo abstrato ou das lembranças, mas encontra-se no plano real, vivo, concreto e subjetivo. Muitos trabalhadores não estavam dispostos a se sacrificar em nome de um progresso duvidoso baseado em promessas de ganhos universais. Tal recusa fez com que as desapropriações acontecessem em um ambiente de conflitos, tensões e embates, ainda que a imprensa e os relatórios dos órgãos estatais procurassem produzir uma memória de conciliação e harmonia entre expropriadores e expropriados.

De acordo com um relatório da Codevasf, datado de novembro de 1977, “a desapropriação, no âmbito do Perímetro de Irrigação do Vale do Gortuba, sob a jurisdição da 1ª Diretoria Regional da CODEVASF, processou-se com uma celeridade, até então, desconhecida na região.”<sup>389</sup> No mês seguinte, em um texto do periódico Diário de Montes Claros, assinado pelo jornalista Francisco Teatini, em que tratava do andamento das obras da barragem do Bico da Pedra, foi defendido que “as terras a serem desapropriadas vem

---

<sup>389</sup> CODEVASF. CODEVASF. **Informações gerais sobre o perímetro de irrigação do Vale do Gortuba.** Pessoal, desapropriações, estágio das obras da barragem e setor de irrigação. Montes Claros, MG: Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. 1977, p.06.

sendo calmamente desapropriadas de modo amigável para não causar transtornos à região”.<sup>390</sup>

O que interessava ser transmitido à população era somente o tamanho e a grandeza da barragem do Bico da Pedra, os responsáveis pela sua construção e os benefícios gerados procurando, por consequência, excluir e sufocar visões contraditórias ou antagônicas. Em entrevista ao jornal *O Gorutuba*, em 1977, o Diretor Regional da Codevasf, Roberto Mauro Amaral fez um apelo

aos interessados, ao povo e às autoridades, no sentido de que compreendam que todos os esforços foram empregados no sentido de atender ao máximo o interesse dos posseiros e proprietários dos terrenos da área ora considerada de segurança nacional, e que ali está sendo construída uma obra de grande vulto, muito dispendiosa e que merece a simpatia e colaboração de todos, pois o Vale do Gorutuba está extraordinariamente beneficiado com a implantação da barragem e da irrigação que estão sendo executadas, transformando um terreno árido e pouco produtivo em um eldorado de riquezas, progresso e desenvolvimento, tornando realidade um sonho acalentado pelos gorutubanos há mais de trinta anos.<sup>391</sup>

O discurso de Roberto Amaral tem como corolário a ideia de que agricultura moderna e comercial transformaria o Vale do Gorutuba em um “eldorado de riquezas”. Questionar a barragem seria transforma-se em inimigo do progresso e desenvolvimento de uma região que, após séculos esquecida e abandonada, estava sendo contemplada pelos recursos e ações do governo brasileiro de forma sistemática, contínua e planejada.

Em uma reportagem, feita um ano após o término das desapropriações, as experiências dos desapropriados foram invisibilizadas pela imprensa local que reproduzia a versão dos agentes governamentais

O engenheiro Roberto Mauro Amaral, diretor da 1ª Diretoria Regional da Codevasf, está negando a existência de pelo menos 300 pequenos proprietários de terras no Vale do Gorutuba que, depois de desapropriados para a implantação de um projeto de irrigação através da barragem do Bico da Pedra, em 1.974, estariam enfrentando uma situação de miserabilidade, porque não receberam ainda o pagamento referente ao valor de seus imóveis, decorridos seis anos.

Segundo ele, a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, criada posteriormente ao ano de 1.974, realizou as desapropriações sob sua responsabilidade, amigavelmente com os proprietários, “ou seja, o proprietário estava de acordo com o preço e até

---

<sup>390</sup> TEATINI, Francisco. O Bico da Pedra. **Diário de Montes Claros**. Montes Claros, 04 dez. 1977, p.07.

<sup>391</sup> Área da Barragem será desocupada fatalmente a 25 de janeiro. **O Gorutuba**. Janaúba, 23 jan.1977, p. 01.

mesmo satisfeito, anunciando que conseguiria realizar um bom negócio.”<sup>392</sup>

A ideologia do progresso esconde a exploração e opressão que alimentam o desenvolvimento do capitalismo. Neste sentido, a imprensa atuava para criar uma representação onde o consenso excedesse a força no exercício de construção da hegemonia.

O projeto dominante passaria por uma campanha de desconstrução dos hábitos, costumes, valores, demandas e meios de sobrevivência dos produtores rurais, chegando a negar a própria existência do indivíduo desapropriado quando os números não fossem exatamente aqueles divulgados pela Codevasf. Criou-se um discurso onde os embates e lutas sociais foram substituídos por visões onde o indivíduo aceitava “amigavelmente” a nova realidade social e econômica.

As diferentes interpretações acerca dos significados dos projetos desenvolvimentistas constitui-se a partir de pluralidades, fragmentações e contradições de memórias. O processo histórico revela a dinâmica social forjada dialeticamente pelos trabalhadores com os quais buscamos compreender seus modos de vida e de luta em meio a projetos canalizados por meio do Estado e do capital.

Como a “dominação política envolve definição histórica”<sup>393</sup>, a classe dominante procurou selecionar o que deveria passar para a posteridade e o que deveria cair no esquecimento. Com isso, as memórias dos trabalhadores não se encontram preservadas nos meios de comunicação, seus rostos não são encontradas em bustos espalhados pela cidade e seus nomes não aparecem em escolas, hospitais, ruas ou avenidas.

---

<sup>392</sup> Diretor assegura que a Codevasf não deve dinheiro aos expropriados. **O Gorutuba**. Janaúba, 13 abr. 1980, p. 03.

<sup>393</sup> Grupo Memória Popular. **Memória Popular: Teoria, política e método**. Trad. Helem Hughes e Yara Aun Khoury. In: *Muitas Memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d’água, 2000, p. 287.

## CAPÍTULO 5

### DO OUTRO LADO DO RIO: INTELLECTUAIS, RELAÇÕES DE FORÇA E RESISTÊNCIAS SOCIAIS

Na historiografia acerca da construção dos perímetros irrigados no Vale do Gorutuba existem poucas referências sobre a luta e a resistência dos trabalhadores rurais da margem esquerda do rio Gorutuba, localizados no município de Janaúba. A memória construída sobre essa temática é marcada por silêncios e ocultamentos por parte daqueles que tentam produzir uma memória a ser dada a ler como se fosse “a” história da região. Assim, a produção documental é dimensionada por disputa e conflitos que conferem sentidos à significação na e da imprensa, cuja seletividade se apresenta como expressiva de “controle” e o modo em que se reporta em relação a tais questões. Além disso, a dificuldade de acesso à escritos são fatores que contribuem para a manutenção da referida memória e que, de algum modo, explica o desconhecimento por parte da academia, e até mesmo da população local, sobre este assunto.

Destarte, este capítulo tem como objetivo evidenciar formas de organização social e política, embates, conflitos e negociações empreendidos pelos moradores/trabalhadores de comunidades rurais de Janaúba diante da ameaça de desapropriações realizadas pela Codevasf no final da década de 1970, agora na margem esquerda do rio.

Há que se considerar que, nesta nova fase, de certa forma, muitas resistências tinham sido vencidas e o projeto de modernização agrícola já havia se concretizado. Tratava-se, pois, de ampliá-lo para outras áreas de interesse do capital. Neste processo, a resistência coletiva e organizada por parte dos produtores rurais acabou por conferir novos sentidos e rumos à política econômica defendida por agentes governamentais e empresários rurais.

#### **5.1- A irrigação na margem esquerda: “o progresso não pode parar”**

Segundo relatórios da Codevasf, a irrigação da margem esquerda iria proporcionar “a continuidade da dinâmica de desenvolvimento do Vale do Gorutuba”<sup>394</sup>. De acordo com estudos técnicos, socioeconômicos e de mercado realizados pela autarquia, a barragem do

---

<sup>394</sup> CODEVASF. **Projeto de Irrigação do Vale do Gorutuba: margem esquerda** (relatório). Brasília: CODEVASF/HYDROS, 1980, p.02.

Bico da Pedra tinha capacidade hídrica para irrigar ambos os lados do rio Gorutuba, o que aumentaria a produção e a produtividade agrícola regional, gerando, em tese, novos tributos, renda, empregos, etc. Segundo a reportagem do jornal “O Gorutuba” em janeiro de 1978

O projeto Gorutuba terá cr\$ 166 milhões, segundo a previsão, soma de recursos destinados a implantação de irrigação em pelo menos mais mil hectares na margem direita do rio Gorutuba, cujo projeto executivo já está pronto. O orçamento prevê ainda cr\$ 3.600.000,00 para a elaboração do projeto executivo da margem esquerda, cujas tradagens, estudos pedológicos, levantamentos, e outros preliminares técnicos já estão concluídos.<sup>395</sup>

A prefeitura de Janaúba, o diretor regional da Codevasf, o Sindicato dos Produtores Rurais de Janaúba e o jornal “O Gorutuba” passaram a cobrar dos deputados da região, entre fins de 1970 até meados de 1980, que se movimentassem junto ao Ministro da Irrigação e Ministro do Interior no sentido de agilizarem a liberação de recursos para as obras de infraestrutura visando a continuidade do PIG. Tais agentes e instituições, presentes e atuantes na sociedade política e civil, intencionaram produzir um consenso social onde a irrigação seria a melhor alternativa para o desenvolvimento da região, negligenciando as opiniões e desejos dos moradores das comunidades rurais da margem esquerda.

No mesmo ano em que aconteceu a inauguração da barragem do Bico da Pedra, o Governo Federal autorizou a Codevasf à desapropriação de proprietários rurais de Janaúba para a complementação do PIG. Assinado por Ernesto Geisel, o Decreto n.º. 83.187, de 19\2\1979, salientava, entre outros pontos, que

Art. 1º- Fica declarada de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF, uma área de terra com 19.398,65 hectares, titulada a diversos particulares e localizada nos municípios de Janaúba e Porteirinha, sendo que, 19.000 hectares situa-se no município de Janaúba e 398,65 hectares no município de Porteirinha, Estado de Minas Gerais, necessária à implantação complementar do Projeto de Irrigação do Vale do Rio Gorutuba

Art. 2º- A CODEVASF fica autorizada a promover e executar com recursos próprios a desapropriação de que trata este Decreto, nos termos do artigo 11 da Lei n.º 6.088, de 16 de julho de 1974.<sup>396</sup>

---

<sup>395</sup> Codevasf intensifica irrigação no Norte de Minas. **O Gorutuba**. Janaúba, 08 ago. 1978, p.02.

<sup>396</sup>BRASIL. **Declara de utilidade pública e interesse social áreas de Janaúba e Porteirinha**. Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-83187-19-fevereiro-1979-432537-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 13 novembro 2017.

Como o prazo do decreto de 29 de setembro de 1972, que autorizava a desapropriação para a construção da barragem do Bico da Pedra e do PIG, já tinha expirado, o governo militar publicou nova lei de expropriações no Vale do Gortuba.

Após o decreto, Roberto Amaral procurou angariar apoio e investimentos por parte das lideranças locais e regionais, seja da sociedade civil ou da sociedade política. Com um discurso de cunho evolucionista, onde se pregava que o desenvolvimento tinha que continuar, Amaral atuava como um “persuasor permanente”<sup>397</sup> que procurava conferir consenso e direção político-ideológica a frações da classe dominante no Norte de Minas na busca pela hegemonia, como expresso na reportagem do jornal *O Gortuba*

A fim de prestar informações detalhadas sobre a situação atual dos projetos que a CODEVASF vem implantando em Minas Gerais e de esclarecer sobre a sistemática de exploração das terras irrigadas na margem esquerda do Gortuba, no município de Janaúba, o diretor regional da empresa esteve reunido com autoridades, lideranças políticas e produtores rurais de Janaúba, no dia 28 de agosto, no auditório do Sindicato Rural daquela cidade, juntamente com toda a equipe técnica da 1ª Diretoria Regional.

Abrindo os trabalhos, Roberto Amaral destacou a finalidade básica do encontro, enfatizando que tal procedimento é sempre adotado pela 1ª Diretoria Regional todas as vezes que se inicia uma nova obra, para que as autoridades e lideranças municipais tomem conhecimento e se informem melhor sobre o empreendimento e possam, desta forma, oferecer subsídios e sugestões.

(...) Após a fala de Roberto Amaral, os técnicos Athadeu Ferreira, Edu Paulinelli e Antônio Carlos Ramalho Marques, da 1ª Diretoria, e mais o engenheiro Fernando Antônio de Castro, da Construtora Andrade Gutierrez, fizeram uma explanação dos aspectos técnicos das obras que vêm sendo implantadas pela CODEVASF em Janaúba, acerca da segunda etapa do Projeto Gortuba, que prevê a implantação de obras de irrigação em cinco mil hectares, na margem esquerda do Gortuba. Estiveram presentes ao encontro o prefeito Wildemar Maximino da Cruz, o deputado federal Antônio Soares Dias, os srs. Avay Miranda, Juiz de Direito, Geraldo Brasil, Promotor Público, Vicente Lemos de Oliveira, delegado regional, Waldir Nunes, presidente do Sindicato Rural, Raimundo Brandão, diretor do Jornal O GORUTUBA, Silvério Martins Torres e Carlos Guimarães Peres, da SUDENOR, Aluísio Monteiro e Carlos Fernandes, da SUDENE, além de representantes classistas e produtores da região, que lotaram o salão do Sindicato demonstrando o mais vivo interesse por todos os assuntos focalizados.<sup>398</sup>

O esforço conjunto de agentes e entidades, públicas e privadas, se fazia essencial para a levar adiante o projeto de modernização e desenvolvimento do campo. Na reunião

---

<sup>397</sup> GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 2. Ed. E Trad. Carlos Nelson Coutinho; coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 53.

<sup>398</sup> Codevasf explica sistemática de exploração das terras irrigadas. **O Gortuba**. Janaúba, 09 set. 1979, p.07.

reportada, cujo objetivo era apresentar as vantagens da continuidade do PIG para “autoridades e lideranças municipais”, não foram notadas divergências ou conflitos entre instituições da sociedade civil, como o Sindicato Rural e o jornal *O Gorutuba*, com organizações governamentais, como a Sudene ou a Codevasf. Historicamente, no Vale do Gorutuba, existe uma convergência de interesses entre tais esferas de poder, sendo comum a presença de membros da primeira em organizações criadas pela segunda e vice-versa.

As redes sociais e políticas construídas pelos citados aparelhos privados de hegemonia buscavam conferir uma certa homogeneidade, ao mesmo tempo um corporativismo, que entrelaçavam interesses e posições acerca de temas que posteriormente seriam discutidos com a sociedade. Nos encontros, congressos e reuniões, diversos acordos e alianças eram firmados, embora muitas vezes apareça na imprensa como simples momentos de conagração de membros de determinadas instituições.

Roberto Amaral realizava constantes visitas à Sociedade Rural de Montes Claros, Sindicato dos Produtores Rurais de Janaúba, Federação das Industriais do Estado de Minas Gerais (FIEMG), Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG), prefeituras, entre tantas outras entidades, falando sobre os benefícios da irrigação e os ganhos que os empresários poderiam usufruir caso investissem neste setor econômico. Embora se apresentando como Diretor da Codevasf em Minas Gerais, um cargo que supostamente lhe conferia independência, o que poderia abrir precedentes para se pensar o intelectual como pertencente a um grupo específico e autônomo, havia uma estreita ligação do referido sujeito em relação aos interesses de frações da classe na qual ele atuava diretamente na construção de sua consciência, organização e homogeneidade.

A presença do editor-chefe do jornal *O Gorutuba* nas reuniões convocadas pelo diretor da Codevasf era uma estratégia importante para que novos temas fossem introduzidos nos debates públicos, na transmissão dos projetos desenvolvimentistas para diversos setores sociais e conversão de um projeto de classe em senso comum (muitas vezes realizado através da repetição de manchetes, palavras e imagens).

Roberto Amaral, o prefeito de Janaúba, o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Janaúba e o ruralista Edilson Brandão Guimarães realizaram intensas campanhas com o objetivo de destacar as potencialidades econômicas e produtivas da margem esquerda do Gorutuba. Foram constantes suas viagens à capital mineira com o objetivo de solicitar ao Governador a continuidade das obras para irrigação

na quinta-feira, o prefeito Wildemar Maximino da Cruz fazendo-se acompanhar pelo diretor da 1ª DR da Codevasf, Roberto Amaral, e pelo presidente do Sindicato Rural, Rui Soares de Oliveira, seguiu para Belo Horizonte para uma audiência com o governador Francelino Pereira, na sexta-feira. O propósito da reunião era a entrega pessoal e uma explanação verbal sobre a necessidade de implantação imediata do sistema de irrigação na margem esquerda do rio Gorutuba, no município de Janaúba.<sup>399</sup>

O apoio de Francelino Pereira, político fiel à ARENA e indicado pelos militares ao Governo de Minas em 1978, se fazia importante devido as relações mantidas com o governo federal e os recursos financeiros que poderiam ser liberados dos cofres mineiros. A “consorciação” de diferentes instituições, como a Codevasf, Sindicato Rural e prefeitura de Janaúba, indica, para além dos fatores já mencionados, como historicamente os interesses privados se confundem com os investimentos públicos no Brasil, sendo fortalecidos com as várias obras e projetos executados durante a ditadura militar.

Durante este processo de negociações políticas e econômicas, os trabalhadores não eram convidados a participarem das reuniões, o que significa que suas posições e expectativas não tinham relevância para o debate. Sem o conhecimentos daqueles sujeitos, pessoas os representavam e se diziam autorizadas a falarem em seus nomes perante autarquias, ministérios e governos.

Como destacado nos capítulos anteriores, a imagem do homem do campo que predominava na elite brasileira era de um sujeito passivo, ignorante e ingênuo. Este estereótipo, construído historicamente de acordo com os interesses dominantes, destituíam os produtores rurais de sua condição de sujeitos históricos, desvalorizando seus espaços de vida e trabalho.

O aparato judicial-militar favorável contribuía para que frações da classe dominante regional considerassem a resistência dos trabalhadores como um obstáculo fácil de ser superado. Apesar dos percalços, as desapropriações já realizadas davam fôlego para que a Codevasf considerasse que iria cumprir as determinações do decreto expropriatório sem maiores problemas. Como o trabalho de associar irrigação a desenvolvimento transformava-se em ideologia junto à classe dominante regional, a continuidade de criação de um novo sistema produtivo-econômico seria concluído em um futuro próximo.

---

<sup>399</sup> Prefeito leva a Governador pedido para irrigação. **O Gorutuba**. Janaúba 15 nov. 1981, p. 01.

No ano de 1983, técnicos do Banco Mundial (BM)<sup>400</sup> estiveram em “missão”,<sup>401</sup> um termo que se aproxima muito de uma visão teleológica da história, no Norte de Minas selecionando áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento da região. Através de convênios e parcerias firmadas com a SUDENE, foi definido, entre outras ações, que o banco financiaria a construção de uma estação de piscicultura no projeto Gorutuba e as obras de irrigação da margem esquerda.

De acordo com o BM, o financiamento de projetos que permitissem a difusão dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde garantiriam o aumento da produtividade agrícola e diminuição da pobreza nos países periféricos. Esta ideologia convergia com os interesses da imprensa, dos empresários e de políticos norte-mineiros que buscaram convencer a população que o modelo de desenvolvimento e o financiamento do BM seriam importantes para o desenvolvimento social e econômico regional.

Com as restrições orçamentárias estabelecidas pelo governo brasileiro na década de 1980, o interesse do Banco Mundial foi visto como uma alternativa para alavancar as obras de irrigação em Janaúba. Segundo reportagem de O Gorutuba, foi realizada uma reunião em Brasília com representantes da FAO/Banco Mundial, Ministério do Interior, Governo de Minas, Sudene, Dnocs e Codevasf onde ficou decidido, entre outras deliberações, que a irrigação na margem esquerda do rio Gorutuba seria considerado um projeto prioritário para o Banco Mundial.<sup>402</sup>

Durante a ditadura militar, o BM financiou diversos projetos desenvolvimentistas no Brasil, nas áreas de energia, transportes (estradas e ferrovias), telecomunicações, agricultura e irrigação. Entre outros investimentos no Norte de Minas, o banco realizou empréstimos para a construção do projeto Jaíba e criação do PDRI-Gorutuba.<sup>403</sup>

---

<sup>400</sup> Surgido em 1944, por iniciativa do presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt, o Banco Mundial procurou oferecer assistência aos países atingidos pela Segunda Guerra Mundial, atuando na reconstrução e no desenvolvimento destas nações através de empréstimos que fomentariam sua produção agrícola e industrial. Criado nos Estados Unidos e a serviço dos Estados Unidos, o Banco Mundial tem estreitas relações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), nascido na mesma época. Com 184 Estados-membros e atuando em cerca de 100 países, inclusive o Brasil, o Banco Mundial restringe seus empréstimos aos integrantes do FMI. Sobre o Banco Mundial. Cf. PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Tese (Doutorado em História). Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense. 2009.

<sup>401</sup> Missão FAO/BIRD visita Vale do Gorutuba. **O Gorutuba**. Janaúba, 27 mar. 1983, p.01.

<sup>402</sup> Decidida a irrigação na Marguem Esquerda do Gorutuba. **O Gorutuba**. Janaúba 17 jun. 1984, p.01.

<sup>403</sup> Alguns aspectos e resultados históricos, econômicos e sociais da atuação do Banco Mundial no Norte de Minas podem ser encontrados em: MOURA, Auricharme Cardoso de. **O Banco Mundial e a Reforma Agrária de Mercado no Norte de Minas**. In: Revista Desenvolvimento Social, núm.18, vol.01. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, 2016, p. 05-19.

O Programa de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Gortuba (PDRI-Gortuba) foi criado em 1979. Este programa abrangia quatro municípios-Janaúba, Porteirinha, Riacho dos Machados e Monte Azul- com prazo de execução entre os anos de 1980 a 1985, a partir do investimento em três áreas: atividades agropecuárias, saúde e saneamento e programas de educação. O PDRI estava dentro do Programa de Desenvolvimento Integrado do Nordeste (POLONORDESTE) que, por sua vez, integrava o II PND, e tinha como objetivo criar meios para o crescimento da produção agropecuária aliado ao desenvolvimento social, o que incluía a melhoria dos setores de educação, habitação, saúde e crédito. Estas diretrizes estariam de acordo com a lógica do Banco Mundial que defendia a superação da pobreza rural por meio do desenvolvimento do capitalismo no campo.

Como o PDRI-Gortuba era direcionado apenas aos trabalhadores que comprovassem a posse da terra, muitos produtores rurais (a exemplo dos posseiros, arrendatários, assalariados) ficaram fora do programa. Ademais, de acordo com Virgínia Palhares, o PDRI-Gortuba beneficiou os grandes proprietários face à limitação do pequeno produtor em ter acesso ao crédito subsidiado contribuindo, desta maneira, para a manutenção (senão o agravamento) da estrutura fundiária.<sup>404</sup>

A política de terras do Banco Mundial foi construída tendo como planejamento e meta o “alívio” ou “amenização da pobreza”, termos corriqueiros em seus relatórios. Desta forma, tal instituição teve um importante papel político, financeiro e ideológico nos países terceiro-mundistas “devido à sua condição singular de emprestador, formulador de políticas, ator social e produtor e/ou veiculador de ideias sobre o que fazer, como fazer, quem deve fazer e para quem em matéria de desenvolvimento capitalista”.<sup>405</sup>

Os empréstimos do BM não eram realizados de forma imparcial e aleatória, haja vista que os interessados deveriam seguir uma determinada cartilha de desenvolvimento. Onde, como e quando investir eram/são normas e regras que precediam/precedem a liberação dos financiamentos, fazendo com que o desenvolvimento dos países periféricos ficasse/seja atrelado ao capitalismo global sob domínio dos Estados Unidos.

Ao delegar a uma instituição financeira internacional a responsabilidade pela formulação de políticas econômicas para o campo, o governo brasileiro desconsiderava as

---

<sup>404</sup> Cf. PALHARES, Virgínia de Lima. **A irrigação pública no processo de transformação do espaço agrário**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 234 Fls. Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG. Belo Horizonte. 1995.

<sup>405</sup> PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Tese (Doutorado em História). Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense. 2009, p.01.

demandas históricas, experiências e culturas dos sujeitos que viviam e sobreviviam neste espaço. O protagonismo é dado a agentes externos que se colocavam como autorizados a implementar uma homogeneização das formas de uso, ocupação e exploração do território que permitisse a reprodução do capital em diferentes regiões do planeta.

Contudo, no Brasil e em outros países, a intervenção de agentes públicos e privados, sejam internos ou externos, encontrou resistências de populações rurais que lutaram pelo direito à terra, o que veio a evitar ou adiar a perda da propriedade. A dialética do conflito de classes torna-se mais radical e evidente nestes momentos em que a busca do capital pela separação dos trabalhadores dos seus meios de produção\sobrevivência encontra sujeitos conscientes, articulados e organizados na defesa do espaço e de tudo o que ele representa.

## **5.2- Conflitos, consorciação popular e organização dos produtores rurais**

Enquanto o planejamento de agentes públicos e privados propunham que o lado esquerdo do rio Gorutuba participasse de um “desenvolvimento integrado”, os produtores rurais questionaram a falta de informações, a inexistência de participação popular e, finalmente, as desapropriações. Estes diferentes olhares e conceitos sobre o viver/trabalhar no campo atravessaram a década de 1980 e tem reflexos na memória e realidade dos sujeitos nos dias atuais.

Muitas narrativas evidenciam que, assim como ocorreu na construção da bacia hidráulica e, na margem direita, da bacia de irrigação, houve uma continuidade da falta de esclarecimentos por parte da Codevasf. De acordo com Manuel

Auricharme: como eram os estudos realizados pelos funcionários da Codevasf?

Manoel: eles fez isso foi no tempo em que Francelino Pereira era governador de Minas (1979-1983). Então chegou a Codevasf para arranjar lugar pra morar na cidade, entrar pra estabelecer o que eles queria. Muita gente do outro lado (margem direita) a Codevasf rancou tudo e não pagou, e o povo era valente. Quando chegou do lado daqui (margem esquerda) eles já chegou invadindo, medindo pau, cortando pé de pau. Os funcionários da Codevasf ia passando pela roça do povo e fazendo picada. Quando eles veio com as picada eu ataiei eles na porteira e falei: aqui cês não entra não. Essas picada era pra fazer os canal e pra pôr todo mundo pra fora, pôr todo mundo pra fora...eu falei que não entrasse nas minhas terras não.<sup>406</sup>

---

<sup>406</sup> Manoel Marques da Silva. Entrevista realizada no dia 05\04\2016.

Ao atribuir um sentido de posse e poder sobre sua propriedade, Manoel sentia-se no direito de negar a autorização para entrada de pessoas “desconhecidas”. Ao salientar que “muita gente do outro lado a Codevasf rancou tudo e não pagou”, ele demonstrava grande preocupação de experimentar aquela mesma situação.

A formação da consciência política do sujeito foi forjada a partir da realidade vivida por outros trabalhadores e pelos jogos de poder que estavam colocados. A leitura de mundo realizada por Manoel concluía que a Codevasf procurava “estabelecer o que eles queria”, uma interpretação que indicava uma noção de superioridade por parte da autarquia que, se vitoriosa em outros momentos, encontraria barreiras e enfrentamentos por parte dos moradores de Janaúba.

Geraldo também descreve sua percepção diante do contexto de assédio à sua propriedade

Auricharme: então o senhor sabia da desapropriação que tinha acontecido do lado direito?

Geraldo: sabia. Nós tinha parente e conhecido lá. A gente ficou sabendo que desapropriou, muitos comprou terra aqui na margem esquerda né, outros foram embora. Esses que comprou do lado esquerdo não foi do dinheiro da desapropriação não, que foi uma mixaria, foi porque eles tinha muito gado e vendeu, com o dinheiro da terra mesmo da desapropriação não dava pra eles comprar uma casa. Os que foram desapropriado do lado de lá e passou pra cá orientou nós que não aceitasse não que eles já tava tudo num mato sem cachorro, que eles já tinha sido jogado fora lá sem direito a nada. Aqueles que comprou aqui deu força pra nós, depois que eles foi jogado fora lá eles deu conselho nós pra não aceitar a desapropriação e nós resistiu.<sup>407</sup>

Geraldo Barbosa da Fonseca, nascido em 1945, morador da comunidade rural de Monte Alto (Janaúba), herdou, junto com outros seis irmãos, a propriedade familiar após o falecimento dos pais. Durante a entrevista, Ti Gê, como é conhecido, mostrou-se bastante entusiasmado por viver no\do campo, salientando que já morou em outros lugares, mas que se identificava com a terra natal.

Ao mesmo tempo em que trabalhava para o sustento da família, por meio da criação de animais, plantação de roças e prestação de serviços como diarista nas fazendas próximas, Geraldo procurou destacar sua preocupação com a melhoria da qualidade de vida da população residente na margem esquerda do rio Gorutuba, seja resistindo contra as desapropriações ou por meio da criação da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Monte Alto, na década de 1990, na qual foi o primeiro presidente. Sua narrativa, elencando

---

<sup>407</sup> Geraldo Barbosa da Fonseca. Entrevista realizada no dia 06\04\2017.

sentimentos de pertencimento ao lugar, revela em nome de quais valores e costumes suas lutas e ações políticas estavam subsidiadas.

A indenização paga aos trabalhadores desapropriados, muitos deles conhecidos de Geraldo, constituiu um fator importante para que o entrevistado compreendesse a perda da terra como ficar “num mato sem cachorro”, pois a posse da propriedade significava a defesa da própria sobrevivência. A experiência e presença de muitos expropriados na margem esquerda do rio Gorutuba contribuiu para fortalecer a posição de luta e resistência dos trabalhadores às “propostas” oferecidas pela autarquia federal.

As condições sociais semelhantes, a interação baseada no “afeto da terra”<sup>408</sup> e a situação comum de ameaça ao direito à propriedade fizeram com que houvesse uma consciência entre os sujeitos de que a luta em defesa da terra deveria compor uma agenda política comum e compartilhada, embora esta percepção fosse desenvolvida em tempos e formas distintas na vida de cada trabalhador.

Enquanto Roberto Amaral divulgava os benefícios da irrigação no Vale do Gorutuba, a memória compartilhada entre os trabalhadores associava à ação da autarquia a perdas e traumas, como presente na narrativa de Josias

aqui, graças à Deus, ninguém foi desapropriado, agora lá na margem direita a Codevasf desapropriou. Só porque naquela época o povo não procurou direitos, eles (a Codevasf) entrou bagunçando e aqui o povo entrou na guerra. Mas aqui era pra fazer o mesmo tipo e só era pra entrar os grandão no lugar, como eles fez lá do outro lado, e ia botar o pobre tudo na rua.<sup>409</sup>

A crítica do entrevistado evidencia a historicidade do problema agrário brasileiro. Josias destaca que os conflitos e tensões nascem desta situação desigual de desenvolvimento que coloca o “pobre tudo na rua” e insere “os grandão no lugar”. Os paradoxos da questão agrária fazem com que sujeitos diversos lutem pela permanência ou titulação de uma terra onde possam trabalhar e viver com dignidade, embora seja constante a ameaça por parte de grupos que veem a terra como fonte de acumulação e renda.

O “lado de cá” e o “lado de lá”, “margem esquerda” e “margem direita” não representam apenas lugares geográficos na mira da modernização agrícola. Os entrevistados, ao rememorarem suas trajetórias, tendo como referência o tempo presente,

---

<sup>408</sup> Título da obra de Carlos Rodrigues Brandão onde o autor aborda o significado da terra e do trabalho na roça para os sujeitos que nela residem e tiram os meios necessários para sua reprodução econômica e social. Cf. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Afeto da Terra**. Campinas: Unicamp, 1999.

<sup>409</sup> Josias Fernandes de Souza. Entrevista realizada no dia 26/04/2016.

ajudam a compreender como estes espaços são vistos como lugares de reconhecimento, de sociabilidades e de reprodução da vida cultural e material. Mesmo com todas as pressões e adversidades, as pessoas não estavam dispostos a abandoná-los para, supostamente, garantir o “interesse social”.

A resistência, que em alguns casos se manifestou de forma individual, como expresso na narrativa de Manoel onde se predomina o “eu”, com o passar do tempo foi ganhando contornos de classe. O uso do termo “nós” por Geraldo e de “povo” por Josias indica a construção da solidariedade e reciprocidade entre os trabalhadores. Eles foram se unindo em torno de uma causa comum e se constituindo enquanto força popular dentro da dinâmica de tensão social.

Com o aumento das apreensões e expectativas entre os trabalhadores, foram surgindo lideranças que passaram a dar uma “direção consciente”, entendida no sentido gramsciano de organização e disciplina,<sup>410</sup> a um movimento até então marcado por ações espontâneas, dispersas e informais. Neste contexto, foi criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STRs) de Janaúba, como descrito por Geraldo

Auricharme: como vocês se organizaram naquele momento?

Geraldo: com o tempo a gente criou o sindicato. O sindicato nasceu em prol da comunidade, em parceria com a Fetaemg. Aí o João, que é o João Gordo, tomou as providências e reuniu o povo pra não deixar a Codevasf entrar. Quando formou o sindicato a Fetaemg já existia e João Gordo ia à Belo Horizonte e depois associou o povo. Foi muita gente que associou e aí o sindicato cresceu. A Fetaemg mandou um advogado pra cá pra reforçar o nosso sindicato. E a Fetaemg falava pra não entregar a terra e o advogado falava pra não assinar nenhum papel.<sup>411</sup>

Fundado em 29 de março de 1980, contando inicialmente com 670 sócios, o STRs de Janaúba surgiu com o propósito principal de impedir as desapropriações na margem esquerda do rio Gortuba que, segundo levantamento realizado pela sua diretoria, atingiriam 1050 famílias, totalizando 7.135 pessoas. Do total de famílias, 400 eram pequenos produtores rurais.<sup>412</sup> Posteriormente, passou a atuar em outros conflitos agrários da região, como na defesa das terras dos posseiros de Cachoerinha e Jaíba, o

---

<sup>410</sup> GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 3. Trad. de Carlos Nelson Coutinho (et. All.); coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 197-201.

<sup>411</sup> Geraldo Barbosa da Fonseca. Entrevista realizada no dia 06/04/2017.

<sup>412</sup> MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais-ALMG. Comissão Parlamentar de Inquérito da Codevasf. **Transcrição literal das notas taquigráficas de atas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Janaúba**. 1995. Disponível em: <<http://mediaserver.almg.gov.br/upload/www/?a=d&i=8780000921>>. Acesso em 14 setembro 2017.

reassentamento dos expropriados da bacia hidráulica e de irrigação, a prestação de assistência jurídica aos seus membros, promoção da conciliação nos dissídios de trabalho, fundação e manutenção de cooperativas de consumo, promoção do desenvolvimento da solidariedade social e celebração de convenções coletivas de trabalho.

Muitos entrevistados destacam a importância de João Ferreira de Carvalho<sup>413</sup>, conhecido popularmente como João Gordo, para a criação do STR de Janaúba. De acordo com Manoel

Auricharme: Quando o senhor ajudou a fundar o sindicato com o João, vocês iam a todas as casas?

Manoel: Quem ia mais era o João, que era o presidente do Sindicato, ele ia em todas as roça e ele andava era de bicicleta, ele ia de casa em casa de bicicleta, daqui pra Vila dos Porções ele mexia. O sindicato foi fundado pra não tomar as terra. Quando tinha as reunião todo mundo ia, se viesse fazer uma reunião aqui vinha mais de cem, cento e tantas pessoa, se fosse pra outro canto tornava a ir aquele povo outra vez, por um lado e por outro, era assim, direto. O véi João até quando tava doente ele fazia a reunião, depois ele adoeceu, prostou e morreu. Mas o véi era um homem de coragem, todo mundo respeitava ele, falava pesado, não tinha medo não. Ele ia nas reunião fora com outros presidente de sindicato, presidente da Contag, tinha reunião Montes Claros, Belo Horizonte. Aqui tinha o João que era um homem de coragem, trabalhador e muito animado.<sup>414</sup>

João Ferreira foi presidente do STRs de Janaúba por vários mandatos e fez parte da Diretoria até 2006, ano em que graves doenças o impediram de exercer esta função. Enquanto liderança sindical, ele realizou diversas mobilizações, reuniões e viagens à procura de apoio em Belo Horizonte e Brasília. Desta forma, o movimento dos trabalhadores foi ganhando notoriedade na região e angariando apoio da população local e de algumas autoridades políticas.

Como marceneiro e pedreiro, João Ferreira ajudou a construir, em 1976, as casas da primeira colonização da Codevasf, chamada de Colonização I. Em depoimento prestado junto à CPI que investigou as desapropriações no Vale do Gortuba, Ferreira salientou que diretores da referida autarquia disseram que as casas seriam para os produtores rurais

---

<sup>413</sup> João Ferreira de Carvalho nasceu em Coração de Jesus, Minas Gerais, no ano de 1927 e faleceu em 2013. No final da década de 1960, ele comprou terras na comunidade rural de Vila Nova dos Porções (Janaúba) onde realizava serviços como agricultor, pedreiro, marceneiro e carpinteiro. Entre os anos de 1972 a 1979 foi morar e trabalhar em terras cedidas por conhecidos na comunidade rural de Barbosa (Janaúba). Em 1980, comprou 15 hectares nesta mesma comunidade, onde vivia com a esposa e com nove filhos. Após ser ameaçado de desapropriação, conversou com o amigo Pedro Marques da Silva, conhecido popularmente como Pedro Pipoca, e decidiram fundar o STRs de Janaúba. Informações cedidas por Lucimara Maria Ferreira Leal, filha de João Ferreira, que exerce a função de auxiliar de escritório no STRs de Janaúba. Seu esposo, Adjar Barbosa da Fonseca, é o atual presidente da entidade.

<sup>414</sup> Manoel Marques da Silva. Entrevista realizada no dia 05\04\2016.

desapropriados e que ele, por ter feito a inscrição requerendo uma residência, também seria contemplado já que, na época, “morava de favor”. Contudo, as terras e casas foram distribuídas para os empresários que seriam responsáveis por fazer experimentos para verificar a viabilidade da agricultura irrigada na região. Em sua narrativa, João destaca que, por ter diabete, não foi selecionado pela Codevasf que tinha determinado, entre outros critérios, que as pessoas deveriam ter boa saúde.<sup>415</sup>

No início dos anos 1980, um novo fato contribuiria para o aumento do descontentamento de João Ferreira em relação à referida instituição. Em entrevista, Lucimara Maria Ferreira Leal<sup>416</sup> salientou que poucos anos após a família conseguir comprar uma terra na comunidade rural de Barbosa (Janaúba), funcionários a serviço de uma empresa terceirada pela Codevasf colocaram piquetes determinando que a propriedade seria desapropriada, assim como outras localizadas na margem esquerda do rio Gorutuba. Este fato motivou João Ferreira de Carvalho a procurar apoio e a mobilizar outras pessoas no objetivo de resistir às expropriações.

Dados os sinais de esgotamento do regime ditatorial, houve um renascimento de diversos movimentos sociais e sindicais que passaram a lutar pela defesa da terra dos pequenos produtores rurais e equiparação dos direitos do trabalhador rural ao trabalhador urbano, o que veio a tornar-se realidade somente com a Constituição de 1988. O sindicalismo rural, regularizado no Brasil apenas em 1963, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, teve um crescimento vertiginoso nos anos de 1970, chegando a ter 50% da população rural sindicalizada no final da década.<sup>417</sup>

Observando a literatura referente ao sindicalismo rural no Norte de Minas, observa-se que a década de 1980 foi bastante fecunda no que diz respeito a criação destas entidades na região<sup>418</sup>, alinhando assim aos objetivos propostos pelo III Congresso Nacional dos

---

<sup>415</sup> MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais-ALMG. Comissão Parlamentar de Inquérito da Codevasf. **Transcrição literal das notas taquigráficas da oitava de João Ferreira de Carvalho**. 1995. Disponível em: <<http://mediaserver.almg.gov.br/upload/www/?a=d&i=8780000921>>. Acesso em 21 setembro 2017.

<sup>416</sup> Lucimara Maria Ferreira Leal. Entrevista realizada no dia 18\10\2017

<sup>417</sup> MARTINS, José de Souza. **A chegada do Estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

<sup>418</sup> De acordo com Rosely Carlos Augusto, os primeiros sindicatos dos trabalhadores rurais vão se organizar na região Norte de Minas na década de 1970 sendo marcados pelo assistencialismo e atrelados as estruturas corporativas do Governo Militar. Segundo Stralen, citado por Rosely Augusto, até 1978 existiam apenas 12 STRs registrados e autorizados a funcionar, conforme o Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, que regulamentou a criação dos STRs até a nova Constituição Federal de 1988. No final de 1980, já haviam sido criados cerca de 30 sindicatos e em 1985 foi constituída a sede-polo da Federação dos Trabalhadores Rurais de Minas Gerais (Fetaemg), na região. Cf. AUGUSTO, Rosely Carlos. **Aprender na prática: narrativas e histórias de lideranças camponesas, no sertão do Norte de Minas Gerais, nas últimas três décadas**. Tese (Doutorado em Educação). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais\UFMG, 2011, p. 152-153.

Trabalhadores Rurais, realizado pela Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura)<sup>419</sup>, em 1979, que foi considerado um marco na organização desta categoria na luta em defesa da terra e pela reforma agrária no país.<sup>420</sup> A partir deste momento, os sindicatos passaram a ter uma atuação mais combativa e menos assistencialista como até então era predominante.

O apoio da Fetaemg<sup>421</sup> à criação de STRs em municípios do interior do Estado, sua oferta para capacitação das lideranças locais e assistência jurídica e educacional contribuiu para o surgimento destas entidades em regiões que passavam por algum tipo de tensão social.

Com a “interiorização da Fetaemg”, o STRs de Janaúba foi se fortalecendo. Diferentemente de outros sindicatos de trabalhadores rurais que surgiram na década anterior, a exemplo daquele localizado em Porteirinha, que nasceram sob a tutela militar objetivando a prestação de assistência social via Funrural, o sindicato dos trabalhadores rurais de Janaúba foi criado com o objetivo de defender a terra e lutar pelos direitos dos associados.

Na correlação de forças existentes na dinâmica social, o STR de Janaúba contou ainda com o apoio de setores progressistas da Igreja Católica, principalmente a Comissão Pastoral da Terra (CPT).<sup>422</sup> A criação, em 1982, da CPT no Norte de Minas, com sede em

---

<sup>419</sup> A CONTAG foi fundada em 22 de dezembro de 1963 no objetivo de buscar melhores condições de vida e de trabalho para os trabalhadores rurais. Atualmente congrega 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) e, 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs). Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura- CONTAG. **CONTAG- 50 anos**. Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=432&ap=1&nw=1> Acesso: 12 novembro 2017.

<sup>420</sup> Sobre o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Cf. RICCI, Rudá. **Terra de ninguém**: representação sindical rural no Brasil. Campinas: Unicamp, 1999.

<sup>421</sup> A FETAEMG foi fundada em 27 de abril de 1968. A Federação iniciou suas atividades com uma equipe constituída por cinco advogados, que se baseou no Estatuto do Trabalhador Rural (questões trabalhistas) e no Estatuto da Terra (questões agrárias, inclusive parcerias) para prestar assistência jurídica. Esta assistência, embora mais centralizada em questões individuais, era inédita para os trabalhadores rurais. Atualmente a FETAEMG é uma entidade sindical filiada à CONTAG, organizada em doze Polos Regionais e mais de 500 Sindicatos de Trabalhadores Rurais, buscando representar os trabalhadores rurais em seus diversos segmentos, como acampados e assentados da reforma agrária, agricultores familiares, assalariados rurais, meeiros, arrendatários, mulheres, jovens e terceira idade, totalizando mais de um milhão de associados. FETAEMG. **Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais**. Disponível em: <http://www.fetaemg.org.br/site/> Acesso: 23 novembro 2017.

<sup>422</sup> A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975 durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e realizado em Goiânia (GO). Inicialmente, a CPT desenvolveu junto aos trabalhadores e trabalhadoras da terra um serviço pastoral. Em cada região, o trabalho da CPT adquiriu uma tonalidade diferente de acordo com os desafios que a realidade apresentava sem, contudo, perder de vista o objetivo maior de sua existência: ser um serviço à causa dos trabalhadores rurais, sendo um suporte para a sua organização. O projeto Comissão Pastoral da Terra no Norte de Minas consiste em prestar assessoria aos trabalhadores rurais, auxiliando-os em situação de conflito de terras. Comissão Pastoral da Terra. **Histórico**. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/-historico>.> Acesso em: 26 junho 2014.

Montes Claros, foi um importante canal de luta e organização dos trabalhadores que até então mantinham ações dispersas segundo orientações de cada sindicato local. Esta entidade passou a congregiar interesses de diferentes trabalhadores rurais, como posseiros, parceiros, agricultores familiares e assalariados.

Por meio da CPT, CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e PO (Pastoral Operária) foram criados boletins informativos como *Pelejando*<sup>423</sup> e *Integração*<sup>424</sup> que se mostraram importantes na organização e divulgação das lutas, experiências e demandas dos trabalhadores rurais. Ambos os jornais, criados pelas Dioceses da Igreja Católica, eram conhecidos por diversas entidades de classe e movimentos sociais, sejam do campo ou da cidade. Ao salientar a luta por direitos e pela terra de sujeitos pobres do Norte de Minas, no contexto da modernização rural e urbana regional, a historiadora Valéria de Jesus Leite salienta que muitos moradores colaboravam com os referidos noticiários enviando informações sobre “conflitos de terra, assassinatos de trabalhadores, desrespeitos aos direitos trabalhistas e humanos, fundação de associações e sindicatos (...) e reflexões sobre assuntos de interesse da classe trabalhadora”.<sup>425</sup>

As denúncias de desrespeito aos direitos trabalhistas e humanos ganharam fôlego e repercussão a partir de 1980, algo diferente da década anterior onde a censura e repressão aos movimentos sociais e à imprensa alternativa eram maiores e os problemas sociais do campo procuravam ser sufocados/minimizados pelo discurso governamental de “milagre econômico”, “desenvolvimento” e “modernização”.

Os textos dos boletins *Pelejando* e *Integração* eram geralmente pequenos e com um vocabulário que se aproximava da realidade dos produtores rurais. Músicas, poemas, parábolas, contos e histórias eram gêneros largamente usados por serem de fácil apreensão por parte dos trabalhadores. Como muitos eram analfabetos ou semianalfabetos, existiam,

---

<sup>423</sup> O Jornal *Pelejando* foi publicado entre 1983 e 2005 e o Jornal *Integração* entre 1983 e 1987. Segundo o historiador Leandro de Aquino Mendes, “o *Pelejando* era um informativo mensal da CEBs, PO e CPT de Minas, publicado a partir de 1983 na cidade de Contagem e Belo Horizonte, e distribuído para as CEBs e movimentos de pastoral do estado, como também como por meio de assinatura individual. Procurava noticiar as atividades exercidas por estes movimentos católicos, além de possuir um forte conteúdo de denúncia em relação aos conflitos no campo, relacionados à problemática da reforma agrária. Cf. MENDES, Leandro de Aquino. “**Povo de Deus**” na política: Partido dos Trabalhadores e Igreja Católica em Montes Claros-MG na década de 1980. 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, 2010, p. 23.

<sup>424</sup> O Boletim *Integração* tratava-se de um informativo das CEBs, Pastoral Operária e Comissão Pastoral da Terra da região norte mineira. De um modo geral, podemos dizer que sua configuração seguia o mesmo ‘padrão’ do *Pelejando*, com temáticas que envolviam os problemas dos trabalhadores do campo e da cidade.” Cf. MENDES, op.cit.

<sup>425</sup> LEITE, Valéria de Jesus. **Estado, movimentos sociais e as teias históricas da sustentabilidade no Norte de Minas nos anos 1990**. Tese (Doutorado em História). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2016, p. 49.

além dos textos escritos, diversas imagens que destacam Jesus junto aos pobres, encontros de lavradores, charges e caricaturas de latifundiários como monopolizadores dos recursos naturais (principalmente terra e água), homens e mulheres com seus instrumentos de trabalho, violência no campo, cercas avançando sobre comunidades camponesas, etc.

A criação e circulação de uma imprensa alternativa no Norte de Minas constituiu uma força ativa dos trabalhadores na procura e difusão de novas concepções e rumos da sociedade, um espaço de formação política, resistência e busca por afirmação de memórias e culturas.<sup>426</sup> Uma imprensa produzida por trabalhadores e para trabalhadores abria uma fissura na hegemonia de jornais produzidos na região que, por serem financiados por grupos empresariais e a eles articulados, acabavam por negligenciar ou diminuir as lutas e experiências daqueles que não faziam parte de seu grupo de interesse.

No Norte de Minas, a CPT atuou principalmente na organização dos trabalhadores, formação de lideranças rurais e divulgação dos conflitos no campo. Muitas demandas e lutas dos trabalhadores rurais do Vale do Gortuba, atingidos por projetos desenvolvimentistas, tornaram-se conhecidas através da atuação de agentes da pastoral que deslocaram-se até os locais de tensão social no objetivo de conscientizar e fortalecer a luta dos trabalhadores pelos seus direitos.

Ressalta-se, todavia, que a atuação da Igreja Católica para criar setores preocupados com a defesa dos interesses das populações subalternas do campo tinha, como pano de fundo, o medo do avanço político e ideológico do comunismo. A luta da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) não era contra a propriedade privada com o objetivo de destruir o latifúndio e socializar os meios de produção, suas posições eram bem mais modestas no sentido de transformar o trabalhador em pequeno proprietário como uma saída para salvá-lo da ameaça comunista, como salienta o sociólogo José de Souza Martins “as propostas de reforma agrária que nascem dessas interpretações são, portanto, propostas

---

<sup>426</sup> No seu estudo sobre as redes de comunicação popular e a imprensa produzida por diversos sujeitos e entidades ligadas aos trabalhadores (intelectuais de esquerda, setores progressistas da Igreja Católica, líderes sindicais e populares, educadores populares e estudantes universitários) em São Paulo, entre os anos de 1970 e 1990, Heloísa Faria Cruz observa que “tais materiais impressos e as articulações sociais (...) constituem dimensão fundamental do fazer-se histórico daqueles sujeitos e movimentos, revelando linguagens, formações culturais e projetos invisíveis em outros registros. Importante indicar que essa miríade de publicações e impressos de vários tipos constitui os rastros da formação e atuação de importantes redes de comunicação que conformaram espaços de emergência e afirmação da cultura dos trabalhadores no período.”. CRUZ, Heloísa Faria. **Comunicação popular e trabalhadores**: redes de comunicação e impressos dos movimentos sindicais e populares de São Paulo-1970\1990. Revista Projeto História. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Num. 48, Set\Dez, 2013, s\p.

destinadas a criar uma classe de camponeses que servisse como barreira de contenção da maré vermelha.”<sup>427</sup>

A despeito das orientações do clero para a busca do diálogo e harmonia como meios de solucionar os problemas agrários, alguns intelectuais e entidades conservadoras associavam a CPT ao comunismo, devido ao fato de padres e fiéis abandonarem os altares e paredes das igrejas para se envolverem com questões sociais, colocando-se ao lado dos oprimidos. No Norte de Minas ainda existia, na década de 1980, uma mistificação do chamado “perigo comunista”, visto como ameaça às “conquistas” da “Revolução de 64”. Jornalistas, latifundiários, órgãos de repressão e lideranças políticas procuravam criminalizar movimentos sociais defensores da reforma agrária ou que causavam insegurança/obstáculos aos projetos desenvolvimentistas.

O espírito anticomunista apontaria a CPT, a Fetaemg e a Contag como responsáveis por colocarem em risco a manutenção da ordem e da paz social ao, supostamente, estarem incitando os trabalhadores a se revoltarem contra latifundiários. Colocar o rótulo de comunistas em determinadas pessoas ou organizações era uma forma de tentar macular suas imagens em um período em que prevalecia uma visão manipuladora e exagerada do comunismo, geralmente associando-o a subversão, esquerdismo, contra a tradição, a família e a propriedade.

A CPT ganhou notoriedade na imprensa norte-mineira pelo apoio concedido aos posseiros que estavam lutando por terras em Cachoeirinha e, com isso, passou a ser considerada de “inspiração comunista”. Geraldo Tito Silveira<sup>428</sup>, diretor-superintendente do Jornal O Norte entre 1983 a 1984, escrevendo sobre a CPT, narrou que

Trata-se de um órgão criado pelos bispos para resolver as questões de terras alheias, porque as que pertencem às Mitras ninguém toca, tanto na zona rural como urbana, quando poderiam distribuí-las entre os pobres. Alguns bispos, de ideologia comunista, aconselham aos não possuidores de terra tomá-la de quem tem, num flagrante desrespeito à lei que garante à propriedade privada, esquecendo-se de que seus donos não vão ficar de braços cruzados deixando que estranhos se apossam do que é seu.

---

<sup>427</sup> MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995, p.88.

<sup>428</sup> Geraldo Tito Silveira (1917-2005) foi coronel, escritor, político, professor, delegado, historiador, jornalista, diretor e filantropo. Silveira escreveu para vários jornais, entre eles, o Estado de Minas, Hoje em Dia, Diário da Tarde, Diário de Minas, O Globo, Jornal do Brasil, além dos jornais de Montes Claros, como O Diário, Jornal do Norte e Jornal de Notícias. Foi diretor-superintendente do Jornal do Norte<sup>4</sup>.” Cf. RODRIGUES, Enoque Alves. **O brejo e sua gente VII- Geraldo Tito**. Disponível em: <<http://enoquerodrigues-earodrigues.blogspot.com.br/2015/07/o-brejo-e-sua-gente-vii-geraldo-tito.html>> Acesso 12 novembro 2017.

Essa “Pastoral da Terra” é de inspiração comunista, devendo, portanto, ser considerada pelo governo como uma organização espúria, fora de lei, tendo em vista que só serve para acirrar os ânimos na questão de terra, jogando posseiro contra proprietários, sempre ao lado dos primeiros. A missão do padre é ensinar aos homens o caminho do Céu, depois de mortos, e não ganhar a Terra enquanto estão vivos, pois Jesus afirmou que quem ganha o mundo perde a sua alma!<sup>429</sup>

O jornal do Norte foi fundado em 1980 por Américo Martins Filho e Jorge Antônio dos Santos. Esse periódico foi porta-voz de um grupo de oposição, liderado pelo então radialista e vereador Luiz Tadeu Leite (MDB\PMDB), ao grupo político liderado pelo prefeito de Montes Claros Antônio Lafeté Rebello (ARENA). Em 1982, Leite foi eleito para o cargo máximo do executivo local com o apoio do Jornal do Norte, estudantes, sindicalistas, lideranças comunitárias, profissionais de saúde. Contudo, procurou trabalhar “sem radicalismos”, mantendo um tom conciliatório com os setores dominantes, não representando uma ameaça aos privilégios estabelecidos e a concentração fundiária existente.<sup>430</sup>

Na década de 1980 milhares de posseiros e trabalhadores rurais estavam lutando, com o apoio de diversas entidades, pelo direito à terra em vários municípios norte-mineiros, o que causou indignação e represália por parte do jornalista Geraldo Tito Silveira que buscou colocar a opinião pública contra estes sujeitos e instituições, criando mensagens no sentido de criminalizar e/ou macular suas ações.

Enquanto coronel e fazendeiro, os comentários de Geraldo Tito na coluna “opiniões”, do jornal do Norte, estavam alinhados aos interesses dos militares e da classe ruralista, não existindo a abertura, por parte do noticiário, de debates que pudessem contradizer a memória que estava sendo construída acerca da CPT e de outros movimentos sociais que atuavam no campo.

Já que o “reino dos céus não é deste mundo”, Silveira aconselhava padres e bispos a concentrarem seus esforços na salvação da alma e não tumultuar a vida terrena com ideias que pudessem promover uma convulsão social. Enquanto nas terras da igreja “ninguém toca”, Silveira acusa a CPT de querer intervir nas propriedades alheias sob influência da ideologia comunista.

---

<sup>429</sup> SILVEIRA, Geraldo Tito. Pastoral da terra. **Jornal do Norte**. Montes Claros, 07 out. 1983, p.2.

<sup>430</sup> COELHO, Dannel Ferreira. **Transformações políticas e as camadas populares: uma análise das eleições municipais de Montes Claros na década de 1980**. Dissertação (Mestrado em História). 151 Fls. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 2014.

O fantasma do comunismo foi criado e invocado pela classe dominante não apenas em momentos históricos em que o “perigo” era evidente. Muitas vezes a “ameaça” não tinha base na realidade, sendo manipulado com o objetivo de se disseminar o medo e apreensão social.

Pastorais e entidades eram relacionadas ao comunismo visando criar uma polarização social e política onde o anticomunismo pudesse atuar no sentido de deformar ou dificultar suas ações junto às comunidades rurais. Como a “Revolução de 64”, expressão presente nos principais jornais brasileiros para caracterizar o golpe militar, supostamente foi arquitetada justamente contra o comunismo, tornava-se necessário impedir que determinadas ideias e práticas chegassem ao campo para resgatar um movimento que já fora derrotado anos antes.

A Fetaemg, através do seu presidente André Montalvão, também foi alvo dos comentários de Geraldo Tito Silveira

Pelas exigências que ela vem fazendo, por intermédio do seu presidente André Montalvão, até parece que assumiu o governo do Brasil, com ministério composto de gente do campo e dos padres comunistas!

Ela quer reforma agrária ampla e imediata, com participação dos trabalhadores em todo processo; legitimação das terras dos posseiros e distribuição aos trabalhadores rurais das terras devolutas do Estado, com reserva de domínio: solução urgente dos problemas de Cachoeirinha, com reassentamento dos posseiros em suas terras de origem; liberação das faixas ao longo das rodovias estaduais e federais para o plantio de alimentos em caráter de emergência; fazer cumprir o pagamento do preço justo, no caso de desapropriação para construção de barragens; não aprovação dos projetos de reflorestamento e Pró-álcool em terras agricultáveis: e, finalmente, a demissão do diretor da Ruralminas!

Na “marra”, como prega a Fetaemg, só depois de muita água passar por debaixo da ponte, pois nenhum brasileiro vai aceitar o comando de renegados comunistas! (grifo nosso).<sup>431</sup>

A atuação do presidente da Fetaemg foi vista por Silveira como uma tentativa de inserir pautas tidas como comunistas no governo federal. Mesmo aquelas não ligadas a uma reforma agrária, como o pagamento do preço justo aos produtores rurais desapropriados, eram vistas como interferências ligadas aos propósitos de “padres comunistas.”

O uso sistemático da repetição de certas palavras e conceitos nos textos jornalísticos, como observado pelo filósofo Antonio Gramsci<sup>432</sup> ao estudar a imprensa italiana nas primeiras décadas do século XX, é um princípio metodológico fundamental no

---

<sup>431</sup> SILVEIRA, Geraldo Tito. A FETAEMG. *Jornal do Norte*. Montes Claros, 26\27 nov.1983, p.2.

<sup>432</sup> GRAMSCI. *Cadernos do cárcere*. Vol. 2. O. Cit. p.197-251.

trabalho educativo-formativo desenvolvido pela classe dominante na constituição da hegemonia. Desta forma, o anticomunismo torna-se um elemento político-ideológico aclamado em diversas situações históricas em que existe a possibilidade, real ou imaginária, de mudança social ou quando determinados sujeitos atuam de forma a impedir ou retardar a implantação de projetos desenvolvimentistas.

A criação de uma memória negativa e estereotipada da Fetaemg era uma resposta política-intelectual à crescente interferência desta instituição no Norte de Minas Gerais. O apoio da federação à luta de diversos posseiros, produtores rurais desapropriados, trabalhadores assalariados, agregados, entre tantas outras pautas, passaram a incomodar grupos sociais que pregavam a paz e a ordem como formas de perpetuar as relações de poder e dominação que estavam estabelecidas.

Na edição de 06 de outubro de 1983 do jornal O Norte, Geraldo Tito, na coluna “opiniões”, escreveu sobre os posseiros, compreendidos por ele como invasores/ladrões de terras, no dia seguinte teceu considerações sobre a CPT e no mês de novembro escreveu acerca da atuação da Fetaemg. A brevidade com que estes temas foram tratados indica uma preocupação dos setores dominantes com o avanço de movimentos e ideias que questionavam a forma como a questão agrária estava sendo conduzida na região.

A formação do STRs de Janaúba com o apoio de entidades classistas e movimentos sociais potencializou as lutas dos trabalhadores, transformando a resistência às desapropriações em algo coletivo e organizado. Diante da ameaça de perda da terra, os sujeitos estabeleceram relações de reciprocidade pois suas expectativas de vida e trabalho estavam condicionadas à permanência no campo.

Os entrevistados destacam que o STR de Janaúba transformou-se em uma voz de resistência e contrapressão diante das ações da Codevasf. O movimento sindical foi se constituindo e “amadurecendo” a partir da luta e de reuniões que, inicialmente, contavam com o apoio de um advogado da Fetaemg que orientava as pessoas a não assinarem documentos emitidos pela autarquia sob pena de perderem suas terras. Ao ser questionado sobre a fundação do sindicato, Josias salientou que

Eu sempre era adepto das reunião, eu tava na roça e quando chamava e falava “vamos defender” eu ia, porque onde a gente tava já tava sofrendo e se saísse pro mundo era pior porque ia perder o direito que tinha no lugar pra ir procurar outra coisa, igual eles fez lá do outro lado. Essa margem lá do outro lado eles entrou porque não tinha uma segurança e eles pegou os povo lá de surpresa. Chegaram esses grande lá e iludiram o povo dizendo que pagava as terra, que tinha que fazer um projeto na margem do rio de modo que a barragem tinha que dá escoação de

produção, igual eles ia fazendo aqui. Mas aqui nessa época o povo já tava mais acordado, porque o que eles fez lá do outro lado foi tomar as terra dos pobre.<sup>433</sup>

A convocação “vamos defender”, feita por outros produtores rurais, expressa como foi se organizando uma consciência classista na defesa de interesses e valores compartilhados. O medo de agravamento da precariedade material foi narrado por Josias como principal motivo para ele se inserir no STRs de Janaúba, situação essa vivida por tantos outros sujeitos que constituíram um “nós” contra os projetos de órgãos estatais.

Nas falas dos entrevistados que constituíram o sindicato, percebemos que a consciência de luta foi amadurecendo de forma diferente conforme suas múltiplas experiências e percepções. O movimento de resistência foi se formando de forma gradativa, sendo resultado da heterogeneidade do grupo social que, apesar de compartilhar o interesse em permanecer na terra, possuía valores e visões de mundo particulares.

Foi a partir de dúvidas, diferentes perspectivas, aproximações e distanciamentos que o movimento contra as expropriações foi se constituindo. Ser coletivo não significava homogeneidade ou unidade de classe, mas uma articulação em torno de uma causa comum e específica. Josias narra como o povo foi se inserindo no sindicato e participando das lutas

Auricharme: naquela época muitas pessoas fizeram a carteirinha do sindicato?

Josias: o povo não chegou de uma vez não. Aí quando o povo viu os primeiro encaixotando, aí o povo foi encaixotando também, porque nunca que o povo chega né, o povo fica assim meio... uma coisa assim o povo tem aquela cisma né, se arrisca ou se não, aí com o tempo foi encaixotando e cresceu o movimento, uns primeiro foi fazendo as carteirinha e os outros foi atrás, aí foi ganhando força.<sup>434</sup>

As trajetórias e experiências de engajamento coletivo na luta em defesa da terra demonstram as contradições, percalços e divergências existentes no interior da própria classe trabalhadora que muitas vezes não são levadas em consideração pela história social. Este posicionamento dos sujeitos de desconfiança em relação a articulação política retrata a complexidade da análise de um contexto específico onde as evidências pesquisadas mostram “como a história acontece” e não “como a história deveria acontecer”, acepção esta que está na base de muitas teorias e idealismos.

Embora muitas vezes a imprensa privilegie “o sindicato”, “a liderança” ou “o movimento”, é necessário considerar as especificidades e individualidades dos sujeitos que

---

<sup>433</sup> Josias Fernandes de Souza. Entrevista realizada no dia 26\04\2016.

<sup>434</sup> Josias Fernandes de Souza. Entrevista realizada no dia 26\04\2016.

compõem determinada coletividade, atentado para “a luta dos trabalhadores e não apenas as de suas organizações oficiais.”<sup>435</sup> Os desafios e embates sociais não começaram e não terminaram com o sindicato, embora muitas vezes sejam reduzidos aos episódios de maior visibilidade pública em detrimento dos momentos corriqueiros e cotidianos.

Ao salientar que “o povo não chegou de uma vez não”, Josias evidencia que a consciência de classe nunca surge exatamente da mesma forma na vida dos trabalhadores uma vez que envolve “tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais.”<sup>436</sup> O entrevistado descreve que o movimento foi “ganhando força”, sendo criado e recriado no processo de luta e tomada de consciência política.

Os narradores procuraram construir uma memória que os evidenciasse enquanto militantes do STRs de Janaúba, sendo que alguns, como Josias, mostraram com orgulho sua primeira carteira de filiação ao sindicato. Ser sindicalizado tinha um valor social e político muito importante pois congregava famílias vizinhas e conhecidas em torno de uma causa comum.

Diante da crescente sindicalização, alguns entrevistados relatam a tentativa de cooptação, por parte da Codevasf, de alguns trabalhadores para servirem de aliados na tentativa de convencimento dos demais

Auricharme: o senhor chegou a ir no escritório da Codevasf na cidade?  
Manoel: eu fui lá na Codevasf, porque nessa época eles mandou chamar todo mundo, e os outros foi e eu não fui. Aí foi Deus e eu só, os outros que eu chamei pra ir nesse tempo ficou com medo e eu peguei a bicicleta e fundei pra lá. Quando cheguei lá eles falou: moço, ajuda nós que nós quer pôr a água pro povo. Aí eu falei: pôr a água não é o problema, o problema é que cê tem que fazer o serviço e combinar com o povo, pro povo ficar na terra pra trabalhar, então aqueles que quiser vender pro cês vende, cês compra, mas cês não pode chegar e tomar a terra do povo não. Aí ele disse: não, mas é a ordem do governo, e eu respondi: mas o governo não deu nós nada, não tem nada que o governo deu nós, o governo tá é comendo nas nossas custas, vivendo nas custas nossa, ele é ladrão, safado, sem vergonha. Aí ele disse: moço, não pode falar isso. Eu falei: manda o governo vim falar comigo pra ver se eu não falo com ele isso tudo, eu não tinha juízo, se o governo não me deu nada porque que ele tá mandando tomar? Então ele vai é roubar porque ele não é dono.  
Auricharme: então a Codevasf chamou o povo pra ir lá e o senhor não foi?  
Manoel: não deu pra mim e eu fui depois. Ela contava a história de pôr água, mas o povo já sabia o que tinha acontecido do outro lado do rio e

---

<sup>435</sup> FENELON, Déa Ribeiro. **Trabalho, Cultura e História Social**: perspectivas de investigação. In: Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, n° 4. São Paulo: PUC-SP, 1985, p. 24.

<sup>436</sup> THOMPSON, E.P. Prefácio. **A formação da classe operária inglesa**: árvore da liberdade. Vol. 1. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, v. 1, 1987, p. 10.

não caiu na lábia dela não. O povo aceitava pagar a água, mas não aceitava sair da terra. Ela (a Codevasf) queria fazer reunião com o pessoal aqui pra uns convencer os outros, um ludibriar os outros, se ela encontrasse três aqui servia, mas aí o sindicato falou pra gente não assinar e ela não arrumou ninguém.<sup>437</sup>

Ao enfatizar a terra como uma conquista e resultado do seu trabalho, Manoel procurou minar a estratégia do advogado da Codevasf ao salientar que as desapropriações eram ordens do governo. Existe um sentimento compartilhado pelos entrevistados de que a permanência no campo é fruto do esforço familiar dado o histórico de esquecimento do pequeno produtor rural dentro da política agrícola nacional ou da criação de projetos governamentais de “cima para baixo” que muitas vezes não consideram sua realidade.

A procura por negociações individuais, tal como ocorreu na margem direita, poderia funcionar como uma forma de desarticulação social ao “ludibriar”, segundo as palavras de Manoel, os trabalhadores. O encontro no escritório da Codevasf, localizado na cidade, era uma forma de tentar cooptar o sujeito que, em tese, estaria enfraquecido por não estar no seu espaço de reconhecimento e não contar com o apoio de seus pares.

Ao salientar que “pôr a água não é o problema”, o entrevistado destaca que estava disposto negociar e aceitar a construção da infraestrutura de irrigação desde que seus interesses de permanecer na terra fossem levados em consideração.

Algumas narrativas salientam que constantemente lideranças ruralistas ofereciam vantagens e benefícios ao presidente do sindicato dos trabalhadores rurais caso ele desistisse das mobilizações contra as expropriações. Lucimara relata que Edilson Brandão tentou “comprar” seu pai chegando, até mesmo, a ameaçá-lo de morte

eu presenciei Edilson Brandão falar que se ele convencesse o povo a deixar a desapropriação da terra que ele dava uma área de terra do tamanho que pai quisesse lá onde eles já tinha desapropriado, com irrigação e tudo, dava do tamanho que ele quisesse, que ele podia fazer uma grande fazenda. Isso aí eu cheguei a presenciar várias vezes, várias vezes ele prometeu, falou com pai que na terra que ele ia ganhar dava pra ele viver tranquilamente com a família e pai falava pra ele que não, que ele não ia trair o povo dele. Edilson falava: não, nós só quer colocar água e pai respondia: cês vão colocar água, colocar um preço que o pessoal não vão conseguir pagar e vai ser expulso de lá do mesmo jeito.

Auricharme: Onde Edilson Brandão oferecia dinheiro para o seu pai?

Lucimara: Às vezes que eu presenciei foi aqui dentro do sindicato. Ele veio aqui dentro do sindicato (a entrevista foi realizada no STRs de Janaúba), mas várias vezes ele (Edilson Brandão) procurava pai quando ele tinha oportunidade e uma dessas vezes foi aqui no sindicato mesmo.

---

<sup>437</sup> Manoel Marques da Silva. Entrevista realizada no dia 05\04\2016.

Auricharme: Você sabe se seu pai sofreu ameaça de morte?

Lucimara: Sofreu várias vezes, várias vezes ele sofreu ameaças de morte. Não só ele, como vários companheiros dele. Em reunião da Codevasf com o pessoal grande de lá, foi ameaçado de morte várias vezes pelos grandes. Ele comentava com os companheiros e a gente sabia também por causa dos companheiros que tava junto e tinha sofrido também as ameaças. Eu sinto como ameaça uma vez que Edilson Brandão falou pra pai que o pessoal falava que ele (Edilson) era valente, que tinha arma. Ele disse que não tinha arma não, que a única arma que ele tinha era um revólver, e mostrou o revólver, e disse que se atirasse na cabeça de um boi arrebentava tudo. Eu senti isso como um tipo de ameaça.

Auricharme: E seu pai nunca pensou em desistir por conta das ameaças?

Lucimara: Não, nunca pensou em desistir. Essas ameaças não intimidavam ele não.<sup>438</sup>

Ao responder à proposta de irrigação, feita por Edilson Brandão, dizendo que “cês vão colocar água, colocar um preço que o pessoal não vão conseguir pagar e vai ser expulso de lá do mesmo jeito”, João Ferreira desnuda as múltiplas estratégias criadas por agentes e agências estatais para inviabilizar a permanência do trabalhador na terra enquanto dono dos modos de produção. O tempo histórico de Brandão é mediado pelo capital e pela noção de progresso, enquanto o tempo de Ferreira é voltado para a sobrevivência e permanência na terra. Estas temporalidades expressam ritmos e concepções de mundo que nortearam e balizaram o conflito de classes na região.

De acordo com Lucimara, as tentativas de cooptação da principal liderança camponesa através da oferta de terras foi seguida de intimidações e ameaças de morte, práticas que permaneceram distantes dos noticiários regionais que procuravam forjar um ambiente de consenso e harmonia social de acordo com os interesses e ideologias dominantes.

Os entrevistados salientaram que os fazendeiros da margem esquerda ficaram “em cima do muro”, não se posicionando diante do conflito existente. As pressões pelas desapropriações eram de fazendeiros que não tinham terras a serem desapropriadas, como Edilson Brandão, agentes governamentais e aparato policial que, como veremos adiante, atuou para que o decreto expropriatório fosse cumprido.

Diante da negativa em sair da terra, os produtores rurais colocavam suas vidas em risco uma vez que poderiam ser vítimas da violência dos latifundiários. Os primeiros anos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais se mostraram os mais difíceis já que, na época de sua criação, as desapropriações já tinham sido autorizadas pelo Governo Federal, o que requeria dos seus membros uma organização e luta permanente.

---

<sup>438</sup> Lucimara Maria Ferreira Leal. Entrevista realizada no dia 18/10/2017.

As narrativas citam que não houve embates corporais ou mortes durante o processo social de luta pela terra na margem esquerda. Desta forma, as intimidações, pressões e ameaças aos produtores rurais tinha a finalidade de amedrontá-los e enfraquecer a resistência coletiva, estratégia que teve efeito contrário, já que o movimento dos trabalhadores foi sendo reforçado e ampliado a partir de encontros e reuniões convocadas pelas lideranças do sindicato.

Como a estrutura física do prédio do STRs não estava pronta no início de 1980, os encontros eram realizados nas casas dos produtores rurais, embaixo de árvores ou, em situações eventuais, no salão paroquial da igreja católica, como narrado por Manoel

Auricharme: vocês realizavam os encontros todo mês?

Manoel: todo mês a gente fazia. Saía nas roça, fazia as reunião pra segurar o povo. Nós fazia as reunião debaixo daquelas árvore da igreja. Quando vinha o tempo das água o padre José dava o salão paroquial e a gente fazia as reunião lá dentro da igreja e com o tempo a gente foi pagando o sindicato e levantou as paredes e construiu o sindicato. Antes era só embaixo e hoje tem dois andar, e é bem feito.

Auricharme: então o padre deu uma ajuda pra vocês?

Manoel: o padre José ajudava, porque os padre era tudo a favor do povo pobre né, falava que os pobre não podia andar sofrendo. O padre José só arrumava o salão, mas ele não participava das reunião não, ele tinha muito medo dos fazendeiro né. No dia 1º de maio ele rezava a missa pros trabalhador lá no salão.

Auricharme: quando as reuniões eram embaixo das árvores ia muita gente?

Manoel: ia, o povo ia tudo. Nas reuniões passava o papel e todo mundo assinava, todas as comunidades iam, todo mundo assinava. Daquela época pra cá já morreu muita gente, mas é capaz que dava mais de oitocentas pessoas, era muita gente.<sup>439</sup>

As reuniões do sindicato tiveram grande participação de homens e mulheres interessados em discutir os rumos da luta e as estratégias de resistência. As narrativas expressam uma crescente conscientização dos trabalhadores acerca da necessidade de se aderir ao movimento de tal forma que suas ações ganharam visibilidade e repercussão não apenas nas páginas da imprensa alternativa criada pela CPT, mas também por meio de diversos jornais, regionais e estaduais, que passaram a noticiar a situação vivida pelos moradores/trabalhadores de Janaúba.

Apesar do padre José ser adepto da causa dos trabalhadores, alguns entrevistados relatam que muitos sacerdotes não queriam se indispor ou criar desavenças com políticos e fazendeiros que eram favoráveis às desapropriações. Desta forma, o padre José manteve

---

<sup>439</sup> Manoel Marques da Silva. Entrevista realizada no dia 05\04\2016.

uma posição “clandestina” de ajuda aos trabalhadores, nunca atuando na linha de frente do movimento ou explicitando seu apoio de forma pública e notória.

Reuniões no sindicato, na igreja, praças ou nos quintais das casas dos produtores rurais não podem ser vistos como escolhas aleatórias ou simples lugares sem representação cultural e simbólica, mas devem ser vistos como “eixos onde gira a história”.<sup>440</sup> Os locais de reunião tinham reconhecimento e identificação por parte dos trabalhadores, fazendo com que eles se sentissem livres para expor suas opiniões, para o debate e procura de solução para os seus problemas.

Os encontros na igreja também eram uma forma de conseguirem proteção e segurança diante de possíveis intervenções externas. O momento político vivido pelo país fazia com que as exposições e reuniões em praça pública não ocorressem de forma corriqueira devido ao perigo de represálias por parte de agentes públicos a serviço do regime militar.

Como estratégia para conseguir o apoio de diversas pessoas, Geraldo salienta que os membros da diretoria do sindicato representavam as diversas comunidades rurais de Janaúba

Auricharme: como as pessoas ficavam sabendo das reuniões do sindicato?

Geraldo: quando tinha as reuniões lá em Janaúba avisava o povo, aí todo mundo já ficava sabendo, toda semana tinha reunião, toda semana. E o povo na época era muito unido, se falasse que tinha reunião no sindicato todo mundo ia. O sindicato tinha a diretoria com doze pessoas né, porque tinha o presidente, o vice-presidente, o secretário, o tesoureiro e cada um era de uma região diferente. Tinha gente da Vila Nova dos Porções, Barbosa, Pageú, Monte Alto, Jacarezinho, Lagoa Grande e quando tinha as reunião a pessoa que era da diretoria passava o recado para a comunidade.<sup>441</sup>

A presença de produtores de diversas comunidades rurais de Janaúba na diretoria do sindicato tinha como propósito transmitir as notícias e decisões tomadas de forma ágil e segura ao mesmo tempo que exerciam a função de mobilizar os trabalhadores para participarem das ações que estavam sendo articuladas. A unificação e fortalecimento da

---

<sup>440</sup> Ao se referir a organização dos trabalhadores na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, Thompson salienta que temas políticos e econômicos estavam presentes em encontros informais “onde gira a história”. Desta forma, destaca que “eis a função da reunião, tanto como ocasião social quanto centro para a atividade política (...). Eis, acima de tudo, a determinação de propagar opiniões e de organizar os adeptos”. THOMPSON, E. P. Prefácio. **A formação da classe operária inglesa: árvore da liberdade**. Vol. 1. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, v. 1, 1987, p. 19-20.

<sup>441</sup> Geraldo Barbosa da Fonseca. Entrevista realizada no dia 06\04\2017.

resistência coletiva passava pela criação destas estratégias no objetivo de se impor frente às propagandas e tentativas de “ludibriar” os sujeitos por parte da Codevasf.

Os trabalhadores realizavam manifestações com o objetivo de chamar a atenção das autoridades e da opinião pública, como pode-se verificar em uma reportagem do jornal *O Gorutuba*, na sua edição de 26 de julho de 1981

Para comemorar o DIA DO COLONO, ontem, dia 25, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Janaúba programou uma manifestação pública para às 14 horas, na Praça da Matriz, nesta cidade, com uma Assembléia da classe, na qual fariam suas principais reivindicações, entre elas “não aceitar a desapropriação da margem esquerda do Gorutuba e exigir o reassentamento dos da margem direita”.

Para a concentração estavam chegando à cidade, pela manhã, representantes dos Sindicatos de Montes Claros e São Francisco. Eram aguardadas ainda as presenças do Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de Minas Gerais (Fetaemg), o sr. André Montalvão da Silva, e do presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura-Contag, além de líderes religiosos da CPT, Comissão Pastoral da Terra, de Montes Claros e Teófilo Otoni.<sup>442</sup>

Em determinadas situações, como a reunião de centenas de pessoas em uma praça pública, a imprensa local procurava expressar imparcialidade divulgando notícias relacionadas aos movimentos dos produtores rurais, contudo não aprofundava a reflexão acerca das causas dos problemas agrários regionais.

Diante de embates que se mostraram desiguais para o lado dos trabalhadores, a presença de lideranças de expressão nacional indicava que o movimento vinha ganhando contornos para além do município de Janaúba. As viagens e reuniões realizadas pelo presidente do sindicato serviram para a criação de vínculos com aquelas lideranças e para divulgar a luta pelo direito à terra que, até então, era negligenciado pelo discurso que apresentava a região como polo nacional de agricultura irrigada.

O “Dia do Colono”<sup>443</sup>, cunhado pela Codevasf para retratar o proprietário de lote irrigado no Norte de Minas e Nordeste, procurava propalar uma memória, que se propunha

---

<sup>442</sup> Dia do Trabalhador Rural. **O Gorutuba**. Janaúba, 26 jul. 1981, p. 01.

<sup>443</sup> O “Dia do Colono” refere-se, originalmente, aos imigrantes europeus que vieram para o Sul do Brasil trabalhar em núcleos coloniais criados pelo governo no século XIX. Posteriormente, esta data foi expandida para contemplar também os proprietários de lotes situados em projetos de irrigação criados pelo Governo Federal ao longo do século XX. Sobre a origem do “Dia do Colono”, sabe-se que “a data de 25 de Julho foi instituída como Dia do Colono em 1968, com a criação da Lei Federal 5.496, em 5 de Setembro daquele ano, porém a data já era conhecida fazia um bom tempo, pois desde 1924, quando estava ocorrendo às comemorações do centenário da vinda dos alemães para o Rio Grande do Sul, a data foi reconhecida e usada para celebrar os colonos, principalmente os alemães. A história dessa data está quando da chegada dos primeiros alemães, que em 18 de Julho de 1824, vieram para se instalar no Brasil, desceram em Porto Alegre. Logo após, em 25 de Julho, realizaram o que seria o primeiro culto evangélico do Estado, tornando a data

hegemônica, de desenvolvimento por intermédio da criação de perímetros hidroagrícolas. Os colonos seriam produtores rurais privilegiados por serem selecionados e trabalharem em áreas regadas.

Ao promoverem o “Dia do Colono”, lembrava-se tão somente dos agricultores que viviam em áreas irrigadas e negligenciava-se a presença e história dos trabalhadores desapropriados ou daqueles que estavam ameaçados de perderem suas terras. Ao acordarem que a manifestação seria realizada naquela data, os sindicalistas reivindicavam direitos e questionavam a memória dominante de interpretação única e harmônica.

A ocupação de espaços públicos e a problematização de datas que buscam transformarem-se em marcos de novas temporalidades constituíram alternativas dos sujeitos que acabavam por reclamar direitos que foram negados. Os trabalhadores iam construindo o “lugar social” e deixando ali suas marcas que refletem o cotidiano e as lutas empreendidas em tempos e espaços diferentes.

A manifestação ocorrida no centro da cidade tinha o objetivo de questionar a Codevasf sobre “quem eram os colonos?” e para chamar a atenção da sociedade sobre a resistência empreendida contra as possíveis desapropriações e a favor do reassentamento dos expropriados.

O jornal *O Gorutuba* privilegiava a versão dos fatos segundo agências desenvolvimentistas, o que era feito, dentre outras maneiras, através da realização de entrevistas com Roberto Mauro Amaral e não com João Ferreira de Carvalho ou outros membros de movimentos e entidades sociais. Na edição posterior aquela que noticiava as manifestações coordenadas pelo STR, datada de 02\08\81, o periódico divulgou uma entrevista com Amaral

O Diretor Regional da CODEVASF, Roberto Mauro Amaral, voltou a reafirmar ontem que a implantação das obras civis de irrigação da Margem Esquerda do Projeto Gorutuba não implicará necessariamente na desapropriação das terras, eis que os proprietários que se dispuserem a participar do projeto poderão permanecer em suas áreas. Ele esclareceu este ponto, mais uma vez, com a intenção de contestar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Janaúba, que no último sábado promoveu concentração na cidade com a intenção de condenar a continuação do projeto Gorutuba.

Amaral frisou que a Lei de Irrigação permite à CODEVASF negociar com os proprietários sem que obrigatoriamente tenha que desapropriá-los, o que facilitará a consecução das obras da Margem Esquerda, num

---

como um marco para região, ampliando a cultura religiosa, antes regida apenas pelo Catolicismo e religiões indígenas.” CALENDÁRIOBR. **Dia do Colono**. Disponível em: <<http://www.calendariobr.com.br/dia-do-colono>> Acesso em: 12 outubro 2017.

anseio da comunidade de Janaúba, pois até agora apenas Porteirinha tem sido beneficiada pelo projeto. O Diretor da CODEVASF disse ainda que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com a radicalização de sua posição, pretende apenas impedir o desenvolvimento da economia rural do município, para que possa continuar sobrevivendo à custa do pequeno lavrador.

- A implantação do projeto permitirá ao mini e pequeno produtores rurais saírem do estágio atual de atraso em que vivem, para uma vida melhor e mais humana. E isto não interessa ao Sindicato, pois no momento em que isto ocorrer, os que comandam a entidade, e que não são trabalhadores rurais em sua maioria, perderão a “boca” em que hoje desfrutam.

Amaral acentuou ainda que o sucesso da Margem Direita do projeto é hoje fato incontestável, que ninguém pode negar, “apenas os demagogos que não desejam o desenvolvimento da região”. Ele frisou que a área irrigada não só está produzindo em grande escala, como absorvendo uma mão-de-obra rural “com índices muito acima dos que eram apresentados antes do projeto.”

- O estudo socioeconômico feito antes da execução do projeto demonstra que a produção agrícola na área era mínima e apenas de subsistência. Hoje a Margem Direita do Gorutuba é o maior polo produtor da região. O mesmo se pode dizer da mão-de-obra rural, que se antes era praticamente inexistente, hoje atinge quase duas mil pessoas. Projetos como o Gorutuba acabaram com o êxodo rural, que é atualmente um dos mais sérios problemas do país.

Concluindo, o Diretor da CODEVASF condenou a posição daqueles que, olhando os próprios interesses pessoais, procuram enganar a opinião pública com inverdades como esta que procuram espalhar por todos os cantos, de que a CODEVASF jogou duas mil famílias na periferia de Janaúba. É mentira e desafio que provem o que dizem. O que a CODEVASF está fazendo é exatamente o contrário: está criando oportunidades de emprego rural numa região onde a migração do campo para as grandes cidades é assustadora. Nenhum outro projeto dá tanto emprego como o Gorutuba, que representa hoje o equivalente a cinco ou seis grandes indústrias de Montes Claros, em termos de mão-de-obra. (grifo nosso).<sup>444</sup>

Em outras entrevistas, Roberto Amaral procurou explicar que a lei 6.662, de 25\06\1979<sup>445</sup>, que disciplinava a Política Nacional de Irrigação, estabelecia que os produtores rurais não seriam desapropriados desde que se comprometessem a explorar racionalmente suas respectivas propriedades, o que significava aderirem a uma produção tecnológica e comercial.

Caso o produtor não tivesse capacidade econômica de irrigar a totalidade de suas terras, os hectares que sobrassem seriam desapropriados, mediante indenização, e vendidos à outros que tivessem condições de modernizar a produção. De acordo com a lei, a Codevasf se comprometeria a oferecer infraestrutura necessária para que o agricultor se

---

<sup>444</sup> Irrigação da Margem esquerda não obriga desapropriação. **O Gorutuba**. Janaúba. 02 ago. 1981, p. 01.

<sup>445</sup> BRASIL. **Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e dá outras providências**. Disponível em: < [www.planalto.gov.br/civil\\_03/LEIS/L6662.htm](http://www.planalto.gov.br/civil_03/LEIS/L6662.htm) > Acesso em: 14 novembro 2017.

transformasse em irrigante, porém ele deveria ressarcir a autarquia os custos das obras tidas como comunitárias.

O produtor que não se “dispusesse a participar do projeto” seria impedido de permanecer na terra uma vez que, segundo a autarquia, lhe estariam sendo oferecidas todas as condições de melhora econômica e produtiva. Desta forma, o discurso era de que a desapropriação iria afetar apenas aqueles que decidissem permanecer no estágio rudimentar e “primitivo” de vida no campo, o que era visto como um entrave para colocar Janaúba nos caminhos do progresso.

Com a justificativa de que a Codevasf estaria criando os meios para que o “mini e o pequeno produtor saíssem do estágio de atraso”, Amaral procurou diminuir e criminalizar a atuação do STR de Janaúba acusando suas lideranças de oportunismo, má-fé e irregularidades no uso das contribuições dos sindicalizados. Ao salientar que a irrigação era um “anseio da comunidade de Janaúba”, ele procura colocar o sindicato como contrário a um suposto interesse coletivo, um inimigo da sociedade que não deveria ser levado em consideração pois não tinha compromisso com a melhoria da vida material de seus filiados.

Como milhões de cruzeiros já tinham sido liberados para a continuidade do PIG, a resistência dos produtores rurais era vista como irracional, servindo apenas para manter a “boca” que o sindicato desfrutava. Desta forma, intencionava-se criar uma ideia de que o aumento da produção e produtividade agrícola, geração de emprego e renda, abertura para ciência e tecnologia e outros elementos vistos como essenciais para o desenvolvimento do campo estariam comprometidos pela luta dos trabalhadores, ou seja, privilegiava-se a questão econômica e negligenciava-se a questão social.

Ao salientar que o “sucesso da Margem Direita do projeto é hoje fato incontestável, que ninguém pode negar”, o agente governamental buscava omitir, bloquear e selecionar fatos, avaliações e versões da realidade. A grande contribuição do PIG estaria na atração de “mão de obra rural” sendo que o diretor da Codevasf salientou que “nenhum outro projeto dá tanto emprego como o Gorutuba”, ou seja, o aumento de uma massa de proletários no campo foi visto como principal impacto social e econômico positivo da irrigação.

Os produtores rurais não estavam dispostos a abdicar de parte das terras, ou de sua totalidade, por não terem capital para investir na agricultura irrigada, abrindo mão dos direitos e práticas sociais e culturais historicamente construídas. Não concordando com as propostas da Codevasf que colocava a modernização agrícola como uma simples escolha, sem levar em consideração fatores estruturais e conjunturais, os trabalhadores continuaram

a resistir à saída de suas terras, embora a imprensa e a autarquia propalasses muitas vezes que eles eram contra a irrigação.

No boletim *Pelejando* foi noticiado que a “Codevasf ataca Janaúba”, sendo tecidas ácidas críticas à autarquia e destacava luta do Sindicato dos trabalhadores rurais

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Janaúba convocou o povo da região para uma grande Assembléia no dia 29 de julho, para debater a situação das mil famílias da margem esquerda do Gorutuba que vão ser desapropriadas pela CODEVASF.

Anos atrás a CODEVASF desapropriou a margem direita, jogou 2.000 famílias para a favela, entregando a terra a fazendeiros e reservando uma pequena área para colonização. Diante dessa desgraça, o povo da margem esquerda resistiu e não aceitou os planos da CODEVASF. Mas a companhia está fazendo enorme propaganda anunciando que agora será diferente e quer realizar seus planos com toda força.

Os pequenos proprietários dizem que não são contra o progresso, mas só deixaram mexer nas suas terras depois que a CODEVASF devolver as terras da margem direita a seus antigos donos.

Envie:

Cartas de protesto a CODEVASF-39.4400-Janaúba, MG.

Cartas de solidariedade ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais-39.4400-Janaúba, MG.<sup>446</sup>

Esta notícia do *Pelejando*, presente em uma edição que continha sete páginas, integrava um conjunto de reportagens que destacaram a luta pela terra no Norte de Minas. A manchete do noticiário era “Cachoeirinha: a luta continua” e possuía imagens de uma reunião entre diversos trabalhadores rurais com uma grande faixa escrita “Deus disse: eu firmarei meu povo na terra”. O propósito era questionar qual era o lugar deles no Brasil que estava surgindo com a “redemocratização”.

Com o acirramento dos embates e lutas dos produtores rurais da margem esquerda, o *Pelejando* mais uma vez destacou aquela situação e convocou a população local para participar de protestos contra a ação da Codevasf, ou seja, sua função também era a de mobilizar trabalhadores e manter-se como uma força social e política.

A assembleia ocorreu na praça da igreja matriz com a presença de 2.400 trabalhadores e participação da Fetaemg, Contag, CPT e dos dirigentes sindicais de Montes Claros, Brasília de Minas, Varzelândia, Porteirinha, Manga e São João do Paraíso que manifestaram apoio aos produtores rurais do Vale do Gorutuba.<sup>447</sup> No encontro, foi dada a

---

<sup>446</sup> Codevasf ataca Janaúba. **Jornal Pelejando**. Belo Horizonte, jul\ago. 1984, p. 07.

<sup>447</sup> MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais-ALMG. Comissão Parlamentar de Inquérito da Codevasf. **Transcrição literal das notas taquigráficas de atas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Janaúba**. 1995.

oportunidade de fala às lideranças presentes, aos trabalhadores da margem direita, que relataram as condições vividas após a perda da terra, e aos produtores rurais da margem esquerda para que se posicionaram a respeito das desapropriações. Ao final, foi reafirmada a decisão dos pequenos proprietários em não aceitar as expropriações e a solidariedade e disposição em lutar para o reassentamento das famílias atingidas pelas obras de irrigação.

Na mesma edição do jornal *Pelejando* foi noticiada a realização de uma assembleia estadual da CPT que, entre outros temas, abordou questões de interesses dos trabalhadores norte-mineiros. Realizada entre os dias 20 a 22 de julho de 1984, na cidade de Uberlândia, a VII Assembleia da CPT em Minas Gerais contou com a participação de 85 pessoas, representando todos os setores da Comissão Pastoral Mineira. Ao final do encontro foram eleitos novos coordenadores para o movimento e feitas diversas denúncias, entre as quais

- a) O aumento assustador de boias-frias devido a projetos agrícolas que concentram a terra e expulsam os trabalhadores;
- b) Agravamento dos conflitos sem nenhuma solução por parte do governo. (Por ex.:Cachoeirinha, São Francisco, Januária, Varzelândia, Santa Vitória, Bocaiúva, Paracatu);
- c) A inquietação dos trabalhadores expulsos da margem direita do rio Gortuba e em Porteirinha pela CODEVASF, que agora implanta novo projeto na margem esquerda do rio, ameaçando mais de mil famílias de pequenos proprietários;
- d) A política agrícola, com apoio de órgãos oficiais (EMATER e RURALMINAS) em função dos interesses do grande capital, que coloca a terra a disposição de Multinacionais, fazendo com que o pequeno se endivide sempre mais e fique obrigado a entregar o seu sítio.<sup>448</sup>

A assembleia cobrou do Governo Federal e Estadual uma reforma agrária e uma política agrícola favorável ao trabalhador rural em um período histórico que diversos movimentos sociais, do campo e da cidade, foram às ruas exigir a redemocratização do país. Neste contexto, diversas entidades e organizações procuraram fortalecer a luta no objetivo de que a abertura política pudesse trazer novos ares para as demandas da população rural que sofreram paralizações e retrocessos durante o governo militar.

A expectativa da assembleia da CPT era fortalecer sindicatos e organizações na defesa dos direitos dos trabalhadores mineiros diante da nova conjuntura política que estava no horizonte. O fortalecimento da luta em defesa da terra (no caso dos produtores rurais) ou pela conquista de uma propriedade (por parte dos trabalhadores sem terra) foi resultado

---

Disponível em: <<http://mediaserver.almg.gov.br/upload/www/?a=d&i=8780000921>>. Acesso em: 22 setembro 2017.

<sup>448</sup> VII Assembléia da CPT-MG. Belo Horizonte. **Jornal Pelejando**, jul\ago. 1984, P. 10.

da mobilização, articulação e organização de entidades e sujeitos simples que foram afetados ou ameaçados pela expansão do capitalismo no campo ou tinham esperanças de conseguirem um espaço para trabalho e moradia.

Segundo a CPT, a solução dos conflitos agrários passaria pela ação do governo no sentido de garantir a permanência do trabalhador rural na terra. O modelo de desenvolvimento econômico dos militares foi acusado de ser criado “em função dos interesses do grande capital” causando endividamento dos pequenos produtores rurais, miséria e mortes no campo.

A análise de distintos jornais revela como a imprensa não está fora do processo de luta de classes, para além de entendê-la como força social e produtora/difusora de memórias. Enquanto os jornais produzidos pelas entidades defensoras da classe trabalhadora atuavam no sentido de denunciar as expropriações, o jornal *O Gorutuba* procurava realizar um trabalho educativo-didático, dentre outras formas, colocando manchetes e reportagens que induziam o leitor a se identificar com o projeto de hegemonia forjado pela classe dominante.<sup>449</sup>

Em meio a relações de força desiguais, a imprensa alternativa procurava balizar o consenso social a partir do aval da sociedade gorutubana. Esta imprensa transformou-se em um espaço de formação e consciência política, articulação social e campo de expressão popular.

Assim como existiam redes e laços entre diferentes agentes e instituições a serviço da classe dominante, as classes subalternas também procuravam estabelecer uma “consorciação popular”, criando conexões com diversas organizações sociais. Em muitos casos, como demonstrado na reportagem citada, a situação de comunidades rurais distantes dos grandes centros econômicos e políticos eram publicizadas em encontros nacionais ou estaduais promovidos por movimentos sociais e sindicais.

Diferentemente do jornal *O Gorutuba* ou de periódicos de Montes Claros que possuíam patrocínios, inclusive de prefeituras, gráficas modernas, jornalistas profissionais, estruturas de distribuição e comercialização, uma organização empresarial com hierarquias e repórteres que iam “atrás” da notícia, os jornais dos trabalhadores não tinham uma

---

<sup>449</sup> CODEVASF quer prosseguir obras da margem esquerda do Gorutuba. **O Gorutuba**. Janaúba, 26 fev. 1984, p.09.

- SEPLAN e CODEVASF discutem com Banco Mundial irrigação na Margem Esquerda do Gorutuba. **O Gorutuba**. Janaúba, 27 mai. 1984, p.01.

-Irrigação é fundamental para a região. **O Gorutuba**. Janaúba, 21 out. 1984, p.02.

-Amaral- “irrigação viabilizou agricultura”. **O Gorutuba**. Janaúba, 11 nov. 1984, p.09.

circulação regular, endereço fixo ou grandes recursos financeiros, fazendo com que as reportagens fossem produzidas por pessoas do próprio movimento.

Mesmo com todas as limitações acima descritas, a imprensa popular era uma importante rede de afirmação histórica dos sujeitos sociais, solidariedade, informação e fortalecimento dos movimentos de contra hegemonia. A luta pela direção intelectual e moral da sociedade entre aparatos privados da classe subalterna e dominante encontrava na imprensa um importante elemento de articulação de projetos e propagação de concepções de mundo.

Enquanto os trabalhadores significavam o espaço vivido como lugar de luta e resistência, o diretor da Codevasf procurava desqualificar as ações e experiências dos membros do sindicato rural, o que foi destacado na reportagem do *O Gorutuba* de julho de 1984,

O Projeto Gorutuba foi concebido para a irrigação de 10 mil hectares, sendo 6 mil hectares na Margem Direita e 4 mil na margem esquerda. A primeira etapa do projeto, localizado no município de Porteirinha, já está funcionando desde 1980, com resultados excelentes em todos os aspectos.

É o Sr. Roberto Amaral, diretor da CODEVASF quem fala, para com estes dados defender a execução imediata da Margem Esquerda, “pois já está passando da hora de Janaúba usufruir também dos benefícios do projeto. Só os cegos não enxergam que o desenvolvimento de Janaúba só se completará com a irrigação da Margem Esquerda, pois até o momento o município tem suportado muito mais o ônus do projeto, enquanto os benefícios ficam para Porteirinha, que é quem arrecada.”

Segundo o Diretor da CODEVASF, a Margem Esquerda deveria ter sido construída tão logo ficou pronta a Margem Direita, ou seja, no princípio de 1980. “Tanto que naquele ano tínhamos recursos alocados no nosso orçamento para a execução da obra. Mas como a CODEVASF encontrou obstáculos, principalmente por parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a obra foi adiada e perdemos recursos.”

-Hoje, novas perspectivas se abrem para a realização de irrigação na Margem Esquerda, com recursos do Banco Mundial. E a CODEVASF está disposta a concluir o projeto, apesar de seu custo atual estar orçado em quase 20 bilhões de cruzeiros. Mas o projeto só será realizado se tiver a concordância da comunidade de Janaúba, em todos os níveis.

(...) Concluindo, o diretor da CODEVASF alerta mais uma vez para a necessidade do cadastramento da Margem Esquerda, sem o qual não há como sequer discutir a implantação do projeto. “Se não houver apoio para que o cadastro seja realizado, Janaúba acabará perdendo o projeto. E se isto ocorrer, quem serão os responsáveis?”<sup>450</sup> (grifo nosso).

Roberto Amaral celebrava o perímetro irrigado por obter “resultados excelentes em todos os aspectos”, negligenciando as desapropriações e desemprego gerados naquele

---

<sup>450</sup> Irrigação da margem esquerda pode ser feita agora. *O Gorutuba*. Janaúba, 29 jul. 1984, p.03.

processo e que permaneciam vivos na memória dos trabalhadores. A disputa ocorria a partir de campos diferentes: enquanto os trabalhadores destacavam o valor moral da terra/natureza (trabalho, família, culturas), os empresários e agências do Estado privilegiavam o valor econômico (produção, produtividade, negócios).

Novamente Amaral culpou o STRs como o responsável por atrasar as obras de irrigação na margem esquerda. Como o planejamento da Codevasf era captar água da barragem para irrigação em ambas as margens do rio Gorutuba, a demora na conclusão do lado esquerdo era um desafio não apenas para a autarquia, mas também para as metas e planos do governo militar para o semiárido brasileiro.

Com a definição de Janaúba como uma das áreas prioritárias de investimento no Norte de Minas, tanto do Banco Mundial como do Governo Federal, Roberto Amaral questiona “quem são os responsáveis pelo município perder o projeto de irrigação”?

Entre 1980 a 1984, os trabalhadores ficaram distantes das discussões acerca da irrigação, muitas delas realizadas no salão do sindicato dos produtores rurais com a presença apenas de frações da classe dominante. Ficando à mercê das reuniões e obtendo apenas informações desencontradas, a resistência foi a resposta encontrada diante de um projeto construído “de cima para baixo.”

O cadastramento das terras era visto como necessário para se conhecer a realidade física, social e fundiária da margem esquerda, porém, de acordo com os entrevistados, não houve um comunicado prévio ou esclarecimentos quanto sua finalidade. Neste contexto de interesses antagônicos, os trabalhadores tomaram o mapa dos funcionários da Maplan, uma empresa contratada pela Codevasf para realizar o levantamento e cadastramento da área que seria desapropriada na margem esquerda, como narrado por Manoel

Auricharme: o senhor se recorda de algum momento em que os conflitos se tornaram mais radicais?

Manoel: uma coisa que eu não me esqueço foi quando funcionários da Codevasf veio por aqui com um mapa da região mostrando onde que era pra colocar os piquetes pros canal passar, o povo reuniu e tomou o mapa desses homens. O mapa foi tirado de avião e eles vinha com os aparelho medindo, fazendo as picada e vendo onde os canal ia passar. Foi na casa de um vizinho aqui que nós tomou o mapa. Tinha cinco moço que chegou na minha terra e tinha os peão lá roçando e abrindo as picada, enfiando os piquete. Aí o povo chegou e falou que não podia e os engenheiro da Codevasf achou ruim e o povo juntou pra pegar ele e ele correu e entrou no carro. O povo foi e tomou as cavadeira dos trabalhador e esses homem pegou uma carreira e foi embora. Quando foi mais tarde os policial chegou, Dr. Vicente (delegado regional) chegou com os policial. Aí nós tava com umas trinta pessoa e aí começou a discussão. Dr. Vicente falou que ia buscar o carro pra botar nós tudo na cadeia, e ele queria levar de

um a um, mas nós falou que de um a um ele não levava não e começou um empurra- empurra. Aí ele foi na cidade e quando ele voltou tinha umas trezentas e tantas pessoas. Aí o véi João já tava. Tava o véi João, o advogado da Fetaemg e mais um tanto de gente. E seu João falou: o que o Dr. Vicente quer com o povo? E o Vicente falou: é que a Codevasf tá fazendo um serviço que é do governo. E seu João falou: mas aqui tem alguma terra que é do governo?

-eu não sei.

Aí João falou:

- se o senhor não sabe procura saber, porque a terra aqui é do povo, o governo tem que fazer obra na terra dele, aqui não, se o povo aceitar entra e se não aceitar não entra.

Aí o Vicente já começou a achar ruim, o povo já começou a desconfiar e a polícia tava lá com as armas na mão. E aí o povo disse que só ia entregar o mapa da Codevasf a seu João e que o Vicente pudesse pegar no outro dia lá no sindicato e aí o Dr. Vicente deu de sair.<sup>451</sup>

Este fato ocorreu em 1984 na comunidade rural de Jacarezinho e foi noticiado pelo *O Gorutuba* como um acontecimento que reuniu “cerca de 150 pessoas, pequenos proprietários, trabalhadores rurais, mulheres e crianças, portando porretes já adredemente preparados.”<sup>452</sup> O jornal, em consonância com os interesses dominantes, noticiava a questão agrária de forma superficial e panorâmica, o que acabava por associar os trabalhadores a teimosia, irracionalidade e ignorância diante de um cadastramento que era promovido como legítimo e necessário ao desenvolvimento e modernização do campo.

As cercas, que eram respeitadas quando erguidas para a proteção das terras dos fazendeiros, eram vistas como irrisórias e empecilhos ao progresso quando existentes nas pequenas propriedades, o que autorizaria os funcionários da Maplan a entrar sem o consentimento dos seus moradores. O direito à propriedade privada foi requerido tanto por trabalhadores rurais quanto por latifundiários no contexto de modernização agrícola no Norte de Minas. Contudo, os primeiros o invocava para resistir às tentativas de expropriação enquanto os últimos para perpetuar a concentração fundiária e a exploração do trabalhador.

Em plena ditadura militar, organizações e manifestações contrárias a obras vistas como inevitáveis para o progresso poderiam resultar em represálias. Neste sentido, a resistência dos trabalhadores transformava-se em um ato perigoso, ainda que necessário para a garantia do direito à terra, tendo em vista o aparato policial, midiático, político e empresarial que tinha se constituído a favor das desapropriações.

---

<sup>451</sup> Manoel Marques da Silva. Entrevista realizada no dia 05\04\2016.

<sup>452</sup> Em Jacarezinho, pequenos proprietários resistem ao cadastramento da Margem Esquerda. **O Gorutuba**. Janaúba, 26 ago. 1984, p.01.

A presença da polícia para resolver a “questão social” abriu a possibilidade de execução de prisões contra trabalhadores considerados desobedientes. O rápido aumento do número de pessoas relatado por Manoel representava um fortalecimento da luta uma vez que quando o sujeito estava integrado ao “povo” sentia-se mais forte e seguro diante da criminalização do movimento.

Ao salientar que “a terra aqui é do povo”, João Ferreira negava ingerências jurídicas, políticas e policiais dentro das comunidades rurais que, a seu ver, até então não dependiam ou tinham sido beneficiadas por quaisquer políticas econômicas.

Ao expandir o espaço da política, das representações e memórias por intermédio de notícias referentes aos valores e interesses dos trabalhadores, a CPT e o STR de Janaúba buscavam constituir um campo de discussão onde o projeto de irrigação da Codevasf não se sobrepusesse ao direito à posse da terra. Não se tratava de antagonismos ou posições radicais e irrevogáveis que colocava em espaços diametralmente opostos a Codevasf e os produtores, mas de uma crítica ao projeto unilinear e falta de diálogo por parte da autarquia.

Após alguns anos de pressões da Codevasf e contrapressões por parte dos trabalhadores, seja de forma individual ou coletiva, foi acordado, a partir da mediação de membros da sociedade civil e política, as condições para a implantação da agricultura irrigada na margem esquerda, fato esse noticiado pelo periódico local

Presidida pelo prefeito Joaquim Maurício de Azevedo Bahia, foi realizada no salão de reuniões da Prefeitura Municipal, no dia 11, reunião para tratar da desapropriação de terras na margem esquerda do Rio Gorutuba, no município de Janaúba, onde a Codevasf pretende implantar a segunda parte do Projeto de Irrigação do Vale do Gorutuba. Compareceram o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, João Ferreira de Carvalho; diretores da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); os vereadores Getúlio Martins da Silva, Nélio de Paula Silva e João Batista Alves e 37 representantes de 14 comunidades rurais.

Abrindo os trabalhos, o prefeito Joaquim Maurício defendeu a irrigação na Margem esquerda do rio Gorutuba, lembrando que além de aumentar a oferta de alimentos, este benefício vai permitir que a Codevasf traga água da barragem do Bico da Pedra, para que a Copasa abasteça a área urbana de Janaúba. Garantiu que mesmo incluída no milhão de hectares que o governo federal pretende irrigar nos próximos quatro anos, a margem esquerda do Gorutuba não será desapropriada sem a concordância dos agricultores. Insistiu que o acordo será bom para todos, porque a irrigação é um bom negócio que tem oferecido ótimos resultados.

Segundo a falar na reunião de segunda-feira, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Janaúba, João Ferreira de Carvalho, criticou a formulação de distribuição de terras dos perímetros irrigados, que segundo ele estão concentradas nas mãos de grandes empresários. Na sua

opinião, o governo precisa dar terras do projeto Jaíba aos pequenos agricultores, para que os trabalhadores rurais com pequenas propriedades na margem direita do Gorutuba possam confiar que não ficarão sem terras e desempregados.

Ao final, os produtores e as lideranças sindicais apresentaram dez exigências para que a margem esquerda do Gorutuba seja desapropriada e irrigada: 1) água da barragem do Bico da Pedra nas torneiras de Janaúba o mais breve possível; 2) aumento do perímetro urbano de Janaúba; 3) garantias que não serão desapropriados terrenos com menos de 100 hectares e de que o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário participará do processo; 4) irrigação por aspersão em toda a margem esquerda; 5) água encanada em tubos ou canos grossos, para evitar desapropriações ao longo do canal; 6) não será aceita a colonização para pequenos proprietários, com os trabalhadores rurais decidindo a forma de participar da irrigação em suas terras, com liberdade para continuar criando vacas e animais de pequeno porte; 7) autonomia para decisões dentro das propriedades; 8) perfuração de poços para auxiliar a barragem no fornecimento de água para as duas margens; 9) fica proibido o levantamento de aterro da barragem, para evitar riscos para os habitantes de Janaúba e para que não seja necessário desapropriar mais 250 famílias que vivem nas margens do rio Gorutuba; 10) criação de uma cooperativa de pequenos produtores.<sup>453</sup>

A negociação envolveu sujeitos e instituições diversas, como a prefeitura de Janaúba, Codevasf, Fetaemg, STR de Janaúba, vereadores locais e lideranças de comunidades rurais da região, mostrando que o perímetro hidroagrícola afetaria a vida de muitas pessoas.

Ao longo do processo de negociação, sentimentos de otimismo (por parte do prefeito de Janaúba) e ressalvas (vindas do presidente do STR) evidenciam as muitas memórias que estão postas não apenas nos sentidos do passado, mas também nas lutas, conquistas e realidade do tempo presente. Se, por um lado, o prefeito Joaquim Maurício destacava a importância da irrigação para o desenvolvimento econômico da região, por outro, João Ferreira frisou que a implantação da agricultura irrigada na região vinha causando a perda da posse territorial no projeto Jaíba<sup>454</sup> e no Vale do Gorutuba havendo, na sua visão, o aumento do quadro social de fome, desemprego e exclusão devido a substituição de pequenos produtores rurais por empresários rurais.

As dez exigências dos moradores/trabalhadores para aceitarem a irrigação envolviam aspectos culturais, sociais e econômicos. A questão da liberdade e autonomia,

---

<sup>453</sup> Trabalhadores rurais já aceitam negociar a irrigação da margem esquerda do Gorutuba. **O Gorutuba**. Janaúba, 17 nov. 1985, p. 01.

<sup>454</sup> Sobre as desapropriações e lutas dos trabalhadores do projeto Jaíba Cf. MOURA, Auricharme Cardoso de. **Trajetórias, memórias e experiências dos trabalhadores rurais do projeto Jaíba, MG**. Dissertação (Mestrado em História Social). 164 Fls. Universidade Federal de Uberlândia-UFU. Uberlândia, 2014.

que está relacionada aos costumes e tradições, foi um ponto crucial que norteou várias das exigências na procura pela mínima interferência de órgãos governamentais nos modos de viver, trabalhar e produzir dos sujeitos.

Logo no primeiro item os sindicalistas apresentam como exigência que a água da barragem fosse usada para o abastecimento da população de Janaúba uma vez que até então era realizada através de poços artesianos espalhados pela cidade. Ao colocarem como primazia este ponto, os trabalhadores procuraram delegar uma “função social” ao reservatório Bico da Pedra que servia, até 1985, apenas para a irrigação dos lotes agrícolas da margem direita do PIG.

A “água nas torneiras de Janaúba” era uma forma de as pessoas do município participarem do desenvolvimento da região propalado pela Codevasf não apenas como força de trabalho para os empresários ou consumindo alimentos produzidos no perímetro irrigado, mas que pudessem ter acesso à água de forma contínua, regular e com qualidade.

Principalmente nos itens 6 e 7 são destacados a resistência quanto a perda da independência caso a Codevasf procurasse transformar as terras dos pequenos agricultores em colonizações como estava ocorrendo em diversos projetos de irrigação sob a coordenação de autarquias federais.

Quando, no item 6, é destacado que os trabalhadores rurais queriam decidir “a forma de participar da irrigação em suas terras, com liberdade para continuar criando vacas e animais de pequeno porte” existia uma preocupação de que as novas plantações e modos de lidar com a terra afetassem formas tradicionais de vida no campo. Esta exigência não era uma simples defesa de uma prática costumeira, mas fazia parte das estratégias de sobrevivência onde os sujeitos não estavam acostumados a ter despesas com a compra de carnes e ovos que até então eram adquiridos na própria terra.

A mediação do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário para que não ocorressem desapropriações em áreas menores de 100 hectares tinha como objetivo não inviabilizar a sobrevivência dos sujeitos em pequenas propriedades onde o trabalho e a produção agropecuária não seriam suficientes para garantir o sustento de todos os seus membros. Existia um receio de que as propriedades poderiam ser divididas em pequenos lotes irrigados, como estava ocorrendo com a margem direita, o que poderia causar um êxodo rural e dificultar a perpetuação da família por intermédio do sistema de herança.

Aceitando a maioria das exigências pautadas pelo trabalhadores, o diretor regional da Codevasf apenas advertiu que “quanto a elevação do aterro, disse que a Codevasf nunca pensou nesta obra que só criaria malefícios. Disse ainda, que não há necessidade de abrir

poços para auxiliar na irrigação nas duas margens, porque a água da barragem do Bico da Pedra já é suficiente.”<sup>455</sup>

Com as negociações entre produtores rurais e a Codevasf, foram iniciados os trabalhos para a construção das obras de irrigação na margem esquerda do rio Gorutuba. Canais, bicas, estações de bombeamento e abertura de novas estradas contribuíram para a transformação do espaço rural e para a especulação imobiliária.

Com a estruturação e avanço da logística física e empresarial voltada para a agricultura irrigada foi fundada, em 1986, a Associação dos Proprietários Irrigantes da Margem Esquerda do Rio Gorutuba (ASSIEG). Três anos depois foi inaugurado o denominado Projeto de Irrigação Lagoa Grande (PILG).<sup>456</sup> No ano de 1993, tal associação passou oficialmente a gerenciar e administrar o PILG em co-gestão com a Codevasf.

Sem condições de plantar e colher, muitos proprietários da margem esquerda venderam suas terras. Assim como estava ocorrendo no projeto Gorutuba, o perímetro irrigado Lagoa Grande atraiu empresários de vários lugares do país que passaram a usar novas técnicas agrícolas, promover o cultivo de alimentos de maior valor comercial e mudanças nas formas de trabalho e produção dentro de uma dinâmica em que os recursos naturais foram sendo cada vez mais valorizados e mercantilizados. Tal processo de modernização agrícola, mesmo que limitado a um número menor de hectares em relação ao planejado pelos órgãos governamentais, impulsionou, em conjunto com outros polos hidroagrícolas existentes na região, mudanças na paisagem social, ambiental e econômica no Norte de Minas.

Duas questões podem ser destacadas: a quantidade de área irrigável (atualmente são 1.538 hectares) é bem menor daquela prevista originalmente pela Codevasf (19 mil hectares) e o PILG atende apenas a médios e grandes empresários rurais, diferentemente do projeto Gorutuba onde existem áreas de colonização com pequenos irrigantes.

---

<sup>455</sup> Margem esquerda. **O Gorutuba**. Janaúba, 01 dez. 1985, p. 01

<sup>456</sup> O uso da nomenclatura Lagoa Grande faz referência a uma lagoa natural existente na margem esquerda do rio Gorutuba. No momento em que escrevo (fevereiro de 2019), esta lagoa está completamente vazia devido às longas estiagens, irrigação e captação ilegal de água. Segundo os estudos de Dias, Londe e Silva, esta lagoa historicamente vem sofrendo com diversos problemas, dentre eles a retirada da mata ciliar, estas foram sendo substituídas pelas múltiplas atividades humanas (desmatamento, utilização de terras para agricultura ou pecuária, dentre outras atividades); transporte de material para seu interior, contribuindo para que ela esteja em processo de eutrofização; perda da qualidade da água, que antes era utilizada para várias finalidades pela população local; captação ilegal de água; alteração da qualidade da água devido a poluição e contaminação causadas por agrotóxicos. Cf. DIAS, Lucimar Sales; LONDE, Luciana Nogueira; SILVA, Alcimere Soares da. **Avaliação de impacto ambiental aplicado às atividades agrícolas na Lagoa Grande no município de Janaúba-MG**. In: Revista de Desenvolvimento Social. Núm. 14\01. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 2015.

Na disputa social por espaço e direitos, a hegemonia aparece como processo marcado por constantes modificações, recriações, rupturas e adaptações a partir das movimentações, experiências e pressões dos grupos subalternos, o que significa dizer que a realidade de qualquer hegemonia é de que, embora por definição seja sempre dominante, jamais será total ou exclusiva.<sup>457</sup> O caráter hegemônico de uma concepção política ou cultural está sempre aberto a contestações e resistências, assim como a incorporações e aceitações.

A transformação de ambas as margens do rio Gortuba em perímetros irrigados transformou a agricultura em um empreendimento totalmente capitalista impondo novos desafios à sobrevivência e permanência dos pequenos e médios produtores rurais no campo. É neste contexto de mercantilização e modernização do espaço que os sujeitos vivenciaram novos desafios, seja para permanecerem na terra ou a ela retornarem, no caso daqueles que foram desapropriados.

---

<sup>457</sup> WILLIAMS, Raymond. Hegemonia. In: **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1979, p. 111-117.

## CAPÍTULO 6

### UMA LUTA SEM FIM: DILEMAS, EXPECTATIVAS E DESAFIOS PARA VIVER NO CAMPO

Perdas, desilusões, traumas, expectativas e sonhos são expressões/sentimentos de um enredo que qualifica o deslocamento de centenas de homens e mulheres sem qualquer tipo de apoio jurídico ou institucional que lhes garantisse apoio para recomeçar a vida em outro lugar. Assim, buscamos compreender suas (des)esperanças sem abandonar suas experiências e planos que os colocam como sujeitos e agentes da história.

Neste sentido, este capítulo analisa modos de vida e de luta dos sujeitos após a perda da terra, tendo como pressuposto as palavras de Williams quando diz que “devemos enfatizar o sofrimento dos trabalhadores e de suas famílias, mas estaremos sendo extraordinariamente injustos com eles se aceitarmos a visão ortodoxa de que eles eram pessoas derrotadas e ignorantes.”<sup>458</sup>

Reconstruir, redirecionar, reorganizar, readaptar e recomeçar são expressões comumente usadas em produções historiográficas que versam sobre populações desapropriadas na intenção de sugerir uma ruptura entre a “velha” e a nova vida. Contudo, os entrevistados indicam que, na busca por sobrevivência, foram se apropriando de novos valores e tradições, alterando referências culturais e noções de pertencimento ao mesmo tempo em que antigos sentimentos e visões de mundo se faziam presentes em uma sociedade cada vez mais dominada pela ideologia do melhoramento e mercantilização dos recursos naturais.

Na parte final, evidenciamos como a luta pela terra e por direitos ressurgiu com força na região após a redemocratização do país. A criação da Associação dos Desapropriados do Projeto Gorutuba(ADPG), em Janaúba, e do MAB, em Nova Porteirinha, indicam fissuras no processo de constituição da hegemonia ao questionarem o modelo de desenvolvimento em curso ao mesmo tempo em que evidencia a construção de outros espaços e memórias.

---

<sup>458</sup> WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das letras, 2011, p. 316.

## **6.1- De produtores rurais à sem terras: a luta pela sobrevivência após as desapropriações**

Para os órgãos governamentais responsáveis pelas expropriações, a “questão social” tinha sido resolvida no momento em que os sujeitos foram expulsos de suas propriedades, não existindo nenhum projeto de reassentamento no campo ou na cidade. Tais entidades se eximiram em solucionar quaisquer tipos de problemas ou situações dos desapropriados com a justificativa que tinham como função legal apenas pagar as indenizações.

Presenciar a destruição de bens que muitas vezes foram conquistados com enormes dificuldades, como engenhos, casas, cercas e currais, instaurou um clima de medo e insegurança quanto ao futuro. Se durante o processo de desapropriação existiram formas espontâneas e individuais de resistência, a perda da terra impôs que a luta se fizesse tão somente pela necessidade primeira do ser humano: a sobrevivência.

Obrigados a abandonar o patrimônio material, social e cultural construído ao longo do tempo, os trabalhadores enfrentaram várias dificuldades para se integrarem a novos espaços e atividades produtivas. As narrativas indicam que famílias inteiras perambulavam pela região gorutubana sem dinheiro, bens ou perspectiva de retorno ao campo. Eram crianças, idosos, homens e mulheres que se submeteram a formas diversas de vida e trabalho, algumas delas cruéis e degradantes.

Como os recursos financeiros muitas vezes eram insuficientes, algumas famílias foram morar “de favor” nas residências de parentes e amigos, outras procuraram emprego nas fazendas da região e algumas migraram para os grandes centros urbanos, principalmente São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

O deslocamento compulsório e aprofundamento da pobreza e das privações foram experiências compartilhadas por todos os produtores rurais desapropriados, ainda que as lutas e alternativas encontradas se apresentassem específicas e particulares a cada família. Joana salienta que era adolescente na época das desapropriações, sendo que, para ajudar a família, abandonou os estudos para trabalhar na terra de fazendeiros. Segundo ela

meu pai vendeu tudo baratinho pra comprar uma casinha de cinco cruzeiro lá no Dente Grande (bairro de Janaúba) e nós era onze filho, com pai e mãe treze. Era treze pessoa pra morar em uma casinha apertada. E aí nós foi trabalhar, eu trabalhei em casa de família lá no Dente Grande, trabalhava lá pro Joaquim Maurício (fazendeiro e ex-prefeito de Janaúba), entrava naqueles carrão de boi pra levar a gente pras fazendas

pra catar algodão, ficava o dia inteirinho nessa fazenda pra panhar algodão e só vinha a noite e nem estudar nós não tinha mais condição porque tinha que trabalhar pra sobreviver. Mãe ficava com meus irmão pequeno dentro de casa, mas a maioria já era de maior. Foi desse jeito. Auricharme: seus irmãos mais velhos foram embora de Janaúba? Joana: os rapaz mais velho foi caçar serviço pro lado de Belo Horizonte e São Paulo pra ganhar mais um pouquinho de dinheiro pra ajudar a família.<sup>459</sup>

O aprofundamento das desigualdades e das privações materiais dos trabalhadores revela o contínuo e dialético paradoxo que contrasta pobreza e riqueza em um mesmo espaço, fato decorrente da criação de projetos que promovem crescimento econômico sem desenvolvimento social. Os números de produção e produtividade agrícola do PIG, aclamados pela classe dominante regional para indicar pontos positivos do investimento, negligencia os desequilíbrios sociais e culturais gerados pela modernização agrícola na região e que são denunciados pelos desapropriados.

O direito à educação, à propriedade, à moradia, ao trabalho, à convivência familiar e sociabilidades historicamente constituídas foram negados a Joana e tantos outros sujeitos. A necessidade de sobrevivência mobilizou todos os membros da família no empenho de novas e antigas formas de trabalho, sendo comum a ida dos filhos mais velhos para as grandes cidades, de forma permanente ou temporária. A ruptura dos vínculos familiares representou um duro golpe para os pais acostumados a terem seus filhos em suas casas ou em terras próximas. Apesar dos irmãos de Joana terem conseguido emprego e enviarem parte da renda mensal para custeio das despesas, havia um sentimento de que a unidade familiar tinha sido rompida com a perda da terra.

Enquanto a imprensa retratava a construção da barragem do Bico da Pedra como um manancial ou um “sonho que estava sendo realizado”, muitos pais desapropriados viviam a incerteza se poderiam garantir o alimento e moradia para os filhos. Com treze pessoas dentro de uma pequena casa, Joana salienta a grande dificuldade em reconstruir a vida em meio a traumas e perdas que permaneciam invisíveis perante os agentes governamentais e empresariais. Para sobreviver, sua família teve que se submeter a contínuas e radicais transformações uma vez que o desenvolvimento do capitalismo não apenas priva as classes subalternas dos meios de produção, mas também promove a expropriação ou inviabiliza suas antigas formas de viver e trabalhar.

Os projetos desenvolvimentistas estatais ao mesmo tempo que limitava parcialmente o poder e autoridade dos antigos fazendeiros, abriu caminhos para que eles

---

<sup>459</sup> Joana Francisca da Silva. Entrevista realizada no dia 13/04/2016.

alterassem antigas formas de trabalho e produção, garantindo-lhes maiores lucros e perpetuação de hierarquias sociais. Homens como Joaquim Maurício de Azevedo Bahia<sup>460</sup> se beneficiavam da política agrícola do governo militar em duas frentes: com os subsídios para a cotonicultura e com o acesso à lotes irrigados para novos experimentos que pudessem diversificar a produção agrícola regional de acordo com as demandas do mercado.

Concomitantemente às desapropriações, entidades governamentais criaram leis que alteravam não apenas a relação dos sujeitos com a natureza, como relatado nos capítulos anteriores, mas também normas jurídicas que afetavam relações trabalhistas costumeiras no Brasil rural. Com a extensão da legislação trabalhista ao homem do campo, em fins da década de 1970, houve uma gradativa substituição dos costumes pela lei em uma dinâmica na qual a prática do favor foi cedendo lugar à indiferença do fazendeiro para com os trabalhadores rurais, principalmente os agregados, que passaram a ser vistos como potencial ameaça à posse de sua propriedade.<sup>461</sup> Esta mudança contrariou a expectativa de alguns desapropriados que, diante das adversidades materiais, estavam dispostos a trabalhar nas terras dos fazendeiros em troca de moradia e alimentação.

As leis trabalhistas, entretanto, não foram bem recebidas por parte de alguns fazendeiros que viram nelas um instrumento que poderia abalar as tradicionais relações de dominação existentes no campo. O ruralista Edílson Brandão, falando em nome dos latifundiários norte-mineiros, entendia que o governo nacional estava conferindo muitos direitos aos trabalhadores em detrimento da classe patronal, ressaltando que era mais seguro não ter empregados visto que a qualquer momento estes poderiam entrar com ações

---

<sup>460</sup> Joaquim Maurício de Azevedo Bahia nasceu em 1946, no município de Pedro Leopoldo, e faleceu em no dia 20 de abril de 1988. Foi prefeito de Janaúba (1982-1988), produtor rural, sócio fundador da primeira emissora radiofônica de Janaúba (a rádio Gorutubana) e membro do Sindicato dos Produtores Rurais de Janaúba. Cf. JUNIOR, Oliveira. **30 anos atrás morria o prefeito de Janaúba, Joaquim Maurício, que estava encerrando o mandato.** Disponível em: <<http://oliveirajunior2.blogspot.com/2018/04/30-anos-atras-morria-o-prefeito-de.html>>> Acesso em: janeiro 2018.

<sup>461</sup> Em seu estudo sobre os conflitos de terras e trabalho envolvendo camponeses (sitiantes, agregados e posseiros) e fazendeiros no Vale do Jequitinhonha (região circunvizinha ao Norte de Minas) na década de 1970, Margarida Maria Moura relata que a partir deste período o “benfeitor” suprime, abrupta e violentamente, o favor concedido ao agregado devido ao temor destes últimos abrirem ações judiciais contra os primeiros. A presença do empregado na fazenda somente se justificaria na hora do trabalho e estava exaurindo-se a antiga relação social e cultural criada pelo favor. Segundo a autora “expulsar o agregado é banir da terra um modo de vida. Suprime-se a terra onde o agregado mora com a sua família, o quintal que o circunda, a roça onde planta lavouras, mediatizando, por nova lógica da renda da terra, aquilo que a cessão de rendas (...) não permite mais manter. Para que isso aconteça, é preciso suprimir também um modo de pensar: as lealdades antigas, calcadas no compromisso assumido, são subjugadas por valores dominantes: o favor exilado da convivência na fazenda, a impessoalidade trazida para essa mesma convivência, de modo a evitar que temas ‘proibidos’ sejam cogitados pelos subalternos.” Cf. MOURA, Margarida Maria. **Os deserdados da terra:** a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p. 98.

judiciais que poderiam vir a causar prejuízos, falência ou até mesmo a perda da propriedade dos fazendeiros.<sup>462</sup>

As relações sociais e de trabalho entre fazendeiros e comunidades camponesas baseadas em trocas e favores (que eram formas de dominação social) estavam sendo substituídas por relações de indiferença e impessoalidade, sendo cortados os elos de reciprocidades. Encerrado o favor, o assalariamento rural não aconteceu de forma automática e imediata, sendo que muitos fazendeiros procuraram burlar ou protelar a execução dos direitos trabalhistas (presentes no Estatuto da Terra, Estatuto do Trabalhador Rural e outras leis posteriores), ficando os sujeitos sem uma carteira de trabalho assinada e sem um chão para plantar e colher.

Distantes deste debate, os expropriados foram vistos com desconfiança por parte dos fazendeiros e esquecidos por parte dos aparelhos estatais. A partir desta realidade, Juvência destaca como experimentou e significou as novas relações de trabalho e produção após a perda da terra

Eles (a Codevasf) tirou nós de uma terra boa, que tinha plantação, tinha um quintal grande, tinha um pomar no fundo. Aí depois eu fui pra beira do rio Verde, em Verdelândia, trabalhar em terra arrendada dos fazendeiros de lá, trabalhando mau-mau pra comer, não dava nem pra comer direito porque meus filho foi quase tudo pra São Paulo, porque eu tenho muito filho homem, não tinha lugar pra eles trabalhar então eles foi pra São Paulo e de lá eles me ajudavam, mandavam dinheiro pra eu comprar ao menos a feira e poder plantar a rocinha e carpi. Eu sofri, sofri muito. Depois eu fui pra Goiás, mas não deu certo de eu trabalhar de empregada, porque eu nunca tinha trabalhado de empregada, aí voltei e fui pra beira do rio Verde de novo.

Auricharme: como era o trabalho da senhora nas terras dos fazendeiros?  
Juvência: eu fui morar com meu esposo na casinha de meu pai na beira do rio Verde e trabalhar nas terras dos outros, eu paguei renda por muito tempo, foi mais de doze anos trabalhando em terra arrendada. Eu trabalhava pra lá de Verdelândia, num lugar que chama Amargoso, que era na beira do rio Verde. O que eu ganhava era pouquinho e ainda tinha que dividir com o dono da terra, e outra: eu e meu marido plantava capim, cultivava a terra, rancava os toco e quando acabava o fazendeiro jogava capim e empurrava a gente mais pra frente, onde não tinha sido limpa ainda. Hoje eu não aguento limpar uma casa, varrer um terreiro, lavar uma roupa porque eu cabei minhas força tudo rancando toco com enxadão, trabalhando e dando lucro pros outros.<sup>463</sup>

Os entrevistados organizam e significam suas trajetórias de modo a evidenciar como alguns elementos conferem sentido e valor às suas vidas, como a posse da terra, a

---

<sup>462</sup> O problema trabalhista: ameaça ou direito? **Revista Montes Claros em Foco**. Montes Claros, ago. 1979, p. 45.

<sup>463</sup> Juvência Fernandes de Souza. Entrevista realizada no dia 04/05/2016.

presença dos filhos, maior autonomia e liberdade. As marcas de um tempo considerado como sinônimo de penúria e sofrimento não estão apenas em suas memórias, mas também estão reveladas em seus corpos. As mãos calejadas, rostos enrugados, peles manchadas pela exposição constante ao sol, cicatrizes por algum “acidente de trabalho”, dificuldades de locomoção e outras limitações físicas demonstram algumas consequências do tempo em que as atividades eram árduas e penosas.

Juvência destaca que trabalhou em diversas fazendas em Goiás, permanecendo pouco mais de um ano devido aos baixos pagamentos que recebia e por não adaptar-se ao trabalho como “empregada”. As alternativas mostravam-se bastante limitadas de tal modo que deveria escolher entre o assalariamento rural em outro estado, cumprindo horários, regras e determinações de um patrão, e o arrendamento de terras no Norte de Minas.

O trabalho dos arrendatários tornava a terra produtiva, elevava seu valor monetário e gerava riqueza sem nenhuma despesa ou esforço por parte dos fazendeiros. De acordo com a entrevistada, a propriedade paterna era pequena e insuficiente para oferecer serviço para toda a família, o que a obrigava aceitar as condições impostas pelos latifundiários que, ao final do arrendamento, tinham terras limpas para o cultivo de pastagens sem dever favores ou obrigações trabalhistas para o locatário.

O deslocamento dos entrevistados não foi apenas um deslocamento espacial, mas aconteceu também uma mudança na percepção e organização do tempo que influenciou na organização de suas memórias. O antes e o depois está presente em suas visões de mundo e são descritos de modo que a narrativa não obedece a uma sequência linear ou cronológica, estando condicionada a um movimento de ir e vir, tal como uma lançadeira<sup>464</sup>, onde eles estão mais interessados em destacar quais aspectos conferem sentidos as suas vidas.

Quando Juvência inicia sua fala dizendo que “eles tirou nós de uma terra boa”, existe uma visão bucólica do campo e uma idealização do passado. Esta nostalgia revela que a entrevistada não se identifica com o presente vivido e se apropria e usa momentos passados para requerer direitos negados ao longo do tempo.

As experiências de Juvência e de tantos outros sujeitos eram constituídas a partir das plantações, da colheita de frutos nos pomares, nas rodas de conversa nos quintais, na criação de pequenos animais e de algumas “cabeças” de gado, nas pescas, lavagem de roupa e momentos de lazer no rio Gorutuba, etc. A lógica expropriatória, ao romper com a articulação entre sujeitos, natureza e trabalho, criava os meios para o desenvolvimento do

---

<sup>464</sup> PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. São Paulo: Olho d’água, 2005, p. 302.

capitalismo no campo, o que significou a gradativa transformação dos recursos naturais em mercadorias e crescente impossibilidade de reprodução das práticas costumeiras.

Devido à proximidade com a cidade de Janaúba, muitos desapropriados passaram a disputar um lugar no perímetro urbano, movimento que veio a alterar seus contornos e definições. De acordo com Jovença

Nós pegou o pouquinho de dinheiro da indenização e de um gado que nós tinha vendido e deu pra comprar um lote na Vila Isaías e construir uma casa, e o dinheiro não deu pra mais nada. Nós morou lá até nós receber essa área aqui (Colonização III). Lá na Vila Isaías foi uma vida dura porque meu marido tinha que ficar saindo pra trabalhar, trabalhava pros outros, plantava de ameia, trabalhou uns três anos nas firmas no projeto Gorutuba, era nas roça também.

Auricharme: seu esposo plantava em parceria com outro produtor?

Jovença: plantava com outros produtor e era empregado também. Nós morava na Vila Isaías e tocava roça lá no Bico da Pedra (distância de 6 km), a gente lá plantava milho e arroz. A tarde eu ia levar o almoço e ficava na roça e as menina vinha estudar. Teve um ano que nós bateu o arroz na roça mesmo porque era difícil demais trazer esse arroz na cabeça, não tinha condução. Como meu marido empregou, ficou eu e as menina pra tocar essa roça, colher a roça. Nós cortava o arroz lá perto do Bico da Pedra e carregava na cabeça até a Vila Isaías, trazia pra casa e ia cortando; teve um ano que nós cortou doze alqueire de arroz e era tudo carregado na cabeça. A gente sofreu moço.<sup>465</sup>

Muitos desapropriados se estabeleceram em bairros pouco valorizados de Janaúba ou foram construindo “vilas” (como citado por Jovença) que, inicialmente, não receberam nenhum tipo de assistência ou prestação de serviços por parte do poder público. A formação destes bairros e vilas conferia uma nova cartografia social e espacial a cidade com a movimentação e lutas dos sujeitos por direitos, como o trabalho e educação para os filhos. Neste sentido, a cidade não é apenas um conceito urbanístico, político ou demográfico, sendo sua paisagem definida a partir de múltiplas contradições, diferenças e das reações sociais nela desenvolvidas.<sup>466</sup>

Na vivência no campo e na cidade, valores e culturas formados no passado foram transformados sendo que, em alguns casos, tornaram-se arcaicos e foram postos de lado. A perda de lugares (a exemplo da roça e do rio), de algumas instituições (como a igreja), sociabilidades e unidade familiar representou a ruptura de certos comportamentos, hábitos

---

<sup>465</sup> Jovença Mendes Borges. Entrevista realizada no dia 05\05\2016.

<sup>466</sup> FENELON, Déa Ribeiro. Introdução. \_\_\_\_\_ (Org.). *Cidades*. São Paulo: Olho D'água, 1999, p. 06-07.

e concepções de mundo ao mesmo tempo que algumas experiências de trabalho e vida mantiveram-se como residuais<sup>467</sup>, a exemplo do afeto pela terra.

Com a desorganização social e produtiva gerada pelas expropriações, os sujeitos ficaram impedidos de constituir estratégias para lidar com imprevisibilidades e inseguranças da vida diária. Os diversos lugares e formas de trabalho vivenciados pelo esposo de Jovença indica como projetos familiares passaram a se submeter a necessidades imediatas e instantâneas por alimento e moradia.

Os entrevistados narram que trabalharam em fazendas, comércios, construção civil e industriais, localizadas em diversas regiões do país. Como as oportunidades de emprego na cidade eram limitadas, muitas pessoas empregaram-se nas obras de irrigação em andamento já que aparecia como única forma de garantir uma renda ao final do mês. Isto expressa a intencionalidade do processo de constituição de hegemonia que, ao separar o trabalhador dos meios de produção, cria novas formas de sobrevivência dentro de um contexto de limites e pressões impostas pelo capital.

Muitos desapropriados tornaram-se funcionários da Andrade Gutierrez, empresa vencedora da licitação pública para a construção da barragem do Bico da Pedra e do PIG. Odilon interpretou esta experiência da seguinte maneira

Eu fui desapropriado lá no Taquaril e comprei uma casinha em Nova Porteirinha. A casinha eu comprei porque eu tinha um gadinho e vendi, casinha ruim moço, mas foi o jeito porque o dinheiro da desapropriação não deu pra nada.

Auricharme: e o senhor trabalhou onde após a desapropriação?

Odilon: eu trabalhei nessa Andrade Gutierrez fazendo a barragem um mucado de tempo e depois que terminou aqui eles me transferiu pra Belo Horizonte e eu trabalhei lá três anos e meio no rio Arruda. Trabalhei de soldador, outra hora eu ia pra portaria da firma e com o tempo eu fui sorteado pra receber um lote nessa colonização e vim embora e não trabalhei de empregado mais.

Auricharme: teve muita gente trabalhando na construção da barragem?

Odilon: vixi nossa, veio mais de mil pessoa trabalhar lá moço, o povo de Nova Porteirinha quase todo mundo trabalhava lá. Trabalhou na barragem e fazendo os canal de irrigação mais quem foi desapropriado, pedia uma vaga de serviço e eles dava mais do que quem não foi desapropriado, desapropriado tinha mais direito pra fichar.<sup>468</sup>

---

<sup>467</sup> De acordo com Williams, “o residual, por definição, foi efetivamente formado no passado, mas ainda está efetivo no processo cultural, não só como elemento do passado, mas como um elemento ativo no presente. Assim, certas experiências, significados e valores que não se podem expressar, ou verificar substancialmente, em termos da cultura dominante, ainda são vividos e praticados à base do resíduo-cultural bem como social-de uma constituição ou formação social e cultural anterior.” WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1979, p.125.

<sup>468</sup> Odilon José da Silveira. Entrevista realizada no dia 23/02/2016.

Como forma de construir a sobrevivência diária, novos saberes e fazeres foram incorporados pelos sujeitos e colocados em prática, seja no campo ou na cidade. As funções de soldador, porteiro e serviços gerais desempenhadas por Odilon foram aprendidas no cotidiano. Durante a construção da barragem, os desapropriados exerceram apenas funções braçais, sendo que as atividades de melhor remuneração, como as de engenheiro e de operadores de máquinas, eram realizadas por pessoas contratadas de outras regiões.

A contratação de trabalhadores expropriados pela Andrade Gutierrez abre um leque para múltiplas compreensões de acordo com os interesses que estavam em jogo. Como a promessa de reassentamento não havia sido cumprida, a Codevasf procurou inverter o foco da modernização agrícola regional destacando a geração de emprego e renda, negligenciando as desapropriações e miséria como era denunciado pelos movimentos sociais e sindicais. Ademais, priorizar a contratação destes sujeitos era uma forma da autarquia se prevenir contra possíveis motins, protestos e revoltas por parte daqueles que ficaram sem os meios de produção do sustento familiar.

A memória dominante procurou associar a construção da barragem a uma imagem de desenvolvimento e progresso, sendo outros possíveis significados negligenciados. Seja na imprensa ou nos relatórios da Codevasf não aparece nada a respeito da origem, idade, sexo, perfil, salário, condições de trabalho, alimentação e moradia ou quaisquer outras informações que pudessem caracterizar os construtores da barragem. É citado apenas que foram contratados mil homens para a execução do serviço. Como já destacado, estiveram presentes na festa de inauguração apenas autoridades políticas, representantes do sindicato rural, imprensa, “clubes sociais” e agentes governamentais para comemorar o que era considerado como um divisor de águas da economia regional, não convidando ou mencionando a contribuição dos trabalhadores para a conclusão das obras.

Odilon destaca que ser funcionário assalariado de um empresa causava estranhamento e não identificação por não estar acostumado a obedecer regras, horários e ordens de terceiros. A rotina no canteiro de obras, a fiscalização e vigilância constante, a ameaça de demissão, o cansaço físico e o ritmo acelerado para o cumprimento do calendário de obras (15 meses, no caso da represa) constituíam pressões e meios para extrair dos sujeitos o máximo de sua força de trabalho. As noções de tempo, hierarquia e disciplina dos sujeitos, marcadas pela experiência enquanto produtores rurais, mostraram-se opostas a sistemática de produção e produtividade da empreiteira que estava relacionada

a metas e prazos pré-determinados onde seus lucros estavam multiplicando dado o momento favorável ao mercado de obras públicas no Brasil durante a ditadura militar.<sup>469</sup>

Após o término das obras de irrigação, alguns funcionários foram contratados pela Andrade Gutierrez para o trabalho em outras regiões do país. Entre os entrevistados, Odilon foi trabalhar na canalização do ribeirão Arrudas e Alfredo na construção do Aeroporto Internacional de Confins, ambas na capital mineira e sob responsabilidade da Andrade Gutierrez (a última dividida com a construtora Mendes Júnior). Ambos retornaram para o Vale do Gorutuba em meados da década de 1980 quando foram selecionados para receberem lotes irrigados nas colonizações.

Nenhum entrevistado relatou ter sido trabalhador assalariado ou diarista em terras da margem esquerda que outrora lhes pertenciam, embora dissessem que tinham conhecimento da existência desta situação. Em seu depoimento a chamada CPI da Codevasf, João Ferreira de Carvalho destacou que

Depois da desapropriação, ao invés de assentar aqueles que perderam suas terras, 90% das terras foram entregues para grandes proprietários, fazendeiros e empresários que passaram a cultivar essas terras, usando mão de obra barata, quase escrava, daqueles que foram desapropriados. Alguns companheiros estavam trabalhando na mesma terra que possuíam, só que ela estava em nome de outro empresário, fazendeiro. Um deles, como a sua marmitta tinha um pouquinho de feijão e arroz, pediu ao encarregado de serviço três tomates dos que eles estavam colhendo e que não serviam para o comércio, para colocar em sua marmitta. O empregado não deu. Ele tentou pegar os tomates e o encarregado lhe disse: se você pegar os tomates, pode ir para o escritório acertar as contas.<sup>470</sup>

No início da década de 1980 eram constantes as notícias sobre o crescimento produtivo e a geração de empregos devido à agricultura irrigada<sup>471</sup>, o que acabava por criar uma imagem de progresso e desenvolvimento que negligenciava os custos sociais daquele processo e as novas relações de desigualdade e exploração que estavam sendo

---

<sup>469</sup> De acordo com Pedro Campos, houve um fortalecimento recíproco e uma retroalimentação na parceria entre empresários brasileiros da construção pesada e o regime ditatorial. A Andrade Gutierrez foi uma das empresas que mais se beneficiaram e cresceram durante o governo militar mantendo-se, entre 1974 a 1984, sempre entre as três maiores empreiteiras do país. Ver: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A Ditadura das empreiteiras**: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985. Tese (Doutorado em História). 539 Fls. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2012.

<sup>470</sup> MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais-ALMG. Comissão Parlamentar de Inquérito da Codevasf. **Transcrição literal das notas taquigráficas da oitava de João Ferreira de Carvalho**. 1995. Disponível em: <<http://mediaserver.almg.gov.br/upload/www/?a=d&i=8780000921>>. Acesso em: 13 janeiro 2017.

<sup>471</sup> Safra recorde na área irrigada do Gorutuba. **O Gorutuba**. Janaúba, 13 mar. 1983, p. 03.

\_\_\_\_\_. Produção agrícola do Vale do Gorutuba supera 20.000 ton. **O Gorutuba**. Janaúba, 23 out. 1983, p.07.

estabelecidas. Separados dos meios de produção, homens e mulheres voltaram para sua antiga propriedade na condição de empregados subordinados a regras externas. Neste caso, a exclusão não era apenas material-territorial, mas compreendia também a honra, a dignidade e o orgulho que eram sentimentos atrelados a posse da terra.

No desenvolvimento do capitalismo no campo, a terra continua sendo o elemento essencial de trabalho e produção, o que ocorre é a transformação do seu valor, uso se finalidades com a substituição de um atendimento voltado para as necessidades humanas para um atendimento que prioriza o lucro e a acumulação. Nesta nova dinâmica, a fruta, a verdura, o legume ou qualquer outro cultivo agrícola passam a ser mercadorias antes de serem alimentos. As propagandas de que os alimentos servem para abastecer a população ou combater a fome são quimeras criadas por intelectuais a serviço da classe dominante que esbarram no fato de que, como mercadorias voltadas para o lucro, seus produtores não hesitam em vendê-las para um mercado europeu ou asiático em detrimento do nacional ou influenciar agentes governamentais a destruírem toneladas de mantimentos em perfeitas condições de consumo para garantir um equilíbrio entre a oferta e o consumo até que os preços se adequem as suas expectativas.

O episódio narrado por João Ferreira retrata bem as implicações ideológicas e simbólicas quando a terra de trabalho é transformada em terra de negócio. Com a entrada de médios e grandes empresários rurais, propriedades em que antes eram cultivados alimentos tradicionais voltados para o consumo familiar passam a ser usadas para plantações que tinham maior valor comercial, a exemplo do tomate. Por serem mercadorias, os trabalhadores apenas teriam acesso aos alimentos produzidos por eles próprios caso tivessem dinheiro para pagá-los.

Em outra narrativa prestada junto à referida CPI, Manoel Mendes Pereira salientou que “se eu quero comprar uma banana, será nas mãos daqueles que, hoje, são donos da minha terra. Se quero comprar um quilo de tomate, tenho que comprar daqueles que é dono da minha terra, pelo preço que eles bem querem. Isso é o que chamamos de injustiça.”<sup>472</sup> Estando o empresário rural integrado ao capitalismo comercial, os alimentos passam a ter como destino os grandes centros de distribuição, como os Ceasas, integrados aos mercados

---

<sup>472</sup> MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais-ALMG. Comissão Parlamentar de Inquérito da Codevasf. **Transcrição literal das notas taquigráficas da oitiva de Manoel Mendes Pereira**. 1995. Disponível em: <<http://mediaserver.almg.gov.br/upload/www/?a=d&i=8780000921>>. Acesso em 10 janeiro 2017.

nacionais e internacionais. Assim, os trabalhadores não usufruem os frutos de seu trabalho, já que os alimentos são propriedade daqueles que compraram sua mão de obra.

Dentro do processo de sujeição da renda da terra ao capital, o essencial é o retorno financeiro a curto prazo, o que fez com que alimentos até então produzidos pelas comunidades rurais do Vale do Gorutuba passassem a ser importados de outras regiões ou estados e fossem vendidos no quilo em supermercados que apareceram como intermediadores entre produtores e consumidores. Manoel evidencia a decepção em não participar dos benefícios propalados pela agricultura irrigada que, mesmo produzindo toneladas de alimentos, excluiu e marginalizou milhares de pessoas.

Mesmo após as desapropriações, Manoel nutria uma imagem de propriedade sobre a terra que já lhe pertenceu, indicando um inconformismo com a realidade e uma aspiração de retorno ao campo. Ao dizer “minha terra”, ele demonstra como determinados sentimentos não foram apagados com o tempo e permanecem como “sonhos ucrônicos” na vida das classes subalternas.<sup>473</sup>

Mesmo em outros estados, os sujeitos mantinham o desejo de voltar para o Vale do Gorutuba e ter uma terra própria. De acordo com Alfredo

Quando nós saiu da nossa terra a água já tava ficando fundo, o rio já tava ficando fundo, aí o pessoal foi mudando pra Janaúba, outros foi embora. Aí eu pensei em comprar um terreninho, mas meus menino ficava querendo estudar, aí eu falei: sabe, eu vou é pra Janaúba, ao menos meus menino estuda, aí eu fui pra Janaúba e fiz uma casa. Aí eu já comecei a trabalhar no serviço da Codevasf, no serviço da construção dos canal que passa a água, trabalhei lá um ano e meio, e aí eles me transferiram pra Belo Horizonte pra trabalhar na construção do aeroporto de Confins. Os menino ficou tudo aqui, ficou estudando né, todo mundo foi estudar, e eu fui pra lá sozinho. Aí de seis em seis meses eu vinha em casa e tornava voltar pra trás, a vida era travada, mas eu era obrigado né. Fiquei quatro anos e meio no Confins, dei um duro danado. Lá eu trabalhava de pedreiro na construção do aeroporto.

Auricharme: como é que saiu essa terra aqui na colonização II?

---

<sup>473</sup> Thompson destacou como os sentidos e significados de viver no campo permaneceram na memória dos trabalhadores ingleses mesmo após os cercamentos, algo semelhante ao que ocorreu no Vale do Gorutuba. Segundo o historiador britânico: “embora nunca tivesse ocorrido uma agitação nacional coerente, ao contrário da França e da Irlanda, os protestos no meio rural sempre giraram em torno do direito à *terra*(...). Essa aspiração conservou-se mesmo quando o trabalhador rural e seus filhos se mudaram para a cidade. Quando os dízimos, as leis de caça e as debulhadoras já tinham sido esquecidos, os direitos perdidos persistiam na sua memória(...). A reivindicação de terra passou a vir acompanhada pela ânsia dos trabalhadores externos por “independência”, a partir da época de Spence, ultrapassando o período do plano agrário dos cartistas. É possível que seus vestígios perdurem até hoje, nessa ânsia por pequenos lotes e hortas. A terra carrega sempre outras conotações- de status, segurança e direitos - mais profundas do que o simples valor da colheita.” THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Vol. II. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987, p. 63-64.

Alfredo: nós fez o cadastro lá na Codevasf, aí saiu pra nós o lote, aí eles ligou pra mim, ligou não porque naquele tempo não ligava, aquele tempo era ainda carta, aí que minhas menina me escreveu: pai, vem embora que saiu a terra pra nós. Aí eu pedi conta e vim pra cá.<sup>474</sup>

A trajetória de Alfredo, atualmente morador da Colonização II, é marcada pela construção e reconstrução de territórios em um processo em que foi aprendendo novas profissões, fazendo e desfazendo laços sociais e registrando suas marcas nos lugares onde viveu. A constituição de novas relações sociais e de trabalho se fazia necessário para sua sobrevivência e defesa de alguns ideais, entre eles garantir educação para seus filhos. A compra de uma casa na cidade e a ida para Belo Horizonte, onde “deu um duro danado”, foram escolhas realizadas em nome de sonhos, valores e perspectivas. No final da entrevista, Alfredo salientou a alegria por, através do seu esforço diário, ter “conseguido formar” os filhos, destacando que todos atualmente possuem um emprego e uma casa própria.

Experimentando diferentes temporalidades e espacialidades, o entrevistado considerou que sua vida estava “travada” pelo drama da intinerância que impunha não apenas a distância da família, mas também por manter um sentimento de pertencimento ao campo. Apesar de viver na cidade, a terra continuava sendo sua grande referência e para onde seus sonhos e desejos estavam direcionados.

Imediatamente após receber a carta da filha avisando que foi selecionado para adquirir um lote irrigado, Alfredo pede demissão do seu emprego em Belo Horizonte e retorna para o Vale do Gortuba. As informações sobre localização, tamanho e condições de produção na nova terra ainda eram vagas para ele e outros sujeitos, entretanto ser proprietário era representado como sinônimo de autonomia e liberdade diante da condição de empregados em que muitos se encontravam.

Na década de 1980, movimentações dos trabalhadores, individuais e coletivas, e suas entidades representativas passaram a reivindicar o assentamento de desapropriados que, como visto, estavam vivenciando situações de pobreza e privações. Como resultado da luta, algumas famílias receberam terras irrigadas sendo que os custos da conquista demandou um processo dialético de resistência e aceitação.

---

<sup>474</sup> Alfredo Mendes de Souza. Entrevista realizada no dia 20/03/2016.

## 6.2- De sem terras a colonos: usos do espaço e mercantilização da natureza

Em 1976, o DNOCS distribuiu terras, entre 50 e 500 hectares, a 15 empresários rurais, em contratos de comodato, para verificar as potencialidades da agricultura irrigada na região. Naquela área, chamada de Colonização I, concentraram-se as melhores terras e foi oferecida aos comodatários uma infraestrutura física e produtiva composta por máquinas, armazéns, residências e lojas para comércio afim de que eles atingissem os resultados esperados.

Diante dos bons números de produção e produtividade, em 1980, já sob a responsabilidade da Codevasf, foram selecionados mais produtores, chegando a 88 no final daquele ano.<sup>475</sup> Em sua maioria, os escolhidos eram funcionários públicos que abandonaram o emprego para se dedicarem à agricultura irrigada e empresários rurais do Norte de Minas e de outras regiões.

Diante da expropriação de terras camponesas por parte de empresários e a marginalidade social vivida pelos desapropriados, o STRs de Janaúba passou a reivindicar não apenas a permanência dos produtores rurais na margem esquerda do rio Gorutuba, mas também a garantia de direitos às famílias atingidas pelas obras de irrigação. O sindicato empreendeu diversas mobilizações para que os desapropriados se filiassem ao movimento, colocando-se, desta forma, na disputa por memórias e posições junto à opinião pública.

No processo de correlação de forças, o STRs, com o apoio da Contag, Fetaemg e CPT, apareciam como aparelhos de contra hegemonia que pressionava a Codevasf para a resolução dos problemas de terra, trabalho e moradia dos desapropriados, embora a maioria destes não integrassem movimentos sociais ou sindicais devido principalmente ao deslocamento compulsório e a falta de informações.

O sindicato procurava se articular em busca de apoio político e comunitário para redesenhar as estruturas e mapas sociais criados pelos órgãos governamentais. Após uma reunião ocorrida em 1984, em uma praça de Janaúba, com a participação de representantes de diversos sindicatos do Norte de Minas, Fetaemg e Contag, o sindicato local enviou cópias da ata ao prefeito daquela cidade e à Assembleia Legislativa de Minas Gerais para que os deputados estaduais tomassem conhecimento das lutas travadas na região. Naquele documento constavam as seguintes reivindicações: 1- Que a Codevasf reassente nas terras da margem direita, em lotes de 10 hectares, as famílias prejudicadas pela desapropriação,

---

<sup>475</sup> Programa de Colonização deverá estar concluído até agosto. **O Gorutuba**. Janaúba, 08 jun. 1980, p.08.

devendo esse reassentamento atingir 70% da área do projeto. 2- Pagamento imediato do valor referente a desapropriação, acrescido de perdas e danos e lucros cessantes, aos trabalhadores que ainda não receberam. 3- Qualquer discussão em torno do projeto e sobretudo as propostas do presente documento deverão ser examinadas pelo Sindicato, Fetaemg e pela comissão composta por 25 trabalhadores, mais um vereador de cada partido político a ser indicado pela Câmara Municipal de Janaúba. 4- A assembleia decide ainda solicitar a Assembleia Legislativa de Minas Gerais a abertura de uma CPI para avaliar a implantação do projeto.<sup>476</sup>

Mesmo que a imprensa local procurasse atribuir a distribuição de terras como resultado da benevolência de agentes e agências governamentais, a exemplo de uma manchete que dizia “Codevasf pode dar terras para expropriados”<sup>477</sup>, quando se cogitou a liberação de 50 hectares de terras para assentamento das famílias desapropriadas, entendemos que a abertura de diálogo quanto à possibilidade de assentamentos para expropriados foi uma conquista e não um favor ou concessão, fruto de muitos anos de lutas e pressões por parte dos movimentos sociais e sindicais.

Esta dialética envolvendo instituições diversas evidencia como a política agrícola e agrária estava aberta a contestações e mudanças. O Estado aparece, pois, como terreno de luta de classes onde os processos sociais não são unívocos, para além de um mero instrumento a serviço da classe dominante. O Estado, em sua concepção ampliada/integral, é atravessado pela luta de hegemonia onde a classe subalterna luta para manter sua própria autonomia e, às vezes, construir sua própria hegemonia.<sup>478</sup> Pensá-lo como relação social significa observar que as fronteiras entre classes subalternas e classes dominantes não são rígidas ou impermeáveis, mas estão abertas a contestações e mudanças de acordo com as tensões e movimentações da sociedade.

Durante a década de 1980, a Codevasf atendeu parte das pautas que embasavam a luta social do sindicato dos trabalhadores. Mesmo Edílson Brandão Guimarães, então presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Janaúba, afirmando, em 1985, que seriam assentados em áreas de cinco a dez hectares todas as famílias desapropriadas<sup>479</sup>, foram distribuídos, segundo a própria autarquia, 391 lotes em um total de 11 colonizações, conforme se observa abaixo

---

<sup>476</sup>Sindicato resiste à irrigação da Margem Esquerda. **O Gorutuba**. Janaúba 19 ago. 1984, p.01.

<sup>477</sup> Codevasf pode dar terras para expropriados. **O Gorutuba**. Janaúba, 17 fev. 1985, p.01.

<sup>478</sup> LIGUORI, Guido. Estado. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano** (1926-1937). 1ª Ed. São Paulo: BoiTempo, 2017, p. 263.

<sup>479</sup> Codevasf vai emancipar o Projeto Gorutuba. **O Gorutuba**. Janaúba, 01 nov.1985, p.01.

Tabela VII: Relação de Ocupantes do Perímetro irrigado do Gorutuba por Número de Irrigantes. Ano de Implantação. Área Irrigável (ha)

PROJETO	COLONOS	ANO DE IMPLANTAÇÃO	ÁREA IRRIGAVEL	ÁREA SEQUEIRO	TOTAL
Colonização I	88	1978	719,42	222,80	942,22
Colonização II	50	1982	352,66	94,27	446,93
Colonização III	54	1983	375,05	129,08	504,13
Colonização Matinha	13	1986	79,51	9,72	89,23
Col. Beira Rio	10	1987	70,64	9,20	79,84
Colonização Caraíbas	11	1986	63,07	54,85	117,92
Col. Bico da Pedra	16	1986	64,89	11,26	76,15
Col. Mosquito	14	1987	73,68	58,02	131,70
Col. Algodões	19	1987	123,79	22,74	146,53
Col. Banavit	114	1987	685,89	266,15	952,04
Col. Nordeste	02	-----	11,20	0,00	11,20
SUBTOTAL	391	-----	2.619,80	878,09	3.497,89
EMPRESÁRIOS	45	1978	2.275,28	1.461,02	3.736,30
<b>TOTAL</b>	<b>436</b>	<b>----</b>	<b>4.895,08</b>	<b>2.339,11</b>	<b>7.234,19</b>

Fonte: Codevasf, apud Maria das Graças Silva Vieira, 2003.<sup>480</sup>

Muitas pessoas fizeram inscrição na Codevasf pleiteando um lote irrigado, todavia, os critérios usados pela autarquia eliminaram a maioria dos candidatos. Desde as primeiras colonizações, a seleção beneficiava os adultos com boa saúde e com perfil empresarial, o que estaria de acordo com os pressupostos estabelecidos de modernização do campo. João Ferreira de Carvalho, eliminado por não atender os critérios de saúde estabelecidos, afirmou que muitos foram aprovados “através de apadrinhamento”<sup>481</sup>, o que colocava em dúvida a isonomia e imparcialidade da autarquia.

A maioria dos assentamentos ocorreu após 1985, ou seja, mais de cinco anos após as desapropriações. Este lapso temporal fez com que as informações sobre seleção e distribuição de terras irrigadas não chegassem a muitos desapropriados, principalmente aqueles que mudaram para outras regiões, ou fossem recebidas com ceticismo e desconfiança pelos que viviam no Vale do Gorutuba.

Foram desapropriados 8.130 hectares na margem direita, sendo que foram usadas 7.234 para assentamentos, com a maior parte (3.736) destinadas a empresários e empresas, como a Brasil Tropical Alimentícia-Banavit-, Uvas do Vale do Gorutuba S/A-UVALE-, e

<sup>480</sup> VIEIRA, Maria das Graças. **Avaliação socioeconômica e ambiental do perímetro irrigado do Gorutuba- MG e o desenvolvimento regional**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 86 Fls. Universidade Federal de Uberlândia-UFU. Uberlândia, 2003, p. 40.

<sup>481</sup> MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais-ALMG. Comissão Parlamentar de Inquérito da Codevasf. **Transcrição literal das notas taquigráficas da oitava de João Ferreira de Carvalho**. 1995. Disponível em: <<http://mediaserver.almg.gov.br/upload/www/?a=d&i=8780000921>>. Acesso em 16 Maio 2018.

ARTEX, S/A, fábrica de artefatos. A agricultura irrigada não alterou a estrutura fundiária da região uma vez que causou uma reforma agrária às avessas ao retirar terras de populações camponesas e as cederem aos grandes produtores, muitos deles oriundos de outros estados e até mesmo países.<sup>482</sup>

O assentamento de “colonos” e empresários seguiu as normas do Decreto nº 89.496/84, que instituiu a Política Nacional de Irrigação.<sup>483</sup> Aos primeiros era realizado um contrato de compra e venda, no prazo de vinte anos, a contar da data da assinatura. Existia um prazo de carência de dois anos, sendo os juros anuais de até 6% sobre o salto devedor. Outra cláusula que contava no contrato era a proibição de venda do lote a terceiros nos cinco primeiros anos de ocupação sendo que, caso o ocupante decidisse pela venda, a preferência seria da Codevasf. Já os empresários interessados nos lotes irrigados deveriam apresentar um projeto técnico de exploração agrícola que, caso aprovado, era seguido da assinatura de um contrato de arrendamento rural com prazo de cinco anos, posteriormente a compra poderia ser realizada.

Os documentos levantados nos levam a crer que a distinção de prazos para a posse definitiva da terra deve-se ao fato de que a Codevasf considerava que os empresários se adaptariam mais rápido a agricultura tecnológica e comercial, sendo comum esta atividade a alguns deles. No caso dos colonos, era dado um prazo maior para ver se, ao final, responderiam satisfatoriamente a incorporação de novos métodos e técnicas de trabalho disseminados por agências desenvolvimentistas atuantes nos perímetros irrigados.

Em conversa informal com Carlos Eugênio Oliveira, atual Superintendente da Codevasf em Janaúba, obtivemos a informação de que muitos “colonos”, não citando números, não quitaram o valor do lote e das benfeitorias no prazo determinado. Segundo ele, nenhum produtor chegou a ser expulso da terra por pendências financeiras, sendo que os inadimplentes são notificadas pela Codevasf, por meio de cartas ou processos judiciais, chegando mesmo a inserir seus nomes no Cadin (Cadastro Informativo dos Créditos não

---

<sup>482</sup> Entre os empresários estrangeiros que adquiriram terras na região do Vale do Gortuba, destaca-se o japonês Yuji Yamada que, em 1981, instalou sua empresa, a Brasnica Frutas Tropicais, no município de Janaúba sendo considerada atualmente como uma das maiores produtoras de banana do país. Yuji é filiado ao Sindicato dos Produtores Rurais de Janaúba e foi prefeito desta cidade entre os anos de 2013 a 2016. Cf. Brasnica. **História**. Disponível em <<http://www.brasnica.com.br/a-historia>> Acesso em: 3 fevereiro 2018.

<sup>483</sup> BRASIL. **Regulamenta a Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/D89496.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D89496.htm)> Acesso em: 14 maio 2018.

Quitados de órgãos e Entidades Federais), o que os impede de realizar empréstimos ou financiamentos nos bancos federais.<sup>484</sup>

Como muitos produtores não conseguiram pagar todas as parcelas e taxas, atualmente possuem apenas um “direito de ocupação” que pode ser suspenso pela autarquia. Como os custos de manutenção do lote (adubos, agrotóxicos, água e energia) e da família (alimentação, calçados, vestuário, etc.) são elevados, existe uma grande rotatividade de proprietários rurais no PIG.

Para garantir a posse da terra, os STRs e os produtores rurais aceitaram as regras e normas estabelecidas pela Codevasf. Mesmo que o tamanho dos lotes (entre cinco e 10 hectares) fosse considerado insuficiente para garantir trabalho e herança para os filhos, os desapropriados aceitaram recebê-los devido as privações que viviam. A infraestrutura por eles recebida variou de acordo com as colonizações, sendo que alguns receberam a casa pronta, a terra gradeada e uma pequena plantação, enquanto outros construíram a moradia e tornaram a terra produtiva a partir do trabalho familiar.

Nas primeiras colonizações, a Codevasf construiu núcleos urbanos constituídos de alguns serviços básicos (comércios, postos de saúde, escolas) e residências. Os assentados deveriam morar nestes núcleos e se deslocar até a propriedade para realizar os serviços agrícolas e depois retornar para suas casas. Muitos não concordaram com esta separação entre o lugar de trabalho e o lugar de moradia e construíram suas casas na terra conquistada.

Segundo Odilon

eu tirei uma casa na Colonização III, mas aí eu vendi e fiz essa aqui na roça. Eles deu a casa no povoado pra gente trabalhar na roça, mas era longe demais pra nós ir e vim todo dia, era cinco, seis quilômetros todo dia. Aí a Codevasf liberou nós vender a casa no povoado e fazer na área e foi isso que eu fiz. Eu morei lá uns dois anos, mas não dava que era longe demais e eu vinha de bicicleta. E os menino meu era pequeno, não dava pra vim pra cá. Quando eu vim pra cá eles já pôs lotação (ônibus) aí também já ficou bom. Aí eu vendi lá e diz uma casinha aqui, essa aqui é de tijolo. A gente tem que morar em cima da terra que a gente trabalha né. A maioria do povo que tinha casa lá tudo vendeu e fez na roça.<sup>485</sup>

Inconformado com a política “de cima pra baixo” conduzida pela Codevasf, Odilon procurou, e foi autorizado pela autarquia, redefinir o espaço segundo suas demandas imediatas e concepção de que deveria “morar em cima da terra que trabalha.” O interesse dos órgãos governamentais era de que os assentados utilizassem a terra tão somente para

---

<sup>484</sup> Informações fornecidas por Carlos Eugênio Oliveira, Superintendente da Codevasf de Janaúba, durante uma conversa informal, em 19 de junho de 2018.

<sup>485</sup> Odilon José da Silveira. Entrevista realizada no dia 23/02/2016.

produção agrícola, entretanto eles traziam uma cultura residual que significava a terra não apenas como lugar de trabalho, mas também como espaço de moradia, lazer, convivência familiar, religiosidade e sociabilidades diversas.

Logo nos primeiros dias como “colonos”, os produtores rurais compreenderam que certos costumes e tradições não poderiam ser reproduzidos nos lotes irrigados. Como as áreas foram distribuídas de forma aleatória, houve o distanciamento de vizinhos e parentes que antes tinham terras próximas; a água era distribuída diretamente aos lotes através de canais e bicas, impedindo formas de lazer e sociabilidades como ocorriam quando se encontravam às margens do rio Gortuba; o acesso a este bem passou a ser pago e com restrições; o tamanho do lote impedia ou dificultava a criação de gado e porcos; a circulação de animais não poderia ser livre devido a possibilidade de danificar a produção alheia; o trabalho não poderia ser orientado pela realização de tarefas onde existia um controle do tempo e cuidava-se do que era considerado como uma necessidade.

A dinâmica e planejamento dos assentamentos nos perímetros irrigados da Codevasf e do Dnocs estão voltados para o desenvolvimento de uma agricultura competitiva, tecnológica e integrada aos grandes mercados mundiais. O sujeito é tido apenas como “homo economicus” que deve cumprir normas e regras para atingir as metas produtivas ao final de cada safra.

Após o assentamento, todos os produtores receberam e assinaram a denominada “autorização de ocupação” que detalhava os direitos e deveres tanto do “colono” quanto da Codevasf. Preservado em seus arquivos pessoais, Odilon gentilmente cedeu uma cópia deste documento para análise e fotografia. Seguem algumas de suas cláusulas

#### DAS OBRIGAÇÕES DO OCUPANTE

Obriga-se o ocupante a:

- 1.1 -Residir na área do Projeto ou de sua influência imediata;
- 1.2 –Adotar medidas práticas recomendadas para uso da água, utilização e conservação do solo;
- 1.3 – Explorar direta e integralmente a área sob sua responsabilidade, tanto na parte irrigável quanto na de sequeiro, utilizando ou não de modo eventual, o auxílio de terceiros e segundo orientação técnica;
- 1.4 – Permitir a fiscalização de suas atividades pela administração da CODEVASF, ou quem por ela indicada, prestando todas as informações solicitadas;
- 1.5 – Proporcionar facilidades à execução dos trabalhos necessários ou úteis à conservação, aplicação ou modificação das obras e instalações de irrigação, sempre que visarem a melhoria da produção, da produtividade e da exploração;

- 1.6 – Adequar o cultivo do lote familiar ao plano de irrigação geral, estabelecido para o Projeto;
- 1.7 – Operar, com diligência e de acordo com a destinação previamente estabelecida e atividades recomendadas o lote familiar, inclusive conservar e manter as benfeitorias internas nele existentes;
- 1.8 – Não alterar o sistema de funcionamento dos canais de irrigação, nem utilizar meios irregulares para aumentar a sua quota de água;
- 1.9 – Pagar a tarifa de água, nas épocas apropriadas e nos valores estabelecidos, desde que corretas;
- 1.10 – não transferir em nenhuma hipótese, sem anuência da CODEVASF, a presente AUTORIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO a terceiros sendo isso caracterização sumária de má fé.<sup>486</sup>

Datado de 04 de junho de 1986, o documento permitia a Odilon morar e trabalhar, como ocupante, em uma terra de 5,2 hectares na colonização III. O termo colono, comumente usado pela Codevasf, é substituído pelo de ocupante para indicar que a qualquer momento a posse da terra poderia ser suspensa caso o assentado não cumprisse as normas ou não estivesse em constante progresso técnico e produtivo.

Os agricultores deveriam se enquadrar a um projeto homogêneo de vida, trabalho e desenvolvimento que limitava autonomias e liberdades individuais, alimentando novas e antigas formas de dominação e subordinação no Vale do Gortuba. A reforma intelectual e moral, iniciada na década de 1960, continuava em vigor na região com os agentes governamentais reproduzindo, em um novo contexto, a dicotomia arcaico\moderno e primitivo\desenvolvido como estratégia para criar uma nova identidade e “tipo ideal” de produtor rural.

No processo de construção da hegemonia, o Estado atuava como agente socializador de valores, visões de mundo, significados e costumes compreendidos como progressistas e civilizados. Quando se determina que o ocupante deveria produzir e trabalhar “segundo orientação técnica” e “de acordo com a destinação previamente estabelecida e recomendada” no “plano de irrigação geral” objetivando a “melhoria da produção, da produtividade e da exploração” existe a intenção de transformar um projeto da classe dominante em consenso social. A universalidade\socialização sempre coincide com um o ponto de vista particular de movimentos que procuram monopolizar uma verdade coletiva, origem última de toda a violência simbólica, e construir a noção de cidadania a

---

<sup>486</sup> COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO-CODEVASF. **Autorização de Ocupação**, 1986, p. 01-02.

partir de uma exclusão prévia de sujeitos e instituições que não incorporam ou aceitem o que era\é proposto como senso comum e visão legítima a ser seguida.<sup>487</sup>

O colono representaria a morte do produtor rural tradicional e o nascimento do moderno produtor capitalista. Este processo, comum a todos os perímetros irrigados do Brasil, envolve a busca por um consentimento do assentado em incorporar o modelo social, econômico e tecnológico formulado pelo corpo técnico dos órgãos governamentais, seja o Dnocs ou a Codevasf. O projeto de hegemonia procurava interferir em todas as dimensões da vida humana, procurando reeducá-los para um novo aprendizado e comportamento.

A transformação dos produtores rurais em colonos ganhava legalidade com a promulgação do Decreto nº 89. 496/84 que, em seu artigo 9, estabelecia que os perímetros irrigados-parcial ou totalmente implantados- poderiam ser emancipados quando concluídas as obras de infraestrutura, fosse assentado pelo menos 2/3 dos irrigantes e a comunidade estivesse organizada social e economicamente para ter assegurada uma vida administrativa própria e atividades comerciais autônomas. De acordo com a referida legislação, a partir do momento em que um perímetro hidroagrícola fosse declarado emancipado, a infraestrutura de uso comum continuava pertencendo ao poder público, contudo sua administração, operação e manutenção passariam a ser de responsabilidade exclusiva do órgão executor (na maior parte dos casos cooperativas) que também competia o controle do uso da água e a cobrança das prestações correspondentes, bem como do valor das taxas de amortização pelos recursos públicos aplicados em benfeitorias internas e o valor da terra.<sup>488</sup>

A “emancipação”, leia-se privatização, dos perímetros irrigados fazia parte da política do Banco Mundial que “recomendava” transformações a partir da redefinição das funções e papel do Estado, em seu sentido estrito. A transferência da gestão dos polos de irrigação para a iniciativa privada se fez dentro de uma proposta neoliberal em que o Estado era acusado de ineficiência, morosidade e incapacidade de financiar as atividades produtivas enquanto à iniciativa privada era atribuída aptidão, agilidade e experiência necessária para elevação dos níveis de tecnologia, produtividade e rentabilidade dos projetos de irrigação.

---

<sup>487</sup> Cf. MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania**. In: Revista Tempo, Rio de Janeiro, V.1, 1996, p.94-125.

<sup>488</sup>BRASIL. **Regulamenta a Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/D89496.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D89496.htm)> Acesso em: 14 maio 2018.

A imprensa e o então presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Janaúba, Edilson Brandão Guimarães, passaram a fazer campanhas pela “emancipação” do projeto Gorutuba a partir da justificativa de diminuição dos custos do Estado, que passava por grave crise fiscal e econômica na década de 1980, e aumento da produção de alimentos uma vez que a transferência para “sociedade civil” supostamente traria maior liberdade ao agricultor na produção, comercialização e operação do sistema de irrigação.<sup>489</sup>

Seguindo a legislação em vigor e atendendo aos interesses de frações da classe dominante no Vale do Gorutuba, o PIG torna-se o primeiro projeto público de irrigação a ser emancipado no país, passando a ser administrado, a partir de 1986, pela Cooperativa Agrícola de Irrigação do Vale do Gorutuba (Covag) que, não coincidentemente, era presidida por Edilson Brandão. Naquela ocasião, o presidente da Codevasf, Eliseu Alves, destacou que “deve-se buscar a menor interferência do Governo nas atividades produtivas dos projetos públicos de irrigação. A autogestão desenvolverá mais rapidamente a capacidade gerencial dos pequenos irrigantes até transformá-los em pequenos empresários rurais.”<sup>490</sup>

O governo militar impulsionou o surgimento de cooperativas dentro de seu programa de desenvolvimento do capitalismo no campo sem alteração da estrutura fundiária. Naquele período, foram criadas leis que lhes conferiam uma série de vantagens econômicas, como taxas de juros reduzidas e com prazos favoráveis, isenção fiscal e associação com empresas (não cooperativas) segundo imperativos de rentabilidade. Concomitantemente, impediu uma gestão participativa e democrática ao permitir que uma minoria se apoderasse de seu controle diretivo e administrativo de forma quase perpétua: a legislação exigia apenas a renovação de um terço dos diretores, a cada três anos.<sup>491</sup> A prosperidade das cooperativas não significava necessariamente a prosperidade de todos os associados pois muitas vezes os benefícios eram apropriados pelos “cooperocratas”<sup>492</sup> (a exemplo de Edilson Brandão) que se apropriavam de seu controle efetivo.

Em 1987, a Covag tinha, entre pequenos, médios e grandes produtores rurais, 705 associados e acumulava funções sociais, econômicas e produtivas diversas, tais como: assentamento de colonos, assistência social (criação de policlínica, de escolas e cursos

---

<sup>489</sup> Emancipar é o melhor caminho. **O Gorutuba**. Janaúba, 10 ago. 1986, p.03.

<sup>490</sup> A exemplo do Vale do Gorutuba (COVAG), todos os perímetros de irrigação serão emancipados. **O Gorutuba**. Janaúba, 12 out. 1986, p.04.

<sup>491</sup> Cf. BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008, p. 75-98.

<sup>492</sup> Idem, p. 86.

profissionalizantes), comércio e indústria (armazenamento, beneficiamento e comercialização de alimentos), acesso ao crédito, assistência técnica e extensão rural, aquisição e manutenção de máquinas e implementos agrícolas, experimentos e plantio de alimentos não tradicionais e recuperação de estradas vicinais.<sup>493</sup> Após visitar as instalações da Covag e destacar as “realizações dos cooperados”, José Sarney, primeiro presidente a visitar Janaúba, destacou com entusiasmo que “a seca no Norte de Minas acabou”.<sup>494</sup>

A Covag foi fundada em 1980 e extinta em 1992. Inicialmente seu estatuto restringia o quadro de funcionários apenas aos pequenos produtores rurais, entretanto, em 1984 sofreu alterações que permitiram o acesso dos empresários que, com o passar do tempo, passaram a compor a maior parte da diretoria e a centralizar as decisões.

Os entrevistados destacaram que, em seus primeiros anos, a Covag prestava relevantes contribuições na produção e comercialização de alimentos

no início a Covag era boa, tinha muita coisa. O que a gente colhia eles comprava, levava e beneficiava lá mesmo, mas com o tempo acabou tudo. Auricharme: por que o senhor fala que a Covag era boa?

Sabino: a covag fornecia trator pros produtor, o trator vinha e gradeava a terra pra gente, noite e dia ele trabalhava. Quem quisesse comprar lá tinha tudo: semente, inseticida, herbicida, tudo tinha, era mais fácil. Tinha até supermercado em Nova Porteirinha pro produtor comprar mais barato, era mais barato do que em Janaúba. Inclusive saía gente lá de Janaúba pra poder comprar nesse supermercado.

Auricharme: por que a Covag acabou?

Sabino: acabou porque era só o pessoal trabalhador e depois foi entrando os fazendeiros, quando entrou os fazendeiro lá dentro acabou tudo. Foi trocando de presidente e aí foi roubando até que acabou.<sup>495</sup>

A Covag facilitava a integração dos produtores rurais ao capital financeiro, por meio do acesso a financiamentos e empréstimos, ao capital comercial, por intermédio da compra e venda de sua produção, e ao capital industrial através do uso e/ou aquisição de máquinas e pacotes tecnológicos provenientes da chamada “revolução verde”. Ser cooperado significava obediência a determinadas regras e normas, assim como a uma racionalidade produtiva e comercial que excluía aqueles que não adquirissem uma mentalidade empresarial.

Esta situação fez com que muitos produtores rurais se afastassem da cooperativa, o que viria a contribuir para a sua falência no início dos anos 1990. De acordo com Delci

---

<sup>493</sup> COVAG: uma grande cooperativa. **Revista Norte de Minas**. Janaúba, nov. 1989, p. 13-23.

<sup>494</sup> A visita presidencial. **Revista Norte de Minas**. Janaúba, abr. 1988, p. 14.

<sup>495</sup> Sabino Mendes Pereira. Entrevista realizada no dia 11/05/2016.

a Covag foi cedendo adubos, forneceu por muito tempo, mas adubo é muito caro e grande parte dos colonos ficaram endividados. Em uma vida anterior às colonizações, a gente passava por dificuldades mas não tinha dívidas grandes.

Auricharme: a Covag também comprava a produção dos agricultores?

Delci: comprava, mas muita gente deixou de vender pra Covag porque ela demorava muito tempo pra pagar, chegava a três meses, e aí passou a vender pra atravessadores que pagavam na hora. E tinha outra coisa: muitas vez a Covag dizia que a produção não era excelente e não comprava a produção do colono ou comprava e pagava um valor menor dizendo que a qualidade era ruim.<sup>496</sup>

A narrativa traz indicativos de como a Covag funcionava como intermediária entre os produtores e os consumidores, comprando alimentos baratos e vendendo a preços elevados. Na tentativa de obter algum lucro, os “colonos” gradativamente deixaram de produzir alimentos para autoconsumo familiar e passassem a cultivar alimentos com alto valor agregado, transformando uma paisagem até então marcada pela biodiversidade em uma paisagem quase que totalmente homogeneizada pela bananicultura.<sup>497</sup>

Para sobreviver em um contexto de modernização e capitalização do campo, os trabalhadores passaram a disputar um lugar no mercado, usar novas tecnologias e muitas vezes incorporar princípios individualistas e de concorrência, ou seja, a sobrevivência estava atrelada a participação e integração ao sistema capitalista. Dentro desta nova dinâmica social e econômica, o trabalho ganhava novo sentido e significado

Auricharme: como era o trabalho na área irrigada?

Delci: a dedicação era muito grande né, era o dia inteiro, parte da noite. Tinha sempre que cuidar da água, não tinha dia certo nem tempo certo. Pra quem era habituado a descansar no domingo e nos feriados, até por questões religiosas, e aí não pôde mais obedecer a esses termos, teve que ignorar os dias de feriado para dar atenção à lavoura porque era um empreendimento bem novo, bem diferente. O trabalho era muito mais exigente porque a gente trabalhava como se fosse empregados de uma empresa, a necessidade fazia isso. As horas extras, os descansos eram às vezes adiados e muitas vezes a gente até desanimava com aquela correria. O sistema de irrigação era de aspersor que tinha que trocar, trocar a irrigação de um lugar para outro, levar e trazer, não era uma rede fixa como é hoje.<sup>498</sup>

---

<sup>496</sup> Delci da Silva Duarte. Entrevista realizada no dia 10/05/2016.

<sup>497</sup> De acordo com o endereço eletrônico da Codevasf, a bananicultura compreendeu, em 2017, a 82% do Valor Bruto de Produção (VBP) no PIG, seguindo da uva (8%), pastagens (3%) e outros (7%). Cf. CODEVASF. **Projeto Gorutuba**. Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br/principal/perimetros-irrigados/elenco-de-projetos/gorutuba>> Acesso em: 14 maio 2018.

<sup>498</sup> Delci da Silva Duarte. Entrevista realizada no dia 10/05/2016.

A expropriação de terras camponesas constituiu o primeiro aspecto da acumulação capitalista, sendo que o processo de expropriação se repete continuamente na vida social e cultural dos sujeitos. Neste sentido, a própria ideia de “perímetro” remete circunscrição e contornos delimitados, se aplicando não apenas ao seu aspecto geográfico.

Dentro do processo de constituição da hegemonia, a Codevasf criou uma espécie de “pedagogia da vanguarda” no objetivo de destacar exemplos de colonos e de famílias a serem seguidos dentro do PIG.<sup>499</sup> Logo no primeiro artigo da Política Nacional de Irrigação determinava-se a “instituição de prêmios, pelo Ministério do Interior, visando estimular a produção e a produtividade agropecuária e agroindustrial nas regiões irrigadas”<sup>500</sup>. Os agentes governamentais precisariam agir como “educadores” na criação de um ambiente de racionalização e eficiência produtiva de acordo com planos e metas já estipulados sendo que, para isso, era fundamental a criação de novos consensos e não deixar que a vida nos perímetros irrigados fluísse de forma casual e espontânea. A premiação de produtores que colhiam as maiores safras agrícolas<sup>501</sup>, comemorações do “dia do colono”<sup>502</sup> e realização de concursos para eleger a “família modelo”<sup>503</sup> faziam parte das atividades da autarquia que procuravam difundir a eficiência, produtividade e inovação como valores a serem compartilhados socialmente.

As reportagens do jornal *O Gorutuba* celebrando o “Dia do Colono” procurava reforçar a imagem de que todos eram partícipes do crescimento e sucesso do PIG, o que também era evidenciado nos discursos das autoridades políticas presentes. De acordo com Delci, os produtores rurais participavam efetivamente das festividades promovidas pela Codevasf

eu cheguei a ver um premiado por produção de tomate e um por produção de feijão por hectare. Nestas ocasiões tinha churrasco e festividades organizadas pela Codevasf, primeiro em uma colonização e depois nas outras. Nestas festividades reunia muita gente e o colono era bem recebido, ele se sentia bem valorizado, ele era o alvo da festa né, então

---

<sup>499</sup> O Estado, na concepção de Gramsci, deve ser concebido como “educador” na medida que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização. Para isso, premiam-se as atividades consideradas louváveis e meritocráticas ao mesmo tempo que pune as atividades criminosas. GRAMSCI. Antonio. **Cadernos do cárcere**. Volume 3. Trad. de Carlos Nelson Coutinho (et. All.); coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.28-29.

<sup>500</sup> BRASIL. **Regulamenta a Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/D89496.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D89496.htm)> Acesso em: 14 maio 2018.

<sup>501</sup> Melhores produtores recebem prêmio. **O Gorutuba**. Janaúba, 11 jul. 1982, p.01.

Zequinha-campeão do concurso nacional de milho híbrido em 1985. **O Gorutuba**. Janaúba, 11 mai. 1986, p.07.

<sup>502</sup> Dia Nacional do Colono foi comemorado em Janaúba. **O Gorutuba**. Janaúba, 26 jun. 1983, p.07.

<sup>503</sup> I Concurso Família Modelo em Janaúba. **O Gorutuba**. Janaúba, 26 jun. 1983, p.07.

ele se sentia bastante à vontade pra comer e pra beber, pra cantar e dançar e fazer o que ele quisesse.

Auricharme: essas premiações ocorriam quando?

Delci: haviam cerimônias que normalmente eram feitas quando vinham uma autoridade política, existiam palanques para pronunciamentos políticos.

Auricharme: quais eram os tipos de premiações?

Delci: um foi premiado com uma moto, outro foi premiado com uma tevê a cores que era uma coisa muito rara na época, o que eu sei foram esses.<sup>504</sup>

A Codevasf procurou constituir o Dia do Colono como um “lugar de memória” no sentido de possuir efeitos materiais, simbólicos e funcionais junto à população.<sup>505</sup> De tanto ser falado, repetido, celebrado e lembrado, o termo “colono” passou a ser naturalizado e tratado como uma categoria superior de produtor rural por viver em um lote irrigado, diferente daqueles “tradicionais” que viviam em terras de sequeiro.

O Dia do Colono procura ser uma referência e memória de saudosismo e expectativas, ou seja, articula passado e futuro no objetivo de vangloriar a ação de pessoas que responderam ao chamado de ocupar, explorar e desenvolver a terra. A comemoração deste dia reforça e propaga uma memória única que procura criar homenagens, folclorizações e harmonizações no intuito de bloquear a criação de diferentes interpretações acerca da natureza e da realidade histórica.

A nova ordem social e produtiva criada pela modernização agrícola tinha como uma das bases a ideia de meritocracia e concorrência a partir de uma seleção, dada como natural, em que os produtores considerados menos capazes e aptos para sobreviver dentro das regras do mercado seriam excluídos. Os “colonos\ocupantes” deveriam sempre atingir as metas propostas já que a Codevasf tomava como possível todos produzirem determinada quantidade de alimentos segundo a referência dada pelo produtor que se destacou como “o melhor”. Estas novas exigências e o sentimento de insegurança quando à permanência na terra faziam com que as famílias cumprissem um extensa carga de trabalho diário, muitas vezes tendo como referência o filho predileto do conceito de meritocracia, a ideia de superação.

---

<sup>504</sup> Delci da Silva Duarte. Entrevista realizada no dia 10/05/2016.

<sup>505</sup> “Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada de lembrança. Os três aspectos coexistem sempre”. NORA, Pierre. **Entre Memória e História: A problemática dos lugares**. In: projeto História. Núm.10, p.7-28. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1993, p. 21-22.

A denominação colono\colonização procurava impedir que os sujeitos se reconhecessem enquanto classe social, mas que vivessem como indivíduos autônomos responsáveis pelo seu próprio sucesso. Antes de ser material e simbólico, o conceito de colono é político e atua de forma a desacreditar em uma ascensão social foram das regras do mercado.

Desde o início do PIG, parte da renda advinda da comercialização dos alimentos deveria ser usada no pagamento da água, o que sempre foi alvo de reclamações por parte dos produtores rurais devido ao preço elevado e variável.<sup>506</sup> A separação do trabalhador dos meios de produção constitui uma etapa inicial para o desenvolvimento do capitalismo no campo, contudo, o processo continua e se expande com a transformação do trabalho e de elementos da natureza, como terra e água, em mercadorias.

A política dos recursos hídricos no Brasil historicamente vem gerando a exclusão de milhares de pessoas ao direito à água e seus usos (consumo humano e animal, plantio, pesca, lavagem de roupa, lazer, navegação, etc.). O denominado Código das Águas (Decreto 24.643, de 10 de junho de 1934), que garantia ao Estado uma maior presença, fiscalização e regulação dos recursos hídricos, gradativamente foi cedendo espaço aos interesses empresariais que visavam sua capitalização e monetarização. Principalmente a partir das políticas neoliberais da década de 1990, a política nacionalista foi sendo afastada pela sede do capital em dominar a água para uso em setores de irrigação, mineração, eletricidade, entre outros.

Com a implementação do projeto “Novo Modelo de Irrigação”, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, a gestão dos perímetros irrigados no Brasil deveria ter, entre outros princípios: a) ênfase no agronegócio; b) foco no mercado; c) busca sistemática pela competitividade no mercado globalizado; d) irrigação como negócio empresarial; e) celebração de Parcerias Público-Privadas (PPPs).<sup>507</sup> Estes pontos evidenciam o protagonismo do setor privado como gerenciador dos projetos de irrigação e a incorporação do conceito de usos múltiplos da água. Esta expressão, difundida pelo Banco Mundial,<sup>508</sup> indica que a água deveria ser compreendida não apenas pelo seu valor social, mas também como bem econômico indispensável ao desenvolvimento produtivo.

---

<sup>506</sup> Água tem aumento de 50%. **O Gorutuba**. Janaúba, 22 jan. 1984, p.01.

\_\_\_\_\_. Irrigantes e colonos desanimados pelo aumento de 300% na taxa de água. **O Gorutuba**. Janaúba, 04 mar. 1984, p.01.

<sup>507</sup> Sobre o Novo Modelo de Irrigação Cf. BRASIL. **A irrigação no Brasil: situação e diretrizes**. Brasília: Ministério da Integração Nacional/ Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2008.

<sup>508</sup> BANCO MUNDIAL. **Impactos e externalidades sociais da irrigação no semiárido brasileiro**. Brasília, 2004, p. 20-21.

Na prática, as recomendações do BM para usos múltiplos da água são condições políticas para a continuidade dos financiamentos aos países periféricos. A transformação da água, e de outros bens, como saúde e educação, em mercadorias restringe seu acesso apenas aqueles que podem pagar por algo que é visto como um serviço antes de ser considerado como um direito.

A criação do Distrito de Irrigação do Perímetro do Gorutuba(DIG), em 1993, fazia parte do processo de transferência de um bem público para a iniciativa privada, outrora iniciado com a Covag. Esta entidade ficou responsável pela infraestrutura geral do perímetro irrigado e estabeleceu mecanismos de capitalização e privatização da água, como pode ser verificado em alguns artigos do seu regulamento geral

Art.62º- As tarifas serão revistas, periodicamente, de forma a permitir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do DIG, devendo a revisão ocorrer com periodicidade anual.

Parágrafo primeiro-Sempre que necessário, as tarifas sofrerão ajuste de suas bases de cálculo.

Art.64º-Os débitos poderão ser negociados e parcelados, conforme deliberação do Conselho de Administração e disciplinados através de resolução.

Art.66º-As tarifas vencidas serão corrigidas e acrescidas de juros conforme preceitua o contrato de Fornecimento de Água.

Parágrafo primeiro- O DIG poderá inscrever os associados inadimplentes nos serviços de proteção ao crédito.

Art. 86º- Ao DIG assiste o direito de, em qualquer tempo, exercer ação fiscalizadora, no sentido de verificar a obediência ao prescrito neste Regulamento.<sup>509</sup>

Com a conversão da água em mercadoria, as práticas costumeiras dos sujeitos foram sendo negadas, marginalizadas e ignoradas. A água, que era compreendida pelos ribeirinhos como patrimônio comum e compartilhado, dentro dos perímetros irrigados faz parte de uma racionalidade econômica que está voltada para o lucro e acumulação capitalista.

Mesmo que a Constituição de 1988 declare a água como pertencente à União e aos Estados, sua gestão e distribuição estão sendo privatizadas por grupos empresariais que controlam hidrelétricas, serviços de abastecimento, etc. Segundo dados do DIG de 2015, 67% da água captada da barragem do Bico da Pedra é destinada à agricultura irrigada<sup>510</sup>

---

<sup>509</sup> DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO GORUTUBA. **Regulamento geral e outras orientações**. Nova Porteirinha, 2016, p.06-14.

<sup>510</sup>Distrito de Irrigação do Perímetro Gorutuba. **Como funcionam os canais no perímetro Gorutuba?** Disponível em: <<http://www.dig.org.br/noticia/COMO-FUNCIONAM-OS-CANAIS-NO-PERIMETRO-GORUTUBA--distrito-do-gorutuba/134>> Acesso em: 12 maio2018.

(no Brasil, a irrigação é responsável por 72% da água consumida), sendo que a perspectiva é de aumento com as obras de tubulação que estão sendo prometidas. A maior parte da água no país vem sendo usada para satisfazer aos interesses privados, embora nos momentos de “crise hídrica” coloca-se a culpa nos fatores climáticos e toda a população acaba sendo penalizada com racionamento e aumento de preços que geram lucros para as empresas controladoras do abastecimento urbano e rural.

Dentro do PIG, o irrigante tem suspenso o fornecimento em seis casos: 1) impedir a instalação de hidrômetro ou outro medidor volumétrico em seu sistema de irrigação; 2) fazer construção que venha a prejudicar ou impedir o acesso ao medidor ou controlador da vazão; c) impedir o acesso de funcionários do DIG ao medidor ou ao controlador da vazão; 4) fornecer a água a terceiros, através de extensão das instalações para abastecer lote ou terreno distinto, a não ser com autorização do DIG; 5) atrasar o pagamento de débitos por período superior a 90 dias; 6) atrasar o pagamento de parcelas de débitos negociados. Além disso, existem diversas advertências e multas caso o produtor viole, retire ou danifique o medidor, extraia água do canal com tomadas clandestinas ou o utilize para bebedouro direto dos animais, lavagem de roupa e utensílios domésticos, entre outras ações denominadas pelo Distrito como “modalidades de infrações e penalidades”.<sup>511</sup>

De acordo com o Estatuto Social do DIG, “somente poderão participar das Assembléias Gerais e votar as matérias nelas discutidas os Associados Efetivos que estejam em dia com suas obrigações e que estejam em pleno gozo de seus direitos perante o DISTRITO.”<sup>512</sup> Esta norma limita a participação e influência dos pequenos produtores rurais uma vez que muitos deles se encontram em situação de inadimplência. Assim, tal como na época da Covag, a gerência e controle da água no polo de irrigação do Gorutuba está concentrada em uma minoria composta por médios e grandes empresários rurais.

As regras do DIG são claras em determinar o uso da água de forma individual e como insumo produtivo agrícola, restringindo a concepção de “usos múltiplos” a seus interesses. A visão dos produtores rurais de que o acesso à água deveria ser livre, gratuito e ilimitado ganha um novo significado ao impedir o sujeito de fornecê-la a terceiros ou usá-

---

<sup>511</sup> De acordo com o Regulamento Geral do DIG, existem quatro tipos de multas, conforme o grau de infração (valores estipulados para o ano de 2016): a) taxa equivalente a tarifa de fornecimento de 1000m<sup>3</sup> de água (R\$ 60,61), b) taxa equivalente a tarifa de fornecimento de 2.000 m<sup>3</sup> de água (R\$ 121,22), c) taxa equivalente a tarifa de fornecimento de 3.000 m<sup>3</sup> (R\$ 180,83), d) taxa equivalente a tarifa de fornecimento de 4.000 (R\$ 242,44). Cf. Distrito de Irrigação do Perímetro Gorutuba. **Regulamento geral e outras orientações**. Nova Porteirinha, 2016, p. 08-13.

<sup>512</sup> Distrito de Irrigação do Perímetro Gorutuba. **Estatuto Social do Distrito de Irrigação do Perímetro Gorutuba**. Nova Porteirinha: DIG, 1993. Disponível em <<http://www.dig.org.br/noticia/Estatuto-Social-do-DIG-distrito-do-gorutuba/141/>>. Acesso: maio/2018.

la diretamente para lavagem de roupa e utensílios domésticos como faziam na época em que moravam às margens do rio Gorutuba.

Além da diminuição da vazão de água liberada para o PIG devido às estiagens dos últimos anos e do desperdício provocado por vazamentos em vários pontos das calhas e canais<sup>513</sup>, o fornecimento aos produtores rurais vem sendo comprometido devido a captação irregular, principalmente por parte dos médios e grandes empresários rurais.<sup>514</sup> Com a intensificação das atividades capitalistas, existe a tendência da burguesia agrária dominar não apenas a terra, mas também a água já que seu controle torna-se estratégico na sua proposta de transformar o projeto Gorutuba em um polo de agronegócio exportador.

Com a redefinição do papel do Estado após a “emancipação” dos perímetros irrigados, o preço da água está atrelado as “leis do mercado”, que historicamente são desfavoráveis às classes trabalhadoras. Como o pagamento da água onera sobremaneira seus rendimentos, Joana, moradora da colonização III, se diz contrária a política de preços impostas pelo DIG aos produtores

essa água mesmo não tem condições do Distrito cobrar esse preço por ela não, porque Deus manda a água pra todo mundo, de graça, e eles cobra ela, só porque eles faz uma irrigaçãozinha, põe uns canos. Antes tinha o rio e eles acabou com ele, dava cheia, dava água era de fartura, dava peixe para os pobres, era pra todo mundo e hoje não. As pessoas pagam pela terra. Ganhou a terra da Codevasf, mas tem que pagar, paga o INCRA, paga um mucado de coisas dessas terras, não é de graça não. Esse K1<sup>515</sup> é um roubo, como é que o povo tá morando na terra mas não tá nem produzindo e vai pagar K1 pra eles? Já paga essas energia cara e tem que pagar água cara também.<sup>516</sup>

---

<sup>513</sup> Segundo os próprios especialistas do DIG, 40% da água que passa pelos canais é perdida por causa dos vazamentos. A Codevasf deu início às obras para canalizar todo o sistema e suprimir as perdas, contudo, por falta de recursos financeiros, as obras foram paralisadas em 2014. PRATES, Ambrósio. **Calha cai e interrompe fluxo de água no rio Gorutuba.** Disponível em: ><https://www.gazetanortemineira.com.br/noticias/regional/calha-cai-e-interrompe-fluxo-de-agua-no-rio-gorutuba>> Acesso em: 05 de outubro de 2018.

<sup>514</sup>RIBEIRO, Luiz. **Seca do Rio Gorutuba leva ribeirinhos a se armar contra captações clandestinas.** Disponível em: < [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/07/09/interna\\_gerais,666587/batalha-da-sede-no-gorutuba.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/07/09/interna_gerais,666587/batalha-da-sede-no-gorutuba.shtml)> Acesso em: 05 de outubro de 2018.

<sup>515</sup> De acordo com Luciene Rodrigues “conforme a legislação, o custo da tarifa de água é composto por duas parcelas: (a) uma (K-1) correspondente à amortização dos investimentos públicos nas obras de infra-estrutura de uso comum, calculada anualmente, com base no valor atualizado, por projeto, em moeda local, por hectare de área irrigável do usuário; (b) outra (K-2) correspondente às despesas anuais de administração, operação, conservação e manutenção das obras e equipamentos, calculada anualmente, por projeto, em moeda local, para cada mil metros cúbicos ou fração de água fornecida ao usuário.” RODRIGUES, Luciene. **Investimento agrícola e o grande Projeto Jaíba.** Uma interpretação: 1970-1996. 337 Fls. Tese (Doutorado em história econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998, p.229.

<sup>516</sup> Joana Francisca da Silva. Entrevista realizada no dia 13/04/2016.

A água é concebida por Joana enquanto uma dádiva de Deus para o bem comum, o que significa que não deveria ser transformada em mercadoria. Nas falas de alguns entrevistados, a seca é vista como um castigo de Deus diante da cobiça e destruição dos recursos naturais pela ação de homens e empresas que colocam a busca pelo lucro e acumulação como superiores uso coletivo.

Joana interpreta como abusivo o valor da água cobrada e questiona o DIG por justificar a cobrança como forma de garantir o abastecimento aos lotes irrigados e a manutenção da infraestrutura geral do PIG. Como a limpeza dos canais não é feita regularmente, as calhas que distribuem água são antigas e apresentam vazamentos em diversos pontos e muitos canais estão com matos nas suas beiras, a entrevistada sente-se injustiçada por pagar não apenas a água consumida, mas também as taxas de K1 e K2 que, em tese, deveriam constituir recursos a serem usados em obras e ações de melhoria do projeto irrigado.

Durante as críticas de Joana ao valor da água, seu esposo Luís, que até então estava apenas ouvindo sua narrativa, lhe interrompe para salientar a importância da represa Bico da Pedra para a região. Apesar de concordar com a esposa a respeito do ônus gerado pelas desapropriações e se posicionar contrário aos valores determinados pelo DIG, Luís destacou que “agora eu vou falar a verdade pro ‘cê: a valença de Janaúba é essa barragem, porque o certo a gente tem que falar, se não fosse aquela barragem não tinha essa cultura que tem aqui hoje não, porque muita gente tinha mudado daqui também, porque o rio não aguentava não.”<sup>517</sup>

Os discursos que exaltam e celebram o progresso são vividos e apreendidos pelos trabalhadores de múltiplas formas, sendo possível notas que alguns o incorporam e reproduzem, enquanto outros o rejeitam e questionam. Como no ano da entrevista (2016) o Norte de Minas passava por um período de longas estiagens, o que levou muitos municípios a decretarem situação de calamidade pública,<sup>518</sup> Luís destaca a importância da

---

<sup>517</sup> Luís Cosme Damião. Entrevista realizada no dia 13/04/2016.

<sup>518</sup> Em 2016, ano da realização da maioria das entrevistas, a região Norte de Minas estava passando por um dos maiores períodos de estiagem dos últimos 80 anos. Relatórios produzidos pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater) apontavam que 90% dos córregos e rios que abastecem a região estavam comprometidos, e 70% dos poços artesianos secaram ou tiveram a vazão comprometida, impactando diretamente o abastecimento da população. Em relação à safra agrícola, técnicos da Emater destacavam que as perdas nas quatro últimas safras chegam a R\$ 2 bilhões. O rebanho bovino, que chegava a 3,3 milhões de cabeças, foi reduzido a 1,5 milhão, e a produção de leite caiu 60%. As pastagens, que somavam 4 milhões de hectares, foram reduzidas em 70%. Até julho daquele ano 119 municípios mineiros tinham decretado situação de emergência pela seca que assolava, somente no campo, 150 mil famílias. Reportagem datada de julho de 2016. Cf. **Período Crítico da seca no Norte de Minas chega três meses**

barragem que, apesar de se encontrar abaixo do nível considerado normal, garantia água para o consumo humano e irrigação do projeto Gorutuba e Lagoa Grande.

Em sua narrativa, Luís faz referência a imagens e realidades vividas no passado para construir seus posicionamentos a partir do tempo presente. Com a construção de perímetros irrigados no Vale do Gorutuba houve um aumento demográfico devido à procura por trabalho assalariado ou temporário, desenvolvimento do comércio, serviços e da indústria além do reconhecimento, nacional e estadual, da região como polo de fruticultura irrigada. Estes fatores levam o entrevistado a comparar a situação atual com a época em que o rio Gorutuba secava e muitas pessoas migravam para outros estados a procura de emprego e renda.

Os sujeitos não passam a vida inteira reclamando ou se confrontando com as transformações econômicas; chega um momento em que é preciso lidar e enfrentar a realidade que está estabelecida. Diante de múltiplos contextos e situações, homens e mulheres, ao se confrontarem com suas necessidades de sobrevivência, vão alternando momentos de resistência e conflitos com momentos de aceitação e incorporação.<sup>519</sup> Assim, os entrevistados mantêm relações comerciais com instituições e atores sociais responsáveis pelas desapropriações, eles próprios ou seus filhos trabalham ou já trabalharam nos lotes empresarias, procuram pagar em dia as contas de água para não terem o fornecimento interrompido, não cometem as infrações previstas no regulamento do DIG ao mesmo tempo em que lutam pela escritura da terra, por uma nova política de preços da água, por melhores condições de trabalho e produção, entre outras medidas vistas como necessárias à cidadania, direitos e qualidade de vida no campo.

Entre ambiguidades e ambivalências, conformismo e resistência, os produtores rurais vivenciam as novas relações de poder e hegemonia. Ter assegurado a posse da terra representou uma vitória, contudo, a vida nas colonizações vem sendo marcada por novas perspectivas, tradições, subjetividades e identidades. Algumas mudanças não ocorreram de modo radical ou foram explicitadas de modo claro nas entrevistas, pelo contrário, foi no decorrer do diálogo que foi possível verificar como o novo e o antigo, o moderno e o tradicional passaram a compor, de forma amalgamada e complexa, as experiências sociais e culturais dos produtores rurais.

---

**antes do previsto.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/mg/grande-minas/noticia/2016/06/periodo-critico-da-seca-no-norte-de-mg-chega-3-meses-antes-do-previsto.html>> Acesso em: 13 janeiro 2017.

<sup>519</sup> THOMPSON, E.P. Folclore, Antropologia e História Social. In: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: UNICAMP, 2001, p. 261-263.

Ao mesmo tempo que lamenta não ter um espaço para criar gado, galinha e outros animais, Odilon, que atualmente recebe, a cada dois dias, um litro de leite pelo programa “leite pela vida”<sup>520</sup>, salienta que “hoje não tenho gado, mas tenho geladeira pra esfriar o leite”. Ainda de acordo com ele “antes a gente não tinha energia, fogão a gás, geladeira e televisão, foi depois que nós veio pra cá (colonização III) que passamos a usar tudo isso. Cozinhar a gás é mais fácil, né?”<sup>521</sup>

A aquisição de bens e produtos certamente proporcionou um maior conforto e diminuição do esforço físico na realização de alguns trabalhos, seja na casa ou na roça. Determinadas noções científicas e tecnológicas vão penetrando nos costumes e concepções populares constituindo novos lugares-comuns evidenciando como o senso comum, entendido por Gramsci como concepção de mundo de um determinado estrato social, não deve ser compreendido como algo rígido e imóvel.<sup>522</sup>

Apesar de alguns possuírem cavalos em suas propriedades, os principais meios de transporte dos assentados são as bicicletas, motos, carros ou ônibus que diariamente passam nas colonizações em direção às cidades de Janaúba e Nova Porteirinha. Nestes espaços, os produtores rurais retiram o dinheiro da aposentadoria nos bancos, fazem suas “feiras”, visitam filhos, pagam contas de água e de luz, participam de reuniões do DIG (os adimplentes), entre outras atividades que mostram como a vida vai sendo forjada a partir de diversas movimentações e representações. Estes modos culturais, residuais e emergentes, dão significados às experiências dos sujeitos ao mesmo tempo que indicam como vivenciam o modelo econômico criado por órgãos governamentais.

Apesar de não atender as expectativas dos movimentos sociais e sindicais que lutaram por um número maior de assentamentos, a distribuição de lotes foi uma conquista, embora usada pela Codevasf como uma forma de se promover socialmente ao associar tal ato a caridade\benevolência e procurar diminuir as pressões e reivindicações em curso.

A conquista da terra é vivida como esperança, não é uma conquista plena pois em diversos momentos os entrevistados destacam seus anseios e expectativas. A partir deste

---

<sup>520</sup> O Programa Leite pela Vida foi implantado em 2004 a partir de uma parceria entre o Governo de Minas e o governo Federal com o objetivo de mudar o quadro elevado do nível de desnutrição de grande parte da população dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas. O programa tem como principal objetivo contribuir para o combate à fome e à desnutrição de cidadãos que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional – por meio da distribuição gratuita de leite. Além disso, visa fortalecer o setor produtivo local e a agricultura familiar, garantindo a compra do leite dos agricultores familiares. Informações Minas Gerais. **Programa Leite pela Vida**. Disponível em: < <http://www.leitevida.com.br/>> Acesso em: 12 Maio 2018.

<sup>521</sup> Odilon José da Silveira. Entrevista realizada no dia 23/02/2016.

<sup>522</sup> GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 2. Ed. E Trad. Carlos Nelson Coutinho; coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 208-209.

ideal que apreende o processo histórico como aberto, contraditório e em construção, onde uma luta perdida em um momento histórico pode ser resgatada e vencida em outro, que os sujeitos desapropriados empreendem ações de modo a requerer direitos perdidos e construir um modelo de desenvolvimento que contemple suas demandas e necessidades.

### **6.3- Fissuras, alternativas e limites do processo hegemônico**

Após a “redemocratização”, a burguesia agrária se articulou na intenção de perpetuar privilégios e manter intacta a estrutura agrária nacional. Agremiações patronais rurais, como a União Democrática Ruralista(UDR), Sociedade Rural Brasileira(SRB), Confederação Nacional da Agricultura(CNA), Frente Agrícola para a Agropecuária Brasileira(FAAB) e a Organização das Cooperativas do Brasil(OCB), alimentaram uma acentuada e radical oposição a ideia de reforma agrária que estava posta no debate nacional a partir da elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), em 1985, durante o governo José Sarney.<sup>523</sup>

Por meio de lobbies, pressões diversas e apoio a candidatos comprometidos com a “classe rural” para compor a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), estas forças conservadoras atuaram para que pautas progressistas não fossem contempladas pela Constituição de 1988. Ao final, a Carta Magna mostrou-se bastante retrógrada e contrária aos interesses pró-reformistas de movimentos sociais (como MST e CPT) e sindicais (como a Contag) ao tornar a reforma agrária morosa e custosa, sendo as desapropriações realizadas somente mediante “prévia e justa” indenização ao latifundiário que não cumprisse a denominada função social da terra, uma expressão que com o tempo mostrou-se bastante vaga e aberta a diversas interpretações. Desta forma, o direito à propriedade manteve-se intacto na Constituição, muitas vezes sobrepondo-se ao direito à vida, haja vista as diversas formas de violência que vem sendo praticadas contra os trabalhadores rurais que se consideram os “senhores da terra”.

No Vale do Gortuba, lideranças rurais procuraram se articular, social e politicamente, para que os “ventos da reforma agrária” não chegassem às suas propriedades, principalmente após o presidente José Sarney assinar um decreto que desapropriava mais de oito mil hectares de terras em Cachoeirinha, então distrito de

---

<sup>523</sup> Para uma análise do I PNRA e as reações contrárias a este plano por parte de frações da classe dominante Cf. MENDONÇA, Sonia Regina de. **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária-natureza e comportamento, 1964-1990.** 2 Ed. Vol. 5. São Paulo: Expressão popular, 2010.

Varzelândia, para serem distribuídas a posseiros que foram expulsos daquele espaço em 1967.<sup>524</sup> Em artigo publicado pelo jornal *O Gorutuba* em agosto de 1986, Edilson Brandão Guimarães conclamou seus pares a votar em candidatos para a ANC que defendessem a ordem, que significava manter a propriedade privada como direito sagrado e inalienável, e o progresso, entendido como a modernização do campo

Nós, do Sindicato Rural de Janaúba, ante a agressividade e ameaças aos proprietários rurais por entidades organizadas, analisando a situação atual, concluímos que a nossa classe, sempre preocupada em produzir, esquece de se organizar para enfrentarmos, na conjuntura atual, todas as pressões e vicissitudes a que estamos sujeitos.

Como estamos em ano eleitoral com vistas à Constituinte, é de nossa obrigação eleger ruralistas autênticos e comprometidos com a nossa classe, homens que se recomendam pelo seu passado de lutas e trabalho em defesa da propriedade privada e dos que, como empresários, criam riquezas e produzem alimentos para a população sempre crescente deste país.

Dentre tantos outros, destacamos os nomes de ALYSSON PAULINELLI e ARNALDO ROSA PRATA, dois companheiros sempre fieis aos nossos ideais de ruralistas, com os quais devemos estar firmes em 15 de novembro, elegendo-os como legítimos representantes da classe ruralista para a Assembléia Constituinte.<sup>525</sup>

Entre os anos de 1985 a 1987, Edilson Brandão e outros membros do Sindicato dos Produtores Rurais de Janaúba constantemente usaram as páginas do periódico *O Gorutuba* para “alertarem” seus companheiros quanto ao perigo e ameaça de uma reforma agrária antagonica aos interesses da classe ruralista. O jornal contribuía com a burguesia agrária regional divulgando fotos e longas entrevistas com Arnaldo Rosa Prata<sup>526</sup> e Alysso Paulinelli<sup>527</sup>.

---

<sup>524</sup> 2 fazendas de Varzelândia prioritárias para a reforma agrária. **O Gorutuba**. Janaúba, 06 abr. 1986, p.01.

<sup>525</sup> GUIMARÃES, Edilson Brandão. À classe ruralista- conclamação. **O Gorutuba**. Janaúba, 24 ago. 1986, p.01

<sup>526</sup> Arnaldo Rosa Prata nasceu em Uberaba (MG) no dia 10 de abril de 1927. É graduado em agronomia pela Universidade Rural do Brasil, atual Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Em 1976, fundou a Confederação Mundial de Criadores de Zebu, tornando-se secretário-geral da entidade, cargo que ocupou até 1982. Foi presidente da Sociedade de Agrônomos e Veterinários de Uberaba (1956-1960), da Associação Brasileira de Criadores de Zebu (1968-1970 e 1974-1978), prefeito de Uberaba (1971-1973), Secretário de Agricultura de Minas Gerais (1983-1986) e Deputado Federal (1987-1991). PRATA, Arnaldo Rosa. Cf. **Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br> Acesso em: 14 julho 2018.

<sup>527</sup> Alysso Paulinelli nasceu em Bambuí (MG), em 10 de julho de 1936. É engenheiro agrônomo pela Escola Superior de Agricultura de Lavras. Foi professor desta instituição, realizando estágios de aperfeiçoamento na Tennessee Valley Authority (Estados Unidos). Foi Ministro da Agricultura (1974-1979), presidente da Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior (1968-1968), do Banco do Estado de Minas Gerais (1979-1983), da Sociedade Mineira de Agricultura(1983-1986) e da Confederação Nacional da Agricultura (1987-1990), Deputado Federal (1987 a 1991) e Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais em duas ocasiões (1971 a 1974 e 1991 a1998). PAULINELLI, Alysso. Cf. **Dicionário**

Atentos ao crescimento da UDR, uma organização vista como representativa dos anseios dos ruralistas, diversos latifundiários, muitos deles membros e diretores do Sindicato dos Produtores Rurais de Janaúba, fundaram, em setembro de 1986, uma regional da União Democrática Ruralista no Norte de Minas em um pomposo evento que contou com a presença de Ronaldo Caiado, seu presidente nacional.<sup>528</sup> A partir daquele momento, o discurso regional atrelou-se a um discurso de maior representação, sendo que os novos uderistas passaram a contratar advogados para assessoria e esclarecimento quanto aquilo que consideravam como “direitos.”

A grosso modo, podemos considerar que na primeira metade da década de 1980 os movimentos sociais e sindicais que atuavam no campo tiveram grande participação e protagonismo na luta para que a “nova república” garantisse direitos e cidadania aos povos excluídos; já na segunda metade, a burguesia agrária procurou contra-atacar por meio da criação de um projeto organizativo e político-ideológico no sentido de manter o status quo.

A derrota da reforma agrária na Constituinte, o aumento da violência no campo e o comprometimento de sucessivos governos brasileiros com a aplicação do programa neoliberal ao longo da década de 1990 diminuíram a influência de vozes contra hegemônicas ao projeto dominante. A partir de 1985, quando a ofensiva da burguesia agrária contra os movimentos populares foi desencadeada, três organizações lutaram para firmar-se junto à classe trabalhadora rural: a Contag, representando o sindicalismo atrelado ao Estado e apoiado por setores da esquerda moderada, os sindicatos de trabalhadores rurais vinculados à Central única dos Trabalhadores (CUT), e o MST, que se estabeleceu como entidade autônoma.<sup>529</sup>

As fragmentações e perda da vitalidade dos movimentos rurais no Brasil após a redemocratização deram origem a novas formas de organização, como as associações, que deixaram perplexos dirigentes de movimentos sociais e sindicais.<sup>530</sup> Sem a mediação destes movimentos, a luta por uma reforma agrária transformou-se em ações isoladas e localizadas por terras que, devido as suas limitações, não avançou em direção a um projeto maior e unificado que pudesse alterar a estrutura fundiária do país.

---

**Histórico-Biográfico brasileiro.** Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: <[www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br)> Acesso em: 14 julho 2018.

<sup>528</sup> UDR instalou sua Regional Norte de Minas em Janaúba. **O Gorutuba.** Janaúba, 14 set. 1986, p.01

<sup>529</sup> GERMER, Claus. Perspectivas e lutas sociais agrárias nos anos 1990. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990.** 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003, p.328.

<sup>530</sup> GRZYBOWSKI, Cândido. Movimentos sociais rurais no Brasil: desafios e perspectivas. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990.** 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003, p.349.

No Norte de Minas aconteceu uma desestruturação, seguida de uma reorganização, dos movimentos sociais. Discursos radicais de contestação social ou que pudessem indicar uma conotação revolucionária foram substituídos por expressões como “luta por direitos”, o que significou a constituição de novos espaços de articulação entre agentes da sociedade civil e do Estado dentro dos limites impostos pelo capitalismo.<sup>531</sup> A busca por acordos, parcerias e negociações foram estratégias políticas usadas por muitos trabalhadores e suas organizações para atingirem seus propósitos “reformistas”.

Após o assentamento de parte dos desapropriados em colonizações e de posseiros de Cachoeirinha ao longo da década de 1980, a CPT, Fetaemg e STRs de Janaúba diminuíram suas atuações no Vale do Gortuba. Dentro da própria igreja católica, bispos conservadores agiram para enfraquecer as ações da CPT e muitos sindicatos rurais passaram a intervir principalmente em questões assistencialistas, como aposentadorias e encaminhamento para consultas médicas dos seus membros.

Neste contexto de “crise” dos movimentos sociais foi criada a Associação dos Desapropriados do Projeto Gortuba como uma alternativa de mediação política onde direitos seriam conquistados dentro do princípio de harmonia social e não de luta de classes. Fundada em 30 de junho de 1995 por Paulo José de Souza e outros filhos de desapropriados, a ADPG, de acordo com o seu estatuto, tinha como objetivo a “prestação de serviços que possam contribuir para o desenvolvimento do bem estar social dos associados.”<sup>532</sup> Para consecução deste objetivo, a entidade deveria, entre outros fins, a) desenvolver atividades de assistência social, médica, dentária, recreativa, educacional, esporte e cultural dos associados, b) celebrar convênios com qualquer entidade pública ou privada e c) lutar pelo assentamento dos desapropriados do projeto Gortuba, em outros distritos irrigáveis.<sup>533</sup>

Os objetivos da ADPG refletiam o cenário político-ideológico do final do século XX no qual muitas organizações sociais estavam imersas. A intenção seria promover a cidadania dentro do projeto dominante de desenvolvimento, evitando diversas formas de confrontos e embates. Assimilando o discurso neoliberal, existia uma certa descrença quanto ao papel do Estado na resolução dos problemas sociais, o que acabou por transferir

---

<sup>531</sup> Sobre este assunto, Cf. LEITE, Valéria de Jesus. **Estado, movimentos sociais e as teias históricas da sustentabilidade no Norte de Minas nos anos 1990**. Tese (Doutorado em História). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2016.

<sup>532</sup> ASSOCIAÇÃO DOS DESAPROPRIADOS DO PROJETO GORTUBA. **Estatuto da Associação dos Desapropriados do Projeto Gortuba**. Janaúba, 1995, p.01.

<sup>533</sup> Idem.

para indivíduos e instituições, compreendidos sinteticamente como “sociedade civil”, novas responsabilidades.

A ADPG não possuía um perfil combativo ou de cunho classista, mas sim de filantropia aos associados dentro de um espaço delimitado (Janaúba, Porteirinha, Jaíba e Riacho dos Machados). A fragmentação de objetivos e finalidades fazia com que a associação aparecesse para os órgãos governamentais como preocupada com a interlocução política visando uma “prestação de serviços” e não como oposição ou contrária ao Estado.

No segundo objetivo, a ADPG reproduz o sentido liberal do conceito de sociedade civil ao separar e isolar diversos fatores que compõem a vida social. A associação se apresenta como se fosse distinta e independente do Estado, rejuvenecendo a concepção liberal que coloca em polos opostos sociedade civil e sociedade política. Diferentemente da concepção gramsciana onde a sociedade civil é um espaço de luta de classes, a ADPG a compreende apenas como lugar de consenso, onde convênios e parcerias deveriam ser buscados e celebrados, inclusive com instituições privadas que acreditava estar a favor do bem coletivo.

Em seu terceiro objetivo, a associação propunha que o assentamento de desapropriados fosse realizado em outros perímetros irrigados, a exemplo do projeto Jaíba onde a Codevasf estava recebendo inscrições para a distribuição de pequenos lotes. Para não gerar conflitos e tensões sociais com representações patronais e agências governamentais, a ADPG optou pelo caminho considerado democrático e pacífico, aguardando que seus membros fossem selecionados para ocuparem terras consideradas devolutas.

Paulo narra que a associação dos desapropriados nasceu a partir de um compromisso pessoal firmado após se eleger vereador no ano de 1992

então eu ganhei pra vereador e aí eu tive esse poder de ter essa autoridade, de fazer esse movimento para o povo sofrido que era o povo desapropriado do Gortuba, então eles me elegeram. Aí depois que eu elegi eu falei: eu tenho uma causa a mexer. Era eu sozinho que mexia com os desapropriados, só eu. Eu não prometi ninguém que eu ia fazer isso, aí eu senti dentro de mim, eu senti o problema social, o problema da minha região e levantei a bandeira e tive apoio da câmara, tive apoio de juiz, tive apoio de tudo, tive apoio de toda autoridade, não faltou...a câmara, o presidente da câmara, o prefeito da época que foi Pedro Roberto, aí eu tive esse apoio, tive transporte, teve comida, teve ajuda né, mas foi a mobilização, foi o povo que me ajudou e o poder público.<sup>534</sup>

---

<sup>534</sup> Paulo José de Souza. Entrevista realizada no dia 28\12\2016.

Ao longo de sua narrativa, Paulo mostrou-se bastante entusiasmado e otimista com a associação que ajudou a criar, apesar de não ter participado de sua diretoria. Mesmo citando o apoio da comunidade e de políticos regionais, em alguns momentos ele procura destacar-se individualmente: “era eu que mexia sozinho com os desapropriados”. Esta postura deve ser inserida e compreendida dentro do pressuposto de que o entrevistado não narra de modo imparcial e objetivo sua trajetória, mas também está interessado em buscar um conjunto de sentidos e temas que considera mais importante na intenção de projetar uma imagem sobre sua própria pessoa.<sup>535</sup>

Seguindo indicação de Paulo, chegamos a Cirilo Borges Pinto que ocupou o cargo de vice-presidente da ADPG. Anos depois de sua família ter sido desapropriada de terras localizadas na antiga comunidade rural de Calumbi (atual Colonização III, em Nova Porteirinha), Cirilo adquiriu uma pequena propriedade no povoado de Jacarezinho (Janaúba), onde vive atualmente com sua família. Ele considera que o surgimento da associação foi fruto de uma ação coletiva e não individual: “nós conversando surgiu a ideia de fazer uma associação pra ver se nós podia ir nos órgãos público pra ver se nós arranjava lote ou dinheiro pra comprar terra. Foi eu, Paulo e outros que pensou em criar a associação pra ficar mais forte. A associação tinha quase uns duzentos sócios de carteirinha e tudo.”<sup>536</sup> Enquanto Paulo enfatizou que recebeu apoio do Juiz e lideranças políticas, como vereadores e o prefeito de Janaúba, Cirilo salientou que “a gente só tinha apoio de conversa pra ganhar voto. Não teve apoio pra batalhar, pra correr atrás.”

Paulo vincula sua narrativa ao cargo que ocupou no legislativo municipal e se coloca enquanto mediador entre as demandas populares e os órgãos governamentais. Já Cirilo enfatiza a burocracia e a falta de compromisso dos agentes públicos para com os interesses dos desapropriados, transformando um problema social em uma plataforma político-eleitoreira de caráter populista. Havia um consenso por parte de muitos sujeitos quanto à importância da institucionalização do movimento social para encaminhamento de suas reivindicações, entretanto, as narrativas expressam perspectivas e visões de mundo diferentes, construídas a partir das experiências dentro da associação.

Paulo salienta que foram constantes as idas ao Palácio da Liberdade e a ALMG com o objetivo de conseguir apoio do então governador Eduardo Azeredo e de deputados

---

<sup>535</sup> Sobre esse tema, Cf. PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. São Paulo: Olho d’água, 2005, p. 297-313.

<sup>536</sup> Cirilo Borges Pinto. Entrevista realizada no dia 16/06/2018.

estaduais. Como resultado destes encontros, houve a formação de uma CPI na ALMG para investigar as desapropriações. De acordo com o entrevistado

depois que legalizou, a associação foi pra Belo Horizonte e lá teve audiência com o governador. Foi um ônibus cheio de gente pra Belo Horizonte, depois deputados vieram aqui. Nós fomos na Assembleia Legislativa e lá que criou a CPI. Nós fizemos a denúncia sobre a desapropriação do Gorutuba e eles veio apurar. Era de chorar as história que o povo contou lá. Lá nós recebemos muito apoio do Dimas Rodrigues (Aldimar Dimas Rodrigues<sup>537</sup>) e de vereadores, foi dois ou três vereadores com a gente. Teve a reunião aqui em Janaúba e veio a Fetaemg, deputados, o Secretário de Agricultura Alysson Paulinelli, veio um mucado de homem pra reunião.<sup>538</sup>

As movimentações dos membros da associação provocaram a ampliação das fronteiras da política e do espaço público. A criação da CPI para investigar as desapropriações no Vale do Gorutuba, embora apareça nos discursos políticos e midiáticos tendo o deputado Dimas Rodrigues como protagonista<sup>539</sup>, deve ser inserida no contexto de pressões exercidas por sujeitos e instituições junto a sujeitos da sociedade política. Como visto, desde 1984 o STRs de Janaúba já colocava a possibilidade de se formar uma Comissão Parlamentar de Inquérito com este objetivo.

Se a formação da CPI significava a aceitação, por parte do legislativo estadual, em investigar um fato considerado de relevante interesse social e político, não se pode perder de vista que também representava um caminho para que agentes governamentais pudessem tomar as rédeas do debate e das formas de participação popular, o que indicava uma tentativa de evitar a influência de movimentos sociais diversos junto aos desapropriados e neutralizar possíveis conflitos agrários.

Ressalta-se que as reuniões para implantação da CPI aconteceram em agosto de 1995, mês em que aconteceu o massacre de Corumbiara, em Rondônia, onde nove trabalhadores sem-terra foram mortos por policiais e pistoleiros durante um processo de reintegração de posse. Este fato permaneceu/permanece como um espectro da vida nacional, sendo que os deputados resolveram se antecipar e intervir para que não ocorresse um “novo Corumbiara” no Norte de Minas.

---

<sup>537</sup> Aldimar Dimas Rodrigues nasceu em 1949 no município de Serranópolis de Minas. É fazendeiro (filiação ao Sindicato dos Produtores Rurais de Janaúba) e importante liderança política no Norte de Minas. Exerceu o cargo de prefeito de Janaúba (1989-1993), Deputado Estadual (1995-2002) e Superintendente da Codevasf em Minas Gerais (2010-2016).

<sup>538</sup> Paulo José de Souza. Entrevista realizada no dia 09/05/2018.

<sup>539</sup> Dimas pede CPI para apurar as desapropriações do Gorutuba. **Jornal do Norte**, Montes Claros, 19 e 20 ago. 1995, p.08.

No requerimento enviado ao presidente da ALMG par instauração da CPI, Dimas Rodrigues justificou que

A CPI ora proposta tem como objetivo investigar os critérios de desapropriação utilizados pela CODEVASF, na implantação do PROJETO GORUTUBA, no Norte de Minas. Segundo informações de lideranças comunitárias e políticas daquela região, houve muita violência e injustiça no processo de desapropriação, onde uma minoria, agindo de má-fé, lesou inúmeras pessoas. Muitos foram obrigados a entregar suas terras por valores ínfimos.

A realidade, hoje, é que existem inúmeras famílias sem nenhuma esperança de reaver um patrimônio que foi construído com muita luta. Os desapropriados estão se mobilizando, em Janaúba, especificamente, e clamando por justiça.

Diante do exposto, considerando que é dever do legislativo estar atento aos clamores da sociedade, submeto à aprovação dos nobres pares a presente proposição.<sup>540</sup>

O requerimento foi assinado por 30 deputados<sup>541</sup>, número suficiente para instauração da CPI segundo o regimento da ALMG que define assinatura de, no mínimo, 1/3 dos 77 deputados. Após vinte anos, os produtores rurais e/ou seus filhos tinham expectativa que, com as conclusões da Comissão, o poder executivo pudesse reparar danos e prejuízos decorrentes da perda da terra. Colocando-se a favor dos expropriados, Dimas Rodrigues ressaltou que a criação do projeto Gorutuba ocorreu a partir de muita violência, injustiça e má-fé, expressões que devem ser sublinhadas uma vez que, da justificativa ao relatório final, foram revisadas e relativizadas.

A CPI foi aprovada no dia 08 de agosto de 1995, com um prazo de conclusão de 120 dias, contados a partir do dia 19 daquele mês, quando os trabalhos foram iniciados. Seus membros efetivos eram Antônio Roberto (presidente-PMDB), Almir Cardoso (vice-presidente- PT), Carlos Pimenta (relator-PL), Jairo Ataíde (PFL), Dinis Pinheiro (PSD), Aldimar Dimas Rodrigues (PP) e Elbe Brandão (PSDB). Estes dois últimos são de Janaúba, sendo Elbe Brandão<sup>542</sup> filha do ruralista Edilson Brandão. Ao final, foi produzido um

---

<sup>540</sup> MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais-ALMG. Comissão Parlamentar de Inquérito da Codevasf. **Transcrição literal das notas taquigráficas de atas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Janaúba.** 1995.

Disponível em: <<http://mediaserver.almg.gov.br/upload/www/?a=d&i=8780000921>>. Acesso em: 17 julho 2018.

<sup>541</sup> Chegamos este número a partir da contagem das assinaturas na folha de requerimento que, por serem rubricas aleatórias, com umas sobrepondo-se a outras, não é exato.

<sup>542</sup> Elbe Brandão é economista e professora universitária. Foi deputada estadual suplente (de 1995 a 1999) e efetiva (de 1999 a 2011) da ALMG. Foi nomeada, em janeiro de 2007, secretária extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e para o Norte de Minas, cargo já ocupado por ela, entre 2003 e março de 2006. Também atuou como secretária da Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene (AMAMS/1993). Cf. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Elbe Brandão.** Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/deputados/biografia/index.html?idDep=8213&leg=16>> Acesso: 14 julho. 2018.

relatório de 627 páginas que incluem diversas entrevistas e análise de documentos produzidos pelo STRs de Janaúba, ADPG, Codevasf, Dnocs, Lasa Engenharia e Ministério do Interior.

Durante as primeiras reuniões, os parlamentares debateram sobre quais pessoas seriam ouvidas. O deputado Carlos Pimenta propôs, e a maioria dos membros da Comissão aceitou, que se ouvisse inicialmente o então Superintendente da Codevasf em Minas Gerais, Ciriaco Serpa de Menezes, pois, segundo Pimenta, “seria interessante ouvirmos primeiramente o órgão gerenciador do projeto, para que tenhamos informações oficiais e, a partir daí, termos base para sustentar nossa discussão.”<sup>543</sup> Ao considerar o representante da Codevasf como promotor de “informações oficiais”, a memória dos trabalhadores era colocada em um status inferior, passando a ser vista como um acessório menor de um discurso compreendido como superior que iria nortear e balizar a forma como a CPI iria ser encaminhada.

Ciriaco foi ouvido no dia 06 de setembro de 1995. Em linhas gerais, ele repetiu o que os ex-superintendentes da Codevasf defendiam, ou seja, que as desapropriações aconteceram de forma “justa e amigável”. Ele narrou que foram oferecidos lotes irrigados aos desapropriados, contudo, “eles viram que não aguentavam acompanhar esse desenvolvimento e ficaram fora do processo. Agora estão vendo que a coisa deu certo e querem participar.”<sup>544</sup> O superintendente justificou a falta de assentamento devido ao medo, insegurança, incapacidade ou falta de experiência dos desapropriados em lidar com a agricultura irrigada e, assim, naturalizava a pobreza pelo discurso da meritocracia.

Naquela ocasião, onde o entrevistado era um representante da Codevasf, os deputados compartilhavam o discurso de desenvolvimento do Norte de Minas a partir dos perímetros irrigados, colocando as desapropriações como uma questão menor. Dimas Rodrigues, que justificou a instauração da CPI pela violência e injustiças sofridas pelos desapropriados, passou a salientar que o projeto Gortuba “foi muito benéfico para Janaúba. Janaúba, hoje, é um grande produtor de fruticultura, de grãos. O problema social

---

<sup>543</sup> MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais-ALMG. Comissão Parlamentar de Inquérito da Codevasf. **Transcrição literal das notas taquigráficas do Relatório da CPI da Codevasf**. 1995. Disponível em:<<http://mediaserver.almg.gov.br/upload/www/?a=d&i=8780000921>>. Acesso em: 12 julho 2018.

<sup>544</sup> MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais-ALMG. Comissão Parlamentar de Inquérito da Codevasf. **Transcrição literal das notas taquigráficas da oitiva de Ciriaco Serpa de Menezes**. 1995. Disponível em:<<http://mediaserver.almg.gov.br/upload/www/?a=d&i=8780000921>>. Acesso em: 13 julho 2018.

da região foi sanado em grande parte pela Codevasf.”<sup>545</sup> Os deputados não tinham uma posição clara e firme acerca das desapropriações, mudando o discurso segundo cada interlocutor e a conveniência do momento. Em alguns momentos aceitavam e reproduziam a memória oficial e em outros focavam o caos social provocado pela perda da terra e trabalho de milhares de pessoas.

Nos dias 18 e 19 de outubro de 1995, a CPI realizou duas audiências públicas no Clube da Associação do Banco do Brasil (AABB), onde foram ouvidos 39 produtores rurais expropriados, entre eles João Ferreira de Carvalho, Paulo José e Cirilo Borges. Cada pessoa tinha até três minutos para relatar suas histórias e, posteriormente, responderiam as perguntas dos deputados. De forma reiterada eles salientaram que, da forma como a Codevasf conduziu o processo, não houve uma desapropriação e sim um despejo que provocou miséria, desemprego e deslocamentos compulsórios.

Antes das falas dos desapropriados, alguns deputados tomaram a palavra para manifestar seu apoio aos produtores rurais e, desta forma, se promoverem politicamente. Ao mesmo tempo em que Elbe Brandão destacou que se comprometia a “buscar soluções” para os problemas sociais existentes na região, disse que “algumas pessoas tiveram que ser desapropriadas, mas foi uma desapropriação para o bem comum. (...) Hoje, a nossa produção vai para Belo Horizonte e para o exterior. Então, a irrigação é o melhor passo.”<sup>546</sup> Sem citar diretamente a deputada, Cirilo procurou replicar o discurso de prosperidade e desenvolvimento gerados pelos perímetros irrigados evidenciando as contradições e paradoxos existentes em um mesmo espaço: “aqui, em Janaúba, quando chegam as autoridades, eles (a Codevasf) mostram só as belezas da cidade: mostram cachos de banana, de quase um metro e meio, mostram pencas de laranja e belos cachos de uva, mas não mostram a miséria do povo.”<sup>547</sup>

Ao colocar que “a irrigação é o melhor passo”, Elbe Brandão atua na criação de condições para que o capital continue avançando e ampliando seus territórios por intermédio de uma noção da realidade que se coloca como verdadeira e universal. Seu discurso procura se legitimar pelo aumento da produção e produtividade agrícola que, ao

---

<sup>545</sup> MINAS GERAIS. **Transcrição literal das notas taquigráficas da oitiva de Aldimar Dimas Rodrigues.** Op. cit.

<sup>546</sup> MINAS GERAIS. **Transcrição literal das notas taquigráficas da oitiva de Elbe Brandão.** Op. cit.

<sup>547</sup> MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais-ALMG. Comissão Parlamentar de Inquérito da Codevasf. **Transcrição literal das notas taquigráficas da oitiva de Cirilo Borges Pinto.** 1995. Disponível em: <<http://mediaserver.almg.gov.br/upload/www/?a=d&i=8780000921>>. Acesso em 19 julho 2018.

ser contextualizado, se mostra como parte de uma estratégia comum dos discursos progressistas que tornam a história refém de uma narrativa única e homogênea.

Nas exposições, feiras e diversos encontros promovidos pela burguesia agrária no Vale do Gortuba, são colocados em destaque os belos cachos de banana produzidos nas áreas irrigadas, sendo que comumente são premiados aqueles considerados de maior tamanho e melhor qualidade.<sup>548</sup> Os visitantes destes eventos, entre eles muitos turistas, criam uma concepção de que existe apenas riqueza e opulência nos perímetros irrigados, pois há uma esforço, premeditado e organizado, de ser esconder as “misérias do povo”.

O poder da classe dominante passa também pela visão evolucionista da história, vista como uma marcha contínua em direção ao progresso. A partir das memórias e resistências dos grupos subalternos que esta concepção é rompida ao compreender o processo histórico como campo aberto, descontínuo, heterogêneo e que sempre comporta outras possibilidades, reais ou imaginária.<sup>549</sup>

O relatório final da CPI foi apresentado e aprovado pelos membros da Comissão no dia 1º de novembro de 1995 e encaminhado ao presidente da ALMG uma semana depois. Concluiu-se que

Diante do exposto, restou sobejamente comprovada a procedência das denúncias como bem o demonstram os documentos que instruem este relatório.

Incisivos foram os depoimentos dos desapropriados injustiçados, corroborados pela manifestação expressa do Superintendente da CODEVASF, da qual subentende-se que houve falhas no processo de assentamento do pessoal. (...) <sup>550</sup>

Embora considerasse que houve injustiça nas desapropriações, a CPI, devido preceitos legais, limitou-se a apenas fazer recomendações aos órgãos públicos. Em outra parte do relatório, foi destacado que “a lei não dá guarida aos infortunados do Gortuba, devido a incidência prescricional dos seus direitos”. Desta forma, a jurisprudência vigente salvaguardava a impunidade aos mandatários e/ou autores das diversas violações cometidas durante as desapropriações e não garantia aos trabalhadores o retorno de qualquer direito violado.

---

<sup>548</sup> JÚNIOR, Oliveira. **Produtores rurais são premiados em 1º concurso de cacho de banana realizado na 33ª ExpôJanaúba**. Disponível em: <<http://oliveirajunior2.blogspot.com/2014/06/produtores-sao-premiados-em-1-concurso.html>>. Acesso em: 17 julho 2018.

<sup>549</sup> LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de História". São Paulo: Boitempo, 2005.

<sup>550</sup> MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais-ALMG. Comissão Parlamentar de Inquérito da Codevasf. **Transcrição literal das notas taquigráficas do relatório final**. 1995. Disponível em: <<http://mediaserver.almg.gov.br/upload/www/?a=d&i=8780000921>>. Acesso em 11 agosto 2018.

O então presidente da ALMG, Agostinho Patrus, seguindo as recomendações da CPI, encaminhou requerimento ao presidente do INCRA, ao Ministro da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, ao Governador de Minas Gerais e ao presidente da Codevasf solicitando a adoção de providências no sentido de viabilizar o assentamento dos produtores rurais remanescentes do projeto Gorutuba, ou dos seus descendentes, no projeto Jaíba ou em outros a serem criados em Minas Gerais. Apenas Ciríaco Serpa de Menezes respondeu ao requerimento, destacando que

O assentamento de irrigantes e não colonos não é procedido arbitrariamente, posto que os inscritos deverão preencher um elenco de requisitos exigidos em norma específica e nas legislações pertinentes. Outrossim, é relevante registrar que a CODEVASF, por basear-se em Decreto expropriatório para a implantação de projetos irrigados, não está adstrita ao assentamento dos desapropriados, em razão das atividades que lhes são atribuídas e descritas em seu estatuto não possuírem afinidades com a Reforma Agrária de responsabilidade do INCRA. Ressalta-se, entretanto que, preenchendo os desapropriados inscritos os requisitos exigidos e, em condições de igualdade com os demais, estes, serão selecionados e assentados posteriormente.<sup>551</sup>

Em sua resposta, Ciríaco Serpa é enfático ao dizer que os desapropriados do Gorutuba não teriam qualquer privilégio ou prioridade no assentamento a ser realizado no projeto Jaíba na segunda metade da década de 1990.<sup>552</sup> Ao distinguir o modelo de distribuição de terras da Codevasf em relação ao do INCRA, Serpa procura evidenciar a existência de critérios diferentes na seleção de produtores rurais, sendo que o primeiro órgão estava interessado em admitir sujeitos que iriam participar de um projeto de capitalização e modernização do campo.

Na sua oitava, Ciríaco negou a existência de arbitrariedades e injustiças contra os desapropriados, todavia, os parlamentares “subentenderam”, no relatório final, que ele admitiu falhas no assentamento dos produtores rurais. Com essa negação, o superintendente da Codevasf não manteve nenhum tipo de compromisso com os expropriados e a Comissão iria transformar-se em “pizza” ao não gerar nenhum tipo de responsabilização civil ou criminal, mudança na legislação sobre desapropriações e, o mais importante, garantia de dignidade e justiça aos sujeitos que perderam suas terras.

---

<sup>551</sup> MINAS GERAIS. **Transcrição literal das notas taquigráficas do ofício da Codevasf.** Op. Cit.

<sup>552</sup> Mais de 13 mil pessoas fizeram inscrição para obtenção de um lote irrigado no projeto Jaíba, contudo, apenas 1.329 famílias foram assentadas. Apesar de não ter um número exato, os membros da ADPG e estudos acadêmicos indicam que foi irrisória a quantidade de desapropriados do Vale do Gorutuba selecionados. Sobre estes números Cf. MOURA, Auricharme Cardoso de. **Trajetórias, memórias e experiências dos trabalhadores rurais do projeto Jaíba, MG.** Dissertação (Mestrado em História Social). 164 Fls. Universidade Federal de Uberlândia-UFU. Uberlândia, 2014.

Durante as audiências públicas, foi comum homens e mulheres elogiarem os deputados e dizer-lhes da esperança e expectativa quanto aos resultados práticos daquela CPI. Como isso não aconteceu, a decepção produziu um afastamento dos sócios da ADPG, o que veio a causar a paralisação de suas atividades e esfriamento das reivindicações dos desapropriados no Vale do Gorutuba. Sem uma terra para morar e trabalhar, restou a muitos a procura por um emprego como assalariado rural ou diarista nas propriedades empresariais do projeto Gorutuba sendo que a questão das desapropriações permaneceria por um longo período esquecida nos debates públicos, embora permanecesse viva nas memórias dos atingidos e de suas famílias.

A situação dos expropriados foi retomada no Vale do Gorutuba a partir de 2010 com a criação do Movimento dos Atingidos por Barragens, em Nova Porteirinha. O MAB passou a reivindicar pautas a favor dos desapropriados que haviam sido postas pelo STRs de Janaúba na década de 1980, e que não tinham sido contempladas, ao mesmo tempo em que incorporou novas lutas surgidas a partir da capitalização e monetarização da água e da terra.

O MAB foi criado no Brasil em fins da década de 1970 com a retirada de diversos direitos das populações ribeirinhas devido a construção de barragens destinadas a irrigação, geração de energia elétrica, navegação, abastecimento público, etc. Com a crescente mercantilização dos recursos naturais e seu uso por empresas nacionais e multinacionais com o objetivo de gerar lucros, o movimento passou a adotar o lema “Água e energia não são mercadorias”, defendendo uma nova política energética para o país, o direito à terra e à água e a preservação da natureza.

O Movimento dos Atingidos por Barragens foi instituído em Nova Porteirinha por Edinalza Borges da Silva, que é filha de desapropriados da barragem do Bico da Pedra. De acordo com ela

Eu nem sabia o que era MAB. Um dia eu cheguei na casa de meu pai lá na colonização Banavit e Moisés, o coordenador estadual do MAB, estava lá e aí mãe me apresentou pra ele e ele foi embora. E aí pai me falou: tem uma reunião em Belo Horizonte e eu não tô querendo ir não porque eu não tô bem de saúde, cê não quer ir em meu lugar não? E aí eu falei: tá bom pai, eu nem sei o que é isso, mas eu vou. E lá nós tentou entender o MAB, fiz vários cursos de formação, ficava dez dias fora fazendo curso de formação em Mariana, Ouro Preto, Belo Horizonte, Brasília e até hoje nós vamos porque a gente tá sempre em formação, a gente nunca para. E aí fizemos os grupos de base, porque o movimento caminha com os grupos de base que existe nas comunidades, sem os grupos de base não existe movimento social não. Então foi criado três grupos de base dentro das comunidades, e aí dentro desses três grupos de base tirou três coordenadores que seriam duas mulheres e um homem e

aí faria uma reunião todo mês e, se necessário, uma reunião extraordinária no intervalo de trinta dias. E aí eu fiquei como coordenadora regional pra coordenar os coordenadores dos grupos de base de base, então eu viajo, faço formação, repasso o que aprendi e as deliberações para os coordenadores dos grupos de base e eles repassam para as pessoas.<sup>553</sup>

Edinalza passou a problematizar certas racionalidades hegemônicas, vislumbrando o tempo presente como passível de alterações a partir da organização social e política dos desapropriados. Sendo pertencente e ideologicamente comprometida com a classe subalterna, ela passou a atuar como intelectual na construção de práticas contra hegemônicas a partir da própria formação enquanto militante e, posteriormente, pela tentativa de conscientização dos seus pares acerca de seus direitos.

Por mais que as experiências comuns e compartilhadas sejam fatores importantes de vínculo social, o engajamento na luta por ter e/ou permanecer na terra é uma possibilidade dentre tantas outras. Neste sentido, apesar da busca pelo consenso e tentativa de homogeneizar a luta dos desapropriados, Edinalza relatou que muitos não aceitaram o convívio para participar das reuniões e mobilizações. Entre os entrevistados apenas Juvência, Joana, Maria Aparecida e Jovência entraram no MAB, o que indica, entre outras questões, como a criação de uma nova política econômica para o meio rural está intrinsecamente relacionada ao crescimento e afirmação da presença feminina nos movimentos sociais.

Foi possível perceber, em todas as entrevistas realizadas, uma tendência das mulheres assumirem novos papéis sociais e familiares, quebrando uma relação de patriarcalismo e subordinação que historicamente marcaram o campo brasileiro. Elas gradativamente estão saindo de uma posição que tradicionalmente ocupam no espaço rural, o lar, para participarem de associações, movimentos sociais e outros espaços de resistência e luta por direitos. A busca por relações mais igualitárias está sendo construída dentro de um processo marcado por contradições e ambivalências já que, ao se posicionarem social e politicamente de forma autônoma e independente, muitos homens entendem que existe uma ruptura ou questionamento de sua autoridade.

Em sua narrativa, Joana salientou que o MAB de Nova Porteirinha se articulou com o MAB nacional, o que possibilitou unificar as lutas e conhecer novos lugares e pessoas

Auricharme: como a senhora entrou no MAB?

Joana: fui convidada pela Edinalza. Aqui na Colonização III eu e a Cida (sua vizinha) participamos do MAB. Já fizemos viagem para Belo

---

<sup>553</sup> Edinalza Borges da Silva. Entrevista realizada no dia 28 de maio de 2014.

Horizonte, São Paulo, Curitiba, tudo nós fomos. O ônibus pegava gente daqui, de outras colonizações, de Janaúba, de Nova Porteirinha e a gente viajava. A gente lutava pro preço da água baixar, preço da energia, porque é tudo caro né e nisso a gente conheceu muitas pessoas, até gingo a gente conheceu.<sup>554</sup>

Para além de seu caráter político, Joana destaca a dimensão social, pedagógica e simbólica dos movimentos sociais. Após sair do conforto de sua residência e da presença familiar, ela e outros militantes enfrentavam longas viagens até chegarem a cidades muitas vezes desconhecidas, frequentemente com condições climáticas, de hospedagem e locomoção que não correspondiam suas expectativas. Diante destas incertezas e adversidades, a constituição de novos laços sociais e de reciprocidade se fizeram importantes para cumprir com os objetivos e pautas que tinham sido previamente estabelecidas, assim como aquisição de novos conhecimentos, identidades e ideologias.

Com o crescimento do número de desapropriados em todo o país nas últimas décadas, o MAB compreende que determinadas lutas e reivindicações são comuns a todos os atingidos, o que requer uma articulação social e política destes sujeitos em nível nacional. Contudo, mobilizações locais e regionais são empreendidas de acordo com a realidade vivenciada por cada grupo social. Apesar de erguer a mesma bandeira e gritar o mesmo lema, deve ser elucidada a heterogeneidade da luta a partir das transformações promovidas pelo avanço do capital em distintos tempos e espaços.

As negociações e lutas do MAB-Regional Nova Porteirinha são destacadas em vários documentos, muitos deles preservados no arquivo pessoal de Edinalza Borges e outros localizados no jornal e endereço eletrônico do MAB Nacional. São registros que mostram assembleias ocorridas nas colonizações, reuniões com representantes de diversos órgãos governamentais e caminhadas pelas ruas de Janaúba e Nova Porteirinha onde eram realizadas denúncias e diversas exigências, como verificado abaixo

---

<sup>554</sup> Joana Francisca da Silva. Entrevista realizada no dia 13/04/2016.

**Figura 02: Reivindicações do MAB**



Fonte: Arquivo pessoal de Edinalza Borges da Silva, 2012.

**Figura 03: Reivindicações do MAB**



Fonte: Arquivo pessoal de Edinalza Borges da Silva, 2012.

Os registros fotográficos foram produzidos e se encontram preservados por possuírem a finalidade de evocar memórias, lembranças e emoções de um momento que não irá se repetir. Como “fragmento congelado de uma realidade passada”<sup>555</sup>, as fotografias ajudam a compreender valores culturais e simbólicos, seja de um indivíduo ou de uma sociedade, e, desta forma, constitui um relevante documento na construção do conhecimento histórico-social.

Ressalta-se que vários documentos contento as demandas e exigências dos atingidos foram entregues diretamente a Aldimar Dimas Rodrigues que ocupou, entre 2010 a 2016, o cargo de Superintendente da Codevasf em Minas Gerais. Enquanto deputado estadual e membro da CPI, o sujeito em questão colocava-se ao lado e como porta-voz dos desapropriados, já na condição de Superintendente da Codevasf ele atuava para que as mobilizações dos “infortunados do Gortuba” não viessem a colocar em risco o projeto de desenvolvimento e modernização que estava em andamento na região, um projeto edificado sob antigas e novas formas de dominação social. Enquanto intelectual orgânico, Dimas exerce funções “organizativas” e “conectivas” com todos os grupos sociais, formulando consensos e selecionado qual política econômica seriam viável dentro do processo de produção de hegemonia.<sup>556</sup>

Durante uma reunião, ocorrida em Brasília no ano de 2015, representantes do MAB-Regional Nova Porteirinha entregaram um documento a diretoria da Codevasf contendo as seguintes reivindicações:

- 1- Reassentamento para cerca de 300 famílias atingidas pelo projeto e já cadastradas junto ao INCRA;
- 2- Pagamento do passivo da Codevasf com os atingidos. A Codevasf possui uma dívida social e histórica com as famílias desapropriadas;
- 3- Titulação imediata das terras das famílias desapropriadas do projeto;
- 4- Perdão dos débitos já levantados junto ao DIG, visto que o Estado Brasileiro possui uma dívida histórica com os atingidos;
- 5- Isenção das tarifas de água para os pequenos produtores e tarifação sobre os médios e grandes produtores;

---

<sup>555</sup> KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Ateliê Editora, 2ª ed, 2001, p. 37.

<sup>556</sup> Sobre função “organizativa” e “conectiva” dos intelectuais Cf. GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 2. Ed. E Trad. Carlos Nelson Coutinho; coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 15-53.

- 6- Participação dos atingidos na elaboração do projeto básico do perímetro, que prevê a tubulação dos canais e a instalação de medidores de consumo de água;
- 7- Paralisação imediata da pulverização aérea de agrotóxicos dentro do projeto Gorutuba, que vêm causando danos à saúde de toda população residente;
- 8- Criação de uma política de acesso ao crédito para mulheres agricultoras atingidas, onde elas possam ter acesso aos programas já existentes;
- 9- Melhoria das estradas do perímetro e a construção de centros de lazer de uso coletivo para os atingidos;
- 10- Atitude da Codevasf e dos demais órgãos públicos com relação a violação de Direitos Humanos, segundo relatório da Comissão de Direitos Humanos de Minas Gerais feito em outubro de 2012.<sup>557</sup>

A partir das reivindicações elencadas pelo MAB-Regional Nova Porteirinha, compreendemos que a luta dos trabalhadores desapropriados não se restringe à posse da terra. A conquista de uma propriedade constitui uma etapa importante e necessária no ressarcimento de direitos sociais de povos que historicamente foram alijados e expulsos do campo, contudo torna-se inócua e insuficiente quando não se faz acompanhada por políticas públicas que possibilite os sujeitos permanecerem na terra com dignidade.

Nas pressões e mobilizações diversas, os atingidos se inserem nas relações de poder e hegemonia com pautas que questionam a lógica da acumulação sem limites e da exploração contínua e predatória do meio ambiente. Apesar de terem suas demandas específicas e individuais que, dentro do sistema capitalista no qual estão inseridos, passam pela questão mercadológica e comercial, eles não determinam suas realidades tendo em vista apenas parâmetros econômicos e particulares, defendendo um modelo de desenvolvimento e sociedade que compreende o acesso e titulação da terra (pauta 1 e 3), ressarcimento de perdas (2), fim da mercantilização da água (4 e 5), democratização da gestão do PIG (6), extinção do uso de agrotóxicos (7), criação de uma política agrícola que valorize a diversidade de gênero no campo (8), fortalecimento dos laços comunitários (9) e respeito aos direitos humanos (10).<sup>558</sup>

---

<sup>557</sup> Movimento dos Atingidos por Barragens. **Em Brasília, MAB se reúne com Codevasf por direitos.** Disponível em: < <http://www.mabnacional.org.br/noticia/em-bras-lia-mab-se-re-ne-com-codevasf-por-direitos>> Acesso em: 25 de Julho de 2018.

<sup>558</sup> A Comissão Especial “Atingidos por Barragens”, ligada ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (órgão da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República), identificou um conjunto de 16 direitos humanos sistematicamente violados durante a implantação de barragens, a exemplo do direito à informação e participação; liberdade de reunião e expressão, direito ao trabalho. Moradia, saúde e educação; direito à justa negociação; direito de ir e vir; aos modos de vida tradicionais; à justiça; à reparação de perdas; direito de proteção à família e aos laços de solidariedade social. Cf. BRASIL. Secretaria Especial de Direitos

O MAB, no Vale do Gorutuba, construiu suas pautas sociais tendo como referência os danos materiais e culturais, individuais e coletivos causados pelas desapropriações, seja no passado ou no presente. Neste sentido, a memória passa a ser compreendida não apenas como preservação de informação, mas também como elemento de luta e como processo em andamento<sup>559</sup> onde novas cartografias sociais e espaciais são construídas.

Apesar de ser planejado por órgãos governamentais dentro de uma lógica capitalista e rentista, o projeto Gorutuba ganha novos traços, sentidos e significados de acordo com as experiências e culturas dos seus moradores/trabalhadores. Edinalza destaca diversas políticas criadas dentro do perímetro irrigado e, mesmo algumas sendo consideradas paliativas, são vistas como conquistas dentro dos limites impostos pela hegemonia dominante

Nós tivemos várias conquistas dentro do MAB. Teve a Lei 13.340<sup>560</sup> que é a lei que a Codevasf perdoava de 50 a 95% das dívidas dos colonos; teve a suspensão do K1 por um ano<sup>561</sup>; a criação de hortas comunitárias e de PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável)<sup>562</sup> nas comunidades; negociamos com a COPASA para que ela colocasse água da barragem nas comunidades, porque a água que o pessoal estava bebendo era de poço artesiano e era salobra; tivemos o projeto Mova Brasil, porque tem muita gente analfabeta nas comunidades; cobramos e a prefeitura colocou mini-postos de saúde em algumas colonizações, alguns inclusive com dentistas; teve também oficinas de pinturas com alguns jovens. Então algumas de nossas reivindicações foram atendidas, umas pela Codevasf e outras pela prefeitura de Nova Porteirinha. Então

---

Humanos da Presidência da República. **Comissão especial “Atingidos por Barragens”**. Disponível em: <<http://files.agb-recife.webnode.com.br/200000055-81cbe82e5d/Relatório%20Final%20CDDPH.pdf>> Acesso em: 30 Julho/2018.

<sup>559</sup> PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: FioCruz/Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 69.

<sup>560</sup> A Lei 13.340 autorizava a concessão de rebate para liquidação, até 29 de dezembro de 2017, das operações de crédito rural referentes a uma ou mais operações do mesmo mutuário, contratadas até 31 de dezembro de 2011 com o Banco do Nordeste do Brasil ou o Banco da Amazônia relativos a empreendimentos localizados na área de abrangência da Sudene ou da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Esta legislação se estendeu à Codevasf e ao Dncos, autorizando-os a adotar os mesmos procedimentos para liquidação das dívidas vencidas de responsabilidade de pessoas físicas, relativas a vendas de lotes para titulação e ao uso da infraestrutura de irrigação de uso comum nos perímetros públicos de irrigação, a tarifa K1. Cf. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba. **Lei é sancionada e irrigantes da Codevasf já podem repactuar dívidas de lotes e K1**. Disponível em <<http://www.codevasf.gov.br/noticias/2016/lei-e-sancionada-e-irrigantes-da-codevasf-ja-podem-repactuar-dividas-de-lotes-e-k1>>. Acesso em: 30 de julho/2018.

<sup>561</sup> Suspensão autorizada pela portaria 398 do Ministério da Integração Nacional, publicada no dia 30 de agosto de 2013.

<sup>562</sup> O PAIS, um projeto resultante da parceria entre o MAB e a Fundação Banco do Brasil, consiste em uma horta circular com um galinheiro no centro e um pomar no entorno deste sistema. No ano de 2013 cerca de 800 unidades estavam sendo construídas em áreas organizadas pelo MAB em todo país, sendo que, deste total, 175 estavam localizadas em Minas Gerais com o projeto irrigado do Gorutuba sendo beneficiado com 15 unidades. Movimento dos Atingidos por Barragens. **MAB inaugura mais uma unidade de produção agroecológica em Minas Gerais**. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/mab-inaugura-mais-uma-unidade-produ-agroecol-gica-em-minas-gerais>> Acesso em: 30 julho 2018.

cê dá o sangue, cê vai pra luta. Cê acha que essa lei 13.340 foi criada por um acaso? Não foi não. Foi por causa da luta nossa, que nós fomos pra lá, nós tivemos reunião com o presidente da Codevasf em Brasília, nós tivemos reunião com os deputados, fizemos audiência pública em Montes Claros. Foi uma luta que nós vencemos.<sup>563</sup>

Entre as demandas, a obtenção da escritura da terra é celebrada com maior entusiasmo devido a noção jurídica burguesa em vigor, incorporada por muitos entrevistados, que atribui a posse da propriedade apenas aqueles que tem o documento. Soma-se a isso, o fato de que a titulação permite aos pequenos produtores o acesso a financiamentos para custeio e investimento agrícola, o que se faz importante dentro de perímetros agrícolas que possuem elevados custos para plantar e colher. De acordo com Edinalza, muitos “colonos” quitaram suas dívidas junto à Codevasf e receberam a escritura da terra, contudo não soube informar a quantidade exata.

A narrativa de Edinalza evidencia como, a partir das experiências e lutas coletivas, o espaço é transformado em “chão político” onde a política econômica é dinamizada e materializada de acordo com processos instituídos no social, desconstruindo noções que a colocam como natural. Ao destacar que as conquistas não foram um “acaso”, mas resultado de diálogos, negociações e reivindicações encabeçadas pelo MAB, a entrevistada combate noções corriqueiras que atribuem a determinados agentes e agências governamentais o protagonismo na criação de leis ou medidas que beneficiam os atingidos por barragens. Assim, o Estado, longe de noções que o consideram como todo-poderoso e imparcial, deve ser compreendido “enquanto fruto do conflito e da permanente mediação de forças entre os segmentos sociais organizados a partir da sociedade civil, que se fazem presentes junto à sociedade política.”<sup>564</sup>

Mesmo que as vitórias narradas não provoquem uma “crise de hegemonia” ou coloque os trabalhadores na condição de “classe dirigente”, elas indicam como a participação social organizada resultam em certas conquistas. Ainda que não restituindo, indenizando ou compensando os danos causados aos atingidos, as conquistas, que se fizeram no âmbito jurídico, social e econômico, são importantes para os sujeitos permanecerem no campo ao mesmo tempo que funcionam como combustível para novas lutas em busca de direitos ainda não assegurados.

---

<sup>563</sup> Edinalza Borges da Silva. Entrevista realizada no dia 28 de maio de 2014.

<sup>564</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. **Economia e política no Brasil: uma reflexão**. In: II Jornadas de Historia Economica, Montevideo. Anais... Montevideo: Asociación Uruguaya de Historia Economica, 1999, p.08. (CD ROM).

As respostas às necessidades da comunidade não são dadas imediatamente, muitas vezes são respondidas a longo prazo. As lutas vão se fazendo na tessitura do processo histórico e anos depois os sujeitos podem ser contemplados com uma resposta institucional, mesmo que muitas vezes apareça como um favor ou um benefício. As movimentações dos desapropriados ou de suas entidades representativas indicam como a conquista de direitos é um processo gradativo, moroso e árduo, que só é possível a partir de contínuas resistências, negociações e mobilizações.

As experiências dos trabalhadores indicam que as conquistas nunca são completas, totais e imediatas, mas frutos de lutas travadas em diversos tempos e espaços, sendo algumas exitosas enquanto outras permanecem no horizonte de expectativa dos sujeitos. A hegemonia, como processo em andamento, mostra-se aberta a contestações e reelaborações a partir das experiências, trajetórias e culturas dos grupos sociais subalternos.

## CONCLUSÃO

Esta tese evidenciou como a construção da barragem do Bico da Pedra e do projeto de irrigação do Gorutuba se apresentou, por parte de diversos intelectuais e aparelhos privados de hegemonia, como alternativa viável-econômica, social e ambiental- para uma região exibida pelo discurso dominante como flagelada, arcaica, miserável e carente devido às longas estiagens e esquecimento por parte dos governos federal e estadual. Justificando tais obras como sendo de “interesse social” e “utilidade pública”, agentes e agências governamentais negligenciaram mecanismos de exclusão inerentes ao seu processo, como as desapropriações, em muitos casos forçadas, e a indenização irrisória oferecida aos produtores rurais.

A produção do consenso quanto à importância da agricultura irrigada envolveu diferentes aparelhos: imprensa, sindicato patronal, agências estatais de desenvolvimento rural e intelectuais orgânicos que atuavam na sociedade civil e política. Ademais, a legislação e o poder coercitivo e punitivo do governo ditatorial procuraram garantir que forças individuais ou coletivas contrárias ao modelo de desenvolvimento hegemônico não interferissem ou impedissem sua implementação.

As hipóteses construídas foram no sentido de indicar que o projeto Gorutuba reproduzia o modelo de desenvolvimento existente em outros perímetros irrigados, ou seja, privilegiava-se a reprodução e acumulação de capital, colocando demandas sociais e a conservação dos recursos naturais em segundo plano.

As proposições compreendiam o Estado a partir de sua concepção restrita e não enquanto relação social. Neste sentido, indicavam que o discurso de irrigação como utilidade pública e interesse social seria bem recebido em uma região marcada por longas estiagens e carências sociais, que o projeto de modernização agrícola do Vale do Gorutuba foi resultado da articulação de agentes e agências governamentais com setores empresariais, que o assentamento de pequenos produtores rurais em colonizações agrícolas constituía uma medida paliativa que não resolvia o problema agrário na região e que a racionalidade e planejamento econômico colocados em prática pela Codevasf causaria uma mercantilização da terra e da água. Estas hipóteses, confirmadas ao longo da pesquisa, não deram conta de expressar a complexidade da tese, uma vez que foram formuladas, em grande medida, a partir do contato com a historiografia regional que toma o Estado como referência e único sujeito do processo de modernização agrícola regional.

Embora exista uma leitura acadêmica centrada no Estado, o chão da pesquisa e outras documentações fizeram com que tivéssemos uma interpretação diferente, observando a hegemonia como processo constituído a partir de relações dinâmicas e em movimento. O Estado passou a ser visto como ponto de partida. Um elemento que compõe um enredo de forças, construção de memórias e de tramas sociais.

As desapropriações, apesar de causarem diversas perdas materiais e culturais, não apareceram como um ponto final na vida dos sujeitos. Procuramos verificar como eles foram se constituindo em outros espaços, novos sentimentos de identidade e pertencimento, perdas e ganhos culturais, laços sociais erguidos ou desfeitos e a luta pela sobrevivência dentro do campo de possibilidades criado com o desenvolvimento do capitalismo no campo.

Os sujeitos foram compreendidos a partir de conformismos, resistências, concessões, incorporações, disputas e negociações mantidas com diversos agentes e agências do Estado, a exemplo da ACAR e da Codevasf, e de instituições criadas por eles, como sindicatos e associações.

As memórias e experiências dos produtores rurais questionam o discurso que se propõe ser único e homogêneo ao mesmo tempo que colocam a história em movimento ao destacar suas lutas e disputas no tempo presente. As contradições envolvendo diferentes setores da sociedade são múltiplas e revelam-se, entre outras maneiras, nas concepções quanto à função da propriedade: enquanto para a burguesia agrária a terra tem sido vista como negócio, para os trabalhadores é interpretada como elemento importante na constituição de relações econômicas, sociais e culturais.

A pesquisa destacou como o espaço gorutubano está em construção e pode ser lido por diversos ângulos, segundo os múltiplos interesses que estão em jogo. As infinitas lutas e embates conferiram e conferem sentidos ao passado e ainda se fazem presentes nas narrativas e experiências de trabalhadores, empresários rurais e agentes governamentais. A complexidade delineada e a necessidade de compreender a dinâmica de constituição da hegemonia coloca os produtores rurais dentro de um movimento de reorganização e negociação de interesses, vivências e posicionamentos de modo que suas atuações manifestam o caráter político de suas ações pela terra e os lugares de cada agente envolvido neste processo. Neste sentido, a terra, como lugar e objeto de disputa, assume diversos sentidos e significados à luz da intencionalidade de cada sujeito envolvido, o que acaba por produzir um novo cenário não apenas na paisagem geográfica do Vale do Gortuba/Norte de Minas, mas nas experiências sociais que a ela se vinculam.

Os trabalhadores não estavam interessados em quantas toneladas de alimentos eram produzidas ou nas mudanças técnicas em curso na região, mas sim como podiam se inserir, social e economicamente, no propalado projeto de modernização que estava sendo construído. A partir deste desejo, sonhos e anseios passados foram recuperados em outros contextos e dinâmicas, demonstrando como hegemonia deve ser compreendida como um processo e não simplesmente como dominação.

O sonho de retornar ao campo era comum a todos os desapropriados, contudo, tornou-se realidade para uma minoria. Emoções, incertezas, dilemas, esperanças e conflitos são expressões das contradições vividas nas experiências de luta e conquista da terra. Apesar de muitos não terem definitivamente a emissão da posse territorial, o assentamento em colonizações agrícolas significou, de imediato, a possibilidade de ter um local de trabalho e produção.

A incorporação dos produtores rurais nas áreas irrigadas foi realizada de acordo com a lógica capitalista. Isso não significa que suas escolhas e experiências obedecem a tal racionalidade ou a superação de desejos e costumes antigos. O processo histórico os transformou em “colonos” de tal modo que, dentro de um campo de possibilidades limitado e de um horizonte social circunscrito, procuraram/procuram criar estratégias, resistências e escolhas voltadas para a reorganização do espaço e criação de políticas econômicas que atendam suas necessidades, concepções de desenvolvimento e de direito.

Existe uma distância entre o planejado pelos órgãos governamentais, a política econômica “vista de cima”, e o vivido pelos sujeitos, a política econômica “vista de baixo”. Dentro desta dialética, são construídos múltiplos e contraditórios marcos, sentidos e significados de acordo com os interesses que são instituídos social e historicamente. Compreendemos que as políticas sociais, como assentamento e titulação de terras a alguns desapropriados, não foram resultado de benevolências ou concessões de órgãos governamentais, o que expressaria uma visão, combatida ao longo da tese, de centralizar a luta de classes apenas no Estado, em seu sentido restrito, ou nos seus agentes e agências.

Sendo a história um processo em andamento, novas cartografias sociais e espaciais estão sendo construídas e disputadas no Vale do Gortuba, dentro de um processo contínuo e dinâmico. Os sujeitos reclamam o direito de viver na terra não apenas para produzir, mas também para prostrar, festejar, rezar, brincar e socializar. Assim, reforçamos que a diferença entre terra de negócio e terra de trabalho não é apenas nominal, mas é essencial para o debate quanto ao futuro do meio ambiente e da sociedade.

Ao longo do estudo, foi possível evidenciar como o Vale do Gortuba vem se constituindo como um verdadeiro laboratório de experiências de políticas agrícolas. Foram múltiplos planos, projetos e programas, muitos deles financiados ou idealizados por bancos e organizações internacionais, divulgados como solução para os históricos problemas da região. Desde a criação de perímetros irrigados até o recente “Território da Cidadania Serra Geral”<sup>565</sup>, o que se percebe é o favorecimento do mercado de terras e uma acumulação capitalista sem reverter a expropriação social e econômica.

Ressalta-se que a expressão “Serra Geral” vem sendo usada atualmente em diversos programas que abrangem Janaúba, Nova Porteirinha e Porteirinha, diferentemente de projetos passados em que o termo “Gortuba” era comum (PDRI—Gortuba, PIG). Esta mudança está atrelada ao fato de que o principal homenageado, o rio Gortuba, vem perdendo sua influência social, econômica e simbólica devido ao histórico de exploração desenfreada e predatória.

Finalmente, destacamos a falta de uma política nacional que reconheça e garanta os direitos daqueles que perderam a terra devido a projetos de cunho desenvolvimentista, a despeito de alguns agentes governamentais, como o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva<sup>566</sup>, afirmarem que o Estado brasileiro possui uma dívida histórica com os atingidos por barragens. Exemplos recentes como o de Belo Monte, no Pará, e o início das obras da barragem de Jequitaí, no Norte de Minas, para a construção de um perímetro de irrigação, são indicativos da permanência de uma visão de que a natureza oferece recursos ilimitados e gratuitos a serem explorados e que a “questão social” é algo menor diante do crescimento econômico e modernização nacional.

Privilegia-se o melhoramento, o progresso, modernização, o PIB, estatísticas produtivas e a balança comercial favorável (favorável para quem?). Neste sentido, o processo de desenvolvimento do capitalismo mostra-se inseparável da produção de

---

<sup>565</sup> O Territórios da Cidadania é um programa federal, criado no ano de 2008, com objetivo de promover desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania às regiões do país que mais precisam. Trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território, com a participação de membros da “sociedade civil”. Em 2017, existiam 120 Territórios em todo o país. O Território da Cidadania Serra Geral é composto por 16 municípios: Espinosa, Jaíba, Janaúba, Manga, Matias Cardoso, Nova Porteirinha, Porteirinha, Verdelândia, Catuti, Gameleiras, Mamonas, Mato Verde, Monte Azul, Pai Pedro, Riacho dos Machados e Serranópolis de Minas. Para maiores detalhes sobre o referido programa Cf. GARLIPP, Ana Alice Bezerra Pinto Damas. **Políticas públicas e transformações socioeconômicas no Norte de Minas Gerais**: um estudo do território da Cidadania Serra Geral. 252 Fls. Tese (Doutorado em Geografia). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2015.

<sup>566</sup> **Lula reconhece dívida com atingidos por barragens.** Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2009/07/31/lula-reconhece-divida-com-atingidos-por-barragens>> Acesso em outubro 2018.

memórias e consensos, a exemplo da campanha contemporânea de marketing rural divulgado pela grande mídia onde o agronegócio é colocado como sustentável, competitivo, eficiente, produtivo e importante para a sociedade, afinal, o “agro é Tech, agro é pop, o agro é tudo.”<sup>567</sup>

Questões presentes na epígrafe desta tese permanecem nestas considerações finais e na vida de milhares de trabalhadores desapropriados: “Como assim? Desgarrados da terra? Como assim? Levantados do chão?”. A canção (letra de Chico Buarque, música de Milton Nascimento) provoca espanto, perplexidade e reflexões ao formular interrogações reiteradas e cumulativas acerca da realidade de privações e carências vivida por sujeitos que um dia tiveram uma terra e dela foram expulsos.<sup>568</sup>

Na música, a perda da terra significa desajuste e desorientação (“num balanço de rede sem rede/ver o mundo de pernas pro ar”). O problema agrário brasileiro surge desta racionalidade que produz riqueza e miséria, atrai pessoas para espaços antes considerados improdutivos ao mesmo tempo que produz o drama da intinerância e deslocamentos de populações camponesas, milhares de “deserdados da terra” que passaram a perambular por campos e cidades a procura por direitos e dignidade.

Não existe desenvolvimento social e sustentável dentro de um sistema econômico que se propõe transformar tudo em mercadoria, sendo que a lei do “salve-se quem puder” é a base de seu manual de sobrevivência. Assim, faz-se necessário e urgente criar alternativas de desenvolvimento e de sociedade fora dos modelos e concepções consolidadas pelo capitalismo onde pessoas e recursos naturais são resumidos a valores de troca e descartáveis segundo princípios de lucro e acumulação.

---

<sup>567</sup> A Campanha "Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é tudo" foi concebida pelas gerências de Marketing e de Comunicação da Rede Globo no ano de 2016. A cada 15 dias, um novo tema é apresentado ao público com o objetivo de tratar a importância dos produtos agrícolas e das coisas do campo para a sociedade brasileira. A Rede Globo faz parte da Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG), uma poderosa agremiação patronal rural, criada em 1993, que reúne diversas empresas para garantir e consolidar a hegemonia do agronegócio por meio de operações políticas, econômicas e ideológicas. Sobre a ABAG, Cf. MENDONÇA, Sônia Regina de. **Estado e Hegemonia do agronegócio no Brasil**. In: História e Perspectivas: Uberlândia/MG. Núm. 32/33, Jan.Jul/Ago.Dez. 2005, p. 91-132.

<sup>568</sup> Para uma análise mais profunda acerca da música em questão Cf. MENESES, Adélia Bezerra de. Utopia renitente: Levantados do chão/Assentamento. In: CAVALCANTI, Berenice et. al. **Decantando a República: inventário histórico e político da canção popular moderna brasileira**. Vol.3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 113-122.

## **FONTES**

### **1) Entrevistas**

Alfredo Mendes de Souza, 87 anos-aposentado

Almerindo Celestino dos Santos, 72 anos-agricultor\aposentado

Edinalza Borges da Silva- 49 anos- presidente do MAB

Delci da Silva Duarte, 58 anos-funcionário público

Geraldo Barbosa da Fonseca, 71 anos-agricultor\aposentado

Jerônimo Batista da Silva, 72 anos-agricultor\aposentado

Joana Francisca da Silva, 56 anos-aposentada

Josias Fernandes de Souza, 73 anos-aposentado

Jovença Mendes Borges, 77 anos-aposentada

Juvênia Fernandes de Souza, 82 anos-aposentada

Lucimara Maria Ferreira Leal, 50 anos- Auxiliar de Escritório no STRs de Janaúba

Luís Cosme Damião, agricultor/aposentado

Maria Aparecida Neves Souza, 63 anos-aposentada

Manuel Marques da Silva, 81 anos-aposentado

Odilon José da Silveira, 77 anos-agricultor\aposentado

Paulo José de Souza, 68- funcionário público\aposentado

Sabino Mendes Pereira, 87 anos-aposentado

Ulisses José Pereira, 79 anos-aposentado

Zacarias Bispo de Oliveira, 85 anos-aposentado

### **Entrevistas realizadas pela CPI da Codevasf**

Miguel de Brito, agricultor

Manoel Mendes Pereira, agricultor

Virgílio Mendes dos Santos, agricultor

João Ferreira de Carvalho, agricultor\Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Janaúba

## 2) Jornais e revistas

### a) Jornal O Gorutuba

Janaúba e seu desenvolvimento. **O Gorutuba**. Janaúba, 11 abr. 1965

ACAR em Janaúba. **O Gorutuba**. Janaúba, 31 out. 1965

Inicia o escritório da ACAR seus serviços de assistência rural nesta cidade. **O Gorutuba**. Janaúba, 14 nov. 1965

Importância da extensão no desenvolvimento das famílias rurais. **O Gorutuba**. Janaúba, 14 nov. 1965

Crédito Rural Educativo. **O Gorutuba**. Janaúba, 21 nov. Coluna da ACAR. 1965

Banco da Lavoura, em Janaúba, amplia financiamento ao pequeno e médio agricultor. **O Gorutuba**. Janaúba, 05 dez. 1965

Parabéns DNOCS. **O Gorutuba**. Janaúba, 05 jun. 1966

Porteirinha em festa inaugura telefones. **O Gorutuba**. Janaúba, 12 jun. 1966

Chiqueiros e currais na cidade. **O Gorutuba**. Janaúba, 26 jun. 1966

AURÉLIO, Marco. Coluna da ACAR. **O Gorutuba**. Janaúba, 25 dez. 1966

AURÉLIO, Marco VILMICE, Maria. Importância do trabalho com a juventude rural. **O Gorutuba**. Janaúba, 23 jun. 1967. Coluna da ACAR.

D.N.O.C.S. **O Gorutuba**. Janaúba, 31 jan. 1967

Creio no futuro de Janaúba. **O Gorutuba**. Janaúba, 02 fev. 1967

A espetacular ação do DNOCS na nossa região. **O Gorutuba**. Janaúba, 12 fev. 1967

O povo reclama. **O Gorutuba**. Janaúba, 12 mar. 1967

Prefeito Eduardo Madureira consegue grandes melhoramentos. **O Gorutuba**. Janaúba, 12 mar. 1967

Meus senhores! **O Gorutuba**. Janaúba, 09 abr. 1967

O norte mineiro reclama contra saída do DNOCS. **O Gorutuba**. Janaúba, 30 abr. 1967

O Serviço de Extensão Rural. **O Gorutuba**. Janaúba, 18 jun. 1967. Coluna da ACAR.

A classe rural sindicalizada. **O Gorutuba**. Janaúba, 13 ago. 1967

AURÉLIO, Marco; VILMICE, Maria. Sudene e Janaúba. **O Gorutuba**. Janaúba, 13 ago. Coluna da ACAR. 1967

Sudene e Janaúba. **O Gorutuba**. Janaúba, 01 out. 1967

Esquecido Norte-mineiro. **O Gorutuba**. Janaúba, 03 mar. 1968

Deputado Edgar Martins Pereira. **O Gorutuba**. Janaúba, 10 mar. 1968

Barragem Bico da Pedra. **O Gorutuba**. Janaúba, 31 mar. 1968

Açude do Bico da Pedra. **O Gorutuba**. Janaúba, 26 jun. 1968

Barragem do Bico da Pedra. **O Gorutuba**. Janaúba, 29 set. 1968

Deputado Edgar Martins Pereira. **O Gorutuba**. Janaúba, 06 out. 1968

CARLOS, Aluísio; VILMICE, Maria. ACAR, o que é e como trabalha. **O Gorutuba**. Janaúba, 27 out. 1968. Coluna da ACAR.

Planejamento. **O Gorutuba**. Janaúba, 10 nov. 1968, Coluna da ACAR.

Bico da Pedra em estudos. **O Gorutuba**. Janaúba, 26 jan. 1969

Quatro anos de publicidade. **O Gorutuba**. Janaúba, 15 fev. 1969

Sudene. **O Gorutuba**. Janaúba, 01 jun. 1969

Banco do Brasil inaugura agência em Porteirinha. **O Gorutuba**. Janaúba, 08 jun. 1969

Delegacia de Vigilância Rural. **O Gorutuba**. Janaúba, 01 mar. 1970

Presidente Médici determina: Bico da Pedra ainda este ano. **O Gorutuba**. Janaúba, 26 abr. 1970

Sêca leva pânico ao norte-mineiro. **O Gorutuba**. Janaúba, 28 fev. 1971

Bico da Pedra. **O Gorutuba**. Janaúba, 14 mar. 1971

MINAS PEDE A SUDENE PARA COMBATER A SÊCA. **O Gorutuba**. Janaúba, 07 mar. 1971

Número Especial. **O Gorutuba**. Janaúba, 22 jun. 1971

Janaúba 1975, Nova Era. **O Gorutuba**. Janaúba, 28 fev. 1975

Notícias de Porteirinha. **O Gorutuba**. Janaúba, 14 jun. 1975

Seca arrasa agricultura e pecuária da região. **O Gorutuba**. Janaúba, 17 jan. 1976

IBDF libera caça e limita abades. Temporada até 1º de agosto. **O Gorutuba**. Janaúba, 29 mai. 1976

Sudene vai desmobilizar as frentes de trabalho. **O Gorutuba**. Janaúba, 17 out. 1976

Área da Barragem será desocupada fatalmente a 25 de janeiro. **O Gorutuba**. Janaúba, 23 jan. 1977

Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS faz esclarecimentos a respeito da desapropriação da área da bacia hidráulica do açude público Bico da Pedra. **O Gorutuba**. Janaúba, 16 jan. 1977

Codevasf intensifica irrigação no Norte de Minas. **O Gorutuba**. Janaúba, 08 jan. 1978

Prefeito vai assinar convênio com a CNP para eletrificação rural. **O Gorutuba**. Janaúba, 29 out. 1978

Sindicato Rural de Janaúba. **O Gorutuba**. Janaúba 9\11 mar. 1979

Codevasf explica sistemática de exploração das terras irrigadas. **O Gorutuba**. Janaúba, 09 set. 1979

Trabalhadores rurais criam sindicato. **O Gorutuba**. Janaúba, 06 abr. 1980

Diretor assegura que a Codevasf não deve dinheiro aos expropriados. **O Gorutuba**. Janaúba 13 abr. 1980

Desapropriação na margem esquerda do Gorutuba. **O Gorutuba**. Janaúba 26 abr. 1981

Dia do Trabalhador Rural. **O Gorutuba**. Janaúba, 26 jul. 1981

Irrigação da Margem esquerda não obriga desapropriação. **O Gorutuba**. Janaúba, 02 ago. 1981

Prefeito leva a Governador pedido para irrigação. **O Gorutuba**. Janaúba, 15 nov. 1981

Melhores produtores recebem prêmio. **O Gorutuba**. Janaúba, 11 jul. 1982

Dia Nacional do Colono foi comemorado em Janaúba. **O Gorutuba**. Janaúba, 26 jun. 1983

I Concurso Família Modelo em Janaúba. **O Gorutuba**. Janaúba, 26 jun. 1983

Safra recorde na área irrigada do Gorutuba. **O Gorutuba**. Janaúba, 13 mar. 1983

Missão FAO/BIRD visita Vale do Gorutuba. **O Gorutuba**. Janaúba, 27 mar. 1983

Produção agrícola do Vale do Gorutuba supera 20.000 ton. **O Gorutuba**. Janaúba, 23 out. 1983

Água tem aumento de 50%. **O Gorutuba**. Janaúba, 22 jan. 1984

Irrigantes e colonos desanimados pelo aumento de 300% na taxa de água. **O Gorutuba**. Janaúba, 04 mar. 1984

Decidida a irrigação na Margem Esquerda do Gorutuba. **O Gorutuba**. Janaúba, 17 jun. 1984

CODEVASF quer prosseguir obras da margem esquerda do Gorutuba. **O Gorutuba**. Janaúba, 26 fev. 1984

SEPLAN e CODEVASF discutem com Banco Mundial irrigação na Margem Esquerda do Gorutuba. **O Gorutuba**. Janaúba, 27 mai. 1984

Irrigação da margem esquerda pode ser feita agora. **O Gorutuba**. Janaúba, 29 jul. 1984

Em Jacarezinho, pequenos proprietários resistem ao cadastramento da Margem Esquerda. **O Gorutuba**. Janaúba, 26 ago. 1984

Sindicato resiste à irrigação da Margem Esquerda. **O Gorutuba**. Janaúba, 19 ago. 1984

Irrigação é fundamental para a região. **O Gorutuba**. Janaúba, 21 out. 1984

Amaral- “irrigação viabilizou agricultura”. **O Gorutuba**. Janaúba, 11 nov. 1984

Codevasf pode dar terras para expropriados. **O Gorutuba**. Janaúba, 17 fev. 1985

Codevasf vai emancipar o Projeto Gorutuba. **O Gorutuba**. Janaúba, 01 nov. 1985

Trabalhadores rurais já aceitam negociar a irrigação da margem esquerda do Gorutuba. **O Gorutuba**. Janaúba, 17 nov. 1985

Margem esquerda. **O Gorutuba**. Janaúba, 01 dez. 1985

2 fazendas de Varzelândia prioritárias para a reforma agrária. **O Gorutuba**. Janaúba, 06 abr. 1986

Zequinha-campeão do concurso nacional de milho híbrido em 1985. **O Gorutuba**. Janaúba, 11 mai. 1986

Emancipar é o melhor caminho. **O Gorutuba**. Janaúba, 10 ago. 1986

GUIMARÃES, Edilson Brandão. À classe ruralista- conclamação. **O Gorutuba**. Janaúba, 24 ago. 1986.

UDR instalou sua Regional Norte de Minas em Janaúba. **O Gorutuba**. Janaúba, 14 set. 1986, p.01

A exemplo do Vale do Gorutuba (COVAG), todos os perímetros de irrigação serão emancipados. **O Gorutuba**. Janaúba, 12 out. 1986

#### **b) Jornal Gazeta do Norte**

A Jahyba. **Gazeta do Norte**. Montes Claros, 19 mai. 1928

#### **c) Diário de Montes Claros**

Bico da Pedra: redenção do Gorutuba, diz Simeão. **Diário de Montes Claros**. Montes Claros, 26 fev. 1970

Codevasf vai aplicar 300 milhões na região em 77. **Diário de Montes Claros**. Montes Claros, 02 mar. 1977.

TEATINI, Francisco. O Bico da Pedra. **Diário de Montes Claros**. Montes Claros, 04 dez. 1977, p.07.

Sociedade Rural promove palestra sobre irrigação. **Diário de Montes Claros**. Montes Claros, 24 out. 1978

#### **d) Jornal do Norte**

SILVEIRA, Geraldo Tito. Pastoral da terra. **Jornal do Norte**. Montes Claros, 07 out. 1983.

SILVEIRA, Geraldo Tito. A FETAEMG. **Jornal do Norte**. Montes Claros, 26\27 nov. 1983.

Dimas pede CPI para apurar as desapropriações do Gorutuba. **Jornal do Norte**, Montes Claros, 19 e 20 ago. 1995.

#### **e) Jornal Pelejando**

Codevasf ataca Janaúba. **Jornal Pelejando**. Montes Claros, jul\ago. 1984.

VII Assembléia da CPT-MG. **Jornal Pelejando**. Montes Claros, jul\ago. 1984.

#### **f) Folha de São Paulo**

Presidente Geisel adia inauguração em Minas Gerais. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 25 abr. 1978

#### **g) Revistas**

Bico da Pedra, um sonho realizado. **Revista Montes Claros em foco**. Montes Claros, Abr. 1979.

O problema trabalhista: ameaça ou direito? **Revista Montes Claros em Foco Montes Claros**, ago. 1979.

COVAG: uma grande cooperativa. **Revista Norte de Minas**. Janaúba, nov. 1989.

A visita presidencial. **Revista Norte de Minas**. Janaúba, abr. 1988.

### **3) Endereços Eletrônicos**

Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Elbe Brandão**. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/deputados/biografia/index.html?idDep=8213&leg=16>>

Acesso: 14 julho. 2018.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Frutas cultivadas no Vale do São Francisco ganham mercado fora do país**. Disponível em: <[www.mi.gov.br/area-de-imprensa/todas-as-noticias/-/asset\\_publisher/YEkzzDUSRvZi/content/frutas-cultivadas-no-vale-do-sao-francisco-ganham-mercado-fora-do-pais](http://www.mi.gov.br/area-de-imprensa/todas-as-noticias/-/asset_publisher/YEkzzDUSRvZi/content/frutas-cultivadas-no-vale-do-sao-francisco-ganham-mercado-fora-do-pais)> Acesso em: 8 de junho 2018.

BRASIL. Decreto nº 71.179, de 29 de setembro de 1972. **Declara de utilidade pública e interesse social áreas de Janaúba e Porteirinha.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-71179-29-setembro-1972-419849-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 13 agosto 2017.

BRASIL. **Declara de utilidade pública e interesse social áreas de Janaúba e Porteirinha.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-83187-19-fevereiro-1979-432537-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 13 novembro 2017.

BRASIL. **Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3365compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3365compilado.htm)> Acesso em: 13 agosto 2017.

BRASIL. **Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e dá outras providências.** Disponível em: < [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6662.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6662.htm)> Acesso em: 14 novembro 2017.

BRASIL. **Regulamenta a Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação.** Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/D89496.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D89496.htm)> Acesso em: 14 maio 2018.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. **Comissão especial “Atingidos por Barragens”.** Disponível em: <http://files.agb-recife.webnode.com.br/200000055-81cbe82c5d/Relatório%20Final%20CDDPH.pdf>> Acesso em: 30 Julho/2018.

Brasnica. **História.** Disponível em <<http://www.brasnica.com.br/a-historia>> Acesso em: 3 fevereiro 2018.

CODEVASF. **Projeto de Irrigação Lagoa Grande.** Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br/principal/perimetros-irrigados/elenco-de-projetos/lagoa-grande>> Acesso: Jan\2017.

CODEVASF. **Projeto Gorutuba.** Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br/principal/perimetros-irrigados/elenco-de-projetos/gorutuba>> Acesso em: 14 maio 2018.

CODEVASF. **Lei é sancionada e irrigantes da Codevasf já podem repactuar dívidas de lotes e K1.** Disponível em < <http://www.codevasf.gov.br/noticias/2016/lei-e-sancionada-e-irrigantes-da-codevasf-ja-podem-repactuar-dividas-de-lotes-e-k1>>. Acesso: 30 de julho 2018.

CONTAG. **CONTAG- 50 anos.** Disponível em:  
[http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=432&ap=1  
&nw=1](http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=432&ap=1&nw=1)> Acesso: 12 novembro 2017.

Comissão Pastoral da Terra. **Histórico.** Disponível em:  
<<http://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/-historico>.> Acesso em: 26 junho 2014.

CALENDÁRIOBR. **Dia do Colono.** Disponível em:  
<<http://www.calendariobr.com.br/dia-do-colono>> Acesso em: 12 outubro 2017.

**Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro.** Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: <[www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br)>

Distrito de Irrigação do Perímetro Gorutuba. **Como funcionam os canais no perímetro Gorutuba?** Disponível em: <<http://www.dig.org.br/noticia/COMO-FUNCIONAM-OS-CANAIS-NO-PERIMETRO-GORUTUBA--distrito-do-gorutuba/134>> Acesso em: 12 maio2018.

Distrito de Irrigação do Perímetro Gorutuba. **Estatuto Social do Distrito de Irrigação do Perímetro Gorutuba.** Nova Porteirinha: DIG, 1993. Disponível em <<http://www.dig.org.br/noticia/Estatuto-Social-do-DIG-distrito-do-gorutuba/141/>>. Acesso: maio/2018.

Distrito de Irrigação do Perímetro Gorutuba. **Planta de localização do projeto Gorutuba.** Disponível em: <<http://www.dig.org.br/noticia/Planta-Localizacao-PGO-distrito-do-gorutuba/45/>> Acesso em: 17 de agosto de 2018.

Secretaria Municipal de Cultura. **Dossiê de tombamento da igreja de São José do Gorutuba.** 2002. Disponível em:< <http://docplayer.com.br/19270638-Dossie-de-tombamento-da-igreja-de-sao-jose-do-gorutuba.html>> Acesso em: 10 abril 2016.

FETAEMG. **Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais.** Disponível em: <<http://www.fetaemg.org.br/site/>> Acesso: 23 novembro 2017.

JUNIOR, Oliveira. **30 anos atrás morria o prefeito de Janaúba, Joaquim Maurício, que estava encerrando o mandato.** Disponível em: <<http://oliveirajunior2.blogspot.com/2018/04/30-anos-atras-morria-o-prefeito-de.html>>> Acesso em: janeiro 2018.

JÚNIOR, Oliveira. **Morre Waldir Nunes, o hexa presidente ruralista.** Disponível em: <<http://www.uniblog.com.br/oliveirajunior/292408/falecimento.html>>Acesso: abril\2017.

JÚNIOR, Oliveira. **Produtores rurais são premiados em 1º concurso de cacho de banana realizado na 33ª ExpôJanaúba.** Disponível em:

<<http://oliveirajunior2.blogspot.com/2014/06/produtores-sao-premiados-em-1-concurso.html>>. Acesso em: 17 julho 2018.

**Lula reconhece dívida com atingidos por barragens.** Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2009/07/31/lula-reconhece-divida-com-atingidos-por-barragens>> Acesso em outubro 2018.

Minas Gerais. **Programa Leite pela Vida.** Disponível em: <<http://www.leitevida.com.br/>> Acesso em: 12 Maio 2018.

Movimento dos Atingidos por Barragens-MAB. **Em Brasília, MAB se reúne com Codevasf por direitos.** Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/em-brasilia-mab-se-re-ne-com-codevasf-por-direitos>> Acesso em: 25 de Julho de 2018.

Movimento dos Atingidos por Barragens. **MAB inaugura mais uma unidade de produção agroecológica em Minas Gerais.** Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/mab-inaugura-mais-uma-unidade-produ-agroecologica-em-minas-gerais>. Acesso: 30 de julho/2018

**Período Crítico da seca no Norte de Minas chega três meses antes do previsto.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/mg/grande-minas/noticia/2016/06/periodo-critico-da-seca-no-norte-de-mg-chega-3-meses-antes-do-previsto.html>> Acesso em: 13 janeiro 2017.

PIRES, Simeão Ribeiro. Cf. **Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros.** Disponível em: <[http://www.ihgmg.art.br/revista\\_volumel.htm](http://www.ihgmg.art.br/revista_volumel.htm)> Acesso em: 10 julho 2017.

PRATES, Ambrósio. **Calha cai e interrompe fluxo de água no rio Gorutuba.** Disponível em: ><https://www.gazetanortemineira.com.br/noticias/regional/calha-cai-e-interrompe-fluxo-de-agua-no-rio-gorutuba>> Acesso em: 05 de outubro de 2018.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento.** Novos estudos. - CEBRAP, São Paulo, n. 80, mar. 2008, p. 110. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002008000100008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000100008)>. Acesso em: 12 Julho 2017.

RIBEIRO, Luiz. **Seca do Rio Gorutuba leva ribeirinhos a se armar contra captações clandestinas.** Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/07/09/interna\\_gerais,666587/batalha-da-sede-no-gorutuba.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/07/09/interna_gerais,666587/batalha-da-sede-no-gorutuba.shtml)> Acesso em: 05 de outubro de 2018.

RODRIGUES, Enoque Alves. **O brejo e sua gente VII- Geraldo Tito**. Disponível em: <<http://enoquerodrigues-e-arodrigues.blogspot.com.br/2015/07/o-brejo-e-sua-gente-vii-geraldo-tito.html>> Acesso 12 novembro 2017.

VELLOSO, Antônio Augusto. **Colonização da Jaíba**. In: Instituto Histórico de Geográfico de Montes Claros. Volume II. Montes Claros: IHG-Montes Claros, 2008. Disponível em: <[http://www.ihgmc.art.br/revista\\_volume2.htm](http://www.ihgmc.art.br/revista_volume2.htm).> Acesso em: 11 agosto 2016.

**Vídeo Histórico de Janaúba/MG e 2ª Exposição Agropecuária**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wkSfWGmUvBA>> Acesso em: 21 janeiro 2016.

#### **4) Processos**

BRASIL. **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL** (1ª. Região). 13ª Vara Cível Federal. Processo núm. 199.38.00.033166-8. Desapropriação Indireta. Réu: Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco; Autor: Zacarias Bispo de Oliveira. Belo Horizonte, 1999.

#### **5) Comissão Parlamentar de Inquérito-CPI**

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais-ALMG. Comissão Parlamentar de Inquérito da Codevasf. **Transcrição literal das notas taquigráficas do relatório da CPI da Codevasf**. 1995. Disponível em:

<<<<http://mediaserver.almg.gov.br/upload/www/?a=d&i=8780000921>>>>. Acesso em Set/2017.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, Priscilla Caires Santana. **Usos e Gestão das águas nas territorialidades das comunidades rurais do Norte de Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Geografia). 300 Fls. Universidade Federal de Uberlândia-UFU. Uberlândia. 2013.
- ALMEIDA, Maria Natividade Maia e. **Nos trilhos do trem baiano: da instalação e extinção do transporte ferroviário de passageiros e seus impactos no modo de vida no Norte de Minas**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). 228 Fls. Cachoeira, BA: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2013.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de, KHOURY, Yara Aun. **História Oral e Memória: Entrevista com Alessandro Portelli**. In: Revista História e Perspectivas, nº 25/26. Uberlândia\MG. Universidade Federal de Uberlândia, 2002.
- AMADO, Janaina. **Região, nação, sertão**. In: Revista Estudos históricos, v.8, nº 15, Rio de Janeiro, 1995.
- ANDRADE, Manoel Correia de. **Áreas de domínio da pecuária extensiva e semi-intensiva na Bahia e Norte de Minas Gerais**. Recife (PE): SUDENE, 1982.
- ANTONIO, Clésio Acilino, LUCINI, Marizete. **Ensinar e aprender na educação do campo: processos históricos e pedagógicos em formação**. In: Cadernos Cedes, Vol. 27, Nº 72, pp.177-195, São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2007.
- ARROYO, Mônica. **Fluidez e porosidade do território brasileiro no contexto da integração continental**. In: SILVEIRA, Maria Laura (org.). **Continente em chamas: globalização e território na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- ASSOCIAÇÃO DOS DESAPROPRIADOS DO PROJETO GORUTUBA. **Estatuto da Associação dos Desapropriados do Projeto Gorutuba**. Janaúba, 1995.
- AUGUSTO, Rosely Carlos. **Aprender na prática: narrativas e histórias de lideranças camponesas, no sertão do Norte de Minas Gerais, nas últimas três décadas**. Tese (Doutorado em Educação). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais\UFMG, 2011.
- BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Os famintos do Ceará. In: Déa Ribeiro Fenelon; Laura Antunes Maciel; Paulo Roberto de Almeida; Yara Aun Khoury. (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'Água, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Sobre História: Imprensa e Memória**. In: MACIEL; ALMEIDA; KHOURY(org). **Outras Histórias: Memórias e Linguagens**. São Paulo: Olho d'água, 2006.

BARBOSA, Rui. **Às classes conservadoras**. Conferência Pronunciada na Associação Comercial do Rio de Janeiro, a 8 de março de 1919. Rio de Janeiro/São Paulo: Fundação Casa de Rui Barbosa/LTr, 1986.

BANCO MUNDIAL. **Impactos e externalidades sociais da irrigação no semiárido brasileiro**. Brasília, 2004.

BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou ofício do historiador**. Rio de Janeiro:zahar,2001.

\_\_\_\_\_. **A terra e seus homens: Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII**. Tradução de Ikla Stern Cohen. Bauru (SP): EDUSC, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Afeto da Terra**. Campinas: Unicamp, 1999.

BRANDÃO, Raimundo Gleditseh. **Sonho e Realidade**. Janaúba, MG: Grafitex, 2002.

BRASIL. **A irrigação no Brasil: situação e diretrizes**. Brasília: Ministério da Integração Nacional/ Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2008.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

CAMINHA, Pedro Vilela. **A agricultura no período nacional desenvolvimentista brasileiro: o Plano de Metas, a modernização agrícola e seus impactos sobre a reforma agrária**. 273 Fls (Doutorado em Economia). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

CAMISASCA, Marina Mesquista. **Camponeses mineiros em cena (1961-1964)**. Dissertação (Mestrado em História). 201 Fls. Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A Ditadura das empreiteiras: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985**. Tese (Doutorado em História). 539 Fls. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2012.

CASTRO, Ana Célia et al. **Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira: síntese das transformações**. Brasília: BINAGRI, 1979.

CASTRO, Wanda Caldeira Brant Monteiro de. **Jaíba: expropriação e colonização**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). São Paulo. Universidade de São Paulo\USP, 1982.

CAVALCANTI, José Euclides Alhadas; COSTA, Francisco Armando da. **Impactos socioeconômicos do perímetro irrigado do Gorutuba nos municípios de Janaúba e Porteirinha**. Montes Claros: CODEVASF, 1998.

CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO-CODEVASF. **Autorização de Ocupação**, 1986.

\_\_\_\_\_ **1ª Diretoria Regional (DR). 13 anos: 1977-1990**. Integração ao desenvolvimento do Vale do São Francisco. Gestão Roberto Mauro Amaral. Montes Claros, MG: Codevasf, 1990.

\_\_\_\_\_ **Informações gerais sobre o perímetro de irrigação do Vale do Gorutuba**. Pessoal, desapropriações, estágio das obras da barragem e setor de irrigação. Montes Claros, MG: Codevasf. 1977.

\_\_\_\_\_ **Projeto de Irrigação do Vale do Gorutuba**. Montes Claros: Codevasf, 1978. CODEVASF. **Projeto de Irrigação do Vale do Gorutuba: margem esquerda (relatório)**. Brasília: CODEVASF/HYDROS, 1980.

\_\_\_\_\_ **II Plano Nacional de Desenvolvimento**. 1975-1979. Brasília: Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, 1974 (Estudo preliminar).

COELHO, Danniell Ferreira. **Transformações políticas e as camadas populares: uma análise das eleições municipais de Montes Claros na década de 1980**. Dissertação (Mestrado em História). 151 Fls. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 2014.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

COSTA FILHO, Aderval. **Os Gurutubanos: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro**. Tese (Doutorado em Antropologia). Brasília: Universidade Nacional de Brasília\UnB, 2008,

CRUZ, Heloisa de Faria, PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa**. In: Revista Projeto História: PUC-SP. São Paulo, nº. 35, 2007.

CRUZ, Heloisa Faria. **Comunicação popular e trabalhadores: redes de comunicação e impressos dos movimentos sindicais e populares de São Paulo-1970\1990**. Revista Projeto História. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Num. 48, Set\Dez, 2013.

DAYRELL, Carlos Alberto. **Meio Ambiente e Desenvolvimento no Norte de Minas**. (Mimeografado). Montes Claros: Grupo de Estudos Ambientais. 33 Fls. 1989.

FENELON, Déa Ribeiro. Introdução. \_\_\_\_\_(Org.). **Cidades**. São Paulo: Olho D'água, 1999.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil:1965-1985**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1985.

DIAS, Lucimar Sales; LEITE, Marcos Esdras; ROCHA, André Medeiros. **Análise da ocupação no entorno da Barragem Bico da Pedra, no município de Janaúba/MG**. Revista Cadernos de Geografia. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Vol. 25, núm.44.

DIAS, Lucimar Sales; LONDE, Luciana Nogueira; SILVA, Alcimere Soares da. **Avaliação de impacto ambiental aplicado às atividades agrícolas na Lagoa Grande no município de Janaúba-MG**. In: Revista de Desenvolvimento Social. Núm. 14\01. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 2015.

DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO GORUTUBA. **Regulamento geral e outras orientações**. Nova Porteirinha, 2016.

DOURADO, José Aparecido Lima. **Das terras do sem-fim aos territórios do agrohidronegócio: conflitos por terra e água no Vale do São Francisco (BA)**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2015.

DULCI, Otávio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Cresce Minas: um projeto brasileiro**. 1. ed. 105p. Belo Horizonte: Fiemg, 2000.

FENELON, Déa Ribeiro. **Trabalho, Cultura e História Social: perspectivas de investigação**. In: Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, nº 4. São Paulo: PUC-SP, 1985.

FONTES, Virgínia. Sociedade Civil. In: LIMA, Júlio César França; PEREIRA, Isabel Brasil. **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2ª ed.rev.ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 8ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GARLIPP, Ana Alice Bezerra Pinto Damas. **Políticas públicas e transformações socioeconômicas no Norte de Minas Gerais: um estudo do território da Cidadania Serra Geral**. 252 Fls. Tese (Doutorado em Geografia). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2015.

GERMER, Claus. Perspectivas e lutas sociais agrárias nos anos 1990. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

GERVAISE, Yves. **A transformação agrária no Nordeste Meridional: Norte de Minas**. Belo Horizonte: UFMG\Instituto de Geociências. (Publicação especial nº 1). 1975.

GODÓI, Emília Pietrafesa de. **O trabalho da memória: um estudo antropológico de ocupação camponesa no sertão do Piauí**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). 205 Fls. Campinas: Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, 1993.

GOMES, Leonardo Ribeiro. **“Progridir sempre”. Os jovens rurais mineiros nos clubes 4-S: Saber, Sentir, Saúde, Servir. (1952-1974)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

GOMES, Nilceia Moraleida. **Estado, capital e colonização na fronteira agrícola mineira**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas\UNICAMP, 1983.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 1, 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_ **Cadernos do cárcere**. Vol. 2. Ed. E Trad. Carlos Nelson Coutinho; coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_ **Cadernos do cárcere**. Volume 3. Trad. de Carlos Nelson Coutinho (et. All.); coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_ **Cadernos do cárcere**. Vol. 4. Ed. E Trad. Carlos Nelson Coutinho; coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

\_\_\_\_\_ **Concepção dialética da história**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_ **Os intelectuais e a organização da cultura**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

Grupo Memória Popular. **Memória Popular: Teoria, política e método**. Trad. Helem Hughes e Yara Aun Khoury. In: Muitas Memórias, outras histórias. São Paulo: Olho d'água, 2000.

GRZYBOWSKI, Cândido. Movimentos sociais rurais no Brasil: desafios e perspectivas. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HALL, Sturt. **Notas sobre a desconstrução do “popular”**. In: SOVICK, Liv (Org.). Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HERMANO, Vivian Mendes. **Desenvolvimento urbano-rural da rede de Janaúba e Nova Porteirinha**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social). 103 Fls. Universidade Estadual de Montes Claros, UNIMONTES. Montes Claros. 2006.

HOBBSAWM, Eric. J. **Mundos do Trabalho**. 6ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

IANNI, Octávio. **Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978**. 2. ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1986.

IBGE-**Censo Agrícola de 1950: Minas Gerais**. Série Regional. Volume XXI. Tomo 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1955.

\_\_\_\_\_ **Censo Agrícola de 1960: Minas Gerais**. Série Regional. Volume II. Tomo IX- 1ª parte. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

\_\_\_\_\_ **Censo Agrícola de 1960: Minas Gerais**. Série Regional. Volume II. Tomo IX- 2ª parte. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

\_\_\_\_\_ **Censo Demográfico de 1960**. Minas Gerais. VII Recenseamento Geral. Série Regional. Volume I, Tomo IX. Rio de Janeiro. s/d.

\_\_\_\_\_ **Censo Agropecuário de 1970: Minas Gerais**. Série Regional. Volume I, Tomo XIV, 1ª Parte. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

\_\_\_\_\_ **Censo Agropecuário de 1970: Minas Gerais**. Série Regional. Volume III. Tomo XIX- 2ª parte. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

\_\_\_\_\_ **Censo Agropecuário de 1980: Minas Gerais**: Série Regional. Volume II. Tomo III, 4ª Parte. Rio de Janeiro: IBGE, 1984.

\_\_\_\_\_ **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. XXV Volume. Rio de Janeiro: IBGE, 1959a.

\_\_\_\_\_ **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. XXVI Volume. Rio de Janeiro: IBGE, 1959b.

INÁCIO, Juliana Lemes. **Culturas, memórias, outras histórias**: processos e disputas na e pela cidade de Nova Ponte/MG (1960-2013). Tese (Doutorado em História). 205 Fls. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2014.

INÁCIO, Paulo César. **Sudoeste Goiano**: seus trabalhadores, seus construtores, suas memórias-nossas histórias. Tese (Doutorado em História). 228 Fls. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia. 2009.

KHOURY, Yara Aun. “O historiador, as fontes orais e a história.” In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Org.) In: **Outras histórias: memórias e linguagens**. SP: Olho d’água, 2006.

\_\_\_\_\_ Do mundo do trabalho ao mundo dos trabalhadores. In: In: VARUSSA, Rinaldo J. (Org.). **Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos**: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea. Cascavel, Paraná: Edunioeste, 2009.

\_\_\_\_\_ Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’Água, 2004.

\_\_\_\_\_ O historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d’água, 2006.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Ateliê Editora, 2ª ed, 2001.

LASA. Projeto Gorutuba. **Levantamento Cadastral Complementar do Perímetro Irrigável**. (Relatório Final). Brasília: CODEVASF, 1977.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l’espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

LEITE, Valéria de Jesus. **Estado, movimentos sociais e as teias históricas da sustentabilidade no Norte de Minas nos anos 1990**. Tese (Doutorado em História). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2016.

LESSA, Simone Narciso. **Trem de Ferro**: do cosmopolitismo ao sertão. Dissertação (Mestrado em História). 252 Fls. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, 1993.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIGUORI, Guido. Estado. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. 1ª Ed. São Paulo: BoiTempo, 2017.

\_\_\_\_\_ **Partido e subalternos em Gramsci e hoje**. s.n.t.

- LINDER, Marcel Van Der. Trabalho de subsistência enredado. In: **Trabalhadores do Mundo: ensaios para uma história global do trabalho**. Campinas, SP: Unicamp, 2013.
- LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de História". São Paulo: Boitempo.
- MACIEL, Laura Antunes. **Produzindo Notícias e Histórias**: Algumas Questões em torno da Relação Telégrafo e Imprensa – 1880/1920. In FENELON, Déa et al. *Muitas Memórias, Outras Histórias*, São Paulo: Olho d'água, 2004.
- MARCATTI, Bruna. **Vidas Alagadas**: Histórico social e produtivo das famílias atingidas pela barragem Bico da Pedra. Monografia (Graduação em Agronomia). 78 Fls. Universidade Federal de Minas Gerais, Campus Montes Claros: Montes Claros. 2009.
- MARTINS, José de Souza. **A chegada do Estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Fronteiras**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Tradução de João Maia. 7ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- \_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: BoiTempo, 2013.
- MEDEIROS, Adriana de Carvalho. **Histórias de trabalhadores nortistas no Norte/Nordeste do Paraná (1940-1970)**. Tese (Doutorado em História). 312 Fls. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2017.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- MENDES, Leandro de Aquino. **“Povo de Deus” na política**: Partido dos Trabalhadores e Igreja Católica em Montes Claros-MG na década de 1980. 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, 2010.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. **A questão agrária no Brasil**: a classe dominante agrária-natureza e comportamento, 1964-1990. 2 Ed. Vol. 5. São Paulo: Expressão popular, 2010.

\_\_\_\_\_ **Economia e política no Brasil:** uma reflexão. In: II Jornadas de Historia Economica, Montevideo. Anais... Montevideo: Asociación Uruguaya de Historia Economica, 1999, (CD ROM).

\_\_\_\_\_ **Estado e educação rural no Brasil:** alguns escritos. Niterói, RJ: Vício de Leitura/FAPERJ, 2007.

\_\_\_\_\_ **Estado e Hegemonia do agronegócio no Brasil.** In: História e Perspectivas: Uberlândia/MG. Núm. 32/33, Jan.Jul/Ago.Dez. 2005.

\_\_\_\_\_ **Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania.** In: Revista Tempo, Rio de Janeiro, V.1, 1996.

\_\_\_\_\_ **Extensão Rural e hegemonia norte-americana no Brasil.** Revista História Unisinos, pp.188-196, núm. 14, vol.2. São Leopoldo, RS: Unisinos. Maio\Agosto de 2010.

\_\_\_\_\_ **Grande propriedade, grandes proprietários:** velhas questões, novas abordagens (1890-1930). In: Revista História e Perspectivas. Núm. 10, jan\jun. Uberlândia, MG. Universidade Federal de Uberlândia, 1994.

MENESES, Adélia Bezerra de. Utopia renitente: Levantados do chão/Assentamento. In: CAVALCANTI, Berenice et. al. **Decantando a República:** inventário histórico e político da canção popular moderna brasileira. Vol.3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

MINAS GERAIS. **Estudo sócio-econômico e programação preliminar para a região do baixo gorutuba-MG.** Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Agricultura de Minas Gerais\Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS. 1969.

MIRANDA, Luciana Lilian de. **Adeus ao “Jeca Tatu”:** proprietários rurais de Uberlândia, MG, vivenciando a política agrícola de modernização, 1960-1980. Dissertação (Mestrado em História). 147 Fls. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2003.

MOREIRA, Hugo Fonseca. **“Se for pra morrer de fome, eu prefiro morrer de tiro”:** o Norte de Minas e a formação de lideranças rurais. Dissertação (Mestrado em Sociologia) 139 Fls. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

MOURA, Auricharme Cardoso de Moura. **O Banco Mundial e a Reforma Agrária de Mercado no Norte de Minas.** In: Revista Desenvolvimento Social, núm.18, vol.01. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, 2016.

\_\_\_\_\_ **Projeto Jaíba: a serviço de quem?** 61 Fls. (Monografia). São Francisco: Universidade Estadual de Montes Claros, 2010.

\_\_\_\_\_ **Trajetórias, memórias e experiências dos trabalhadores rurais do projeto Jaíba, MG.** Dissertação (Mestrado em História Social). 164 Fls. Universidade Federal de Uberlândia-UFU. Uberlândia, 2014.

MOURA, Margarida Maria. **Os deserdados da terra:** a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

\_\_\_\_\_ **Os herdeiros da terra:** parentesco e herança em uma área rural. São Paulo: Hucitec, 1978.

NETO, Wenceslau Gonçalves. **Estado e Agricultura no Brasil:** política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980). São Paulo: Hucitec, 1997 (Coleção Estudos Históricos).

NORA, Pierre. **Entre Memória e História:** A problemática dos lugares. In: projeto História. Núm.10, p.7-28. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1993.

OLIVA, Osmar Pereira (Org.). **Esse povo do deserto:** os sertões de Minas Gerais nos relatos de viagem de Auguste de Saint-Hilaire, George Gardner, Richard Burton e Maurice Gaspar. In: **Os nortes e os sertões literários do Brasil.** Montes Claros: Unimontes, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: contexto, 1991.

\_\_\_\_\_ **Estrutura fundiária e grilagem de terras no norte de Minas Gerais.** 2013. Pesquisa Inédita. OLIVEIRA, A, U; FARIA, S. C de. **Processo de Construção da Propriedade Privada da Terra no Brasil.** EGAL 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica a razão dualista:** o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_ **Elegia para uma re(li)gião:** SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflito de classes. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da Área Mineira da SUDENE. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de, RODRIGUES, Luciene (Orgs). **Formação social e econômica do Norte de Minas.** Montes Claros: UNIMONTES, 2000.

OLIVEIRA, Palmyra Soares. **Porteirinha:** memória histórica e genealogia. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2008.

PALHARES, Virgínia de Lima. **A irrigação pública no processo de transformação do espaço agrário.** Dissertação (Mestrado em Geografia). 234 Fls. Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG. Belo Horizonte. 1995.

PALMEIRA, Moacir. **Modernização, Estado e questão agrária**. In: Revista de Estudos Avançados, vol.3, n.7. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989.

PAULA, Dilma Andrade de. **Estado brasileiro e desenvolvimento regional: o debate parlamentar na constituição da Comissão do Vale do São Francisco (1946-1948)**. In: Revista de História Regional. Vol. 17, núm. 01. Ponta Grossa, PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2012.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Tese (Doutorado em História). Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense. 2009.

PEREIRA, Laurindo Mekie. **A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX**. Montes Claros: Unimontes, 2002.

\_\_\_\_\_ Em nome do Vale e da nação: A intervenção de Geraldo Rocha, Manoel Novais e José Maria Alkmin nos debates sobre o desenvolvimento do Vale do São Francisco. In: PAULA, Dilma Andrade; PEREIRA, Laurindo Mekie (orgs). **Desenvolvimento em Minas Gerais: projetos, agentes, viveres**. Jundiaí, SP: Paco Editorial: 2017.

\_\_\_\_\_ **Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro**. 242 Fls. Tese (Doutorado em história econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.

PEREIRA, Sâmy Jordanny Mendes. **Vidas inundadas: histórias e memórias de famílias desapropriadas com as construções da barragem Bico da Pedra e do Projeto de Irrigação Gorutuba em Janaúba-MG**. Monografia (Graduação em História). 71 Fls. São Francisco: Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES, 2013.

PIRES, Simeão Ribeiro. **Gorutuba: o padre e a bala de ouro**. Belo Horizonte: Barvalle Editora Ltda, 1982.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

PONTES, Osvaldo José. **O trabalho do DNOCS e o Programa de Irrigação do Nordeste Semi-árido**. Brasília: Ministério do Interior, 1978.

PORTELLI, Alessandro. **A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais**. Niterói, RJ: Revista Tempo, Vol. 1, n.2, p.59-72, 1996.

\_\_\_\_\_ Éramos pobres, mas... Narrar a pobreza na cultura apalachiana. In: **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

\_\_\_\_\_ **Forma e Significado na História Oral: A pesquisa como um experimento em igualdade**. In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em

História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, nº 14, p. 1-279, Fevereiro\97.

\_\_\_\_\_ **Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI.** In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Desafios para o século XXI.** Rio de Janeiro: FioCruz/Fundação Getúlio Vargas, 2000

\_\_\_\_\_ **O que faz a história oral diferente.** In: Revista Projeto História. São Paulo, n. 14, fev. 1997.

\_\_\_\_\_ **“O momento da minha vida”:** funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. São Paulo: Olho d’água, 2005.

\_\_\_\_\_ **Sonhos ucrônicos:** memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. In: Revista Projeto História. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Núm. 10, 1993. PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico.** Tradução de Angelina Peralva. 6º Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

RODRIGUES, Luciene. **Investimento agrícola e o grande Projeto Jaíba.** Uma interpretação: 1970-1996. 337 Fls. Tese (Doutorado em história econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

RIBEIRO, Flávio Diniz. **Desenvolvimento como evolução.** In. Revista de História. Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. Núm. 148, Vol. 01. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

RIBEIRO, Gisélia Maria Campos. **A construção da hidrelétrica Candonga e a desconstrução dos modos de vida:** memórias e histórias dos trabalhadores em Nova Soberbo/MG. Tese (Doutorado em História Social). 273 Fls. Universidade Federal de Uberlândia: UFU. Uberlândia, 2013.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento.** Novos estudos. - CEBRAP, São Paulo, n. 80, mar. 2008.

RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral. **Memórias em disputa:** transformando modos de vida no sertão e na cidade. Tese (Doutorado em História). 245 Fls. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2011.

RICCI, Rudá. **Terra de ninguém:** representação sindical rural no Brasil. Campinas: Unicamp, 1999.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil:** entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SAMUEL, Raphael. **História local e História oral**. Revista Brasileira de História. São Paulo. Vol. 9, N.º19, pp. 219-234, set.89\fev.90.

SANTA RITA, Carlos. **Pequena História de Janaúba**- (Mímeo), 1977.

SANTOS NETO, José dos. **Causos e coisas: o sertão e sua gente**. Montes Claros: Editora Millenniun Ltda, 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record,2008.

SANTOS, Petrônio Moraes. **A importância da cotonicultura no processo de desenvolvimento de Porteirinha**. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). 57Fls. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 1995.

SANTOS, Syonara da Silveira Miranda. **Efeito sócio-econômico decorrentes da cotonicultura no Norte de Minas**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 1996.

SAVAGE, Mike. **Espaço, redes e formação de classe**. In: Revista Mundos do Trabalho. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina. Vol. 3, Núm. 5, Jan\Jun de 2011.

SCHETTINO, Marco Paulo Fróes. **Espaços do sertão**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade de Brasília: Brasília, 1995.

SILVA, Camila Gonçalves. **A censura veste farda: elites conservadoras, policiais militares e o consentimento da imprensa escrita à censura, durante o Governo militar em Montes Claros de 1964-1985**. 215 Fls. Dissertação (Mestrado em História). Juiz de Fora, MG: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011.

SILVA, Jose Graziliano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**: Zahar Editores, 1982.

SILVA, Maria de Jesus Lopes (org.). **Janaúba, uma cidade a ser conhecida**. Montes Claros, MG: Unimontes, 2008.

SOUZA, Andrey Lopes de. **Memórias e experiências de trabalhadores no processo de luta pela terra em Cachoeirinha: violência, mobilização e conquistas**. Vale do Jaíba, MG, 1960\1980. Tese (Doutorado em História) 202 Fls. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2017.

TAVARES, Maria da Conceição et al. **Seca e poder: entrevista com Celso Furtado**. São Paulo: Editora Perseu Abramo,1998.

THOMSON, Alistair. **Histórias (co)movedoras: História Oral e Estudos de Migração**. In: Revista Brasileira de História. Vol. 22, N° 44, São Paulo, 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: árvore da liberdade**. Vol. 1. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, v. 1, 1987.

\_\_\_\_\_ **A formação da classe operária inglesa**. Vol. II. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

\_\_\_\_\_ Folclore, Antropologia e História Social. In: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: UNICAMP, 2001.

\_\_\_\_\_ **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_ **Miséria da Teoria ou um planetário de erros; uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

\_\_\_\_\_ **Senhores e caçadores: a origem da lei negra**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

VAINER, C. B., ARAÚJO, F. G. B. **Implantação de grandes hidrelétricas: estratégias do setor elétrico, estratégias das populações atingidas**. In: Revista Travessia, n. 6, jan.-abr., 1990.

VALLEJOS, Julio Pinto. **De proyectos y desarraigos: la sociedade latinoamericana frente a la experiencia de la modernidade (1780-1914)**. 19th. International Congress of Historical Sciences, University of Oslo, 6-13 August, 2000.

VASCONCELOS, Regina Ilka Vieira. **Cultura e memória: notas sobre a construção da lógica histórica na pesquisa audiovisual de história oral**. In: FENELON, Déa Ribeiro; KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de. (Org.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho D'Água, 2006.

VIEIRA, Maria das Graças. **Avaliação socioeconômica e ambiental do perímetro irrigado do Gorutuba- MG e o desenvolvimento regional**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 86 Fls. Universidade Federal de Uberlândia-UFU. Uberlândia. 2003.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. **A pesquisa em história**. São Paulo: Editora Ática, 2007.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1979.

\_\_\_\_\_ **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

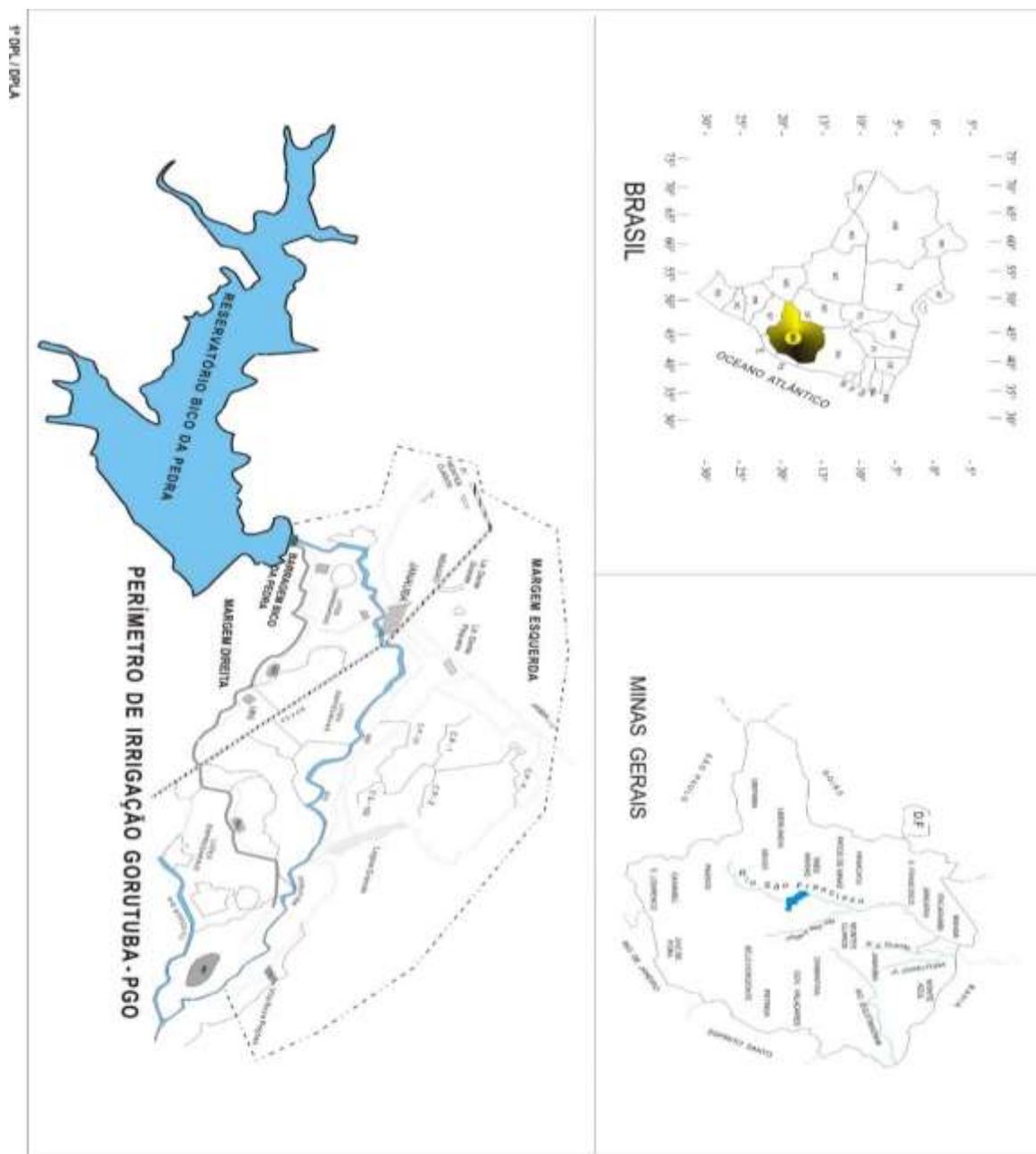
\_\_\_\_\_ **Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

WOOD, Ellen Meiksins. **As Origens Agrárias do Capitalismo**. In: Revista Crítica marxista. N.10, São Paulo, p. 12-29, 2000.

WOORTMANN, Klaas. **Migração, família e campesinato**. Revista Brasileira de Estudos de População. Jan\jun. 1990, vol.7, nº 1. São Paulo, p. 35-51, 1990.

Anexo 01

Mapa de Localização do Projeto Irrigado do Gorutuba e da barragem do Bico da Pedra



Fonte: DIG<sup>569</sup>

<sup>569</sup> Distrito de Irrigação do Perímetro Gorutuba. **Planta de localização do projeto Gorutuba.** <Disponível em: <http://www.dig.org.br/noticia/Planta-Localizacao-PGO-distrito-do-gorutuba/45/>> Acesso em: 17 de agosto de 2018.